PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 1

PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

EDIÇÕES DO PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

1

PEP00 - Iniciais 10/5/07 10:42 AM Page 2

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil Passos Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Procuradora-Chefe
Lúcia Sampaio Alho

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial
Márcia Sant'Anna

Diretor do Departamento de Patrimônio Material
Dalmo Vieira

Diretor do Departamento de Museus
José do Nascimento Júnior

Diretora do Departamento de Planejamento e administração
Maria Emília Santos

Coordenador -geral de Promoção do patrimônio Cultural
Luiz Philippe Torelly

Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
Lia Motta

Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN realizado com a cooperação da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Representante da UNESCO no Brasil
Vincent Defourny

Coordenadora de Cultura da UNESCO
Oficial de Projeto do Programa de Especialização em Patrimônio na UNESCO
Jurema de Sousa Machado

Coordenadora-Geral do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN
Lia Motta

Coordenadora Técnica do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN
Márcia Regina Romeiro Chuva

Equipe de Coordenação do PEP
Adalgiza Maria Bomfim d'Eça
Beatriz Adams Landau
Edinéa da Silva Carlan
Juliana Sorgine
Leila Bianchi Aguiar
Rafael Winter Ribeiro

Apoio
Eliza Laurinda de Sousa da Fonseca
José Maria da Silva
Marcelo Sousa dos Santos

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 3

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura

PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

EDIÇÕES DO PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO 1

Rio de Janeiro, IPHAN, 2007

PEP00 - Iniciais 10/5/07 10:42 AM Page 4

Comissão executiva COPEDOC/PEP
Juliana Sorgine
Leila Bianchi Aguiar
Lia Motta
Márcia Regina Romeiro Chuva
Rafael Winter Ribeiro

Colaboração
Adalgiza Maria Bomfim d'Eça
Beatriz Adams Landau
Rodrigo R. H. F. Valverde

Projeto Gráfico e Diagramação
Marcela Perroni – Ventura Design

Foto da Capa
Oscar Henrique Liberal

Revisão
Ulysses Maciel

Impressão
Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.

FICHA ELABORADA PELA BIBLIOTECA NORONHA SANTOS/COPEDOC - RJ

Patrimônio: práticas e reflexões. - Rio de Janeiro : IPHAN/COPEDOC,
2007.
428 p. : il. ; 16x23 cm. - (Edições do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN; 1)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7334-053-2

1. Patrimônio cultural. 2.Preservação. 3. Tombamento. 4. Entorno. 5. Identidade cultural. 6. Educação patrimonial. 7. Conservação e restauração. 8. Imigração italiana. 9. Patrimônio imaterial. 10. Inventário. 11. Museus. 12. Legislação. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação Geral de Pesquisa Documentação e Referência. II. Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN

IPHAN/COPEDOC/RJ CDD - 363.690981

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 5

Mais do que reflexões sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural, os artigos aqui apresentados são o resultado do enorme empenho de todo um grupo de profissionais: dos jovens bolsistas e destemidos, ávidos por se especializarem no campo da preservação, ainda difuso e sem formação própria; e de outros tantos profissionais, nem tão jovens, servidores especialistas do IPHAN e colaboradores, mas também sonhadores, que tornaram o PEP uma realidade e um desafio. Um desafio de mantermos acesa a vontade de construir um mundo melhor a partir da ampliação significativa do acesso a conhecimentos em permanente construção sobre esse incrível e mágico universo de atribuição de valores a objetos, bens e práticas culturais, capaz de construir identidades, pertencimentos, crenças, inclusões – enfim, cidadania.

A todos esses, agradecemos e dedicamos esse trabalho.

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 6

Sumário

Apresentação
Luiz Fernando de Almeida – *Presidente do IPHAN* **9**

Introdução **10**

Migração italiana no Espírito Santo:
Ocupação territorial e herança cultural
Adriana Lucena **13**

Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE
Aline de Figueirôa Silva **45**

Contribuição para a delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão/SE
Andrea Costa Romão Silva **81**

Negociando imaterialidades: A trajetória dos "bumbás" de Manaus e suas estratégias de sobrevivência
Andrey Faro de Lima **117**

Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional
Camila Henrique Santos **147**

Registro de ações e diagnóstico de patologias em bens imóveis tombados
Dafne Marques de Mendonça **173**

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 7

Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial
Fabíola Nogueira da Gama Cardoso **203**

Das sanções administrativas em matéria de patrimônio histórico e artístico nacional
Guilherme Cruz de Mendonça **233**

Proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes – Considerações sobre o patrimônio
Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante **269**

Carl von Koseritz: um olhar sobre os museus brasileiros no XIX
Maria De Simone Ferreira **303**

Gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís / MA – Estudo para redelimitação da poligonal de tombamento federal
Raphael Gama Pestana **331**

A produção cultural do imigrante italiano: Arquitetura do Palácio Garibaldi
Renata Brylynskyi Ferreira **365**

Ouro em Minas, Missões no Rio Grande do Sul: Um estudo sobre museus na preservação e adaptação de bens tombados
Sonia Alice Monteiro Caldas **399**

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 8

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 9

Apresentação

Patrimônio Cultural: Práticas e Reflexões inaugura as Edições do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, apresentando uma seleção dos trabalhos da primeira turma de bolsistas. Criado em 2004 com o apoio da UNESCO, o PEP oferece bolsas para recém-graduados em diversas áreas de formação, tendo em vista o seu treinamento e especialização no campo da preservação cultural.

Selecionados por meio de edital público, os profissionais são integrados ao cotidiano do IPHAN nos diversos estados brasileiros, tendo ocasião de compartilhar a riqueza da experiência proporcionada pela lida com a preservação do patrimônio cultural, sendo supervisionados em suas pesquisas, estudos de casos e projetos por especialistas do IPHAN. Ao mesmo tempo, esses jovens profissionais trazem para a Instituição novas visões e diferentes abordagens sobre como atuar na proteção do patrimônio. O formato pedagógico do PEP busca o crescimento profissional dos bolsistas, com prazos e resultados determinados, mediante a avaliação de sua produção científica dentro do Programa, sempre associando prática e reflexão – princípio norteador do PEP e que motivou o nome da Série ora apresentada.

Essa primeira edição reúne textos de bolsistas das áreas de antropologia, arquitetura, direito, educação, história e museologia. As reflexões abrangem uma diversidade significativa de objetos, como o patrimônio material e imaterial, e focalizam experiências em estados bastante distintos em relação aos desafios da preservação, assim como aspectos temáticos de alcance nacional.

Abrindo esse espaço para a sociedade, acreditamos que o Programa contribui para uma permanente reflexão conceitual e para a difusão das práticas institucionais. Também contribui para o fortalecimento das ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil, preparando pessoal para a rede de instituições atuantes nesse campo, que hoje abrange todos os estados brasileiros e vem se ampliando com iniciativas locais em diversos municípios, além da participação de organizações não governamentais.

Com esta publicação alcançamos dois objetivos. Em primeiro lugar, tornar públicos os conteúdos desenvolvidos no âmbito do PEP. Em segundo lugar, divulgar uma ação do IPHAN como Instituição parceira e aglutinadora das demais entidades da sociedade comprometidas com a preservação do patrimônio cultural.

Luiz Fernando de Almeida
PRESIDENTE DO IPHAN

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 10

Introdução



A coletânea de artigos aqui reunida apresenta trabalhos finais de bolsistas da primeira turma do PEP, refletindo a especificidade do Programa em seu formato multidisciplinar, destinado a profissionais recém-graduados em diversas áreas do conhecimento e que associa práticas e reflexões. Essa especificidade está na gama de objetos, problemas e abordagens enfrentados por profissionais das áreas de antropologia, arquitetura, direito, educação, história e museologia, que tiveram a oportunidade de pensar o patrimônio cultural, participando dos trabalhos de rotina do IPHAN, sob a orientação metodológica e conceitual feita amiúde por servidores especialistas da Instituição.

A realização dos trabalhos aqui publicados partiu de demandas dos setores do IPHAN aos quais os bolsistas estavam integrados, representando, em muitos aspectos, um balanço crítico das ações realizadas no campo da preservação cultural, que assume maior significado em momentos de celebração como o que vivemos na atualidade, com a comemoração dos 70 anos do IPHAN. Mais do que a mera imposição de uma data festiva, esse marco atualiza o compromisso com a produção e divulgação de estudos sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, com a ampliação de diálogos e a disseminação do conhecimento acumulado sobre o assunto, democratizando o acesso aos bens culturais.

Nesse contexto, é importante resgatar diferentes práticas de construção de memória e identidade no Brasil, como fez Maria de Simone no seu artigo a respeito da narrativa do viajante alemão Carl Koseritz sobre os museus, que são percebidos como importantes espaços para a construção de uma identidade nacional no final do século XIX, bem distintas das práticas que tomam a dimensão de política de Estado, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

Aprofundar reflexões sobre as ações educativas direcionadas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil tem sido, também, uma demanda ur-

PEP00 - Iniciais 10/1/07 3:51 PM Page 11

gente. O artigo de Camila Henrique Santos apresenta um diagnóstico preliminar sobre as ações educativas relacionadas à defesa do patrimônio cultural, ao analisar projetos realizados pelo IPHAN na cidade de Brasília.

Alguns dos trabalhos estudam a prática de atribuição de valor a bens culturais e buscam fundamentar propostas de tombamento, proteção e delimitação de áreas de entorno. Em seu artigo, Aline de Figueirôa Silva analisa a proteção do Antigo Bairro do Recife e sua vizinhança, contribuindo com o debate instaurado na ordem do dia no campo da preservação, ao utilizar conceitos como "paisagem cultural" e "paisagem urbana histórica". Seguindo essa mesma linha, Raphael Gama Pestana aborda a necessidade de regulamentação do entorno de áreas tombadas, analisando a trajetória da proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São Luís.

Andréa Romão Silva trata do processo de formação da cidade de São Cristóvão com o objetivo de subsidiar propostas de delimitação de seu polígono de tombamento e entorno. Seu artigo se desenvolve no sentido de atribuir valor de patrimônio a essa tradicional cidade colonial brasileira, buscando novos enfoques, sem fazer uso das categorias de excepcionalidade e a monumentalidade, consagradas pela prática institucional.

O artigo de Ivana Cavalcante propõe um enfoque inovador ao fundamentar uma proposta de tombamento para a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina, por meio da atribuição de valores artísticos, históricos, arquitetônicos e simbólicos à série de elementos de significativa expressão popular que compõe a Igreja.

Como é sabido, o IPHAN, ao longo de seus 70 anos de existência, tornou-se a principal agência brasileira responsável pela definição e preservação do patrimônio cultural brasileiro, com excelência no que diz respeito às técnicas de conservação e restauro. O artigo de Dafne Marques de Mendonça resgata e dá continuidade a esta especialização do IPHAN, ao apresentar uma importante contribuição para os métodos de registros de intervenções e de mapeamento para o diagnóstico de patologias em monumentos tombados.

Por sua vez, Sônia Caldas avalia as intervenções realizadas em prédios tombados para serem adaptados à função de museus, analisando o uso de bens imóveis após o tombamento e refletindo sobre as relações estabelecidas entre a agência federal de preservação e os grupos locais que usufruem desses espaços.

A história da ocupação do território brasileiro é objeto de discussão de alguns artigos, como: o de Adriana Lucena, sobre a migração italiana no Espírito Santo, no qual a autora identifica vestígios materiais e referências culturais dessa ocu-

pação, sugerindo a possibilidade de tratamento integrado de bens de naturezas diversas – material e imaterial; e o artigo de Renata Ferreira sobre a produção arquitetônica do imigrante italiano na cidade de Curitiba, tendo como foco o Palácio Garibaldi, marco da presença e importância dos imigrantes naquele contexto. Trabalhos desse tipo se tornam fundamentais para sistematizar estudos iniciados no IPHAN há duas décadas, tendo como tema a produção artística e cultural característica de núcleos de ocupação imigrante, mas que se encontram dispersas na rotina institucional sendo na sua maioria desconhecidos do público em geral.

Com a aprovação do Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 que institui o registro do "patrimônio cultural imaterial ou intangível", novas metodologias de identificação e salvaguarda foram desenvolvidas pelo IPHAN, visando alcançar uma gama de referências de identidade por meio da valorização de práticas culturais tradicionais de grupos sociais anteriormente não considerados. Andrey Faro de Lima utiliza a metodologia de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais para realizar um mapeamento das referências culturais relativas ao boi-bumbá de Manaus, analisando representações e conflitos presentes nessa manifestação. As recentes experiências de registro de bens culturais de natureza imaterial são objeto de análise de Fabíola Cardoso, ao realizar uma apreciação sobre a utilização das concepções de diversidade cultural e identidade nacional nos registros já realizados. Ela aponta para as principais permanências e transformações desses conceitos, bem como as contradições que eles encerram, ao longo da trajetória da preservação de bens culturais.

A significativa ampliação do universo de bens que compõem o patrimônio cultural resultou na criação de novos instrumentos legais de proteção e na necessidade de se refletir sobre a legislação existente. Guilherme de Mendonça analisa a Lei 9.605/98, sobre crimes e infrações ambientais, que estabelece sanções administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente, incluindo o patrimônio cultural. Verifica, diante disto, as possibilidades da inclusão do IPHAN no Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Outros trabalhos de igual importância desenvolvidos pelos demais bolsistas do PEP serão publicados, dando prosseguimento à divulgação da produção do Programa. Desse modo, esperamos contribuir com a especialização de profissionais e para a revisão, aperfeiçoamento, consolidação das ferramentas de trabalho hoje disponíveis no campo da preservação do patrimônio cultural.

Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 13

Migração italiana no Espírito Santo: Ocupação territorial e herança cultural

Adriana Lucena



Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo mapear a ocupação territorial e identificar as referências culturais atribuídas a grupos de migrantes italianos dispersos por todo o estado do Espírito Santo, registrar suas especificidades e inseri-las no contexto nacional, destacando seus aspectos comuns e também os que as diferencia dos demais estados e regiões. A pesquisa pretende ainda apresentar as diferentes narrativas historiográficas produzidas sobre o estado do Espírito Santo e, mais especificamente, sobre a migração italiana.

Adriana Lucena Historiadora, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 21ª Superintendência Regional do IPHAN em Vitória no ano de 2005, sob a supervisão da especialista em antropologia e técnica do IPHAN Thereza Carolina Frota de Abreu.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 14

Introdução

Proposta pela superintendente da 21ª SR/ES, Tereza Carolina Frota de Abreu, o tema *Migração no Brasil: O caso do Espírito Santo. Ocupação territorial e herança cultural* foi desenvolvido no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP-IPHAN/UNESCO – sob orientação do historiador Luiz Cristiano de Andrade, da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – COPEDOC.

A migração italiana foi escolhida como objeto de estudo devido à forte presença de descendentes e suas influências em todo território capixaba e devido também à necessidade de

> [...] ampliação e diversificação do universo protegido no ES [...] e de compreender as relações do patrimônio identificado e/ou protegido no ES com os processos histórico-culturais de formação da identidade e da ocupação do território brasileiro [...](ABREU, 2004).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A atuação do IPHAN, desde sua criação, em 1937, ainda como SPHAN, priorizou a arquitetura colonial, considerada "genuinamente brasileira". A arquiteta Lia Motta escreve sobre essa atuação:

> [...] essa arquitetura era considerada, segundo os intelectuais modernistas que se associaram ao projeto de construção da nação iniciado pelo Estado Novo, na década de 1930, símbolo do "abrasileiramento" da cultura trazida pela metrópole. Representava a forma de um Brasil mestiço, fonte de compreensão dos brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de construção da nação (MOTTA, 2003, p. 128).

Um exemplo dessa atuação, amplamente contemplada na proposta do SPHAN, é a invenção, por parte dos modernistas, de um estilo que convencionaram chamar de arquitetura jesuítica, pensada como projeto nacional. Gilberto Freyre, em artigo publicado na *Revista do Patrimônio*, fala sobre esta arquitetura:

> [...] foi talvez Debret quem primeiro fez justiça aos jesuítas portugueses que levantaram, num Brasil ainda rude e cheio de mato, edifícios urbanos nobres e até monumentais, importando para alguns, de Lisboa, materiais tra-

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 15

> lhados e numerados mas, em geral, respeitando judiciosamente as exigências do clima e dos materiais existentes no país. Esse espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América se desenvolveria, porém, de modo mais acentuado na arquitetura doméstica; e mais por obra e graça dos mestres-de-obras, os bons mestres-de-obras portugueses (Freyre, 1997, p. 225).

No Espírito Santo, percebemos claramente essa atuação da instituição: Todos os bens tombados, doze imóveis no total, pertencem ao período colonial brasileiro. Mais recentemente, em 2002, como exemplo da nova diretriz assumida pelo Iphan, que tem como objetivo contemplar a pluralidade cultural brasileira expressa na sua dimensão especificamente imaterial, foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras[1]. Uma vez registrado, o Ofício das Paneleiras encontra-se hoje em processo de salvaguarda.

A "arquitetura jesuítica" está representada em quatro edifícios tombados[2]; outros cinco bens tombados[3] também são igrejas, fato que afirma a identidade católica do povo brasileiro. Apenas três bens não são monumentos eclesiásticos[4] e são exemplares característicos da arquitetura rural e urbana colonial.

O Iphan, além de proteger esses monumentos, apóia as atividades comunitárias, sejam elas religiosas ou não, e promove registros da memória através da organização de pequenos museus e ações ligadas à produção de festas.

No início do século XX e com o advento da república, Vitória, a capital do Espírito Santo, conquistava a autonomia política e administrativa, ascendendo economicamente devido à expansão da lavoura cafeeira. Esses fatores contribuíram para que se iniciasse um processo de modernização na cidade, como já vinha acontecendo nos grandes centros urbanos brasileiros.

---

1 A panela de barro, produzida pelo Ofício das Paneleiras, é instrumento fundamental para se fazer a moqueca capixaba, símbolo da identidade cultural regional.

2 A Igreja e Residência de Reis Magos (1943), no município da Serra; Igreja de Nossa Senhora da Ajuda (1950), no município de Viana; Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1970), no município de Guarapari; e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (1943), no município de Anchieta.

3 A Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha (1943), no município de Vila Velha, principal símbolo de identificação e devoção da população capixaba; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Vitória (1946); a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vila Velha (1950); a Igreja de São Gonçalo (1948), no município de Vitória; e a Igreja de Santa Luzia (1946), localizada em Vitória.

4 Casa e Chácara do Barão Monjardim (1940), localizada em Vitória; e dois sobrados (1967), também localizados em Vitória.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 16

Importantes melhorias urbanas foram realizadas durante o governo de Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912). Valendo-se da influência da Belle Époque, ele reconstruiu a capital, ou seja, substituiu os casarios que representavam o passado colonial por edificações que incluíam o Espírito Santo na modernidade urbana característica do início do século XX.

A historiadora da arte Almerinda da Silva Lopes analisa esse momento e critica as conseqüências causadas para a cidade de Vitória:

> Nomeando o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida para o cargo de Prefeito, Vitória seria nossa primeira localidade a mudar a sua antiga configuração de cidade colonial portuguesa, com ruas estreitas e tortuosas. Entretanto, sem que se lhe possa negar o mérito de empreendedor e idealizador de um futuro mais grandioso para o Estado, as idéias modernizadoras de Jeronymo Monteiro contribuíram para a descaracterização não só dos monumentos arquitetônicos religiosos, como até dos sobrados que acolhiam as casas comerciais e as residências (LOPES, 1997, p. 21).

A nova configuração que a cidade vai ganhando, após cada modificação, não incomoda a população, que vê com bons olhos os novos "signos" do progresso. Dessa forma, ocorre a substituição dos casarios coloniais pelos edifícios ecléticos. Através de matérias na imprensa, podemos observar o enaltecimento dessa "modernidade":

> [...] Dentro em pouco, Victoria será uma cidade formosa e confortavel, reformada de accordo com os mais modernos principios de techinica e esthetica urbana em voga nas grandes capitaes do mundo.
>
> Será um ponto magnifico de atracção turistica pela belleza de suas paragens e conforto de suas novas edificações. Sob esse aspecto, dada a facilidade de comunicações com a capital da República, Victoria será, com effeito um ponto encantador pra a visita dos estrangeiros que aqui vêm, á procura de sensações novas [...] O progresso urbano de Victoria tem sido muito rápido. Agora mesmo, acha-se em via de conclusão um bello arranha-céo, onde será installado um moderno e confortavel hotel, além de um luxuoso cinematographo, localizado no andar terreo.[...] (AGUIAR, 1929, p. 1).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 17

Os doze monumentos representativos do Espírito Santo[5] foram tombados logo após a criação do SPHAN, em 1937, quando Getúlio Vargas já havia ascendido ao poder. Foi Vargas que designou profissionais como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Cândido Portinari, dentre outros, para projetar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, ícone principal da arquitetura moderna.

Esses profissionais, denominados modernos, negaram a modernidade da Primeira República, ou seja, aquela expressa pelo ecletismo, e elegeram como estilo genuinamente nacional a arquitetura colonial[6].

Pensando no caso do Espírito Santo, encontramos aqui a justificativa para haver tão poucos bens tombados no Estado: a modernização que Vitória e outros municípios sofreram no início do século XX, com influência da Belle Époque, foi rejeitada pelo IPHAN, que pensava num projeto nacional. Dentro desse projeto, que considerava a monumentalidade e a excepcionalidade, os únicos bens que interessavam eram os representativos da arquitetura colonial. Dessa maneira, o IPHAN narrou a história do estado através dos bens que tombou, ou seja, contou a história da sociedade capixaba afirmando a herança da "nação colonial" católica, patriarcal, agrária e escravocrata.

O IPHAN reconheceu apenas a herança européia portuguesa característica dos primeiros séculos de colonização. Assim, a herança européia originada do fluxo migratório do século XIX foi negada pela instituição.

A colonização européia acontecia paralela às modificações urbanas em fins do século XIX e início do XX, contribuindo para o conceito de "modernização" e trazendo diferentes influências arquitetônicas de países como Alemanha e Itália, principalmente. Influências que irão muito além das construções e se integrarão aos costumes locais, delineando uma nova cultura para o estado.

Vestígios da colonização e história do Espírito Santo e do Brasil, esses bens culturais que a pesquisa contempla, podem ainda ser observados no estado capixaba, apesar de muitos imóveis estarem em estado de degradação e esquecimento.

Porém, a narrativa que o IPHAN produz para justificar a pequena quantidade de bens tombados no estado se baseia na historiografia capixaba, centrada no "isolamento histórico" do Espírito Santo. Em 1981, no folhetim produzido pelo então SPHAN, assim era descrito o trabalho a ser feito no Espírito Santo:

---

5 Ver página 2.

6 Sobre essa discussão veja ANDRADE, 1993, p. 118.

PEP01 - Adriana 10/5/07 10:46 AM Page 18

> [...] resgatar a identidade cultural do Estado. Este é, no momento, o desafio que se apresenta aos que lidam com a problemática cultural do Espírito Santo. Um trabalho gigantesco, porque demanda uma compreensão e valorização internas do processo cultural do Espírito Santo, Estado que, por força de um isolamento histórico, é um grande caldeirão vivo das forças mais expressivas que formaram a nacionalidade brasileira (SPHAN-PróMemória, 1981, p. 4).

As narrativas historiográficas produzidas

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

O estudo sobre a historiografia capixaba identificou diferentes narrativas historiográficas produzidas sobre a migração italiana e, conseqüentemente, sobre a história do Espírito Santo. Narrativas estas que tiveram sua gênese com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), em 1916, ao qual coube a tarefa de inventar um passado capixaba, destacando a história regional no quadro nacional.

A criação do Instituto capixaba foi incentivada pelo projeto político implantado com a Primeira República, que consistia num modelo federativo, com a descentralização dos poderes dos estados. Assim, o momento era oportuno para a elite capixaba escrever a história do estado e ascender o Espírito Santo ao contexto nacional.

O juiz e sócio efetivo do IHGES, Getúlio Marcos Pereira Neves, escreveu sobre o objetivo de se criar o Instituto e a que ele se destinava.

> Anthonio Francisco de Athayde, Archimino de Mattos e Carlos Xavier Paes Barreto constituíram a 12 de junho de 1916 um grêmio destinado ao estudo do Estado, sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista material. Da ata de sua fundação vê-se que o instituto capixaba era concebido da mesma maneira que os demais sob os auspícios estatais e reunindo em seus quadros a elite dirigente local, composta de representante do Governo do Estado, a quase totalidade dos desembargadores da Corte estadual, militares, clérigos, professores e profissionais liberais, ou seja, intelectualidades locais. [...] Foi fundado para a criação e conservação de uma história local que à altura destinava-se à valorização da expressão da individualidade capixaba frente à nacional (NEVES, 2003, p. 21).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 19

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, coube a tarefa de escrever e sistematizar a história nacional, com o objetivo de traçar e construir uma nacionalidade brasileira. Criado durante o período imperial, sua função era centralizar as informações sobre a história e a geografia do Brasil no Rio de Janeiro, a capital do Império.

As diretrizes traçadas para o desenvolvimento dos trabalhos do IHGB foram apresentadas em 1839 por Januário da Cunha Barbosa, então primeiro-secretário da instituição, Manoel Luiz Salgado Guimarães, em 1988, reproduz o conceito central dessas diretrizes:

> [...] coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Estes primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil. [...] Do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira.[...] concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos (GUIMARÃES, 1988, p. 5-27).

Assim, 78 anos depois, o IHGES foi criado para inserir o Espírito Santo nessa construção da nação e destacar a importância do estado na República Federativa. As atividades desenvolvidas e os estudos produzidos regionalmente reproduziam o pragmatismo da história característico do IHGB.

Vale lembrar que Vitória, capital do Espírito Santo, passava, como já foi dito, pelo processo de modernização do centro urbano, decorrente da autonomia que o estado ganhara após a proclamação da República. Essa reforma urbana e a criação do Instituto, no qual se reuniria a intelectualidade local, eram vistos como necessários para a legitimação do estado perante a ordem nacional. Mas, como escreve Getúlio Marcos Pereira Neves, ainda se fazia necessário eleger um representante que simbolizasse e justificasse a importância do estado capixaba na federação:

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 20

> [...] era preocupação do futuro desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, na ocasião fazendo um rápido inventário das tradições locais, que tantas tradições e tantas riquezas não passem quase obscuramente, para tanto, propunha dar-se a conhecer "o corpo e a alma" do Espírito Santo, isto é, a sua geografia e a sua história. A intenção era clara: a elite dirigente local havia de legitimar-se perante a ordem nacional pelo resgate da participação destacada de um capixaba no movimento que, herdeiro da abortada conjuração mineira de fins do século XVIII, fez a ponte entre esta e o vitorioso movimento que culminou em 1822, por um lado e o que desaguou em 1889 na mudança do regime, por outro (NEVES, 2003, p. 22).

O "herói" eleito como mito histórico para legitimar o estado perante a ordem nacional foi Domingos José Martins, capixaba nascido em Itapemirim. Juntamente com outros entusiastas, foi um dos precursores ideológicos da forma republicana de governo implantada com êxito no país, o que supostamente dava ao Espírito Santo participação importante nessa implantação.

A metáfora utilizada por Carlos Xavier Paes Barreto para justificar a importância da criação do Instituto afirmava o desejo de que o Espírito Santo "ressurgisse" no cenário nacional através do conhecimento do seu "corpo e alma", isto é, através de "sua geografia e sua história".(BARRETO, 1917)

Muito antes da fundação do IHGES, Januário da Cunha Barbosa valeu-se de uma metáfora para justificar a criação do IHGB. A expressão "Luz e Ordem", que Manoel Salgado reproduz na passagem citada abaixo, simbolizava os ideais iluministas que tiveram influência direta na criação do IHGB. Como centralizador da história nacional, cabia ao IHGB definir uma identidade para o Brasil ainda desconhecido e disperso:

> [...] embora não claramente explicitado nos primeiros estatutos do IHGB, o objetivo de escrever uma história do Brasil esteve sempre presente. O instituto seria, nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de "Luz e Ordem". O uso desta curiosa metáfora nos discursos do IHGB indica tradições intelectuais muito precisas e aponta no sentido da definição de uma identidade, tarefa para a qual estava reservado um papel central e diretor da instituição. Tratava-se de desvendar o "nosso verdadeiro caráter nacional", e para este fim o IHGB deveria realizar a sua parte (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 21

O IHGB, desde sua criação, cultivou a concepção da história como mestre da vida, ou seja, a idéia de que os acontecimentos e processos históricos devam servir de exemplo e de modelo para a construção da sociedade que se pretende no presente. Hartog escreve sobre essa concepção da história como "exemplo":

> [...] ela é coletânea de exemplos e "mestre da vida". Esse é o tema das lições da história. Almejando formar o cidadão, esclarecer o homem político, ela deve também poder servir à instrução do homem particular. Narrativa das inconstâncias da sorte, ela deve ajudar a suportar as viradas da sorte, e propõe exemplos a imitar ou a evitar. Ela se torna desde então, de bom grado, "biografia": mais ciosa ainda do que não se vê imediatamente, atenta a tudo que Plutarco chamará os "signos da alma", brinca com o encadeamento, admiração, emulação, imitação. História filosófica, quer dizer moral, ou seja, esse espelho estendido em que cada um, através dos retratos escovados e as anedotas contadas, pode observar-se, tendo em vista agir e tornar-se melhor (HARTOG, 1998, p. 197).

A tarefa dos sócios e fundadores dos Institutos Históricos e Geográficos era a de sistematizar as teorias existentes e transformá-las numa narrativa das origens nacionais. Valiam-se assim da própria retórica, comum à elite, ou melhor, à intelectualidade nacional à qual pertenciam.

> [...] é evidente que o trabalho do historiador, seu talento, sua originalidade com relação a seus predecessores, em resumo tudo aquilo em função do que um príncipe a ele recorreria decorre do seu domínio da arte da exposição. Em tal regime de historicidade, a história pertence claramente ao campo da retórica. [...] Ela é obra oratória por excelência: o orator, mas também o homem político é o homem capaz de escrever (HARTOG, 1998, p. 197).

Essa afirmação de Hartog se mostra no momento da fundação do IHGB, uma vez que os intelectuais presentes não eram necessariamente historiadores, mas estavam responsáveis por escrever uma narrativa nacional de acordo com seus princípios e aspirações.

Da mesma maneira, anos mais tarde, esse quadro viria a se reproduzir no Espírito Santo, onde os sócios fundadores do IHGES pertenceriam à elite capi-

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 22

xaba. Manoel Salgado nos possibilita conhecer o perfil desses intelectuais que estavam à frente do IHGB, ou seja, a elite pensante da capital do império:

> [...] um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

É importante salientar, contudo, que assim como o IHGB também o IHGES utiliza-se inicialmente da história-narrativa, ou seja, privilegia a escrita da história através de acontecimentos e de indivíduos, elegendo mitos e heróis nacionais.

Em síntese, o IHGB, durante o século XIX, pretendia forjar o conceito de nação para o Brasil ainda local e regional. Eram eles também que, além da construção da nação, estavam preocupados em conceber uma identidade nacional.

> [...] a Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

O Espírito Santo na historiografia brasileira

No contexto da historiografia produzida nacionalmente, o Brasil era pensado através da tese dos ciclos econômicos, fato que levou o Espírito Santo a um "esquecimento" devido à sua não participação significativa nesses ciclos. A produção historiográfica capixaba é caracterizada pela reprodução dessa tese.

A cana-de-açúcar, associada a um dos primeiros ciclos econômicos, foi o principal produto de exportação brasileiro durante praticamente todo o século XVII, mas ficou concentrada nas capitanias do nordeste do país, principalmente Pernambuco e Bahia, enquanto a capitania do Espírito Santo, embora também produtora de açúcar, teve uma participação modesta em âmbito nacional. A queda dos preços da exportação do açúcar coincidiu com o

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 23

início da mineração no Brasil, e as riquezas geradas por esse novo ciclo econômico, que perdurou por todo século XVIII, transferiram-se para a capitania de Minas Gerais.

Carlos Teixeira Campos reproduz, em 1998, o conceito defendido quase que unanimemente pelos autores capixabas sobre o porquê do "atraso" da província em relação às demais, apresentando como justificativa o uso do território capixaba como barreira natural para proteger o ouro encontrado em Minas Gerais. Este argumento é característico da historiografia tradicional do Espírito Santo.

> As descobertas do ouro nas Minas Gerais, aos invés de proporcionar a redenção para o Espírito Santo como se poderia imaginar, aumentou o seu atraso. Embora o território do Espírito Santo fosse a passagem natural do ouro recém-descoberto, por razões políticas, o seu escoamento deu-se pelo Rio de Janeiro. O território capixaba foi utilizado como barreira para proteger a região mineira de possíveis invasões de estrangeiros. Assim sendo, impediu-se que do Espírito Santo fosse aberto qualquer caminho que pudesse chegar às Minas Gerais. Resultado: o Espírito Santo ficou parado no tempo (Campos, 1998, p. 161).

O Espírito Santo só viria a se integrar à economia brasileira com a expansão do ciclo cafeeiro, que teve início no século XIX. Mas a escassa população da província apresentava-se como um obstáculo à expansão da lavoura cafeeira no estado.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, escreve sobre essa questão:

> O litoral do Espírito Santo, o "vilão farto" de Vasco Fernandes Coutinho, assim como a zona sul-bahiana, as antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, permaneceram quase esquecidos dos portugueses, só porque justamente nessas regiões, eles tinham encontrado grandes claros na dispersão dos tupis, que não chegaram a desalojar os primeiros habitantes do lugar. Handelmann chegou a dizer, em sua *História do Brasil*, que excetuando o alto Amazonas, era esta a zona mais escassamente povoada de todo o Império, e espantava-se de que, após 300 anos de colonização, ainda houvesse uma região tão selvagem, tão pobremente cultivada, entre as baías de Todos os Santos e do Rio de Janeiro (Holanda, 1995, p. 106).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 24

Os migrantes europeus na historiografia capixaba

Na historiografia capixaba, nota-se duas narrativas distintas sobre a migração européia e particularmente italiana. A primeira e mais forte, apoiada na valorização da história econômica, atribui à chegada dos migrantes europeus a colonização e o desenvolvimento do Espírito Santo. A segunda, menos influente e debatida, apoiada na vertente da história cultural, discorda da generalização de "vazios demográficos", considerando a presença indígena, principalmente no tocante à ocupação territorial.

Nessa segunda narrativa, destaca-se a historiadora Vania Moreira, que escreve sobre a produção histórica dos "vazios demográficos". Ela critica o grande número de obras dentro da historiografia capixaba que tratam do caso da migração européia como sendo o principal grupo a colonizar as terras espírito-santenses[7]. Afirma Moreira:

> Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de "vazios demográficos". O caráter seminômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram ou até mesmo sempre foram sertões sem gente (MOREIRA, 2001, p. 100).

Essa visão, que excluía os negros e os indígenas no Espírito Santo, foi "herdada" do projeto centralizador e nacional que o IHGB impunha a partir da sua produção histórica. É Manoel Salgado, novamente, quem nos transmite essa idéia:

> [...] ao definir a Nação Brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo li-

7 Sobre esse assunto veja: NOVAES (1980); DERENZI, (1974); BISSOLI (1979); CAVATI (1973), entre outros.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 25

> mitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do "outro", cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. [...] Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico [...] (Guimarães, 1988, p. 5).

A vinda de migrantes europeus para as terras capixabas teve, de fato, um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade local. É preciso, porém, ter cuidado ao analisar a bibliografia sobre esse tema, visto que algumas dessas obras valem-se da tese do "vazio demográfico", ignorando a presença das tribos indígenas que habitavam essa região. É o que adverte Moreira:

> É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme "vazio demográfico", totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados "índios bravos", representantes das tribos puri, coroado, botocudo e outras, mas também os então denominados "índios mansos", "domesticados", isto é, pertencentes às tribos tupiniquim e temiminó, que desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira (Moreira, 2001, p. 100).

Nas entrelinhas dessas narrativas estavam a elite e os políticos que, apesar de silenciarem os índios e os negros por não serem interessantes econômica e socialmente, não deixavam de considerá-los. Em 1848, o então presidente da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em seu relatório, estudou as causas para o atraso da província em relação às demais e concluiu:

> Desde logo se me deparou como a primeira a falta de população industriosa e livre, que se applicasse a lavoura, e tirasse de suas magnificas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que offerecem com tão larga profusão. Observei também que logares há na provincia, para os quaes se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se nucleos de colonisação, não só por ser ella quasi cortada de rios navegaveis, cheia de portos,

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 26

> e possuindo grande extensão de mattas riquissimas, ainda devolutas, muito abundante de madeiras de lei, mas tambem por cobrirem taes mattas terrenos mui ferteis para toda sorte de cultura [...] (FERRAZ, 1848, p. 36).

Entender as duas narrativas sobre a migração foi necessário para desenvolver o objeto da pesquisa que se encontra na obra maior da historiografia capixaba. Assim, fez-se necessário estudar o IHGES e, conseqüentemente, o IHGB. Um dos papéis do IHGES foi o de articular os processos históricos ocorridos até então e principalmente buscar dados para definir a identidade da sociedade capixaba. Identidade essa que só poderia ser entendida considerando-se os processos migratórios do século XIX, principalmente o europeu e, em especial, o italiano.

A migração européia

Na segunda metade do século XIX, intensificaram-se os rumores sobre o fim do tráfico, fato que motivou os debates em torno de quem substituiria a mão-de-obra escrava. Apresentavam-se duas possibilidades: absorver os negros libertos ou incentivar a imigração européia. A imigração era vista como a melhor alternativa, e teria duas funções: colonizar e povoar as áreas desabitadas do território e contribuir para o "aprimoramento" do povo brasileiro. Desde meados do século XIX, a elite nacional via com bons olhos as teorias científicas raciais que se anunciavam na Europa.

Com a imigração, além de se obter mão-de-obra para as lavouras, pretendia-se contribuir para a "construção" da identidade nacional, onde a nação ideal era branca, livre, católica e trabalhadora, características atribuídas ao povo europeu.

Embora a entrada desses imigrantes fosse vista como positiva pelo governo imperial, que passou a incentivá-la, existia uma forte corrente contrária, liderada sobretudo pelos latifundiários, que não aceitavam o acesso gratuito à terra oferecido pelo governo. Atendendo a essas reivindicações, em 1850, foi alterada a legislação que discorria sobre a propriedade de terras:

> Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de extrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação extrangeira na

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 27

> forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:
>
> Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra[...] (BRASIL, 1850).

Foi já na vigência da Lei de Terras que a grande maioria de migrantes europeus veio se estabelecer em terras capixabas. Atraídos pelas propagandas do governo imperial, traziam consigo a esperança de melhores condições de vida e o sonho de "fazer a América".

Migração européia para o Espírito Santo

A migração européia para a província do Espírito Santo teve início na primeira metade do século XIX, com incentivos da política imigrantista imperial, que pretendia colonizar as terras brasileiras criando colônias para a instalação de pequenas propriedades.

O Espírito Santo se beneficiou dessa política devido às extensas áreas escassamente povoadas e principalmente devido à intervenção do governo provincial, a qual pode ser percebida em alguns relatórios de províncias, como este de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, de 1856:

> [...] a província do Espírito Santo felizmente, abundante como é de terras devolutas mui ferteis, com um clima ameno, cortada de rios navegaveis e de lagoas auriferas e piscosas, possuindo em suas mattas preciosissimas madeiras, bordadas em seu litoral de portos de seguro ancoradouro com uma navegação costeira já estabelecida e importante, acha-se por certo nas mais lisongeiras circumstancias para proporcionar a esse meio civilisador todas as vantagens que delle se deve auferir. Devemos pois acolher todo impulso que o governo geral que em sua sabedoria e sollicitude julgar dever prestar a esta provincia com a introducção de colonos que venhão aproveitar-se dos beneficios que um solo tão favorecido lhes deve liberalisar (BARROS, 1856, p. 22).

A migração no Espírito Santo caracterizou-se, em relação às demais ocorrências do sudeste brasileiro, pela dupla "missão" que ali tinham os italianos:

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 28

colonizar o território capixaba e suprir a falta de mão-de-obra "industriosa" para o trabalho na agricultura. Parte significativa desses migrantes instalaram-se em pequenas propriedades e dedicaram-se ao cultivo do café, o que proporcionou ao Espírito Santo a inserção no contexto da economia nacional em fins do século XIX e início do XX.

Caio Prado Júnior em seu livro História Econômica do Brasil, publicado em 1942, destaca essa especificidade e diferencia os termos imigração e colonização:

> [...] O processo de recrutamento e fixação dos imigrantes nas fazendas passou a ser denominado imigração subvencionada, reservando-se o nome de colonização ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. [...] O sistema de "colonização" terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas (PRADO JUNIOR, 2004, p. 189-190).

O evento da migração capixaba foi estudado por diversos autores[8] e dentre eles o trabalho que se destaca é o da historiadora Gilda Rocha (1984), que dividiu o processo migratório em três fases distintas:

> • a primeira, compreendida entre 1847-1881, é caracterizada pela criação de colônias oficiais de pequenas propriedades;
>
> • a segunda, compreendida entre 1882-1887, é caracterizada pela suspensão de favores governamentais, com a subordinação do Espírito Santo aos interesses da lavoura cafeeira paulista;
>
> • a terceira, compreendida entre 1888-1896, é caracterizada pela ação direta do governo local; nesta fase, a maior parte dos colonos foi encaminhada para as grandes fazendas de café.

8 Sobre esse tema ver: CASTIGLIONI (1998); CAVATI (1973); DERENZI (1974); NOVAES (1980) entre outros.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 29

A primeira fase

O ano de 1847 foi considerado como o do início da primeira fase da migração devido à chegada dos primeiros colonos europeus, os alemães, que foram encaminhados para a recém-criada colônia de Santa Izabel, subvencionada pelo Império. No relatório de 1848, o presidente da província, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, define os colonos:

> [...] os colonos são em geral moralisados e amigos do trabalho. Tendes a prova de sua moralidade em que, ha cinco mezes que estao na provincia, acharão-se algum tempo juntos na mesma casa, continuão a estar reunidos, e ainda não houve entre elles uma rixa seria, uma desintelligencia, nem acto algum reprovado que chegasse ao meu conhecimento. Quer o seu director, quer os demais empregados da colonia, estimão e louvão o seu procedimento, o que tudo e confirmado por minha pessoa nas diversas e repetidas vezes, que tenho ido a mesma colonia. E' d'esta gente que devemos querer na provincia, e animar sua introducção (Ferraz, 1848, p. 39).

Catorze anos mais tarde, em 1862, o então presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, escreve em seu relatório as condições da mesma colônia:

> [...] Este estabelecimento continua a prosperar. Com quanto o solo em que o situarão não se distingua pela fertilidade, sendo a esse respeito inferior aos terrenos que ficão ao N. de Santa Cruz, e ao S. de Guarapary, todavia produz regulamente os diversos generos de cultura do paiz, e os colonos, respirando o ar vivificador das montanhas, animados pelo espectaculo de uma eterna vegetação, satisfeitos com os gosos da propriedade territorial a quem as leis do paiz protegem generosamente, ostentão ao viajante, geral contentamento, e vivem felizes na sua nova patria. O numero de colonos actualmente é de 753. Os generos cultivados pelos colonos são principalmente mandioca, milho, feijão, batatas, legumes e o café. Os colonos mais antigos não se entregarão com a devida attenção ao cultivo d'esta preciosa planta, de sorte que a colheita em todo o estabelecimento não é superior a 3000 arrobas [...] (Pereira Junior, 1862, p. 46 e 47).

Além desta e ainda no que se refere à primeira fase da migração capixaba, foram criadas outras três colônias patrocinadas pelo governo imperial e que vi-

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 30

riam a se tornar as mais importantes da província: a de Rio Novo, a de Santa Leopoldina e o Núcleo Colonial de Castello.

A Imperial Associação Colonial de Rio Novo, segunda colônia a ser criada, em 1855, viria a se transformar na mais importante da província pela área que ocupava, pelo número de colonos e, conseqüentemente, pela sua produção. No relatório de 1856, o então presidente José Mauricio Fernandes Pereira de Barros assim a descreve:

> O estabelecimento colonial deste nome, emprehendido por uma associação de que é director o Major Caetano Dias da Silva autorisado pelo decreto nº 1263 de 24 de fevereiro do anno passado, que approvou seus estatutos, será situado na margem norte do rio Itapemirim nos terrenos da fazenda do Limão, em outros além do Rio Novo que possue o dito director, e nas vinte legoas que lhe foram vendidas pelo governo imperial (BARROS, 1856).

Dividida em cinco territórios, esta colônia encontrava-se na área hoje correspondente aos municípios de Itapemirim, Anchieta e Guarapari, estendendo-se pelas bacias dos rios Novo, Benevente, Iconha e Itapemirim. João Batista Cavati, estudioso da temática da imigração italiana no Espírito Santo, escreveu em 1973 sobre esta colônia:

> [...] o primeiro território tinha sua sede em Rio Novo. O segundo território localizava-se a margem do Rio Benevente e recebeu em 1875, no mesmo ano em que chegaram os de Santa Teresa, 230 tiroleses, desembarcados em Benevente. O terceiro território instalado nos municípios de Benevente e Itapemirim abrangendo o porto de Iconha, em 1883 já contava com 1350 habitantes, dos quais 926 italianos. [...] O quarto território banhado pelo Rio Benevente e seus afluentes, recebia em julho de 1875 seus primeiros imigrantes, todos austríacos. [...] O quinto território, localizado nos municípios de Benevente e Guarapari, em 1876 recebia os seus primeiros povoadores, tendo já em 1883, 487 italianos e 39 brasileiros (CAVATI, 1973, p. 47).

A terceira colônia fundada foi a de Santa Leopoldina em 1857, dividida em duas partes distintas. A primeira denominada colônia de Santa Maria, situada ao norte do porto de Cachoeira, onde se estabeleceram os primeiros colonos, chegados em março de 1857. Estes colonos eram na maioria suíços desconten-

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 31

tes por contratos de parceria e transferidos pelo governo imperial de Ubatuba para Santa Maria. O solo nesta parte da colônia era pouco fértil e bastante montanhoso. Vendo estas dificuldades, o presidente da província, em fins de 1857, solicitou que fossem explorados novos sítios para o melhor desenvolvimento da colônia. O local escolhido veio a constituir a segunda parte da colônia, a oeste do porto de Cachoeira.

> [...] O digno director daquelle estabelecimento o major Fernando Antonio Ferreira Castello e o engenheiro Amelio Pralon, os quaes informarão haver encontrado na direcção do antigo quartel de Bragança, e ao sul do primeiro assento, terrenos excellentes, e de uma extensão própria á satisfazer ás vistas governativas. Terreno optimo para a cultura, pouco montanhoso, regado em todos os sentidos por pequenos corregos, e offerecendo planicies extensas tanto para o sul, quanto para o oeste, eis o que se encontra na nova Colonia de S Leopoldina, cujos moradores, tendo hoje excellentes estradas e pontes para todas as localidades habitadas de sua visinhança, já tem plantações de milho, feijão, arroz e mandioca (Monjardim, 1858).

Em 19/01/1867 foi editado o decreto nº 3784, no qual o governo imperial regulamentava e tratava dos favores e auxílios a serem prestados aos imigrantes através da criação de colônias destinadas a pequenos proprietários. As duas primeiras colônias vão se beneficiar desses auxílios.

A última colônia fundada através do patrocínio imperial foi a de Castello, anos mais tarde, em 1880, cuja população era constituída principalmente de italianos e tiroleses.

> [...] com a emancipação da Colonia de Rio Novo foi creado este nucleo para aproveitar-se a extensa zona de excellentes terras devolutas, que demoram á margem do alto Benevente. [...] no dia 16 de janeiro ultimo desembarcaram no porto de Benevente os primeiros immigrantes destinados a estes nucleo (Tostes, 1881, p. 41).

Propagandas para a província do Espírito Santo

O governo imperial promoveu propagandas de incentivo à imigração estrangeira para a Província do Espírito Santo, no período denominado por Gilda Rocha como a primeira fase. Destinavam-se a atrair mão-de-obra européia e

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 32

laboriosa, em diferentes momentos, através de mapas da província aos quais se acrescentavam os dizeres transcritos a seguir:

> **Favores a emigração** – os navios que trouxerem emigrantes para o império terão direito a dedução do imposto de ancoragem na razão de 2 1/2 toneladas por colono que desembarcar. São isentos do pagamento de direitos os sobressalentes dos viveres destinados á viagem, e bem assim os instrumentos de agricultura e de qualquer arte liberal ou mechanica, que os colonos e artistas que vierem residir no Imperio trouxerem em sua bagagem.
>
> **Venda de terra** – o Governo venderá terras em algumas de suas colonias, ou nas localidades que os emigrantes preferirem e lhes dará transporte gratuito do Rio de Janeiro ao porto marítimo á que se destinarem. Feita a escolha das terras e respectiva medição ser lhes há entregue o título definitivo de propriedade mediante o pagamento do preço da venda que sera de 1 a 2 reaes a braça quadrada.
>
> **Naturalisação** – os emigrantes que comprarem terras e se estabelecerem no Império poderão naturalizar-se cidadãos brasileiros depois de dois annos de residência. Requerendo porem ao Corpo Legislativo poderão obter dispensa de lapso de tempo, e naturalisar-se logo depois de sua chegada. Os naturalisados são isentos do serviço militar, mas estão sujeitos ao da Guarda Nacional do município que pertencerem. Gozao de todos os direitos políticos consagrados na Constituição, menos o de ser Deputado, Ministro d'Estado e Regente do Imperio.
>
> **Direito aos estrangeiros** – os estrangeiros gozao no Brasil de todos os direitos civis que competem aos nacionais. Assim tem elles ampla liberdade no exercicio de qualquer industria, pelo prejuízo de terceiro, asylo inviolavel em sua casa; garantia de direitos de sua propriedade material e intelectual; tolerancia completa em materia de religião; inviolabilidade da correspondencia postal, e ensino primario gratuito. O Governo do Brasil é estavel, suas autoridades e leis protegem todos sem distinção de classes, a distribuição da justiça civil e criminal é feita com igualdade (KRAUSS, 1866).

Doze anos mais tarde, encontramos mais um exemplo visando reforçar a propaganda da província capixaba:

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 33

> • A Inspectoria Geral de Terras e Colonização attendendo á deficiência e imperfeição dos mappas da província do Espírito Santo. [...] Competentemente autorisada pelo Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, mandou publica-las no intuito principal de tornar mais conhecida pelos europeus, que se dirigem ao Brasil com o fim de se estabelecerem na agricultura, as riquezas naturais e vantagens que podem ali encontrar [...].
>
> • Agricultura, Commercio e Industria. – a agricultura limitada ainda aos pontos mais próximos do litoral, não tem tido o desenvolvimento necessário para alcançar o grao de prosperidade a que pode e deve ella atingirem em solo tão ubérrimo, tornando-se a principal fonte de riqueza publica e particular.
>
> • O desaparecimento gradual e constante que se vai operando na população escrava e a falta de braços livres que substituao a dos captivos, são por certo a causa principal do pouco desenvolvimento da lavoura, que se acha ali circumscripta aos valles dos grandes rios, e as terras adjacentes á partte navegável d'áquelles cursos d'águas.
>
> • Tem contribuido igualmente para a marcha lenta da agricultura a extração e commercio de madeiras, e de outros productos naturaes, visto a lavoura exigir intelligencia de modo expontaneo á extração e offerecem ao mercado um gênero de troca fácil, rendoso e independente de qualquer esforço ou empate de capitaes. [...] o cultivo da canna de assucar parece que tende a despparecer, tal é o abandono que ele tem cahido [...] principalmente á falta de braços nos pontos onde ella melhor se desenvolve, como sejão Linhares, Nova Almeida, Santa Cruz e Benevente (BREVE ..., 1878).

A chegada dos migrantes italianos

A entrada de migrantes europeus se intensifica no final do século XIX e a partir de 1874 começam a se estabelecer os italianos, que se tornariam, anos mais tarde, o povo mais numeroso a povoar as terras capixabas. Vieram, na sua maior parte, da região norte da Itália: Veneto, Lombardia, Trentino/Alto-Adige, Friuli/ Venezia-Giulia.

Na primeira fase (1874-1881) os italianos entraram por dois portos: Vitória, de onde foram encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina, mais especificamente para o núcleo do Timbuy e Benevente, de onde foram encaminhados para a colônia de Rio Novo:

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 34

> **Nucleo do Timbuhy** – conta este núcleo de existencia, seis annos, e está dividido em oito districtos. É pela naturesa de seu solo, pouco apto para a cultura do café, a única que seduz os colonos pelos seus vantajosos resultados. A sua população sobe cerca de 3000 almas provindas de 365 familias ali estabelecidas, em sua maioria, italianas (TOSTES, 1881, p. 40).

Cônsul Real em Vitória Carlo Nagar, em seu relato de 1895, escreve que aos colonos era dada a possibilidade de escolha do local e das condições de trabalho.

> Os imigrantes podem requerer um lote de terreno a colonizar, podem ser colocados como meeiros ou, ainda, optar por serem encaminhados àqueles centros que precisam de diaristas. São, portanto, reunidos em grupos de acordo com seu destino e enviados pela costa ao ponto mais próximo da localidade a que são destinados, tais como: Benevente e Itapemirim pelo sul, e Santa Cruz, Rio Doce e São Mateus pelo norte (NAGAR, 1995, p. 43).

A segunda fase

A política imperial para a migração foi alterada com o Decreto nº 7570 de 20/12/1879, que suspendeu todos os favores e auxílios que eram prestados aos migrantes para instalação nos núcleos coloniais.

A primeira fase da migração capixaba é considerada encerrada com este decreto, porém, é utilizado o ano de 1881 como delimitador, pois até essa data muitos colonos ainda se estabeleceram no Espírito Santo, valendo-se das vantagens concedidas pelo decreto nº 3784 de 19/01/1867.

A segunda fase (1882-1887) foi marcada por um número muito pequeno de colonos que se estabeleceram no estado, devido à mudança nos incentivos do governo imperial que passou a atender a crescente carência de braços com que se defrontava a grande lavoura cafeeira, em especial na província de São Paulo.

Nesta fase os italianos chegaram principalmente pelo porto de Vitória e foram dirigidos a lugares mais diversos, como São Mateus, ao norte, e a região de Itapemirim, ao sul da província.

Em 16 de julho de 1886 foi criada a Sociedade Espírito-Santense de Immigração, com o objetivo de incentivar e ampliar a entrada de estrangeiros na província. Essa medida foi o primeiro passo que o governo provincial tomou para atrair a mão-de-obra estrangeira, visto que o governo imperial deixou de financiar a imigração para o Espírito Santo. Nota-se, através dos relatórios de

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 35

província, que o assunto colonização ou imigração, antes muito abordado, durante esses anos praticamente não foi mencionado:

> [...] de outubro de 1885 a 31 de agosto do corrente anno entrarão 117 immigrantes, sendo: italianos 99 e allemães 18, numero sem duvida assaz diminuto para uma província, que segundo diz o Inspector Especial de Terras e Colonisação, possue terrenos de primeira qualidade em condições de receber mais de 200.000 immigrantes (Rodrigues, 1886, p. 24).

A terceira fase

O período compreendido entre 1889-1896, que representa a terceira fase da migração capixaba, é caracterizado pela ação direta do governo local que, após a abolição da escravidão, precisou criar políticas próprias para incentivar a vinda de mão-de-obra para as grandes lavouras cafeeiras. A entrada dos italianos nesta fase ocorreu principalmente pelo porto de Itapemirim, na região sul do Espírito Santo, onde se concentravam as grandes fazendas:

> [...] Com o concurso efficaz do Governo Municipal, que vae sendo solicito em prover aos demais melhoramentos, que lhe estão a affectos, dentro de alguns annos poderemos ter uma capital digna d'esse nome, e uma cidade na altura dos seus largos destinos.
>
> – A corrente immigratoria, mantida pelos cofres do Estado desde 1892, teve grande incremento nos ultimos mezes do anno passado e após ligeira interrupção motivada pelo apparecimento do cholera no Estado, foi retomada com a mesma regularidade. O numero de immigrantes introdusidos n'esses dose mezes excede de sete mil, sendo a grande maioria composta de familias agricultoras (Freire, 1895).

O encerramento da terceira fase, e conseqüentemente do período de maior fluxo de migração para o estado, aconteceu em 1895, quando o cônsul Carlo Nagar denunciou em seu relatório as condições que os colonos italianos, atraídos pela propaganda enganosa, enfrentavam nos núcleos coloniais:

> [...] a imigração italiana neste Estado, portanto, é constituída principalmente de agricultores, mas existem também famílias da classe operária e

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 36

> aquelas que fazem o trabalho braçal temporário ou fixo. [...] tanto na cidade como no campo a jornada de trabalho é de 9 horas [...] os imigrantes agricultores com famílias, uma vez embrenhados na várias regiões não podem abandoná-las com facilidade, pois as estradas do interior deste Estado são mal cuidadas e perigosas especialmente nos tempos de chuva, portanto difíceis de serem percorridas com mulheres, crianças e bagagens. [...] Sobressaem infelizmente o clima e as febres endêmicas. [...]Sem dúvida este Estado terá, como outros, um futuro. Entretanto, hoje, mais da metade dos nossos imigrantes estão destinados a formar o substrato do seu bem-estar futuro, perdendo as ilusões, a saúde e muitíssimos também a vida [...] (NAGAR, 1995, p 54).

Esse relatório levou o governo italiano a proibir a imigração de seu povo para o estado do Espírito Santo. O decreto, assinado em 20 de julho de 1895, determinava:

> O Régio Ministério do Interior, considerando que no Estado do Espírito Santo, seja pelo modo como foram conduzidos os serviços de imigração, seja pelas condições econômicas, climáticas e higiênicas da região submetendo aqueles que emigram a riscos e danos gravíssimos, decreta: é proibido até nova ordem aos agentes e subagentes de efetuarem operações de imigração para o porto de Vitória e, em geral, para o Estado do Espírito Santo (RIZZETO, 1903).

Ocupação territorial e herança cultural

A ocupação territorial pelos migrantes italianos, no estado do Espírito Santo, pode ser melhor compreendida, analisando-se o mapa que segue, construído a partir dos dados levantados durante a pesquisa.

O principal porto de entrada desses migrantes foi o de Vitória. A partir dele, os colonos eram transportados por barcos menores a outros portos como Itapemirim, Benevente e São Mateus e finalmente encaminhados para seus lotes de terra. Dessa forma, durante aproximadamente vinte anos[9], o Espírito Santo recebeu migrantes italianos que viriam colonizar o estado e suprir a falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira.

9 Considerando-se para migração italiana o período compreendido entre 1874 (chegada dos primeiros colonos) e 1895 (decreto que proibia entrada de italianos em terras espírito-santenses).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 37

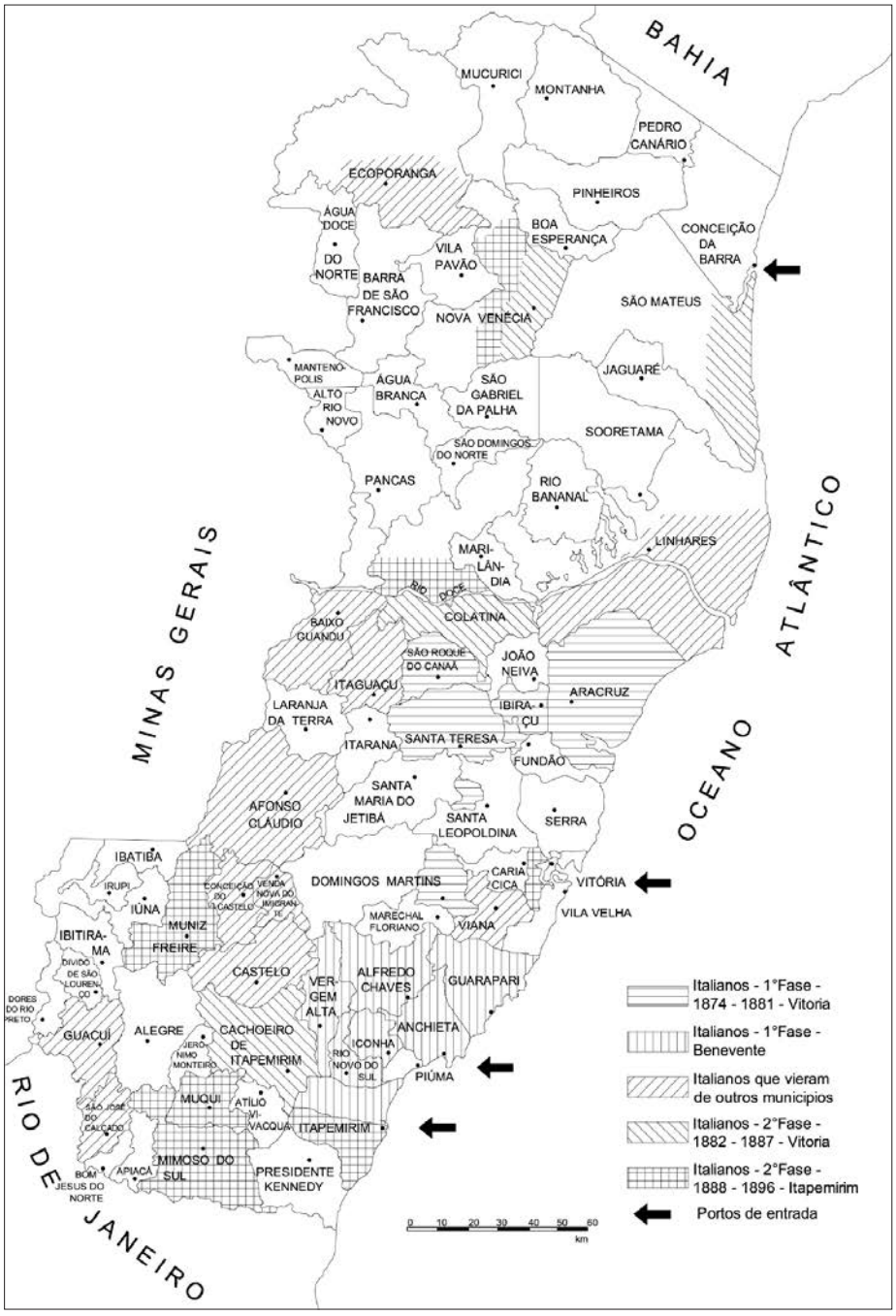


FIGURA 1 Mapa do estado do Espírito Santo. Ocupação territorial de migrantes italianos no século XIX.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 38

A partir deste mapa (na página anterior) e da demanda da 21ª Superintendência Regional, identificamos algumas localidades a serem visitadas, destacando cinco municípios: Vargem Alta, Alfredo Chaves, Marechal Floriano, Anchieta e Santa Teresa. Através das referências arquitetônicas, representamos aqui um pouco da herança cultural desses migrantes italianos.



FIGURA 2 Município de Vargem Alta: exemplares da arquitetura rural e urbana. A colonização italiana, no município, ocorreu na segunda metade do século XIX, quando predominaram as pequenas propriedades que se dedicaram ao cultivo do café.



FIGURA 3 Município de Alfredo Chaves: exemplares da arquitetura rural do distrito de Matilde. Pertencente à colônia de Rio Novo, teve uma influência italiana muito significativa. Era a partir dali que acontecia a interiorização dos italianos pelo solo capixaba, ou seja, muitas famílias partiam daí em busca de melhores terras e condições de vida.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 39



FIGURA 4 Município de Marechal Floriano: exemplares da arquitetura rural e urbana do distrito de Araguaia. A partir de 1875 recebeu uma grande leva de imigrantes italianos que chegaram através do município de Alfredo Chaves.



FIGURA 5 Município de Anchieta: Rio Benevente e Casa de Quarentena, onde eram hospedados os imigrantes que chegavam pelo porto de Benevente, para a partir daí seguirem aos núcleos coloniais designados. A Casa encontra-se em estado de degradação e é o imóvel mais significativo sobre a imigração italiana na região.

Segundo Maria Stella de Novaes, em 1878 chegavam ao porto de Benevente os primeiros imigrantes italianos, a bordo do vapor Isabela, que trazia 802 colonos (NOVAES, 1980, p.70). O porto de Benevente, do ponto de vista comercial, era mais freqüentado do que os de Vitória e Itapemirim, e era principalmente a partir dele que os navios saíam para o Rio de Janeiro, carregados de diversos gêneros.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 40





FIGURA 6 Município de Santa Teresa: considerado o primeiro fundado pelos migrantes europeus, na maioria italianos, possui fortes características culturais e arquitetônicas comuns a essa colonização. Apesar de bastante descaracterizado, ainda conserva alguns prédios típicos dos núcleos urbanos fundados pelos migrantes italianos.





FIGURA 7 Município de Santa Teresa. Residência de Virgílio Lambert, uma das primeiras construções do estado do Espírito Santo, feita por colonos italianos, por volta de 1875. Abrigou a família Lambert, imigrantes que se destacaram e trouxeram grande contribuição à região.

Considerações finais

No Espírito Santo, a migração italiana atingiu números absolutos bem menores do que, por exemplo, São Paulo e Paraná devido à falta de comunicação e à preferência dos migrantes pelas províncias do sul. Porém, quando se trata de analisar os números relativos, os dados surpreendem, pois: o Espírito Santo era o estado em que mais havia italianos:

Com uma população nativa mais escassa, o Espírito Santo, era o sétimo colocado na categoria de receptor de imigrantes em 1900, mas o segundo quanto à proporção de estrangeiros no conjunto de sua população (15,7%). Os maiores números relativos apresentados pelo continente italiano em relação aos estrangeiros pertenciam ao Espírito Santo, ou seja, os italianos neste estado eram 67% em 1920 (BASSANEZI, 1998, p. 59).

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 41

Esses dados resumem, de uma maneira geral, a importância dessa pesquisa para o Espírito Santo e para a 21ª Superintendência Regional do IPHAN, que pretende construir, no estado, uma nova narrativa no campo do patrimônio, considerando um universo mais vasto do protegido[10] a partir do grupo de migrantes italianos. Hoje a atuação do IPHAN não contempla apenas um projeto nacional, mas considera as especificidades regionais tratando de questões mais amplas e pensando as diferentes tradições e etnias que se incorporaram à cultura brasileira.

O estudo da historiografia capixaba deveu-se à necessidade de entender o contexto da migração italiana na história do Espírito Santo. O evento dessa migração, muito estudado no estado, apontou para duas principais narrativas historiográficas: a primeira, apoiada na valorização da história econômica, e a segunda, apoiada na vertente da história cultural[11]. Narrativas que se opõem e que preenchem a quase totalidade da história capixaba, destacando o século XIX dos demais. Evidenciando vazios e silêncios de uma história na qual ainda há muito a ser estudado.

O tema deste artigo se apresentou mais amplo do que pensado inicialmente, não sendo possível desenvolvê-lo na sua totalidade. Fica faltando uma análise maior acerca dos bens culturais ecléticos, típicos dessa migração italiana, o que não impediu que o objetivo principal dessa pesquisa fosse alcançado: o de contribuir com subsídios históricos para atuação da 21ª SR em relação aos bens culturais dos migrantes italianos, lembrando, porém, que há ainda um grande caminho a percorrer.

Bibliografia

ABREU, Teresa Carolina Frota de. Superintendente da 21ª SR/ES. Anexo ao MEMO 21ºSR/141/04, de 28 dez. 2004.

ACHIMÉ, Fernando A. M. (org.). *Catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Universidade Federal do Espírito Santo, 1991.

AGUIAR, Audifax Borges de. *Jornal Correio do Sul*. Cachoeiro de Itapemirim, ano I, n. 80, 7 mar. 1929.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.

10 Doze bens imóveis característicos da arquitetura colonial portuguesa. Sobre eles, veja p. 2.

11 Veja p. 10.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 42

BARRETO, Carlos Xavier Paes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 1, p. 14, 1917.

BARROS, José Mauricio Fernandes Pereira de. *Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856*. Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm.

BASSANEZI, Maria S. C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (org.) *Imigração italiana no Espírito Santo: Uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998.

BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo. Alguns aspectos da independência 1820/1824.* Vitória: IHGES, 1985.

BRASIL. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850*. Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de setembro de 1850. Disponível em: https:// www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

BREVE Noticia Descriptiva sobre a Província do Espírito Santo, 1878. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC 4 – 1 – 20.

CAMPOS, Carlos Teixeira Jr. Imigração italiana e a construção da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (org.) *Imigração italiana no Espírito Santo: Uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998.

CASTIGLIONI, Aurélia H. (org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: Uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998.

CAVATI, João Batista. *História da imigração italiana no Espírito Santo.* Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847*. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848. Disponível em: http://www.crl.edu/content/ brazil/esp.htm.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 26, p. 225, 1997,.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo José de Mello Carvalho Moniz Freire em 17 de setembro de 1895*. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 43

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 4-27, 1988.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOURTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.) *Passados recompostos – Campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAUSS, Carlos (org.) *Mappa da Parte Septentrional. Província do Espírito Santo*. Publicado por ordem de Ex. Sr. Cons. Dr. Antonio Franco de Paula Souza – Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios d'Agricultura e Obras Públicas. – 1866. Organizado sobre os trabalhos de R. v. Kruger e outros. Rio de Janeiro: Cartografia, Biblioteca Nacional.

LOPES, Almerinda da Silva. *Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República.* Vitória: Editora do Autor, 1997.

MARQUES, Cesar Augusto. *Diccionario histórico, geographico e estatístico da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

MENDES, Jussara de Moraes. Parecer DITEC/6ª SR/IPHAN n. 011, de 29/12/04.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (orgs.) *Museus & cidades: livro do seminário internacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

MONJARDIM, José Francisco de Andrade e Almeida. *Relatorio que o exm. sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858*. Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1858. Disponível em: http://www.crl.edu/ content/brazil/esp.htm.

MOREIRA, Vania M. L. A produção histórica dos "vazios demográficos": Guerra e Chacina no Vale do rio Doce (1800-1830). *Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo*, n. 9, p. 99-123, 2001.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Cultura e Arquitetura: A casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1997.

NAGAR, Carlo. *Relato do Cavalheiro Carlo Nagar* – Cônsul Real em Vitória. O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro de 1895). Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do* IHGES. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

NOVAES, Maria Stella. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

PEP01 - Adriana 10/1/07 3:28 PM Page 44

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. *Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/ esp.htm.

POSENATO, Julio. *Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RELATÓRIO de presidente da província do Espírito Santo. 1848, 1856, 1858, 1862, 1881, 1886 e 1895. Os relatórios de província foram pesquisados através do site www.crl.edu. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm.

IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994; n. 24, 1996; n. 26, 1997.

RIZZETO, R. *L'immigrazione italiana nello stato di Espírito Santo*. Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1903.(Xerocópia do artigo do *Bollettino Dell´emigrazione*).

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1984.

RODRIGUES, Antonio Joaquim. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espirito-Santo pelo presidente da provincia, desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.* Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1886. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SPHAN-PróMemória. Boletim Informativo, editado pela Fundação Nacional Pró-Memória, n. 15, nov.-dez. 1981.

TOSTES, Marcellino de Assis. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo em sua sessão ordinaria de 8 de março de 1881 pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes*. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1881. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória Statistica da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 45

Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE

ALINE DE FIGUEIRÔA SILVA



Resumo

O artigo sintetiza um estudo técnico elaborado no âmbito da 5ª Superintendência Regional do IPHAN, referente à proposta de delimitação da área de entorno para proteção da vizinhança do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e demais bens isolados tombados em nível federal no Bairro, cadastrado, em toda sua extensão, como sítio arqueológico. Integra o estudo um pré-inventário das edificações localizadas na rua do Brum, como subsídio à futura revisão do polígono de tombamento federal do conjunto. A paisagem foi utilizada como conceito-chave para definição da metodologia, em correspondência com discussões contemporâneas, conjugando o aporte da "paisagem cultural", categoria do patrimônio da humanidade criada em 1992, e o conceito de "paisagem urbana histórica", tema da conferência internacional ocorrida em 2005, na Áustria, sob o auspício da UNESCO. Por outro lado, o trabalho alavanca a problemática institucional quanto à delimitação de áreas de entorno de edificações e conjuntos urbanos tombados em nível federal.

Aline de Figueirôa Silva Arquiteta e urbanista, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 5ª Superintendência Regional do IPHAN em Recife durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da arquiteta e urbanista do IPHAN, especialista em Desenvolvimento Urbano e Rural, Fernanda Maria Buarque de Gusmão. O artigo contou com a colaboração do Arqueólogo Paulo Tadeu de Souza Albuquerque.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 46

Introdução

Ao longo do tempo decorrido desde sua criação, a atuação do IPHAN na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em muito se expandiu para salvaguardar uma grande quantidade de bens constituintes do patrimônio cultural brasileiro, abarcando as dimensões material (tangível) e imaterial (intangível), em face da gradual ampliação do quadro cronológico e dos valores atribuídos às obras que passaram a despertar interesse patrimonial. Entretanto, no domínio da arquitetura, urbanismo e paisagismo, são poucos os bens remanescentes do século XX tombados pelo Instituto, como a produção do ecletismo e do modernismo, além das lacunas em relação às regiões brasileiras contempladas pelo tombamento. No que se refere a cidades e centros históricos, edificações isoladas e espaços livres, como praças, parques e jardins, a preservação do entorno é objeto de discussão nacional e representa uma das prioridades da instituição, em função do acelerado processo de urbanização que leva ao adensamento construtivo e à descaracterização da paisagem da qual faz parte o bem tombado.

Esse entendimento, no entanto, numa visão de vanguarda, foi expresso no Decreto-lei nº 25/1937, que registra, no seu artigo 18, a noção de "vizinhança da coisa tombada", à qual está vinculada a aprovação de projetos no entorno de bens tombados – discussão tangenciada ou enraizada em muitos documentos patrimoniais (cf. esses documentos em CURY, 2000)[1].

Existem, na cidade do Recife, no âmbito da arquitetura, urbanismo e paisagismo, 37 bens tombados pelo IPHAN – edificações religiosas, em sua quase totalidade, mas também alguns edifícios militares e civis, como fortificações, mercado e teatro. Além destes, há dois conjuntos urbanos (o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro). Desse total, 24 bens estão incluídos nos oito polígonos de entorno existentes, delimitados em 1984.

No Bairro do Recife, além do Conjunto, são tombados isoladamente, em nível federal, o Forte do Brum, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, a Igreja da Madre de Deus e o local da antiga sinagoga, hoje dois sobrados designados de

1 Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e caráter das paisagens e sítios (12ª sessão – Conferência Geral da UNESCO, 1962); Carta de Veneza (1964); Normas de Quito (1967); Compromisso de Salvador (1971); Manifesto de Amsterdã (1975); Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (19ª sessão – Conferência Geral da UNESCO, 1976); Carta de Burra (1980); Carta de Florença (1981); Carta de Washington (1986); e a Recomendação nº R (95) 9 sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 47

Sinagoga *Kahal Zur Israel*, esses dois últimos localizados no conjunto urbano (Figura 1). Após a inscrição do Conjunto, em 1998, nos livros de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e das Belas Artes, o bairro, em toda sua extensão, foi cadastrado pelo IPHAN como sítio arqueológico em 2000 (Figura 1).

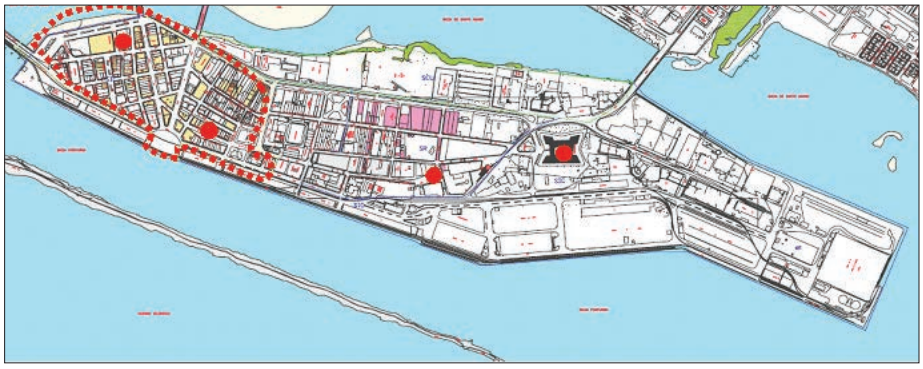


FIGURA 1 Bairro do Recife. A poligonal em vermelho corresponde ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, os pontos em vermelho, aos bens tombados em nível federal. Toda a porção continental é cadastrada como sítio arqueológico. Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, elaborado sobre mapa-base da URB/Unibase 2002, formatado por Aline de Figueirôa Silva e Ana Carolina Puttini.

Anteriormente ao tombamento federal, o Bairro do Recife foi alvo de planos e leis de preservação estadual (1978) e municipal (1979) e classificado como Zona de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH 09) segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife (Lei nº 16.176/1996). A importância da sua preservação motivou a elaboração da Lei Municipal Sítio Histórico Bairro do Recife (Lei nº 16.290/1997), constituindo a única ZEPH da cidade com regulamentação específica em relação às condições de uso e ocupação do solo.

Em seus primórdios, o Bairro do Recife, hoje uma ilha, constituía uma povoação atrelada ao porto, assentada numa pequena lingüeta de terra, um istmo que se ligava à vila de Olinda. O porto do Recife, que deu origem à povoação, ao bairro e à cidade, teve seu funcionamento e estrutura física ampliados no decorrer do tempo, sendo hoje umas das permanências mais fortes no sítio histórico.

O estoque construído encontra-se subutilizado, embora algumas edificações tenham sido alvo de intervenções recentes, como a implantação de um *shopping* no antigo Convento dos Oratorianos e Alfândega, além dos novos usos decorrentes do pólo tecnológico do Porto Digital. Com o predomínio das atividades de comércio e serviços, nos finais de semana o bairro é menos fre-

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 48

qüentado e sua população fixa, a Comunidade do Pilar, está assentada na vizinhança do conjunto tombado e constitui um dos focos de pobreza do sítio histórico, tida como um dos entraves à sua conservação.

O Bairro do Recife é um dos alvos do Projeto Urbanístico Recife-Olinda, que propõe um vasto adensamento construtivo, verticalização da área portuária e de terrenos contíguos, no bairro de São José, ao sul, e, no limite norte, em áreas pertencentes aos municípios de Olinda e do Recife, o que aumentará as pressões imobiliárias sobre o patrimônio, consubstanciando a necessidade de delimitar uma área de entorno e definir critérios de intervenção.

A área de entorno elaborada inclui os cinco bens tombados em nível federal e o sítio arqueológico em uma única poligonal e o estudo de caso das edificações localizadas na rua do Brum consiste num detalhamento metodológico para subsidiar futura revisão do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife.

Este artigo se divide, então, em cinco partes. A primeira apresenta o objeto do trabalho, referenciando aspectos da formação do solo e urbanística e usos predominantes. A segunda parte explicita a metodologia adotada, delineando o referencial teórico a partir dos conceitos de "entorno", "ambiência", "paisagem" e "unidade de paisagem" e os procedimentos de coleta de dados. O bairro foi compreendido como um sistema paisagístico que inclui a ilha (porção continental), o molhe (a linha dos arrecifes de pedra), rios e oceano. A paisagem do bairro, historicamente moldada pela correlação entre forças naturais e antrópicas, hoje constituída pelas águas marinhas e fluviais, arrecifes, aterros, traçado, casario, fortificação, igrejas e equipamentos portuários, foi dividida em unidades de paisagem. Esse é o conteúdo da terceira e quarta partes, que correspondem, respectivamente, à proposta de delimitação da área de entorno e ao estudo de caso da rua do Brum, a partir de um breve inventário das edificações de interesse do ponto de vista da arquitetura e urbanismo, da história e da arqueologia. Na quinta e última parte são apresentadas as conclusões, numa reflexão crítica sobre as lacunas, desdobramentos e perspectivas de continuidade do trabalho, particularmente em relação à revisão do tombamento.

Caracterização do Bairro do Recife

O Bairro do Recife se estende, atualmente, por uma área aproximada de 106 ha e compõe o Centro Histórico da cidade do Recife. É uma ilha banhada pelo oceano Atlântico, a leste, e pelos rios Capibaribe e Beberibe, a oeste, resultante

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 49

de um processo histórico de expansão do solo, conquistado às águas por sucessivos aterros, e da abertura de um canal que ligou a foz dos rios ao mar no início do século XX, perdendo-se a condição de istmo e península (Figuras 2 e 3).



FIGURA 2 Mapa da Cidade do Recife e detalhe do Bairro do Recife. Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, elaborado a partir da Carta de Nucleação do Recife de 2002, por Aline de Figueirôa Silva e Ana Carolina Puttini.

FIGURA 3 Bairro do Recife, 2006. Fonte: Foto de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, acervo da 5ª SR/IPHAN.



O porto do Recife ocupa quase metade da extensão territorial da ilha, estendendo-se no sentido norte-sul ao longo da fachada atlântica. Além das atividades portuárias, predominam o comércio e os serviços, com a presença de agências bancárias, escritórios ligados à exportação, armazéns de atacado e instituições públicas. O uso habitacional restringe-se quase que exclusivamente à Comunidade do Pilar, assentada irregularmente numa área desapropriada para servir às instalações do porto, hoje bastante degradada, onde se localiza a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em péssimo estado de conservação.

Antigo "Povo dos Arrecifes", "Porto dos Navios" ou "Arrecifes de Sant'elmo", o Bairro do Recife tem suas origens em atividades portuárias realizadas desde o século XVI, favorecido pela linha de arrecifes que lhe servia de ancoradouro natural. A essa época, seu território correspondia a uma estreita faixa ou lin-

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 50

güeta de areia (um istmo) espremida entre o oceano e os rios, conectado à vila de Olinda – configuração expressa nas palavras de Gabriel Soares de Souza de 1587 (SETTE, 1948, p. 32):

> Se entra pela bôca de um *arrecife de pedra* ao sudoeste e depois norte-sul, e, entrando para dentro ao longo do arrecife, fica o *rio Morto* pelo qual entram até acima navios de cem tonéis até duzentos, tomam meia carga em cima e acabam de carregar onde convém que os navios estejam bem amarrados [...] por esta bôca entra o *salgado* pela terra [...] e defronte do surgidouro dos navios faz êste rio outro volta deixando no meio uma *ponta de areia* onde está uma ermida do Corpo-Santo. Neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias (Grifos nossos).

Dos arrecifes ou recifes nascia o porto, deste, o bairro, e deste outro, a cidade – Recife – vinculando homem e ambiente, ou seja, a ação cultural sobre a paisagem natural modelava uma paisagem portuária desde o século XVI.

Antes da ação humana, porém, Josué de Castro explica com maestria a formação do solo que deu origem ao Recife, através do trabalho conjugado das águas, ventos alísios, mangues, fauna e arrecifes. O linguado de terra se constituía pela ação das águas dos rios, que arrastavam aluviões, os quais se fixavam e estruturavam o solo frouxo em decorrência do papel dos mangues, que, com suas raízes profundas, consolidavam os sedimentos (CASTRO, 1948, p. 13-26). Por sua vez, os arrecifes funcionavam como proteção natural, pois amenizavam a força das vagas marinhas e dos ventos, sem o que os aluviões seriam arrastados, e ainda atuavam na consolidação do terreno os esqueletos calcários da fauna que vivificava no mangue (CASTRO, 1948, p. 13-26).

A "planície encharcada" do Recife fora preterida pelos portugueses, os quais encontraram na colina de Olinda condições propícias a seu sistema colonizador baseado na atitude medievalesca; a topografia acidentada garantia-lhes proteção, ao passo que a monocultura da cana-de-açúcar desenvolvia-se nos engenhos espalhados pela várzea dos rios Capibaribe e Beberibe, centros autônomos de vida e verdadeiros burgos (CASTRO, 1948, p. 27-37, 68).

A lingüeta de terra cercada de águas e vegetação foi vista como um sítio insalubre pelos portugueses, porém, estratégico pelos flamengos, mercantilistas e apreciadores da vida urbana. Assim, do espírito comercial e de urbanidade dos

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 51

holandeses, aproveitando-se de condições fisiográficas que lhe eram familiares, o Bairro do Recife se constituiu pela vontade criadora daqueles povos "dominadores e domadores da água" (CASTRO, 1948, p. 27-81).

O bairro nasceu sob o signo do comércio, em função do escoamento da produção de açúcar dos engenhos suburbanos e das trocas de artigos com Olinda. As fortificações – inicialmente o forte do Picão, sobre os arrecifes, e o forte de São Jorge, em terra – defendiam a porta de entrada da capitania, do porto e seus armazéns cheios do açúcar disputado por corsários. Citando Cavalcanti (1978, p. 228-229):

> Os embarques de pau-brasil e dos 'açúcares' determinaram suas primeiras construções. Inicialmente foram as feitorias ou 'os *passos*'. Em seguida os *fortes* garantindo-lhes a defesa. Depois vieram as *casas comerciais*. Paralelamente a tudo isso formava-se o agrupamento populacional que ia carregar e descarregar os barcos, ir e voltar do mar, fiscalizar ou cobrar o dízimo, matar ou morrer nas suas fortalezas, ou contritamente rezar na *ermida* sob a invocação do padroeiro Santelmo (Grifos nossos).

Após o período de dominação holandesa no Recife (1630-1654), o estoque imobiliário do bairro quase triplicara para trezentos prédios, acrescidos aos já existentes: Igreja do Corpo Santo, Palácio do Governo, Alfândega, Cadeia, Provedoria, Casa de Câmara, Sinagoga e armazéns (CAVALCANTI, 1978, p. 232-234). Em 1630, era concluído o Forte do Brum e em 1679 iniciava-se a construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, finalizada por volta de 1683, no local onde até então existira o Forte de São Jorge, em Fora-de-Portas, área de expansão separada do núcleo urbano ao sul pelo Arco do Bom Jesus. Em fins do século XVII foram edificados em solo aterrado a Igreja e o Convento da Madre de Deus, utilizado como Alfândega em meados do século XIX, e o Forte do Matos, construído no sudeste do istmo e hoje desaparecido (ALBUQUERQUE et al., 2000). Por volta de 1815, erguia-se a Cruz do Patrão para balizar os navios, banhada pelo Beberibe e à qual estavam associadas "lendas e tradições populares [...] ficções que a crendice popular ainda hoje ingenuamente repete" (PEREIRA DA COSTA, 1983, p. 360-361).

Dentre as obras de melhoramentos urbanos empreendidas no Recife no governo do Conde da Boa Vista, a partir de 1830, foram construídos no Bairro do Recife o Cais do Apolo, possibilitando a criação de novas vias em Fora-de-

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 52

Portas, e o Arsenal da Marinha, do lado do mar, definindo outro cais (MENEZES, 1988, p. 41). O Arco do Bom Jesus era demolido em 1850, quando foi edificado o Observatório do Arsenal da Marinha, atual Torre Malakoff, com material da demolição. Em 1870, foi executado o projeto da praça dos Voluntários da Pátria, hoje praça Artur Oscar ou praça do Arsenal da Marinha, e em 1881 foi edificada pela *Great Western of Brazil Railway* a Estação do Brum, ponto inicial da estrada de ferro que ligava o Recife a Limoeiro. No início do século XX, o Bairro do Recife já se encontrava adensado em toda a extensão territorial, com arruamentos e limites praticamente definidos.

No conjunto das reformas urbanas que marcaram a passagem entre os séculos XIX e XX no Brasil, o bairro passou por uma grande intervenção que abarcou a ampliação do porto, a modificação do traçado urbanístico e a criação ou remodelação de diversas edificações. Foram realizadas obras de expansão da estrutura portuária com a execução de aterros, construção de novos armazéns e criação da avenida Alfredo Lisboa, ideário de modernização que conjugava o valor estético, preconizando o embelezamento da cidade e o valor higienista, com a perspectiva de saneamento, iluminação e pavimentação, capitaneado pelo engenheiro Saturnino de Brito.

A reforma alterou a antiga malha urbana colonial de ruas estreitas pela criação de grandes avenidas radiocêntricas que culminavam numa praça, sob inspiração da urbanística francesa de meados do século XIX. Entre as demolições decorrentes da reforma, estavam a Igreja ou Ermida do Corpo Santo, cuja cantaria foi utilizada nas guias de meio-fio em diversas ruas da porção sul do bairro, onde a reforma foi mais incisiva, e o Forte do Picão. Esta intervenção de grande porte deixou parte do bairro inteiramente transformado, conferindo-lhe uma feição eclética. Acompanhando a intervenção urbanística, foi executada uma remodelação arquitetônica, sendo demolidos antigos sobrados coloniais para a execução de novas edificações no estilo eclético e tendo permanecido alguns sobrados, que receberam tratamento de fachadas. Foram construídos armazéns, um terminal açucareiro e um parque de tancagem.

O Bairro do Recife teve seus limites físicos redefinidos no século XX, com a ruptura da ligação entre o Recife e Olinda, transformando-o em ilha, e com a execução dos aterros do Cais do Apolo e do novo Cais da Alfândega. Em 1991, o governo do estado de Pernambuco manifestou interesse em criar um pólo de atração turística no bairro, elaborando o Plano de Revitalização, concluído em 1992. Algumas ações previstas foram executadas, a exemplo da abertura da parte

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 53

sul da avenida Alfredo Lisboa, antes restrita ao porto. Também foi implantado o Projeto Cores da Cidade, centrado no Pólo Bom Jesus com atividades gastronômicas e eventos culturais. A partir de 1998, o governo federal, através do Programa *Monumenta-BID*, juntamente com o governo municipal, vem investindo no Pólo Alfândega e requalificando a área sob a perspectiva de usos diferenciados.

Fruto desse processo histórico, o Bairro do Recife é hoje marcado pela diversidade de formas resultantes da ação da natureza e do homem, visíveis no acervo edificado (a exemplo do casario, igrejas, forte, antigo arsenal e estação), no parcelamento do solo (lotes e quadras), no traçado urbanístico, na vegetação, nos espaços livres públicos, como praças e cais, nos arrecifes e águas urbanas do encontro entre rios e mar, que lhe conferem um caráter insular, configurando uma paisagem bastante heterogênea.

Metodologia

Compreendendo a heterogeneidade da paisagem e a complexidade da preservação do Bairro do Recife, o estudo se baseou em diferentes fontes, procurando utilizar conceitos e procedimentos extraídos de trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo IPHAN ou com sua participação, legislações municipal e federal, planos de preservação, o INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados), cartas patrimoniais e outros referenciais teóricos, a partir dos conceitos de "entorno", "ambiência", "paisagem" e "unidade de paisagem".

A expressão "entorno", enraizada no corpo técnico do IPHAN, é inicialmente utilizada para designar, de forma genérica, a "vizinhança" ou "circunvizinhança", as "proximidades" ou as "cercanias" de um objeto – um conceito físico, espacial, que se refere aos arredores de um bem.

A "ambiência", por sua vez, transcende a noção de entorno, sendo definida como o quadro natural e construído no qual o bem está inserido e que leva em conta muitas outras características; designa o ambiente que envolve o bem, seu meio ou contexto ou moldura, constituído por elementos naturais e construídos (UNESCO, 1962; Carta de Veneza, 1964; Normas de Quito, 1967; Manifesto de Amsterdã, 1975; UNESCO, 1976. (cf. esses documentos em CURY, 2000). Entende-se, pois, que a ambiência teria um sentido de "paisagem circundante", muito embora o bem seja parte integrante dessa paisagem, não vinculada apenas à acepção de invólucro.

Como expressão polissêmica e movediça que é, conforme apreciação do professor Ulpiano Meneses (2002, p. 29), a "paisagem" é um conceito comple-

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 54

xo, que admite uma infinidade de aportes e passeia por diferentes disciplinas, desde a geografia, como um de seus principais conteúdos, até atingir o âmbito da preservação cultural, inclusive constituindo categoria do patrimônio da humanidade instituída pela UNESCO em 1992. Contudo, sua importância e abrangência variaram bastante na história do pensamento geográfico (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 8).

Na década de 1920, nos Estados Unidos, o conceito de paisagem foi incorporado à geografia cultural por meio do geógrafo Carl Sauer, para quem a paisagem geográfica é "uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais". A paisagem cultural é, nas palavras de Sauer (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 9), "modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural". Essa matriz, segundo Ribeiro (2006, p. 11), advém da Alemanha no final do século XIX, quando o geógrafo Otto Schlüter moldou a expressão *kulturlandschaft* "para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem".

No campo do patrimônio, um passeio pelos principais documentos patrimoniais, sobretudo aqueles decorrentes de conferências e reuniões de caráter internacional, entre 1962 e 1995, revela a ampliação do quadro de valores atribuídos à paisagem, embora esta ora seja compreendida como um invólucro, o ambiente circundante, ora como sinônimo de natureza. A paisagem ora é o próprio objeto de preservação, ora é a "moldura" que protege e complementa o monumento ou o bem reconhecido como patrimônio.

Com a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a UNESCO criou, em 1972, a categoria das obras conjugadas do homem e da natureza, aporte que se consolidou em 1992 com a noção de "paisagem cultural", vencendo a antiga antinomia. Citando o professor Ulpiano Meneses (2002, p. 52), a UNESCO "apenas seguiu a linha traçada desde a segunda década do século XX por geógrafos inovadores, como Carl O. Sauer".

Em 1995, a Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais define paisagem a partir de suas diferentes dimensões, como

> [...] expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos (CURY, 2000, p. 331).

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 55

Entende-se que a paisagem é, portanto, o quadro natural e construído, resultante dos fatores condicionadores da natureza e da vontade criadora humana, transcendendo a noção de entorno. É, em princípio, a própria ambiência do bem, que se expressa através de formas físicas, melhor dizendo, as formas da paisagem, a qual passa a englobar, no entanto, o próprio objeto de tombamento, numa compreensão sistêmica (Figura 4).

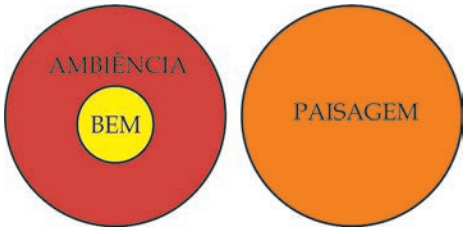


FIGURA 4 Representação das noções de ambiência e paisagem.
Fonte: Acervo 5ª SR/IPHAN, elaborado por Aline de Figueirôa Silva.

A paisagem apresenta-se como uma noção multifacetada, muito mais complexa que o entendimento do senso comum, que a circunscreve à sua dimensão física (acepção de panorama, lance abarcado pela visão) ou à sua dimensão natural (sinônimo de natureza, portanto longe, ou mesmo livre, da presença humana) ou como beleza cênica, noção mais enraizada nas representações das artes, especialmente a pintura e a arquitetura. É na paisagem que se materializa a relação entre o homem e a natureza, em determinado tempo e espaço. Ela é um sistema composto por formas integrantes e interdependentes; é viva, dinâmica (MENESES, 2002, p. 53), está em processo constante de desenvolvimento e de substituição. Todavia, ao mesmo tempo em que a paisagem é um sistema, ela é também uma unidade, constituída por atributos que a tornam homogênea, coesa e única dentro de um conjunto de paisagens.

Nesse sentido, pode-se falar em uma noção de "paisagem integral", segundo a visão de Josué de Castro, o qual segue uma:

> [...] orientação correlacionista, [...] que procura reivindicar não apenas os traços culturais da paisagem, reveladores da atuação criadora do homem, mas também os seus traços naturais, que condicionam e dirigem, até certo ponto, esta ação do fator humano (CASTRO, 1948, p. 8).

A morfologia urbana, por sua vez, estuda essencialmente aspectos exteriores do meio urbano e suas relações, explicando a paisagem urbana (LAMAS,

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 56

2004). Desse modo, a análise morfológica da paisagem busca caracterizar a ambiência ou ambiências do Bairro do Recife, que assinalam sua heterogeneidade.

Nas palavras de Zancheti, Marinho e Lacerda (1998, p. 27), a paisagem do Bairro do Recife "é formada pelo somatório de uma variedade de situações que formam micropaisagens específicas, apresentando características e identidades próprias".

Essas diferentes ambiências ou micropaisagens são porções do sistema de paisagem, podendo ser consideradas como "unidades de paisagem" ou áreas que resguardam características comuns, sensíveis à percepção humana, desencadeadas predominantemente pelo sentido visual. Por esse motivo, na percepção da unidade de paisagem, é preponderante a percepção visual dos traços tangíveis da paisagem, todavia sem perda dos outros conteúdos sensitivos provocados pelo contato com o espaço urbano. As transformações do sítio histórico são apreendidas mais como fruto de diferentes temporalidades do que como descaracterizações, isto é, pela historicidade que carregam, resultante de diversos momentos da vida social. A ambiência (ambiente natural e construído) dos bens tombados é apreendida pelo critério de visibilidade, referido no artigo 18 do Decreto-lei nº 25/1937, através da análise morfológica, incorporando a dimensão histórica da paisagem.

Para Franco (2000), unidades de paisagem são áreas caracterizadas por uma unidade conferida pela forma como os seus elementos físicos (água, vegetação, solos, rochas), bióticos (fauna e flora) e antrópicos se apresentam espacialmente configurados. A unidade de paisagem é, portanto, uma subdivisão do sistema e está muito mais ligada à percepção humana comum. Nela, existe um padrão dos elementos da paisagem considerados na análise, como topografia, solo, vegetação e intervenção humana (casario, igrejas, fortes, praças e jardins, arruamentos). Ainda segundo o texto-base do Plano Diretor do Recife (PREFEITURA DO RECIFE, 2004), unidades de paisagem são as fisionomias peculiares do tecido urbano que resguardam características específicas e determinam vocações, devendo ser objeto de planos de intervenção paisagística. A proposta do plano divide o sistema de paisagem do Recife em unidades, em que o Bairro do Recife inteiro corresponde a uma unidade de paisagem na escala da cidade.

Metodologia semelhante foi utilizada em Pernambuco nos plano de preservação estadual (1978) e na lei de preservação municipal (1979), os quais zonearam o bairro em Zonas de Proteção Rigorosa (ZPRS), que são áreas de preservação restritiva, e Zonas de Proteção Ambiental (ZPAS), que são áreas de transição divididas em setores (Figuras 5 e 6).

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 57

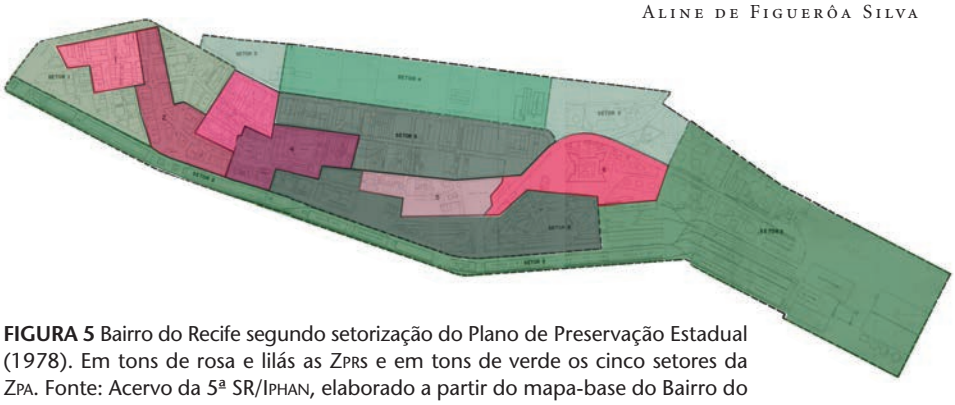


FIGURA 5 Bairro do Recife segundo setorização do Plano de Preservação Estadual (1978). Em tons de rosa e lilás as ZPRS e em tons de verde os cinco setores da ZPA. Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, elaborado a partir do mapa-base do Bairro do Recife constante no plano, por Ana Carolina Puttini.

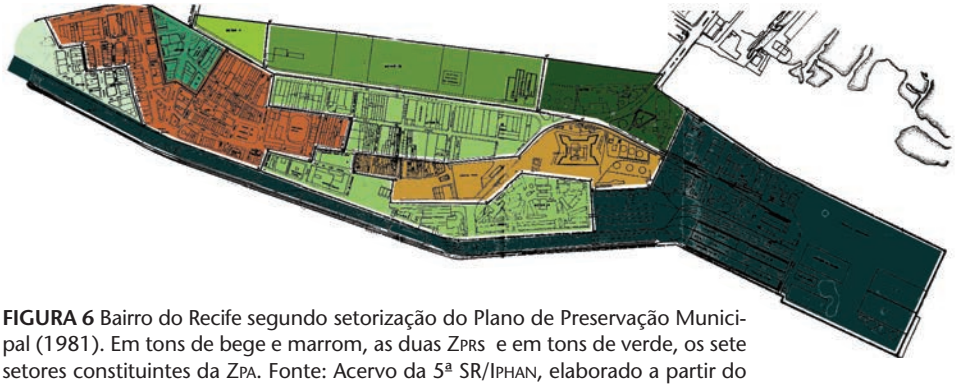


FIGURA 6 Bairro do Recife segundo setorização do Plano de Preservação Municipal (1981). Em tons de bege e marrom, as duas ZPRS e em tons de verde, os sete setores constituintes da ZPA. Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, elaborado a partir do mapa-base do Bairro do Recife constante no plano, por Ana Carolina Puttini/ Rodrigo Cantarelli.

Analogamente aos planos de preservação estadual e municipal e aos estudos do Plano Diretor do Recife, foi realizada uma subdivisão do bairro, como um sistema paisagístico, em unidades de paisagem, numa decomposição da escala urbana para a escala do bairro (Figura 7). A compreensão e concepção das formas urbanas, segundo Lamas (2004, p. 73), "coloca-se em diferentes níveis, diferenciados pelas unidades de leitura [...]. Nesta ordem de idéias, pode-se re-

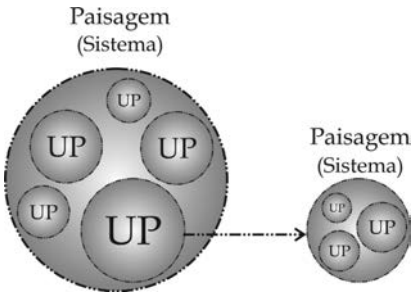


FIGURA 7 Representação das noções de paisagem e unidade de paisagem.
Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, elaborado por Aline de Figueirôa Silva.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 58

cortar o espaço em partes identificáveis". Recuperando Tricart e Rossi, o autor estabelece uma classificação das escalas da forma urbana: a escala da rua (praça), a escala do bairro e a escala da cidade (LAMAS, 2004, p. 73-74).

Portanto, foram observados alguns elementos da paisagem com base no trabalho de Lamas (2004), na Carta de Washington (1982), no INBI-SU (2002) e no Programa de Arqueologia Urbana para a Cidade do Recife: Projeto 01/Bairro do Recife (2000), expressos no Quadro 1 (cf. esses documentos em CURY, 2000).

Tipologia das edificações	Fachadas	Cobertura	Espaços livres públicos	Traçado urbanístico	Outros elementos
Gabarito *Parcelamento (forma/tamanho do lote)*	*Coroamento (perfis)*		*Lineares (ruas e cais)* *Não-lineares (praças)*		*O mar* *Os rios*
Implantação no lote					*Os arrecifes*

QUADRO1 Elementos para a divisão do Bairro do Recife em Unidades de Paisagem.
Fonte: Acervo da 5ªSR/IPHAN, elaborado por Aline de Figueirôa Silva.

A análise foi feita em nível macro, considerando as descaracterizações e a época da conquista do solo, e baseada no critério da predominância. A referência da análise foi um mapa elaborado pelos arqueólogos Paulo Tadeu de Souza Albuquerque e Miriam Cazzetta, constante no supracitado Programa de Arqueologia Urbana e reformulado na 5ªSR/IPHAN por ocasião do trabalho.

O referencial teórico utilizado encontra ressonância no Memorando de Viena, elaborado em conferência internacional ocorrida em maio de 2005 na Áustria, com o objetivo de discutir a paisagem de sítios e conjuntos urbanos históricos, designada de "paisagem urbana histórica". Esta se refere a grupos de edificações, estruturas e espaços livres em seu contexto natural e ecológico, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos constituintes da ocupação humana, cujos valores sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sociocultural ou ecológico. A paisagem urbana histórica é composta por elementos definidores que a caracterizam, como padrões de usos, organização espacial, relações visuais, topografia, solos, vegetação e objetos de pequena escala, cuja proteção compreende monumentos individuais, grupos de edificações e suas conexões físicas, funcionais e visuais significativas com as tipologias históricas (VIENNA, 2005). Assim, o Memorando conso-

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 59

lida e amplia a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (UNESCO, 1976. Cf. CURY, 2000).

A análise da paisagem do Bairro do Recife apontou que as unidades identificadas não coincidem com a "unidade legal", ou seja, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. O polígono que lhe é correspondente incorpora apenas parte de uma mesma unidade de paisagem constituída por quadras delimitadas pela rua Cais do Apolo e pela rua do Brum. Parte desta área resguarda um grande acervo, que agrega valores históricos, arquitetônicos e urbanísticos e arqueológicos, o que motivou a realização de um pré-inventário das edificações como etapa preliminar para encorajar sua futura inclusão no polígono de tombamento federal do conjunto urbano. Trata-se, contudo, de um rápido inventário, em que, na maioria das vezes, não foi possível levantar características de coberturas e interiores. As fachadas apresentadas, por sua vez, são esquemáticas, executadas a partir de fotografias e de visitas de campo.

Como procedimentos metodológicos de coleta de dados foram executados o levantamento bibliográfico (livros, artigos, leis, planos e trabalhos técnicos), levantamento iconográfico (mapas, fotos e gravuras antigas), visitas ao bairro para observação, levantamento fotográfico, elaboração de ficha para levantamento de campo/preenchimento das fichas, execução de mapas, tabelas, gráficos, desenhos.

Proposta da área de entorno

A proposta de área de entorno é apresentada a partir do mapa das Unidades de Paisagem (UPs) (Figura 8), comentadas uma a uma. Na seqüência, é mostrado o mapa final com justificativa do polígono (Figura 27).



FIGURA 8 Mapa das Unidades de Paisagem do Bairro do Recife. Fonte: Acervo da 5ªSR/ IPHAN, formatado por Rodrigo Cantarelli.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 60

Unidade de Paisagem 1 (UP1)

Esta Unidade é marcada pelo atual Cais da Alfândega, fruto de aterro recente, e pela implantação de novos edifícios, a partir da segunda metade do século XX, com linhas verticais acentuadas, como o prédio do Banco do Brasil, Bandepe e o edifício da Votorantin (Figura 9). O edifício-garagem do Paço Alfândega também integra esta Unidade, em função da utilização de elementos contemporâneos contrastantes com o Bairro Antigo.



FIGURA 9 UP1 – Igreja da Madre de Deus, Paço Alfândega, Livraria Cultura e o prédio da Votorantin, vistos da margem oposta do Rio Capibaribe, 2005. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 2 (UP2)

A UP2 é marcada por estruturas arquitetônicas e urbanísticas implantadas ao longo do tempo, desde a primitiva ocupação no sul do istmo até as intervenções realizadas no início do século XX. Apesar de homogeneidade tipológica, principalmente em função do gabarito das edificações, esta Unidade guarda subunidades, como o parcelamento e as edificações do século XVI ao XVIII, construções do século XVII na rua Vigário Tenório e rua Tomazina. Predominam prédios com fachadas ecléticas e traçado urbanístico eclético, que configura quadras em formato "ferro de engomar", e um parcelamento constituído por lotes estreitos e curtos. Por outro lado, a UP2 é entremeada por edifícios modernos que, de forma pontual, se misturam às edificações do século XVI ao XX e estão presentes a Igreja da Madre de Deus e o prédio da antiga Alfândega, o Teatro Apolo, o local

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 61

da antiga Sinagoga e a Torre Malakoff, remanescente do complexo do Arsenal da Marinha, além da praça Artur Oscar. Ponto de convergência das grandes avenidas radiais, a praça do Marco Zero abre-se para o horizonte, como um amplo terraço de contemplação do mar e do molhe (Figura 10). Por outro lado, a praça, vista dos arrecifes, prolonga o espaço livre em três direções, pontuando os prédios da Bolsa de Valores, da Associação Comercial e do Espaço Cultural Bandepe, compondo o traçado eclético (Figura 11).



FIGURA 10 UP2 – Praça do Marco Zero, entre os Armazéns 12 e 13, onde desembocam as avenidas radiais, 2005. Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.



FIGURA 11 UP2 – Praça do Marco Zero e os edifícios do Centro Cultural Bandepe, da Associação Comercial e da Bolsa de Valores, vistos dos arrecifes, 2006. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:29 PM Page 62

Unidade de Paisagem 3 (UP3)

Esta Unidade é composta por edificações possivelmente construídas entre o final do século XVIII e o século XIX, sobre assoreamento ocorrido no XVIII que, no entanto, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, guardam características uniformes decorrentes de posturas edilícias. Trata-se de grandes armazéns, em geral com duas fachadas (frente e fundos), marcados por elementos definidores de cotas de piso (bocel) e cotas altimétricas (cimalhas), utilização de três arcos e cunhais de pedra nas edificações de cabeça-de-quadra (Figuras 12 e 13). O parcelamento é composto por lotes mais largos e mais profundos em relação ao padrão predominante na UP2. Incorporam-se a Comunidade do Pilar e tanques dos terrenos adjacentes, desapropriados para a expansão do porto. A UP3 é demarcada a norte pela Igreja de Nossa Senhora do Pilar e se estende facejando a Fábrica Pilar (UP4) até encontrar a avenida Cais do Apolo, prossegue na direção sul até o Banco do Brasil (UP1). A UP3 compreende a rua do Apolo e a rua do Observatório, o prédio da Capitania dos Portos e o casario da rua Tiradentes (Figura 14).



FIGURA 12 UP3 – Conjunto edificado na Rua do Brum, 2005. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 63



FIGURA 13 UP3 – Detalhe de edificação localizada na Rua do Brum com a Travessa Tiradentes, 2005.
Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.



FIGURA 14 UP3 – Conjunto edificado na Travessa Tiradentes, 2005.
Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 4 (UP4)

A UP4 é claramente delimitada, por um lado e por outro, pelas Avenidas Cais do Apolo e Alfredo Lisboa, que a separa da área portuária. A porção norte é delimitada pela vizinhança do Forte do Brum e, no sentido oposto, faceja os fundos da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. A Unidade corresponde ao solo decorrente de área assoreada desde meados do século XVIII e é marcada pelos prédios da Fábrica Pilar e armazéns e posto de gasolina edificados no século XX. Ao sul, incorpora edificações como o prédio da Fazenda e o Moinho Recife (Figuras 15 a 17 na página seguinte).

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 64



FIGURA 15 UP4 – Galpões e Fábrica Pilar, localizados no final da Rua do Brum, após o conjunto da Figura 14, 2006. Fonte: Foto de Ana Carolina Puttini, acervo da 5ªSR/IPHAN.



FIGURA 16 UP4 – Edifício da Fazenda, à esquerda, e do Moinho, à direita, 2005. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ª SR/IPHAN.

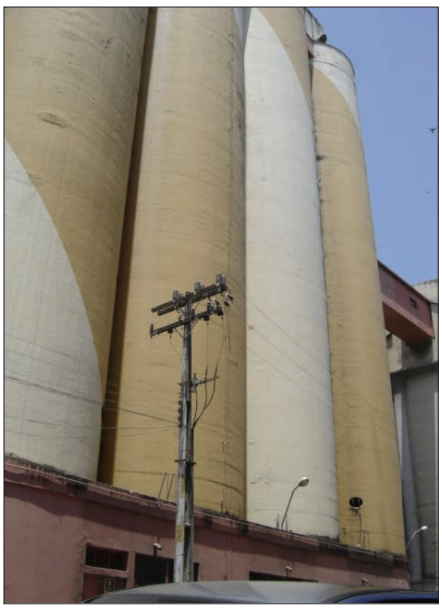


FIGURA 17 UP4 – Edifício do Moinho, 2005. Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ª SR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 65

Unidade de Paisagem 5 (UP5)

Esta Unidade é constituída pelo Forte do Brum, assentado em solo que se encontrava com o mar até a execução da reforma portuária do início do século XX. O terreno é remanescente do antigo istmo e o Forte, da primeira metade do século XVII, como um dos exemplares do aparato de defesa edificado no bairro. Ele se destaca para compor a UP5, delimitada, por um lado, pela avenida Alfredo Lisboa e um muro que o separa do setor portuário (UP9) e, por outro lado, pela UP6 (Figura 18). Bastante recentes, os tanques da Petrobrás implantados na sua vizinhança imediata, embora divergindo bastante em relação à tipologia arquitetônica, foram incluídos nesta Unidade por estarem localizados em terreno remanescente do primitivo istmo. As áreas livres que circundam o Forte lhe fornecem espaço de contemplação e minimizam o impacto com os tanques, que não são avistados de alguns pontos (Figura 19).



FIGURA 18 UP5 – Forte do Brum, ao fundo os tanques da Petrobrás e à esquerda o complexo portuário, 2005. Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.



FIGURA 19 UP5 – Forte do Brum, visto da praça fronteira, 2005. Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 66

Unidade de Paisagem 6 (UP6)

Construídos na extremidade norte do bairro, na segunda metade do século XX, os armazéns do Sindaçúcar, localizados junto ao mar, arrematam o final da ilha. Com suas formas e gabarito marcantes, são avistados de Olinda, tanto da colina quanto do coqueiral na planície e do istmo, como dois pequenos morros assentados sobre um solo configurado após a ruptura do istmo no século XX (Figura 20).



FIGURA 20 UP6 – Armazéns do Sindaçúcar e, ao fundo, o istmo e a colina histórica de Olinda, 2006. Fonte: Foto de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda, CECI/Funcultura, cedida à 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 7 (UP7)

Na porção norte do bairro localiza-se a UP7, visivelmente demarcada pelo sistema viário e onde está a Cruz do Patrão, deslocada do seu lugar original, em terras conquistadas ao rio no século XX (Figura 21 na página seguinte). A Unidade é delimitada a oeste pelas margens do rio Beberibe, a leste, pela rua Doutor Ascanio Peixoto e a sul pela avenida Militar, que se conecta à Ponte do Limoeiro. A UP7 é uma longa faixa de terra, que, além da Cruz do Patrão, abriga uma série de galpões ligados às atividades portuárias.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 67



FIGURA 21 UP7 – Cruz do Patrão às margens do Rio Beberibe, 2006. Fonte: Foto de Virgínia Pontual, Projeto Istmo de Recife e Olinda, CECI/Funcultura, cedida à 5ª SR/IPHAN.

Unidade de Paisagem 8 (UP8)

A Unidade de Paisagem 8 corresponde ao aterro realizado na segunda metade do século XX, conformando uma longa e estreita língua de terra sobre o rio Capibaribe, onde foram erguidos edifícios institucionais (Figura 22). A sede da Prefeitura da Cidade do Recife e do Tribunal Regional Federal, em maior altura, diferem do gabarito predominante no bairro. Estes prédios, juntamente com os as edificações da UP1, ressaltam do coroamento da maior parte do conjunto edificado e são visíveis de longe, tanto a partir da colina de Olinda, quanto do mar, ao se contemplar a ilha.



FIGURA 22 (no alto) UP8 – Aterro e Cais do Apolo, ao fundo. Em destaque os prédios do Tribunal Regional Federal e da Prefeitura Municipal do Recife, 2006. Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 68

Unidade de Paisagem 9 (UP9)

Esta Unidade de Paisagem bem poderia ser designada de paisagem portuária, por representar a atividade que deu origem ao bairro. É marcada pela existência de equipamentos portuários como os armazéns, os silos e os guindastes e é delimitada pela fachada litorânea que se estende por toda a extensão longitudinal do bairro, paralelamente à linha de arrecifes. O aterro remonta ao século XX, quando foi construída a maior parte dos armazéns durante a reforma do porto na primeira década do século. Esse conjunto de armazéns é constituído por exemplares que guardam a mesma tipologia, dada principalmente pelo gabarito e pelos materiais uniformes, e se estendem até a altura da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Figura 23). A partir daí, está presente outro conjunto de armazéns, construídos em meados do século XX, com características distintas dos demais, porém resguardando o mesmo padrão tipológico, sobretudo pela manutenção do gabarito. Ainda integram a UP9 os silos de grande porte localizados ao norte. A Praça do Marco Zero, embora faça parte da UP2, conectando as avenidas radiais, também compõe esta Unidade de Paisagem, pelo seu caráter de ancoradouro. Lá aportam pequenos barcos que realizam a travessia diariamente, navios que trazem turistas e embarcações abertas à visitação pública. A praça ainda serve de ponto de largada de regatas, como a Regata Oceânica Recife-Fernando de Noronha, e como uma pausa e ponto de transição entre as duas UPs.



FIGURA 23 UP9 – Complexo portuário, à direita, visto do alto, 2005. Fonte: Foto de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, acervo da 5ªSR/IPHAN.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 69

Unidade de Paisagem 10 (UP 10)

A décima e última Unidade de Paisagem corresponde ao primitivo ancoradouro natural, formado pelos arrecifes de pedra, acrescidos por pedras artificiais no decorrer do tempo, hoje designados de "molhe do Recife" e às águas marítimas e fluviais constituídas pelo oceano Atlântico e pelos rios Capibaribe e Beberibe (Figura 24). Os arrecifes, além de vetor de crescimento do porto, do bairro e da cidade, resguardam vestígios do antigo Forte do Picão, de antigos canhões hoje colocados para atracação de embarcações, do embasamento da antiga casa de banhos, e abrigam o Parque das Esculturas, além do posteamento para transmissão de energia elétrica. O Parque consiste num conjunto escultórico concebido pelo artista plástico Francisco Brennand, composto por pequenas peças, como patas, tartarugas e ovos, pórticos e um obelisco implantado no alinhamento da praça do Marco Zero.

FIGURA 24 UP10 – Os arrecifes vistos do mar, 2006.
Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ªSR/IPHAN.



PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 70

O polígono

Todas essas Unidades assinalam a heterogeneidade da paisagem do Bairro do Recife e, em conjunto, representam as diferentes ambiências da ilha. Elas entremeiam terrenos do primitivo istmo do século XVI e os sucessivos aterros e reformas por que passou o bairro, até a configuração atual. Desse modo, a área de entorno proposta abarca a totalidade da ilha e incorpora, por um lado, os rios Capibaribe e Beberibe, e, por outro, o mar e o molhe, preservando sua característica insular, e a condição original de ancoradouro, resguardando vistas para o bairro a partir de ambos os lados (Figuras 25 e 26).



FIGURA 25 Bairro do Recife visto do lado oeste, a partir do Rio Capibaribe, 2005.
Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ª SR/IPHAN.

O molhe, por sua vez, foi incorporado em sua totalidade como uma das características marcantes da paisagem, entendendo-se que não deveria ser considerado apenas na extensão que acompanha o Bairro do Recife, já que o limite morfológico não coincide com o limite político-administrativo. Também foram acrescentados a linha de arrecifes que se liga ao istmo de Olinda (molhe de Olinda), ao norte, e o aterro do Cais de Santa Rita, no vizinho bairro de São José, pela visibilidade que resguarda para o bairro. Assim, o polígono proposto tangencia as poligonais de entorno dos bairros de Santo Antônio e São José e do município de Olinda, conforme o mapa na página seguinte (Figura 27).

FIGURA 26 (abaixo) Bairro do Recife visto do lado leste, a partir do molhe/mar, 2006.
Fonte: Foto-montagem de Aline de Figueirôa Silva, acervo da 5ª SR/IPHAN.



PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 71

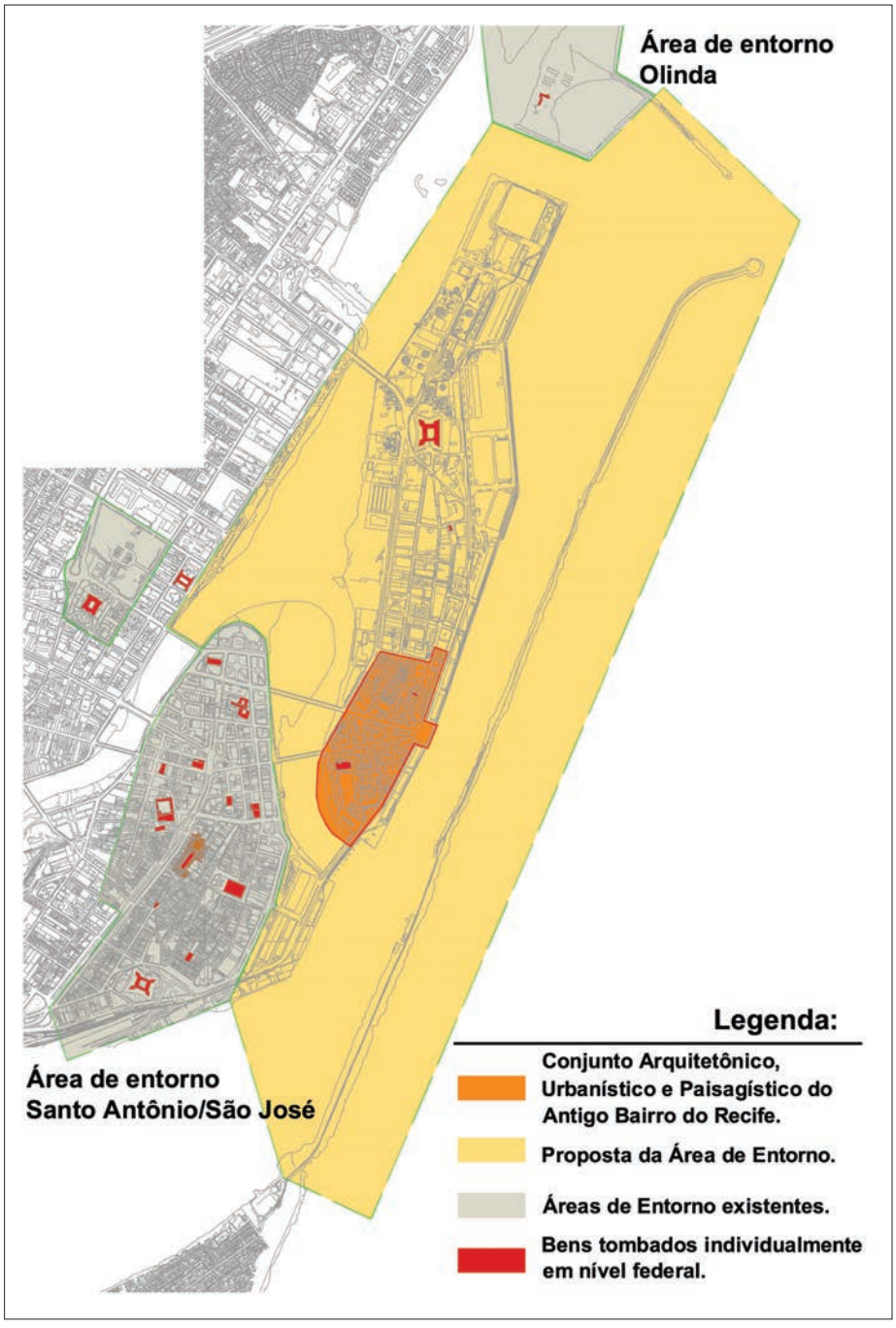


FIGURA 27 Área de entorno proposta. Fonte: Acervo da 5ªSR/ IPHAN, formatado por Rodrigo Cantarelli/Aline de Figueirôa Silva.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 72

Estudo de caso da rua do Brum

Tendo em conta que a Unidade de Paisagem 3 foi seccionada na definição do polígono de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, separando uma área de mesma gênese morfológica, propõe-se um pré-inventário das edificações localizadas na rua do Brum (e casario adjacente da rua Tiradentes), na intenção de encorajar sua futura inclusão no Conjunto (Figuras 28 a 35).

De acordo com a legislação municipal, parte dessas edificações está incluída no Setor de Renovação Urbana, para o qual está autorizado um gabarito de até 40m de altura, portanto, divergindo do padrão de ocupação original, o que evidencia a importância quanto à proteção desse acervo. O conjunto estudado e as edificações das quadras adjacentes, protegidas pelo tombamento, são caracterizados pela repetição de elementos demarcadores de cotas de piso (bocel) e de cotas altimétricas (cimalhas) (Figura 36), presença de cunhais de pedra nas edificações de cabeça-de-quadra (Figura 37), como marcação dos lotes a edificar, e parcelamento em lotes de mesma largura e profundidade. A Comunidade do Pilar, aí assentada, consiste num dos fatores que dificultam a conservação desse acervo, motivo pelo qual o mérito quanto à sua inclusão no conjunto tombado é passível de discussão posterior.

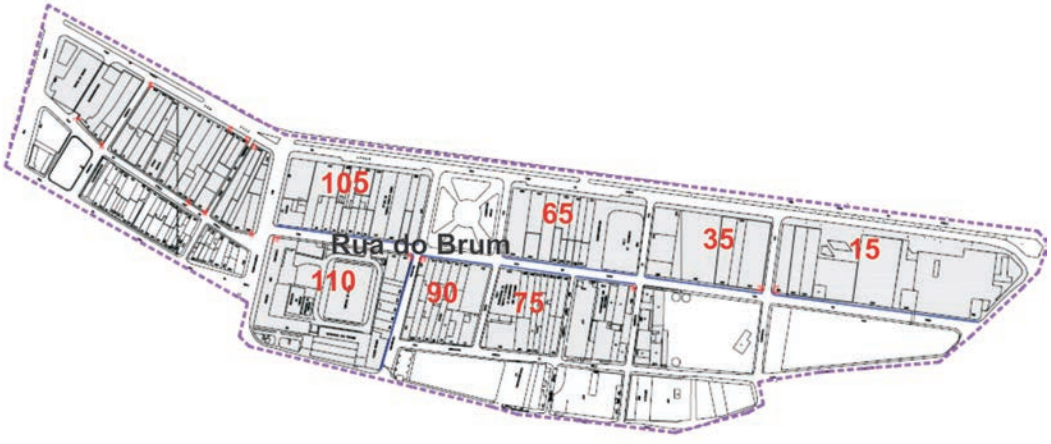


FIGURA 28 Quadras delimitadas pela Rua do Brum. Fonte: Acervo da 5ªSR/IPHAN, desenho de Ana Carolina Puttini.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 73



FIGURA 29 Fachada esquemática da Quadra 105.



FIGURA 30 Fachada esquemática da Quadra 65.

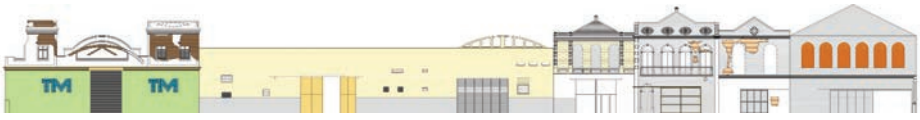


FIGURA 31 Fachada Esquemática da Quadra 35



FIGURA 32 Fachada esquemática da Quadra 15.



FIGURA 33 Fachada esquemática da Quadra 110.



FIGURA 34 Fachada esquemática da Quadra 90.



FIGURA 35 Fachada Esquemática da Quadra 75.

Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, desenhos de Ana Carolina Puttini.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 74



Além destas características marcantes no conjunto das quadras, existem outros elementos arquitetônicos mais pontuais, identificados até o ponto em que se teve acesso aos imóveis, bem como outros elementos urbanísticos merecedores de um estudo aprofundado e que agregam valores culturais ao conjunto. São exemplos: balaustradas em ferro inglês do século XIX, bandeiras em ferro ou com vitrais, gradis de ferro, umbrais em pedra, pisos em pedra lioz, sacadas, calha de cobre, óculos, ferragens antigas, portas e janelas em madeira e argolas de ferro presas ao calçamento das ruas para amarração de animais, além dos trilhos remanescentes do transporte ferroviário. Enfim, é necessária a realização de um inventário detalhado desses elementos para subsidiar a discussão quanto à inclusão das edificações da rua do Brum no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 75



FIGURA 36 (página anterior) E 37 Cimalhas e marcos de pedra do conjunto.
Fonte: Acervo da 5ª SR/IPHAN, fotos e montagem de Ana Carolina Puttini.

Considerações finais

O momento de conclusão de um trabalho constitui uma boa ocasião para apontar lacunas abertas ou acentuadas e sugerir perspectivas de continuidade, situando em que termos as escolhas realizadas podem ser restabelecidas.

Reunindo conteúdos da arquitetura e urbanismo e da geografia, referenciais e trabalhos técnicos produzidos no âmbito do patrimônio, a paisagem atrelada a um sítio histórico urbano foi utilizada no estudo como ferramenta metodológica para delimitar a área de entorno dos bens tombados no Bairro do Recife.

Se por um lado essa opção se vincula a saberes tradicionais, por outro rediscute práticas históricas do IPHAN sob o aporte teórico de conceitos emergentes como "paisagem cultural" e "paisagem urbana histórica", colocados no plano do patrimônio por organismos internacionais como a UNESCO e associações parceiras.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 76

De outro modo, além de balizar a metodologia para a definição da área de entorno, a paisagem pode ser utilizada como o fio condutor do processo de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, sob a conotação de paisagem cultural, como resultado da ação humana sobre a paisagem natural, nos moldes da UNESCO, enfim, tratada como uma "paisagem integral", conforme entendeu Josué de Castro.

A justificativa maior para o tombamento do Conjunto gravitou em torno da reforma urbana executada entre 1910 e 1913, portanto privilegiando valores estéticos atrelados ao eclético e ao moderno, com ênfase no acervo edificado e no traçado urbanístico.

O estudo de caso apresentado, por sua vez, focando um interesse do ponto de vista histórico, arqueológico, arquitetônico e urbanístico, encerra também um valor de antigüidade em relação ao conjunto tombado, já que não foi alvo da reforma e constitui a área de expansão do bairro e, conseqüentemente, da cidade. Requer, portanto, um exercício minucioso de valoração e avaliação do nível de conservação ou descaracterização das edificações. Além do mais, a Comunidade do Pilar, assentada em parte dessas edificações, contribui para a degradação do acervo histórico, o que remete a outras discussões que o trabalho não comporta nesse momento. Em princípio, a urbanização da área, em detrimento da expulsão dos moradores, e medidas de conservação das edificações da rua do Brum, devem ser pensadas como ações integradas para a preservação de uma parcela significativa do acervo histórico do Bairro do Recife.

Questões como o transporte fluvial e marítimo e o transporte por terra, feito por maxambombas e pelo bonde elétrico, dos quais remanescem os trilhos em várias partes do bairro, também são merecedoras de particular apreciação, assim como as pontes, elementos marcantes na paisagem do bairro e da cidade, além de possíveis abordagens sobre o patrimônio arqueológico subaquático, tendo em conta os navios naufragados na região, e do patrimônio imaterial, como as lendas associadas à Cruz do Patrão.

Inspirando-se na proeza literária de Mario Sette (1948, p. 29), não custaria afirmar que a paisagem Bairro do Recife, leia-se o porto, ou, em particular, os arrecifes – já que um foi "condição" do outro – revelam um valor toponímico, posto que foram as "pedras plantadas por Deus para darem abrigo e nome a uma cidade". Ou, no simples dizer do reverendo Baers: "Recife é um arrecife [...] e é também o nome do lugar", originado do árabe antigo *ar-raçif*, que significa calçada, caminho pavimentado, paredão, molhe (SETTE, 1948, p. 31; SILVA, 1992,

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 77

p. 25). O nome do rochedo, do bairro, da cidade, que serviu de motivo para o "Pôrto" e para o "Povo dos Arrecifes", chamado de "cinta de pedra" por Bento Teixeira, "legítimo guarda-marinho" por Vanildo Bezerra Cavalcanti, "friso à flor das águas" por Josué de Castro, "muralha de rocha viva" por Vilhena, "trincheira" por Joaquim Nabuco e ainda "pia batismal da cidade", por Mario Sette (Cavalcanti, 1978, p. 225-226; Castro, 1948, p. 24; Sette, 1948, p. 36; 63; 73).

Pelo fato de estar enraizada em tantos gêneros literários – narrativas, crônicas, ensaios, poemas, romances e relatos de viajantes – a paisagem do Bairro do Recife agregaria ainda um valor literário.

A função colonizadora dos mangues – vegetação que, em face da sua grande adaptação biológica, povoa águas salobras e recobre as margens dos rios – é destacada por Josué de Castro (1948, p. 21-23), já que essas plantas atuaram como construtores e fixadores do solo, além de darem abrigo e alimento a uma fauna especial, que, por sua vez, com suas carapaças e esqueletos calcários, também consolidaram a lingüeta de terra. Esses aspectos evidenciados pelo célebre médico e geógrafo remetem ao reconhecimento de valores biológicos, ecológicos e geológicos na paisagem do Bairro do Recife.

Portanto, uma futura revisão do objeto de tombamento deveria conceder especial atenção aos elementos portuários, ao mar, aos rios, aos mangues e aos arrecifes, os quais, embora incluídos na área de entorno nesse momento, foram fundamentais na fundação e evolução da cidade do Recife, portanto, coerentes com a escala nacional perseguida na identificação dos bens constituintes do patrimônio cultural brasileiro. Novamente citando Josué de Castro (1948, p. 65), "em regra, constrói-se um pôrto para servir a uma cidade; no caso, levantaram os holandeses uma cidade para servir a seu pôrto".

Além das possibilidades de revisão do tombamento, a partir desses elementos e dos valores materiais e imateriais que carregam, estes últimos encorajados por Delphim (2004), é preciso pensar na normatização do sítio histórico, ou seja, na definição de critérios de intervenção para o conjunto tombado e seu entorno.

Enfim, na condição de paisagem moldada pela ação da cultura sobre a paisagem natural, o Bairro do Recife, como objeto de interesse patrimonial, agregaria valores histórico, arquitetônico e urbanístico, de antigüidade, de uso, arqueológico, literário, legendário, toponímico, geológico, biológico e ecológico.

Um inventário com a identificação desses valores requer uma pesquisa que envolva diferentes profissionais com grau de aprofundamento que foge a esse

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 78

estudo, atrelando o natural e o construído, o material e o imaterial, na condição multidisciplinar que o patrimônio reivindica e porventura sob a perspectiva integradora da paisagem.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; CAZZETTA, Miriam; MELLO, Ulysses Pernambucano de, Neto; MELLO, Virginia Pernambucano de. *Programa de Arqueologia Urbana para a Cidade do Recife: Projeto 01 – Bairro do Recife*. Recife: [s.n.], 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

_____. Decreto-lei nº 25 de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

_____. Lei nº 3.924 de 26-07-1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

_____. Portaria nº 10 de 10-09-1986.

_____. Portaria nº 07 de 01-12-1988.

CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife*: *Um ensaio de geografia urbana.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In: *Um tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1978.

_____. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor*. Rio de Janeiro, 2006. Parecer técnico.

_____. Projetos para preservação e uso da paisagem histórica. In: *Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo*, 7., 10 jun. 2004, Belo Horizonte. (Não publicado).

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. Revitalização do Bairro do Recife: Proposta de tombamento do núcleo original da Cidade do Recife – Dentro de Portas. Recife, 1998. v. 1 e 2.

FELIPPE, Ana Paula. Análise da paisagem como premissa para a elaboração do plano diretor. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 16, p. 135-161, 2002.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: Uma introdução à arquitetura da paisagem como paradigma ecológico*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2000.

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 79

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. *Região metropolitana do Recife: Plano de preservação de sítios históricos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

IPHAN. Ata da 110ª Reunião do Conselho Consultivo. Olinda, 1984.

_____. INBI-SU: Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados. Recife, 2002.

LAMAS, José M. R. Garcia. 3. ed. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.

LIRA, Flaviana Barreto. *Bairro do Recife*: *O patrimônio cultural e o Estatuto da Cidade*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife*: *Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE; Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: PCR; Massangana, 1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife – 1900 a 1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; Fupam, 1999.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques do; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (Org.). *Museus & Cidades: livro do seminário internacional.* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 4, 7 e 9.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Preservação de sítios históricos.* Recife, 1981.

_____. *Revisão do Plano Diretor:* Texto-base. Recife, 2004.

_____. Lei nº 16.176. Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, 1996.

_____. Lei nº 16.290. Lei Sítio Histórico Bairro do Recife, 1997.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial.* São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Caderno de estudos do* PEP*: Paisagem cultural e patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

RÖSSLER, Mechtild. *Los paisajes culturales y la Convención del patrimonio mundial cultural*

PEP02 - Aline 10/1/07 3:30 PM Page 80

y natural: resultados de reuniones temáticas previas. Reunión de Expertos sobre Paisajes Culturales en Meso América. San José, Costa Rica: Centro del Patrimonio Mundial/ Oficina UNESCO para América Central sep. 2000. Disponível em: http://www.condesan.org/unesco/Cap%2006%20metchild%20rossler.pdf. Acessado em 05 de janeiro de 2006.

SILVA, Leonardo Dantas. O Recife, por dever. *Arrecifes*, Recife, n. 6, p. 25-27, jul./dez. 1992.

SETTE, Mario. *Arruar*: *História pitoresca do Recife antigo*. Rio de Janeiro: CEB, 1948.

VIENNA Memorandum. *International Conference on World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape*, Austria, 2005. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ images/0014/001409/140984e.pdf. Acessado em 5 de agosto de 2005.

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Org). *Revitalização do Bairro do Recife* – Plano, regulação e avaliação. Recife: UFPE, 1998.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 81

Contribuição para a delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão/SE

Andrea Costa Romão Silva



Resumo

A cidade de São Cristóvão teve seu Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico tombado em 23 de Janeiro de 1967. Nesse processo não foi delimitada a área específica de tombamento federal, levando a que seja compreendida como sendo toda a área urbana da cidade. Durante muitos anos foi uma prática comum do IPHAN a valorização apenas das características arquitetônicas, estético-estilísticas e de excepcionalidade para o tombamento. Entende-se, hoje, que um sítio deve ser valorizado como *patrimônio cultural* também pela atribuição de significados ao conjunto de vestígios de sua história impressos no território, representativos da sociedade que os constituiu e de sua evolução ao longo do tempo. Dessa forma, foi proposto neste trabalho o estudo da evolução urbana de São Cristóvão e dos parâmetros para o seu tombamento com o intuito de compreender esses vestígios e, finalmente, propor uma delimitação do polígono de tombamento.

Andréa Costa Romão Silva Arquiteta e urbanista, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 8ª Superintendência Regional do IPHAN, em Aracaju, durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da arquiteta e urbanista do IPHAN Marta Maria Silva Chagas.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 82

Introdução

Este trabalho teve a supervisão da arquiteta e Chefe da Divisão Técnica da 8ª Superintendência Regional de Sergipe (8ª SR/SE), Marta Maria Silva Chagas, e a colaboração da arquiteta especialista em patrimônio Flor-de-Liz Dantas e Cardoso. Foi produzido como trabalho final do 1º ano do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP – do IPHAN em parceria com a UNESCO.

Visando propor a delimitação do polígono de tombamento, inexistente no processo de tombamento de São Cristóvão pelo IPHAN, foram pesquisadas várias fontes para a realização do trabalho, principalmente o Plano Urbanístico de São Cristóvão, que serviu de base fundamental para a pesquisa histórica, além de outros documentos e livros que trataram do assunto.

Não foi possível ter acesso ao documento do processo, ficando a hipótese de que a valorização do sítio urbano se deu segundo a tradição da valorização desses sítios pelo IPHAN, observando-se especialmente as características arquitetônicas, estético-estilísticas do Brasil colonial e/ou de excepcionalidade[1]. No entanto, a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pode levar à afirmação de que houve a intenção de valorizar outros vestígios históricos, tais como a conformação geográfica do sítio e sua paisagem natural (morros e rios), significativos na configuração urbana da cidade – delimitador natural da sua localização e condicionante da sua formação.

O Plano Urbanístico desenvolvido na década de 1970 para São Cristóvão contém um estudo detalhado referente às características físicas e socioeconômicas, da evolução urbana e propõe uma delimitação estabelecendo áreas diferenciadas de proteção. Essas, no entanto, excluem elementos importantes da história e evolução urbana da cidade. Apesar do plano não ter sido encaminhado ao Conselho do IPHAN para aprovação, está inserido na Lei Orgânica do Município, considerado, portanto, como meio legislativo cabível para ser aplicado nas intervenções realizadas na cidade.

No trabalho ora apresentado, propõe-se estudar a evolução urbana de São Cristóvão, desde a sua fundação, no século XVII, até os dias atuais, procurando-se identificar os vestígios da sua história que caracterizaram seu processo de formação e desenvolvimento urbano, atribuindo-lhes os significados necessários para que possam ser compreendidos pela comunidade como referência

1 Esse critério atribuído pelo IPHAN pode ser encontrado nas obras de FONSECA (1997), MOTTA (2003) e CHUVA (1998).

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 83

cultural e, portanto, como patrimônio. Vale salientar que São Cristóvão passou por períodos de intenso crescimento, principalmente no início do século XX, o que culminou com o aumento dos problemas relacionados à sua preservação, tornando-se cada vez mais necessária uma proposta de delimitação do polígono e dos níveis de preservação diferenciados através de setores.

Periodização da formação e desenvolvimento de São Cristóvão

Fundação de São Cristóvão (1589 – 1637)

Conquista e formação da capitania de Sergipe del Rei

Com o descobrimento do Brasil, em 1500, os portugueses, inicialmente, limitaram-se a explorar os recursos naturais, através da economia predatória da extração do pau-brasil, não havendo interesse na ocupação do território. Esse desinteresse ocorreu principalmente pela preocupação lusitana voltada para o lucrativo comércio com as Índias, além da falta de mão-de-obra necessária para povoar todas as regiões que estavam sendo descobertas (Costa; Mello, 1999, p. 37). O desinteresse da metrópole nos primeiros anos de colonização do Brasil permitiu a invasão estrangeira, principalmente dos franceses, em busca das riquezas naturais do local. Assim como em outras regiões, o território sergipano sofreu essas invasões.

A partir de 1530, o declínio do império oriental português e a presença estrangeira no litoral brasileiro, que representava uma ameaça para o domínio sobre a colônia, obrigaram a Coroa portuguesa a ocupar as novas terras. Para tanto, o rei de Portugal, D. João III, implantou o sistema de *capitanias hereditárias* no Brasil, baseado na concessão de largas faixas de terras a donatários, responsáveis pela sua povoação e administração. Na divisão do território, Sergipe, pertencente à capitania da Bahia, foi doado pelo rei a Francisco Pereira Coutinho, em 5 de abril de 1534[2]. O interesse em conquistar essa capitania era primordial por ser ela um elo entre os centros da Bahia e Pernambuco, facilitando as comunicações e o crescimento dos dois núcleos, visto que as viagens marítimas eram difíceis e perigosas (Maia et al., 1979, p. 6).

A primeira tentativa para a conquista do território sergipano foi realizada pelo padre Gaspar Lourenço e seu companheiro João Salônio, em 1575, que

2 Por ter sido o Rei de Portugal que concedeu a capitania, daí vem a denominação de *capitania de Sergipe Del Rei*.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 84

percorreram grande extensão do território para catequese dos índios locais. Com o trabalho desenvolvido, incluindo a construção de edificações religiosas, cativaram a simpatia dos índios. Entretanto, a permanência de soldados no litoral e a aproximação de um corpo militar provocaram tumulto nas aldeias, que foram sendo devastadas e incendiadas, rompendo, com isso, a paz entre dominados e dominadores (FREIRE, 1995, p. 16-23).

Várias lutas armadas se sucederam até que, decorridos quase meio século de vida colonial brasileira, saiu-se vitoriosa a expedição empreendida por Cristóvão de Barros, em 1589, o que valeu a este a doação, pelo rei da Espanha, Felipe I – que na época reinava em Portugal no período da União Ibérica – do território que acabava de ser conquistado.

Vale salientar que, em função da necessidade de escoamento dos produtos para o abastecimento das economias centrais européias, a principal atividade econômica da região era a agricultura de exportação, baseada na produção da cana-de-açúcar, pelas condições geográficas favoráveis ao seu cultivo (REIS, 2000, p. 31-32).

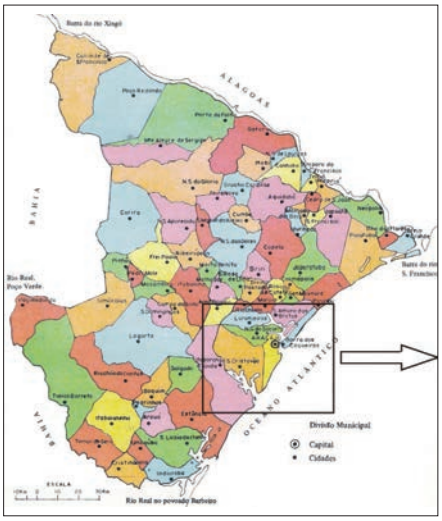
A escolha do sítio (1589-1607)

A fundação da cidade de São Cristóvão segundo os interesses dos portugueses foi precedida pela busca de um território ideal para a sua localização. Nesse sentido, foram necessárias três mudanças até chegar ao sítio definitivo, pois o governo colonial não estava interessado no crescimento das novas colônias, e sim na defesa de sua integridade territorial, ameaçada pelas tentativas dos franceses de reconquistar o território do qual haviam sido banidos:

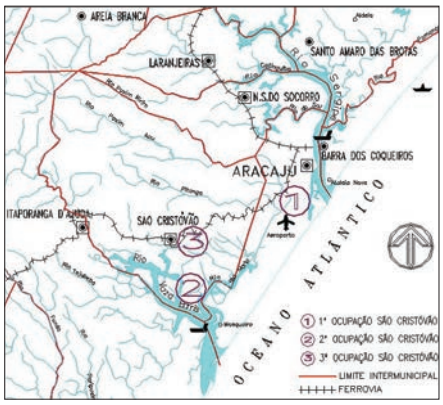
> As razões motivadoras desses deslocamentos foram de ordem estratégica, segundo o espírito da época de sua instalação, no final do século XVI, 1595 e início do século XVII – no sentido de uma busca consciente de melhores condições no que concerne à Função Defender, predominante na ocasião [...] sobretudo [...] pelas contíguas incursões predatórias que se vinham sucedendo na região. Urgia, pois, encontrar-se um sítio que proporcionasse a adequada condição para a defesa (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 25).

Após a conquista do território sergipano, empreendida por Cristóvão de Barros, foi erguida uma fortificação de taipa na barra do rio Poxim, à margem esquerda do rio Cotinguiba, às proximidades do rio Sergipe, e fundado um ar-

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 85



MAPA 1 Mapa geográfico de Sergipe.



MAPA 2 Localização dos três sítios.

raial denominado Cidade de São Cristóvão, em homenagem ao santo do seu nome, em 1º de janeiro de 1590 (NASCIMENTO, 1981, p. 21).

Por não oferecer segurança, o arraial foi transferido, entre 1595 e 1596, do primeiro para um segundo sítio, mais ao centro, às margens do rio Pitanga, favorável à observação de qualquer movimento marítimo (MAIA et al., 1979, p. 10). Apesar da maior comodidade para a vivência dos moradores e melhor defesa da costa, os colonizadores permaneceram nesse local por pouco tempo.

Entre 1603 e 1607, foi feita a terceira e definitiva mudança de lugar, segundo alguns historiadores, em virtude, provavelmente, de a localização anterior ser imprópria para o comércio, insalubre, com pequena área elevada para ocupação e sem visibilidade para o rio Vaza Barris.

Esse assentamento definitivo, denominado Capitania de Sergipe Del Rei se deu às margens do rio Paramopama, afluente do rio Vaza Barris (MAIA et al., 1979, p. 11). Localizada "terra adentro", o que possibilitava boa defesa, essa região possuía terras férteis, além de permitir a entrada das naus pelo rio e facilitar o intercâmbio entre a Bahia e Pernambuco.

> Aí os portugueses voltaram à sua preferência pela cidade tipo medieval, no que concerne a sua localização em ponto alto, acropolitano, baseados no princípio da mais fácil defesa pela altura. Não a cercaram, nunca [...] quase

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 86

> a totalidade das povoações estava a beira-mar ou beira-rio [...] (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 24).

Com a mudança definitiva do sítio, os franceses foram gradativamente sendo eliminados do território sergipano, sem deixar vestígios de sua passagem, apesar de terem permanecido na região por quase meio século, pois estavam interessados apenas na exploração das riquezas naturais, sem a fixação no território.

A ocupação do sítio definitivo (1607-1637)

Após a terceira e definitiva mudança de local, teve início a ocupação do sítio, que veio a ser a principal cidade sergipana durante anos e a primeira capital do estado. Além dos determinantes geográficos favoráveis (o rio e o morro às suas margens) aos objetivos de defesa do território e da ligação entre Bahia e Pernambuco, já citados, a exigência na construção de templos pelas ordens religiosas, também um dos principais fatores da conformação das cidades brasileiras, determinou a forma urbana de São Cristóvão. Já nas duas primeiras décadas do seiscentos, havia na cidade três ordens religiosas: os jesuítas em 1597, os beneditinos em 1609 e os carmelitas em 1618, faltando os franciscanos, que só iriam se estabelecer após a terrível fase das guerras com a Holanda (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 26).

O primeiro edifício religioso começou a ser construído pelos jesuítas no início do século XVII (em 1608), por ordem dos Felipes da Espanha para ser Sede Episcopal: a Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória. Com fachada voltada para o nascente, no sentido Leste-Oeste, exibia no portão central as armas de el-rei (símbolo espanhol), que permaneceram somente até o século XIX, quando, por ocasião da Independência do Brasil foram "raspadas".



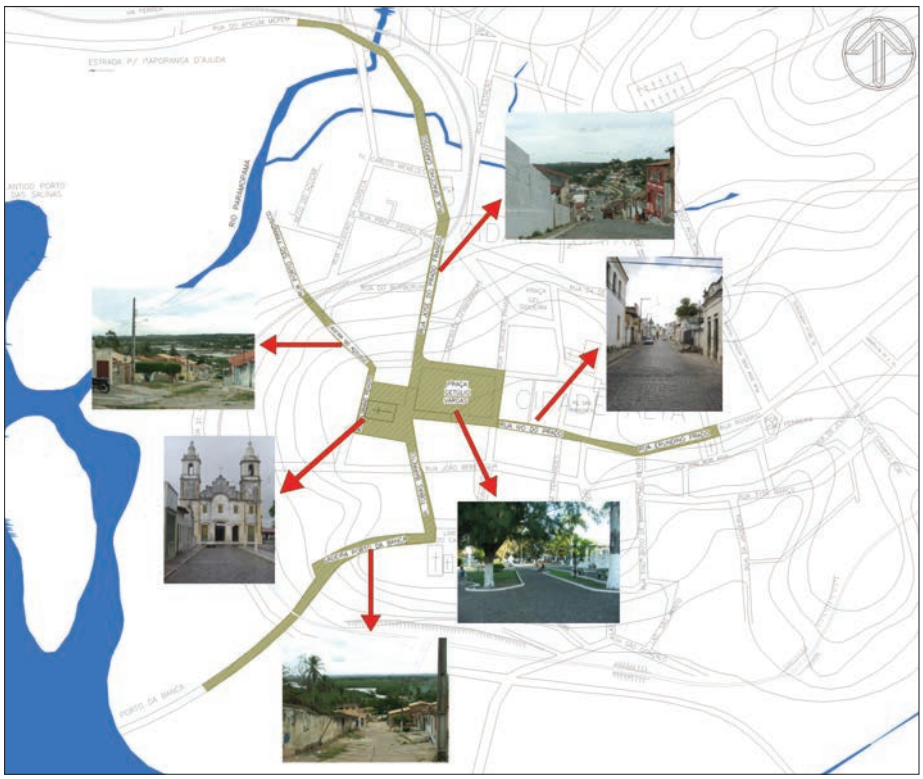
FOTO 1 Igreja Matriz. Fonte: Iphan.

Apesar disso, acredita-se que o primeiro templo a ser conhecido na cidade tenha sido a Capela de São Gonçalo,

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 87

que já não existe mais, localizado na serra de mesmo nome, construída em 1599 pelos jesuítas. Quando em 1759 esses foram expulsos do Brasil, as propriedades foram confiscadas e vendidas por ordem da Coroa Portuguesa, o que deve ter provocado o abandono da capela, que começou a desmoronar em 1821. Em 1924, foi erguido sobre as ruínas dessa capela, uma estátua do Cristo Redentor (Vilela et al., 1989, p. 37).

Com a construção da Igreja Matriz surgiram as primeiras ordenações no traçado. As edificações surgem próximas da Igreja, respeitando o destaque do templo na configuração urbana, e seguem em direção ao rio, na parte baixa, formando o primeiro eixo de crescimento na orientação da Igreja Matriz (sentido leste-oeste). Com a praça da Matriz, atual praça Getúlio Vargas, definem-se melhor esses eixos. Um eixo secundário foi formado na direção norte-sul, também se alongando até o rio. Ladeiras primitivas permitiam o acesso da parte alta à parte baixa e vice-versa (Universidade ..., 1980, p. 26).



MAPA 3 Evolução Urbana de São Cristóvão – Configuração Urbana Inicial. Fonte: Plano Urbanístico de São Cristóvão – Mapa 1630.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 88

Nessa fase, anterior às terríveis guerras contra a Holanda, a morfologia urbana sancristovense estava caracterizada pela presença do primeiro monumento religioso, a Igreja Matriz, localizada na parte alta, acompanhada da praça da Matriz. A partir desses elementos, partiram os primeiros eixos da composição urbana, tanto no sentido norte-sul, quanto no leste-oeste, que se alongaram em direção ao rio Paramopama, na parte baixa da cidade.

A invasão holandesa (1637–1647)

> Ao assumir a direção do governo holandês no Brasil, Maurício de Nassau, objetivando estender seus domínios para o sul, marcha com suas tropas para Porto Calvo, local fortificado pelas tropas portuguesas sob o comando do conde de Bagnuolo [...] constatando o avanço inimigo, a tropa se põe em demanda e o comandante foge [...] chega a São Cristóvão em março de 1637 [...] (VILELA et.al., 1989, p. 20).

Foi nessas circunstâncias que os holandeses chegaram a Sergipe, em 31 de março de 1637, após cruzarem o rio São Francisco, perseguindo as tropas de conde de Bagnuolo. Tomando conhecimento da movimentação das tropas holandesas, Bagnuolo utilizou a técnica da "terra arrasada" (arrasar o território para dificultar as ações do inimigo), devastando São Cristóvão e fugindo para a Bahia. Quando os holandeses chegaram à cidade, em 17 de novembro de 1637, encontraram-na indefesa e parcialmente destruída e completaram a devastação incendiando o que ainda restava. Essas ações resultaram no despovoamento de São Cristóvão, que ficou abandonada até 1639, quando chegaram reforços vindos da capitania da Bahia.

Seguiram-se várias lutas entre portugueses e holandeses até que, em 1640, as tropas portuguesas saíram vitoriosas e retomaram o domínio da capitania. Porém, essa situação não perdurou por muito tempo, já que, em 1641, Sergipe voltou ao domínio holandês. Lutas violentas se sucederam até 1645, quando os invasores começaram a ser batidos, atacados por tropas nacionais e portuguesas, até que, em 1647, foram finalmente derrotados e expulsos do território sergipano, sendo a capitania reintegrada ao domínio de Portugal (MAIA et al., 1979, p. 16).

Decorridos oito anos de batalhas, o que restou da capitania foi uma economia decadente, território devastado e currais dizimados, com a capital São Cristóvão praticamente em ruínas. Muitas décadas ainda seriam necessárias

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 89

até que a cidade conseguisse se reerguer. Conseqüentemente, o desenvolvimento urbano no período foi incipiente, havendo poucas alterações urbanas em relação ao período anterior.

Reconstrução de São Cristóvão (1647 – 1823)

O plano de reconstrução de São Cristóvão foi lentamente executado a partir de 1647, em virtude da falta de recursos financeiros, além dos embates políticos que se sucederam principalmente em função da subordinação à capitania da Bahia. De uma forma geral, pouco se prosperou até o final do século XVII. A construção civil foi irrelevante, porém, no contexto histórico-colonial predominantemente religioso, o mesmo não se pode afirmar com relação às Igrejas, muitas delas executadas entre o final do século XVII e início do século XVIII.

Foi em 1690 que teve início a construção, pela Irmandade do Amparo dos Homens Pardos, da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Quando a Irmandade foi extinta, em 1902, a Igreja passou a ser administrada pelo vigário de São Cristóvão. Sua localização, um pouco afastada da Igreja Matriz, permitiu a formação de novo eixo de crescimento no sentido leste-oeste.

Data também de 1690 a primitiva construção da Igreja e Santa Casa da Misericórdia, concluída na primeira metade do século XVIII. Funcionou como Santa Casa sustentada pela Irmandade da Misericórdia até 1922, quando passou a Orfanato Lar Imaculada Conceição, administrada pelas Irmãs Missionárias da Irmandade Conceição Mãe de Deus.



FOTO 2 Igreja do Amparo.
Fonte: Andrea Romão, 2006.



FOTO 3 Lar Imaculada Conceição.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).
Fonte: Andrea Romão, 2005.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 90

Localizada na praça São Francisco, a construção enobreceu a cidade sendo destaque na composição urbana.

O estabelecimento dos franciscanos em São Cristóvão, após a expulsão dos holandeses, culminou com a construção, iniciada em 1693, da Igreja e Convento Santa Cruz, também chamada de Convento São Francisco, concluída somente no século XVIII. A construção foi bastante lenta, por ter sido realizada através de doações oriundas da comunidade local e da ordem franciscana A formação do adro logo à frente correspondente à praça São Francisco, marca o eixo principal da composição urbana através da comunicação direta com a praça e a Igreja da Matriz , pela rua Ivo do Prado (UNIVERSIDADE ..., 1980, p. 42).

A construção da Igreja e Convento do Carmo data de 1699. Em 1739 foi fundada a Igreja da Ordem Terceira do Carmo que, pela devoção ao Senhor dos Passos, ficou conhecida como Igreja Senhor dos Passos. Na frente e ao lado formou-se o largo do Carmo que, mesmo de dimensões menores que as outras praças (praça da Matriz e praça São Francisco), confirma a solução lusitana de espaços abertos de praças e largos. Sua localização peculiar, próxima à Igreja e praça da Matriz, permitiu mais uma vez a ligação entre os espaços através de uma rua, a Tobias Barreto (UNIVERSIDADE ..., 1980, p. 42). São definidos, dessa forma, os primeiros quarteirões de ordenação da trama urbana por eixos secundários mais nítidos.

No final do século XVII, São Cristóvão, refeita dos estragos causados pela invasão holandesa, pode recuperar e ampliar a área construída, formando zonas de maior concentração urbana, principalmente nas proximidades dos edifícios religiosos. O eixo principal permanece no sentido leste-oeste, partindo da praça da Matriz, passando pela praça São Francisco e seguindo adiante.



FOTO 4 Convento São Francisco.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 5 Igreja do Carmo.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 91

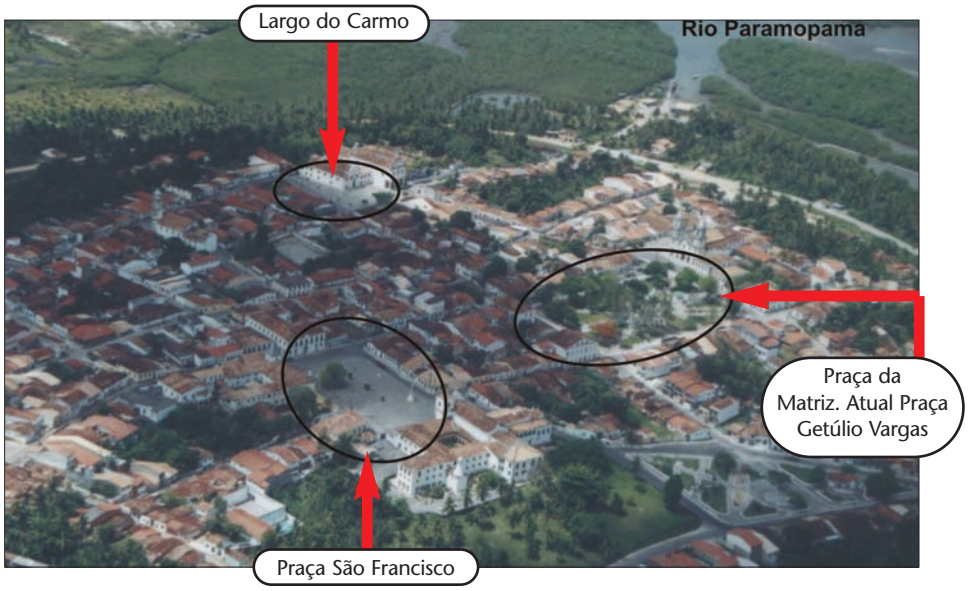


FOTO 6 Vista aérea de São Cristóvão, com as praças em destaque. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal, 2001.

Com o Convento e largo do Carmo, surgem eixos secundários mais nítidos, quase paralelos ao anterior, com quarteirões com poucas edificações. Novas ladeiras foram construídas para vencer as diferença de nível entre a parte alta e a parte baixa da cidade (UNIVERSIDADE ..., 1980, p. 63-64).

Na primeira metade do século XVIII continuam a ser construídos os principais monumentos religiosos, graças às ordens religiosas, maiores financiadoras de tais edificações. As maiores concentrações de edificações correspondem às proximidades dos edifícios religiosos, comprovando que sempre funcionaram como pontos nucleares de povoamento e expansão urbana. São Cristóvão vai retomando seu crescimento de maneira significativa e com rápida expansão. Vão-se formando novos engenhos de açúcar, principalmente às margens dos rios Poxim e Vaza Barris, mantendo a cana-de-açúcar como principal elemento econômico da região, base da economia da capitania.

> [...] São Cristóvão, em 1750 [...] em termos de desenvolvimento urbano, não só se recuperara das terríveis destruições dos seiscentos, como crescera de maneira significativa, pois a área urbana da Cidade Alta na meia centúria [...] alcançara importante expansão, surgindo já de uma forma mais clara as ligações entre a parte alta – Cidade Alta – e a baixa futura Cidade Baixa – direção Oeste,

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 92

> ou seja, da zona de chegada e saída de mercadorias, propiciando condições de trocas indispensáveis à vida urbana (UNIVERSIDADE ..., 1980, p. 51-52).

A partir de 1746, os jesuítas iniciaram a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, concluída na segunda metade do século XVIII. Localizada afastada das três praças formadoras dos eixos principais, permitiu um novo eixo de crescimento, no prolongamento do eixo principal, seguindo o alinhamento da topografia local.

Para a sede do governo da província de Sergipe em São Cristóvão, foi construído, na praça São Francisco, o palácio provincial, adaptado em 1825 do prédio original do século XVIII. Primeiramente, abrigou o conselho até 1833. Depois funcionou como sede do governo num período marcante, em função das notícias sobre a possibilidade de mudança da capital. Quando, em 1855, foi transferida a capital do estado para o povoado de Aracaju, momento em que São Cristóvão entra em decadência, o prédio foi desocupado. Em 1960, foi adaptado para abrigar o Museu do Estado de Sergipe, com um importante acervo sobre a historiografia sergipana.



FOTO 7 Igreja do Rosário.
Fonte: Andrea Romão, 2005.



FOTO 8 Palácio Provincial, atual Museu do Estado de Sergipe. Fonte: Flor-de-Lis, 2005.

No decorrer do século XVIII, a cultura da cana-de-açúcar, base da economia local, expandiu-se por várias regiões da capitania, incentivando o desenvolvimento dos centros urbanos, dentre eles São Cristóvão, o que favoreceu a construção além das Igrejas, de casas e sobrados (NASCIMENTO, 1981, p. 45). Foi assim que, na segunda metade do século XVIII, foi construído o Sobrado da rua Castro Alves (atual rua Erundino Prado). Inicialmente construído para abrigar a Assembléia Provincial, isso não chegou a acontecer, em virtude da mudança da capital, sendo ocupado posteriormente pela Câmara de Verea-

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 93

dores (Vilela et.al., 1989, p. 23). No ano de 2006 passou por uma restauração completa para abrigar a sede da 8ª SR do Iphan em São Cristóvão.

Em 1755, foi construído o Sobrado situado à rua Messias Prado nº 20, antiga rua das Flores. Corresponde a outro eixo de expansão da cidade alta, nas proximidades do Convento do Carmo.

Também é do século XVIII a construção do Sobrado com balcão corrido, na praça da Matriz. Com características de arquitetura urbana colonial, é hoje considerado um dos monumentos civis mais representativos da casa residencial do Brasil Antigo (Vilela et.al., 1989, p. 44).



FOTO 9 Sobrado restaurado.
Fonte: Marta Chagas, 2006.



FOTO 10 Sobrado balcão corrido.
Fonte: Flor-de-Lis, 2005.

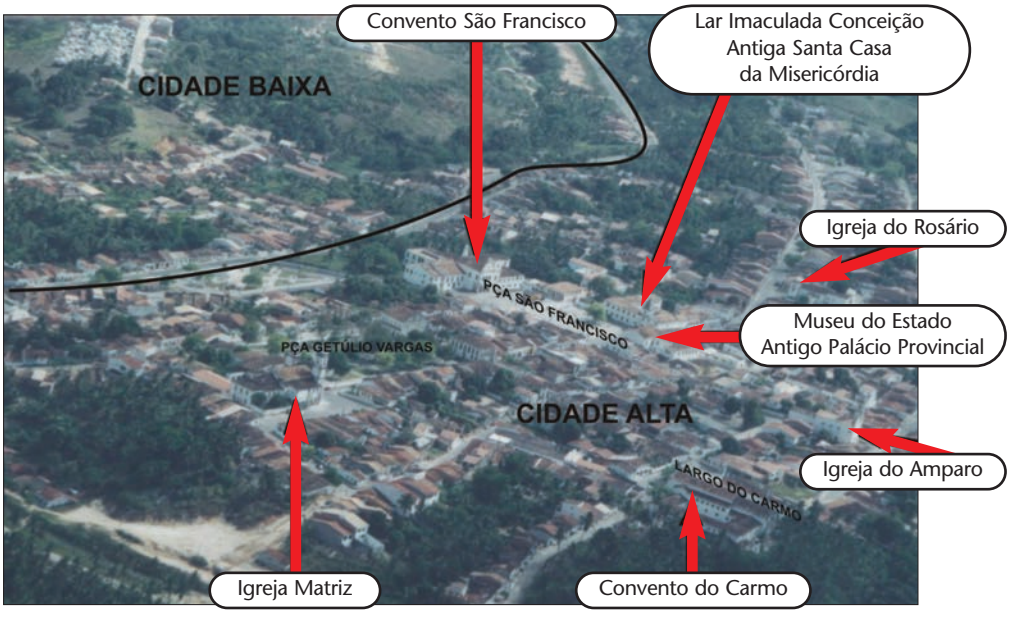


FOTO 11 Vista Cidade Alta e Baixa com o traçado regular dos lotes.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal, 2001.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 94

Na passagem do século XVIII para o XIX, a Cidade Alta já havia atingido o pleno desenvolvimento, pouco se expandindo pelos obstáculos impostos pela própria topografia local. Dessa forma, foi estimulada a expansão na Cidade Baixa, através de áreas de comercialização e industrialização ligadas a novas áreas residenciais. Quanto à forma urbana, percebe-se uma tendência à regularidade no traçado na Cidade Alta, com os quarteirões iniciais já praticamente formados (UNIVERSIDADE ..., 1980, p. 65).

Emancipação e elevação à categoria de cidade (1823–1855)

No século XIX, o Brasil passou por transformações que influenciaram e permitiram alterações na capitania de Sergipe Del Rei e, conseqüentemente, em São Cristóvão. A Revolução Pernambucana de 1817 (DOMINGUES et al., 2000, p. 84) fez com que sergipanos e alagoanos se unissem em favor da monarquia, combatendo a realeza, juntamente com o movimento pernambucano. Esse motivo e as aspirações de acabar com a influência da capitania da Bahia em Sergipe, culminaram com a elevação à categoria de capitania independente pelo Decreto de 8 de julho de 1820. Porém o governo da Bahia, insatisfeito com a resolução, retardou a sua execução (MAIA et al., 1979, p. 24-25). Em 1822 o Brasil havia alcançado sua independência política de Portugal e, em 1823, o decreto foi efetivamente executado, passando Sergipe a constituir uma das províncias – *província de Sergipe do Império do Brasil*. Na mesma ocasião, São Cristóvão foi elevada à categoria de cidade pela Carta de Lei de 8 de abril de 1823, mantendo-se como capital da província. Com isso, houve melhor organização dos negócios públicos, além da realização de obras públicas.

A necessidade de um Correio Terrestre na cidade fez com que a Câmara, por ordem do presidente José Joaquim Geminiano de Moraes, criasse uma agência na cidade, no ano de 1834 (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 74). Através de informações colhidas na comunidade chegou-se à conclusão de que o prédio trata-se do atual Centro Social, localizado na praça da Matriz (atual praça Getúlio Vargas), e que antes já havia sido utilizado como residência.



FOTO 12 Centro Social. Fonte: Andrea Romão, 2006.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 95

É desse período a construção da Casa de Câmara e Cadeia, que perdurou durante anos. Situado na antiga praça da Matriz, do lado oposto à Igreja, o prédio é atualmente utilizado para atividade escolar[3].



FOTO 13 Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: IPHAN (década 70-séc. XX).



FOTO 14 Atual escola. Fonte: Andrea Romão, 2006.

Com relação aos portos de abastecimento da cidade, havia somente o porto das Salinas para venda do pescado, o que trazia prejuízos para os consumidores e pescadores, pois somente esse porto não conseguia suprir a demanda, além da estreiteza do canal e da pouca profundidade das águas. Com isso, a partir de 1844, a venda também passou a ser efetuada no porto do Coqueiro (Porto da Banca) e no porto da Ponte (Porto de São Francisco) (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 82-83). Atualmente só há vestígios do porto da Banca, que recebe pequenas embarcações.

Em 1834 foi designado como local para o Mercado a rua Nova do Carmo, na Cidade Baixa (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 75). As obras da praça do Mercado tiveram início em 1848 e foram concluídas em 1853. Novas ruas de acesso ao mercado permitiram expansão urbana nesse sentido.

Em 1844 foi feita a solicitação para o início das obras da estrada de ligação por via terrestre entre São Cristóvão e Laranjeiras[4]. A falta de recursos aliada às dificuldades do meio físico atrasaram os serviços, porque era necessária a cons-

3 A reforma feita pelo IPHAN no imóvel, conforme demonstram as duas fotos, com retirada da fachada dos elementos mais marcantes da república, com influência do ecletismo, e uniformizando seus vãos de janela, demonstra o critério referido inicialmente nesse texto, de valorização das características arquitetônicas, estético-estilísticas do Brasil Colonial.

4 Laranjeiras, nesse período, era a cidade mais próspera e progressista da vila de Sergipe. "[...] Laranjeiras, situada às margens do rio Cotinguiba, integrava-se entre as demais cidades brasileiras da fase colonial que se desenvolveram como entreposto do comércio exterior, desempenhando funções intermediárias no processo de escoamento da produção agrária da região. Sua importância deriva da exemplaridade desse conjunto arquitetônico, como partícipe do desenvolvimento histórico brasileiro" (RIBEIRO, 1995)

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 96



FOTO 15 Porto da Banca.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 16 Vestígio do Porto da Banca.
Fonte: Andrea Romão, 2006.



FOTO 17 Mercado Municipal.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 18 Mercado Municipal.
Fonte: Andrea Romão, 2006.

trução de boas pontes e calçadas para garantir a segurança dos viajantes. Outra estrada construída nesse período foi a de ligação entre São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 124-127).

Outra obra pública realizada na área urbana de São Cristóvão está relacionada à construção de novas ladeiras de acesso entre a Cidade Alta (já estabilizada) e a Cidade Baixa (em fase inicial de expansão), como a ladeira de São Francisco ou São Miguel, interligando a praça São Francisco à zona próxima da praça do Mercado e que passou a ser a principal via de comunicação entre as duas áreas (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 113).

Com a criação da Sociedade Filodramática Sergipense, a presença de um teatro em São Cristóvão passou a ser fundamental por ser um importante empreendimento na área cultural para a capital. Com isso, em 1853, deu-se início às obras do prédio localizado na rua do Rosário, perto da praça São Francisco e da Igreja do Rosário (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 124). Segundo informações dos moradores trata-se do prédio da escola Lar Imaculada Conceição.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 97



FOTO 19 Praça General Siqueira.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 20 Lad. São Franciso.
Fonte: Andrea Romão, 2006.



FOTO 21 Escola.
Fonte: Andrea Romão, 2006.

Para o abastecimento de água, era necessária a construção de fontes para o encanamento de água potável. A partir de informações da comunidade foi encontrada uma fonte, denominada Fonte dos Padres, hoje situada no interior de uma casa localizada na rua Nossa Senhora das Fontes (Cidade Baixa).



FOTO 22 Fachada casa com fonte.
Fonte: Andrea Romão, 2006.



FOTO 23 Fonte dos padres.
Fonte: Andrea Romão, 2006.

Outras obras de melhoramento da cidade foram realizadas no período, como a que teve o intuito de conter os barrocões do Aleixo (próximo à praça da Matriz) e Coração de Jesus (por detrás da Igreja Matriz). Esses barrocões são resultantes do deslocamento de terras durante o inverno e que geravam pro-

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 98

blemas quanto à estabilidade das construções vizinhas, pela possibilidade de novos deslizamentos nas encostas próximas. Algumas medidas foram tomadas na época para conter o avanço dos barrocões como, por exemplo, a construção de calçadas ou obras de aterro, porém sem muito sucesso, continuando a haver perigo para as casas próximas. Tratam-se hoje de ladeiras que ligam a Cidade Alta e Baixa (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 129-131).

Como pode ser observado, nesse período, a Cidade Alta pouco se desenvolveu, pois já possuía o sítio praticamente ocupado e limitado ao crescimento pela topografia local, correspondendo, apenas, às imediações do Conjunto do Carmo, em direção ao porto da Banca e à ladeira de São Gonçalo e em áreas de ligação com a parte baixa. Por outro lado, a Cidade Baixa sofreu uma considerável expansão e desenvolvimento, principalmente nas proximidades do rio Paramopama, onde estavam os principais portos da cidade. Houve melhoria significativa dos pontos de embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias nos portos, e da função comercial dos portos, acarretando a melhoria das condições das ladeiras e o desenvolvimento urbano promissor nessas regiões.

Nesse período, São Cristóvão havia atingido o máximo desenvolvimento urbano desde o seu estabelecimento no sítio, encerrando uma fase importante da evolução, pois, a partir desse momento e durante anos, a cidade sofrerá período de decadência em função da transferência da capital para o povoado de Aracaju (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 131-133).

Mudança da capital (1855 – 1910)

Em 17 de março de 1855 o então presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, eleva à categoria de cidade o povoado de Santo Antônio do Aracaju, situado à margem direita do rio Sergipe e, no mesmo ato, promove a transferência da sede do governo da província de São Cristóvão para Aracaju. As razões foram principalmente de ordem econômica e geográfica, justificadas da seguinte maneira pelo presidente:

> [...] longe de ser ele um grande povoado, é uma das mais pequenas Cidades da Província [...] seu aspecto só revela decadência e miséria [...] além de ficar no fundo do Rio Paramopama com dependência das marés, e dificuldades de toda sorte para navegação [...] (CALAZANS, 1942, p. 44-45, citado por UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 135).

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 99

A verdade é que a nova capital não estava preparada para assumir o *status* que lhe havia sido atribuído, gerando protestos. O inconformismo tomou conta de São Cristóvão. Porém, de nada adiantou, pois até o governo imperial, no mesmo ano, já havia aprovado a mudança e consignado verbas para o início das obras em Aracaju (Maia et al., 1979, p. 32).

> São Cristóvão, destituída de sua tradicional função de centro político administrativo, econômico e social, entrou em acentuado declínio, decorrente da mudança da capital, que se prolongou até o início do século XX (Vilela et al., 1989, p.23).

Em 1860, passados cinco anos da transferência da capital, o imperador Dom Pedro II visitou a antiga capital da província de Sergipe. Suas informações a respeito da cidade atribuem considerações sobre o péssimo estado de conservação de alguns monumentos, como a Igreja Matriz e o Palácio Provincial, a superlotação da cadeia, além de salientar para o fato da desocupação de tantos edifícios com a mudança da capital. Considerava a localização do sítio de São Cristóvão num local bom – "posição da cidade boa" – e que "talvez tivesse sido melhor abrir um canal reunindo o Vaza Barris ao Cotinguiba do que mudar a capital inutilizando-se, quase, tantos edifícios" (Universidade ..., 1980, v. 2, p. 142-143). Mesmo após alguns anos passados, muitos prédios estavam depredados, principalmente pela falta dos moradores que os desocuparam.

Durante um considerável espaço de tempo, o governo provincial deu prioridade orçamentária à construção da nova capital, fazendo com que poucas obras públicas fossem executadas em São Cristóvão. Com a transferência, tornou-se objeto de estudo a construção de uma estrada de São Cristóvão a Aracaju, interligando a antiga com a nova capital (Universidade ..., 1980, v. 2, p. 153-154). As obras começaram a ser realizadas aproximadamente em 1860 ou 1870, mas não se sabe ao certo o período de execução e término dos serviços.

Esse período foi marcado pela decadência da cidade de São Cristóvão, em virtude da mudança da capital para a cidade de Aracaju. Poucas obras públicas foram realizadas em virtude do desvio orçamentário destinado para as obras da nova capital. Vale salientar a continuação da ocupação urbana na Cidade Baixa, principalmente nos locais direcionados para a ligação de São Cristóvão com outros municípios vizinhos por meio das estradas (Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Aracaju).

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 100

Crescimento da cidade baixa (1910 – 1938)

A decadência de São Cristóvão prolongou-se até o início do século XX, quando, aos poucos, começou a retomar o crescimento, marcando uma nova etapa da sua evolução urbana. O crescimento na Cidade Baixa é acentuado, enquanto que a Cidade Alta, já estava consolidada e permanecia praticamente estabilizada. Referindo-se à Cidade Alta, nesse período, o *Plano Urbanístico de São Cristóvão* acrescenta: "[...] Com seus importantes monumentos religiosos e alguns significativos exemplares de arquitetura civil, erudita e popular, o caso era mais de conservação, restauração e manutenção, do que mesmo construção" (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 164).

Em 1911 foi inaugurada uma fábrica de tecidos, a Companhia Industrial de São Cristóvão, que impulsionou as atividades industriais. Juntamente com a vila operária para alojamento dos trabalhadores, constitui num pólo de expansão da Cidade Baixa.



FOTO 24 Antiga fábrica de tecidos.
Fonte: Andrea Romão, 2006.



FOTO 25 Antiga Vila Operária.
Fonte: Andrea Romão, 2006.

Em 1913, a linha férrea, atual Rede Ferroviária Federal, permitiu ligação de São Cristóvão a Aracaju e à Bahia, facilitando tanto o comércio de mercadorias quanto o transporte de pessoas, além de aproximar São Cristóvão das demais localidades.

Terras férteis e posição geográfica vantajosa, às margens de rio navegável, permitiram um novo impulso também nas atividades agrícolas, aliada às facilidades do transporte ferroviário e rodoviário e ao surto industrial com a instalação de fábricas. A estação ferroviária, a Companhia Industrial de São Cristóvão e sua vila operária, o mercado e os portos constituem os principais pólos de crescimento da Cidade Baixa. A economia da região girava em torno da

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 101



FOTO 26 Linha férrea.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 27 Estação Ferroviária.
Fonte: Andrea Romão, 2006.

agricultura, pecuária e indústria, sendo esta última responsável pela maior parte dos rendimentos.

Foi também nesse período que foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor (em 1924) sobre as bases da antiga capela de São Gonçalo, já referido no começo desse trabalho, permitindo o prolongamento do eixo principal da composição urbana inicial através de uma nova via. Aos poucos, construções foram surgindo e se desenvolvendo nas suas proximidades.

Pelo que pode ser observado, a Cidade Baixa, que até o século XIX pouco havia se desenvolvido, adquire condições de expansão urbana por meio de vias lineares extensas e não seguindo uma composição concentrada e reticulada, principalmente pelas condições geográficas que impuseram essa solução (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 171).

Na primeira metade do século XX, observa-se intensa atividade religiosa, principalmente após a Proclamação da República, em 1889, e a Promulgação da Constituição em 1891. Isso porque foi restabelecida a liberdade religiosa, proibida durante o Império, revogando-se as leis de amortização que estabeleciam legislação contrária ao desenvolvimento das associações religiosas, irmandades, ordens terceiras, asilos, capelas, hospitais, seminários, comunidades católicas, ordens regulares ou monásticas. Com isso, foram ocupados e restaurados importantes monumentos da cidade: o Convento São Francisco, o Convento do Carmo e a Igreja Matriz (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 173).

Após o prolongado tempo caracterizado pelo declínio da cidade, seguiu-se uma nova fase de recuperação e expansão, principalmente na Cidade Baixa. Mais uma vez vale frisar que a forma urbana da Cidade Alta já havia atingido, desde o período anterior, uma ocupação urbana praticamente total, pouco

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 102

sendo acrescentado, apenas o prolongamento linear, descendo ao vale e deste subindo ao morro de São Gonçalo, em direção à estátua de Cristo.

A Cidade Baixa, que até o século XIX era pouco expressiva, adquiria condições de desenvolvimento urbano e se expandira muito. A melhoria do sistema de comunicação, a manutenção do sistema de navegação fluvial e a instalação da indústria de tecidos com sua vila operária, que permitiu a fixação de pessoas nas suas proximidades, proporcionaram o desenvolvimento da área condicionada às vias de transporte, rodovias e ferrovia.

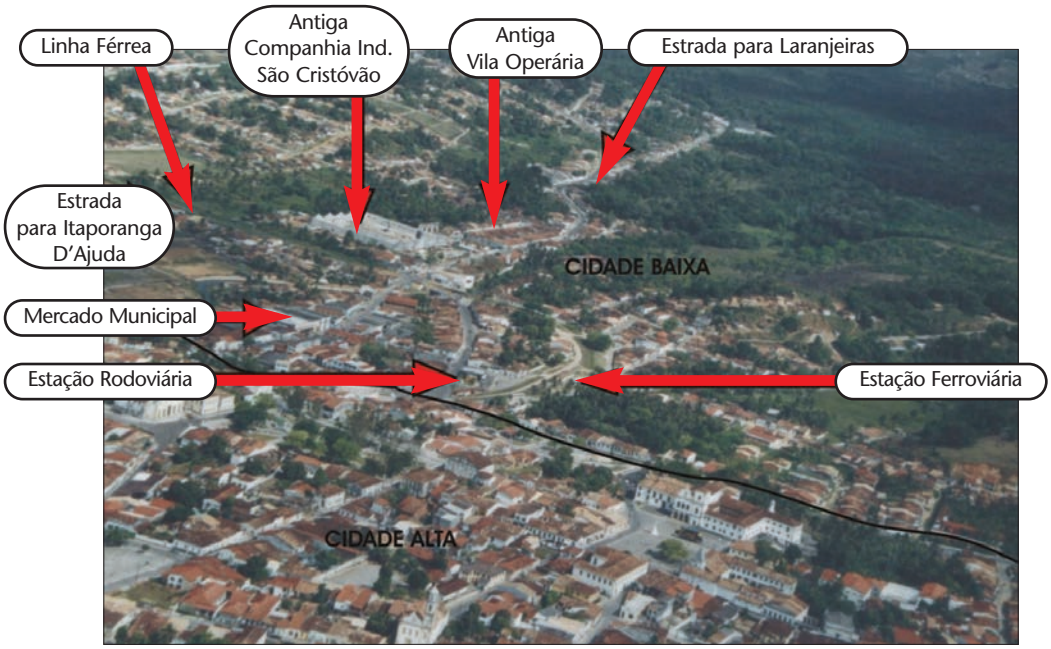


FOTO 28 Principais elementos configuração urbana Cidade Baixa. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal, 2001.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 103

São Cristóvão como objeto de preservação

A preservação de São Cristóvão se deu, até o momento, em três etapas: a primeira, que incluiu a sua declaração como Cidade Monumento Histórico Estadual, em 1938, e o tombamento dos seus principais prédios pelo governo federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, principalmente na década de 1940; a segunda, pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade, em 1967; e a terceira, pela implantação do Plano Urbanístico de São Cristóvão[5].

São Cristóvão cidade monumento histórico (1938–1967)

Em 1936, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, em virtude das discussões que vinham sendo realizadas desde a década de 1920 sobre a proteção e conservação de um "patrimônio nacional", encarregou Mário de Andrade da elaboração de um anteprojeto para a preservação desse patrimônio. Em 1937, inicia-se a constituição de um sistema federal de proteção dos bens culturais do Brasil, através da Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, em novembro do mesmo ano, a organização do patrimônio, pelo Decreto-Lei nº 25.

Isso permitiu que diversos monumentos fossem tombados, já em 1938, e também as principais cidades mineiras. Várias cidades do país foram visitadas com o intuito de salvaguardar seus bens culturais. São Cristóvão recebeu a visita do então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, visita que teve como conseqüência a elevação da cidade à categoria de Monumento Histórico a nível estadual, oficializada pelo Decreto-Lei nº 94 de 22 de junho de 1938[6]. Esse ato obrigava o governo a zelar pela preservação e defesa do rico acervo de São Cristóvão. Dessa forma, por intermédio do 2º Distrito, localizado na Bahia, mas abrangendo Bahia e Sergipe, algumas obras puderam ser realizadas com o apoio do IPHAN, como foi o caso do Palácio do Governo, no ano de 1939, e da Igreja do Convento de São Francisco, em 1942 (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 205-206).

---

5 Hoje parte da cidade de São Cristóvão, a área correspondente à praça São Francisco, está sendo apresentada à UNESCO como candidata ao título de Patrimônio Mundial.

6 Segundo Rodrigo "O exíguo território de Sergipe resguarda um conjunto arquitetônico notável na cidade de São Cristóvão, acrescido de templos que se distinguem por elementos genuínos de relevantíssimo teor [...] para mencionar somente a parte mais sugestiva do patrimônio artístico sergipano" (MARINHO, 1987, p. 59).

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 104

Foi nessas circunstâncias que em São Cristóvão foram efetuados os estudos para tombamentos individuais de monumentos a nível federal, contemplando, segundo critérios da época, os seguintes bens:

BEM TOMBADO	REGISTRO	LIVRO DAS BELAS ARTES			LIVRO HISTÓRICO		
		Vol.	Fol.	Insc.	Vol.	Fol.	Insc.
Igreja e Convento Santa Cruz (Conv. São Francisco)	29/12/1941	01	055	251-A	01	031	184
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória	20/03/1943	01	057	263-A	01	033	197
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	20/03/1943	01	057	264-A	01	033	198
Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo	02/04/1943	01	059	276-A	01	035	211
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	14/04/1943	01	060	279-A	01	035	212
Capela de Nossa Senhora do Engenho Poxim	21/09/1943	01	062	291-A	01	038	225
Sobrado da Antiga Ouvidoria	21/09/1943	01	062	292-A	01	038	226
Sobrado com Balcão Corrido na Praça da Matriz	21/09/1943	01	062	293-A	01	038	227
Sobrado da antiga Rua das Flores	21/09/1943	01	062	294-A	01	038	228
Igreja e Santa Casa da Misericórdia	14/01/1944	01	063	297-A	01	038	230
Igreja de Nossa Senhora do Amparo	09/05/1962	-	-	-	01	056	343

Conforme já referido, a principal preocupação na política de defesa dos bens culturais no Brasil, naquele momento, era o tombamento para proteção de monumentos isolados, cuja origem remontava a um tempo histórico caracterizado pela arquitetura tradicional do período colonial, representante "genuína" das "origens da nação". Dessa forma, os elementos consagrados como patrimônio nacional foram o patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas, a arquitetura religiosa barroca em geral e a intensa produção artística de Minas Gerais. A predominância de grupos intelectuais mineiros no SPHAN favoreceu a valorização da produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais, como patrimônio consagrado como principal representante da produção brasileira, padrão de qualidade e modelo a ser seguido na valorização do patrimônio no restante do Brasil (CHUVA, 1998).

Verifica-se a aplicação dessa política em São Cristóvão, quando o conjunto ficou sob a proteção do governo estadual e os principais monumentos, quase

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 105



FOTO 29 Companhia Ind. São Gonçalo.
Fonte: IPHAN (data desconhecida)

todos religiosos e três sobrados de caráter excepcional na cidade, ficaram sob a proteção do governo federal.

Nesse período, na parte baixa, continuava o intenso crescimento urbano, especialmente a partir de 1941, quando começou a funcionar a segunda fábrica têxtil de São Cristóvão, a Companhia Industrial São Gonçalo, e se formou uma nova vila operária, criando novo eixo de crescimento em sua direção. Atualmente, a fábrica funciona como produtora de água mineral e não há vestígio da vila operária.

Quanto aos aspectos urbanos, a Cidade Alta mantinha as características de assentamento mais antigo, com preponderância dos edifícios monumentais, históricos e artisticamente apurados. No entanto, conforme pode ser observado ao se caminhar em São Cristóvão, a proteção do Decreto-lei Estadual nº 94 não impediu diversas modificações no aspecto arquitetônico e urbanístico da cidade, feitas sem uma reflexão sobre o tipo de intervenção que seria mais adequada ao desenvolvimento do sítio histórico.

O tombamento do conjunto (1967)

A partir da década de 1960, com a ampliação da noção de patrimônio, a proteção da visibilidade dos bens tombados individualmente passa a incluir uma preocupação com a sua ambiência história e sociocultural: "Até então a questão da visibilidade do monumento, quando abordada, era tratada quase que exclusivamente com a preocupação de manutenção de uma 'harmonia' estético-estilística em relação às características do bem tombado" (CHUVA, 1998, p. 43).

Impõe-se uma nova filosofia, para a qual passa também a ser importante a defesa da ambiência da cidade, a partir dos compromissos internacionais assumidos, com a vigência da Carta de Veneza (maio de 1964) e das Normas de Quito (novembro/dezembro de 1967):

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 106

> Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e a assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização (CURY, 2000, p. 94).
>
> A idéia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação (CURY, 2000, p. 106).

Em 1967, é aberto o processo de tombamento de São Cristóvão, efetivado no mesmo ano, com a inscrição do seu Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Por tombamento entende-se:

> [o] Ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros do Tombo (DIRETORIA ..., 2002, p. 10).

O Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que normatizou na esfera federal o ato do tombamento, estabelece no seu Art. 4º que os livros do tombo são quatro: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo de Belas-Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

A decisão quanto ao tombamento está diretamente ligada à atribuição de valores ao bem, reconhecido através da sua importância para a sociedade. Quanto a São Cristóvão, esse valor, entendido por um ponto de vista atual, deve-se à própria formação da cidade, um dos marcos da defesa do território brasileiro, pela presença sempre constante da religião desde a colonização, a presença dos jesuítas e a construção dos monumentos religiosos, bem como as manifestações e costumes que perduram até os dias atuais. Além disso, sua evolução urbana formou uma paisagem tipicamente lusíada, configurada através da implantação em dois planos: Cidade Alta e Cidade Baixa. Tal configuração

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 107

permitiu a formação de perspectivas em diversos pontos da cidade, como, por exemplo, uma nova paisagem descortinada à medida que um observador se afaste de uma praça e se aproxime. São fatores que justificam sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

No tombamento do Conjunto não foi delimitada uma área específica de atuação do IPHAN, ficando subentendido que toda a área urbana da cidade estaria incluída no polígono.



FOTO 30 Rua Ivo do Prado.
Fonte: Andrea Romão, 2005.



FOTO 31 Rua Tobias Barreto.
Fonte: Andrea Romão, 2005.



FOTO 32 Procissão Rua Tobias Barreto.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).



FOTO 33 Largo do Carmo.
Fonte: IPHAN (data desconhecida).

O plano urbanístico

No Brasil, na década de 1970, novas diretrizes foram adotadas a partir do Compromisso de Brasília (abril de 1970) e do Compromisso de Salvador (outubro de 1971) com a finalidade de implantação da nova política descentralizadora de proteção dos bens culturais brasileiros. O governo federal passou a participar mediante o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades His-

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 108

tóricas do Nordeste – PCH, que financiava obras de restauração e planos diretores relacionados à preservação de sítios históricos, de interesse dos estados e municípios[7].

O Plano Urbanístico elaborado na década de 1970 para a cidade de São Cristóvão, com recurso do PCH, teve, entre outras coisas, a intenção de estabelecer a delimitação de uma área de proteção, inexistente no tombamento. No terceiro volume do Plano, no item que trata sobre a análise do Acervo Cultural, foi estabelecido um zoneamento urbano de São Cristóvão, com a divisão da cidade em setores:

> • Setor Central ou de Preservação Integral – centro do poder Civil e Religioso e atividades terciárias tradicionais, zona de homogeneidade e densidade monumental;
>
> • Setor Intermediário ou de Preservação Ambiental – corresponde às áreas de menor homogeneidade arquitetônica, basicamente residencial (zona de transição);
>
> • Setor Periférico ou de Preservação da Visibilidade e Paisagem – corresponde às áreas que envolvem o Centro Histórico e cuja utilização está sujeita a normas destinadas a assegurar a visibilidade e emolduramento paisagístico do núcleo antigo da cidade (UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 66-67).

O Plano considera como Centro Histórico o Setor Central e o Setor Intermediário (cidade alta). O Setor Periférico que envolve o Centro Histórico corresponde à cidade baixa, como pode ser visto no estudo sobre a evolução urbana do município.

A partir dessas informações foi possível elaborar um mapa ilustrativo das delimitações dos setores, porém como o Plano não apresenta um mapa completo da cidade (somente a delimitação do Setor Central), os limites foram feitos segundo o percurso aproximado descrito no Plano. No mapa pode ser observado

7 O Compromisso de Brasília e de Salvador resultaram de reuniões promovidas pelo governo federal, nas quais foram feitos acordos com os governadores de diversos estados brasileiros para preservação do patrimônio cultural e para que se buscasse o envolvimento dos governos municipais. Desse acordo surgiu em 1973 o Programa de Cidades Históricas do Governo Federal. (IPHAN, 2004; UNIVERSIDADE ..., 1980, v. 2, p. 209-210)

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 109



que a delimitação e setorização definidas abrangem uma área restrita do setor central, sendo a zona rigorosa de preservação. Foram excluídos, por exemplo, a praça Senhor dos Passos e o Convento do Carmo, o sobrado da antiga rua das Flores e a Igreja do Amparo que, além de serem bens tombados individualmente, fazem parte da história e evolução urbana de São Cristóvão, como pode ser visto no estudo ao lado.

Além disso, também vale salientar que esse Plano Urbanístico não foi encaminhado ao Conselho do IPHAN e, portanto, não obteve sua aprovação, embora, por estar inserido na Lei Orgânica do município, seja considerado como um meio de legislação cabível para a área de São Cristóvão. Suas recomendações foram e ainda são utilizadas como justificativas nas intervenções na cidade, o que leva à exclusão de áreas importantes como de preservação rigorosa, resultando em algumas descaracterizações do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade. Áreas que deram origem à cidade e justificam a escolha do sítio de implantação em São Cristóvão e outras representativas de sua evolução também não foram contempladas como áreas de preservação.

Ressalta-se, no entanto, que o Plano Urbanístico teve importante papel no que se refere ao desenvolvimento da cidade diante do seu intenso crescimento, principalmente na Cidade Baixa, controlando os índices de crescimento. Um importante exemplo desse fato está relacionado à especulação imobiliária gerada pelo fato de São Cristóvão ser fronteira com a capital Aracaju. Devido à proximidade entre as mesmas, São Cristóvão é considerada cidade-dormitório, com intenso crescimento linear de loteamentos, principalmente ao longo da rodovia João Bebe Água (rodovia estadual SE-004), que liga as duas cidades. Parte dessa pressão estava ameaçando a vizinhança imediata da Cidade Alta, sendo deslocada para situação mais distante.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 110

Proposta de delimitação do patrimônio de São Cristóvão

Para formular uma proposta de delimitação do sítio histórico tombado de São Cristóvão é necessário, primeiramente, definir a noção de patrimônio que está sendo empregada. Nesse sentido, conforme ampliação da noção de patrimônio adotada pelo SPHAN seguindo tendências internacionais, desde a década de 1980, entende-se que um sítio deve ser valorizado como *patrimônio cultural* também pela atribuição de significados ao conjunto de vestígios de sua história impressos no território, representativos da sociedade que os constituiu e de sua evolução ao longo do tempo.

Existem outras informações contidas na paisagem de uma forma geral, além daquelas referentes às características arquitetônicas, estético-estilísticas e de excepcionalidade, em função da linguagem da forma urbana da cidade, expressa nos vestígios representativos do processo de sua formação e desenvolvimento, que permitem ampliar as possibilidades de preservação. Assim, os sítios e imóveis passam a ser valorizados como fonte documental, na qual as informações são transformadas em documentos e, conseqüentemente, em patrimônio (conceito de cidade-documento). Essas informações devem ser vistas como patrimônio cultural e como fonte documental, como monumento, pois:

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536).

Também foi considerada a ampliação da noção de patrimônio, introduzida na temática do SPHAN na década de 1980, como base da noção de *referência cultural* não centralizado nos bens, e sim na atribuição de sentidos e valores condicionados historicamente, ou seja, não relacionados apenas ao "monumento histórico" em si, mas numa percepção global do bem e das heranças culturais atribuídas a ele (CHUVA, 1998, p. 33-35).

Considera-se que, além dos aspectos estético-estilísticos, existem outras informações contidas na paisagem: o patrimônio da linguagem da forma urbana da cidade, expressa nos vestígios representativos do processo de sua formação e desenvolvimento. Assim, os sítios e imóveis passam a ser valorizados como

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 111

fontes documentais, nas quais as informações, transformadas em documentos, informam sobre determinada sociedade, podendo ser compreendidas pelos cidadãos como referência de sua história, transformando-se, conseqüentemente, em referência cultural e patrimônio cultural.

Entendeu-se, diante disso, que as cidades são, de forma especial, objetos culturais, social e historicamente construídos e formam espaços que contêm elementos da história e identidade de quem os produziu. Portanto, a sua valorização como patrimônio está relacionada a esses elementos urbanos, seu processo de formação e desenvolvimento, detectados a partir dos vestígios acumulados e impressos no território, que identificam a sociedade que os produziu (Chuva, 1998, p. 125-126).

A Carta Internacional de Washington, de 1986, dedicada à salvaguarda das cidades históricas, demonstra a preocupação e os conceitos adotados para a preservação urbana desde a década de 1980, quando define a cidade patrimônio pelos seus diversos aspectos e complexidade:

> **1.** Para ser eficaz, a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis.
>
> **2.** Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:
> **a.** a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
> **b.** as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
> **c.** a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
> **d.** as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;
> **e.** as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história.
> **f.** Qualquer ameaça a esses valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.
>
> **3.** A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 112

4. As intervenções em um bairro ou em uma cidade histórica devem realizar-se com prudência, sensibilidade, método e rigor. Dever-se-ia evitar o dogmatismo, mas levar em consideração os problemas específicos de cada caso particular.

A partir dos aspectos históricos e critérios que foram apresentados ao longo desse trabalho, pode-se chegar a uma proposta preliminar de delimitação da área de tombamento de São Cristóvão, com a criação de dois setores de preservação, considerando as características morfológicas e vestígios da paisagem que justificaram a escolha do território, importante referência da cidade como patrimônio nacional, as diferentes épocas de desenvolvimento da cidade, áreas de homogeneidade arquitetônica, áreas de maior ou menor densidade de bens culturais, áreas de expansão, locais de celebração e das manifestações culturais. Deve-se frisar que não são apenas as características arquitetônicas que devem ser valorizadas, como também os vestígios da história e da própria sociedade que os constituiu.

Dessa forma, preliminarmente dois grandes setores foram classificados conforme exposto a seguir:

Setor de Preservação 1

Corresponde à área onde se incluem todos os bens tombados individualmente pelo IPHAN na cidade de São Cristóvão. Seu limite é definido por uma linha imaginária, cujo perímetro contorna os lotes dos monumentos e das demais edificações do seu entorno imediato, a fim de garantir a preservação da integridade de toda a área que simboliza um dos períodos mais significativos da história de São Cristóvão, desde a sua fundação até a formação do foco inicial do povoamento, com as maiores concentrações das edificações nas proximidades dos edifícios religiosos. A preservação deve ser rigorosa, não podendo sofrer qualquer alteração que venha a descaracterizar direta ou indiretamente os bens tombados[8];

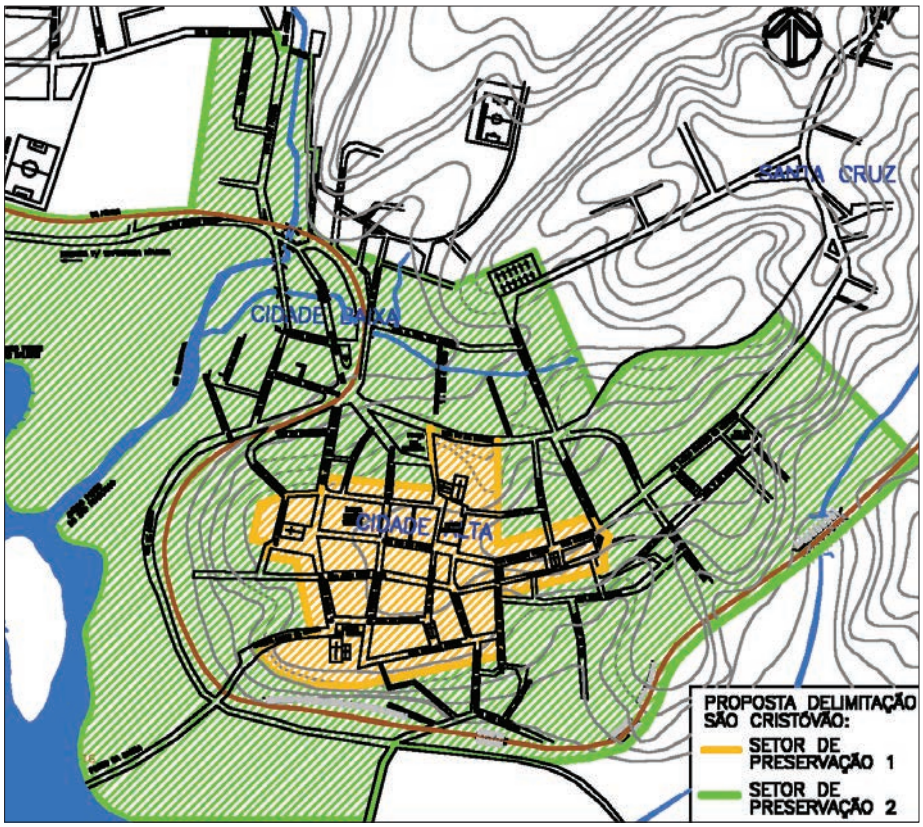
Setor de Preservação 2

Corresponde à área de ocupação urbana formada por elementos significativos que devem fazer parte do patrimônio por constituírem os vestígios da história

8 Como o mapa utilizado para o desenvolvimento do trabalho não contém o limite dos lotes das edificações, subtende-se que a linha imaginária percorra esses limites para definição do setor.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 113

da cidade de São Cristóvão e da sua evolução urbana. Os caminhos que organizaram essa configuração foram formados em função da própria topografia do local, contendo os primitivos eixos de acesso ao núcleo urbano, a partir do porto e da área de comércio (as ladeiras de ligação da Cidade Alta com a Cidade Baixa, por exemplo) além da beira do rio, com os vestígios do antigo porto que deu origem à cidade. Seu limite é definido por uma linha imaginária que percorre o rio Paramopama até a rua de acesso à antiga Companhia Industrial São Gonçalo, seguindo em direção à linha férrea e nela contornando até chegar ao limite do hospital, seguindo até o cemitério e daí até a antiga vila operária da antiga Companhia Industrial São Cristóvão, até encontrar novamente a linha férrea na altura do antigo matadouro e envergar na direção sul até o rio. A preservação do local deve garantir a conservação dessa configuração urbana e dos caminhos da história da cidade, ordenando a sua utilização, além da preservação da paisagem natural formada pelo rio e morros.



PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 114

Com essa delimitação, propõe-se que o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Cristóvão seja formado pelos *Setores de Preservação 1 e 2*, característicos da morfologia urbana e da história da cidade, e que contêm todos os vestígios que "contam" essa história. São setores que deverão ser subdivididos em subsetores para normatização, considerando suas características diferenciadas e seu significado como referências para a história de São Cristóvão. Assim, as normas para execução de obras, parcelamento e ocupação do solo, deverão considerar, conforme descrito, as características morfológicas e os vestígios da paisagem que justificaram a escolha do território, sendo objeto de estudos mais detalhados referentes à sua configuração atual.

Conclusão

O exercício desenvolvido neste trabalho, de apropriação dos dados da história para uma reflexão sobre São Cristóvão como Patrimônio, se justifica, pois, mesmo após as transformações ocorridas desde a década de 1980, com a adoção de novos conceitos e de uma nova política nas ações de preservação, ainda predominaram na prática, a seleção de bens culturais como patrimônio, baseada nas características estético-estilísticas e de excepcionalidade tradicionalmente consagradas. Além disso, na década de 1990, predominou o *modelo globalizado* de tratamento dos sítios urbanos, baseado nas intervenções em áreas históricas voltadas para o consumo visual, fortalecendo a sua valorização estético-estilística como produto desse consumo, aproveitando-se da imagem configurada como valor cultural pelas antigas ações do IPHAN. Dessa forma, foram produzidos cenários, com a apropriação do patrimônio como mercadoria ou como atrativo para o consumidor, cujos valores são atribuídos pelos lucros imediatos do capital financeiro (MOTTA, 2003, p. 131-132 e 135-136).

Assim, tornam-se pertinentes e necessárias as reflexões com base no entendimento de que um sítio deve ser valorizado como *patrimônio cultural* também pela atribuição de significados ao conjunto de vestígios de sua história impressos no território, representativos da sociedade que os constituiu e de sua evolução ao longo do tempo, para uma delimitação do objeto de tombamento que leve à valorização do sítio como um todo, incluindo, além de sua arquitetura e características excepcionais já consagradas, os aspectos e lugares que as explicam. Isso, em São Cristóvão, inclui a valorização da beira-rio, hoje em processo de assoreamento e ocupação, sem considerar os critérios da preservação, a valorização dos vestígios do porto, o tratamento das ladeiras de acesso entre a

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 115

Cidade Baixa e a Alta, o respeito ao parcelamento dos lotes, ao arruamento às encostas ainda verdes, são parte do processo de preservação que deve ser desenvolvido em detalhe e compreendido pela comunidade, para possibilitar a preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico tombado.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Calazans, José. Aracaju, contribuição à história da capitania de Sergipe, 1942.

Castro, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação dos bens culturais: O tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

_____. *Estatuto da cidade e a preservação do patrimônio cultural federal: Compatibilizando a gestão.* Temas de Direito Urbanístico. São Paulo: Imprensa Oficial, Ministério Público do Estado de São Paulo, Procuradoria Geral da Justiça, 2005.

Chuva, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1998.

Costa, Luís César Amad; Mello, Leonel Itaussu A. de. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999.

Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura. *Tombamento: Uma iniciativa para proteger.* Florianópolis: 2002.

Domingues, Joelza Éster; Fiusa, Layla Paranhos Leite. *História: O Brasil em Foco*. São Paulo: FTD, 2000.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

Franco, Luis Fernando P.N. *Transcrição de Centros Históricos inscritos nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Rio de Janeiro: 1986.

Freire, Felisbelo. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria do Estado da Cultura / FUNDEPAH, 1995.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens tombados Sergipe e Alagoas*. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Aracaju: Iphan, 1997.

_____. *Cartas patrimoniais*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

_____. *Estudos de tombamento*. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

PEP03 - Andrea 10/1/07 3:31 PM Page 116

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. et al. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MAIA, Tom; NASCIMENTO José Anderson; et. al. *Sergipe Del Rei*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MARINHO, Teresinha. *Rodrigo e o* SPHAN: Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: *Museus & cidades: Livro do seminário internacional*. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, et. al. (org.) Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

NASCIMENTO, José Anderson. *Sergipe e seus monumentos*. Araruá: 1981.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Manual da monografía jurídica*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REIS, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil: 1500/1720*. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO, Marcos Tadeu Daniel. Parecer favorável ao tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

VILELA, Iêda Maria Leal; SILVA, Maria José Tenório da. *Aspectos históricos, artísticos, culturais e sociais da Cidade de São Cristóvão*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Plano urbanístico de São Cristóvão*. Salvador: UFBA. GRAU-Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana, 1980. 3 v.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 117

Negociando imaterialidades: A trajetória dos "bumbás" de Manaus e suas estratégias de sobrevivência

Andrey Faro de Lima



Resumo

Por intermédio da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN), desenvolveu-se um mapeamento do maior número possível de referências culturais relativas ao Boi-bumbá de Manaus. Verificou-se, posteriormente, o modo como o "boi" manauara se configura neste município e a forma como determinados fatores se correlacionam neste processo, atuando à conformação atual própria da manifestação em questão. A abordagem de como o "bumbá" de Manaus interage ou reage às transformações contemporâneas foi estruturada a partir de um eixo analítico demarcado pela dualidade existente entre a Batucada, enquanto símbolo do "ser tradicional", e a Marujada, simbolizando o "ser moderno", e da maleabilidade como são tecidas tais representações a partir das dinâmicas e transformações, tensões e resoluções promovidas por diversos elementos no bojo do universo no qual tais categorias são apreendidas, produzidas e reproduzidas e muitas vezes assumem, mutuamente, seus significados.

Andrey Faro de Lima Cientista social, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 1ª Superintendência Regional do IPHAN, em Manaus, durante o ano de 2005, sob a supervisão da arquiteta do IPHAN Patrícia Maria Costa Alves.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 118

Introdução

Desde a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, em 2000, por meio do decreto 3.551 (IPHAN, 2000), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – vem implementando uma série de ações com o objetivo de viabilizar a identificação, o reconhecimento, a salvaguarda e a promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro[1].

Esta instituição, tendo consciência dos aspectos fluidos e dinâmicos que esta categoria do patrimônio cultural traz consigo, desenvolveu "[...] uma metodologia de inventário posteriormente adotada para o Inventário Nacional de Referências Culturais" (ARANTES, 2001, p. 132).

O INRC foi elaborado com o objetivo de identificar e documentar, por meio de um programa sistemático de registro, os bens de natureza imaterial, com base em cinco categorias estabelecidas para os Livros de Registros, descritos nos seguintes termos: a) Celebrações, b) Formas de Expressão, c) Ofícios e Modos de Fazer, d) Edificações, e) Lugares.

Segundo a metodologia do INRC, os objetivos traçados pelo IPHAN compreendem etapas correlacionadas

> [...] de investigação que se desenvolvem em planos de complexidade crescente, de modo a tornar viáveis, de um lado, os levantamentos amplos e periódicos a serem realizados como atividades correntes do IPHAN e, de outro, a sua complementação com documentação etnográfica. A presente metodologia prevê três etapas com níveis sucessivos de aproximação (IPHAN, 2000, p. 35).

São os seguintes os níveis citados no INRC: 1) Levantamento Preliminar, 2) Identificação dos Bens e 3) a Documentação. Este inventário é complementado pela inserção de um banco de dados específico.

O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – é empreendido em múltiplos contextos culturais, como por exemplo, o Inventário da Ilha de Marajó e o Inventário do Bumba-meu-boi do Maranhão. Este último, realizado em 2003 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP– é de significativa pertinência, haja vista a grande difusão, fluidez e variabilidade que

1 Muitas ações já eram empreendidas pelo IPHAN no âmbito do Patrimônio Cultural Imaterial. Contudo, tais ações tornaram-se sistemáticas, do ponto de vista institucional, a partir da edição do referido decreto.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 119

as brincadeiras em torno do "boi" apresentam em todo território nacional. Desse modo, para possíveis avanços no desenvolvimento dos trabalhos relacionados ao patrimônio de natureza imaterial, é fundamental a consideração dos três aspectos acima, pois a reconhecida difusão nacional deste complexo de manifestações e, conseqüentemente, suas nuances regionais e dinâmica histórica decorrente, demandam verificações contínuas em contextos diversos objetivando a identificação das possíveis especificidades.

O Boi-bumbá do Amazonas, como uma das "variantes das brincadeiras em torno do boi", se assim podemos chamá-lo, vem se configurando como uma das manifestações culturais de maior referência identitária nesta região desde o século XIX, sendo que muitos são os fatores envolvidos. Através de minhas atividades como bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO durante o ano de 2005, de um modo preliminar, entrei em contato com este universo.

Com o intuito de contribuir para os avanços nas atividades relacionadas ao patrimônio de natureza imaterial, procurei também dar continuidade ao trabalho realizado pelo CNFCP no que compete às verificações acerca das variações que o complexo de brincadeiras em torno do "boi" apresenta, em contextos diversos. Daí a ênfase ao Boi-bumbá de Manaus, considerado pelos grupos referidores como a "manifestação folclórica" de grande projeção neste município; moldado a partir de uma realidade particular, caracterizada pelas correlações de fatores como o Festival Folclórico do Amazonas; a *cosmopolitização* do Boi-bumbá de Parintins e, por conseguinte, o Festival Folclórico de Parintins; o Estado, representado pelas suas agências encarregadas da cultura, à educação e ao turismo, tanto em nível municipal quanto estadual; o crescimento urbano de Manaus etc.

Estes elementos, que até certo ponto se confirmam e se confrontam, nos fornecem subsídios fundamentais para que entendamos a dinâmica conformadora do Boi-bumbá em Manaus.

Por intermédio da metodologia do INRC, procurei compreender, de um modo genérico, a maneira como aquela manifestação cultural se configurou em Manaus e a forma como determinados elementos se correlacionam atuando na feição particular da manifestação em questão[2].

2 Este estudo desenvolveu-se no âmbito das atividades realizadas pela 1ª Superintendência Regional/IPHAN, em conjunto com a Coordenação de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN, e supervisão de Patrícia Maria Costa Alves e Maria Bernadete Mafra de Andrade.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 120

Ainda no cerne de minhas atividades elaborei uma discussão preliminar acerca do binômio tradicional/moderno, pertinente às análises de como se tem configurado (ou re-configurado) o "bumbá" do município de Manaus, a partir de um eixo analítico representado pela dualidade existente entre a Batucada, enquanto símbolo do "ser tradicional", e a Marujada, simbolizando o "ser moderno"[3].

Tal como ressaltou Cavalcanti (2001), as noções em torno do que seria "moderno" ou "tradicional" – elaboradas e interpretadas pelos próprios processos populares – não são necessariamente excludentes e comumente aparecem integradas num único processo sociocultural cujo sentido global importa apreender.

Através dos contatos e levantamentos realizados durante o ano de 2005[4], pude perceber a configuração de um modo particular com o qual os grupos referidores constantemente criam e recriam suas representações acerca do paralelo tradicional/moderno, que aqui procuro entender através da dualidade Batucada/Marujada[5], visto que esta tem um papel essencial neste processo.

Nestes termos, apresentarei um panorama histórico do Boi-bumbá no estado do Amazonas, especialmente em Manaus, ressaltando os principais elementos que atuam para a conformação própria que o "boi" deste município assume para, posteriormente, ponderar sobre a importância de se compreender as manifestações da Batucada e da Marujada para a definição das práticas do IPHAN no âmbito do patrimônio de natureza imaterial.

3 Verificamos também outras representações oblíquas em torno do que é "tradicional" e "moderno", por exemplo, há uma consideração especial, por parte dos referidores, à presença do "cupim", a saliência encontrada nas costas dos "bois de carne e osso", na confecção do "boi", característica típica do "boi" de Parintins e que serve como referência para a distinção entre um "boi tradicional", sem cupim e um "boi moderno", com cupim. Podemos atribuir à influência do Festival Folclórico de Manaus a idéia de que "ser tradicional" é ter muitos títulos no festival e, conseqüentemente, ser um "boi" de "peso". Vemos então que os pólos tradicional/moderno não se excluem, uma vez que, para ter muitos títulos no festival é necessário criar estratégias que compreendam tanto a manutenção de elementos ditos "tradicionais", como algumas personagens do auto-do-boi (Mãe Catirina, Cazumbá etc.), quanto a inserção de novos elementos, como as alegorias suntuosas com temas regionais.

4 As referências temporais estão de acordo com a data de elaboração do trabalho.

5 A Batucada e a Marujada caracterizam-se tanto por cadências rítmicas e linhas melódicas específicas do modo como as toadas (canções) são reproduzidas, quanto pelos instrumentos musicais utilizados durante a apresentação dos grupos de "boi".

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 121

O mapeamento do Boi-bumbá de Manaus e a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais

Para que se iniciem as proposições acerca de como o Boi-bumbá em Manaus delineou-se historicamente, farei algumas considerações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do mapeamento que serviu como base às referidas análises, ou seja, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.

Como já foi dito anteriormente, o IPHAN desenvolveu uma metodologia específica para a exeqüibilidade do Inventário Nacional de Referências Culturais[6], que visa identificar e documentar conjuntos de bens culturais que abriguem os sentidos de identidade, ou seja, "[...] atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social" (IPHAN, 2000, p. 30), em diversas localidades, e assim contribuir para a incorporação deste patrimônio em políticas públicas.

Neste trabalho foi dada ênfase às atividades correspondentes ao Levantamento Preliminar, limitando-as a uma verificação mais geral dos fenômenos em questão, ainda que reconhecendo a pertinência das duas etapas posteriores do INRC (Identificação e Documentação) para uma possível ampliação do alcance dele, consoante a utilização de níveis mais complexos de aproximação. Contudo, para a efetivação da proposta empreendida, utilizaram-se alguns elementos não previstos originalmente no manual, tal como a elaboração de um roteiro para a realização de entrevistas que permitiram preencher eventuais lacunas no processo de mapeamento e conhecer de um modo mais fidedigno o universo cultural pesquisado.

Ao se utilizar a metodologia do INRC, buscou-se dar continuidade às ações desenvolvidas pelo IPHAN "[...] no sentido de testar, criar experiências e refletir sobre a aplicabilidade e possibilidades dos instrumentos criados para a salvaguarda e proteção do patrimônio imaterial" (VIANNA, 2004, p. 16). Avaliaram-se, dessa forma, as possibilidades e os limites da aplicabilidade do INRC e a eficiência deste instrumento como subsídio para os procedimentos de pesquisa

6 Segundo ARANTES (2001, p. 130), "[...] No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. São referências os marcos e monumentos edificados ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial".

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 122

que possibilitem a apreensão das mais diversas realidades etnográficas. Procura-se, com isso, possíveis meios de experimentar, criticar e propor mudanças no modelo do INRC, "incluindo ou excluindo novos campos, multiplicando ou desmembrando outros, ou apenas indicando sua inadequação à realidade pesquisada" (CARVALHO; PACHECO, 2004, p. 32-33), sem deixar de reconhecer que a própria natureza deste instrumento refere-se à necessidade de que haja uma sistematização das informações pesquisadas, que permitam comparações e, principalmente, uma universalidade dos procedimentos institucionais.

Neste sentido, não há dúvidas em torno do caráter enfaticamente objetivo da metodologia do INRC, que só se justificaria, segundo Carvalho e Pacheco (2004), em face da necessidade de padronização dos dados, de forma a facilitar a tabulação e sua comparação entre diferentes regiões, oferecendo bases para o desenvolvimento de políticas sociais na área do patrimônio. No entanto, tal objetividade acaba se tornando uma "faca de dois gumes", uma vez que lidamos com fenômenos essencialmente dinâmicos, envoltos num ambiente cultural e político contemporâneo e "[...] portanto, expostos aos apelos deste ambiente e às contingências da vida de seus reprodutores" (BARRETO; LIMA, 2001, p.79).

Reconhece-se com isso a necessidade de que sejam inseridas perspectivas mais subjetivas, a fim de possibilitar que informações até então majoritariamente referenciais adquiram um caráter mais qualitativo. O *Levantamento Preliminar* assume assim um papel fundamental, como forma de dar subsídios mais fidedignos aos níveis de aproximação posteriores do próprio inventário. Estas percepções subjetivas visam fornecer dinâmica e fluidez aos elementos mapeados pelo *Levantamento Preliminar*, demonstrando como os mesmos se correlacionam, confrontam-se ou se afirmam, atuando nas feições próprias que cada realidade apresenta.

> [...] Talvez nossos problemas pudessem ser diminuídos se investíssemos mais esforços e encarássemos de outra forma uma etapa básica do INRC, dedicada ao *Levantamento Preliminar* do universo a ser inventariado. Nessa etapa estão previstas, além de um mapeamento inicial do campo, atividades de pesquisa para preenchimento dos Anexos do documento: Bibliografia, Registros Audiovisuais, Bens Culturais e Contatos, bem como as fichas de identificação de Sítio e Localidade. No entanto, pensamos que poderia ser o momento de, partindo de questões que servissem apenas como um roteiro ou guia básico de pesquisa, avaliar a possibilidade de criação e de aplicação

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 123

> de instrumentos adequados a cada caso ou bem inventariado. (Carvalho; Pacheco, 2004, p. 34).

Em síntese, busca-se aqui a produção de conhecimentos mais pertinentes acerca das diversas práticas culturais, sem comprometer o objetivo principal do Inrc: a construção de subsídios sólidos para a implementação de políticas públicas:

> [...] Parece-nos que a melhor maneira de proceder no inventário seria reduzir, tanto quanto possível, a necessidade de classificação e delimitação prematuras, substituindo os atuais questionários e formulários por similares mais abertos, que comportem de forma mais adequada a complexidade das situações etnográficas e o estágio incipiente das pesquisas realizadas (Carvalho; Pacheco, 2004, p. 34).

Considera-se que a aplicação preliminar deste instrumento/procedimento ao complexo de referências culturais relativas ao Boi-bumbá de Manaus, possibilita o empreendimento de análises adequadas em torno deste universo.

Para que este processo seja mais bem entendido, a partir deste momento será apresentado o modo como foi estabelecida neste trabalho a relação entre percepções objetivas/quantitativas e subjetivas/qualitativas[7], primeiramente apresentando um panorama histórico do Boi-bumbá em Manaus, com referências a alguns elementos mapeados durante a utilização da metodologia do Inrc, para, em seguida, ser mostrado como esses elementos se movimentam no bojo da conformação própria do Boi-bumbá de Manaus.

O Boi-bumbá na capital do Amazonas

Há certas divergências entre os pesquisadores quanto à origem do Boi-bumbá[8] na Amazônia[9] e no estado do Amazonas. A hipótese mais aceita é a de que o

7 Não afirmo aqui que percepções objetivas e subjetivas são necessariamente antagônicas, mas sim que as mesmas são construídas a partir de perspectivas diferenciadas.

8 Quanto à palavra "bumbá", há diferentes interpretações. Alguns autores se referem a ela como derivada de zabumba (tambor). No entanto, existe no português o verbo bumbar, que significa bater fortemente (Cavalcanti, 2000, p. 17).

9 Uma outra polêmica diz respeito à própria origem das festas em torno do "boi" no Brasil. Trata-se da "primeira referência escrita conhecida à brincadeira do 'boi' no país", datada "de 1840 e vem do Recife, é o artigo 'A estultice do Bumba-meu-boi', de frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, beneditino secularizado que redigia o jornal *O Carapuceiro* na cidade do recife" (Cavalcanti, 2000, p.. 16).

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 124

mesmo seja uma variante do Bumba-meu-boi trazido pelos nordestinos durante o período gomífero amazônico[10].

> [...] O auto do boi-bumbá[11], originando-se no nordeste, não foi observado em nenhuma área amazônica até os fins do século XIX. Não se encontra qualquer referência a ele por parte das personalidades que estiveram na região, tal como Martius, William Edwards, Henry Bates, Alfred Wallace, Daniel Kidder. Nas inúmeras páginas de registro dos folguedos populares, das festas religiosas, dos costumes e tradições amazônicos, que esses viajantes recolheram para a história social da região, o Boi-bumbá está sempre ausente, provando que o auto só começou a ser encenado depois das primeiras migrações nordestinas do ciclo da borracha, trazido possivelmente do Maranhão (TOCANTINS, 2000, p. 242).

A opinião de Tocantins é compartilhada por diversos outros autores, que reconhecem o folguedo do Boi-bumbá como uma variante do Bumba-meu-boi do Maranhão, introduzido na Amazônia por migrantes nordestinos que trabalharam na extração da borracha a partir de fins do século XIX e início do século XX, tendo encontrado ali, conforme verifica Tocantins (2000), "terreno fértil" para o Boi-bumbá se impor à "preferência regional", principalmente nas zonas pastoris, mesclando-se a práticas culturais já existentes na região:

> [...] Já havia, como que, além de uma predisposição psicológica de estima à figura do útil animal, a tendência indígena da mascarada com motivos de bichos, na qual, pela contribuição do português, o 'boi' também estava presente. [...] É certo que essas pantomimas isoladas nada tinham do auto pastoril do Boi-bumbá, mas constituíram um processo receptível ao motivo que veio depois se assimilar facilmente aos costumes regionais, obedecendo também à seriação do calendário junino (TOCANTINS, 2000, p. 242).

10 Para autores como MONTEIRO (2004) e SALDANHA (2002), o Boi-bumbá no Amazonas pouco tem a ver com as migrações nordestinas decorrentes do Ciclo da Borracha, período de grande ascensão econômica na Amazônia, uma vez que já existiam relatos sobre a existência da manifestação na região antes mesmo de tais migrações.

11 Devido à grande maleabilidade que as brincadeiras em torno do "boi" apresentam, por razões já definidas neste trabalho, há uma série de variações de grupo para grupo, de região para região e de época para época no modo como o mesmo se desenvolve. No entanto, basicamente, o Auto transcorre em torno da morte (ou morte aparente) e ressurreição do "boi".

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 125

Na Amazônia, a trajetória do Boi-bumbá procurou seguir, sobretudo, as zonas pastoris, interagindo com as especificidades regionais; tornando-se o que Menezes (1972, p. 18) denominou de mescla do "patriarcalismo colonial com a catequese do gentio".

No Amazonas, o primeiro registro data de 1859 e vem de Manaus. É um relato de um "bumbá" feito pelo médico alemão Ave-Lallemant. Segundo ele, tratava-se de um cortejo em homenagem a São Pedro e São Paulo, no qual havia batuques sincopados e um boi que não era real e sim um "enorme e leve arcabouço dum boi, de cujos lados pendiam uns panos, tendo na frente dois chifres verdadeiros. Um homem carrega essa carcaça na cabeça e ajuda assim a completar a figura dum boi de grandes dimensões" (Ave-Lallemant, 1980, p. 106).

Decerto, os "bumbás" já ocupavam espaço significativo na paisagem cultural de Manaus desde a primeira metade do século XX. Como averiguou Antony (1976), até o início da segunda metade do século XX, os grupos de "bumbás" provocavam em Manaus um sectarismo tão extremado que eram freqüentes os conflitos entre brincantes ou simpatizantes de "bois" rivais:

> [...] Havia pauladas, facadas e até tiros, quando os blocos se defrontavam por desagradável coincidência, na mesma rua ou na mesma estrada. Tão sanguinolentos entreveros obrigavam a polícia a destacar pessoal para escoltar os 'bois' e a traçar itinerários para cada um deles, a fim de que seus caminhos jamais viessem a cruzar-se. Mas sempre havia uma noite em que tal ocorria, e nem os policiais tinham meios e força para impedir a terrível contenda. E tal rivalidade não se restringia apenas aos moradores dos bairros onde cada 'boi' tinha sua sede. Ao contrário, ela alcançava, não em termos de brigas, mas em auxílios financeiros, as classes mais altas da população. Atualmente, não existe, da parte dos brincantes e dos simpatizantes aquela velha e consagrada emulação (Antony, 1976, p. 49).

Até a década de 1950 era grande a rivalidade entre os "bumbás". Quando ocorriam encontros "fortuitos" pelas ruas de Manaus, os conflitos eram inevitáveis, com pedradas, pauladas, facadas e tiros que ocasionavam vítimas de ambos os lados. É bom frisar que os grupos de "bumbás" sempre representavam algum bairro da cidade, o qual, pelos seus "atributos comunitários", deveria ser defendido e afirmado junto ao nome do "bumbá". Neste período, os grupos que mais se envolviam em tais conflitos eram o *Caprichoso*, da praça 14 de Janeiro e

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 126

o *Mina de Ouro*, da Boulevard. Posteriormente, a rivalidade mais expressiva passou a ser entre o *Caprichoso* e o *Corre Campo*, do bairro da Cachoeirinha.

Em 1956, na tentativa de acabar com tais conflitos, o jornal *O Diário da Tarde*, através do jornalista Bianor Garcia, com a parceria da Prefeitura Municipal de Manaus, do 27º Batalhão Militar e do empresariado local, resolveu criar o 1º Festival Folclórico de Manaus (posteriormente, o nome foi alterado para Festival Folclórico do Amazonas). Buscava-se resumir as rivalidades que ocasionavam os confrontos em disputas pelo título do festival (GARCIA, 1989). Conforme comenta o escritor Moacir Andrade,

> [...] antes da instituição do festival folclórico havia uma infinidade de manifestações folclóricas, principalmente o Boi-bumbá. Depois, o jornal *Diário da Tarde*, por meio do senhor Bianor Garcia, criou o chamado Festival Folclórico de Manaus, que era aqui na General Osório. Naquele tempo não era colégio... era a 27ª Região Militar... era uma praça... É preciso saber que antes disso, os 'bois', quando se encontravam, brigavam. Eles iam armados com cacetes, enfeitavam os cacetes com papel crepom e seda coloridos e disfarçavam... Aquilo era um cacete. E eles brigavam muito. Com o festival acabaram-se as brigas. Porque eles se reuniam ali... confraternizavam (MOACIR ANDRADE. Entrevista).

Na época da criação do Festival Folclórico de Manaus, os "bois" ensaiavam e se apresentavam nos currais, uma espécie de cercado de pau roliço, enfeitado com palhas de coqueiro ou inajá e bandeirinhas de papel de seda. Neste local armavam-se barracas para venda de comidas típicas do período junino. No centro do cercado, geralmente, acendiam-se fogueiras para atividades lúdicas. Do curral, os "bois" saíam para desfilar pelas ruas ou para se apresentar nas casas onde eram convidados. Mesmo depois da criação do festival, os ensaios ainda ocorriam nos currais. Devido ao crescimento urbano e ao aparecimento de novos modelos e circuitos festivos na cidade, os currais e os desfiles tornaram-se cada vez mais obsoletos. Moacir Andrade ressalta que

> [...] não havia festivais, cada 'boi' tinha seu curral... do lugar onde ele era. Tinha o da Cachoeirinha, da praça 14, tinha daqui (Aparecida), do São Raimundo, do Educandos... O curral era uma espécie de arraial, que faziam em volta do curral do 'boi', ali eles dançavam, depois saíam pra rua. Manaus era uma cidade pequena naquela época, então você ir pra um curral de um 'boi' desse era um ar-

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 127



FIGURA 1 Boi-bumbá Corre Campo no Festival Folclórico do Amazonas – 2005. Foto: Andrey Faro

> raial em volta do curral, havia pessoas vendendo guloseimas em volta do curral, muitas moças e rapazes andando ali, era um arraial. E no centro o boi-bumbá. Todos os 'bois' eram assim, não era só um (Moacir Andrade. Entrevista).

Percebemos, no comentário acima, referências a uma outra modalidade de entretenimento, as quermesses, os arraiais realizados pelos grupos paroquiais nos adros das igrejas da cidade em homenagem aos santos padroeiros, sobretudo, São Pedro, Santo Antônio e São João, "santos" reconhecidamente juninos. Tais festas eram patrocinadas pelas associações religiosas de muitas igrejas da cidade.

> [...] Antigamente, além dos moradores das circunvizinhanças, essas festas atraíam quase toda a população da cidade, dos bairros mais afastados, e tendo como único meio de transporte coletivo o bonde. As festas comemorativas a Santo Antônio, São João e São Pedro, quase que desapareceram em Manaus (Antony, 1976, p. 176).

Até meados do século XX essas festas eram bastante populares em Manaus, atraindo um grande contingente de rapazes e moças. No entanto, assim como os currais, os arraiais foram perdendo força, apesar de ainda existirem.

Com a criação do Festival Folclórico de Manaus, os "bumbás" de Manaus passaram a se apresentar de acordo com todo um sistema de regras e critérios determinados, tais como a quantidade necessária de brincantes, o tempo máximo de apresentação, a disposição dos componentes na arena e a evolução das danças, o que ocasionou modificações significativas na forma como o Boi-bumbá se reproduzia neste município. O Festival Folclórico de Manaus assumiu tal magnitude que representa atualmente o principal meio através do qual tais manifestações se reproduzem, além de ser um dos elementos fundamentais

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 128

à conformação da relação que o Boi-bumbá e as demais manifestações[12] mantêm com as agências estatais, questão que será discutida mais adiante.

O 1º Festival Folclórico de Manaus foi realizado na praça General Osório, assim como os seguintes, durante duas décadas. Com a criação do colégio militar, em 1972, ao qual a praça pertencia, o festival foi transferido para vários outros lugares, chegando quase a extinguir-se[13], em decorrência de uma queda significativa de público e da falta de investimentos por parte do governo e de particulares. A partir de 2005, o festival ocorre no recém-inaugurado Memorial dos Povos da Amazônia, antiga Bola da SUFRAMA, o que, de acordo com os representantes das associações e grupos folclóricos, iria "'alavancar' o festival". Sobre esses acontecimentos, Moacir Andrade comenta:

> [...] Antigamente, quando havia o festival folclórico daqui de Manaus, era na praça General Osório. Era uma praça. Com a criação do colégio militar desapareceu a praça. Passou a ser o campo de futebol do colégio militar. [...] Mas acontece que o exército, quando criou o colégio militar, acabou com o festival aí no campo. Aí, eles foram lá pra Bola da Suframa, e ali também acabou-se. O Festival Folclórico do Amazonas desapareceu por causa do 'boi' de Parintins... aquilo acabou com tudo (MOACIR ANDRADE. Entrevista).

A propósito do "boi" de Parintins, citado por Moacir Andrade, cabe esclarecer que, no Amazonas, não foi somente em Manaus que o Boi-bumbá obteve forte aceitação na preferência local. Mesmo se mostrando presente em vários outros municípios do Amazonas, como Maués e Fonte Boa, foi em Parintins que o Boi-bumbá contraiu um *status* significativo, influenciando e envolvendo todos os domínios sociais daquela cidade em torno da disputa entre dois "bois" locais, o Caprichoso e o Garantido, que literalmente dividem a cidade em leste/oeste, respectivamente. Apesar de o envolvimento ser contínuo, o ápice é no Festival Folclórico de Parintins, criado em 1965 e que ocorre todo mês de junho. Acerca desta questão, o importante é termos em mente três fatores fundamentais: a feição própria que o Boi-bumbá de Parintins assumiu

12 Além do Boi-bumbá, mapeou-se diversas manifestações envolvidas, tais como a Dança Cacetinho, os Garrotes e as Cirandas, entre outras.

13 Ao sair da praça General Osório, o festival ocorreu no estádio Gilberto Mestrinho, no parque Amazonense, no estádio Vivaldo Lima, na Bola da Suframa (onde ocorre atualmente) e no Sambódromo.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 129



FIGURA 2 Memorial dos Povos da Amazônia, 2005. Foto: Andrey Faro

durante sua trajetória histórica e a *cosmopolitização* pela qual vem passando, em decorrência de sua projeção nacional e internacional e, o mais importante, de sua ascensão a símbolo regional.

As razões pelas quais o "boi" de Parintins adquiriu o aspecto e alcançou a projeção que tem hoje influenciam, em parte, os objetivos deste trabalho. Essas influências serão analisadas a seguir.

O Festival Folclórico de Manaus, ao sair da praça General Osório, sofreu um declínio expressivo no que tange à popularidade e à organização, o que envolveu também o Boi-bumbá de Manaus e as demais manifestações. Inversamente, neste mesmo período, que vai da década de 1970 aos dias atuais, os dois "bois" parintinenses e o Festival Folclórico de Parintins percorriam um caminho de contínua ascensão. Através da inclusão de novos elementos – alegorias similares às dos desfiles de escolas de samba; componentes e temas alusivos à "cultura amazônica"; e uma nova cadência para as toadas –, os "bois" parintinenses, principalmente após a década de 1990, com o sucesso nacional da banda *Carrapicho* e da música *Vermelho*, assumiram o *status* de símbolos do "folclore amazônico" e, conseqüentemente, do estado do Amazonas.

É óbvio que, de alguma forma, o "boi" parintinense acabou influenciando o "boi" de Manaus, uma vez que os contornos da brincadeira do "boi" de Parintins se tornou referência em todo estado do Amazonas. Contudo, todos esses acontecimentos não ocorreram de forma tão simples assim. Neste trabalho será apresentada, de modo genérico, a forma complexa como esses acontecimentos se correlacionam, para que possamos visualizar de um modo sistêmico como o Boi-bumbá em Manaus vem se reproduzindo atualmente.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 130

Batucada ou Marujada? Representações em torno do binômio tradicional/moderno

Durante entrevistas com representantes de alguns grupos de "bumbás" de Manaus, surgiram algumas questões que, conforme fui me aproximando da cadeia de relações associadas ao Boi-bumbá nesta cidade, adquiriram caráter central no modo como os próprios referidores e reprodutores apreendem a conformação dos "bumbás" manauaras atualmente.

Nestas entrevistas[14] pude perceber que, no bojo das tensões com as quais o Boi-bumbá em Manaus vem se defrontando, delineia-se um jogo de representações, traduzidas por constantes negociações, em torno de uma dicotomia característica, o binômio tradicional/moderno. Dicotomia esta que assume sua maior visibilidade através da dualidade existente entre a Batucada e a Marujada, cadências rítmicas nem sempre distintas; que servem como principal eixo para tais negociações. Segundo comenta Francisco Reis, representante do Garrote Estrelinha,

> [...] o ritmo aqui de Manaus... mesmo... é a Batucada. Batucada com ritmo tipo da macumba. Só que como o 'boi' de Parintins em oitenta e cinco entrou muito forte na cidade de Manaus, aí teve tipo uma febre, muitos grupos, devido ao sucesso que alavancou de oitenta e cinco em diante... é que mudaram o ritmo. Saíram da Batucada, que era o tambor de mão e passaram a usar surdos e caixinhas. [...] O 'boi' de Manaus, o ritmo dele é a Batucada, com tambor de mão, tipo um ritmo de macumba. Já a Marujada, que eles falam, é tipo essa de Parintins, sabe... (FRANCISCO REIS. Entrevista).

Neste sentido, Antônio Alcântara (Entrevista), representante do Boi-bumbá Garantido de São Jorge, faz o seguinte relato: "[...] quando eu comecei a botar meu boi, já comecei a botar no ritmo de Parintins, foi o primeiro boi... quando ele veio em sessenta eu botei no ritmo de Parintins. O 'boi' era todo preto". Noutra direção, Nonato da Silva (Entrevista), representante do Boi-bumbá do

14 O desenvolvimento e preenchimento do Anexo *Contatos/*INRC foi fundamental para a realização de entrevistas, num total de 18 contatos, dentre os quais se incluíram acadêmicos, escritores folcloristas, representantes de grupos e associações folclóricas e agências estatais. Brincantes e outras pessoas envolvidas foram entrevistados em reuniões de grupos focais. As datas de realização das entrevistas estão listadas após as Referências.

PEP04 - Andrey 10/5/07 10:49 AM Page 131



FIGURA 3 Batucada (ou será Marujada?) do Boi-bumbá Gitano. Foto: Andrey Faro

Norte, tem uma opinião um pouco distinta: "Eu não mudei pra ritmo de Parintins, não... e nem mudo. Eu não gosto... É como eu disse... Marujada eu não gosto. Aqui é Batucada".

Configura-se aqui um quadro de aceitações e negações que acaba por desenvolver certas representações bem específicas e fundamentais. Para que entendamos como tais representações operam, devemos compreender os fatores envolvidos – aspectos específicos e a atuação de determinados agentes – que, através de um jogo de confrontações e confirmações, atuaram no processo de definição da conotação particular do Boi-bumbá de Manaus.

Considerando que o "boi" foi introduzido no Amazonas a partir das grandes migrações nordestinas, temos de início, como um dos fatores mais relevantes, as especificidades étnico/regionais.

Referindo-se aos contornos que as brincadeiras em torno do "boi" no Amazonas assumiram, Tocantins (2000) nos indica que é perceptível a similaridade entre o Bumba-meu-boi do Maranhão e o Boi-bumbá do Amazonas, no que diz respeito aos motivos individuais: o amo, o vaqueiro, os doutores, o índio, o negro e a negra, mas é na sua reprodução que vamos identificar as variantes de estilo e de linguagem determinadas pelas relações étnicas específicas, sendo que os motivos regionais tornaram-se evidentes com a inclusão de valores culturais "nativos". Mesmo considerando que se trata de uma manifestação cultural e, por conseguinte, fluida, é claro que as modificações na forma deste folguedo, consoante sua migração para o Amazonas, além de ser um resultado dos novos elementos étnicos/regionais, serviram como meio de difundi-lo através da produção de uma maior refletividade às referências identitárias da população local.

O contexto regional e as especificidades étnicas, sem dúvida, atuaram na conformação do Boi-bumbá no Amazonas e em Manaus. Segundo Cavalcanti (2000), é necessário frisar que a própria dinâmica deste folguedo colaborou com

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 132

tais modificações. O tema forneceria ao folguedo um 'enredo central' ao qual se acrescentam, invariavelmente, o improviso, a fragmentação e a variedade.

No entanto, somente este fator não é suficiente para que possamos visualizar todo o complexo de relações estabelecidas pelo Boi-bumbá de Manaus. Sigamos então até o Festival Folclórico de Manaus, já comentado acima.

O modo como o Boi-bumbá vinha se reproduzindo até meados do século XX, apesar das particularidades apresentadas, mantinha uma forte similaridade com o Bumba-meu-boi do Maranhão[15], a "brincadeira matriz". A rivalidade que se constituía entre os diversos grupos de Boi-bumbá existia também noutras regiões do Brasil. Entretanto, a idéia de resumir tais rivalidades para uma disputa pelo título de campeão de um festival, surgiu em Manaus[16]. Desde sua criação, este acontecimento possibilitou no cenário das brincadeiras de Boi-bumbá, modificações significativas e características para além da dinâmica na qual o fator étnico/regional vinha operando, atuando como um eixo fundamental no qual, e em decorrência do qual, outros fatores (inclusive o étnico/regional) vieram a surgir e (ou) corroborar para que o Boi-bumbá seguisse o seu curso.

Acerca da importância do festival atualmente para o Boi-bumbá e as demais manifestações, Francisco Reis (Entrevista) comenta que o mesmo é importante

> [...] porque pra nós, como folcloristas, pra gente que trabalha com folclore... porque a gente mexe com todos os lados. A gente mexe com o emotivo, o pedagogo... Quem trabalha recebe... as pessoas ganham dinheiro também... E a melhor parte, é que agora vai ser o momento dos grupos se profissionalizarem (referindo-se à construção do Memorial dos Povos da Amazônia). Porque tem o espaço lá. Não é que o espaço seja grande, mas sim que os grupos têm que se adequar àquele espaço agora.

15 Durante o desenvolvimento deste trabalho, faço freqüentes referências ao Bumba-meu-boi do Maranhão, isso ocorre não pelo equívoco de achar que existe uma brincadeira do "boi" que seja a "autêntica", a "verdadeira", apenas procuro seguir as representações e as narrativas apresentadas e tecidas pelos próprios agentes referidores e reprodutores.

16 As rivalidades existem até hoje, mas me refiro às que se traduziam por confrontos consumados. Como vimos, em Parintins, alguns anos mais tarde, também foi criado um festival semelhante e por razões análogas. Além de outros festivais criados tanto em Manaus quanto noutras regiões do Brasil. Todavia, podemos considerar que, com exceção de Parintins, Manaus, é o único local onde um festival assumiu tais característica, servindo como principal e praticamente o único meio pelo qual a grande maioria dos grupos ainda se reproduzem.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 133

Nota-se um trecho bastante significativo nesta declaração, relacionado à necessidade de os grupos se adequarem à concepção própria do festival, sendo que esta declaração refere-se a acontecimentos recentes, relativos à criação do Memorial dos Povos da Amazônia, uma espécie de teatro de arena oval, com infra-estrutura, construído no ano de 2005 e que, de acordo com os entrevistados, "alavancaria" o evento, divulgando e projetando os grupos regionalmente e nacionalmente. Todavia, os mesmos acreditam que, para produzir "tamanha evolução" no Festival Folclórico do Amazonas, é necessário que os grupos se profissionalizem e se adeqüem ao espaço e às circunstâncias que o festival impõe. Segundo Francisco Reis (Entrevista),

> [...] o festival é uma coisa engraçada... Se você for pegar ao pé da letra o festival... você imagina uma coisa, mas é uma outra completamente diferente. Quando você chega pra apresentação... como você sai... uma hora você vai sentir que gosta disso. Olha, nós íamos apresentar esse ano... tava no regulamento trezentos brincantes para os Garrotes na Super-Categoria. As outras danças de Super-Categoria podia levar no mínimo 150 ou duzentos... uma coisa assim... Eu briguei muito lá na reunião, eu falei que isso tava errado. [...] Só que bateram o martelo. [...] me virei, fizemos de tudo aqui, conseguimos apoio do pessoal aqui da igreja de São Pedro... conseguimos levar trezentos e trinta brincantes. Eu chorei depois... porque a gente é acostumado a sair com uma média de cento e cinqüenta brincantes, até uns duzentos, mas tu nunca sai com trezentos. Pelo menos a nossa parte foi feita, mas os nossos concorrentes não fizeram, um saiu com noventa brincantes e o outro saiu com cento e sessenta.

Vemos então, que o festival pressupõe um "molde" característico no qual cada manifestação deve se apresentar, um tempo de duração, uma quantidade de brincantes, de alegorias, um local etc., sendo que o grupo de Boi-bumbá ou qualquer outra manifestação deve estar de acordo com os critérios pré-estabelecidos se quiser "existir"[17], ou seja, participar do festival. Esta feição que a

17 Há grupos que não participam do festival (identifiquei apenas três grupos formados por alunos de escolas públicas e um formado por moradores de um conjunto residencial), mas me refiro aos que participam de alguma das associações (Associação dos Grupos Folclóricos de Manaus; Associação dos Grupos Folclóricos do Amazonas; Liga Independente dos Grupos Folclóricos do Amazonas; Associação Bumbás de Manaus) e, conseqüentemente, participam também (ou almejam participar) do respectivo festival.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 134

relação entre o festival e as "manifestações folclóricas" de Manaus adquiriu é articulada pelos próprios grupos e associações representantes e organizadoras do festival por um processo constante de negociações. Conforme comentários de todos os representantes de associações e grupos entrevistados, até então o festival vinha se reproduzindo aos "trancos e barrancos", só que, devido à "atenção um pouco maior" das instituições públicas e privadas, assim como à existência de um local apropriado (com a condição de que os grupos também façam sua parte), o festival pode, "até que enfim", crescer e promover o "folclore de Manaus". No entanto, percebemos que esta questão ocorre numa escala um pouco mais ampla e complexa.

O entusiasmo dos representantes de "bumbás" ante a possibilidade de verem seus grupos projetados nacionalmente remete à atuação do Estado e à importância que o mesmo assumiu para a possível "sobrevivência" dos grupos e do festival. Para se apreender a forma como o "boi" de Manaus se reproduz atualmente é importante considerar o papel peculiar atribuído ao Estado (através de suas agências municipais e estaduais, ligadas ao turismo, à educação e à cultura) pelos representantes de grupos e associações quanto à reprodução destas manifestações (inclusive o Festival Folclórico do Amazonas). A efetivação do patrocínio estatal aos grupos folclóricos iniciou com a instituição do Festival Folclórico do Amazonas, resultado da parceria entre o jornal *Diário da Tarde* e a prefeitura de Manaus, com o objetivo explícito, embora houvesse outros, de acabar com os conflitos entre os diversos grupos de "boi". Segundo o próprio *Diário da Tarde,* o Festival Folclórico do Amazonas

> [...] constituiu-se no mais monumental e exuberante evento. Projetando o Amazonas para o mundo. [...] o festival contou com a honrosa presença do general Higino Craveiro Lopes, digníssimo presidente de Portugal e sua brilhante comitiva, além de expressivo número de senadores da república e outras autoridades nacionais e estrangeiras. O sucesso foi absoluto, sem precedentes na história da nossa cidade. Êxito espetacular e nunca visto antes em nossa capital. Tanto os manauaras quanto os visitantes ficaram extasiados, boquiabertos, impressionadíssimos com tanta animação em uma festa típica, colorida, tão original e com tantos figurantes (DIÁRIO ..., jun. 1957).

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 135

Esta "aura de suntuosidade"[18] que cercou o Festival foi posteriormente perdida, quando houve a transferência da praça General Osório. A retomada dessa "aura" inspirou a construção do Memorial dos Povos da Amazônia (antiga Bola da SUFRAMA), e para isso a participação do Estado foi fundamental. Tal participação, presente desde a criação do Festival, tornou-se essencial para que o "folclore em Manaus não morresse" e, acima de tudo, essencial para o seu *boom*, após a construção do "tão esperado" local apropriado para a festa. Vejamos os comentários de Jorge Brito (Entrevista), representante da Dança Regional Ciranda do Amor, sobre o projeto de elevação do Festival ao *status* de festa reconhecida nacionalmente, "quiçá" internacionalmente:

> [...] isso só vai ocorrer se o governo tomar conta diretamente, se ele puxar pra si. As associações só indicariam o campeão, mas o governo é que tomaria conta. Aí sim, vai funcionar mesmo [...] Um festival bonito? (referindo-se ao Festival de 2005) De início foi, mas não de organização das autoridades governamentais. Porque o que te faz tu seres rígido e responsável? Por exemplo, tu trabalhas numa empresa, os teus patrões tão ali te cobrando e tu tens que ser esperto, a mesma coisa é o nosso festival, porque se a autoridade governamental gasta uns dois milhões com o festival, mas não tem ninguém pra tomar conta, vira um festival pro cara pegar dinheiro... gastar... e aí? como é que fica?

A relação com as entidades governamentais veio se delineando de um modo muito particular. A cobrança pelo "serviço honesto e bem feito", através da fiscalização, do patrocínio e da organização, deve ser, na percepção dos representantes dos grupos folclóricos, responsabilidade do governo[19]. Este, enquanto promotor do festival, tem influência sobre o perfil do evento e dos grupos. Esta influência assume maior amplitude e complexidade à medida que passamos a considerar outros elementos relevantes também envolvidos nesta relação particular entre o governo (ou os governos) e os grupos folclóricos, sobretudo, os "bumbás".

---

18 Sem dúvida, a opinião do *Diário da Tarde* acerca do I Festival Folclórico de Manaus está, de algum modo, associada à própria relação entre o jornal e a promoção do evento em questão. Desse modo, faz-se os descontos necessários a partir das informações obtidas com pessoas que vivenciaram esses acontecimentos.

19 Daí a existência de termos como: "a gente sempre tem que andar com pires na mão pedindo dinheiro pro prefeito" ou "nós somos o primo pobre de Parintins" ditos por Nonato, Presidente da AGFAM em 25/10/2005 durante entrevista.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 136

Como já foi frisado, o Festival Folclórico do Amazonas, ao ser transferido da praça General Osório, sofreu uma queda significativa de público e de organização, quase se extinguindo. Neste mesmo período, surgiu o Festival Folclórico de Parintins, com objetivos semelhantes aos de seu conterrâneo, ou seja, a disputa pelo título do festival, utilizando a rivalidade existente entre os dois "bois" locais, o Garantido e o Caprichoso[20]. No entanto, o festival daquele município seguiu caminhos bem distintos do Festival Folclórico do Amazonas. Conforme informaram alguns entrevistados, devido à existência de apenas dois grupos de Boi-bumbá, o que caracterizaria uma dualidade pertinente à manutenção da própria rivalidade e à "mania de inventar", os "bois" de Parintins contraíram contornos e uma lógica diferenciados dos "bois" de Manaus, que permitiram, além da inserção de uma série de novos elementos em sua forma, a crescente projeção do festival de Parintins, atraindo mais investimentos úteis à sustentação dessa "mania de inventar":

> [...] Em Parintins é como se fosse dois partidos, um pra cada 'boi' e não admitem que haja outro 'boi' lá. Se houvesse outros 'bois' ia enfraquecer isso. [...] Aparecem as figuras folclóricas, a cobra grande. [...] Essas personagens foram introduzidas pela criatividade das pessoas que estavam inseridas nesse aspecto. Como só tem dois 'bois', um pra se sobrepor ao outro, foram criando coisas que os tornassem mais bonitos do que o outro. Todo ano aparece uma coisa nova. Cada qual tem uma coisa nova (MOACIR ANDRADE. Entrevista).

Há que se considerar o fato de que, sendo apenas dois os "bois", se facilitaria o uso dos recursos repassados pelo governo. Os recursos ficariam divididos entre o Garantido e o Caprichoso, diferente do caso manauara, onde se encontra uma grande quantidade de grupos. Em meados da década de 1980, com a participação das empresas ligadas ao turismo, tanto particulares quanto governamentais, o "boi" de Parintins exerceu um papel de símbolo da Amazônia. Introduziram-se elementos alusivos tanto ao dito "mundo amazônico" – a Cunhã-poranga e o ritual indígena – como ao carnaval carioca: o bumbódromo e as alegorias suntuosas. Em suas referências ao Festival Folclórico de Parintins, Farias (2004, p. 149) afirma:

20 Na época havia outros grupos, mas logo ficaram obsoletos em decorrência da crescente hegemonia dos dois referidos bumbás.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 137

> [...] o efeito das luzes, as vozes dos levantadores de toadas, o alinhamento do agrupamento percussivo embalando platéia e componentes, o colorido das roupas de acordo com a divisão dos brincantes em tribos, em obediência a um delineamento dramático anualmente renovado para ser apresentado em quadros, suscitam lembranças seja do desfile das escolas de samba cariocas ou das cerimônias de aberturas de competições esportivas.

É, sem dúvida, de grande importância para se compreender o "boi" manauara, conhecer-se como se deu a *cosmopolitização* do "boi" parintinense e a influência deste último no primeiro.

O Boi-bumbá de Parintins imprimiu uma série de modificações próprias no desenvolvimento do Boi-bumbá e nas demais manifestações no Amazonas (e noutros locais também). Primeiramente, temos a concepção de que o "folclore" pode se constituir numa grande fonte de investimentos públicos e privados e, conseqüentemente, de lucro. E até mesmo influenciando na percepção de como a relação entre o Estado e o "folclore" pode se delinear. Como vemos no relato de Raimundo Nonato (Entrevista), presidente da AGFAM:

> [...] Se você for pegar o quanto o governo gasta com essas festas... não tenho nada contra, mas é o seguinte... todo ano que tem festa do Garantido e Caprichoso, o governo ajuda em mídia, som, espaço, tudo... E o que eles vão arrecadar é em prol dos grupos. E nós não temos isso... Eu nunca vi qualquer governo, prefeitura dizer assim: olha, eu vou dar total apoio a vocês, mas vocês me mostrem trabalho. Manda ele fazer uma proposta dessa pra gente pra vê se a gente não aceita. Agora é claro e evidente, nós vamos fazer assim... regras.

Um outro fator, diz respeito ao "nível" que o festival de Parintins impôs ao modo como uma manifestação "folclórica" pode se apresentar. Notamos uma certa erosão de determinadas representações em torno do que seria "folclórico", tanto nas percepções do público (que agora demandava um festival nos moldes do festival de Parintins) como para os brincantes e os representantes de grupos e associações:

> [...] as decorações que eles fazem são imensas, gastam muito dinheiro... tem bumbódromo, que já é uma influência do Rio de Janeiro, o sambódromo. Os daqui não podiam fazer como se faz em Parintins e acabou desaparecen-

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 138

> do. O referencial ficou sendo Parintins. Os jornais, as empresas de turismo fazem uma campanha enorme chamando gente pra lá (MOACIR ANDRADE. Entrevista).

No entanto, esses fatores levam o Boi-bumbá de Manaus a estabelecer negociações que compreendem o desenvolvimento de representações próprias acerca desta manifestação, principalmente, as representações relacionadas às percepções em torno do que seria "tradicional" ou "moderno".

Como vimos, o Boi-bumbá de Parintins, pelo menos nas últimas quatro décadas, vem desenvolvendo uma série de modificações próprias em sua forma, consoante à égide que FARIAS (2004) denomina de *retradicionalização*, referindo-se ao fato de que o duelo lúdico-artístico traz à cena do espetáculo de três dias, na arena do bumbódromo,

> [...] práticas pertencentes a um plano simbólico enraizado na memória de experiências coloniais sedimentadas no nicho geocultural amazônico que ora inspira esforços com vista a resgatar e fazer sobressair os valores e modo de vida de uma tradição cabocla. Ambos plano simbólico e territorialidade, trespassados hoje pelo realce da indumentária do entretenimento-turismo; revestimento o qual um e outro mutuamente engendram, conferindo-lhe teor étnico-histórico (FARIAS, 2004, p. 146).

Esta *retradicionalização* baseia-se justamente no nexo de transformações permanentes do Boi-bumbá em Parintins, embora não se esteja afirmando aqui que o boi-bumbá de Manaus não tenha passado por transformações permanentes. Tal nexo, ao ser re-processado em consonância com a lógica do entretenimento de massa baseada no "resgate de uma tradição", conseqüentemente, produz uma certa *estabilidade dorsal*, capaz de manter a singularidade do folguedo. Daí o porquê de Moacir Andrade, além de outros entrevistados, terem dito que o boi-bumbá de Parintins é "tradicionalmente moderno". Comentário interessante, principalmente quando procuramos entender o que advém desta representação para o Boi-bumbá em Manaus.

Ao ser "tradicionalmente moderno" o "boi" parintinense impôs uma nova dinâmica ao Boi-bumbá do Amazonas, admitindo-se que o caráter "autêntico" e "original" tão bem aludidos às ditas "manifestações folclóricas de verdade" pouco se choca com a possibilidade de inserção de elementos alienígenas em sua forma,

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 139

pois a forma singular pela qual determinada manifestação estabelece freqüentemente "inovações" seria a própria razão de sua "autenticidade" e "originalidade".

Percebemos que, deste *descolecionamento*[21] produzido pelo "boi" de Parintins, o Boi-bumbá de Manaus, na tentativa de lidar com tais circunstâncias, desenvolveu uma gama de negociações e estratégias nas quais se incluem um conjunto de aceitações e negações que foram lhe dando uma feição reativa própria.

Para que entendamos este processo, vejamos as noções que envolvem a relação Batucada/Marujada. No bojo das transformações realizadas no Boi-bumbá de Parintins, as toadas, músicas reproduzidas durante a apresentação dos "bois", contraíram novos elementos, inexistentes pelo menos até a instituição do Festival Folclórico de Parintins. Através das referidas "inovações" foram inseridos instrumentos musicais característicos dos desfiles das escolas de samba, como surdão e cavaquinho, além do violão e de instrumentos musicais como o teclado e o contrabaixo elétrico. Com a inclusão desses elementos, realizaram-se modificações tanto na cadência como na melodia das toadas cantadas e tocadas em Parintins, o que ocasionou a criação da Marujada, um novo "estilo" de toadas que se tornou bastante conhecido no Brasil, especialmente após o sucesso (mesmo que "meteórico") da banda *Carrapicho*, no início da década de 1990, que se transformou no "ritmo da Amazônia".

No meio de tantos elementos alusivos ao Boi-bumbá de Parintins, nenhum se apresentou tão forte na percepção dos indivíduos entrevistados quanto a Marujada. Este elemento está no cerne das negociações realizadas pelo "boi" manauara em decorrência da *cosmopolitização* do "boi" parintinense.

O *descolecionamento* promovido pelo Boi-bumbá de Parintins, a inserção de alegorias com dimensões carnavalescas, a constante referência a elementos remissivos à "cultura amazônica", o sucesso da Marujada e as apresentações suntuosas e cheias de "luzes e brilhos" levaram o "boi" de Manaus a realizar uma série de estratégias com vistas à sua "sobrevivência" em tal ambiente. Essas estratégias consistiram na absorção (ou não) de elementos característicos do "boi" parintinense, que podem englobar as alegorias, os personagens (Cunhã-poranga e Sinhazinha

21 No que se refere ao conceito de *descolecionamento* Canclini afirma que o mesmo é o "[...] sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguiam o culto do popular e ambos do massivo. As culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis e, portanto, desaparece a possibilidade de ser culto conhecendo o repertório das grandes obras, ou ser popular porque se domina o sentido dos objetos e mensagens produzidos por uma comunidade mais ou menos fechada (uma etnia, um bairro, uma classe) (Canclini, 1997, p. 298).

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 140

da Fazenda, por exemplo) e a própria Marujada. Tal como averigua VIANNA (2002, p. 153) essas estratégias, também classificadas como *transculturais*[22]:

> [...] podem ter conseqüências bastante antagônicas. Por exemplo: em alguns casos podem enfatizar as diferenças (que sempre existem, qualquer que seja a sociedade; em outros casos, podem enfatizar o que existe de comum, ou o que é definido como o Comum, entre os grupos diferentes.

É claro que há distinções significativas (principalmente econômicas) na realidade dos "bumbás" de Parintins e Manaus, e que essa distinção malograria qualquer possibilidade (ao menos imediata) de que o "boi" manauara tomasse as mesmas proporções que o de Parintins (no que tange às dimensões do evento) apenas pela inserção desses elementos[23]. Percebe-se, uma vez que se tratava de realidades diferentes, que houve a necessidade de se estabelecer o que seria aceito ou negado, em relação ao "boi" parintinense, para a produção de instrumentais simbólicos imperativos à "sobrevivência" do Boi-bumbá de Manaus. Daí a necessidade de representações em torno do que seria "tradicional" ou "moderno". Em Manaus, de acordo com os entrevistados, as toadas sofreram poucas alterações, mantendo-se ainda como a Batucada, cadência "tradicional" do "verdadeiro Boi-bumbá", conforme derivado do Bumba-meu-boi do Maranhão[24]. É o que se pode verificar nos depoimentos a seguir:

> Só brinquei Batucada... Em Batucada eu sei as toadas, eu sei cantar, eu sei tudo [...] o amo só canta a nossa tradição... Não vou cantar Marujada, que aí tem que ter surdão, órgão, cavaquinho... essas coisas.... Aqui não... aqui só é xeque-xeque, tamborim e Batucada. É isso aí.... Porque a Marujada tem que ter cavaquinho,

22 Conforme verifica Vianna (2002), ao comentar a obra de Fernando Ortiz Contrapunteo Cubano Del Tabaco y el Azúcar, de 1940, transculturação compreende determinadas relações interculturais nas quais emergem novas realidades, compostas, originais, independentes e complexas. Neste sentido, mediadores transculturais correspondem a agentes específicos que viabilizam ou promovem, consoante uma série de processos específicos, o encontro de elementos culturais ditos distintos.

23 Em momento algum afirmo que o Boi-bumbá de Manaus é diferente do "bumbá" parintinense pelo fato de que o primeiro possui menos recursos e divulgação do que o segundo. Isso estaria em contradição com o que está sendo apresentado neste trabalho. Apenas ressalto que são dois "campos de possibilidades" diferentes, e por isso atuam e se conformam de modo diferente.

24 Embora a Batucada e as toadas do Bumba-meu-boi do Maranhão não sejam iguais, nota-se que, segundo os entrevistados, elas são bastante similares.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 141

> contrabaixo, teclado.... São duas marcações, um surdão, um tarol, órgão, cavaquinho... tudo isso aí. A nossa tradição só é o surdão, o contra-surdo pequeno, xeque-xeque e cinco tamborins. É isso aí... (Raimundo Nonato. Entrevista).

Neste sentido, o Bumba-meu-boi do Maranhão aparece como o "verdadeiro boi", o "original":

> O 'boi' de Manaus é o estilo do Maranhão, mas quando veio agora Parintins, aí ficou todo mundo imitando Parintins. Sabe como é... Parintins cresceu rapidamente e do jeito que o festival tá indo... agora... esse ano... (Antônio Alcântara. Entrevista).

A Batucada aparece para o "boi" manauara como meio de balizar justamente o que será aceito ou não do Boi-bumbá de Parintins. Aceita-se a inclusão das alegorias, dos temas regionais e da Cunhã-poranga porque "somos Batucada", "somos tradicionais". Inclusive aceita-se a própria inserção da Marujada também porque ainda "temos a Batucada". Daí se desenvolvem outras estratégias, que podem mesmo envolver uma mescla entre Batucada e Marujada.

> [...] mas pra nós aqui... no caso... até no festival tem uma parte do regulamento que diz Batucada e Marujada. Tem os dois contextos lá, o que tu apresentar lá é o que vai valer. Normalmente, eles fazem os dois, mas como eu te falei, o 'boi' de Parintins tem uma influência muito grande e devido ao fato de tu ter que segurar teus brincantes, a gente teve que fazer essa adaptação. No caso, na nossa apresentação, a gente faz a Batucada... Apresentamos o 'boi' como era antigamente, fazendo o Auto do boi, apresentando os Amos, o Vaqueiro, o Rapaz, aqueles personagens que faziam história do Auto do Boi, da velha história do 'boi'. A gente faz aquele ritmo da Batucada antiga mesmo, só a Batucada antiga. E logo depois dessa apresentação a gente vem com a Batucada, continuamos a utilizar o nome de Batucada, mas o ritmo é igual de Parintins. Porque a Batucada em si ela não tem nenhum instrumento de corda, é só a batucada, é ela mesma e a voz do amo cantando. Já o outro ritmo, ele já tem um acompanhamento de violão, contrabaixo, teclado (Francisco Reis. Entrevista).

Como podemos perceber, os representantes de grupos de "bumbás" têm que negociar com um conjunto de fatores envolvidos, tal como os brincantes e

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 142

o público, que já querem um "boi" com elementos de Parintins, além das agências estatais, os regulamentos do festival e as associações, que também demandam a inserção de elementos remissivos ao Boi-bumbá de Parintins como forma de promover melhor o evento, dentre outras coisas.

No entanto, há também, na concepção dos entrevistados, o cuidado para não se "descaracterizar", uma vez que, a absorção "sem controle" das características do Boi-bumbá de Parintins colocaria o "boi" manauara em possível descrédito. Para os mesmos, há sempre um limite para modificações no Boi-bumbá de Manaus, para um "boi" que queira se dizer "tradicional".

No que compete a este "limite", as representações acerca da Batucada se tornam bastante pertinentes, pois somente os elementos considerados úteis são absorvidos, de forma a permitir uma melhor organização das apresentações, do festival, dos grupos e das toadas. Já outros elementos são vistos como elementos alienígenas e que devem ser negociados com prudência, a fim de que o Boi-bumbá de Manaus mantenha sua "originalidade".

> [...] os caras (profissionais envolvidos com o 'boi' de Parintins) são profissionais. É como o ditado, o que é bom você tem que copiar, você tem que fazer ou igual ou melhor, só não pode fazer pior. Antigamente eu tinha uma opinião contra, mas eu vi que era raiva. Hoje minha opinião já é totalmente diferente, eu acho que é um festival muito grande e os caras são muito profissionais mesmo. Naquele tempo (nas primeiras décadas do festival) era Batucada, todo tempo era Batucada antiga. [...] Não tinha todo um repertório assim, todo um regulamento pra entrar esse aqui, depois esse aqui [...] o grupo tinha uma hora pra apresentação e ele entrava todinho e pronto, de uma hora, em quinze minutos ele matava a apresentação dele todinha... E aí? e agora? o que é que tu vai apresentar? E o público lá fora? [...] eles ficavam só rodando, apresentando, mas o que já tinha lá. Não tinha mais nada. Então, o 'boi' de Parintins é interessante por isso, ele tem todo esse atrativo de apresentações. Então isso, o 'boi' de Manaus foi e copiou. Entra item por item. Pra não fazer o que já tava fazendo antigamente. Aí começaram a fazer os itens... o xamã, as tribos, a Cunhã-poranga, a sinhazinha e esses personagens não fazem parte do 'boi' de Manaus. Foi uma adaptação que trouxeram do 'boi' de Parintins pra cá. Porque os personagens daqui, mesmo, do 'boi' de Manaus é a Batucada, o boi, o amo, os vaqueiros, os rapazes, as burrinhas. Não é a vaqueirada, são as burrinhas e os índios. Aí tem, o Pai Francisco, Cazumbá, Doutor Cachaça, Catirina, Padre,

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 143

> Mãe Maria e Doutor da Vida... Pronto... Nem alegoria tinha. Então por esse lado de apresentação, eu achei legal (Francisco Reis. Entrevista).

Vemos que o Boi-bumbá de Parintins, embora representando o *outro* para o "boi" de Manaus,

> [...] também pode ser visto com admiração. [...] As relações interculturais são mais complexas e podem adquirir formas surpreendentes. O Outro (ou determinados aspectos do Outro – pois nenhum Outro é uma entidade homogênea) pode ser visto como superior e servir de modelo a ser copiado. Ou como inferior e ainda assim ter aspectos admiráveis. Culturas combinam-se de maneiras sempre renovadas, seguindo ou não o padrão das relações políticas e econômicas que existem entre as várias sociedades (Vianna, 2002, p. 167).

Nestas relações dicotômicas (na verdade, nem sempre dicotômicas) de "amor e ódio"; estratégias de aceitação e negação e tensões e resoluções o Boi-bumbá de Manaus vem se reproduzindo e buscando manter sua "integridade", pois, afinal, conforme um jargão já bem utilizado referente ao Corre-campo, grupo de Boi-bumbá mais antigo em atividade na capital amazonense, o Boi-bumbá de Manaus é o *Gigante do Folclore Amazonense* (Boi ..., 2003).

Considerações finais

Não restam dúvidas de que a edição do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, representou (e representa) um avanço bastante significativo, tanto político quanto institucional, ao ampliar o quadro das atribuições do Iphan por meio do alargamento da categoria Patrimônio Cultural. Desde a criação do Iphan, em 1937, esta instituição vem procurando meios consistentes de lidar com a complexidade e a diversidade cultural brasileira. No entanto, conforme verificamos, a inclusão efetiva da dimensão imaterial nas práticas do Iphan pressupõe também a inserção de novas problemáticas a serem consideradas e debatidas para que este processo se torne cada vez mais efetivo e relevante no que compete à necessidade de ações que sejam capazes de apreender a complexidade que a questão da imaterialidade do patrimônio traz consigo.

Em síntese, procurou-se empreender uma análise capaz de compreender como o Boi-bumbá vem se reproduzindo consoante a sua relação com as transformações contemporâneas ocorridas na região e, sobretudo, no município de Manaus.

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 144

Como foi recorrentemente ressaltado, o presente trabalho, tal como proposto, limita-se a uma abordagem inicial e genérica do universo em questão. Desse modo, é fundamental que o mesmo seja procedido de outros trabalhos que dêem continuidade e profundidade às diversas questões já levantadas e abordadas neste artigo, tal como o papel relevante que o Estado pode tomar para si na trajetória do Boi-bumbá e das demais manifestações aqui apresentadas.

Em síntese, procurou-se enfatizar e enfocar a complexidade que questões relacionadas à promoção do patrimônio cultural brasileiro podem assumir e da fluidez que diferentes práticas culturais manifestam ante a dinâmica da contemporaneidade. Apresentam-se assim novas discussões e perspectivas acerca do papel do IPHAN e da UNESCO na construção de meios de prover políticas públicas no âmbito da cultura, a partir da apreensão de informações e conhecimentos que as subsidiem, especialmente, construindo elementos fundamentais para a valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Moacir. *Manaus*: *Ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1984.

ANTONY, Leandro. *Folclore amazonense*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1976. (Coleção Pindorama, Temas de Literatura Brasileira, vol. IX).

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 147, out.-dez 2001.

AVE-LALLEMANT, Robert. (1859) *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BARRETO, Sílvia Gonçalves Paes; LIMA, Sérgio Ricardo de Godoy. Cultura em movimento: usos modernos dos ritmos tradicionais em Pernambuco. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 147, p 79-93, out.-dez 2001. Trimestral.

BOI GIGANTE SAGRADO: Corre Campo é o boi mais antigo do folclore amazonense. *Diário do Amazonas*. Manaus, 15 jul. 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *Consumidores e cidadãos*: *Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CARVALHO, Luciana. PACHECO, Gustavo. Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: *Celebrações e saberes da cultura popular*: *Pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: FUNARTE, IPHAN, CNFCP, 2004. (Série Encontros e Estudos, n. 5).

PEP04 - Andrey 10/1/07 3:32 PM Page 145

Cavalcanti, Maria Laura. Cultura e saber do povo. Uma perspectiva antropológica. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 147, p 69-78, out.-dez. 2001. Trimestral.

_____. *Festa na floresta*: O boi-bumbá de Parintins. Exposição temporária.. Rio de Janeiro: SESC, Museu de Folclore Edson Carneiro, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Fundação Nacional de Arte, Ministério da Cultura, out. 2000.

Diário da Tarde. Manaus.

Farias, Edson. (Re)tradicionalização ou (re)significações de tradições? In: Teixeira, João Gabriel L. C.; Garcia, Marcus Vinícius Carvalho; Gusmão, Rita (orgs). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: UCS-UnB, 2004.

Garcia, Bianor. Os anos dourados do festão do povo. *Diário do Amazonas*. Manaus, jun. 1989. Cidade. (Série de reportagens sobre o Festival Folclórico do Amazonas).

Iphan. *Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000*. Disponível em: www.iphan.gov.br.

_____. *Inventário Nacional de Referências Culturais*: Manual de aplicação. Brasília, 2000.

_____. *Bumba-meu-boi: Patrimônio imaterial*. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan/ MINC, 2003.

Menezes, Bruno de. *Boi Bumbá*: *Auto popular*. Belém: Comissão Paraense de Folclore, 1972.

Monteiro, Mário Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. V. 2. Manaus: Universidade do Amazonas, 1998. (Foi consultada, durante a elaboração deste artigo, a edição do autor, que possui mais informações: *Boi-bumbá*: *história, análise fundamental e juízo crítico*. Manaus: Roteiro do Folclore Amazônico, edição do autor, 2004).

Saldanha, José. *Amazonas histórico e cultural*. Manaus, 2002.

Tocantins, Leandro. *O rio comanda a vida: Uma interpretação da Amazônia*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2000.

Vianna, Hermano. *O mistério do samba*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 2002.

Vianna, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular In: *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/ CNFCP, 2004. (Série Encontros e Estudos, n. 5).

Entrevistas

Antônio Alcântara, 12 ago. 2005

Francisco Reis, 14 ago 2005

Jorge Brito, 30 out 2005

Moacir Andrade, 15 jul 2005

Raimundo Nonato, 25 out 2005

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 146

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 147

Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional

Camila Henrique Santos



Resumo

Neste artigo, é feita uma comparação entre o que caracteriza as ações de educação patrimonial realizadas pelo IPHAN e o que caracterizaria as ações realizadas pelas escolas. São apresentados e analisados alguns projetos executados no âmbito do IPHAN e é proposto o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial a ser realizado nas escolas de Brasília em parceria com outras instituições do governo local. O trabalho de campo foi realizado pela autora, nas escolas de Brasília, na época em que foi professora do ensino fundamental e de educação infantil.

Camila Henrique Santos Arte-educadora, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 15ª Superintendência Regional do IPHAN, em Brasília, durante o ano de 2005, sob a supervisão da arquiteta do IPHAN Vera Lúcia Ramos.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 148

Introdução

A idéia de comparar o que caracteriza as ações de educação patrimonial realizadas pelo IPHAN com as ações realizadas pelas escolas do ensino fundamental e de educação infantil teve como motivação estabelecer estratégias de promover a Educação Patrimonial, trabalhando com a realidade das crianças moradoras de Brasília, lidando, portanto, com o conceito de patrimônio em transversalidade com a modernidade. O desafio maior era explicar como Brasília se tornou patrimônio, sendo uma cidade tão jovem.

Durante as aulas, os argumentos das classes de terceiro e quarto ciclos (5ª a 8ª série do ensino fundamental) eram quase sempre os mesmos: patrimônio é algo antigo, velho, que devemos preservar. Dentro dessa perspectiva, como explicar o fato de Brasília ter entrado para a categoria de cidade patrimônio?

O que se deduz dessa indagação é que a noção de patrimônio cultural ainda é desconhecida por uma grande maioria da população, haja vista a dificuldade da mesma em resguardar as características essenciais da cidade, expressa, por exemplo, pela arborização e construção de jardins nas quadras, feitas com árvores de pequeno porte e com cercas vivas altas que impedem a circulação livre sob os pilotis.

Esse exemplo ilustra apenas uma das irregularidades que o perímetro tombado de Brasília apresenta. Por ser um tombamento urbanístico e não arquitetônico, a argumentação utilizada pelo IPHAN para justificar a preservação muitas vezes não é compreendida. Como explicar para a comunidade que não podemos fechar a área entre os pilotis porque a livre circulação naquele espaço propicia qualidade de vida aos moradores? Como a comunidade pode entender esse conceito de bem-estar que o urbanismo proporciona, associado à arquitetura moderna, se ela desconhece os conceitos da arquitetura e do urbanismo moderno?

A indagação inicial – por que Brasília entrou na categoria de cidade patrimônio? – é possível de ser respondida, apesar da sua complexidade. Se a atuação do IPHAN em Brasília consistisse em esclarecer a noção de patrimônio e construir, em parceria com a sociedade, ações de preservação, essa indagação talvez não fosse apresentada. E, mais ainda, se as escolas trabalhassem com a realidade social e cultural das comunidades em que estão inseridas, o conhecimento da noção de patrimônio, da atribuição de valor ao bem cultural, da formação da cultura, de um modo geral, teriam que ser abordados nas salas de aula da cidade de Brasília, cujo tombamento e declaração como Patrimônio da Humanidade são uma realidade há mais de quinze anos.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 149

Apesar de as discussões sobre a necessidade da transferência da capital da república para a região central do país remontarem ao século XVIII (IPHAN, 2001), tal projeto tornou-se realidade há apenas 45 anos, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília.

Com o seu plano urbanístico escolhido após a realização de um concurso nacional para a construção da nova capital, realizado em 1956, Brasília foi concebida segundo os princípios modernistas do urbanismo e o princípio convencional da utilização das escalas. O arquiteto e urbanista Lucio Costa, com o seu *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, foi vencedor do concurso dentre os 25 outros projetos inscritos. Com uma apresentação com desenhos feitos a lápis, Lucio Costa traçou a cidade primeiramente em forma de uma cruz: "1 – Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz" (ARPDF, 1991).

Como o próprio Lucio Costa explica no *Relatório do Plano Piloto*, considerado o Memorial Descritivo do projeto da cidade, houve a preocupação de adaptar-se à geografia do local. Lucio aplicou ainda os princípios da técnica rodoviária e da setorização, separando as funções por setores: residencial, cívico-administrativo, cultural, de diversões, esportivo e outros.

O setor residencial concentrou-se no Eixo Rodoviário e os setores correspondentes à Zona Cívico-Administrativa foram dispostos ao longo do Eixo Monumental, transversal ao Rodoviário. Na interseção dos dois eixos foram definidos os setores bancário, comercial, de autarquias, hoteleiro e ainda os setores de diversões, onde foi prevista a localização de "cinemas, os teatros, os restaurante etc." (ARPDF, 1991).

As quadras residenciais, dispostas ao longo de todo o Eixo Rodoviário, seriam formadas por blocos de apartamentos e edificações destinadas às escolas e aos jardins de infância, além de parque infantil, mobiliário urbano e muito verde. Nas entrequadras, deveriam ser construídos os comércios locais, escolas, igrejas, cinemas e áreas para a prática de esportes e lazer. O conjunto formado por quatro superquadras e as entrequadras adjacentes constitui uma Unidade de Vizinhança:

> [...] intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizariam a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (ARPDF, 1991, p. 28).

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 150

Ainda em relação à área residencial, havia a preocupação de que fosse extremamente arborizada e coberta de grama:

> 16 – Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (ARPDF, 1991, p. 28).

Nessa passagem do *Relatório do Plano Piloto*, de Lucio Costa, percebemos a sua preocupação com a questão paisagística, com a arborização da cidade e a importância que essa cobertura vegetal tem para a leitura da cidade.

A preservação de Brasília será assegurada por meio da manutenção das características essenciais das quatro escalas urbanas em que se fundamenta a sua concepção: a escala Monumental, que compreende o Eixo Monumental da Praça dos Três Poderes até a Estação Rodoferroviária e confere à cidade a marca efetiva de capital do país; a escala Residencial, que compreende o Eixo Rodoviário Norte-Sul, onde se encontram as superquadras e as entrequadras, incluindo os comércios locais, bem como a unidade de vizinhança[1], e conferindo à cidade um novo modo de viver caracterizado pelo bem-estar urbano; a escala Gregária, que compreende os setores centrais da cidade e a Plataforma Rodoviária, corresponde ao local onde os Eixos Rodoviário e Monumental se cruzam e por isso é um local de convergência e de convivência social; e a escala Bucólica, que compreende os parques, jardins e as extensas áreas verdes da cidade. Não sem propósito, esta última está presente em todas as escalas, permeando os diversos setores da cidade, conferindo-lhe a característica de cidade-parque, proporcionando aos seus moradores uma melhor qualidade de vida: "De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques

1 A Unidade de Vizinhança, projeto concebido por Lucio Costa, tem como objetivo agregar em um grupo de quatro quadras serviços como comércio, igreja, escolas, praças, quadras esportivas e clubes. Só chegou a ser implantado nas quadras 107/108 e 307/308 Sul, onde se encontram uma escola Classe, uma escola Parque, uma igreja, um cinema, um clube da unidade de vizinhança, além dos comércios locais, das áreas verdes e das quadras de esporte.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 151

e jardins. Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do patriarca" (ARPDF, 1991, p. 32).

Brasília fez-se não só do projeto urbanístico, mas também e, não em menor grau de importância, do projeto paisagístico.

Única cidade moderna a ser declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 7 de dezembro de 1987, ano também do seu tombamento distrital – regulamentado pelo Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987 –, Brasília também é patrimônio nacional – tombada pelo IPHAN em 1990, tombamento regulamentado pela Portaria nº 4, de 13 de março de 1990, alterada pela Portaria nº 314 de 08 de outubro de 1992.

Exemplo da genialidade humana – consubstanciado nos fatores que permearam sua construção: a conquista da região central do estado de Goiás, o desbravamento do cerrado, a monumentalidade da arquitetura de Oscar Niemeyer e a lógica simétrica e funcional do urbanismo de Lucio Costa –, símbolo do espírito nacionalista, Brasília é um marco na história do Brasil, na história da arquitetura e na vida de muitos brasileiros que participaram de sua construção e da sua inauguração. Dessa forma, posso afirmar que a cidade faz parte não só da história do país, mas também da identidade nacional e por isso deve ser preservada, e porque deve ser preservada foi tombada e incluída na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade. Por essas razões, Brasília é patrimônio nacional, mesmo sendo moderna, mesmo tendo apenas 45 anos.

Nesse sentido, o IPHAN e as escolas precisam divulgar junto à comunidade o conceito de patrimônio cultural brasileiro. Essa atuação deve levar em conta a regionalidade de cada lugar, ou seja, as características específicas de cada local. No caso de Brasília, é preciso esclarecer os princípios modernistas do urbanismo e da arquitetura, contextualizando a criação urbanística da cidade. Pode ser trabalhada, para conferir um dinamismo a essa explanação, a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento: artes, arquitetura, matemática e história. É preciso despertar também o sentimento de identidade com a cidade e seus elementos culturais, abordando aí a funcionalidade dos espaços coletivos, da malha rodoviária, o bem-estar urbano que a cidade oferece com suas áreas verdes, a vegetação intensa e sua integração com a arquitetura, além dos serviços sociais essenciais em cada quadra residencial e comercial.

A partir daí, seria possível apresentar uma resposta para a questão levantada em sala de aula: por que Brasília dever ser preservada e por que se tornou uma cidade patrimônio? As perguntas suscitam outras questões: de que forma trabalhar o pa-

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 152

trimônio em sala de aula? Qual a melhor metodologia a ser utilizada? Fazer uso ou não da interdisciplinaridade? Que conceitos abordar e que parcerias buscar?

Ao ingressar no IPHAN, por meio do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, entrei em contato com outro viés da educação patrimonial, a visão da instituição sobre o conceito de educação patrimonial.

A realidade do Instituto é diversa da realidade escolar; a instituição conta com técnicos formados em arquitetura, antropologia, história, arquivologia, pedagogia, administração e direito, entre outras áreas. Nas escolas estão os professores ou educadores, aqui também em diversas áreas de conhecimento, porém com graduação e licenciatura. A visão da instituição tem como objetivo a preservação do patrimônio cultural e passa pelo olhar do técnico, que nem sempre coincide com o olhar do educador. Já na escola existe a visão do professor, a visão pedagógica, cujo objetivo é ensinar e formar, lidando com um vasto campo de áreas de conhecimento.

A produção de conhecimento pelo IPHAN no campo do patrimônio, pode-se dizer que foi fruto da experiência de lidar, ao longo de seus mais de setenta anos de existência, com as práticas preservacionistas e com o envolvimento da instituição com a sociedade. Essas práticas, caracterizadas pela identificação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro foram sendo construídas e aperfeiçoadas pela vivência em seus diferentes contextos históricos, tendo a preocupação de democratizar o processo de construção de patrimônio, tornando-o acessível para a sociedade brasileira (FONSECA, 2005, p. 46-48). O IPHAN criou uma política própria de preservação para nortear o seu trabalho em diversas áreas.

Essas práticas do IPHAN têm uma dinâmica própria e estão em constante desenvolvimento (não são atividades que não possam sofrer alterações ou modificações). O próprio princípio do PEP mostra isso: por um lado, a especialização em patrimônio e, por outro lado, a produção de um novo conhecimento para a casa, a oxigenação da instituição.

A escola tem o compromisso de desenvolver o seu currículo (o conteúdo básico de cada disciplina) durante o ano letivo, mas pode trazer outras temáticas para a sala de aula, renovando sua atuação pedagógica. Cada escola elabora o seu projeto pedagógico, e o professor, dentro das normas desse projeto, decide que metodologia usar, qual a melhor maneira de passar o conhecimento ao aluno. A escola tem um papel social muito importante, é um local de aprendizagem, de formação, tem um compromisso com os alunos, com o currículo, com a comunidade, é um local de conhecimento, de descobertas e

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 153

de críticas. As práticas pedagógicas têm que se ater ao currículo, mas, com a incorporação dos temas transversais, pode trazer o cotidiano dos alunos para a escola; contudo, as disciplinas não podem ser desprezadas ou substituídas. Serão sempre matemática, português, história, física, arte etc., porém pode-se construir uma ponte com a vivência coletiva e/ou individual do aluno.

As problemáticas sociais enfrentadas pelos alunos devem estar em sala de aula, construindo uma transversalidade com as disciplinas, trazendo para o cotidiano da escola o cotidiano do aluno, já que a escola faz parte do seu dia-a-dia. Sendo assim, a educação patrimonial pode ser tratada em sala de aula, mesmo não fazendo parte do currículo obrigatório. Para isso, basta que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos.

Nesse sentido, este trabalho foi elaborado com a intenção de apresentar – fazendo uma análise crítica – algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo IPHAN, em parceria ou não com outras instituições, para posteriormente apontar soluções ou caminhos que poderiam levar a uma ação de preservação do patrimônio cultural por meio da educação patrimonial.

Primeiramente, procuro traçar um paralelo entre a atuação da escola e a atuação do IPHAN, apresentando ainda os Temas Transversais – um recurso utilizado pelas escolas para trabalhar com as temáticas sociais presentes no cotidiano dos alunos. Definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais[2], os temas transversais estão divididos em seis áreas de conhecimento, e o patrimônio cultural pode ser contemplado no tema Pluralidade Cultural.

A seguir, analiso o Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer, coordenado pela atual superintendente da 14ª Superintendência Regional do IPHAN, Salma Saddi Paiva, e desenvolvido nos municípios de Pirenópolis e na cidade de Goiás por mais de quinze anos – um projeto de educação patrimonial desenvolvido pelo IPHAN por meio de sua 14ª SR (abrange os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins). O objetivo do projeto era promover a compreensão dos valores que envolvem os bens patrimoniais junto à comunidade, para que esta seja uma parceira na luta pela preservação do patrimônio cultural.

Esse projeto foi realizado em parceria com diversas instituições locais, principalmente com as escolas (públicas e particulares) onde estava o público contemplado: os alunos da 3ª série do ensino fundamental. Os professores das es-

2 Fala-se aqui do conjunto de documentos elaborados pelo Ministério da Educação (1998) baseado em normas legais, contemplando o ensino fundamental a fim de criar um referencial curricular nacional para esta categoria de ensino.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 154

colas envolvidas participavam de um curso de capacitação para trabalharem com o patrimônio em sala de aula. As turmas de 3ª série do ensino fundamental foram escolhidas porque é nessa fase que os alunos aprendem sobre a história da cidade, do estado, da região onde moram e da importância da formação das cidades para o desenvolvimento do país, esse aprendizado é contemplado na disciplina de Estudos Sociais.

O projeto era desenvolvido durante todo o ano letivo e planejado por uma equipe do IPHAN, juntamente com as instituições parceiras, onde eram definidas as ações, estratégias e cronograma das atividades, sempre respeitando o cumprimento das atividades escolares. As atividades consistiam em caminhadas históricas e visitas a museus e centros culturais, objetivando o máximo de apreensão pelos alunos dos bens culturais que eram visitados. Além disso, as crianças recebiam explicações sobre a constituição de um bem cultural em patrimônio e sobre os conceitos que envolvem essa questão do patrimônio.

Outra ação realizada foi o Projeto Interação, desenvolvido na década de 1980, no âmbito da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura (SEC/MEC). Este projeto foi realizado na época da Fundação Nacional Pró-Memória[3], quando da incorporação do CNRC[4] a esta instituição, e era desenvolvido por um Grupo de Trabalho composto pela própria Pró-Memória, Fundação Nacional de Artes, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Artes Cênicas e pela Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC.

O Interação tinha como objetivo fortalecer a identidade cultural nacional, por meio do estreitamento da relação escola-comunidade, uma vez que os elementos formadores dessa identidade faziam parte da cultura local de cada comunidade onde o projeto foi implementado. O projeto reconhecia (e respeitava) a importância das práticas sociais das comunidades contempladas no processo de desenvolvimento social, político e econômico. No Projeto Interação se falava em *desenvolvimento cultural*, onde o desenvolvimento social, político e econômico dependia da interação cultura-educação, que por sua vez era contemplada na relação escola-comunidade (JEKER; SEGALA, 1985, p. 138).

3 Criada no âmbito da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN do MEC, em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória foi a antecessora do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Foi extinta, juntamente com a SPHAN, em 1990, quando foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC.

4 Centro Nacional de Referência Cultural. Convênio firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Distrito Federal, em 1975.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 155

São discutidas ainda duas experiências das ações de educação patrimonial desenvolvidas pela 15ª SR. Uma das ações diz respeito à elaboração de um livro com informações sobre o patrimônio cultural, os antecedentes históricos e a construção de Brasília, sua concepção urbanística e, principalmente, a legislação de proteção do patrimônio cultural e a legislação específica do patrimônio cultural de Brasília (Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília). Esse trabalho, que foi desenvolvido no decorrer do ano de 2005 – e está em sua fase de conclusão para edição –, pretende disseminar essa legislação para todos que atuam na área tombada, com vistas ao entendimento, valorização e respeito a esse patrimônio cultural por parte dos cidadãos brasilienses. A outra ação, que vem sendo desenvolvida pela Superintendência desde meados de 2005, consiste em um curso sobre a preservação de Brasília. Este curso é voltado para a comunidade em geral, para os órgãos e entidades do governo local e federal, e vem sendo divulgado na imprensa local, procurando atrair o maior número de participantes para que as práticas de preservação sejam conhecidas por todos os moradores da cidade, objetivando a colaboração e participação dos mesmos na proteção do patrimônio cultural de Brasília.

Finalizando, apresento uma possibilidade de trabalho de educação patrimonial nos dias de hoje em uma cidade moderna e nova como Brasília, partindo da experiência da 15ª Superintendência Regional (que abrange o Distrito Federal).

Este trabalho pretende, então, apresentar propostas para subsidiar ações de proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio da educação patrimonial. Não se tem aqui a intenção de criar uma proposta inovadora e com soluções perfeitas, a idéia é basear-se nas ações que já foram realizadas, adaptando-as à realidade da cidade de Brasília.

Educação Patrimonial – Uma possibilidade de valorização da cultura

O patrimônio em sala de aula[5] não é uma disciplina, portanto não faz parte do currículo obrigatório, mas pode ser contemplado como tema transversal[6] no tema Pluralidade Cultural:

5 Trocadilho com o título do livro de Maurí Bessegato que relata suas experiências como professor de história que trabalhou com educação patrimonial.

6 Os temas transversais dizem respeito às temáticas sociais que estão presentes no cotidiano dos alunos e que podem ser incorporados às diversas disciplinas curriculares.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 156

> A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às críticas às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1998, p. 121).

São seis os temas transversais aplicáveis a todas as disciplinas que estão definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: ética, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, orientação sexual e trabalho e consumo. Esses temas tratam das problemáticas sociais enfrentadas pelos alunos que podem e devem ser abordadas em sala de aula, sempre se levando em conta a realidade de cada contexto social, político, econômico ou cultural.

O tema Pluralidade Cultural contempla a variedade étnica formadora da sociedade brasileira, a diversidade cultural dessa sociedade e ainda conceitos como igualdade, cidadania e nação:

> Para informar adequadamente a perspectiva de ensino e aprendizagem, é importante esclarecer o caráter interdisciplinar que constitui o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural. A fundamentação ética, o entendimento de preceitos jurídicos, incluindo o campo internacional, conhecimentos acumulados no campo da História e da Geografia, noções e conceitos originários da Antropologia, da Lingüística, da Sociologia, da Psicologia, aspectos referentes a Estudos Populacionais, além do saber produzido no âmbito de movimentos sociais e de suas organizações comunitárias constituem uma base sobre a qual se opera tal reflexão que, ao voltar-se para a atuação na escola, dever ter cunho eminentemente pedagógico (BRASIL, 1998, p. 129).

Toda essa diversidade que compõe o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural, principalmente história, antropologia, sociologia e o saber produzido pelas relações sociais, pode contemplar o patrimônio na escola. Com caráter pedagógico, a educação patrimonial pode ser incorporada à sala de aula como tema relativo à Pluralidade Cultural, baseado na vivência social de cada local – em um contexto mais específico – ou de cada região, em um contexto mais amplo. Para isso basta que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 157

A inclusão do patrimônio cultural no currículo escolar é uma forma de se trabalhar com conceitos como preservação, identidade nacional, diversidade cultural, bens culturais de natureza material e imaterial, enfim, conceitos que envolvem o universo patrimonial e cultural. Também é a oportunidade de se trabalhar com o conceito de cidadania, tema tão presente nas escolas e na ação de instituições governamentais. Esse debate sobre a cidadania já era proposto em tempos passados. Afirma Maria Cecília Londres, a respeito do documento *Diretrizes para a operacionalização da política cultural do* MEC:[7]

> Nesse documento, elaborou-se uma visão mais politizada da questão do patrimônio; na verdade, desde o final dos anos 70, membros do grupo da "referência" procuravam relacionar a questão do patrimônio à luta pela cidadania (FONSECA, 2005, p. 216).

Retomando um pouco a história do IPHAN, esse "grupo da referência" de que fala Maria Cecília Londres, é o grupo que trabalhou nos projetos do já citado CNRC (meados da década de 1970 e início da década de 1980), que juntamente com outros órgãos da SEC/MEC foi responsável pelo Projeto Interação, e que deixou como legado uma nova visão da política federal de preservação, voltada para uma maior abrangência, em relação à diversidade cultural brasileira, de conceitos como *bens culturais*.

Traçando-se um paralelo entre cidadania e patrimônio cultural, percebe-se que a relação do patrimônio com a sociedade inclui as noções de identidade, reconhecimento, respeito e proteção, entre outras. A relação da sociedade com o patrimônio inclui também o exercício da cidadania, ou seja, direitos e deveres. Essa forma de ver pressupõe que determinado bem cultural – uma casa, uma igreja, uma ruína, uma dança folclórica, um canto de devoção – faz parte da história individual e coletiva do sujeito, da sua formação como indivíduo, o que leva à intenção de proteger aquele bem, de resguardá-lo.

Nutre-se então um sentimento de respeito por esse bem cultural, como se ele fosse parte do indivíduo, do que ele é. Nesse momento já se respeita e se reco-

7 Esse documento foi elaborado em 1981, época em que ainda não existia o Ministério da Cultura e as instituições de cultura estavam ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, por meio da Secretaria da Cultura (SEC). As *Diretrizes* ... foram fruto do encontro dos órgãos do MEC, preocupados com a política educacional da instituição. O objetivo era estabelecer algumas diretrizes para a ação educacional, visando a inclusão do fator cultura no currículo escolar. O documento, na íntegra, se encontra em BRANDÃO, 1996.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 158

nhece esse bem cultural como algo importante para si, sendo a intenção de protegê-lo e conservá-lo apenas uma conseqüência, um ato natural de perpetuação, de manter a história desse bem cultural e, por que não, a sua própria história.

Se pelo princípio da cidadania tem-se direito, nesse caso, de ver protegidos os bens culturais formadores da sua identidade, também existem deveres, como proteger os bens formadores dessa identidade. Então, se na relação patrimônio cultural e sociedade se aplica o princípio da cidadania, o indivíduo está praticando uma ação política, exercendo ele mesmo o ato de ver garantido os seus direitos. Está exercendo sua cidadania ao reconhecer esses bens culturais e conseqüentemente protegê-los.

O Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer, desenvolvido pela 14ª Superintendência Regional do IPHAN, no estado de Goiás, desde a década de 1980, também reconhece a importância de associar a preservação do patrimônio ao exercício da cidadania:

> A educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra (PAIVA, 2000, p. 4).

Nesse texto, a coordenadora do projeto, Salma Saddi, vai além nessa relação patrimônio cultural e cidadania ao incluir aí a educação e, mais especificamente ainda, a educação patrimonial. A motivação inicial do Projeto Conhecer Para Preservar, Preservar Para Conhecer era responder à questão "por que preservar?". Para isso, a Superintendência elaborou um projeto de educação patrimonial no qual a comunidade mantivesse uma relação mais estreita com o patrimônio cultural. A idéia era sensibilizar essa comunidade para que ela pudesse atuar juntamente com a instituição de preservação local na proteção dos bens culturais.

A cidade de Goiás, cujo centro histórico é tombado, além de algumas edificações isoladas, também integra a lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, desde 2001[8]. Porém, todo esse reconhecimento por parte do Estado brasileiro e de organismos internacionais não é suficiente para se manter protegi-

8 A Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade foi instituída pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como forma de reconhecimento do valor universal de determinados bens culturais.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 159

do determinado bem cultural. Muitas vezes a sua proteção depende de ações duras por parte do Estado, como embargos e ações judiciais.

Nem sempre as ações de preservação empreendidas pelo Estado, por meio da instituição de preservação competente, promovem a valorização dos bens culturais. Em muitos casos, o valor patrimonial desses bens só é reconhecido pela parcela da população intelectualizada, detentora de dos valores artísticos, estéticos e históricos. Pode-se dizer que, com certa freqüência, esta "parcela da população" é aquela que integra o corpo técnico da instituição de preservação. Esse desconhecimento do valor do patrimônio cultural gera conflitos quanto à necessidade de preservar esses bens:

> [...] ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas (Fonseca, 2005, p. 27).

Ao analisar o sistema de valoração do patrimônio empregado pelos intelectuais do Iphan na sua primeira fase (a partir do final da década de 1930), a chamada "fase heróica", Maria Cecília Londres chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, esse patrimônio estava distante da população, sendo incompreensível para ela "as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional" (Fonseca, 2005, p. 27).

Retomando a questão de "por que preservar?", já citada acima, entende-se por que a educação patrimonial seria a "ferramenta estratégica" para a sensibilização da comunidade, no sentido de reconhecer os valores que elegeram os seus bens culturais como patrimônio:

> [...] estudar o patrimônio cultural, vivenciando-o, toca no afetivo, no sentimento de admiração que já é latente no seio da comunidade, principalmente dos mais jovens (Paiva; Vasques, 2000, p. 4-5).

Essa afirmação, presente no documento que apresenta o Projeto Conhecer para Preservar, já se apresenta como uma justificativa para o fato de o projeto ter sido realizado em uma ação conjunta com as escolas particulares e públicas do município de Goiás.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 160

Inicialmente, trabalhou-se com os alunos da 3ª série do ensino fundamental – de uma escola particular (depois o projeto foi estendido às escolas públicas) –, quando as crianças aprenderam sobre a história da cidade na disciplina de Estudos Sociais. As atividades incluíram explicações e debates sobre patrimônio, caminhadas e entrevistas com personagens significativos da cidade. Ao final do primeiro ano da implementação do projeto, foi montada uma exposição com os trabalhos elaborados pelos alunos.

Com o passar dos anos, o projeto foi sendo aperfeiçoado a partir de avaliações constantes, e recebendo novos parceiros. Várias outras escolas foram sendo beneficiadas, inclusive escolas da zona rural. Participaram do projeto a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás; a Prefeitura Municipal de Goiás, por meio das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura/Turismo/Meio Ambiente; algumas escolas particulares; uma ONG, a PROLER; o grupo teatral Circo Alegria do Povo, por meio do Espaço Cultural Vila Esperança; e alguns centros culturais da cidade. O projeto foi implementado e coordenado pela 17ª Sub-Regional do IPHAN, unidade ligada à 14ª Superintendência Regional. Cada um dos parceiros tinha uma função específica dentro do projeto e a participação de todos era fundamental para o bom desempenho dele.

O Projeto Conhecer para Preservar pretendeu, por meio da educação patrimonial, o reconhecimento do patrimônio local, a divulgação de conceitos sobre patrimônio, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, o conhecimento da importância da história da cidade para o desenvolvimento do estado de Goiás, a preservação da identidade cultural do morador por meio da preservação do patrimônio local, a interação da vivência escolar curricular com a vivência cotidiana da comunidade em que as escolas estão inseridas e a participação de toda a comunidade da cidade no projeto de reconhecimento e valorização do patrimônio local.

Para Maria Cecília Londres, quanto mais os bens culturais estiverem acessíveis à população, tanto melhor para o desenvolvimento social da comunidade:

> [...] é evidente que essa ação fará tanto mais sentido quanto mais amplamente esses bens possam ser lidos e apreciados, numa apropriação ativa, que contribua para o enriquecimento de cada cidadão e da coletividade com um todo (FONSECA, 2005, p. 223).

O Projeto Interação também é um bom exemplo da apropriação da realidade social em sala de aula. Realizado através de uma parceria do Ministério da Cultura

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 161

com o Ministério da Educação na década de 1980, o projeto era coordenado por um grupo de trabalho (GT/Interação) composto pela Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Nacional de Artes, Instituto Nacional de Artes Cênicas, Instituto Nacional do Livro e pela Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC.

A proposta do projeto era trabalhar a diversidade cultural local para fortalecer a identidade cultural nacional (JEKER; SEGALA, 1985, p. 6). Isso era feito por meio da inserção da realidade social do aluno em sala de aula:

> [...] é necessário que se considere na formulação de suas diretrizes [da educação] e na prática cotidiana da escola, as características, e as condições de vida e sobrevivência da população que exerce ou que é usuária da educação. Em outras palavras, é necessário que se inclua o dado cultura como eixo central da educação.

Nesse pequeno trecho de José Silva Quintas (coordenador do Grupo de Trabalho do Projeto Interação), vemos o quanto o Projeto Interação considerava importante que o saber produzido pela comunidade em seu cotidiano fosse abordado em sala de aula. Não se trata de afirmar que somente o patrimônio cultural (enquanto bem cultural reconhecido como patrimônio) deve estar na sala de aula, mas de que a cultura – em uma visão mais ampla – de uma determinada comunidade faça parte do processo educacional.

Os pesquisadores do Interação entendiam que a educação precisava ser reformulada para permitir o desenvolvimento social e econômico das pessoas. Mais do que o desenvolvimento social e econômico, era preciso dar condições para o fortalecimento dos cidadãos brasileiros.

No depoimento de Francisco Gomes da Silva, integrante de uma comunidade de pescadores de Brasília Teimosa, bairro de Recife/PE, onde o Interação foi desenvolvido (Projeto Z-1 de Pescadores), pode-se ver claramente como a ponte cultura-educação pode ser importante para o desenvolvimento escolar do aluno:

> Já na educação essa coisa cultural pode acontecer com mais facilidade, porque a gente verifica o seguinte: a criança, o filho de pescador, se habitua desde pequeno a auxiliar não só o pai dele, como a outros pescadores na beira da praia [...] E há uma remuneração para esses garotos, que aqui na praia do Pino a gente chama de lutador ou quipateiro. O futuro pescador começa aí [...] Quando chega a embarcação que ele dá assistência, ele pode estar na es-

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 162

> cola, mas ele foge para dar seu atendimento. Ele já tem um compromisso com o trabalho dele. Mas ele abandona a escola não só por isso, mas porque a escola pra ele se torna uma coisa enfadonha. A linguagem que falam na escola não é a linguagem dele. Não é a linguagem do pai dele, nem dos outros pescadores. Não se fala em peixe, não se fala em barco, não se fala em jangada, não se fala em marisco, em coisas comuns ao pescador, à família dele, ao seu meio. Então a escola traz de fora a palavra "locomotiva", como se ele fosse filho de ferroviário; "cebola", como se ele fosse filho de agricultor. Ora, se em vez de ficar soletrando a palavra "cebola", ele fosse soletrar a palavra "lagosta", ou "sardinha", ele se interagia com mais facilidade, porque se sentiria dentro do que gosta, do que vive, do que aceita (citado por JEKER; SEGALA, 1985, p. 16-17).

Ao lidar com questões relativas ao seu cotidiano, o aluno assimila melhor os conteúdos escolares, pois estes tratam de temas próprios de sua vivência. Nesse caso, soletrar palavras que simbolizavam algo distante da sua realidade poderia ser um motivo para o aluno largar a escola, pois esta representava um universo que não era o seu.

A escola, ao reconhecer as atividades sociais que permeiam a comunidade em que está inserida, e ao levar essas atividades para a sala de aula, legitima tais atividades por meio de sua valorização. Quando o pescador é chamado à sala de aula para ensinar como se faz uma rede de pesca, por exemplo, esse pescador se sente valorizado, sente que o saber que ele possui é tão importante quanto o conhecimento que o professor possui. E não é somente o pescador que se sente valorizado, mas a comunidade toda, pois vê a sua prática social e, pode-se dizer, a sua prática cultural reconhecida pela escola, que muitas vezes é encarada como a única detentora do conhecimento, por lidar com o tipo de conhecimento formal, a educação escolar curricular.

Nesse caso, se o tema da pescaria está no cotidiano dos alunos e também inserido no currículo escolar (pode ser apreciado em diversas disciplinas, em um trabalho interdisciplinar) o desenvolvimento desse aluno seria muito mais rápido, porque como relata Francisco (do Projeto Interação, de Recife) "a criança se sentiria dentro do que gosta, do que vive, do que aceita.". A escola desempenha nesse momento um papel muito importante ao reconhecer o legado da cultura do pescador, pois nesse reconhecimento ela valoriza não só o pescador e sua atividade, mas a cultura de toda a comunidade.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 163

O Projeto Interação, que foi desenvolvido em diversas comunidades em todo o país[9] e que trabalhou com a relação escola-comunidade, falava de desenvolvimento cultural (Jeker; Segala, 1985, p. 138) e do desenvolvimento político, econômico e social que ocorreria por meio da interação cultura e educação.

Fazendo um exercício de imaginação, pensemos em uma comunidade de trabalhadores rurais, ligada ou não a um sindicato, cooperativa ou qualquer entidade de classe que a represente politicamente. Essa comunidade mantém tradições populares como a música caipira, a festa da Folia de Reis e a catira. Ainda nessa comunidade, suponhamos que exista uma escola rural, e que nessa escola a professora de português leve as cantigas devocionais para as aulas de literatura; e que nas aulas de história se trabalhe com as festas religiosas como fator de resistência da cultura local, e ainda que a música e a dança sejam contempladas nas aulas de artes e que, em biologia, os alunos aprendam sobre as técnicas de plantio.

Continuando a pensar hipoteticamente que a realidade dos alunos dessa escola é a atividade agrícola, não somente como forma de trabalho, mas como meio de sobrevivência, e que as atividades sociais que permeiam essa comunidade dita rural são, além da agricultura, as formas de manifestações populares das festas religiosas, e que todo o universo que abrange essa realidade é abordado em sala de aula, poderíamos arriscar a conclusão de que essa comunidade, ao ver suas práticas sociais reconhecidas pela escola, conseqüentemente as valoriza pois reconhece nessas práticas a sua cultura, a representação do que eles são enquanto grupo social: uma comunidade rural, caipira, mas acima de tudo uma comunidade brasileira. É claro que nem sempre essas comunidades estão conscientes de que esta cultura é um elemento formador de sua identidade, elemento este que legitima o que essa comunidade representa perante a sociedade. Isso porque não é em todos os casos que a noção do conceito cultura faz parte da realidade de comunidades como estas. E ao falarmos de identidade e de elementos formadores dessa identidade, estamos lidando com conceitos relativos à cultura. Mas a escola pode ser um agente importante na divulgação desses conceitos e, principalmente, na valorização do que estes conceitos representam: as atividades sociais, as manifestações populares, os bens culturais.

9 Estes são, para ilustrar, alguns dos projetos e locais onde foi desenvolvido o Interação: Projeto Escola Viva, em Pernambuco; Projeto Escolonização, em Mato Grosso; Projeto Z-1 de Pescadores, também em Pernambuco; Projeto Seringueiro, no Acre; Projeto Mutirão, em São Paulo.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 164

A historinha da comunidade rural tenta ilustrar, um pouco, o conceito de desenvolvimento cultural, desenvolvimento este que seria possível no diálogo entre cultura e educação. Todavia no próprio texto do Projeto Interação, pode-se ter uma explicação melhor deste conceito:

> Já não basta relacionar cultura apenas às artes e humanidades, ou ligar o termo desenvolvimento unicamente ao crescimento econômico. A cultura representa um dado indispensável na busca de soluções para os nossos problemas políticos, econômicos e sociais, sendo, portanto, valioso recurso nacional. Nos dias atuais, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de um relacionamento adequado entre cultura e desenvolvimento (JEKER; SEGALA, 1985, p. 138).

O Projeto Interação, ao basear o processo educacional nas experiências da comunidade, reconhece e aceita os valores próprios dessa comunidade e, acima de tudo, mostra grande respeito por esses valores que são determinantes para a identificação da cultura local e, conseqüentemente, para a identificação de seus bens culturais ao inseri-los na sala de aula como elementos complementares para a apreensão dos conteúdos escolares. O processo de educação realizado com base na cultura da comunidade em que a escola está inserida fortalece o sentimento de identidade local e cria mecanismos para que essa comunidade busque alternativas para melhorar sua qualidade de vida. A comunidade se sente capaz de dialogar com o Estado para, juntamente com ele, criar condições de garantir os seus direitos, exercendo plenamente sua cidadania. E em todo esse processo que envolve educação e cultura, a comunidade pode também determinar que bens culturais devem ser eleitos como patrimônio cultural, reforçando a idéia de desenvolvimento cultural ao atuar com o Estado na escolha dos bens significativos para a nação.

A análise desses projetos de educação patrimonial deixa bem claro que o envolvimento da comunidade no processo de identificação, reconhecimento e proteção do bem patrimonial é de extrema importância.

Na minha opinião, os dois projetos obtiveram uma resposta positiva ao seu trabalho por estarem *trabalhando* junto com a comunidade, fazendo com que ela esteja presente tanto no processo de elaboração de diretrizes e ações do projeto, quanto no desenvolvimento das atividades que o consolidam.

As ações de proteção do patrimônio cultural, desenvolvidas pela 15ª Superintendência Regional, em 2005, também contemplaram a comunidade.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 165

Essas ações foram desenvolvidas no âmbito da educação patrimonial, sempre privilegiando o contexto particular do tombamento de Brasília, um tombamento urbanístico.

Com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade em geral – jornalistas, arquitetos, engenheiros, advogados, empresários, comerciantes, agentes do ramo imobiliário, autoridades do governo local, estudantes etc. – a legislação que norteia a proteção do patrimônio cultural, a 15ª SR elaborou um livro que trata das leis que envolvem o universo patrimonial.

Esse livro, intitulado *A preservação do conjunto urbanístico de Brasília*, traz a legislação geral de proteção do patrimônio cultural brasileiro:

- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – inclui multa e detenção para ações lesivas contra o patrimônio;
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 – inclui a preservação do patrimônio de natureza material e imaterial, além de sanções penais para ações que danifiquem ou ameacem o patrimônio;
- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – dispõe sobre as sanções penais e administrativas aos atos lesivos ao meio ambiente e dá outras providências;
- Decreto-Lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

A obra citada contém ainda a legislação geral de proteção do Distrito Federal, contemplada nas seguintes leis:

- Lei nº 3.751, de 1960, GDF – dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal e determina que alterações no Plano Piloto estão sujeitas à legislação federal;
- Lei Orgânica do Distrito Federal – determina a organização e competência do Distrito Federal e inclui a proteção do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, cultural e ambiental;
- Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, GDF – aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, PDOT, e inclui a preservação e valorização de Brasília como Patrimônio Histórico Nacional e Cultural da Humanidade.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 166

Finalmente, a obra contém a legislação que regulamenta o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília:

- Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, GDF – determina a preservação da Concepção Urbanística de Brasília;
- Decreto nº 12.254, de 07 de março de 1990, GDF – altera dispositivos do Decreto nº 10.829, de 1987;
- Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992, IPHAN – determina a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília;
- Brasília Revisitada, 1985/87 – documento de autoria de Lucio Costa, Anexo ao Decreto nº 10.829/87 e à Portaria nº 314/92, dispõe sobre a Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana de Brasília.

O livro traz ainda algumas informações sobre a história de Brasília, como a transferência da capital, sua construção e inauguração. Além de elucidar a questão da concepção do projeto urbanístico de Brasília e sua implantação, muitas vezes de difícil compreensão para os leigos.

A outra ação de educação patrimonial desenvolvida pela Regional baseia-se na formação de novos agentes de preservação, que não os agentes institucionais (IPHAN), por meio da realização de um curso sobre Brasília. A idéia não é estabelecer parcerias rígidas, mas contar com a colaboração da comunidade na prática da preservação. O curso sobre a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é oferecido em três versões: com duração de 12 horas divididas em três módulos de 4 horas; com duração de 4 horas; e uma apresentação com duração de 1h30m.

O programa do curso, que é oferecido à comunidade e amplamente divulgado por cartas e ofícios e pela imprensa local, é constituído de vinte temas: O patrimônio cultural e o tombamento; O IPHAN; Brasília, patrimônio da humanidade; Antecedentes históricos de Brasília; A construção de Brasília; Por que Brasília é uma cidade diferente?; O plano urbanístico; As escalas urbanas; A superquadra; As entrequadras; A unidade de vizinhança; Características fundamentais; A arquitetura; O acervo artístico; A escala bucólica; Valores culturais e simbólicos; A preservação do conjunto urbanístico; Monumentos tombados no Distrito Federal; Para entender o tombamento; Informações Gerais.

Esses temas procuram esclarecer as características da cidade, como sua concepção urbanística, a efetivação do projeto, o tombamento nas instâncias distrital e federal, a declaração da UNESCO como Patrimônio Mundial, o esclareci-

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 167

mento do que são as escalas urbanas de Brasília, além da divulgação dos valores que permeiam esse patrimônio. O tema "Para entender o tombamento" apresenta uma versão didática, ao ilustrar as transgressões ao tombamento, por meio de perguntas e respostas e de irregularidades na área tombada (Conjunto Urbano de Brasília). Nesse tópico, encontram-se questões relativas à implementação de jardins, plantio de árvores, calçamento de vias públicas, uso de cercas e grades no pilotis, estacionamento em locais proibidos, ocupação de área pública e todo tipo de ação que, de alguma forma, esteja desrespeitando o tombamento. Todo o curso é ilustrado com fotografias, desenhos e mapas, mas, particularmente, é nesse tópico que a utilização de fotografias auxilia na compreensão do uso na área tombada.

O patrimônio cultural de Brasília consiste, fisicamente, na cidade como um todo e, simbolicamente, no que essa cidade nos proporciona com o seu planejamento urbanístico: setorização da cidade, agrupando as áreas comerciais, de prestação de serviços e cívico-administrativa na zona central (Eixo Monumental e demais setores que compõem a Escala Gregária) e as áreas residenciais (Eixo Rodoviário Residencial Norte-Sul) dispostas transversalmente à zona central, com suas quadras e entrequadras, e os comércios locais, escolas, igrejas, clubes de vizinhança, quadras de esporte, parques infantis, enfim todo tipo de serviço e lazer oferecido à comunidade, próximo às residências, proporcionando o bem-estar urbano ao morador. As extensas áreas verdes, os jardins, os gramados, o contato constante com a natureza dão à cidade a característica de cidade-parque e, ao morador, a possibilidade de conviver em uma cidade onde os elementos arquitetônicos se confundem com o paisagismo.

Ao pensar em um projeto de Educação Patrimonial em Brasília, desenvolvido para ser realizado nas escolas, tive que levar em conta não só a cidade de Brasília, mas, também, as cidades-satélites que compõem o Distrito Federal. Partindo do princípio de que o Distrito Federal é composto por Brasília e pelas cidades-satélites, esse projeto poderia ser elaborado baseando-se em dois pressupostos básicos: o reconhecimento do patrimônio cultural de Brasília e a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural de cada cidade-satélite, levando-se em conta o patrimônio material e imaterial de todas essas localidades.

Partindo desses pressupostos, poderia ser um projeto interdisciplinar para reforçar a sua importância dentro da escola e o respeito, por parte dos alunos, ao projeto. Há que se considerar a estrutura político-administrativa de Brasília e a própria formação geográfica do Distrito Federal, para que os professores possam tra-

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 168

balhar o sentimento de pertencimento à cidade de Brasília. Muitas vezes, os alunos da rede pública do Distrito Federal que estudam em Brasília vêm de cidades-satélites (Samambaia, Gama, Sobradinho, Taguatinga, Guará, entre outras). Mesmo passando todo o ano estudando na cidade, eles não a consideram sua cidade, pois este sentimento de identidade local existe em relação à cidade onde eles moram.

Dessa forma, entender a estrutura administrativa do Distrito Federal seria o passo inicial do trabalho. A partir do momento em que essa questão fica clara (Brasília como o centro e as cidades-satélites como bairros do DF), os professores podem começar a trabalhar com o patrimônio da cidade.

Se a proteção ao patrimônio passa pelo processo de reconhecimento do bem cultural e se esse reconhecimento só acontece quando se conhece esse bem e se o aceita como parte da própria cultura, é preciso haver um processo de sensibilização junto aos alunos para que eles possam conhecer o patrimônio de Brasília.

Os professores podem trabalhar com a história da cidade, desde seus antecedentes históricos, passando pela concepção urbanística, até sua inauguração. A compreensão da noção de patrimônio (aprendizado de conceitos como cultura, bem cultural, atribuição de valores, patrimônio material e imaterial etc.) pode ser desenvolvida em sala de aula com a ajuda de técnicos do IPHAN, é claro, sempre pensando em adaptar a linguagem para cada série trabalhada. As atividades, além das aulas sobre Brasília e patrimônio cultural, podem incluir passeios pela cidade e visitas a museus e alguns exemplares significativos da arquitetura.

O processo de tombamento e a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial merecem uma aula à parte, isso porque Brasília foi tombada pelo governo do Distrito Federal (1987), para poder ser inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. O desejo de preservar a cidade foi anterior ao seu tombamento, por isso Brasília foi tombada, para ser preservada.

Outra questão a ser abordada é a noção de cidadania. À medida que a noção de patrimônio cultural for apropriada pelas crianças, o professor pode trabalhar o conceito de autonomia do cidadão ao participar, juntamente com o Estado, na valorização e preservação do bem cultural.

Os bens culturais das cidades-satélites também podem ser levados em conta no aprendizado sobre patrimônio. Cidades como Planaltina e Sobradinho possuem tradições populares como a Festa do Divino Espírito Santo e o Boi-Bumbá, respectivamente. Ao aprenderem o conceito de patrimônio imaterial os alunos irão identificar nas suas cidades elementos culturais que podem entrar na categoria de patrimônio imaterial.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 169

Dessa forma, a educação patrimonial contemplaria as duas vertentes do patrimônio: o material e o imaterial, consubstanciado na cidade de Brasília e nas edificações tombadas isoladamente (DEPHA/GDF) em algumas cidades-satélites e nas manifestações populares do Distrito Federal.

É importante definir inicialmente que séries serão trabalhadas e, principalmente, as parcerias que poderão ser realizadas. O contato com o departamento local de patrimônio seria o primeiro passo a ser dado. A Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DEPHA – é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do GDF. Por meio desses dois órgãos, se poderia estabelecer uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação do GDF, fazendo do projeto de educação patrimonial nas escolas um esforço conjunto das instituições local e federal na preservação do patrimônio cultural.

As diretrizes adotadas no desenvolvimento do projeto seriam discutidas e definidas pelas instituições participantes e pelos professores, que seriam convidados a colaborar na elaboração do projeto, especialmente no que diz respeito à escolha das séries nas quais este seria implementado e na adequação do tema à linguagem específica de cada série.

A interdisciplinaridade do projeto – o envolvimento de professores de diversas áreas: história, geografia, artes, língua portuguesa, entre outras – contribuiria para o sucesso de sua efetivação, uma vez que a educação patrimonial, não sendo trabalhada somente em uma disciplina, acarretaria que a aprendizagem por parte dos alunos seria muito maior, pois eles estariam lidando com a questão do patrimônio nas mais diversas disciplinas.

A importância desse projeto seria, sem dúvida, a identificação e reconhecimento pelos alunos dos bens culturais e patrimoniais, pois, partindo desse pressuposto, pode-se pensar que o aluno é capaz de reconhecer esses bens como elementos formadores de sua identidade cultural, fortalecendo o sentimento de pertencimento e respeito ao local onde vive e a todos os elementos culturais que compõem este ambiente.

O estreitamento da relação comunidade-escola é o fator que possibilita a aplicação de um projeto de Educação Patrimonial. A escola, reconhecendo a cultura que existe no ambiente onde o aluno vive, está legitimando as práticas sociais que compõem essa cultura e, conseqüentemente, abrindo precedentes para que os alunos também reconheçam a importância da sua cultura local e, mais ainda, que essa cultura integra o seu patrimônio cultural e, por isso, ao preservá-lo, irão preservar sua própria história.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 170

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi apresentar algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo IPHAN, tomando como referência projetos que foram desenvolvidos junto às escolas e, a partir daí, apontar caminhos para a elaboração de um projeto de educação patrimonial a ser realizado em Brasília, utilizando o diálogo entre educação e cultura como fator de desenvolvimento social.

É importante ressaltar que boa parte da bibliografia consultada traz a visão oficial dos projetos apresentados, visão esta das pessoas que participaram na elaboração e execução dos projetos e que estão intimamente ligadas ao IPHAN. Para um maior aprofundamento acerca dos projetos seria necessário dispor de mais tempo para pesquisa o que não foi possível na vigência do primeiro ano do PEP.

Inicialmente apresentei sugestões para a aplicação de um projeto de educação patrimonial nas escolas. Por meio dos temas transversais os professores podem levar as temáticas sociais para a sala de aula. Aponto também a possibilidade de incluir o conceito de cidadania. Essa consideração se justifica no fato da relação patrimônio e sociedade passar pelo exercício da cidadania ao lidar com questões como identidade cultural; respeito; preservação e direito ao acesso à cultura; entre outras questões.

Os projetos de educação patrimonial aqui apresentados – Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer e Projeto Interação – que foram desenvolvidos em parceria com as escolas, propõem a valorização e preservação dos bens culturais das comunidades onde os projetos foram realizados como exercício de cidadania, e o acesso à cultura como forma de garantir o desenvolvimento social, econômico e político dessas comunidades.

O Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer foi decisivo na participação de toda a comunidade da cidade de Goiás (GO) na reconstrução e recuperação do patrimônio local, destruído em grande parte por uma chuva, em 2002. Se a cidade de Goiás dependesse somente de uma ação judicial para ser reconstruída, talvez continuasse sofrendo com os prejuízos da tempestade, mas, com o trabalho de educação patrimonial desenvolvido pela 17ª Sub-Regional, o desejo de reconstrução do patrimônio local partiu da própria comunidade, de forma muito natural e espontânea.

O Projeto Interação prezava a relação escola-comunidade e educação-cultura na valorização da cultura local como formadora da identidade regional. O Interação abordava a questão do desenvolvimento cultural, onde a comunidade, consciente de sua importância dentro de um grupo social maior (fortaleci-

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 171

mento da identidade cultural local), consegue encontrar meios de garantir seus direitos e melhorar sua qualidade de vida, dialogando com o Estado de igual para igual no exercício de sua cidadania. Assim a comunidade garante o acesso aos bens culturais e às condições de produzir cultura como meio de desenvolvimento econômico e social.

O curso de educação patrimonial "A preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília", realizado pela 15ª SR/IPHAN, também privilegia a relação com a comunidade ao entender que essa comunidade pode atuar junto com a instituição na preservação do patrimônio local.

Ao difundir os elementos que constituíram a concepção urbanística da cidade e a importância histórica dessa cidade para o país e toda a humanidade, o curso sobre Brasília consegue esclarecer os valores que permeiam o patrimônio da cidade e, também, formar cidadãos como agentes de preservação do patrimônio cultural.

Ao pensar nesses projetos como políticas públicas de preservação do patrimônio cultural pude concluir que a participação da sociedade é de extrema importância na preservação desse patrimônio. Maria Cecília Londres Fonseca aponta, como uma das saídas para a reformulação de diretrizes da política de preservação, a comunicação entre as "instituições estatais e a sociedade" (FONSECA, 2005, p. 221).

Partindo desse princípio é que foram elaboradas as diretrizes para o projeto de educação patrimonial para Brasília, aqui apresentado, pensando não somente no patrimônio cultural da cidade de Brasília, mas também nos bens culturais das cidades-satélites do DF, abrangendo as temáticas sociais de toda a comunidade do Distrito Federal. Levando, dessa forma, os elementos culturais de Brasília e dessas cidades-satélites pra a sala de aula, fortalecendo a noção de identidade local desses alunos como subsídio para o desenvolvimento social.

A população – consciente da importância de seus bens culturais na formação de sua identidade e na constituição de seu patrimônio cultural – não precisará mais ficar esperando que o Estado, por meio da instituição competente, arque sozinho com a responsabilidade de proteger os bens culturais da nação. O cidadão, enquanto ser politizado dessa nação, pode atuar com o Estado ou até mesmo antes do Estado. A sensibilização – por meio da educação – de reconhecer esses bens culturais como formadores da identidade nacional leva o indivíduo a protegê-los e preservá-los.

O desenvolvimento social deixa de ser uma prerrogativa só do Estado, passa a ser responsabilidade da sociedade também, que cria condições para esse desenvolvimento por meio do reconhecimento e valorização de sua cultura.

PEP05 - Camila 10/1/07 3:33 PM Page 172

Referências bibliográficas

ARPDF; CODEPLAN; DEPHA. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*: *Brasília cidade que inventei*. Brasília: GDF, 1991.

BESSEGATO, Maurí Luiz. *O patrimônio em sala de aula: Fragmentos de ações educativas.* 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (et alii). *O difícil espelho: Limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação.* Rio de Janeiro: IPHAN/Deprom, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: *Terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais.* Brasília: MEC/SEF, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: *Trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

IPHAN. *Patrimônio Cultural: Boletim Informativo*. 2 ed. (revista e ampliada). Brasília: DEPROT/IPHAN/Minc, 2001. (Edição especial).

JEKER, Ana Elizabeth; SEGALA, Lygia. *Brincando, fazendo e aprendendo*. Rio de Janeiro: Memórias Futuras; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 1985.

PAIVA, Salma Saddi Waress de; VASQUES, Cláudia Marina. *Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*. Goiânia: 14ª SR/IPHAN, 2000.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 173

Registro de ações e diagnóstico de patologias em bens imóveis tombados

DAFNE MARQUES DE MENDONÇA



Resumo

Este trabalho é o artigo final do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO 2005. Aqui serão apresentados os trabalhos desenvolvidos pela bolsista na 11ªSR/IPHAN/SC, sob supervisão da Drª Arquiteta Maria Isabel Corrêa Kanan, que abordaram métodos de registro de intervenções e estudo e mapeamento para o diagnóstico de patologias em bens tombados.

Dafne Marques de Mendonça Arquiteta e Urbanista, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 11ª Superintendência Regional do IPHAN, em Florianópolis, durante o ano de 2005, sob a supervisão da arquiteta do IPHAN, doutora em Arquitetura e Urbanismo Maria Isabel Corrêa Kanan.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 174

Introdução

A proposta inicial dos trabalhos finais do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, conforme descrito no Programa de Atividades, entregue em maio de 2005, foi direcionada para a pesquisa referente à Conservação e Manutenção de Bens Imóveis, integrando, dessa forma, o grupo de pesquisa temático Intervenções em Bens Imóveis (Restauro e Conservação). Para isto foram delimitados quatro estudos de caso, por proporcionarem um panorama abrangente dos bens tombados no nível federal, no estado de Santa Catarina e suas especificidades: Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Antiga Alfândega de Florianópolis, Museu Victor Meirelles e Ilha do Campeche. Infelizmente os dois últimos estudos não foram licitados para execução de serviços em 2005 e, portanto, não puderam ser desenvolvidos plenamente. Durante o ano de vigência da bolsa foram desenvolvidos a pesquisa e relatórios referentes aos serviços técnicos especificados para a Manutenção e Conservação da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e avaliação técnica das intervenção anteriores e mapeamento das patologias existentes no edifício da Antiga Alfândega de Florianópolis (sede da 11ªSR) devido à ação da umidade e sais.

O objetivo principal da 11ªSR foi oferecer um aprendizado a respeito de tecnologias de levantamento / diagnóstico, além dos métodos de intervenção empregados nos estudos de caso, com o aprofundamento de conhecimentos técnicos das práticas de conservação e manutenção de bens imóveis. Além disso, a 11ª SR tinha como objetivo a elaboração de dossiês para servirem de subsídios a avaliações e novas intervenções, suprindo uma prática sistemática não freqüente na Instituição, mas fundamental para assegurar a intervenção mais segura sobre os bens. Conforme afirma Viollet-Le-Duc:

> [...] [o arquiteto] deve agir como um cirurgião habilidoso e experimentado, que somente intervém em um órgão após ter adquirido o conhecimento completo de sua função e depois de ter previsto as conseqüências imediatas ou futuras de sua operação. Se for aleatório, mais vale que se abstenha. Mais vale deixar morrer o doente do que o matar (2000, p.68).

No caso da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a atividade desenvolvida foi o acompanhamento e registro das práticas adotadas nos serviços técnicos especificados. Estes serviços realizados incluíram mapeamentos, análises e diagnósticos de danos estruturais, aplicação de argamassa de revestimento,

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 175

entre outros, com a geração de relatórios que contêm croquis, fotos e textos formulados a partir do observado e discutido nas vistorias. Também foi feita a organização da documentação referente ao monumento. Os serviços técnicos se concentraram em dois edifícios do complexo militar: o Novo Paiol da Pólvora e o Quartel da Tropa. Este trabalho de formulação de relatório das visitas constituiu importante instrumento para a manutenção da memória do edifício, servindo como registro das medidas, decisões tomadas, discussões dos critérios adotados e seus motivos. Além disso, com relação aos objetivos do PEP, esta atividade proporcionou o acúmulo de experiência ligada à prática e a familiarização com problemas relacionados à preservação das fortificações no país, com destaque ao caso das de Santa Catarina. Até o presente momento, nenhum registro desse tipo – que trate especificamente dos procedimentos de recuperação e manutenção já empreendidos na Fortaleza de Anhatomirim – foi encontrado nos arquivos da Regional. Foram localizados alguns textos elaborados durante a década de 1980 que trazem algumas indicações dos procedimentos e critérios adotados durante o período a que se referem, mas nenhum registro aborda especificamente o tema.

No caso da Antiga Alfândega, objeto deste artigo, foi realizada a avaliação das intervenções anteriores quanto a sanar as patologias advindas da umidade e salinidade, problemas recorrentes no térreo da edificação. Para isso, foi realizada uma pesquisa nos arquivos da regional – de forma a levantar as intervenções já realizadas no bem e os métodos adotados – e um monitoramento e mapeamento das condições apresentadas através de fichas. A partir disso, foi realizado um estudo sobre o assunto, através de literatura específica, para permitir o cruzamento e compreensão das informações obtidas. O objetivo foi encontrar algumas respostas aos motivos, causas e conseqüências das patologias a partir do cruzamento dos dados. Com este trabalho, foi possível constatar que algumas das causas das patologias são conseqüência das medidas adotadas em intervenções anteriores a alterações ambientais ocorridas e traçar comparativos quanto à diminuição ou acentuação do problema ao longo dos anos. A partir da reunião de todos esses dados, gráficos, fichas, fotos etc., formou-se um dossiê sobre o tema, encontrado na 11ªSR.

Neste artigo será relatada a metodologia do estudo de caso da Antiga Alfândega, de forma a traçar um panorama geral dos resultados obtidos durante a vigência da bolsa, demonstrar o que foi aprendido e ainda a possibilidade de se contribuir para a discussão e melhoria das práticas da Instituição.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 176

Antiga Alfândega de Florianópolis

O edifício

Segundo informa o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral (1979), o edifício da Antiga Alfândega foi construído em 1875-76, em substituição à sede anterior, incendiada havia aproximadamente dez anos. Construído em alvenaria de pedra e cal, é de estilo de filiação neoclássica composto de três corpos: o central e dois armazéns laterais, com telhados independentes, rematados por platibanda e madeiramento suportado por colunas dóricas.



FIGURA 1 Vista da rua Conselheiro Mafra (antiga rua Altino Correa) prédio da Alfândega à direita – 1956. Fonte: IPHAN.

> A construção foi a toque de caixa, pois os construtores estavam com ganas de entrar logo naquela "boca rica" dos 120 contos, nada má para a época [...] Apesar da pressa, foi bem construída, com o melhor material de que se dispunha (CABRAL, v.1, 1979).

O edifício possui planta retangular, simetria nas fachadas e elementos de cantaria trabalhada, certamente esculpidos no Rio de Janeiro.

Após ser sede da Alfândega de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, serviu como escritório e depósito de mercadorias. O edifício teve por um longo tempo o sal como uma das suas principais mercadorias de comércio. Pos-

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 177



FIGURA 2 Vista de Florianópolis antes do aterro. A Alfândega ficava em frente ao mar – 1956. Fonte: IPHAN.



FIGURA 3 Antiga Alfândega; fachada na rua Conselheiro Mafra – década de 1990. Fonte: IPHAN.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 178

teriormente abrigou instituições públicas, sendo, mais tarde, já na condição de bem tombado nacionalmente, destinado ao uso cultural. Em 29 de setembro de 1987, passou a funcionar no prédio o Escritório Técnico da então chamada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/PróMemória (atual IPHAN).

Atualmente a edificação abriga a 11ª/SR/IPHAN/SC no pavimento superior e parte do térreo. Em cada um dos armazéns laterais, estão situadas, respectivamente, a Associação dos Artistas Plásticos – ACAP – e a loja de venda de artesanato da Fundação Catarinense de Cultura.

O local onde a Antiga Alfândega se insere

O edifício situa-se no chamado Centro Histórico de Florianópolis, área onde se encontra o maior número de edificações preservadas. Atualmente, o uso dos imóveis neste local é majoritariamente comercial em detrimento do residencial.

> A área hoje denominada Centro Histórico [de Florianópolis] destaca-se por apresentar o maior número de edificações preservadas. Mantém uma concentração de atividades comerciais e de serviços, apresentando reduzido número de residências. Estas, originalmente, localizavam-se nos pavimentos superiores dos sobrados, cujo térreo era ocupado pelo comércio (ADAMS, 2002, p.124).

No início da década de 1970, acompanhando as novas tendências de ocupação do solo e políticas urbanas, o porto de Florianópolis perdeu sua importância. Ele foi aterrado, assim como extensa área, para permitir novas conexões terrestres e pontes de ligação à ilha de Santa Catarina.

> Ocorre uma ruptura definitiva da inter-relação da cidade com o mar, que permeava a estrutura inicial de sua ocupação e havia sido sua razão de existência e importante meio de conexão e sustento (ADAMS, 2002, p.125).

Nesse momento da história florianopolitana, a Antiga Alfândega perde sua relação lindeira com o mar. No lugar do vazio resultante do aterramento da área de mar é criado o largo da Alfândega (Figura 5), com a função de tornar-se espaço de uso público. Durante a década de 1980 a função desta área foi de estacionamento e ponto de camelôs (comércio informal).

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 179



FIGURA 4 Centro de Florianópolis – década de 1960. Fonte: Bruxo-els.



FIGURA 5 Antiga Alfândega e largo da Alfândega – 1994. Fonte: IPHAN.

Durante a década de 1990, definiu-se o entorno da Antiga Alfândega (área hachurada na Figura 6), mantendo-se os casarios do século XIX adjacentes, localizados nas ruas Conselheiro Mafra e Francisco Tolentino, além do resgate e conservação dos pisos originais circunvizinhos e fechamento das ruas ao tráfego de automóveis. O largo da Alfândega é definido como área a ser mantida sem obstruções visuais e sem usos permanentes. Estas medidas de proteção, além de garantir a necessária ambiência do edifício, também podem ser consideradas uma medida asseguradora da conservação e preservação do bem.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 180

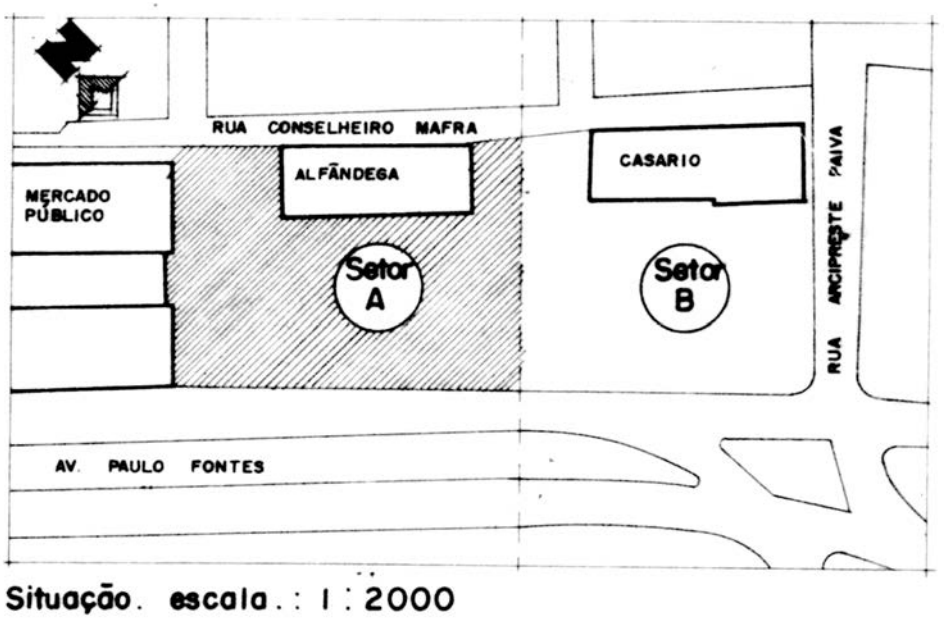


FIGURA 6 Área hachurada definida como entorno da Antiga Alfândega pelo IPHAN. Fonte: IPHAN.

As patologias

As patologias advindas da umidade e salinidade são problemas recorrentes no térreo da Antiga Alfândega e é nas superfícies que este problema mais se manifesta. Durante os anos de 1996 a 2004, o edifício foi objeto de intervenções para recuperação da autenticidade do que seriam os seus revestimentos. A autenticidade havia se perdido com o aparecimento das patologias, além da utilização de materiais mais suscetíveis à degradação e não adequados às condições ambientais apresentadas no local e do recorrente emprego da mão-de-obra não especializada nos serviços.

A importância dessa obra de recuperação das superfícies da Antiga Alfândega pode ser explicada pelo conteúdo do livro *Teoria do restauro*, de Cesare Brandi (2004). Neste livro, o autor salienta que a restauração deve estar fundamentada não com base "nos procedimentos práticos que caracterizam a restauração de fato, mas com base no conceito da obra de arte que recebe a qualificação" (BRANDI, 2004, p. 29). Ou seja, a restauração da matéria da obra de arte deve estar coerente com o monumento de forma indissolúvel, compreendendo como este se apresenta no consciente individual.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 181

> Chega-se desse modo a reconhecer a ligação indissolúvel que existe entre a restauração e a obra de arte, pelo fato de a obra de arte condicionar a restauração e não o contrário. [...] A partir desse reconhecimento, serão levadas em consideração não apenas a matéria da qual a obra de arte subsiste, mas também a bipolaridade com que a obra de arte se oferece à consciência (BRANDI, 2004, p.29).

A matéria na obra de arte é o lugar "de que a imagem necessita para se manifestar" (BRANDI, 2004, p. 35). Portanto, a recuperação dos revestimentos das superfícies da Antiga Alfândega possibilita a manifestação da imagem do monumento no que tange à relação existente entre o revestimento e seu suporte. A alvenaria de pedras do edifício é o substrato que estrutura o aspecto do revestimento. Assim, ambos configuram a imagem do bem.

Apesar das ações empreendidas nos últimos oito anos, cujos objetivos eram solucionar e minimizar a problemática de sais e umidade, esta ainda persiste, gerando zonas de deterioração do reboco e manchas de umidade nas superfícies do edifício.

> Deterioration of monuments is caused by the interaction of the materials and structures with prevailing environmental conditions. One of the driving forces of this process is the attempt of the system to reach equilibrium. For the most of the built heritage environmental conditions are continuously changing, hence equilibrium cannot be reached and deterioration processes can neither be stopped completely nor are they fully reversible. They can, however, be slowed down by appropriate conservation approaches [...] Scientific investigations can often help conservators who are confronted with the task to treat a deteriorated monument, sculpture or wall painting, in finding the causes of deterioration and the appropriate treatment (BÖHM, 2004).[1]

A investigação científica, como destaca Zehnder (2004), deve estar aliada à atuação prática e tem como objetivo encontrar estratégias de conservação sustentáveis. Para ele, essa ligação ainda não parece estar muito bem assimilada, ape-

1 Esta citação foi extraída de um artigo desenvolvido por esses autores para a 10th International Congress on Deterioration and Conservation of Stone – Stockholm 2004.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 182

sar de ser fundamental. O mesmo é discutido por Christine Bläuer Böhm (2004), que também vê na investigação científica um suporte para a conservação, pois esta tem o objetivo de descobrir as causas das boas e más condições apresentadas e permite propor soluções que resultem numa conservação preventiva.

Dadas as questões acima expostas, a necessidade de a regional avaliar o caso da Antiga Alfândega e o interesse no tema, foram realizadas pesquisas de arquivo e de campo, visando organizar um dossiê para avaliação das intervenções anteriores efetuadas e que servisse de base para fundamentar investigações e intervenções futuras pelo IPHAN.

Esse dossiê referente à Antiga Alfândega foi basicamente estruturado em duas partes, descritas a seguir.

O dossiê

Primeira parte: As intervenções realizadas

A primeira parte do dossiê se deteve sobre o edifício da Antiga Alfândega, apresentando um breve histórico, com informações sobre o tombamento e inserção urbana. Após isso foram abordadas as obras de recuperação e manutenção realizadas ao longo dos anos. Foram compilados e reunidos os dados e medidas referentes a cada uma das obras no que tange à problemática da umidade e salinidade, através de uma pesquisa nos arquivos da regional.

Devido à extensão desse trabalho, foi definido um recorte para a pesquisa. Este recorte concentrou-se em levantar os dados referentes às ações em uma área delimitada do edifício, ou seja, a sua parte térrea, ocupada pela 11ªSR, onde há a ocorrência evidente das patologias. Além disso, foram realizadas entrevistas com os técnicos do IPHAN participantes dos serviços empreendidos para confirmação e complementação das informações encontradas nos registros documentais e fotográficos. Estas informações reunidas, como destaca Zehnder (2004), poderão dar pistas para as possíveis origens e causas da problemática observada nos dias atuais.

No arquivo da 11ªSR, apesar de bem organizado e administrado, muitos dos registros das ações encontram-se fragmentados em diferentes pastas, o que dificultou o entendimento total de sua cronologia e metodologia. Em outros casos foram identificadas informações faltantes para a compreensão plena do documento. Um exemplo foi o caso de um ensaio de salinidade e umidade de 1997, cuja documentação (planta indicando a localização dos furos de onde fo-

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 183

ram retiradas as amostras e o laudo do ensaio) encontrava-se em pastas separadas e sem indicação clara, misturada a diversas cópias da planta térrea do edifício existente no arquivo morto. Outro exemplo disso foram as fichas de acompanhamento de obras de 2003. Estas nomeavam as áreas de reboco a serem trocadas por meio de códigos, cujo levantamento raiz da codificação não foi encontrado. Isso tornou necessário complementar as informações dessas fichas através de pesquisa nas fotos da época, existentes nos arquivos, para a identificação esquemática das áreas trocadas do reboco durante essa intervenção[2].

Com o levantamento de dados das intervenções anteriores foi possível recuperar e sintetizar em um único documento informações como os traços e especificações dos materiais empregados, assim como alguns procedimentos, ensaios e questões levantadas durante cada uma das obras de recuperação e manutenção.

> As a basis for the scientific investigations it is always helpful to know as much as possible about the history of the monument and its environment [...]. In short, all the information that can be gained by studying archival materials should be at hand. Such information can be supplemented by ancient drawings, photographs or plans and of course files. The more historic information is available from the very beginning the more efficient and realistic the scientific investigation will be. This knowledge can in most cases also help to sample more purposefully and to reduce sampling to a minimum. And even more important, the history of a monument is often the only clue to understand the observed deterioration (Böhm, 2004).

Para compreender um pouco a cronologia das obras empreendidas ao longo dos anos, vale trazer um breve resumo delas. Desde seu tombamento até a década de 1990, os rebocos de todas as superfícies da Antiga Alfândega eram à base de cimento, sendo que a primeira aplicação de que se tem registro se deu em 1975 (ano do tombamento federal), em substituição ao original, à base de cal. De 1975 até 1995, esses rebocos a base de cimento eram recuperados em seus pontos danificados com esse mesmo material. A partir de 1996 iniciou-se a aplicação de rebocos e pinturas à base de cal na Antiga Alfândega, visto que os de cimento e as pinturas plásticas aplicadas anteriormente mostraram-se

2 Esta complementação foi anexada à pasta das fichas das obras de 2003 existentes na Regional com a data atual, autoria e explicação do método adotado para sua confecção.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 184

ineficientes no que se refere à contenção da umidade ascendente. A idéia era, a partir dessa primeira grande obra de recuperação empreendida, quando se fez a troca total dos rebocos em muitas das superfícies, desencadear um processo de renovação contínua dos rebocos em suas áreas afetadas pela umidade, diminuindo dessa forma os inconvenientes provindos desse fenômeno.

Isto se sucedeu em 2003 e 2004 onde as áreas trocadas dos rebocos se limitaram aos pontos onde os mesmos encontravam-se mais danificados.

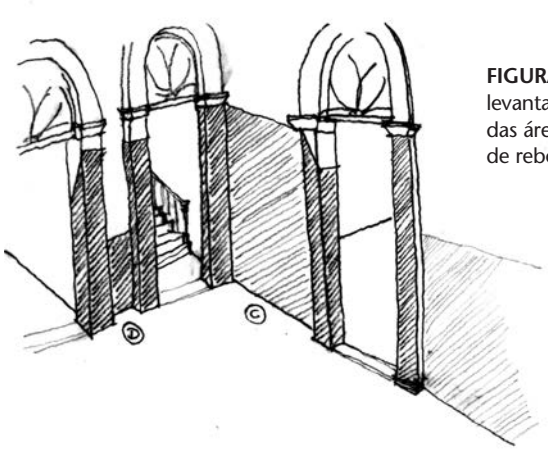


FIGURA 7 Croqui feito a partir dos levantamentos fotográficos da obra de 2003, das áreas contaminadas onde ocorreu troca de reboco.



FIGURA 8 Áreas que tiveram reboco trocado em 2003. Fonte: IPHAN.



FIGURA 9 Áreas que tiveram reboco trocado em 2003. Fonte: IPHAN.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:34 PM Page 185

A retirada do reboco anterior de cimento para a colocação de novo, à base de cal, vem também de encontro ao conceito de Conservação Preventiva, dado que o novo reboco compatibiliza-se mais adequadamente às estruturas antigas e traz benefícios em longo prazo. De acordo com a tendência atual descrita na Carta de Cracóvia (2000) – recomendação internacional referente à conservação do patrimônio construído – é fundamental que qualquer conservação ou manutenção adote materiais e técnicas compatíveis com as estruturas existentes, assim como deve ser estudado seu comportamento ao longo dos anos e a possibilidade de reversão quando esta se fizer necessária.

> Conservation / preservation techniques should be strictly tied to interdisciplinary scientific research on materials and technologies used for the construction, repair and/or restoration of the building heritage. The chosen intervention should respect the original function and ensure compatibility with existing materials, structures and architectural values. Any new materials and technologies should be rigorously tested, compared and understood before application. Although the in situ application of new techniques may be relevant to the continued well-being of original fabric, they should be continually monitored in the light of the achieved results, taking into account their behaviour over time and the possibility of eventual reversibility. Particular attention is required to improve our knowledge of traditional materials and techniques, and their appropriate continuation in the context of modern society, being in themselves important components of cultural heritage (Charter of Cracow, 2000).

A Conservação Preventiva, como destaca Zehnder (2004), vem sendo extremamente discutida nos últimos dez anos como uma forma de intervenção que tira a maior vantagem possível das condições oferecidas pelo meio em que o bem está inserido. A eficiência das argamassas à base de cal está no fato de estas serem menos suscetíveis à degradação atmosférica e estarem em maior harmonia com o próprio funcionamento das estruturas históricas, por se tratar de material que constitui, em muitos casos, o reboco original empregado. É uma tecnologia aplicada por vários países e empregada pelo Iphan de Santa Catarina desde 1996.

A umidade ascendente é mais freqüente em edificações históricas e pode ser definida como "o fluxo vertical de água que consegue ascender do solo – através

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 186

do fenômeno da capilaridade – para uma estrutura permeável" (CABAÇA, 2002). Em 2004[3] também se procurou minimizar a degradação dos rebocos causada pela umidade ascendente através da troca de pisos por um de tipo mais aerado no interior e exterior da edificação e da execução de valas de aeração ao longo do perímetro externo do edifício e interiormente no hall térreo e compartimento abaixo da escada (Figuras 10 e 11). Além disso, foi realizada a troca do reboco nas paredes que fazem fundo às paredes que compõem a área térrea pertencente ao IPHAN, nas quais o reboco existente ainda era à base de cimento. Todas essas medidas tiveram como princípio aumentar a permeabilidade da área e, como conseqüência, criar mais possibilidades de saída da umidade ascendente.



FIGURA 10 Novos pisos internos graníticos (manteve-se os remanescentes do piso original) e vala de aeração ao longo do perímetro das paredes. Fonte: IPHAN, 2004.



FIGURA 11 Pisos externos de parelelepípedos. Também houve a preocupação de se manter os remanescentes do piso original, como na caso dos internos. Fonte: Autora, 2005.

As valas de aeração[4] possuem a função de coibir a ascensão da umidade do terreno através da evaporação da mesma antes que ela atinja a superfície permeável das paredes, ou seja, interromper – através do vazio criado entre a fundação e o solo – o caminho natural que faria a umidade em busca de uma saída para sua evaporação. A ascensão da mesma, como já dito, ocorre devido ao fenômeno da capilaridade: a água situada abaixo do solo penetra através dos canais existentes na argamassa utilizada para assentar as pedras da fundação e paredes dos edifícios históricos, atingindo sua superfície e assim deteriorando seus revestimentos.

3 A obra de 2004 contou com consultoria da engenheira civil Sílvia Puccioni do Departamento de Patrimônio Material (DEPAM/ IPHAN/RJ).

4 As valas de aeração executadas na Antiga Alfândega em 2004 seguiram orientação de Sílvia Puccioni e possuem camadas de preenchimento conforme especificado no Memorial de Obra de 2004 e registrado nas fichas de acompanhamento.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 187

> A capilaridade é um fenômeno que é posto bem em evidência quando se mergulha um tubo fino de vidro – designado por tubo capilar – num recipiente com água. Verifica-se que o nível de água do recipiente sobe imediatamente no interior do tubo [...]. Esta evidência mostra que deve existir necessariamente uma força que, nas condições da experiência, se instala e produz o efeito observado. Essa força toma o nome de força capilar e a sua acção designa-se por capilaridade (CABAÇA, 2002).

Através dessa pesquisa e compilação de dados foi possível traçar, em linhas gerais, as características de cada obra e a metodologia empregada em cada uma delas, sintetizadas no Quadro 1 apresentado a seguir. A amostragem dessa pesquisa, como já foi dito, abrange uma área delimitada do edifício e não ele por inteiro, limitando-se à parte térrea do edifício, ocupada pela 11ªSR/IPHAN/SC.

QUADRO 1 – Síntese das obras de conservação e manutenção na Antiga Alfândega

1975	RESTAURAÇÃO REALIZADA QUANDO O ESTADO DE SC ERA SUBORDINADO À SR DE SP (o tombamento federal se deu nesse ano).	Na obra de 1975 foram empregados rebocos à base de cimento e pinturas plásticas. Nos anos que se sucederam, e até 1996 estes foram recuperados em suas partes danificadas por rebocos também em cimento.
1996 a 1998	1ª ETAPA: INÍCIO DO EMPREGO DA CAL, COMO FORMA DE MINIMIZAR OS PROBLEMAS ADVINDOS DA UMIDADE, NOS REBOCOS E PINTURAS EM SUBSTITUIÇÃO AO CIMENTO.	**DIAGNÓSTICO:** Problemas de umidade decorrentes do uso inadequado de materiais e falta de conservação. Comprovada ineficácia dos rebocos à base de cimento. **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:** Emprego de reboco de sacrifício à base de cal nas paredes da área do térreo pertencente ao IPHAN e fachada da rua Conselheiro Mafra, em substituição ao anterior, de cimento. A intenção era tratar as superfícies, aumentando sua capacidade de evaporação, e diminuir, assim, os efeitos agressivos da umidade ascendente. **LOCAIS ABRANGIDOS:** Paredes dos ambientes térreos do hall, compartimentos das escadas, compartimento abaixo da escada e fachada externa da Rua Conselheiro Mafra.
2002 a 2003	2ª ETAPA: SUBSTITUIÇÃO DAS ÁREAS MAIS AFETADAS DOS REBOCOS APLICADOS NA OBRA ANTERIOR. RECONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO DE REBOCOS NOVOS NAS CERCADURAS DOS VÃOS.	**DIAGNÓSTICO:** Continuação da recuperação dos rebocos, iniciada em 1997. **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:** Substituição de áreas danificadas dos rebocos de 1997 por novos também à base de cal. **LOCAIS ABRANGIDOS:** Parede direita do hall e do compartimento da escada, parede do hall onde estão as portas de acesso às escadas e cercaduras dos vãos do hall.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 188

QUADRO 1 – Síntese das obras de conservação e manutenção na Antiga Alfândega (CONT.)

2004	3ª ETAPA: CONTINUIDADE DO TRABALHO DE TROCA DOS REBOCOS EM SUAS ÁREAS DANIFICADAS POR NOVOS, À BASE DE CAL. EXECUÇÃO DE VALAS DE AERAÇÃO EXTERNA E INTERNA PARA MINIMIZAR O PROBLEMA DA ASCENDÊNCIA DA UMIDADE.	**DIAGNÓSTICO:** Solucionar os problemas de umidade ascendente e melhorar a drenagem das águas retidas no solo indicados como um dos causadores da umidade no edifício. **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:** Valas de aeração na base das paredes internas do hall e no perímetro externo da rua Conselheiro Mafra. Substituição de áreas de reboco danificadas e troca de áreas de reboco nas paredes não abrangidas pela proposta de 2003. Substituição dos rebocos de cimento nas paredes que fazem fundo ao hall. **LOCAIS ABRANGIDOS:** Compartimento da escada esquerda, compartimento abaixo da escada, parede do antigo bar e do lado externo da parede à direita do compartimento da escada direita.

A seguir são mostradas em plantas as paredes que tiveram seus rebocos trocados a partir da obra de 1996 na área de estudo definida para esta pesquisa:

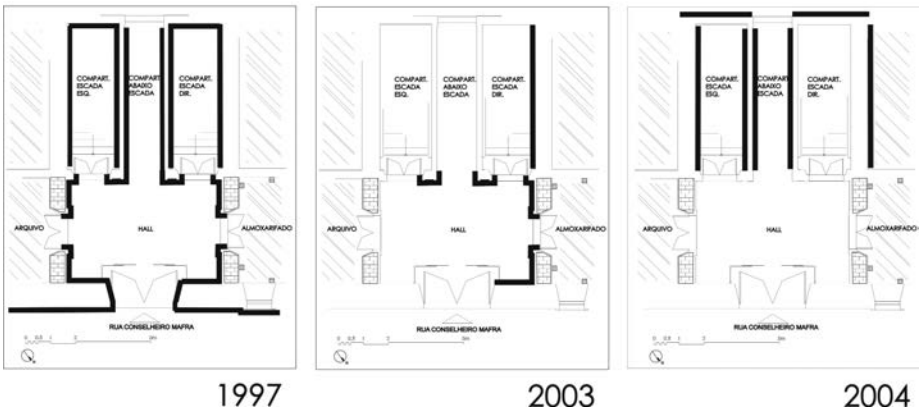


FIGURA 12 Plantas marcando as áreas de troca de reboco nas intervenções de 1997, 2003 e 2004.

Externamente, no ano de 1997, foi efetuada a troca do reboco de cimento existente por novos de cal, apenas na fachada da Rua Conselheiro Mafra do volume em dois pisos (Figura 13), onde se localiza a porta de acesso à 11ªSR. Em 2003 foram trocados os rebocos das demais fachadas externas e na obra de 2004 foram feitos trocas parciais apenas nos pontos danificados (Figura 12). Nesta

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 189

última obra, a qualidade do reboco e pintura externa aplicados aparentam estarem muito aquém da qualidade exigida, pois já apresentam vários pontos de desprendimento e deterioração. Há a necessidade de elaboração de ensaios para a avaliação dos mesmos, conforme destacou a Arquiteta Maria Isabel.

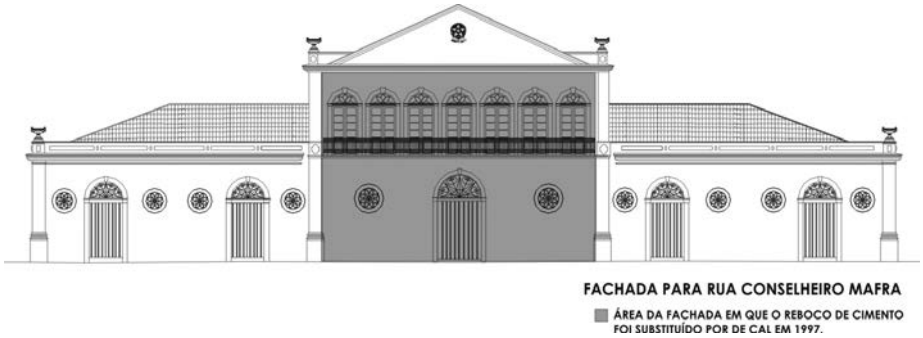


FIGURA 13 Área externa, onde se realizou a troca do reboco na fachada rua Conselheiro Mafra, em 1997. Fonte: Autora sobre base IPHAN.

Segunda parte: Mapeamento e Monitoramento

A segunda parte do dossiê apresenta um monitoramento das patologias presentes, suas freqüências e características, em oito elevações que definem a área de estudo delimitada para a pesquisa: *hall de acesso, os dois compartimentos de escada que levam ao segundo piso e o compartimento abaixo das escadas* (Figura 14). Vale lembrar que estes ambientes situam-se em parte da área do térreo no interior do edifício ocupada pela 11ªSR e foram abrangidos por todas as obras de recuperação levantadas. Este mapeamento permite a identificação dos tipos de patologia existentes, sua localização exata e características. Isto contribuirá para dar subsídios de como agir em cada um dos casos individualmente em uma próxima intervenção, além de gerar um registro da situação apresentada na presente data.

> Mapping is not only an important part of the documentation, but also a tool for the investigation and of course for the permanent maintenance. The aim of mapping before conservation is normally to locate the diverse materials in their position to one another and to locate damage phenomena (…). On the one hand the aim can be to reveal the damage causes and on the other hand to locate the places for different types of necessary interventions… (BÖHM, 2004).

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 190

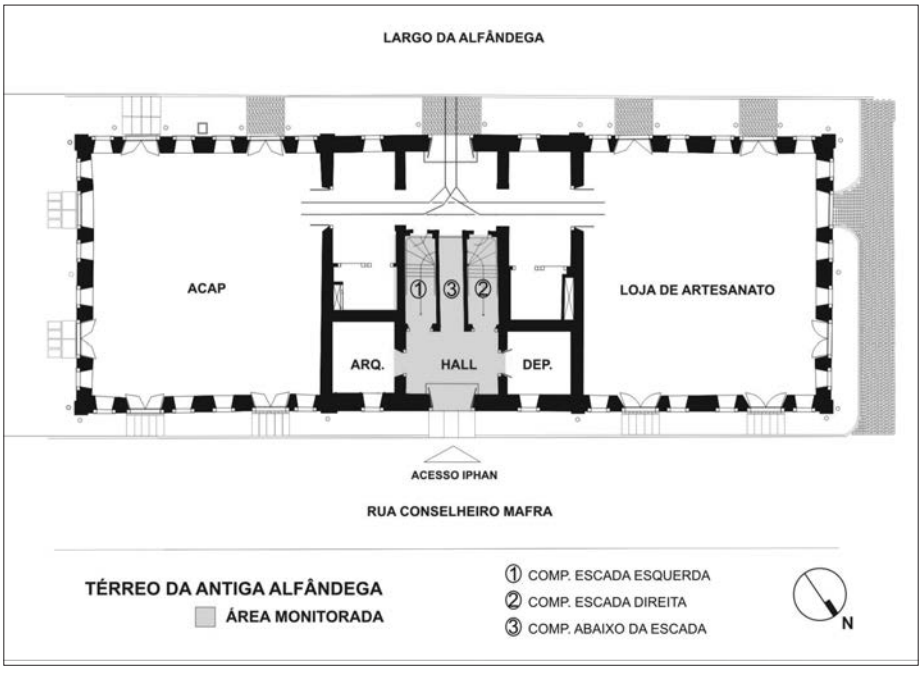


FIGURA 14 Planta do pavimento térreo da Antiga Alfândega e a área definida para o monitoramento. Fonte: Autora sobre base IPHAN, 2005.

Este mapeamento visual das patologias era registrado graficamente *in locu* em fichas, ao longo da vigência da bolsa do PEP, com freqüência de uma vez por semana no período da manhã, durante os meses de maio, junho e julho. Nas fichas eram anotadas as condições climáticas, temperatura, medidas das manchas, além de serem as patologias diferenciadas de acordo com uma legenda criada para a pesquisa. Ao final de cada mês era gerada, em formato digital, uma única ficha sintetizando todos os levantamentos semanais referentes a cada elevação.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 191

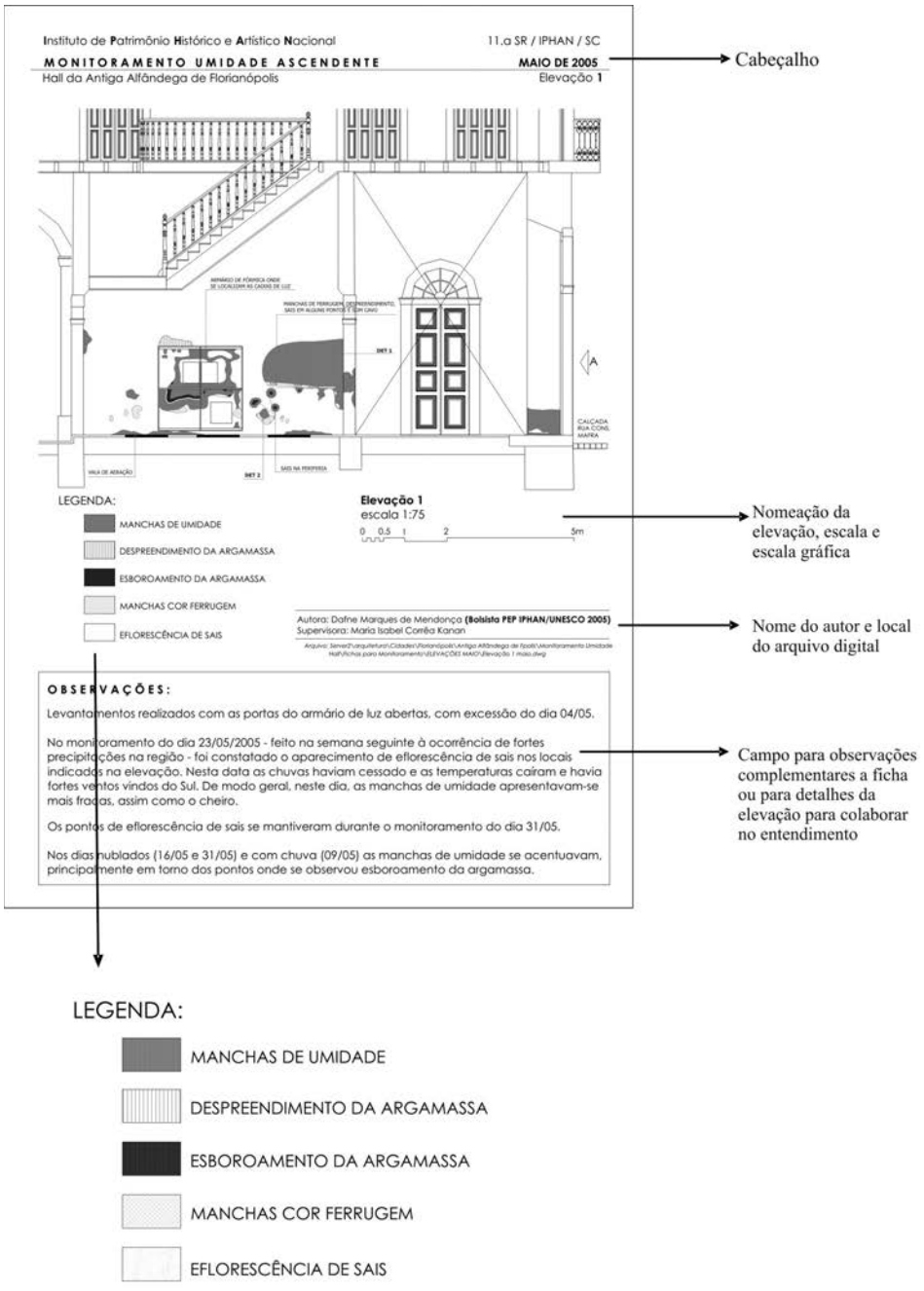


FIGURA 15 Exemplo de ficha mensal de uma das elevações. Fonte: Autora, 2005.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 192

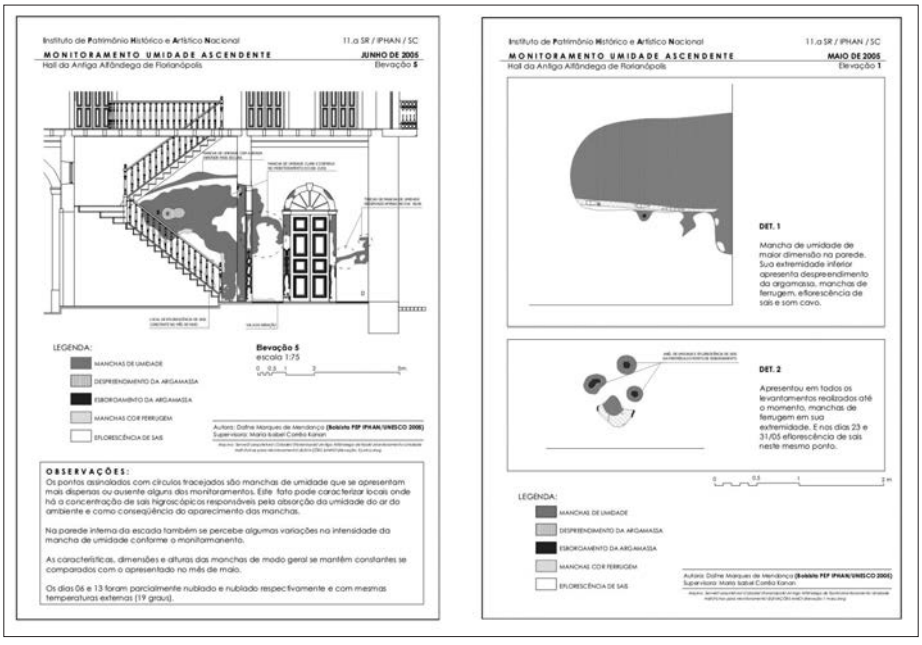


FIGURA 16 Outros exemplos das fichas digitais dos monitoramentos mensais. Fonte: Autora, 2005.

Foram cinco as patologias identificadas na área de estudo da Alfândega, cujas nomenclaturas estão de acordo com a bibliografia consultada para a realização do trabalho. Estas são:

QUADRO 2 – Patologias identificadas e suas características

TIPO DE PATOLOGIA	CARACTERIZAÇÃO NO LOCAL
Manchas de umidade: algumas partem do solo, outras surgem isoladas em cotas elevadas. São as manchas escurecidas nas paredes.	
Desprendimento da argamassa: em pontos isolados e associados às manchas de umidade. É quando a argamassa se solta do substrato, ficando uma área aparentemente oca entre o revestimento e a superfície.	

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 193

QUADRO 2 – Patologias identificadas e suas características (CONT.)

TIPO DE PATOLOGIA	CARACTERIZAÇÃO NO LOCAL
Esboroamento da argamassa: em pontos isolados, são mais graves nos pilares das cercaduras dos vãos. É quanto há uma espécie de "esfarelamento" do revestimento em sucessivas camadas de desgaste.	
Manchas cor ferrugem: associadas às manchas de umidade surgem manchas com coloração diferenciada em pontos isolados. Sobre este tipo não foi possível encontrar bibliografia, mas decidiu-se por diferenciá-la das manchas de umidade, dada sua evidência clara em alguns pontos.	
Eflorescência de sais: surgem em pontos isolados e observou-se sua permanência constante na maioria dos casos mapeados.	

Este mapeamento permitiu a construção de gráficos esquemáticos que sintetizam os locais de ocorrência de cada tipo de patologia, assim como as alturas e dimensões das mesmas[5].

Cruzamento dos dados

Através dessa coleta de dados empreendida e do mapeamento e monitoramento na área de estudo dessa pesquisa, foi possível realizar o cruzamento dessas informações para traçar algumas suposições quanto aos motivos que explicariam a presença das patologias em determinados pontos. O tema umidade, assim como a questão das ações dos sais, é bastante complexo. Estas suposições

5 Todas as fichas e gráficos resultantes desse trabalho integram o dossiê sobre a Umidade Ascendente no Hall da Antiga Alfândega, encontrado na 11ªSR/IPHAN/SC, produto dessa pesquisa. Este ainda inclui as demais informações coletadas referente às obras empreendidas ao longo dos anos, levantamentos fotográficos, cópias de documentos originais encontrados nos arquivos e os textos e leituras utilizados pela bolsista.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 194

aqui traçadas são baseadas nas informações coletadas durante o período do trabalho e não representam conclusões definitivas, mas tópicos que possam servir de base para pesquisas mais aprofundadas e investigações futuras. A literatura encontrada sobre o assunto foi principalmente européia, com artigos na língua inglesa, espanhola e portuguesa.

De acordo com os ensaios de salinidade e umidade de 1997 – realizados durante a primeira obra em que foram aplicados rebocos à base de cal – as amostras retiradas possuíam porcentagens maiores de sais cloretos em relação aos nitratos. Os sais cloretos são altamente higroscópicos[6] e provenientes da brisa marinha ou de impurezas existentes nos materiais. "Os sais solúveis higroscópicos poderão fazer parte da constituição dos materiais ou ser transportados, dissolvidos essencialmente a partir do terreno, por humidade que ascenda por capilaridade" (HENRIQUES; RATO, 2003).

> [Chlorides] The most common source is **sea spray** (above all Na Cl halite). Chlorides can also originate from impurities present in building materials used [...] Chlorides are highly soluble salts and this enable them to penetrate very deeply into materials inducing alterations (…) The highly water content in the walls, following the freeze-thaw cycles, leads to the formation of crack and crumbling (BORRELLI, 1999; p. 7).

A presença desses sais no ambiente poderia justificar a existência de manchas em pontos isolados acima da linha do solo, como no caso do observado no compartimento abaixo da escada (Figura 17). Estas áreas podem ser locais onde, por algum motivo ainda não identificado, foram aplicados materiais contaminados por sais ou estes foram trazidos pela brisa marinha ou transportados pela umidade ascendente. Importante destacar que a área definida para a pesquisa é de pouca ventilação e circulação de ar. Este fato acentua a problemática da umidade mantendo altos os valores de umidade relativa do ar. Isto inviabiliza, por exemplo, a secagem e cristalização natural dos sais que, com isso, e devido à sua higroscopicidade, permanecem ativos, absorvendo a umidade do ar e formando as manchas. Caso houvesse uma maior ventilação, haveria a possibilidade de os sais serem removidos naturalmente do ambiente pela

6 Capacidade que têm os sais solúveis "de absorverem humidade no estado líquido ou na forma de vapor, dissolvendo-se" (HENRIQUES, Fernando M. A.; Fenômenos da higroscopicidade devido à presença de sais solúveis).

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 195

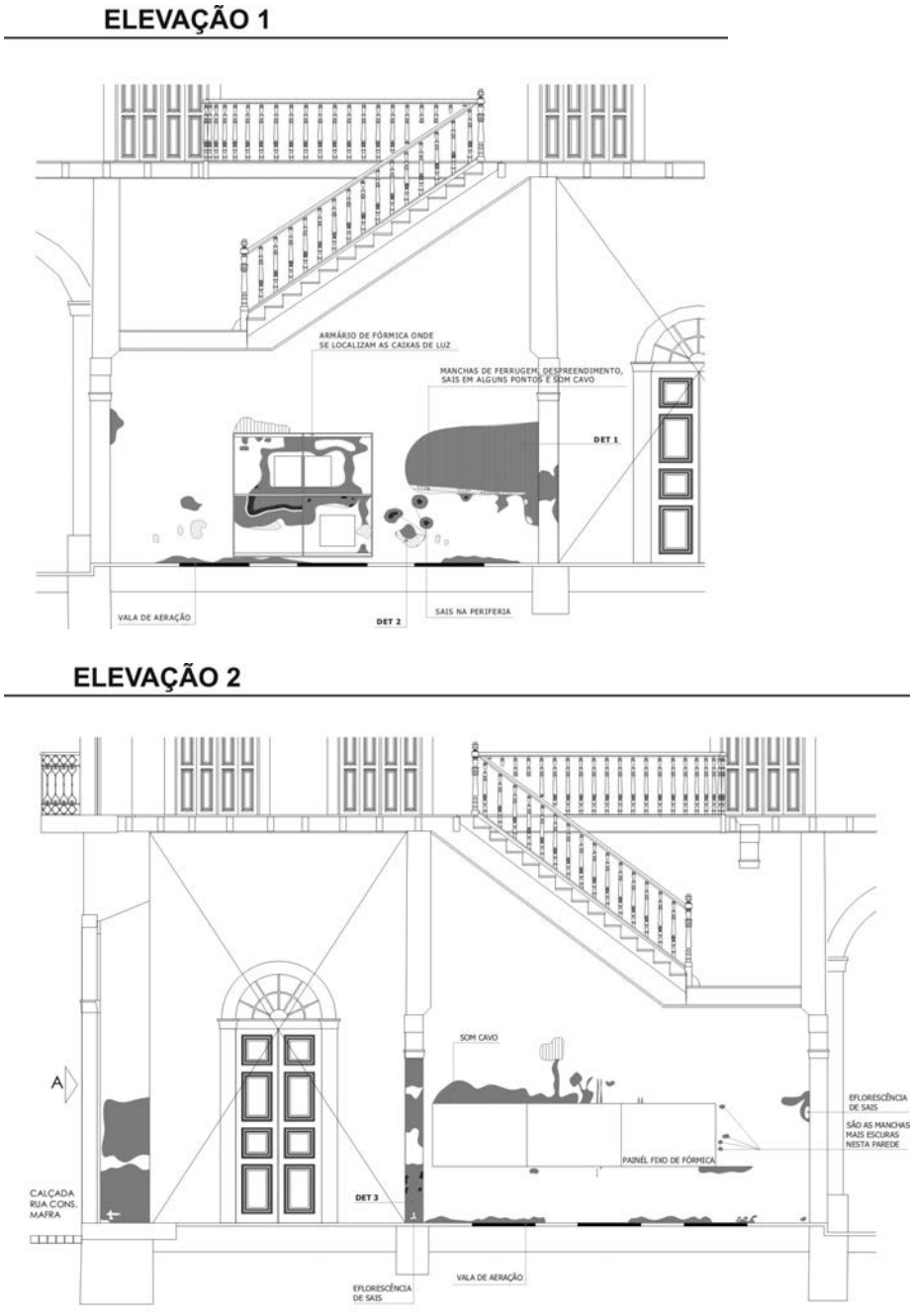


FIGURA 17 Nas elevações 1 e 2, as paredes do compartimento abaixo da escada apresentam manchas de umidade (as de cor cinza nos gráficos) acima do nível do solo. O reboco existente neste ambiente data de 2004. Fonte: Autora sobre base IPHAN, 2005.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 196

ação dos ventos. Infelizmente, os ensaios de 1997 não especificaram quais tipos de sais cloretos foram encontrados em cada amostra. Isto permitiria uma análise mais segura e precisa da relação da patologia apresentada com o sal encontrado e as condições de umidade apresentadas no local, pois esta relação varia para cada sal, sendo diferente os valores da umidade relativa do ar que ocasiona o ciclo de cristalização e dissolução de cada tipo.

No caso dos pilares das cercaduras dos vãos existentes na área monitorada, observou-se a problemática mais avançada de esboroamento da argamassa (Figura 18). Através da pesquisa referente às obras anteriores foi possível identificar que, ao longo dos anos, nessas áreas, eram aplicados rebocos de forma diferenciada das demais. Sempre se buscou nessas cercaduras em específico, recriar esteticamente a textura original dos remanescentes do revestimento destes elementos, encontrados na prospecção realizada em 1996. Estes demonstraram que as cercaduras possuíam um acabamento liso e fino. Com isso, o tipo de composição da argamassa de cal empregada ao longo dos anos continha uma porcentagem significativa de areia fina e mais cal. O objetivo era recriar a superfície lisa inicialmente existente. A condição menos porosa dessa argamassa aplicada nessas áreas, por permitir uma menor saída da umidade, pode ser um dos fatores responsáveis para que seja nas cercaduras os principais locais onde se observa a ocorrência do esboroamento. Outra razão para esta patologia se apresentar nesses pontos, pode ser devido à interrupção das valas de aeração, que auxiliariam na evaporação da umidade, justamente na base dos pilares desses elementos. Isto pode estar gerando uma concentração e aumento no volume de umidade que ascende pelas cercaduras o que, portanto, pode estar contribuindo para o agravamento da patologia. O esboroamento também pode ser indicativo das ações de sais higroscópicos. Através de sua capacidade de absorção e evaporação da umidade, associada às condições ambientais apresentadas, estes sais ocasionam ciclos de dissolução e cristalização e, com isso, geram tensões que causam a fadiga da estrutura de poros dos rebocos, danificando a superfície do material.

> Soluble salts disintegrate natural rocks as well as buildings and artefacts. Crystallizing within pores, they may burst the fabric of porous materials and thus cause heavy losses to our cultural heritage [...] On wall, we observed that the same salt mineral may form different habits simultaneously at different places or subsequently at the same place, depending on the ambient humidity conditions (ZEHNER; ARNOLD, 1997).

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 197

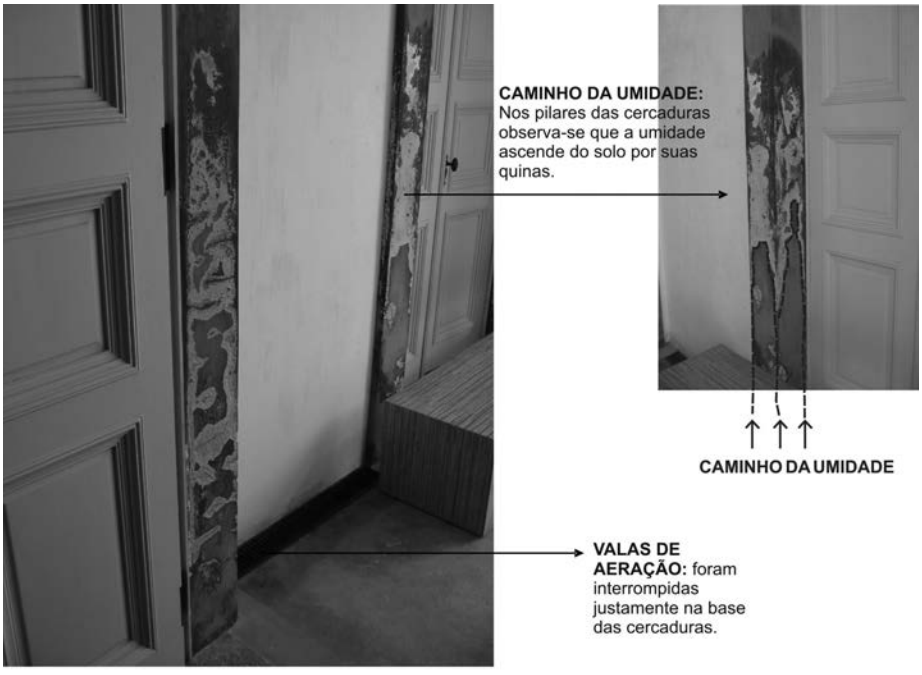


FIGURA 18 Levantamento fotográfico de 2005, esboroamento nas cercaduras. Fonte: Autora, 2005.

Outra questão identificada durante a pesquisa foi quanto à mancha de umidade localizada à esquerda da porta do depósito. No levantamento fotográfico[7] de 2002 (Figura 19), esta partia do nível do solo, atualmente ela só ocupa uma área – com desenho definido e outra cuja intensidade oscila conforme condições de umidade e temperatura – muito acima do nível do piso. Através da comparação dos dois levantamentos, de 2002 e 2005, pode-se supor que essa mancha seja um remanescente da troca parcial de rebocos realizado em 2003, que segundo mostram as fotos da época da obra (ver Figuras 7 e 8), não incorporou toda ela. Seu desaparecimento em cotas mais baixas podem indicar certa eficiência da vala de aeração que está coibindo a ascensão da umidade. A outra porção dessa parede, localizada à direita da porta de acesso ao depósito (visível na Figura 9) também possui mancha localizada acima da linha do solo.

7 Foram encontradas imagens digitais das patologias no hall térreo datadas de 2002 (portanto anteriores ao início da obra de troca de rebocos de 2003) que foram organizadas em fichas pela bolsista para constituírem o levantamento do ano a que pertencem. O levantamento das patologias em 2005 foi realizado pela bolsista.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 198

Esta, dependendo das variações de umidade e temperatura, expande sua área, conotando a existência da possível ação de sais higroscópicos. Vale destacar que esta parede em questão, onde se situam essas duas manchas citadas, não é como as demais paredes originais feitas de alvenaria de pedra, mas sim de alvenaria de tijolos que se acredita tenha sido re-erigida durante a obra de 1975.

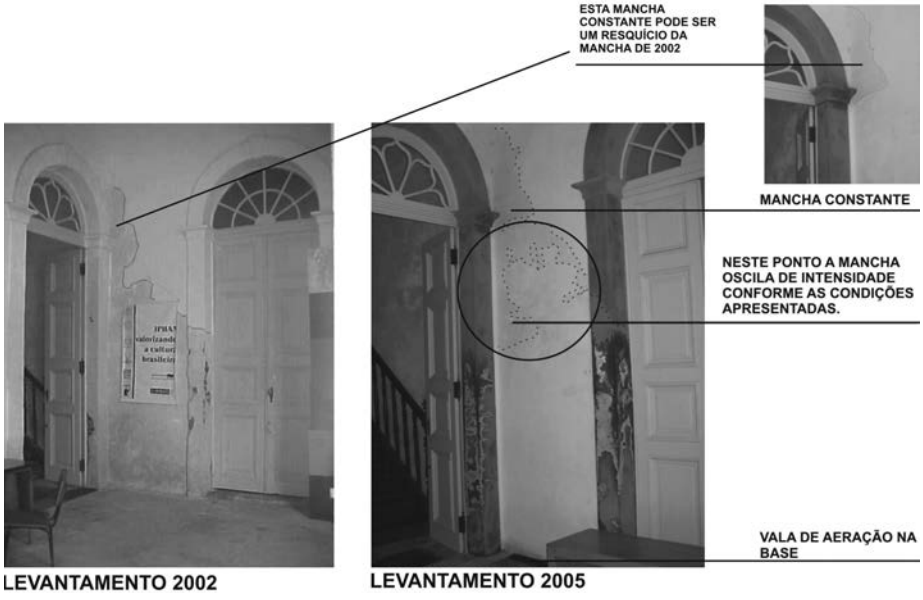


FIGURA 19 Comparativo entre os levantamentos fotográficos de 2002 (antes da obra de 2003) e 2005. Fonte: Autora, 2005.

No caso da parede no compartimento da escada direita (Figura 20), onde não foi possível a escavação de uma vala de aeração na base, é onde se observa área mais abrangente de mancha de umidade, que praticamente ocupa toda a superfície. Nessa parede também se encontram pontos de desprendimento da argamassa. Como pode ser visto no levantamento de 2002, esta já era uma área bastante atingida pela umidade. É interessante notar que há uma fonte constante de eflorescência de sais em sua parte próxima ao corrimão da escada e que, em dias mais secos, a mancha tende a enfraquecer em alguns pontos. Este último fato pode ser um indicativo da presença de sais higroscópicos. Importante destacar a ausência de fontes de ventilação direta neste ambiente.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 199

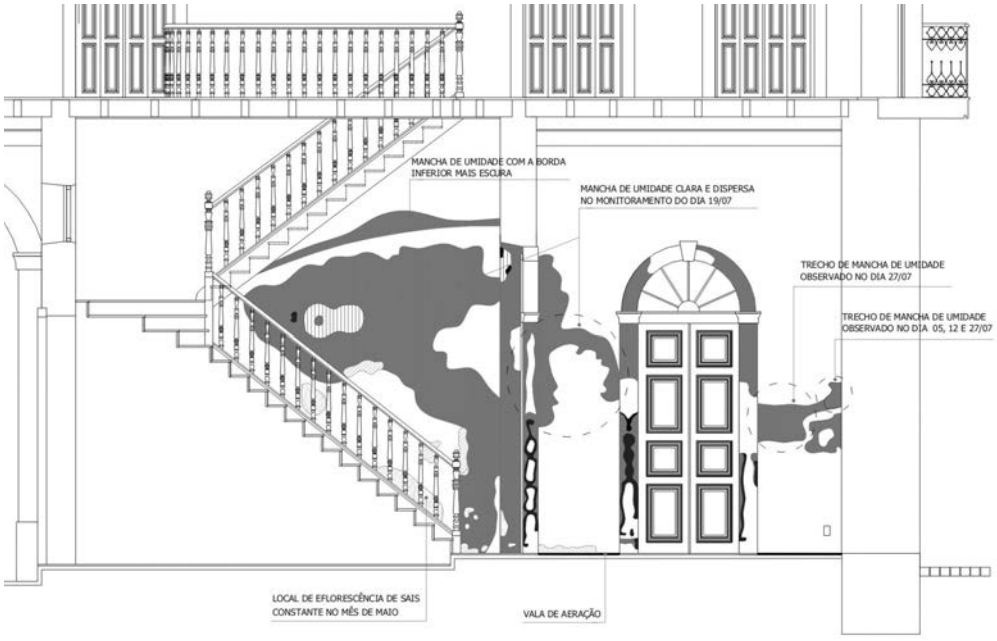


FIGURA 20 Mapeamento mensal: a porção esquerda corresponde à parede do compartimento da escada direita, onde a mancha de umidade (mancha cinza no gráfico) a ocupa quase por inteiro. Fonte: Autora, 2005.

A ação da umidade no edifício parece ser mais intensa em sua porção direita. Isto pode ser visto tanto nas obras anteriores, onde se priorizou mais este lado, como no monitoramento visual realizado este ano.

A presença evidente de manchas que partem do solo conota em definitivo a existência de fluxos freáticos abaixo do edifício. Uma próxima intervenção deve levar isso em conta de forma incisiva.

De modo geral, as valas de aeração pareceram minimizar, mas não foram capazes de conter completamente os problemas advindos da umidade. As manchas aparentam ter se intensificado com a última intervenção e o esboroamento das cercaduras avança visivelmente. Uma das razões para isso pode estar na movimentação realizada nas ruas adjacentes durante a última intervenção, principalmente na Conselheiro Mafra, para a locação de coletores pluviais e trocas dos pisos. Estas ações podem ter ocasionado algum efeito, ainda não pesquisado, nos caminhos e intensidade das águas subterrâneas.

O preenchimento das valas de aeração é com brita, material não absorvente, que poderia ser substituído por algum material absorvente, como argila ex-

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 200

pandida, para assim potencializar a capacidade de absorção da umidade pelas mesmas. O inconveniente é que esse material deveria ser removido com certa freqüência para a sua secagem e recolocação nas valas. Acredita-se ser necessário rever a proporção entre a dimensão das valas e a capacidade das mesmas a partir de uma avaliação mais precisa do fluxo dos veios de água existentes.

Medições com psicrômetro e outros aparelhos devem ser realizadas para complementação dos dados obtidos, além de outros monitoramentos, uma vez que já se observam alterações na apresentação das patologias em alguns pontos. Novos ensaios da argamassa para avaliação da salinidade e umidade são necessários, principalmente um ensaio mais detalhado de quais são os tipos específicos de sais encontrados para, assim, tornar possível relacioná-los com as condições ambientais apresentadas. A 11ªSR, por meio do Museu Victor Meirelles, está adquirindo novos equipamentos de medição e avaliação climática que, utilizados na área de estudo, poderão oferecer mais dados para a complementação dessa pesquisa.

Contudo, a partir da reunião dos dados já levantados durante este período de pesquisa, o dossiê pretende ser um instrumento que sirva de subsídio para uma próxima intervenção e complementações futuras, como também um registro das condições apresentadas nos dias atuais. Além disso, esta reunião dos dados já coletados de uma forma sistemática facilita a intervenção sobre o bem e evita que ações sejam refeitas desnecessariamente, onerando as obras.

Considerações finais

Através dessa pesquisa foi possível vivenciar práticas relacionadas à conservação e manutenção de bens culturais e a investigação científica para avaliação e elaboração de diagnóstico dos mecanismos de degradação identificados.

É importante salientar que por meio dessa experiência, ficou clara a relação de dependência entre essas duas atividades que deve ser mais bem assimilada pela Instituição. Não se deve intervir em um bem sem o conhecimento prévio do mesmo, assim como da problemática que se quer solucionar e, ao mesmo tempo, dada as múltiplas possibilidades e abrangência de uma pesquisa científica, esta deve estar aliada e limitada a um objetivo prático da intervenção proposta. O registro das ações empreendidas nos bens e das alterações ambientais onde os mesmos estão inseridos são fatores essenciais para manter a memória do objeto – e inserção das intervenções na história do monumento – e pode constituir-se, por exemplo, em fonte de descoberta das causas das deficiências

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 201

apresentadas. O entendimento das características do monumento – a forma com que ele se apresenta em nosso consciente – e a discussão dos conceitos a serem adotados nos serviços propostos e das propriedades dos materiais a serem aplicados, asseguram um resultado coerente em longo prazo e evita que se perca de vista o objetivo da conservação.

Contudo, a intervenção mais atenta a todas estas questões exige uma revisão na maneira com que a Instituição administra a manutenção e conservação de seus bens. As licitações deveriam conter também essas atividades de pesquisa e registro, que deveriam ser realizados em concomitância às ações práticas e até mesmo anteriormente, posteriormente ou periodicamente, e não apenas se referir aos serviços técnicos das obras.

Assim, um dos objetivos principais das propostas de trabalho durante a vigência da bolsa foi suprir essa demanda. Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos visam tornar-se instrumentos de auxílio para a discussão de intervenções futuras a serem empreendidas pela Instituição nos bens estudados, bem como nos demais trabalhos em que os mesmos possam contribuir. Além disso, durante esse ano de Especialização a oportunidade de assimilar uma série de conhecimentos teóricos e experiências práticas ao mesmo tempo foi altamente instigante e positivo, possibilitando o cruzamento das informações absorvidas nesses dois campos de aprendizagem.

Referências bibliográficas

Adams, Betina. *Preservação urbana: Gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Böhm, Christine Bläuer. Techniques and Tools for Conservation Investigations. In: *International Congress on Deterioration and Conservation of Stone*, 10th, Stockholm, 2004.

Borelli, Ernesto. *Salts – Laboratory Handbook*. Rome: ICCROM, 1999.

Brandi, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

Cabaça, Sónia Carvalho. *Humidade ascendente em paredes de edifícios antigos*. Construlink: 2002. Disponível em: http: // www.construlink.com / Homepage / 2003_Construlink Press / Ficheiros / MonografiasPrimeirasPaginas/mn_9_nov_2002_humidade6.pdf.

Cabral, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v.1: Notícia; v.2: Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

Charter of Cracow (2000). Disponível em: http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/3_leituras19.htm.

PEP06 - Dafne 10/1/07 3:35 PM Page 202

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DO DESENVOLVIMENTO. Manual de conservação preventiva para edificações. 1999. (Programa Monumenta).

HENRIQUES, Fernando M. A. Fenômenos da higroscopicidade devido à presença de sais solúveis. Disponível em: http://www.dec.fct.unl.pt/seccoes/smtc/pub3.pdf.

HENRIQUES, Fernando M. A.; RATO, Vasco Moreira. Avaliação do comportamento de argamassas face a fenômenos de higroscopicidade. 3º Encore, 2003.

KANAN, Maria Isabel; ALMEIDA, Robson Antônio de; MORAES, Diego Steffen; MUNARIM, Ulisses; LIMA, André Luis de; SANTOS, Roberto Marquetti dos. *Sobrado de São Miguel da Terra Firme – Guia de Manutenção*. Florianópolis: IPHAN/11ª SR, 2004.

LIMA, Maryangela Geimba de Lima; MORELLI, Fabiano; LENCIONI, Júlia Wippich. Discussão sobre os parâmetros ambientais de degradação do ambiente construído – Estudos relativos a materiais e sistemas para fachadas. In: *Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Argamassas*. 6º. Florianópolis, 23 a 25 de maio de 2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ZEHNDER, Konrad. Methodology for the Preventive Conservation of Sensitive Monuments: The Current Major Problem. In: *International Congress on Deterioration and Conservation of Stone*, 10th, Stockholm, 2004.

ZEHNDER, Konrad; ARNOLD, Andreas. *Crystal Growth in Salt Efflorescence*. Amsterdan: Journal of Crystal Growth, 1997.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 203

Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial

Fabíola Nogueira da Gama Cardoso



Resumo

Este trabalho é uma leitura sobre a condução da política de Registro de bens culturais de natureza imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Tendo como eixo de análise principal o equacionamento da relação entre diversidade cultural e identidade nacional, é feita uma reflexão sobre alguns aspectos da concepção e do exercício dessa nova política de patrimônio. Inicialmente é apresentada uma perspectiva histórica de como se construiu a noção de patrimônio e de como ela se transformou e ampliou ao longo do tempo até chegar à noção de patrimônio imaterial. Em seguida, é analisado o instituto do Registro e suas especificidades, para se perceber como ele é constituído e que tipos de critérios e argumentos estão sendo articulados para defini-lo como uma política pública de âmbito nacional.

Fabíola Nogueira da Gama Cardoso Antropóloga, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – Pep Iphan/Unesco na Gerência de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan, em Brasília, nos anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da técnica do Iphan, mestre em História Ana Cláudia Lima e Alves.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 204

Introdução

O conceito de patrimônio foi formulado em fins do século XVIII, tendo como pano de fundo a questão nacional. Até meados do século XX, os critérios que orientavam a seleção de bens para constituírem o patrimônio nacional baseavam-se nas categorias da história e da arte. Constituído apenas de bens materiais, o patrimônio relacionava-se à idéia de monumento enquanto grandeza e excepcionalidade, sendo selecionados, na Europa e especialmente na França, vestígios e obras de arte da Antigüidade clássica e edifícios religiosos e castelos da Idade Média. No Brasil foram selecionados exemplares da arquitetura colonial (SANT'ANNA, 2001). Na década de 1960, como resultado de uma nova concepção histórica e do desenvolvimento e da introdução da antropologia no campo da preservação, observou-se uma expansão tipológica no conceito de patrimônio, que passou a considerar outras formas de arte e construção – eruditas e populares, urbanas e rurais, edifícios públicos e privados etc. (SANT'ANNA, 2001).

Como observa a mesma autora, nesse processo de expansão, o patrimônio foi "acrescido de novas categorias que ultrapassam a materialidade dos bens e remetem a processos e práticas culturais de outra natureza" (SANT'ANNA, 2001, p. 152). Com base no conceito antropológico de cultura e remetendo às idéias de referência e dinâmica cultural, a noção de patrimônio imaterial é introduzida na prática de preservação, referindo-se

> [...] ao conjunto de manifestações que se expressam na forma de saberes, modos de fazer, celebrações, formas de expressão e de comunicação, enraizados no cotidiano das comunidades, vinculados ao seu território e às suas condições materiais de existência. No seu conjunto, dão sentido às noções de identidade cultural e de lugar (SANT'ANNA, 2001, p. 155).

Diante da suposta tendência em direção a uma homogeneização cultural, promovida, entre outros, pela indústria cultural e do entretenimento, pelo crescente processo de industrialização em série e pelo turismo de massa, cada vez mais a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade cultural. Com ênfase na diversidade cultural, e tendo como foco os processos e como os grupos sociais específicos, em diferentes contextos socioculturais, produzem, mantêm e valorizam os bens culturais, a salvaguarda do patrimônio imaterial tornou-se central em muitos países.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 205

No Brasil, as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial estão organizadas em três frentes: identificação, registro, e apoio e fomento. Diante da grandeza territorial do país e da riqueza de seu patrimônio, a formulação e implantação de uma política de identificação, registro, apoio e fomento que abarque a diversidade e tenha presença em todo território nacional, está orientada por diretrizes que buscam promover: i) o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país; ii) a descentralização das ações institucionais para regiões historicamente pouco atendidas pela ação estatal; iii) a ampliação do uso social dos bens culturais e a democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural; iv) a sustentabilidade das ações de preservação por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio; e v) a defesa de bens culturais em situação de risco e dos direitos relacionados às expressões reconhecidas como patrimônio cultural (Sant'Anna, 2005, p. 11).

Como se vê, se o conceito de patrimônio foi formulado em fins do século XVIII, tendo como pano de fundo a questão nacional, atualmente as nações deparam-se com o desafio de preservar a sua diversidade cultural. Como observa Stuart Hall (2005), as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna que, se uma vez foram representadas como centradas, coerentes e unificadas, estão sendo agora afetadas e descentradas pelos processos de globalização. De acordo com esse autor, a globalização produziu um efeito pluralizador sobre as identidades, possibilitando novas posições de identificação no seio do Estado nacional e fazendo emergir outras formas mais particularistas de identificação cultural. Como resistência à globalização Hall observa que, entre outras conseqüências possíveis, as identidades locais e as mais particularistas estão sendo reforçadas.

Assim, a seleção de certos bens para constituírem o patrimônio cultural nacional enfrenta o desafio de construir uma representação da nação que, ao mesmo tempo em que leve em consideração a diversidade cultural e a pluralidade de identidades, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional. Como observa Maria Cecília Londres Fonseca (2005), pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais de grupos sociais específicos e enquanto símbolos da nação, determinados bens passam a ser merecedores de ações de preservação por parte do poder público. Mas como é possível articular identidade nacional e diversidade cultural? Como é conduzida a apropriação da diversidade

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 206

de expressões culturais de grupos sociais específicos por uma prática de produção e preservação de um patrimônio nacional?

Tendo essas questões em mente, esse artigo propõe uma leitura sobre como tem sido conduzida a política de registro de bens culturais de natureza imaterial no IPHAN. Ao longo de cinco anos da criação dessa nova política, e a partir dos conhecimentos gerados com as experiências realizadas, a instituição tem se empenhado, especialmente, na avaliação constante e no aprimoramento da aplicação deste novo mecanismo de preservação. Tendo em vista que o registro constitui uma política pública em construção e que muito se discutiu e ainda se discute sobre o tema, este trabalho é resultado do meu envolvimento, como bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO, nas atividades da Gerência de Registro do (recém-criado) Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN.

O objetivo é refletir sobre alguns aspectos da concepção e do exercício dessa nova política de patrimônio, tendo como eixo de análise principal as implicações da atribuição da noção de valor nacional e sua imbricação com a noção de diversidade cultural. O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, procuro esboçar como se constituiu a noção de patrimônio, e, mais especificamente, a de patrimônio nacional, e como ela se transformou e ampliou ao longo do tempo até chegar à noção de patrimônio imaterial. Na segunda parte, apresento o instituto do Registro e suas especificidades. Na terceira parte, indico como a política de Registro está se constituindo e que tipos de critérios e argumentos estão sendo articulados para defini-la. A partir da descrição e análise de alguns processos de Registro, aponto, sobretudo, como é pronunciado o pertencimento à nação e/ou a outras unidades de identificação, como a região, a localidade, o grupo étnico etc.

Nação e patrimônio: breve perspectiva histórica

A constituição dos patrimônios nacionais é uma prática característica dos Estados modernos. Inserindo-se na gênese dos processos de construção da nação, a idéia de patrimônio data do final do século XVIII, quando se verificou um grande investimento na invenção de um passado nacional e imemorial (CHUVA, 1998). Como observa Alcida Rita Ramos (1993), embora a idéia de nação remeta a "algo unitário e até universal", o termo nação foi o instrumento semântico que permitiu que o Ocidente reconhecesse a legitimidade de ser diferente: "espera-se que cada nação seja diferente das outras em seu conteúdo

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 207

cultural". Também como diz Louis Dumont (1985, p. 124, citado por Ramos, 1993, p. 2), "fala-se de 'caracteres nacionais' e cada país alimenta estereótipos acerca dos países vizinhos".

Como argumenta Benedict Anderson (1991), as diferenças entre as nações residem nas formas diferenciadas pelas quais elas são imaginadas. Para esse autor, a nação seria uma "comunidade imaginada"[1] que resulta de um processo de autoconsciência de uma coletividade em um território delimitado. Entre os fatores que produzem essa autoconsciência estão rituais cívicos, linguagens, narrativas, símbolos, mitos, espaços, objetos e monumentos que remetem a uma memória coletiva e solidificam o sentimento de pertencimento de um povo que ocupa um território. Nesse sentido, certos objetos e bens, selecionados para compor o que veio, então, a ser denominado *patrimônio nacional*, viria objetivar, conferir realidade e também legitimar essa comunidade imaginada que é a nação (Fonseca, 2005).

No Brasil, a institucionalização da proteção do patrimônio nacional se deu em 1937, quando o Estado se mobilizou para iniciativas, em curso desde a década de 1920, que visavam à proteção de monumentos e obras de arte. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, hoje Iphan, foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Em 30 de novembro, sua ação de proteção foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 25, que instituiu o ato administrativo do *tombamento* (Chuva, 1998; Fonseca, 2005). Em seu artigo 1º, o Decreto-lei expressa que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

Fonseca (2005) analisou a trajetória da política federal de preservação no Brasil, a partir da análise das diferentes concepções de patrimônio cultural, dos processos de atribuição de valor e do estabelecimento de critérios de seleção de bens em dois momentos importantes: o momento fundador do Sphan, nos anos 1930/1940; e o momento renovador, nos anos 1970/1980, quando foram criados, em 1973 e 1975, respectivamente, o Programa Integrado de

1 Apresentada como comunidade porque a nação é concebida como um companheirismo horizontal, com uma pretensa homogeneidade, e imaginada porque seus membros nunca chegam a se conhecer mutuamente (Anderson, 1991).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 208

Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN – e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)[2].

No primeiro momento, conhecido como "fase heróica", o SPHAN voltou-se para a preservação de objetos de arte e do patrimônio edificado. Em relação ao processo de atribuição de valor, a orientação da instituição inseria-se na tradição européia de constituição dos patrimônios nacionais, que se dava a partir das categorias *história* e *arte*. Como Márcia Chuva assinala, à semelhança de outros países, as *coisas* patrimoniais restringiram-se a monumentos e peças de arte "cuja origem remontava a um tempo histórico determinado, que se pretendia sacralizar" (CHUVA, 1998, p. 42). Ao lado dos valores da história e da arte, estava a consideração do caráter excepcional do valor de um bem para a nação e para a identidade nacional, em oposição aos valores e padrões estrangeiros hegemônicos. Havia uma preocupação com a construção de uma cultura nacional autêntica. Assim, foi designado como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, a arquitetura tradicional luso-brasileira[3] do período colonial, considerada, na época, como sendo a "representante genuína das origens da nação" (CHUVA, 1998, p. 37).

As grandes transformações por que passou o país nas décadas de 1950 e 1960, como a industrialização, a crescente urbanização e a interiorização, estimulada, especialmente, pela construção de Brasília, levaram a política de preservação a recorrer a novas alternativas. A questão nacional passou a ser formulada a partir da articulação entre a questão cultural e a questão do desenvolvimento econômico. Conforme os estudos de Fonseca (2005), a partir da década de 1970, essa articulação se deu em duas direções: considerando os bens patrimoniais como

2 O CNRC não se originou do interior da burocracia estatal, como o PCH, mas foi fruto de conversas de um pequeno grupo de profissionais, oriundos de diversas áreas de atuação, que se reunia em Brasília. Seu funcionamento se deu, inicialmente, graças a um convênio firmado entre o governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério de Indústria e Comércio, por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial. Depois, foi firmado novo convênio, ao qual aderiram a Seplan, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Cnpq.

3 Foi a noção de civilização material, elaborada por Afonso Arinos de Mello Franco, que fundamentou a leitura dos monumentos e objetos, justificando os tombamentos da fase heróica. O conceito de civilização material possibilitava uma leitura dos bens "a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras" (FONSECA, 2005, p. 107). E desse ponto de vista, "Afonso Arinos considerava que a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena, que praticamente não haviam deixado vestígios materiais significativos" (FONSECA, 2005, p. 107).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 209

mercadorias com potencial turístico, levada a termo pelo PCH; e "buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado" (FONSECA, 2005, p. 142), levada a termo pelo CNRC. O objetivo da política de preservação não era mais simplesmente a eleição de símbolos da nação, mas a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatível com os diferentes contextos socioculturais brasileiros.

Com isso, no segundo momento, definido como "fase moderna", a noção de patrimônio se ampliou e novos conceitos foram introduzidos na prática de preservação no Brasil, como os de bem cultural e de referência cultural. Com base no conceito antropológico de cultura, uma maior variedade de épocas históricas[4] e de grupos formadores da nacionalidade brasileira[5] passaram a ser considerados na formação do patrimônio nacional, assim como as manifestações da cultura popular. Em meados da década de 1980, a questão central passou a ser a da relação entre cultura e cidadania e essa relação passou a constituir uma alternativa privilegiada para a elaboração de novas identidades coletivas. A difusão da democracia como valor levou à afirmação dos "direitos das identidades coletivas particulares, sobrepondo-se à idéia, dominante no século XIX e primeira metade do século XX, de uma identidade nacional" (FONSECA, 2005, p. 169).

Apesar da significativa ampliação da noção de patrimônio que ocorreu nas décadas de 1970/1980, a atuação na área de preservação continuou limitada. O tombamento de bens relativos a contextos diversificados, que não o da cultura luso-brasileira, continuou raro, e o tombamento de bens inseridos numa dinâmica de uso da cultura popular era considerado problemático pelos critérios de atribuição de valor histórico e artístico, de valor excepcional e de valor nacional ainda vigentes (FONSECA, 2005). Reconhecendo a consolidação de uma noção mais ampla e diversificada de patrimônio, a Constituição Federal de 1988 expressou, no artigo 216, que o agora denominado patrimônio cultural brasileiro é constituído por "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". A Constituição Federal es-

4 Até a década de 1960, observa-se um recuo histórico para o tombamento de bens, recuo que, em geral, se situava em meados do século XIX (FONSECA, 2005).

5 Foi apenas a partir da década de 1980 que o IPHAN passou a considerar como patrimônio nacional as expressões arquitetônicas e formas de ocupação do território nacional produzidas por imigrantes alemães e italianos no sul do país (CHUVA, 1998, p. 50). Data também desse período os tombamentos de bens representativos da presença negra (FONSECA, 2005).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 210

tabeleceu ainda a necessidade de se elaborar "outras formas de acautelamento e de preservação", além do tombamento.

Tendo em vista a necessidade de regulamentação desse preceito constitucional, em 1997, o IPHAN promoveu um seminário internacional[6] com o intuito de discutir estratégias e formas de proteção do chamado patrimônio imaterial. No ano seguinte, o Ministério da Cultura – MINC – instituiu uma comissão "com a finalidade de elaborar proposta visando ao estabelecimento de critérios, normas e formas de acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro" e criou um grupo de trabalho[7], composto por técnicos do IPHAN, da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE – e do MINC, para prestar assessoria à comissão (MINC/IPHAN, 2003, p. 18 e 59).

O registro de bens culturais de natureza imaterial

Instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro de bens culturais de natureza imaterial veio atender a uma demanda histórica pela ampliação da noção de patrimônio brasileiro. A criação desse novo mecanismo de preservação e valorização do patrimônio cultural resultou de um longo processo de reflexão sobre o reconhecimento da cultura tradicional e popular como objeto patrimonial que, embora presente no contexto de criação do próprio IPHAN[8] e na fase moderna de atuação da instituição, apenas ganhou amparo jurídico e administrativo com a publicação do referido decreto.

Devido à natureza específica do bem cultural imaterial – trata-se de expressões vivas e dinâmicas da cultura – Márcia Sant'Anna assinala que ele não pode ser submetido a formas usuais de preservação do patrimônio cultural, como a proteção e a conservação aplicadas a bens móveis e imóveis. Nesse sentido, o instituto do Registro não se caracteriza como um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, "mas como instrumento de reconhecimento e valorização" que, além do ato de outorga de um título, corres-

6 Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, realizado em Fortaleza, Ceará.

7 Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI).

8 No contexto de criação do SPHAN, um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, já assinalava que o patrimônio da nação compreendia outros bens além de monumentos e obras de arte. Em virtude das condições conceituais e técnicas existentes no momento, entretanto, esse anteprojeto foi preterido pelo texto proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que acabou por compor o Decreto-lei nº 25, então instituído.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 211

ponde "à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural" (Sant'Anna, 2003, p. 19). A salvaguarda do patrimônio imaterial é realizada por meio de identificação, registro etnográfico, reconhecimento, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Trata-se de (re)conhecer e documentar o passado e o presente de uma expressão cultural que é constante e permanentemente (re)produzida no cotidiano dos grupos sociais que a mantêm, de modo a identificar as formas mais adequadas de apoio à sua continuidade.

A tramitação do processo de registro foi organizada de maneira análoga ao processo de tombamento, mas com algumas especificidades. Diferentemente do tombamento, cuja abertura do processo pode ser solicitada por apenas um indivíduo, a prática do Registro tem como característica a base coletiva do pedido. O processo inicia-se com a solicitação formal do Registro de um bem cultural, encaminhada ao presidente do Iphan. Conforme prevê o artigo 2º do Decreto 3551/2000, são partes legítimas para provocar a instauração do processo: o Ministério da Cultura, instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, Secretarias de Estado, do Município e do Distrito Federal e sociedades ou associações civis.

Com base nas experiências acumuladas com o tombamento e tendo em vista a necessidade de tornar menos concentrada e mais participativa a processualística desse novo instrumento de preservação, os procedimentos administrativos relativos ao Registro trazem ainda uma novidade: a parceria na sua instrução. Como estabelece o artigo 3º do decreto citado, essa instrução será supervisionada pelo Iphan e poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, por unidades do Iphan ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria.

Inicialmente, os pedidos de registro eram encaminhados para o antigo Departamento de Identificação e Documentação – Did – e transformados em dossiês de estudo, abrindo-se os respectivos processos administrativos somente após o parecer conclusivo sobre o dossiê de instrução. Com a reestruturação do Iphan e a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial, em 2004, os pedidos de Registro passaram a constituir um processo administrativo desde a sua entrada no departamento e o fluxo da tramitação passou a se dar basicamente em três fases: 1) instauração do processo administrativo e análise preliminar do pedido; 2) instrução do processo para produção de conhecimento sobre o bem cultural e 3) elaboração de pareceres conclusivos quanto ao Registro.

O Decreto 3551/2000 estabelece que a organização do Registro se dá em quatro Livros de Registro:

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 212

> I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (DECRETO Nº 3551/2000).

Além desses quatro Livros, o Decreto prevê a abertura de novos Livros pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN.

Quanto aos critérios a partir dos quais os bens culturais são selecionados para inscrição, como Patrimônio Cultural do Brasil, o decreto é bastante genérico, estabelecendo apenas que a inscrição deve ter como referência "a continuidade histórica do bem e sua *relevância nacional* para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira" (grifo meu). Assim, a partir de uma análise de como uma prática de preservação de patrimônio que se quer nacional está se apropriando da diversidade cultural, e na tentativa de explicitar como estão sendo construídos, na prática, esses critérios de seleção, detenho-me a seguir sobre a descrição e análise de alguns casos específicos.

Diversidade cultural e identidade nacional: aspectos do registro de bens culturais de natureza imaterial

Passados sete anos da instituição do Decreto nº 3551/2000, foram abertos 32 processos de Registro, dos quais sete resultaram em inscrições de bens como Patrimônio Cultural do Brasil[9], quatro foram arquivados, três foram encaminhados para a área de inventário e dezoito acham-se em fase de estudo, seja em fase de análise preliminar do pedido de Registro, seja em fase de instrução técnica e produção de conhecimento sobre o bem cultural. Os pedidos são provenien-

9 São eles: 1) Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, de Vitória, Espírito Santo; 2) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, dos índios Wajãpi do Amapá; 3) Ofício das Baianas de Acarajé, de Salvador, Bahia; 4) Samba de Roda do Recôncavo Baiano; 5) Círio de Nossa Senhora de Nazaré, de Belém do Pará; 6) Modo de fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; 7) Jongo no Sudeste.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 213

tes, em sua maioria, de associações civis e outras organizações e instituições da sociedade, mas há também pedidos de registro oriundos tanto do IPHAN quanto de outros órgãos da administração pública, sejam eles municipais, estaduais e federais. Associações culturais, classistas, comunitárias, sindicatos, centros culturais, organizações indígenas, organizações ambientais, universidades, instituições eclesiásticas, prefeituras municipais, secretarias de cultura e o próprio IPHAN solicitam o Registro de bens como patrimônio cultural.

Além dos pedidos de Registro de bens que podem ser enquadrados nas quatro categorias estabelecidas no Decreto 3551/2000, a saber, celebrações (Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Festa do Glorioso São Benedito etc.), saberes (Modo de Fazer Viola-de-Cocho, Ofício das Baianas de Acarajé, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras etc.), formas de expressão (Samba de Roda, Samba Carioca, Jongo etc.) e lugares (Mercado Central de Belo Horizonte, Feira de São Joaquim, Estrada Real etc.), há uma demanda pelo reconhecimento de bens que, no entendimento do IPHAN, não se enquadram nas categorias acima, como é o caso do pedido de registro de uma enciclopédia virtual de artes visuais, de uma língua brasileira falada entre os imigrantes italianos no sul e sudeste do país e, mais recentemente, a demanda pelo reconhecimento de pratos e receitas da culinária brasileira.

No caso da enciclopédia, o IPHAN entende que se trata de um banco de dados e de um acervo documental que, apesar de importante para o conhecimento e a difusão da arte produzida no Brasil, não constitui uma forma de expressão tal como instituída pelo decreto (Parecer EMI nº 002/2001). No caso da língua, como será visto mais adiante, o IPHAN entende que, entre outras razões, um livro para a inscrição das formas de expressão destina-se não a línguas em si, mas a linguagens. E no caso de pratos e receitas da culinária brasileira, o IPHAN entende que seja possível o reconhecimento não de receitas, mas de saberes, fazeres e práticas coletivas relacionados ao sistema culinário.

Nesse contexto tão diversificado é relevante que se perceba a posição da instituição ao lidar com certas propostas. O objetivo de dar visibilidade às múltiplas referências da diversidade cultural brasileira e a determinação de que o registro deve ter como referência "a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira" trouxe à tona novos desafios (e velhos problemas) nas tomadas de decisão quanto ao que registrar. Nos processos aqui analisados, é possível perceber a dificuldade da instituição em relação a alguns aspectos dessas questões.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 214

Tais dificuldades vão desde a identificação e delimitação do que se entende por um "objeto de registro" até o preconceito presente no próprio campo da preservação cultural em relação a bens provenientes de contextos mais recentes (como os ligados à industrialização e à cultura de massa)[10], entre outras.

Festival Folclórico de Parintins dos Bois-bumbás Garantido e Caprichoso

Tendo em vista que a brincadeira do boi é reconhecida como uma das manifestações culturais mais tradicionais e expressivas do país, o caso do pedido de registro do Festival Folclórico de Parintins – ao lado de algumas questões levantadas pela aplicação do INRC do complexo cultural do boi no Maranhão pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, CNFCP – torna-se um caso primoroso para a discussão feita neste artigo.

Como Cássia FRADE (1980) assinala, o boi é um animal intimamente identificado com o folclore brasileiro e em torno do qual encontram-se lendas, narrativas heróicas, cultos e danças. Como um auto teatralizado, ele surgiu no Brasil no período colonial e atravessou o tempo ao sabor das influências locais, sendo encontrado hoje, com inúmeras variantes, em todos os cantos do país. No Pará, por exemplo, há o boi-bumbá; em Santa Catarina, o boi-de-mamão ou de pano; no Rio Grande do Sul, o boizinho; no Espírito Santo, o reis-de-bois; no Rio de Janeiro, o boi-pintadinho. No Nordeste, o boi estende-se em uma larga área com denominações diversas: boi-calemba, boi-calumba ou reis-de-boi, no Rio Grande do Norte; boi-surubi, no Ceará; cavalo-marinho, na Paraíba; boi-de-junho e boi-de-dezembro, no Piauí; e bumba-meu-boi, no Maranhão, onde, para a autora, a brincadeira alcança expressão e representatividade ímpar.

No Maranhão, o bumba-meu-boi é a maior e uma das mais importantes comemorações do calendário de festas populares. Envolve milhares de pessoas ao longo de seu ciclo festivo, que acontece durante quase todo o ano, mas tem seu ápice no período junino, por ocasião das festas de São João, São Pedro e São Marçal (CARVALHO; PACHECO, 2004). O inventário realizado pelo CNFCP sobre o complexo do boi no Maranhão revelou tratar-se de um universo extremamente vasto e complexo, que envolve todo um repertório de práticas relacionadas

10 Esse preconceito está relacionado a uma visão normativa da noção de tradição, em oposição à noção de modernidade. A noção de patrimônio cultural parece operar dentro da dicotomia tradição X modernidade, que coloca o problema da identidade cultural em termos da procura de "raízes" e toma o primeiro termo dessa dicotomia como positivo e o segundo como negativo.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 215

ao lazer, trabalho, festas, compromissos, artes, ritos, mitos, *performances*, crenças e devoção.

Pensado inicialmente para instruir uma proposta de registro desta manifestação cultural, o Inventário do Complexo do Boi no Maranhão suscitou uma intensa reflexão em torno da definição do bem cultural "bumba-meu-boi do Maranhão" como objeto de Registro. Diante da complexidade e da diversidade de expressões da brincadeira no estado – que teve mais de 36 bois inventariados e mais de duzentos grupos de boi identificados só na capital maranhense – e tendo em vista a preocupação de respeitar a integridade de cada situação específica do boi no Maranhão, optou-se, ao término da pesquisa, pela possibilidade de indicar o Registro não do bumba-meu-boi em si, tão diverso e plural, mas de, pelo menos, um bem representativo do universo de bens correlacionados, que englobam lugares, edificações e complexos musicais, coreográficos, dramáticos, artesanais (Vianna, 2004)[11].

No caso dos bois-bumbás de Parintins, o pedido de Registro foi encaminhado em 3 de julho de 2002 pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto do governo do estado do Amazonas – Sec-AM. Foram enviadas, juntamente com a solicitação do Registro, as declarações de anuência dos grupos envolvidos, a Associação Folclórica Boi-bumbá Garantido e a Associação Folclórica Boi-bumbá Caprichoso.

O pedido de Registro enumera algumas motivações para o reconhecimento do Festival Folclórico de Parintins como patrimônio cultural brasileiro, como: a) a promoção da cultura, do turismo e do desenvolvimento econômico de Parintins e do estado do Amazonas e a projeção cultural do estado no cenário nacional e internacional; b) a representatividade cultural, social e econômica da manifestação cultural em questão; c) a representatividade emocional e mítica do evento, considerado "uma mistura do sagrado e do profano, cuja dualidade soma-se às crenças indígenas reproduzidas pelo imaginário do caboclo, habitante da Região" (p. 2) e finalmente; d) a preocupação do estado em "manter e proteger esse patrimônio na integridade de seu gênero e na continuação das tradições desse povo" (p. 2).

Como se pode depreender do pedido de registro em análise, a SEC-AM aponta a relevância (representatividade cultural, econômica e social) do evento como o valor que justificaria a sua distinção como Patrimônio Cultural do Brasil. A essa justificativa, adiciona ainda outro argumento: a promoção do tu-

11 Essa indicação, porém, ainda não foi definida.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 216

rismo e a projeção do desenvolvimento econômico de Parintins no cenário nacional e internacional. Esses argumentos, enfatizados numericamente, atestam a vitalidade da manifestação cultural em questão.

Como pude constatar por meio de análise da documentação do processo, em Parintins, a brincadeira se dá principalmente por meio da apresentação (e competição) de dois grupos rivais no Festival Folclórico dos Bois-bumbás Garantido e Caprichoso, que é considerado por uma revista da região o "maior Festival Folclórico do país" (FRITSCH; FRITSCH, 2002, p. 3). O Festival acontece todos os anos, nas noites de 28, 29 e 30 de junho, mas os preparativos começam em janeiro e as manifestações culturais em torno da brincadeira estendem-se até meados de julho, quando acontece a romaria de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade de Parintins (CAVALCANTI, 2000).

A brincadeira do boi surgiu na cidade na segunda década do século XX. A cultura do boi teria sido introduzida na Amazônia pelos nordestinos que, no início daquele século, fugiram da seca e da miséria e desembarcaram nas cidades ribeirinhas em busca de melhores condições de vida por meio da extração da seringa. Paulo José Cunha, jornalista e estudioso do folclore, explica que, nesse movimento,

> O boi nordestino entrou em contato com a riqueza da cultura indígena, miscigenou-se, adaptou-se, enriqueceu-se com a arte plumária e transformou-se em Boi-bumbá [...] Do nordestino, herdou a religiosidade: é uma festa junina sim senhor!, com devoção extremada a São João, São José e Santo Antônio, acompanhados dos santos venerados pelos parintinenses – São Benedito, o santo pretinho da Ilha, e N. Sra. do Carmo, a padroeira do lugar [...]. Dos caboclos ribeirinhos, filhos da mistura do branco com o índio, a festa ganhou a generosidade das cores, enriqueceu-se com as lendas, incorporou os mitos, aprendeu a ensinar como é possível viver em comunhão com a mãe-natureza; resolveu contar a história dos colonizadores europeus que invadiram as matas e dizimaram aldeias, erguendo fortificações e enfrentando a bravura dos heróis da terra. (CUNHA, 2000, p. 47-48)

Quanto à origem dos dois principais bois locais, Basílio Tenório, pesquisador do Boi Garantido, conta que esse boi teria sido criado em 1913 por Lindolfo Monteverde, descendente de negros, em razão de uma promessa feita a São José para que o curasse da malária (TENÓRIO, 2001). Já o Boi Caprichoso, teria surgido no ano seguinte de uma promessa de trabalho dos irmãos Roque

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 217

e Antônio Cid, naturais da cidade de Crato, Ceará. De acordo com estudos da pesquisadora Odinéa Andrade, que também participa ativamente do festival, nesta época, os bois brincavam em terreiros e saíam às ruas para brincar nas casas onde eram recebidos. Quando se encontravam, os bois rivais confrontavam-se com desafios que incitavam a cidade a um confronto marcado por brigas, prisões e até queima dos bois (Andrade, 2001).

Em sua forma atual, o bumbá de Parintins é um espetáculo de massas organizado em torno da disputa entre os bois rivais nesse campeonato anual que é o festival e conta com a participação de mais de sete mil brincantes. Na *performance*, a trama baseada na morte e ressurreição do boi incorporou personagens característicos da Amazônia. Como consta na análise da evolução histórica e antropológica do festival feita pela antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2000), essa abertura temática deu-se na década de 1970 por causa de uma "queda" no auto do boi, proporcionada pela falta de interesse da população na brincadeira. Em seu lugar, foi inserida "a cultura amazonense: lendas, mitos e tradições regionais" (Cavalcanti, 2000, p. 27).

Criado por um grupo de pessoas ligadas à Juventude Alegre Católica (Jac) em 1965, para impedir o desaparecimento da brincadeira na cidade, o festival logo se tornou um sucesso e os bois, que antes da organização da brincadeira nessa grande festa eram estigmatizados, foram se tornando um importante foco de prestígio e de forte sentimento de identificação. No começo da década de 1980, os bois tornaram-se uma organização, que além do cuidado com o aspecto artístico do espetáculo, são responsáveis pela produção e comercialização do festival. Ao longo da década de 1980, o festival foi ganhando força e, no final dessa década, tornou-se atraente para o investimento estadual. Além desta fonte, a renda para a realização do festival provém de leis federais de incentivo à cultura, do patrocínio da Coca-Cola, da venda do direito de arena a empresas televisivas, da venda de ingressos, de CDs oficiais do evento e dos ensaios que acontecem, especialmente, em Manaus (Cavalcanti, 2000).

Na visão de Cavalcanti, o bumbá de Parintins corresponde a um processo ritual amplo que articula diferentes níveis e dimensões de cultura e acompanha no tempo o movimento da sociedade que o promove, conjugando temas tradicionais e abordagens modernizantes:

> *Emerge como um moderno movimento nativista que elegeu imagens indígenas como metáforas para a afirmação de uma identidade regional cabocla.* Um po-

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 218

> deroso processo ritual, por meio do qual a pequena cidade, e com ela a Região Norte, como que aspira (e tem conseguido com razoável sucesso) comunicar-se com o país e com o mundo (CAVALCANTI, 2000, p. 35. Grifos meus).

Nesse contexto, considerado por alguns como uma manifestação hipertrofiada que já teria perdido seu caráter tradicional e, por outros, como uma manifestação popular que congrega o tradicional e o moderno de forma enriquecedora, o Festival de Parintins tem encontrado muitas dificuldades para ser avaliado como um bem cultural passível de registro. Sem um consenso acerca da pertinência da proposta, o IPHAN retomou o trâmite processual apenas em agosto de 2004, quando foi realizada uma reunião em Brasília, com a participação de uma representante da SEC-AM, representantes do DPI-IPHAN, e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular-IPHAN, responsável pelo Inventário de Referências Culturais do Complexo do Boi no Maranhão.

Na ocasião, chegou-se à conclusão de que o melhor encaminhamento a ser dado à proposta seria a realização de um inventário prévio para que se identificasse o "real" objeto de Registro, pois o festival em si seria apenas um dos eventos que concretizam as manifestações em torno da brincadeira do boi. Conforme se esclareceu, "o conhecimento de expressões dessa natureza implica uma investigação profunda, que vai muito além dos eventos que as concretizam e que demanda toda uma abordagem relacionada ao contexto socioeconômico e cultural que produz esses eventos, bem como ao complexo de bens culturais que está relacionado a eles" (Ofício nº 043/04/GAB/DPI/IPHAN).

Sobre esse encaminhamento cabem algumas observações. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, mais que o reconhecimento público e a valorização por parte do Estado, o Registro significa a produção de conhecimento sobre um bem cultural. Essa produção de conhecimento prevê uma pesquisa detalhada que pode ser realizada por meio da metodologia desenvolvida pelo IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC –, ou por meio de outra metodologia igualmente adequada, como a etnografia. Nesse sentido, a pesquisa envolve exatamente a abordagem sugerida e a sua realização corresponde a uma etapa fundamental e imprescindível do processo de Registro.

Em relação à identificação e à delimitação do objeto de Registro, é importante se notar que a realidade é complexa e abarcá-la envolve sempre um difícil e problemático exercício de categorização e classificação. Nessa perspectiva, é possível considerar para o registro tanto o evento mais específico, o Festival de

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 219

Parintins, como a brincadeira do boi em Parintins, mais ampla. De uma maneira ou de outra, o registro abordaria, por meio da produção de conhecimento sobre o objeto do registro, o festival ou a brincadeira de boi, o contexto mais amplo no qual estão inseridos. Não se pode investigar o festival sem se remeter àquilo que ele expressa, a brincadeira do boi e às demais manifestações que a eles estão vinculadas; e não se pode investigar a brincadeira de boi sem se remeter ao complexo de manifestações que está a ela relacionado, entre estes, o festival. Tanto o festival em si, quanto a brincadeira de boi que ele concretiza seriam, nesse sentido, passíveis de registro. Trata-se, em todo caso, de apreender a maneira de brincar de boi. A questão é saber que recorte se pretende dar à pesquisa e, mais do que isso, se o registro da maneira de brincar de boi em Parintins ou no estado do Amazonas impede o registro de outra – no Maranhão, em Santa Catarina, no Espírito Santo, no Ceará etc. Qual, ou quais, selecionar para representar a identidade nacional? Como equacionar a relação entre diversidade cultural e identidade nacional nesse caso?

Jongo do Sudeste e Modo de Fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Foi o CNFCP que solicitou o registro do Jongo do Sudeste e do Modo de Fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul como Patrimônio Cultural do Brasil. Essas solicitações representam casos relevantes para a presente discussão. O primeiro caso, porque traz à tona uma dimensão significativa do processo de ampliação e democratização da noção de patrimônio cultural brasileiro, a saber, a necessidade de se reconhecer e valorizar bens culturais relacionados aos afro-descendentes. A importância do segundo caso se deve, sobretudo, a um aspecto importante que o Registro da Viola-de-Cocho revelou, relacionado aos efeitos ocasionados pela concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil a um bem cultural que remete justamente a refletir sobre alguns dos contornos do problema da relação entre diversidade cultural e identidade nacional.

O CNFCP, instituição pública federal que atua na área de políticas públicas de salvaguarda das culturas populares, foi criado em 1958 com o nome de Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada à FUNARTE, e foi incorporado ao IPHAN em 2003. Com a publicação do Decreto 3551/2000, o CNFCP incorporou às suas linhas de ação o projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, com o intuito de testar e produzir conhecimento sobre o alcance, as possibilidades e a eficácia do Decreto (VIANNA, 2004).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 220

O projeto foi estruturado a partir de linhas de ação e pesquisa que fossem capazes de "equacionar a pluralidade cultural e a unidade nacional" (VIANNA, 2004, p. 16). A partir da hipótese central de que "a cultura brasileira é potencialmente inclusiva e plural" (CNFCP, 2004), procura-se o elementar que perpassa a diversidade de tradições. Isso porque, na concepção do CNFCP, "é a partir do elementar ou básico que se manifestam as interações sociais, o exercício de criatividade e de *sínteses culturais originais e emblemáticas de identidades e experiências específicas*" (CNFCP, 2004; grifos meus). Nesse sentido, "escolheram-se elementos culturais que fossem comuns, mas que assumissem especificidades em sistemas culturais diferentes" (VIANNA, 2004, p. 16) a partir das seguintes linhas de pesquisa: diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi, da qual resultou o INRC do complexo do boi no Maranhão; diferentes modos de fazer relacionados ao artesanato em barro; diferentes modos de fazer relacionados ao sistema culinário, a partir dos elementos farinha de mandioca e feijão, da qual resultou o inventário e o registro do ofício das baianas de acarajé, de Salvador (BA); e, finalmente, diferentes formas de expressão e modos de fazer relacionados à musicalidade das violas e percussões, da qual resultaram os inventários e os registros do jongo e da Viola-de-Cocho[12].

O caso do Jongo

Em memorando de 11 de maio de 2004, o CNFCP encaminhou o pedido de registro do Jongo do Sudeste, formulado em carta pelo Grupo Cultural Jongo da Serrinha, entidade da sociedade civil da cidade do Rio de Janeiro (RJ), e pela Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José da Serra, do município de Valença (RJ). Juntamente com o pedido, foram encaminhados numerosos abaixo-assinados de membros de grupos praticantes de jongo de diversas localidades e municípios da região Sudeste do Brasil, a saber: Morro do Cruzeiro, do município de Miracema (RJ); município de Pinheiral (RJ); Bracuí, Mambucada e Morro do Carmo, no município de Angra dos Reis (RJ); municípios de Barra do Piraí e Santo Antônio de Pádua, ambos no estado do Rio de Janeiro; municípios de Capivari, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Piquete, Piracicaba, São Luís do Paraitinga e Tietê, em São Paulo; São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo; e Belo Horizonte (MG).

12 Além de fazer parte da aplicação da metodologia do INRC no âmbito do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, a documentação apresentada no dossiê de registro da Viola-de-Cocho foi baseada em outros levantamentos e estudos realizados pelo CNFCP em 1978 e 1981.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 221

De acordo com as informações sistematizadas pelo inventário que instrui o processo de Registro e que fundamenta o pedido, o jongo, também conhecido pelos nomes de tambu, tambor e caxambu, é uma forma de expressão afro-brasileira que integra canto, dança coletiva, percussão de tambores e práticas de magia. Praticado nos quintais de periferias urbanas e de comunidades rurais do sudeste brasileiro, acontece em festas de santos católicos e de divindades afro-brasileiras, como nas festas juninas, na Festa do Divino Espírito Santo e nas comemorações do 13 de maio, dia da abolição da escravatura.

O jongo formou-se, basicamente, a partir da herança cultural dos negros de língua banto, habitantes do vasto território do antigo reino do Congo, trazidos para o Brasil para trabalhar como escravos nas fazendas de café e de cana-de-açúcar do vale do Paraíba. Esses escravos desenvolveram uma forma própria de comunicação, caracterizada por canto baseado em provérbios, imagens metafóricas e mensagens cifradas, permitindo que eles se comunicassem sem que os capatazes e os senhores os compreendessem. Faziam, assim, a crônica do cotidiano e reverenciavam os antepassados. Atrelado sempre a uma dimensão marginal, em que os negros falam de si e de sua comunidade por meio da crônica e da linguagem cifrada, denominada *ponto*[13], "o jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e *afirmação de identidades*" (Cnfcp, 2005a. Grifos meus).

Entre as particularidades que singularizam o jongo em meio às demais danças afro-brasileiras, está a magia verbo-musical dos pontos. Elizabeth Travassos (2004) observa que "por meio de versos metafóricos, cuja chave secreta é conhecida por poucos, os jongueiros rivalizam uns com os outros e exibem a força de seus cantos. Nada disso ocorre nos cocos ou no samba-de-roda" (2004, p. 56). Essas particularidades "que configuram a posse de um saber restrito, quase secreto" (Cnfcp, 2005b) e sua importância como referência cultural para diversas comunidades no Sudeste justificaram a escolha pela candidatura do jongo e sua circunscrição àquela região (Cnfcp, 2005a).

Considerado ainda hoje "um espaço de circulação e renovação de crenças e valores de parte da população afro-brasileira" (Cnfcp, 2005b), o jongo, no entanto, está ameaçado "pelo esfacelamento das comunidades onde viviam os

13 Ponto é a forma poética e musical expressa nos versos cantados pelos jongueiros. É forma sintética, palavra cantada, como muitas das formas artísticas africanas. "Configura um conhecimento restrito, secreto, guardado pelos jongueiros mais velhos – que só ensinam aos jovens já iniciados.[...] Vem da África a idéia de que nos pontos a palavra proferida com intenção marcada pelos tambores acorda as forças do mundo espiritual, fazendo com que coisas mágicas aconteçam" (Cnfcp, 2005a).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 222

jongueiros e pelo desafio da transformação em espetáculo" (CNFCP, 2005b, ibidem). Como a equipe do CNFCP argumenta,

> Nesse sentido, o Registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do Estado da importância desta forma de expressão para a conformação da *multifacetada identidade brasileira*. Este Registro chama a atenção para *necessidade de políticas públicas que promovam a eqüidade econômica articulada com a pluralidade cultural*; *políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania*. E condições de autodeterminação para que as comunidades jongueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões (CNFCP, 2005a. Grifos meus).

Conforme parecer conclusivo e favorável do DPI que encaminhou o processo ao Conselho Consultivo do IPHAN, que ratificou esse parecer, aprovando a distinção do jongo como Patrimônio Cultural do Brasil:

> Por sua representatividade enquanto ícone da resistência afro-brasileira na região sudeste; Por representar referência cultural remanescente do legado dos povos africanos de língua banto escravizados no Brasil; *Por se tratar de comunidades que passam por dificuldades socioeconômicas básicas e com dificuldades de interlocução com o poder público*, e por tudo o mais demonstrado no processo ora analisado, somos de parecer favorável à inscrição do Jongo no Livro de Registro das Formas de Expressão (Grifos meus).

Como se depreende do parecer do DPI, o registro do jongo evidencia, entre outras, as contradições socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira, reforçando a necessidade de reconhecimento, por parte do poder público, da contribuição de grupos sociais que foram relegados ao longo da história. Nesse contexto, interessa destacar que além das exigências e orientações estabelecidas no Decreto 3551/2000, o IPHAN definiu critérios para a prioridade das propostas de Registro, entre os quais estão: tratar-se de bens culturais relacionados a grupos indígenas, afro-descendentes e a populações tradicionais; e tratar-se de proposta que amplie o uso social de bens culturais e promova o desenvolvimento social e econômico de grupos e comunidades envolvidos.

Como uma forma de expressão afro-brasileira, por meio da qual os negros falam de si e de sua comunidade, pode-se dizer que o jongo insere-se no con-

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 223

texto de emergência das minorias étnicas e do movimento negro brasileiro. Como observa Hall (2005), a emergência dessas minorias no interior dos Estados-nações leva a uma pluralização de culturas e identidades nacionais, fazendo com que sejam construídas narrativas que, ao mesmo tempo em que enfatizam a particularidade e a diferenciação, negociam o espaço da diferença com o nacional. Nesse contexto, o jongo, como bem expressa a instrução do registro, constitui-se numa "forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e *afirmação de identidades*".

Em resposta às experiências de racismo e exclusão e em sua negociação com o nacional, a identidade afro-brasileira retoma as origens e heranças relativas à África e à sua inserção particular no contexto sociohistórico brasileiro para, assim, se posicionar no interior do Estado nacional. Contestando os contornos de uma identidade nacional unificada, define-se e se posiciona no interior desse Estado, expondo esses contornos a pressões da diferença e da diversidade cultural. Nesse movimento, o Jongo do Sudeste é reconhecido e valorizado no seio de um Estado nacional, então, "descentrado" e plural.

O caso do Modo de Fazer Viola-de-Cocho

A abertura do inventário e a solicitação de registro do Modo de Fazer Viola-de-Cocho foram motivadas, por um lado, pelo chamado, vindo de Corumbá e Ladário (MS), "alertando para o risco de desaparecimento da viola naquela comunidade, tendo em vista a idade avançada dos únicos detentores dos saberes a ela relativos" (Vianna, 2004). Por outro lado, também foram motivadas pelo fato recentemente ocorrido em Cuiabá (MT), em que um indivíduo tentou registrar a marca "Viola-de-Cocho", junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – Inpi. Em memorando de 16 de agosto de 2004, o Cnfcp encaminhou, então, a demanda pelo Registro, formulada em abaixo-assinados de interessados e comunidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especialmente, de artesãos e instrumentistas. A solicitação foi feita também por representantes de grupos de cururu e siriri dos municípios de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul; e de Jangadas, Diamantino, Nobres, Cuiabá, Livramento, Poconé e Rosário d'Oeste, no Mato Grosso.

De acordo com as informações sistematizadas pelo inventário que instrui o processo de Registro e que fundamenta o pedido, a Viola-de-Cocho é um instrumento musical especial em relação à sua forma e sonoridade, sendo encontrado na região centro-sul do país, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 224

do Sul. "Quem fala em Viola-de-Cocho diz Mato Grosso, *pois este instrumento não é conhecido fora das fronteiras do estado e de alguns locais do Mato Grosso do Sul, como Corumbá*" (CNFCP, 2004a. Grifo meu). Seu nome vem da técnica de escavação da caixa de ressonância da viola: feita em uma tora de madeira inteiriça – mesma técnica usada na fabricação de cochos[14]. Utilizada por músicos das camadas populares em suas festas, especialmente naquelas em devoção aos santos católicos, e em divertimentos tradicionais, integra o complexo musical, coreográfico e poético do cururu[15] e do siriri[16].

Diferentemente de outros instrumentos musicais de uso popular, como o violão, o cavaquinho e, mesmo, a viola caipira, que são confeccionados tanto por artesãos tradicionais quanto por indústrias, a Viola-de-Cocho não faz parte da linha de produtos de nenhuma fábrica. Sua técnica de confecção é artesanal: "É sempre obra de artesãos mato-grossenses" e "nenhuma viola é igual à outra" (CNFCP, 2004a.). Em tese, todo artesão de viola deve ser cururueiro, mas nem todo cururueiro é artesão de seus instrumentos. Quem não sabe fazer, compra de um mestre, que produz violas para si e para atender à demanda de um pequeno mercado local, constituído por cururueiros e mestres de dança do siriri.

Como ressalta um dos textos que integra a instrução do processo:

> A Viola-de-Cocho se encontra em processo de transformação e observa-se que a preservação desse bem está diretamente relacionada à *transmissão permanente da tradição musical*: ao estímulo às novas gerações de apreender e apreciar *musicalidades diversas e alternativas àquelas veiculadas pela indústria do entretenimento*. Além disso, relaciona-se à *transmissão permanente da tradição artesanal* que implica desenvolvimento continuado de planos de manejo sustentável das espécies vegetais que servem de matéria-prima e a

14 Recipiente no qual é depositado o alimento para o gado.

15 "O cururu é uma 'brincadeira', realizada apenas por homens. Os cururueiros cantam, dançam em roda e fazem trovas como desafio. São usados dois instrumentos: a Viola-de-Cocho e o ganzá. [...] Nas rodas de cururu informal, com vários participantes, sempre há o desafio e as letras são metafóricas, com duplo sentido. Nas rodas de devoção ao santo e nas apresentações oficiais não há desafio e improviso e as letras são mais respeitosas. Nas festas religiosas, o teor dos versos indica cada etapa do ritual. Assim, há verso para saudar o dono da casa, para louvar o santo, para reunir a procissão, para beijar a bandeira, para erguer o mastro e assim por diante (CNFCP, 2004).

16 O siriri é uma dança de pares (em geral casais) e estilo musical no qual são utilizados três instrumentos típicos da região de MT e MS: Viola-de-Cocho, ganzá (reco-reco) e tamborim (espécie de tambor percutido com baquetas). [...] Os textos cantados no siriri são curtos e leves, pois não exigem o conhecimento religioso do cururu, os temas falam de pássaros, outros animais e sobre a mulher" (Siriri, em: CNFCP, 2004).

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 225

> substituição de outras matérias-primas, tendo em vista a preservação do patrimônio ambiental da região (CNFCP, 2004b. Grifos meus).

O parecer conclusivo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, que recomendou a inscrição do bem no Livro de Registro dos Saberes "com a devida menção ao complexo musical, coreográfico e poético do cururu e do siriri", assinala que a "Viola-de-Cocho é uma expressão única do fazer popular", não encontrando similares em termos de *design* e sonoridade. Entre as razões que justificam a inscrição do seu "modo de fazer", o parecer destaca:

> [...] – saber enraizado em práticas e vivências culturais coletivas de transmissão oral e informal; – referência cultural importante para grupos formadores da sociedade brasileira, incorporando contribuições de diversas etnias, como tradição que se reitera e atualiza.

Como se depreende da instrução do processo e do parecer conclusivo quanto ao registro, a narrativa de um bem cultural com qualidades de um patrimônio nacional, (um bem considerado, portanto, como sendo passível de registro) estrutura-se em torno da ênfase no saber artesanal tradicional (em contraposição a uma produção industrial) e na sua relação com "musicalidades diversas e alternativas àquelas veiculadas pela indústria do entretenimento". Percebe-se também, que na argumentação construída para justificar o registro, está presente a noção de perda, analisada por Gonçalves (1996). Nesse sentido, deve-se assinalar que entre os critérios que norteiam as prioridades institucionais para o registro de bens culturais de natureza imaterial está: tratar-se de bem cultural em situação de fragilidade ou perigo potencial.

Como elemento de identidade e pertencimento à realidade específica do sistema socioeconômico e cultural do pantanal mato-grossense, que, atualmente, apresenta-se em dois estados da federação – no Mato Grosso e, por desmembramento deste, no Mato Grosso do Sul –, a Viola-de-Cocho foi tombada pela legislação estadual, como patrimônio cultural, em cada um desses estados. No entanto, o Registro desse bem em nível federal ocasionou a concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Modo de Fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, resultando em uma disputa simbólica e política pela exclusividade do reconhecimento. A Associação Folclórica de Mato Grosso – AFOMT – e a Secretaria de Estado da Cultura de Mato Grosso – SEC/MT

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 226

– encaminharam ao presidente do IPHAN um pedido de revisão do registro, no sentido da exclusão do estado do Mato Grosso do Sul da titularidade concedida.

Conforme assinalado em parecer sobre o assunto,

> Se os estudos realizados no âmbito do processo de Registro de determinado bem cultural fazem referência à sua abrangência territorial, *a outorga do título de Patrimônio Cultural do Brasil, por sua vez, não o limita obrigatoriamente a um determinado contexto político-geográfico*. [...] Por se referir a bens de natureza imaterial em sua dinâmica, 'vivos' portanto, *o Registro não pretende sua 'cristalização' no tempo ou no espaço*: pelo contrário, aceita e incorpora transformações e atualizações que venham ocorrendo, sejam elas de forma e/ou de conteúdo. No processo de Registro se reconhece, destaca, descreve, referencia e, finalmente, *se titula determinado bem cultural como patrimônio cultural de todos os brasileiros. Não é um procedimento de caráter excludente, pelo contrário, é inclusivo na medida em que favorece a que outros brasileiros nele se reconheçam e com ele se identifiquem* (Grifos meus).

O episódio gerou uma discussão no âmbito do Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI e nesse primeiro momento foi levantada a possibilidade de se fazer menção não à localidade da expressão cultural propriamente dita, mas da pesquisa que instrui as propostas de Registro. Assim, no caso do Modo de Fazer Viola-de-Cocho, a titulação deveria nomear como Patrimônio Cultural do Brasil não o Modo de Fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas simplesmente o Modo de Fazer Viola-de-Cocho, acrescentando devidamente a informação: "com base em pesquisa realizada no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul".

A questão é complexa e revela os contornos do problema da relação que o Estado estabelece com o patrimônio cultural, analisada por García Canclini (1994). De acordo com este autor, o patrimônio, como espaço de disputa simbólica, política e econômica, está atravessado pela ação de três tipos de agentes – Estado, setor privado e sociedade –, que têm com o patrimônio uma relação ambivalente. No caso do Estado, essa ambivalência se expressa pelo fato dele valorizar esse patrimônio como elemento integrador da nacionalidade e, dessa forma, realizar a conversão dessas realidades locais em abstrações político-culturais, em símbolos de uma identidade nacional em que se diluem as particularidades e os conflitos. E, como símbolo da nacionalidade, esse patrimônio passa a identificar

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 227

"todos os brasileiros" que, a despeito de não se conhecerem, sentem-se como pertencentes a essa comunidade imaginada que é a nação brasileira.

Língua talian

O pedido de Registro da língua talian foi encaminhado ao IPHAN em 19 de março de 2001 pela Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio Talian do Brasil – ASSAPRORATABRAS, do município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul. De acordo com as informações que justificam o pedido, o talian é considerado uma "verdadeira língua, com estrutura gramatical própria e regras de ortografia e sintaxe", formada pela união do falar dos diversos dialetos dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o Brasil. Apresentando argumentos de vitalidade e permanência do talian, o pedido assinala ainda que: i) depois do Português, essa língua "tornou-se o idioma mais falado e escrito" no Brasil, especialmente na região Sul; ii) "a literatura do talian inclui acervo didático e cultural de expressiva e inequívoca relevância"; iii) "o talian foi a língua mais utilizada e falada pelos primeiros imigrantes e ainda hoje se mantém viva, de modo especial na região Sul, muito particularmente, em Erechim, Serafina Corrêa, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Veranópolis, Nova Prata, Flores da Cunha, Nova Pádua, São Marcos, Guaporé e muitas outras"; iv) o talian é um canal eficiente de comunicação social, cultural e comercial com a própria Itália, "berço e origem dos descendentes italianos". Juntamente com o pedido, foram encaminhados o estatuto da ASSAPRORATABRAS (com a relação dos associados) e uma extensa lista bibliográfica relacionada à história da imigração e da colonização italiana no Brasil, com duas obras escritas em talian.

O IPHAN considerou o pedido improcedente, concluindo que as informações enviadas foram insuficientes e inadequadas para a compreensão do talian como Patrimônio Cultural do Brasil. Embora reconheça a importância da participação da imigração italiana na formação do país, o parecer emitido pelo IPHAN questiona a abrangência dessa língua na "formação da identidade brasileira". Conforme o parecer assinala:

> [...] a língua funda e organiza a identidade de um grupo social, mas para que ela possa ser destacada como item da cultura em si, torna-se necessária sua remissão aos indivíduos que a utilizam, a reproduzem e a atualizam, isto é, sua comunidade de falantes. Isto significa dizer que, em qualquer caso, a língua deve estar referida a um contexto cultural específico sendo sua re-

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 228

> levância nacional aferida pela participação da população italiana que migrou e se estabeleceu no Brasil como coletividade participante na formação da nacionalidade. Como indicador de identidade, o 'talian' pode se constituir em patrimônio cultural de seu grupo de falantes. Entretanto, para obter o título de patrimônio cultural do Brasil, seriam necessários, além de estudos de natureza antropológica e lingüística para uma adequada descrição e documentação dessa língua, a verificação de sua abrangência na formação da identidade brasileira (Grifos meus).

O caso dos imigrantes italianos e de seus descendentes é, assim como o caso dos afro-descendentes, um tema privilegiado para delinear a questão da emergência e do posicionamento de diferentes identidades culturais no seio do Estado nacional. Giralda Seyferth (1990) chama a atenção para a aglutinação de pessoas de mesma origem em grupos étnicos mais ou menos identificados com valores e elementos culturais próprios, entre os quais se destaca a preservação da língua materna. Como afirma o parecer, "a língua funda e organiza a identidade de um grupo social", adquirindo papel central na conformação de identidades culturais, mas, especialmente, na conformação da identidade nacional. Como se sabe, no processo de formação do Estado brasileiro, a língua portuguesa foi instituída como o meio de comunicação oficial em todo o território nacional e, tida como a língua vernácula, constituiu-se como padrão de ensino e alfabetização.

Lembrando que os dois bens culturais aqui analisados já reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil (o Jongo do Sudeste e o Modo de Fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) não se caracterizam pela abrangência nacional, mas por condições bastante restritas de (re)produção e conhecimento, cabe perguntar "que tipo de abrangência é necessária para a constatação da relevância nacional"?

Deve-se perceber que, além de questionar a abrangência do talian na "formação da sociedade brasileira", o IPHAN observa que, em função da dificuldade de apreensão, dada a sua complexidade e autonomia como campo de estudo, e a "insuficiência dos instrumentos de descrição e documentação técnica disponíveis no momento", a consideração das línguas como patrimônio imaterial não está prevista em nenhuma das quatro categorias estabelecidas no Decreto nº 3551/2000. Ainda segundo o IPHAN, embora haja um Livro para a inscrição das Formas de Expressão, estas se referem não a línguas em si, mas a linguagens. Procurando perceber como se configura a negociação da condição nacional no

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 229

caso do pedido de Registro do talian, Marcus Vinícius Carvalho Garcia (2004, p. 85) assinala que essa negociação envolve fatores como "as prioridades institucionais e a própria viabilidade de execução, pelo organismo de Estado, das demandas que ali chegam". Como assinalado anteriormente, as prioridades institucionais estão voltadas, entre outras, para os bens culturais referentes a grupos indígenas e afro-descendentes, que durante muito tempo estiveram ausentes na interpretação e na construção do nacional e do que é ser brasileiro, mas hoje ocupam o lugar central.

Embora o processo tenha sido arquivado, deflagrou-se uma espécie de movimento reivindicando o reconhecimento das *línguas brasileiras* e, sobretudo, o reconhecimento do talian como patrimônio cultural. Em 2005, foram encaminhados ao IPHAN vários outros pedidos de registro do talian, bem como pedidos solicitando a criação do Livro de Registro das Línguas. Formulados pela Federação dos Vênetos do Rio Grande do Sul, pela Associação de Municípios do Alto Rio Uruguai, pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística – IPOL – e pelo deputado federal Carlos Abicalil, do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso, esses pedidos chamam a atenção para a necessidade de reconhecimento, por parte do Estado, dos *direitos lingüísticos* das mais diversas comunidades lingüísticas existentes no seio do Estado nacional (OLIVEIRA, s/d).

Como o presidente do IPOL assinala, tendo em vista que no Brasil são faladas cerca de 210 línguas, além do português, e que muitas, especialmente as línguas ágrafas, estão em desaparecimento,

> [...] é urgente - muito mais do que urgente - que o Estado Brasileiro passe a ver essa importante faceta da diversidade constitutiva do Brasil. A diversidade não é só racial, étnica, de gênero, regional, a diversidade também é lingüística. [...] A criação, no setor do patrimônio imaterial do IPHAN, do Livro de Registro das Línguas é uma oportunidade histórica que temos para superar o colonialismo da língua única e, coerentemente com a política de inclusão social e de construção da cidadania do Governo Federal afirmar que é possível ser brasileiro em muitas línguas (OLIVEIRA, s/d).

Como conseqüência dessa demanda, o IPHAN, juntamente com o IPOL e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, organizou um seminário sobre a criação do Livro de Registro das Línguas, no qual estiveram presentes falantes, especialistas e técnicos do IPHAN. Nesse seminário, os depoi-

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 230

mentos de falantes de diversas línguas, como a Língua Geral da Amazônia – nheengatu –, o guarani, falares afro-brasileiros, o hunsruckisch (falado por descendentes de migrantes alemães), libras (linguagem brasileira de sinais) e o talian narraram suas lutas pelo direito de falar suas próprias línguas.

No decorrer do seminário constatou-se que, no contexto da diversidade lingüística, o instituto do registro, por si só, não é suficiente, e que seria necessário articular diversas instituições para aprofundar o debate e estabelecer políticas públicas de salvaguarda do patrimônio lingüístico brasileiro. Com vistas a aprofundar, então, esse debate, foi aprovada a criação de um grupo multidisciplinar e interministerial para formular e encaminhar propostas capazes de atender às demandas existentes. Esse grupo, coordenado pelo IPHAN, foi formado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, pelo IPOL, pela Fundação Cultural Palmares, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, Universidade de Brasília, Museu Emílio Goeldi e Museu do Índio (FUNAI).

Considerações finais

Como observou Fonseca (2005, p. 51) em sua análise da trajetória da política federal de preservação no Brasil, a noção de patrimônio

> [...] se situa numa encruzilhada, que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.

Como se pode depreender do estudo apresentado, a prática do Registro de bens culturais de natureza imaterial tem se apropriado da diversidade cultural de diferentes formas. Oscilando entre os dois termos da complexa relação entre identidade nacional e diversidade cultural, tem apelado a uma retórica da relevância nacional que, dependendo de qual seja a unidade de identificação com a qual está negociando (a localidade, a região, a etnia e outras coletividades) ora homogeneíza, ora diferencia, ora inclui, ora exclui.

Se o processo de ampliação e democratização do que pode ser considerado patrimônio nacional trouxe novos desafios para a prática de preservação, também colocou em evidência novos interesses. Nesse processo, a definição de critérios para orientar o Registro de bens culturais de natureza imaterial tornou-se um elemento estratégico fundamental. Por ser o reconhecimento públi-

PEP07 - Fabiola 10/5/07 10:51 AM Page 231

co por parte do Estado, o Registro pode significar, especialmente para grupos desfavorecidos econômica e socialmente, benefícios de ordem material e simbólica. Assim, nesse momento, não se trata simplesmente de levar em conta a diversidade cultural, mas, sobretudo, de assumir uma posição comprometida com os grupos sociais marginalizados ao longo da história e oprimidos pelo crescente processo de industrialização e massificação da cultura.

Referências bibliográficas

Anderson, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1991.

Andrade, Odinéa. O boi Caprichoso. *Parintins, cultura e folclore*, n. 2, p. 106-109, 2001.

Carvalho, Luciana; Pacheco, Gustavo. Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: Londres, Cecília (Org.). *Celebrações e saberes da cultura popular*: *Pesquisa, inventário, crítica, perspectivas.* Rio de Janeiro: Iphan/Cnfcp, 2004, p. 25-34. (Série Encontros e Estudos, n. 5)

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. *Festa na floresta: O boi-bumbá de Parintins.* Rio de Janeiro: Funarte, Cnfcp/ SESC, 2000.

Canclini, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/MinC, n. 23, p. 95-115, 1994.

Chuva, Márcia Regina Romeiro. Estratégias de construção da nação: A materialização da história pelo Sphan. In: *Os arquitetos da memória*: *A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1998.

Cnfcp. *Viola-de-Cocho*: *Patrimônio imaterial*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004a. CD-Rom.

_____. *Viola-de-Cocho*: *Patrimônio cultural*. Dossiê de instrução. Rio de Janeiro: Iphan, 2004b.

_____. Jongo – Patrimônio imaterial brasileiro. In: *Jongo Patrimônio Cultural Brasileiro*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005a. (Caderno de textos que integram o dossiê de instrução do Registro do jongo no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial Brasileiro).

_____. *O jongo no sudeste*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005b. CD-Rom.

Cunha, Paulo José. Que festa é essa? *Parintins, cultura e folclore*, n. 1, p. 44-57, 2000.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: *Trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, MinC-Iphan, 2005.

Frade, Cássia. *Brasil: festa popular*. Rio de Janeiro: Livroarte, 1980.

PEP07 - Fabiola 10/1/07 3:35 PM Page 232

FRITSCH, Teresa Cristina; FRITSCH, Wellington. É hora de brincar o boi. *Parintins, cultura e folclore*, n. 3, p. 3, 2002.

GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho. *De "o Belo e o Velho" ao Mosaico do Intangível: Aspectos de uma poética e de algumas políticas de patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IPHAN (Org.). *O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: MINC/ IPHAN, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Línguas como Patrimônio Imaterial.* [online]. s/d. Disponível em: http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281. Acessado em 10 de fevereiro de 2006.

RAMOS, Alcida Rita. *Nações dentro da nação: Um desencontro de ideologias*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 1993. (Série Antropologia, n. 147).

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio Imaterial: Do conceito ao problema da proteção. *Tempo Brasileiro*, Patrimônio Imaterial, n. 147, p. 151-161, 2001.

_____. Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: IPHAN (Org.). *O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.* 2. ed. Brasília: MINC/IPHAN, 2003, p. 15-21.

_____. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005, p. 7-14. (Série Encontros e Estudos, n. 6).

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil.* Brasília: UnB, 1990.

TENÓRIO, Basílio. O boi Garantido. *Parintins, cultura e folclore*, n. 2, p. 102-105, 2001.

TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao inventário do jongo. In: LONDRES, Cecília (Org.). *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2004, p. 55-63. (Série Encontros e Estudos, n. 5).

VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, Cecília (Org.). *Celebrações e saberes da cultura popular: Pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2004, p. 15-24. (Série Encontros e Estudos, n. 5).

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 233

Das sanções administrativas em matéria de patrimônio histórico e artístico nacional

Guilherme Cruz de Mendonça



Resumo

O objetivo do trabalho é analisar as questões jurídicas referentes às sanções administrativas federais em matéria de patrimônio cultural. Primeiramente, examina-se o conflito aparente entre a legislação de patrimônio e a Lei 9.605/98, que dispõe sobre crimes e infrações ambientais, com objetivo de investigar a vigência das normas patrimoniais. Esta busca demonstrou que a Lei de Crimes Ambientais revogou tacitamente as sanções administrativas previstas nos diplomas legais de patrimônio cultural. Esta revogação baseia-se conceitualmente na compreensão ampla de meio ambiente, pois a dialética entre homem e natureza resulta na unidade: meio ambiente. Este conceito, de aceitação majoritária, foi incorporado na legislação pátria, de modo que a Lei 9.605/98 tipificou condutas contra o patrimônio e estabeleceu sanções administrativas. Estas são de atribuição dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Considerando o quadro legal, o trabalho reflete sobre as possíveis soluções e opta pela inclusão do IPHAN no SISNAMA.

Guilherme Cruz de Mendonça Advogado, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO no Departamento de Patrimônio Material do IPHAN, no Rio de Janeiro, durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da professora Livre-Docente em Direito Sônia Rabello de Castro e, a partir de março de 2005, sob a supervisão da arquiteta e urbanista do IPHAN, mestre em Arquitetura e Urbanismo Jurema Arnaut.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 234

Introdução

O Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, é um marco na evolução do ordenamento jurídico brasileiro. Com ele, organizou-se a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, através da criação do instituto jurídico denominado tombamento, de responsabilidade do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN. Através do tombamento, os bens culturais, naturais e paisagísticos de valor excepcional ou monumental são selecionados para constituírem o patrimônio nacional e se tornam, por conseguinte, passíveis de proteção legal. Com o intuito de garantir a observância de seus preceitos e a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o próprio Decreto-Lei define as infrações e as sanções administrativas, em especial as multas, que deverão ser aplicadas em caso de violação às normas de proteção. Em que pese à previsão legal, estas sanções nunca foram regulamentadas[1] e, por conseguinte, nunca foram cominadas de modo sistemático pelo IPHAN.

Em 1988, a nova Constituição estabeleceu, em seu artigo 216 parágrafo 4º, que os danos ao patrimônio serão "punidos na forma da lei". Ocorre que a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) traz um capítulo sobre os crimes contra o patrimônio e outro sobre as infrações e sanções administrativas. Este diploma legal disciplina as infrações e as sanções administrativas, confere atribuição legal para a fiscalização, apuração da responsabilidade administrativa e aplicação de sanções administrativas, além dos procedimentos e prazos para tanto. Surgiu, deste modo, um conflito aparente de normas.

Dentro do âmbito e das aspirações do Programa de Especialização em Patrimônio, o objetivo deste trabalho é analisar as questões jurídicas, os conflitos entre normas e os caminhos legais para a implementação das sanções administrativas em matéria de patrimônio. Trata-se de uma questão complexa, mas de necessário enfrentamento, pois é de alta relevância que o IPHAN possa exercer seu poder de polícia de forma sistemática e, assim, cumprir com seu papel de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em relação à lei aplicável às sanções administrativas, o presente trabalho pretende responder, primeiramente, à luz dos critérios próprios, se a escolha deve recair sobre o Decreto-Lei 25/37 ou sobre a Lei 9.605/98. No caso de a Lei de

1 Na década de 1940, foi feito um Anteprojeto de Decreto que regulamentaria o Decreto-Lei 25/37. Em que pese os esforços despendidos, esta proposta nunca foi aprovada. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, Serie legislação, pasta VIII.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 235

Crimes Ambientais ter revogado parcialmente o Decreto-Lei 25/37, torna-se necessário perquirir a competência para a apuração da responsabilidade ambiental. Tal necessidade decorre do parágrafo 1º do artigo 70 da Lei 9.605/98, que estabelece a competência para o exercício do poder de polícia aos órgãos integrantes do SISNAMA[2] e à Capitania dos Portos.

Considerando a hipótese de revogação tácita das sanções administrativas previstas no Decreto-Lei 25/37, cabe se questionar, no âmbito deste trabalho, se é possível que uma lei de crimes ambientais disponha sobre patrimônio cultural. Dentro desse quadro legal, como delegar ao IPHAN atribuição para a apuração da responsabilidade administrativa e a conseqüente aplicação de sanções?

Qual norma disciplina as infrações e sanções administrativas em matéria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?

A Constituição de 1988, em seu artigo 216 parágrafo 4º, estabelece que "os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei", o que traz a necessidade de se definir qual a lei em vigor que regulamenta este dispositivo constitucional. O exame do ordenamento jurídico brasileiro revela as principais leis que estabelecem normas e sanções em matéria de patrimônio histórico e artístico nacional:

- Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937: organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional;
- Código Penal: artigo 165[3];
- Lei 3.924 de 26 de julho de 1961: dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Ação Popular: Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965;
- Lei 4.845 de 19 de novembro de 1965: proíbe remessa para o exterior de obras de arte e de ofícios produzidos no país até o fim do período monárquico;
- Convenção do Patrimônio Mundial promulgada pelo Decreto-Lei nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977;

2 Sistema Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente.

3 Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude do valor artístico, arqueológico ou histórico. Pena: detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 236

• Ação Civil Pública: Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;
• Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
• Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000: institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

A visualização das principais normas do sistema de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional aponta para a estrutura do Direito, que se constitui em normas de comando[4] e controle[5]. Aquelas permitem ou obrigam o indivíduo a fazer algo, e estas vedam determinada conduta, criando uma obrigação de não fazer. Além destas, há também as normas que estabelecem sanções[6] para a violação das normas de comando e controle, pois de nada adiantaria permitir, obrigar ou proibir sem que houvesse meios de coerção para o adimplemento da obrigação de fazer ou não fazer. Cabe ressaltar que estas normas podem estar em um mesmo diploma legal ou em diplomas distintos. Exemplo: o Decreto-Lei 25/37 estabelece algumas normas administrativas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, bem como as sanções administrativas em caso de violação da norma. Por sua vez, tanto o Código Penal quanto a Lei de Crimes Ambientais possuem normas tipificando determinadas condutas lesivas ao patrimônio como crime, além de ambas as leis estabelecerem sanções criminais[7].

4 Exemplo: Art. 6º do Decreto-Lei 25/37 – O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntariamente ou compulsoriamente. A lei permite que o proprietário do bem seja legitimado para requerer o tombamento de sua propriedade. Nesta categoria se incluem também as normas garantidoras do direito, isto é, aquelas que garantem os meios de ação para a prevenção ou repressão de determinado direito Exemplo: Constituição de 1988, art. 5º, LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou a entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

5 Exemplo: Art. 14 do Decreto-Lei 25/37 – A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem a transferência de domínio, para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

6 Exemplo: Art. 15 do Decreto-Lei 25/37 – Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

7 A distinção entre sanções penais, civis e administrativas será vista mais adiante.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 237

Este sistema legal de proteção do patrimônio nem sempre funciona de modo harmônico, na medida em que existe a possibilidade de sobreposição e conflitos. Visando a resolução do conflito temporal ou espacial de leis, a teoria geral do direito oferece critérios que buscam estabelecer qual norma jurídica deve ser aplicada a cada caso concreto. São os seguintes esses critérios:

> I – O hierárquico – baseado na superioridade de uma fonte de produção jurídica sobre a outra. Trata-se da hierarquia das normas. De acordo com a pirâmide de Kelsen, no ápice está a Constituição, e em ordem decrescente a lei complementar; a lei ordinária, decretos, portarias e instruções normativas. O critério hierárquico caracteriza-se por meio do brocardo *lex superior derogat legi inferiori* (norma superior revoga inferior), de forma a sempre prevalecer a lei superior no conflito.
>
> II – O cronológico – que remonta ao tempo em que as normas começaram a ter vigência. O critério cronológico é caracterizado por intermédio do brocardo *lex posterior derogat legi priori* (norma posterior revoga anterior), conforme expressamente prevê o artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil[8].
>
> III – O de especialidade – que visa a consideração da matéria objeto da norma. A superioridade da norma especial sobre a geral constitui expressão da exigência de um caminho da justiça, da legalidade à igualdade. O critério da especialidade, por meio do postulado *lex specialis derogat legi generali* (norma especial revoga a geral), presume que o legislador, ao tratar de maneira específica de um determinado tema, faz isso com maior precisão.

Nos utilizaremos destes critérios para identificar os conflitos e saber que normas referentes ao patrimônio estão em vigor, condição *sine qua non* para tornar o sistema exeqüível. O primeiro conflito reside em matéria penal. Tanto o Código Penal quanto a Lei de Crimes Ambientais dispõem sobre crimes contra o patrimônio. De acordo com o critério da especialidade, podemos afirmar

8 Decreto-Lei Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 238

que a Lei de Crimes Ambientais revogou o Código Penal. Tal assertiva se assenta no fato de que a Lei 9.605/98 possui natureza de lei específica, enquanto o Código Penal é lei geral. Logo, considerando que o critério da especialidade determina que a lei especial revoga a lei geral, a Lei de Crimes Ambientais revogou parcialmente o Código Penal, no que tange à tipificação das condutas consideradas como crime em matéria ambiental.

Quanto ao conflito na seara administrativa entre leis ordinárias[9] referentes à proteção do patrimônio cultural, tais como o Decreto-Lei 25/37 e a Lei de Crimes Ambientais, considerando que ambas, hierarquicamente, são equivalentes, a solução se dará pelo critério cronológico, ou seja, prevalecerá a norma posterior. Portanto, pode-se afirmar que as sanções administrativas – e somente estas, e não as normas de comando e controle – presentes no Decreto-Lei 25/37, na Lei 3.924/61 e nas demais normas patrimoniais estão revogadas tacitamente pela Lei de Crimes Ambientais. Exemplificando: o artigo 17 do Decreto-Lei 25/37 estabelece que as coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização ser reparadas, pintadas ou restauradas sob pena de multa de 50% do dano causado. A obrigação de não fazer, isto é, de não destruir, demolir, mutilar, ou de, sem prévia autorização, reparar, pintar ou restaurar persiste, disciplinada pelo Decreto-Lei 25/37, que, neste ponto, continua em vigor. O que está revogado pela Lei de Crimes Ambientais é a multa de 50%. Se para o Decreto-Lei 25/37 a multa era baseada no valor do bem tombado, agora a nova lei estabelece valores mínimos e máximos. No caso em tela, a multa varia de R$ 1.000,00 (mil) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil) reais, dependendo da conduta praticada pelo agente[10].

A afirmativa de que as normas permissivas ou proibitivas do Decreto-Lei 25/37 e das demais normas patrimoniais ainda estão em vigor e de que as

9 Dentro da hierarquia das normas, é muito comum citar a pirâmide de Kelsen. Por ela, no ápice do ordenamento jurídico está a Constituição, em um nível abaixo está toda a legislação infraconstitucional, na seguinte hierarquia: lei (complementar, ordinária, delegada, decreto-lei e medida provisória); decretos; portarias, instruções normativas etc. Lei ordinária é uma lei de competência residual, ou seja, todas as outras espécies de lei possuem uma destinação específica. A lei complementar regulamenta as questões para as quais a Constituição reserva matéria específica. A lei delegada tem por finalidade a delegação de competências. Não existe mais a possibilidade de criação de decreto-lei, que foi espécie normativa utilizada em períodos de exceção autoritária. Vários deles ainda estão em pleno vigor e possuem a natureza de lei ordinária. A medida provisória é um ato do poder Executivo para legislar em casos de relevância e urgência, com força de lei. O Decreto não é lei, mas ato do chefe do poder Executivo para regulamentar a lei e fazer com que a esta seja exeqüível.

10 Artigos 49 a 52 do Decreto 3.179/99, que dispõe sobre a aplicação das sanções referentes às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 239

sanções estão revogadas pela Lei de Crimes Ambientais está assentada na própria Lei de Crimes Ambientais, em dois dispositivos. O artigo 70 estabelece o conceito de infrações administrativas: "Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente".

Desse modo, quais as regras cuja violação enseja infração administrativa ambiental? Todas. Logo, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente constitui infração administrativa ambiental. Tais infrações serão apuradas pelo órgão administrativo competente, com base na legislação específica[11], observadas as normas da Lei de Crimes Ambientais e do Decreto 3.179/99 que a regulamenta, disciplinando as sanções administrativas, a competência e o procedimento para apuração da responsabilidade administrativa.

O artigo 82 da Lei 9605/98 determina que estão revogadas as disposições em contrário. O artigo 70, *caput,* apenas remete às demais normas de proteção do meio ambiente, mas sem dispor sobre elas, razão pela qual não revogou as normas existentes em outros diplomas legais como o Decreto-Lei 25/37. Contudo, a Lei 9.605/98 disciplina sanções e procedimentos que também estavam disciplinados por outros diplomas, mas que foram revogados por força do artigo 82 da Lei 9.605/ 98 combinado com o critério cronológico de solução de conflitos de lei no tempo.

Logo, a Lei de Crimes Ambientais revogou tacitamente as sanções administrativas prescritas nos diplomas legais de patrimônio. O que se pretende responder em seguida é como uma lei de crimes ambientais pode dispor sobre patrimônio histórico e artístico nacional.

Conceito de meio ambiente

Para se compreender como uma lei ambiental dispõe sobre patrimônio cultural, é necessário analisar os diversos conceitos de meio ambiente, oriundos da Constituição de 1988, da legislação infraconstitucional, da doutrina, bem como do direito internacional. O termo "ambiente" engendra uma variedade de significados, conforme o aspecto em que é considerado, o que leva à necessidade de se refletir sobre o conceito de meio ambiente.

11 Decreto-Lei 25/37, Lei 3.924/61 etc.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 240

Do conceito doutrinário de meio ambiente

Segundo Reale (1987, p. 24),

> [...] existem duas ordens de relações correspondentes a duas espécies de realidade: uma ordem que denominamos de realidade natural, e uma outra, realidade humana, cultural ou histórica. No Universo, há coisas que se encontram, por assim dizer, em estado bruto, ou cujo nascimento não requer nenhuma participação de nossa inteligência ou de nossa vontade. Mas, ao lado dessas coisas, postas originariamente pela natureza, outras há sobre as quais o homem exerce a sua inteligência e a sua vontade, adaptando a natureza a seus fins.

Trata-se do dado e do construído: o dado é o que existe independentemente da intervenção humana, enquanto o criado é aquilo que teve sua participação do homem. Nesse sentido, preciosa é a lição de Marés (1997, p. 9):

> O meio ambiente, entendido em toda a sua plenitude e de um ponto de vista humanista, compreende a natureza e as modificações que nela vem introduzindo o ser humano. Assim, o meio ambiente é composto pela terra, a água, o ar, a flora e a fauna, as edificações, as obras de arte e os elementos subjetivos e evocativos, como a beleza da paisagem ou a lembrança do passado, inscrições marcos ou sinais de fatos naturais ou da passagem de seres humanos. *Desta forma, para compreender o meio ambiente é tão importante a montanha, como a evocação mística que dela faça o povo.* Alguns destes elementos existem independentes da ação do homem: os chamamos de meio ambiente natural; outros são frutos da sua intervenção e são chamados de meio ambiente cultural (grifos nossos).

Ainda, segundo Silva (1997, p. 56):

> O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangendo toda a natureza, original e artificial, e meio ambiente então, é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 241

Dessa forma, o meio ambiente, enquanto meio que abriga todas as formas de vida, possui quatro aspectos independentes, mas complementares: o natural, o cultural, o artificial e o do trabalho. O meio ambiente natural ou físico é constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora, enfim, pela interação entre os seres vivos e o seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam. É esse o aspecto do meio ambiente que a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 define em seu artigo 3º, quando diz que, para os fins nela previstos, entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Já o meio ambiente cultural é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora seja obra do homem, difere do meio ambiente artificial por ser carregado de sentidos, significados e valores que adquiriu ou de que se impregnou.

Quanto ao meio ambiente artificial, constitui-se pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral: espaços urbanos abertos). Ressalte-se que o meio ambiente artificial também é cultural, na medida em que é produto da atividade humana. Contudo, como dito anteriormente, o meio ambiente cultural se distingue pela atribuição de valores, pois os bens de valor cultural/patrimonial são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos termos da Constituição de 1988.

O meio ambiente do trabalho se refere à salubridade do ambiente laboral, ou seja, à saúde do trabalhador no seu ambiente de trabalho.

Hodiernamente, conceitua-se o meio ambiente como a interação de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado de todas as formas de vida.

O meio ambiente no direito internacional

João Batista Lanari Bo (2000) destaca que "a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), graças à sua vocação interdisciplinar, desempenhou um papel pioneiro na convergência das vertentes natural e cultural no conceito de patrimônio".

Isto se deve principalmente à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada pela UNESCO em 1972, que entrou em vi-

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 242

gor em 1976, sendo ratificada pelo Brasil em 1977[12]. Lanari Bo assevera que a aproximação entre as noções de patrimônio cultural e natural tem sido objeto de reflexão em diversos países, sobretudo os desenvolvidos (LANARI BO, 2000, pg. 31). A percepção de que a paisagem também é um objeto cultural, na medida em que exibe, além dos atributos físicos, resultado de diversas ações humanas, está presente em inúmeras ações estatais de proteção.

Há outras convenções internacionais que abrigam uma visão convergente do meio ambiente, contemplando as relações entre natureza e cultura. Podemos citar como exemplo a Convenção sobre a Diversidade Biológica, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1992, durante a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92 –, no Rio de Janeiro, e ratificada pelo Brasil em 1994; e a Convenção de 1971 sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como *habitat* de aves aquáticas, mais conhecida como Convenção de Ramsar[13], ratificada pelo Brasil em 1992.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)[14], dentre outras conquistas importantes, reconhece que as populações tradicionais têm colaborado ativamente na conservação da diversidade biológica, em razão do conhecimento tradicional associado à biodiversidade que detêm[15]. Esse conhecimento tradicional é passado de geração em geração pelas comunidades que se apropriam do conhecimento de forma coletiva. Tais conhecimentos são patrimônio imaterial, pois são modos de saber e fazer, cabendo um regime nacional e internacional de proteção destes conhecimentos. Além de ter regulado o acesso ao conhecimento que detêm, tais comunidades devem merecer o devido reconhecimento internacional, sendo recompensadas não só pela conservação, mas, igualmente, pelo uso comercial do conhecimento (repartição de benefícios). Neste mesmo sentido, está a Declaração Uni-

12 Até hoje, 172 Estados já assinaram a convenção.

13 Ramsar, cidade iraniana onde foi aprovada a referida convenção.

14 A questão da diversidade é estratégica na atualidade. Seja a diversidade biológica, caracterizada pela variabilidade genética, de espécies, populações, ecossistemas e paisagens, seja a diversidade cultural estão sendo debatidas no plano internacional e nacional enquanto estratégias de preservação ambiental, incluídas aqui a natural e cultural. Ambas estão intimamente ligadas. Conforme a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, esta é, para o gênero humano, tão necessária quanto a diversidade biológica para a natureza.

15 Nesse sentido, dispõe o art. 8º j : Que os Estados partes tem por obrigação, "em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas".

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 243

versal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, que estabelece, como uma das linhas gerais de um plano de ação para a sua aplicação, o respeito e a proteção dos sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones e o reconhecimento da contribuição dos conhecimentos tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais (cf. UNESCO, 2001).

Já a Convenção de Ramsar tem como premissa a interdependência entre homem e o meio ambiente, e considera a importância das funções ecológicas fundamentais das zonas úmidas enquanto reguladoras dos regimes de água e enquanto *habitats* de uma flora e fauna características, especialmente de aves aquáticas. No Brasil, as áreas de interesse da Convenção, dentre outras, são o Pantanal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no estado do Amazonas, locais onde a presença de populações tradicionais é forte, o que ratifica a relação entre natureza e cultura.

Nesse mesmo sentido, podemos citar o programa Man and Biosphere (MAB) da UNESCO, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA –, com a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN – e com agências internacionais de desenvolvimento. O MAB visa a criação de Reservas da Biosfera, que constituem um instrumento de conservação de áreas de relevância ambiental e são representativas dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece. Terrestres ou marinhas, as Reservas buscam otimizar a convivência homem-natureza em projetos que se norteiam pela preservação dos ambientes significativos, pela convivência com áreas que lhe são vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos. A Reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas, buscando o atendimento das necessidades da comunidade local e o melhor relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente[16].

16 A instituição da Reserva se dá através do zoneamento de sua área em três categorias de uso que se inter-relacionam: 1ª) zona núcleo ou zona principal, que abrange a região mais preservada de um ecossistema representativo, *habitat* favorável ao desenvolvimento de numerosas espécies de plantas, animais e seu cenário de convivência com seus predadores naturais. Registra-se aí a ocorrência de endemismos, espécimes raros de importante valor genético e lugares de excepcional interesse científico. Amparada sempre em proteção legal segura, só se permitirá em seus limites atividades que não prejudiquem ou alterem os processos naturais e a vida selvagem. Exemplo: a zona inatingível de um parque ou de uma estação ecológica, uma reserva biológica ou áreas de preservação permanente; 2ª) zonas tampão ou zonas intermediárias são as que envolvem as zonas núcleos. Nelas, as atividades econômicas e o uso da terra devem garantir a integridade das zonas núcleos; 3ª) zonas de transição são as mais externas da Reserva. Nelas, incentiva-se o uso sustentado da terra e atividades de pesquisa que serão úteis à região no entorno da Reserva da Biosfera. Ressalte-se que o zoneamento de uma Reserva da Biosfera contempla a delimitação de Áreas Experimentais de Pesquisa e Áreas de Uso Tradicional, tanto nas Zonas Tampão quanto na de Transição, o que reforça a tese de que muitas populações tradicionais têm contribuído na conservação do meio ambiente, utilizando-se de práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 244

A Constituição de 1988 e a legislação infraconstitucional

Tanto as concepções doutrinárias quanto as disposições dos tratados internacionais expostos acima, bem como os movimentos socioambientais das décadas de 1970 e 1980, exerceram forte influência sobre a Constituição da República de 1988. É a primeira vez que uma Constituição Brasileira menciona a expressão "meio ambiente". Tal fato revela que desde a década de 1970 a questão ambiental ganhou força e destaque, pois alçou *status* constitucional. Assim, o artigo 225, *caput,* da Constituição de 1988 estabelece que, *in verbis*: "Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida".

É pacífico o entendimento de que o direito ao meio ambiente equilibrado é um direito fundamental de terceira dimensão, em virtude de sua natureza coletiva[17]. Juliana Santilli (2005, p. 70) assevera que "a Constituição adotou uma concepção unitária do meio ambiente que compreende tanto os bens naturais quanto os bens culturais. É o que se deduz de uma interpretação sistêmica e integrada dos dispositivos constitucionais de proteção ao meio ambiente e à cultura". Tendo em vista a transversalidade da questão ambiental, a Constituição de 1988 abordou o tema em diversos momentos, razão pela qual pode-se afirmar que a variável ambiental está espalhada pelo texto constitucional (como, por exemplo, questões urbanas, meio ambiente cultural, repartição de competências, bens etc), entretanto o legislador constituinte dedicou um capítulo exclusivo ao meio ambiente, reforçando assim o seu conceito. Neste sentido, é importante destacar o artigo 216 da Carta Magna que assim dispõe:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

17 Bobbio (1992) afirma que os direitos, em sua evolução histórica, possuem algumas gerações. Os direitos de primeira geração ou dimensão são os direitos civis e políticos de natureza individual e vinculados à liberdade, à igualdade e à propriedade. Já os direitos de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais, associados ao trabalho, saúde, educação etc. Os de terceira dimensão são coletivos e de titularidade difusa por natureza, tais como meio ambiente e consumidor. Entende-se que tais gerações de direitos não anulam a anterior, mas co-existem, daí ser melhor adotar a expressão "dimensão" em vez de "geração".

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 245

> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa concepção não é nova em nosso ordenamento jurídico, pois o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, já tratava dessa relação entre cultura e natureza. O Decreto-Lei, depois de definir o patrimônio histórico e artístico nacional[18] no seu artigo 1°, estendeu o conceito[19] no parágrafo 2º do mesmo artigo, preceituando que se equiparam aos bens referidos no artigo e, portanto, sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger. O referido Decreto, vigente até hoje, influenciou muito a legislação de natureza ambiental posterior. Nesse sentido, Álvaro Mirra (1994, p.4) assinala que:

> [...] no Brasil, como de resto na maioria dos países, as normas jurídicas que no seu conjunto formam o Direito do Meio Ambiente se encontram dispersas em inúmeros textos legais, os quais apresentam conteúdo variado também. Tal situação pode ser explicada pela circunstância de que esses diplomas legislativos foram surgindo paulatinamente ao longo dos anos, na medida em que evoluía a própria concepção de meio ambiente, inicialmente voltada à conservação isolada de certos elementos da natureza (florestas, flora em geral, fauna, águas e solos), depois dirigida à preservação de ecossistemas, e finalmente preocupada com o meio ambiente globalmente considerado, entendido não só como mero agregado dos elementos da natureza acima indicados, mas principalmente como conjunto de relações, interações e interdependências que se estabelecem entre todos os seres vivos uns com os outros (incluindo o homem) e entre eles e o meio físico no qual vivem.

Também deve ser citada a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. O seu artigo 3º estabelece que "para

18 Art. 1º – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

19 § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 246

os fins previstos nesta Lei, entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". A doutrina e os Tribunais pátrios têm identificado este dispositivo legal como sendo a definição legal de meio ambiente natural, pois entender o meio ambiente enquanto ambiente natural é uma visão comum, embora restrita. Sendo assim, o entendimento majoritário interpreta extensivamente o conceito de meio ambiente previsto na Lei 6.831/81.

Quanto à legislação infraconstitucional posterior, desponta relevante para os objetivos do presente trabalho a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, mais conhecida como Lei de Educação Ambiental e a Lei 9.605 de 1998, denominada Lei de Crimes Ambientais. Ambas são importantes, por conter em seu espírito a junção das vertentes naturais e culturais do meio ambiente. Nesse mesmo sentido está a resolução 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – de 23 de janeiro de 1986[20], que disciplina o estudo de impacto ambiental, o qual desenvolverá diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerando o meio físico, o meio biológico socioeconômico e cultural.

A concepção unitária se fez presente na evolução do ordenamento jurídico brasileiro, na medida em que foi sendo adotada por nossa legislação, bem como pela legislação internacional. A Constituição de 1988 incorporou a filosofia socioambientalista e impulsionou legislações nacionais e de países vizi-

20 Art. 6º – O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: a) o meio físico – o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas; b) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; c) o meio socioeconômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. II – Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais. III – Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas. IV – Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

PEP08 - Guilherme 10/5/07 10:52 AM Page 247

nhos[21] a adotarem o conceito sistêmico e unitário do meio ambiente. Percebe-se que a dialética entre homem e natureza resulta numa unidade: o meio ambiente. Uma vez compreendidas as razões pelas quais uma lei de crimes ambientais pode dispor sobre patrimônio cultural, torna-se necessária a análise da tutela administrativa do meio ambiente.

A tutela administrativa do meio ambiente

Das espécies de tutela do meio ambiente

É pacífico o entendimento de que a tutela ambiental pode ser dar em três esferas, independentes entre si, mas que se complementam: penal, civil e administrativa. Neste sentido, cabe ressaltar o disposto no artigo 225 parágrafo 3º, *in verbis*: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

Observa-se, em primeiro lugar, que o constituinte utilizou a expressão "meio ambiente", razão pela qual o comando constitucional é aplicável tanto ao meio ambiente natural, quanto ao meio ambiente cultural. Sendo assim, a conduta lesiva ao meio ambiente gera três espécies de responsabilidades, que serão apuradas de modo independente. Tanto a responsabilidade penal quanto administrativa são reguladas, atualmente, pela Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), enquanto que a obrigação de reparação dos danos (responsabilidade civil) é regida pela Lei 7.347 de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública).

A responsabilidade criminal surge quando uma norma de natureza penal tipifica determinada conduta como criminosa. Em outras palavras, se a lei estabelece que uma conduta é considerada crime, caso um indivíduo venha a praticar aquela conduta descrita na lei, este indivíduo deverá sofrer as sanções impostas pela norma. É o que se chama de responsabilidade penal. Exemplificando: o artigo 65 da Lei de Crimes Ambientais estabelece que:

> Art. 65 – Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

21 Juliana Santilli aduz que o texto constitucional brasileiro influenciou e incentivou a elaboração de novas constituições e emendas constitucionais em vários países do subcontinente, como Colômbia, Paraguai, Equador, Bolívia, Nicarágua e Guatemala. (Santilli, 2005, p. 57)

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 248

> Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa[22].
>
> Parágrafo único – Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (ano), e multa.

Se alguém pichar bem tombado, estará praticando conduta que a lei descreve como crime, razão pela qual deverá ser feita notícia-crime ao Ministério Público para que, na condição de titular da ação penal pública incondicionada, proceda a persecução penal, isto é, pratique os atos necessários para a responsabilização criminal do infrator.

Já a responsabilidade civil consiste na reparação do dano, que poderá se dar através do retorno ao *status quo* anterior (obrigação de fazer ou de não fazer), se tecnicamente possível, ou caso contrário, em uma indenização que será convertida ao Fundo Nacional de Direitos Difusos, conforme previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85 combinado com o Decreto 1.306/94. Logo, no exemplo dado, em caso de pichação, poderá ser ajuizada uma Ação Civil Pública para que o infrator, na esfera civil, seja obrigado a limpar a pichação feita ou a indenizar pelos danos causados ao patrimônio histórico, artístico ou arqueológico.

Por fim, mas não menos importante, a responsabilidade administrativa, que é objeto do presente trabalho. Ela surge em virtude da violação das normas jurídicas de natureza administrativa e decorre de um dos poderes estatais, qual seja, o poder de polícia, como se verá adiante.

Tutela administrativa, poder de polícia e funções do Estado

A concepção de poder de polícia remonta à própria formação do Estado moderno. Inicialmente, o poder de polícia era a expressão exterior de uma autoridade que se exercia sem os freios e limites impostos pelo ordenamento jurídico. Tal fato decorreu, como se sabe, da inexistência de uma clara divisão entre os diversos ramos da atividade estatal, ficando o poder concentrado em um único órgão de governo: o próprio príncipe ou soberano. Esta concepção foi superada pela moderna concepção do Estado Democrático de Direito. A Revo-

22 Trata-se aqui de multa de natureza penal, prevista no Código Penal e quantificada e aplicada pelo juízo criminal. Não confundir com a multa, enquanto sanção administrativa, da alçada da administração pública, quantificada e aplicada pelo administrador público.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 249

lução Francesa logrou substituir o "Estado de polícia", arbitrário em suas bases, pelo "Estado de Direito", fundado na lei e em princípios jurídicos claros e definidos previamente.

Tradicionalmente, o poder de polícia é definido como a faculdade que o Estado possui de intervir na vida social, com a finalidade de coibir determinados comportamentos que sejam julgados nocivos para a vida em comunidade. Entretanto, em sua moderna concepção, o poder de polícia é decorrente do próprio Estado de Direito, razão pela qual está submetido ao princípio da legalidade. Assim, o poder de polícia, como atuação estatal demarcadora do conteúdo de direitos privados, é exercido no sentido de impor freios à atividade individual, de modo a assegurar a paz pública e o bem-estar social, imposto pelo Estado aos cidadãos e que se dirige fundamentalmente à liberdade individual e à propriedade privada, fixando os marcos nos quais estes direitos são concretamente exercidos. Nesse sentido, prescreve o artigo 78 do Código Tributário Nacional:

> Art. 78 – Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, do exercício de atividade econômica dependente de concessão do poder público ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

O poder de polícia é exercido através de normas limitadoras e sancionadoras, razão pela qual pode-se afirmar que o poder de polícia é uma atividade inerente à função estatal de velar pelo interesse público. Não há Estado sem poder de polícia. Outrossim, o ato de poder de polícia se reveste de alguns atributos, merecendo destaque a auto-executoriedade e a coercibilidade. Pelo primeiro, entende-se que não é necessário que o poder Executivo, que é o principal, nas não é o único titular do poder de polícia, recorra ao poder Judiciário para obter autorização para agir em um certo caso concreto. Já a coercibilidade significa que o Estado age por meios coativos que são postos à sua disposição pela lei. Embora auto-executório e dotado de meios coercitivos para o seu efetivo cumprimento, o exercício do poder de polícia não pode ser praticado sem a observância da legalidade e da proporcionalidade entre a infração eventual-

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 250

mente cometida e a sanção administrativa aplicada ao caso concreto. O poder de polícia sem legalidade é arbitrariedade, devendo o poder Judiciário reparar os danos eventualmente sofridos.

O IPHAN, enquanto autarquia integrante da administração pública indireta, tem como atribuição legal o exercício do poder de polícia no tocante ao interesse público na preservação dos bens culturais-patrimoniais. Entretanto, o seu poder de polícia é incompleto, pois não aplica na totalidade as sanções previstas em lei, mormente as multas decorrentes de danos ao patrimônio. Desse modo, a proteção do próprio patrimônio torna-se insuficiente, porque não há sanção sendo efetivamente aplicada. E não há Direito sem sanção, razão pela qual mais do que imposição constitucional, a regularização do poder de polícia do IPHAN é um compromisso para com o patrimônio. O objetivo do presente trabalho é exatamente examinar os caminhos para que o IPHAN possa exercer o seu poder de polícia regularmente.

Competência do IPHAN para a apuração da responsabilidade administrativa em matéria de dano ao patrimônio cultural

O artigo 70 da Lei 9.605/98, além de definir o que constitui infração administrativa ambiental, estabelece os órgãos que possuem atribuição legal para a apuração da responsabilidade administrativa, cuja análise é o objetivo do presente trabalho. Assim, o artigo 70 estabelece:

> §1° – São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitanias dos Portos, do Ministério da Marinha.

Cabe esclarecer que o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA – foi criado pela Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 com o objetivo de sistematizar a Política Nacional de Meio Ambiente. O Sistema reúne os órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que estejam envolvidos com o uso dos recursos ambientais ou que sejam responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O SISNAMA está estruturado da seguinte forma:

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 251

Estrutura do SISNAMA[23]

I - Órgão superior: Conselho de Governo

II - Órgão consultivo e deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

III - Órgão central: Ministério do Meio Ambiente – MMA

IV - Órgão executor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

V - Órgãos seccionais: Os órgãos ou entidades da administração pública federal direta ou indireta[24], as fundações instituídas pelo poder público cujas atividades estejam associadas à proteção da qualidade ambiental ou as de disciplinamento do uso dos recursos ambientais, bem como os órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

VI - Órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades referidas no inciso anterior, nas suas respectivas jurisdições.

Deste modo, os funcionários designados para as atividades de fiscalização dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA e a Capitania dos Portos são competentes para apurar as responsabilidades administrativas ambientais, dentro dos limites de atuação de cada órgão. Cabe agora, no limite deste quadro legal, solucionar a atribuição do IPHAN para a apuração de responsabilidade administrativa em matéria de patrimônio.

Em primeiro lugar, a atuação do IPHAN nesta seara é legitimada pelo conceito de meio ambiente, pois a Lei de Crimes Ambientais, neste ponto, não faz distinção quanto ao meio ambiente natural ou cultural. Tanto é verdade, que o legislador disciplinou no mesmo diploma legal os tipos penais, as sanções penais e administrativas decorrentes de danos ao patrimônio natural e cultural. São seis as possibilidades para solucionar o caso em tela:

> 1. Inclusão do IPHAN no SISNAMA, enquanto órgão setorial, com base nas atribuições do Instituto na preservação e fiscalização do patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, do meio ambiente cultural;

23 A estrutura do SISNAMA está prevista na Lei 6.938/81.

24 Cumpre esclarecer que a natureza do IPHAN é de autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, logo pertence à Administração Federal Indireta.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 252

2. Edição de lei ordinária que confira ao IPHAN a atribuição para a apuração da responsabilidade administrativa e criasse um fundo próprio para receber os valores arrecadados em função do exercício do poder de polícia;

3. Edição de lei ordinária que inclua o IPHAN no SISNAMA e crie um fundo próprio para a arrecadação das multas;

4. Decreto do presidente da República que regulamente novamente a Lei 9.605/98 para incluir o IPHAN no rol dos órgãos com poderes para atividades de fiscalização e aplicação de sanção administrativa em caso de dano ao patrimônio cultural;

5. Resolução do CONAMA que delegue ao IPHAN a atribuição para a apuração de responsabilidade administrativa;

6. Convênio com IBAMA, para que este órgão exerça o poder de polícia no tocante ao meio ambiente cultural.

Analisemos cada uma delas.

Inclusão do IPHAN no SISNAMA

Dentre as hipóteses apresentadas, entendemos que o melhor caminho para a solução da questão é a inclusão do IPHAN no SISNAMA, levando em conta o conceito de meio ambiente apresentado e que as atividades desempenhadas pelo IPHAN são de natureza ambiental-cultural, o que confere legitimidade para a inclusão do Instituto num sistema cujo objeto seja o meio ambiente.

Ademais, para que o IPHAN possa exercer o poder de polícia, que é inerente às suas atividades, torna-se necessária a reunião de esforços humanos e financeiros, o que resultará no fortalecimento institucional. Além do plano interno, com a inclusão do IPHAN no SISNAMA, haverá uma maior articulação política com os demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e outros atores envolvidos na questão ambiental, o que possibilitaria a realização de parcerias e projetos com eles. Cabe ressaltar ainda que com a inclusão do IPHAN no SISNAMA, haveria a possibilidade de participação do Instituto nos processos decisórios da Política Nacional de Meio Ambiente, que poderá atin-

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 253

gir direta ou indiretamente[25] o patrimônio histórico e artístico nacional, que é de responsabilidade do IPHAN[26].

O IPHAN poderia integrar o SISNAMA na condição de órgão setorial, ou seja, ente da administração pública federal cujas atividades estão associadas à proteção da qualidade ambiental. O jurista-ambiental Paulo Affonso Leme Machado, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, enumera os ministérios que possuem, em razão da transversalidade do tema meio ambiente, atribuições legais de interesse ambiental, como o Ministério da Cultura, em virtude da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional[27].

Por força do artigo 12 do Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Lei 6.938/81, a coordenação dos órgãos federais integrantes do SISNAMA, no que se refere à Política Nacional de Meio Ambiente, será feita pelo secretário de Meio Ambiente, hoje ministro do Meio Ambiente. Logo, a entrada no SISNAMA se dará mediante portaria do ministro do Meio Ambiente.

Devem também ser observados os deveres que surgirão para o IPHAN com sua entrada no sistema. Em primeiro lugar, o Instituto ganhará novamente assento no Conselho Nacional de Meio Ambiente, como já ocorreu anteriormente. Caberá também ao IPHAN, de acordo com o artigo 61 da Lei 9.605/98, o dever de publicidade das sanções administrativas ambientais, como segue:

> Art. 61-A – Os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente –SISNAMA e a Capitania dos Portos do Comando da Marinha – ficam obrigados a dar, mensalmente, publicidade das sanções administrativas aplicadas com fundamento neste Decreto:

---

25 Um exemplo são as Resoluções do CONAMA que tratam da emissão de poluentes por veículos automotores. Como se sabe, tais poluentes danificam o patrimônio edificado, o que justifica, por exemplo, a proibição de circulação de veículos nos centros históricos de determinados cidades, como Paraty.

26 Atualmente discute-se muito sobre a proteção ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Este conhecimento tradicional é um dos elementos do patrimônio cultural imaterial, pois é o conhecimento acumulado por diversas gerações das sociedades tradicionais (índios, quilombolas, caiçaras etc) fruto da diversidade cultural brasileira. Por outro lado, esse conhecimento é referente à utilização dos recursos naturais, que decorre da megabiodiversidade brasileira. Esta temática tem sido muito debatida por universidades, empresas, ongs e principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, e suas câmaras temáticas. A inclusão do IPHAN no SISNAMA pode alavancar as discussões dentro do Instituto, além de dar um outro enfoque aos debates que vêm sendo realizados, pois antes de se discutir o acesso ao patrimônio genético, é preciso saber que o acesso é realizado por um conhecimento que constitui elemento do patrimônio cultural, razão pela qual o IPHAN deve implementar a sua atuação nesta área.

27 Machado (2005, p. 165): o autor se baseia na Lei 10.383, de 28.02.2003, art. 27, VI que estabelece as atribuições legais dos ministérios no governo Lula.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 254

> I – no Sistema Nacional de Informações Ambientais – SISNIMA –, de que trata o artigo 9º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e
>
> II – em seu sítio na rede mundial de computadores.

Edição de lei ordinária que confira ao IPHAN a atribuição para apuração da responsabilidade administrativa e criasse um fundo próprio para receber os valores arrecadados em função do exercício do poder de polícia

Esta possibilidade surgiu em razão dos debates acerca da criação de um fundo destinatário dos valores arrecadados com as multas impostas pelo IPHAN em caso de dano ao patrimônio histórico e artístico nacional, pois, em respeito ao princípio da legalidade, é necessário uma lei específica para a criação do fundo. Sendo obrigatória a edição de lei, esta poderia também conter dispositivo específico que atribuísse ao IPHAN a competência para apurar a responsabilidade administrativa. Essa opção sequer toca no conceito sistêmico de meio ambiente, tampouco faz referência à Lei de Crimes Ambientais.

Juridicamente viável e aceitável, esta opção não teria o mesmo alcance político-institucional da primeira, uma vez que o IPHAN ainda pertenceria, politicamente, ao quadro da Administração Pública Federal. A lentidão do processo legislativo atual também desaconselha este caminho, pois acarretaria, entre a propositura do anteprojeto de lei até sua sanção pelo presidente da República, uma demora não compatível com a rapidez necessária para a solução do caso em tela.

Edição de lei ordinária para criar um fundo específico para o patrimônio cultural e que contasse com dispositivo legal que incluísse o IPHAN no SISNAMA

Trata-se de possibilidade semelhante à anterior, mas que se diferencia dela porque a lei, ao invés de atribuir a competência para o IPHAN, diretamente, faria isso indiretamente, através de norma que incluiria o Instituto no Sistema Nacional de Meio Ambiente. Também aqui são válidos os comentários feitos anteriormente.

Decreto do presidente da República

Esta possibilidade está afastada, em virtude de que as infrações administrativas ambientais, previstas na Lei 9.605/98, já foram regulamentadas pelo Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999, sem que tenha sido feita menção ao IPHAN. O principal argumento contra esta opção consiste na vedação constitucional do de-

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 255

creto autônomo, tendo em vista que o decreto não poderia inovar a lei a Lei 9605/98, que se refere tão somente aos órgãos do SISNAMA e à Capitania dos Portos. Além disso, a coordenação do Sistema é feita pelo Ministério do Meio Ambiente e não pelo presidente da República, o que inviabiliza esta possibilidade.

Delegação do CONAMA, mediante resolução

A quinta possibilidade aventada seria uma resolução do CONAMA que delegue ao IPHAN a atribuição para a apuração de responsabilidade administrativa, sendo que a ação de delegar implica passar, a quem não tem, a atribuição legal para a prática de determinado ato, o que daria a entender que o IPHAN, ao menos em tese, não teria poder de polícia na seara patrimonial. Ocorre que, desde o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, a legislação patrimonial brasileira tem estabelecido sanções administrativas em caso de violação das normas do patrimônio, e tem atribuído ao IPHAN a o exercício do poder de polícia, que, efetivamente, nunca foi exercido pelo órgão patrimonial, pois o procedimento administrativo nunca foi implementado. No entanto, ter sido omitido o Instituto não pode justificar tecnicamente uma delegação de competência pelo CONAMA, ou seja, a falta de implementação do poder de polícia não significa que o Instituto não o tenha no plano legal, até porque o poder de polícia é inerente à função estatal administrativa. Portanto, não se deve levar esta possibilidade adiante.

Convênio com o IBAMA

A última hipótese seria um convênio com o IBAMA, para que este Instituto exerça o poder de polícia na seara ambiental-cultural. A assinatura do convênio foi aventada em virtude da carência de recursos financeiros, humanos e operacionais do IPHAN. Ocorre que, pelo exposto acima, o IPHAN é o órgão legitimado para o exercício do poder de polícia referente ao patrimônio cultural brasileiro e deve exercer suas competências legais, não se justificando, portanto, sobrecarregar o IBAMA, também desprovido da infra-estrutura suficiente para fiscalizar e punir os responsáveis por danos a todo o patrimônio nacional – ambiental, natural e cultural.

Portanto, pelas razões acima, acreditamos que o melhor caminho a ser tomado, dentre os citados, é a entrada do IPHAN no SISNAMA. Com isso, o Instituto estará investido da legalidade necessária para o exercício do poder de polícia e estará criado o elo jurídico entre o IPHAN, com a pretensão de exercer o seu poder, e a Lei de Crimes Ambientais, regulamentando as infrações administrativas.

PEP08 - Guilherme 10/5/07 10:55 AM Page 256

Análise da Lei 9.605/98 no tocante às sanções administrativas

Das sanções administrativas

Com o intuito de aprofundar a matéria em exame, será objeto de análise o rol de sanções administrativas previstas no artigo 72 da Lei 9.605/98, *in verbis:*

> Art 72. – As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º[28]:
>
> I – advertência;
>
> II – multa simples;
>
> III – multa diária;
>
> IV – apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
>
> V – destruição ou inutilização do produto;
>
> VI – suspensão de venda e fabricação do produto;
>
> VII – embargo de obra ou atividade;
>
> VIII – demolição de obra;
>
> IX – suspensão parcial ou total de atividades;
>
> X – (VETADO)
>
> XI – restritiva de direitos.

28 Art. 6º da Lei 9.605/98 – Para a imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará: I – a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente; II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; III – a situação econômica do infrator, no caso da multa.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 257

Cumpre ressaltar que, por força do parágrafo 1º do artigo 72 da Lei 9.605/98, "se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas".

Ademais, cabe esclarecer que o órgão ambiental competente deverá, ao aplicar estas sanções, observar os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, dentre outros. Isso significa dizer que a aplicação da sanção não poderá se dar arbitrariamente, pois a autoridade competente do órgão ambiental observará a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a situação econômica do infrator, conforme o artigo 6º da Lei 9.605/98. Logo, há critérios legais que informam a dosimetria da sanção. O uso das multas é um meio importante de proteção. Todavia, a sua utilização não pode ser arbitrária, sob pena de viciar de nulidade o ato.

Todas as sanções previstas no artigo 72 da Lei 9.605/98 serão apuradas em processo administrativo.

Advertência

A advertência será aplicada "pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo". O intuito da advertência é alertar o administrado de que sua conduta não está de acordo com a legislação vigente. Ela pode ser utilizada sempre que o funcionário designado para a atividade de fiscalização observe descumprimento das normas e preceitos regulamentares.

Muitas vezes, o administrado não tem conhecimento da legislação ambiental[29], razão pela qual pode-se lançar mão da advertência como uma forma de educação patrimonial. Mas, a advertência não afasta a aplicação de outras sanções, como o próprio dispositivo legal afirma. Logo, a advertência deve ser utilizada principalmente nos casos em que o administrado não possui o conhecimento da norma e tenha provocado um dano mínimo, insignificante[30]. No en-

29 Há um princípio geral de direito que veda a alegação de ignorância da lei, isto é, em caso de violação às normas, não pode o infrator alegar que não conhecia a lei. Mas este princípio encontra-se mitigado, pois, num país como o Brasil, nem sempre há possibilidade e condições de conhecimento da norma. É necessário, diante do caso concreto, perquirir se o agente tinha ou não condições de conhecer a norma.

30 Será a autoridade responsável que irá avaliar tecnicamente a extensão do dano e se foi ou não significativo.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 258

tanto, se o dano provocado for além deste limite, devem ser aplicadas também outras sanções.

Multas

A lei 9.605/98 estabeleceu as multas simples e diárias como uma das principais sanções administrativas e, portanto, um dos principais meios de coerção para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Quando deve ser aplicada uma ou outra? O próprio dispositivo legal responde esta questão. *Data venia*¸ colacionamos o parágrafo 3º do artigo 72 da Lei 9.605/98:

> § 3º – A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:
>
> I – advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;
>
> lI – opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

O parágrafo 5º da Lei 9.605/98 determina que:

> § 5º – A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

Cabe comentar, em relação aos dispositivos legais ora em exame, que há dois tipos de responsabilidade: a objetiva, que independe de verificação da culpa (negligência, imperícia e /ou imprudência) ou dolo (intenção consciente de provocar o dano) do infrator. Logo, uma vez comprovado o nexo causal entre a conduta do agente e o dano causado por sua conduta, o agente responderá, sem haver necessidade de avaliar se a sua conduta foi ou não ocasionada por culpa ou dolo. A máxima é: danificou, responde.

A outra espécie de responsabilidade é a subjetiva, para a qual é necessário verificar se a conduta do agente foi causada por culpa ou dolo. Caso o infrator tenha agido com culpa, o grau de responsabilidade será menor, e a sanção deverá levar em conta a sua culpa, razão pela qual as sanções serão mais leves

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 259

do que se ele tivesse agido com dolo. Em caso de o agente ter agido com dolo, como houve a intenção de provocar o dano, as sanções deverão ser pesadas para reparar o dano causado pelo *animus* do agente. Nem sempre é fácil avaliar a conduta do agente quanto à culpa e ao dolo. Na culpa, o agente não queria provocar o dano, mas, por sua negligência, imprudência ou imperícia, acabou por ocasionar o resultado danoso. Já o dolo é caracterizado pela vontade consciente de produção do dano. Muitas vezes a linha entre culpa e dolo é tênue, de modo que a autoridade competente para a aplicação da sanção deverá apurar se houve culpa ou dolo com base nos fatos e provas existentes nos autos do processo.

Essa breve explicação é necessária para esclarecer que a Lei 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, adota a responsabilidade objetiva para os danos ambientais. Logo, em matéria ambiental, se houver dano basta fixar o nexo causal entre conduta e dano para que haja a responsabilização do agente. Para que haja responsabilidade, não há que se perquirir se houve culpa ou dolo, mas tão somente o nexo causal. Causou dano, responde.

Todavia, o legislador estabeleceu sistema de responsabilidade para a multa simples distinto da responsabilidade em matéria ambiental, ou seja, adotou para a multa simples o sistema da responsabilidade subjetiva. Portanto, para a aplicação da multa simples, o órgão de fiscalização ambiental deverá analisar a culpa ou o dolo do agente, por força do parágrafo 3º. Neste ponto o legislador contrariou o entendimento pacífico doutrinário, legal e jurisprudencial de que a responsabilidade ambiental é de natureza objetiva.

No que tange à multa diária, e às demais sanções dispostas no artigo 72 da Lei 9.605/98, é seguida a regra geral da responsabilidade objetiva. Como determina o parágrafo 5°, a multa diária deve ser aplicada sempre que o ilícito se prolongar no tempo, como no caso da destruição diária de partes de um sambaqui. Por outro lado, deverá ser cominada multa simples se, em determinada data, o agente destruir ou retirar parte do sambaqui, uma única vez. Aplicada a multa simples, se houver a permanência do ilícito no tempo, a multa diária deverá ser cominada[31]. Ressalte-se que a multa diária é um instrumento relevante para coibir a continuidade da infração.

A redação do parágrafo 3º poderá causar dúvidas quanto à necessidade de advertência para a aplicação da multa simples. O dispositivo assevera que a

31 MACHADO (2005, p. 308).

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 260

"multa simples será aplicada sempre que o agente, advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las". Numa primeira leitura, pode-se entender que a multa simples só poderá ser aplicada se o agente tiver sido advertido previamente. Entretanto, este entendimento não pode prevalecer, pois o parágrafo 2º determina que a advertência será aplicada sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 72 da Lei 9.605/98. Portanto, não há necessidade de prévia advertência para aplicação das multas simples ou diária.

Há que se falar ainda no parágrafo 4º do artigo 72, que prevê a possibilidade de conversão da multa "em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente".

De acordo com o artigo 74 da Lei 9.605/98 a "multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado". Merece aplausos a inovação do legislador, pois possibilita a adequação da pena pecuniária ao dano ambiental provocado.

Quanto ao valor das multas, cumpre ressaltar que o artigo 75 da Lei 9.605/98 determina que "será fixado no regulamento da Lei[32] e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R$ 50,00 (cinqüenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais)".

O regulamento a que a Lei se refere é o Decreto 3.179 de 11 de setembro de 1999. Este Decreto, em seus artigos 49 a 52, reproduz os artigos 62 a 65 da Lei 9.605/ 98, que descrevem as atividades lesivas ao patrimônio cultural que constituem crime[33]. Em outras palavras, ele reproduz uma técnica legislativa própria da legislação penal, que descreve a conduta considerada como crime[34]. Se a conduta do agente não estiver descrita na norma, não há crime, sendo basilar no estado democrático de direito o princípio da reserva legal, cujo comando é no sentido de que não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal. Esta estrutura é própria do direito penal, mas não do direito administrativo. Assim, o Decreto 3.179/99 pecou por fixar multas de natureza administrativa, se baseando em tipos penais específicos que não

32 Decreto 3.179/99.

33 Relembramos que o dano ao patrimônio gera três espécies de responsabilidade: a criminal, a cível e a administrativa. O Decreto 3.179/99 regulamenta as sanções administrativas que são o corolário da responsabilidade administrativa.

34 É o que se chama de tipicidade. A lei penal descreve tipos penais, onde estão descritas condutas criminosas.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 261

contemplam toda a amplitude de infrações administrativas ambientais definidas pela Lei 9.605/98. Vejamos:

> Seção IV – Das sanções aplicáveis às infrações contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural
>
> Art. 49 – Destruir, inutilizar ou deteriorar:
> I – bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;
> II – arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:
> – Multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
>
> Art. 50 – Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
> – Multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
>
> Art. 51 – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:
> – Multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais).
>
> Art. 52 – Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:
> – Multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).
>
> Parágrafo único – Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada, em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a multa é aumentada em dobro.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 262

Percebe-se que há atos danosos ao patrimônio não enquadrados nos tipos acima, como, por exemplo, a saída ilegal de obras de arte, sem ter causado destruição, inutilização ou mutilação. Portanto, não está fixado pelo Decreto valor de multa para saída ilegal de obras de arte, assim como para as outras infrações administrativas não previstas no referido Decreto. O mais adequado seria um novo Decreto que desse nova redação a esta seção, para abrigar as infrações não mencionadas pelo Decreto 3.179/99. Até lá, há que se respeitar os limites impostos pela Lei 9.605/98.

Com relação à redação do Decreto 3.179/99, deve ser assinalada a omissão de sanções administrativas para as violações das normas de proteção do patrimônio imaterial, em que pese a complexidade da sua proteção. Nesse sentido, há o Projeto de Lei nº 47 de 16 de março de 2004, de autoria da senadora Roseana Sarney, que visa a normatização destas infrações e estabelece sanções, através da alteração da Lei de Crimes Ambientais.

Ressalte-se que, por força do artigo 76 da Lei de Crimes Ambientais, o pagamento de multa imposta pelos estados, municípios, Distrito Federal ou territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência. Isto porque a dupla sanção é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, que não prevê o *bis in idem*, ou seja, a dupla penalidade oriunda do mesmo fato. Logo, em decorrência de um único dano ambiental, o crédito federal será extinto e o crédito estadual será executado.

Existe, entretanto, uma outra possibilidade em que o crédito federal não será extinto, mas terá a sua exigibilidade suspensa. Trata-se do artigo 79-A da Lei 9.605/ 98, que prevê a suspensão de aplicação de sanções administrativas, caso o infrator tenha firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esta suspensão vigora a partir da data da protocolização do requerimento do TAC e enquanto perdurar o ajuste. Se o infrator, no prazo pactuado, proceder às medidas ajustadas, só pagará 10% do valor da multa. Caso contrário, se o infrator não cumprir com as obrigações estabelecidas no TAC, o valor da multa, atualizado monetariamente, será proporcional ao dano não reparado (artigo 60 parágrafo 4º do Decreto 3.179/99).

Apreensão e destruição de produtos e instrumentos utilizados na infração

O parágrafo 6º do artigo 72 da Lei 9.605/98 determina que "a apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do *caput* obedecerão ao disposto no art. 25

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 263

desta Lei"[35]. O intuito do legislador é normatizar a destinação final dos instrumentos, equipamentos e petrechos utilizados na infração, a qual poderá ser a destruição ou a doação destes bens.

Embargo de obra ou atividade e demolição de obra

O artigo 72 parágrafo 7º da Lei 9.605/98 estabelece que o embargo e a demolição serão aplicados quando "o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares".

Embargo e demolição são sanções rigorosas que devem ser aplicadas a casos graves. O primeiro tem fundamento no princípio da precaução, cujo comando determina a prevenção dos danos ambientais, desde que possam ser previamente detectados. Assim, o embargo figura como importante instrumento para a efetivação da Política Nacional do Meio Ambiente. A demolição é medida extrema, mas necessária para a restituição do *status quo* anterior. Se a construção não observou as prescrições legais ou regulamentares, há dano ambiental e para a recuperação da sadia qualidade do meio ambiente a obra deve ser demolida. É atitude grave, mas legal e proporcional ao dano provocado.

Sanções restritivas de direito

De acordo com o artigo 72 parágrafo 8º, as sanções restritivas de direito são:

> I – suspensão de registro, licença ou autorização;
> Il – cancelamento de registro, licença ou autorização;
> III – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
> IV – perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
> V – proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

---

35 Art. 25 da Lei 9.605/98 – Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. §1º. Os animais serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados. §2º. Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições cientificas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes. §3º. Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições cientificas, culturais ou educacionais. §4º. Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 264

Observa-se que as sanções restritivas de direito são rigorosas e constituem um relevante meio indireto de proteção do patrimônio cultural. Assim como as demais sanções, deverão ser utilizadas com proporcionalidade e bom senso pelo IPHAN.

Procedimento

O procedimento para a apuração da responsabilidade administrativa também está previsto na Lei de Crimes Ambientais. Em primeiro lugar, constatada a infração, qualquer pessoa poderá representar às autoridades do SISNAMA para que haja o exercício do poder de polícia no tocante à infração administrativa ambiental. Orientação distinta é dada aos funcionários dos órgãos ambientais, pois a autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

Uma vez constatada a infração administrativa ambiental, a autoridade que possui atribuição para fiscalizar (relembre-se que nem todo funcionário do órgão ambiental tem atribuição para fiscalizar) deverá lavrar o Auto de Infração, que é a peça inaugural do processo administrativo ambiental que irá apurar a responsabilidade administrativa. Este Auto de Infração deverá conter a identificação do agente da conduta, a descrição da conduta e a indicação da multa prevista para a conduta, bem como, se for o caso, as demais sanções estabelecidas no Decreto. É extremamente importante que o servidor designado para as atividades de fiscalização tenha o máximo de cuidado na correta lavratura do Auto de Infração. Se este estiver com determinados tipos de vícios, poderá acarretar a declaração judicial de nulidade do Autor e, assim, toda nulidade do processo administrativo, ou na redução da multa, se esta tiver sido aplicada desproporcionalmente. De nada adianta aplicar altíssimas multas, exercer o poder de polícia, movimentar todo um aparato estatal para depois o auto de infração ser declarado nulo por falta de certeza e liquidez do título.

Estando o Auto de Infração em condições exatas, haverá o prazo máximo de vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra ele, contados da data da ciência da autuação. Após a resposta do infrator, abrirá prazo de trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação. Da decisão condenatória, o infrator terá vinte dias para recorrer à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA –, ou à Diretoria de Portos e

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 265

Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação. A partir da notificação, o infrator tem cinco dias para o pagamento da multa.

Merece aplausos a decisão do legislador em adotar um procedimento simplificado para a apuração da responsabilidade administrativa, acarretando agilidade e eficiência no processo administrativo. Cabe ressaltar que é aplicável, subsidiariamente, a lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, por ser esta a lei geral que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Uma observação final deve ser feita. Como se viu, é a autoridade administrativa ambiental que irá apurar a responsabilidade administrativa e aplicar as sanções decorrentes. Considerando que um dos atributos do ato administrativo e do poder de polícia é a auto-executoriedade, não é necessária a intervenção do poder Judiciário para o cumprimento da sanção.Só é preciso intervenção judicial para o cumprimento forçado da sanção. Assim, o IPHAN tem poder para impor multas ou quaisquer outras sanções administrativas. Mas se o infrator não as cumprir espontaneamente, o IPHAN terá que se socorrer da via judicial, para compelir o administrado a cumpri-las[36].

36 Com o objetivo de ilustrar o exposto acima, vamos citar alguns exemplos práticos de aplicação das sanções administrativas ambientais para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Caso 1 – proprietário de imóvel em sitio urbano tombado, que ao restaurar sem autorização do IPHAN, altera a fachada e a estrutura do imóvel. O funcionário designado para a atividade de fiscalização, ao tomar conhecimento da infração, lavrará Auto de Infração, com a identificação do proprietário, descrição da infração e as sanções previstas no art. 72 da Lei 9.605/98 para aquele caso, já ficando devidamente notificado o proprietário. Deverão ser enviadas cópias do Auto para o Ministério Público, na forma de *notitia criminis*, para que este proceda a responsabilidade criminal do proprietário. Também deverá ser remetida cópia para a Procuradoria do IPHAN para que ajuíze Ação Civil Pública, para fins de responsabilidade civil. Uma vez protocolado o Auto de Infração, será aberto processo administrativo. O proprietário terá vinte dias para a defesa, e o julgamento ocorrerá em trinta dias, contados da data do Auto de Infração. Poderão ser aplicadas, por exemplo, as sanções de multa simples no valor de R$ 10 mil R$ 200 mil, de perda de incentivos e benefícios fiscais, dentre outras, a juízo da autoridade competente, que poderá convertê-las em serviços de preservação e melhoria ambiental. O infrator terá cinco dias para o pagamento da multa, contados da notificação da decisão. Se não houver pagamento espontâneo da multa, o valor atualizado será inscrito em Dívida Ativa, de onde será extraída a Certidão de Dívida Ativa (CDA). Esta constitui título executivo extrajudicial, devendo a Procuradoria ajuizar a Ação de Execução Fiscal para a cobrança do crédito. Caso 2 – construção em local não permitido ou em desrespeito aos preceitos regulamentares, em função do valor paisagístico protegido. Em caso de construção irregular em área que prejudique a visibilidade de uma paisagem protegida, é válido o exposto no Caso 1 acima. Ressalte-se que, além da multa de R$ 10 mil a R$ 100 mil, poderá ser utilizado o Embargo, durante a construção, e se houver desrespeito ao Embargo administrativo, deve-se socorrer do Poder Judiciário. Se houver decisão favorável à paisagem, a obra deverá ser demolida. Enfim, o intuito destes casos é demonstrar toda a gama de sanções que podem ser utilizadas pelo IPHAN na proteção do patrimônio. Os instrumentos legais já existem, faltando apenas o enquadramento legal para que o Instituto possa utilizar tais instrumentos. Cabe ressaltar que a aplicação destes instrumentos é obrigatória, sob pena de co-responsabilidade dos servidores omissos.

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 266

Fundo destinatário das multas

Atualmente, há dois fundos que poderiam abrigar as multas simples ou diárias decorrentes de infrações administrativas ambientais. O primeiro é o Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei 7.797, de 10 de julho de 1989; o outro é o Fundo Nacional de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, criado pela Lei 7.347 de 24 de julho de 1985. Entretanto, nada impede que seja criado um fundo próprio para o patrimônio cultural, com critérios específicos para o financiamento de projetos voltados para a preservação do patrimônio. A criação do fundo deverá ser feita mediante lei, em virtude do princípio da legalidade.

Cumpre esclarecer que 10% dos valores arrecadados irão para o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o restante para um fundo designado pela própria autoridade competente, conforme previsto no artigo 3° do Decreto 3.179/99. O próprio dispositivo legal em cotejo confere à autoridade competente a faculdade de alterar o percentual.

A criação de um Fundo Nacional do Patrimônio Cultural é de extrema importância e poderá seguir o modelo do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Este fundo deverá ser corrigido por um índice escolhido dentre os existentes. A gestão do Fundo ficará a cargo de um Comitê Gestor, composto por servidores do IPHAN, do Ministério da Cultura, de outros entes governamentais e pela sociedade civil organizada. Uma vez criado o Fundo, suas verbas poderão ser utilizadas no financiamento de projetos de preservação patrimonial, bem como na própria estrutura administrativa do Instituto, que, como se sabe, é carente de dotações orçamentárias mais significativas. Para oferecer maior transparência e evitar desvios de verbas, é de boa medida a criação de uma Corregedoria e uma Ouvidoria dentro da estrutura do IPHAN, a primeira com funções de fiscalizar os próprios funcionários em relação ao cumprimento das normas legais e morais e o segundo como um canal de comunicação entre administrado, servidor e Instituição, recebendo sugestões e possíveis denúncias.

Conclusões

Ante o exposto, conclui-se que, conforme os princípios da teoria geral do direito, a Lei 9.605/98 revogou todas as sanções administrativas previstas na legislação de patrimônio cultural. Entretanto, as normas jurídicas de preservação do patrimônio cultural estão em pleno vigor. Como foi observado no decorrer do texto, tais afirmativas tornam problemática a competência do

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 267

IPHAN para a apuração da responsabilidade administrativa. Este trabalho procurou dirimir esta questão, através de reflexões sobre os diversos caminhos jurídicos possíveis para que o Instituto possa exercer regularmente seu poder de polícia e, assim, cumprir sua missão institucional de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Neste sentido, o melhor caminho a ser seguido é a entrada do IPHAN no Sistema Nacional de Meio Ambiente. Esta proposta resolve juridicamente o problema da competência, já que a Lei 9.605/98 atribui a competência para os órgãos do SISNAMA. Do ponto de vista conceitual, a proposta é justificada pela atual compreensão de meio ambiente, que conjuga os aspectos naturais e os culturais. Esta concepção ambiental, como vimos ao longo do trabalho, está presente tanto na doutrina quanto na legislação internacional e nacional constitucional e infraconstitucional sobre o tema. Ainda que haja críticas sobre este entendimento amplo de meio ambiente, é fato que a legislação brasileira está carregada de sentidos da filosofia socioambiental. Exemplo é a própria Lei de Crimes Ambientais, que dispõe sobre patrimônio. Além disso, a proposta ora em tela terá também efeitos políticos, pois irá aproximar o Instituto dos debates que vêm ocorrendo sobre patrimônio na esfera ambiental. Assim, a inclusão do IPHAN no SISNAMA, com fundamento na legislação em vigor, revela-se como a base jurídica e política necessária à resolução da problemática ora enfrentada.

Após a apresentação das respostas a que este trabalho se propõe, sentiu-se a necessidade de avançar e aprofundar algumas questões decorrentes da aplicabilidade da Lei de Crimes Ambientais para a apuração da responsabilidade administrativa. Neste sentido, foram feitas algumas reflexões sobre as sanções administrativas, procedimento e fundo destinatário das multas porventura arrecadadas. À guisa de conclusão, cabe o registro de que, no tocante à multa simples, o legislador adotou o sistema da responsabilidade subjetiva, distinto da responsabilidade em matéria ambiental, que é objetiva. Relembre-se que a Lei 9.605/98 já está regulamentada pelo Decreto 3.179 de 11 de setembro de 1999, e que ambos possuem alguns problemas, que foram apontados no presente trabalho, mas cuja solução em curto prazo (e isto é viável), tornará o sistema jurídico harmônico em sua integralidade, convertendo-se num instrumento arrojado e eficiente de proteção do patrimônio cultural.

Por fim, cumpre ressaltar a extrema relevância de que o IPHAN implemente as sanções administrativas e torne sistemática a sua aplicação, nos casos em que

PEP08 - Guilherme 10/1/07 3:36 PM Page 268

for necessário. Tais medidas deverão, sempre que possível, ser acompanhadas de ações de educação patrimonial, especialmente as preventivas. Com isto, as ações de proteção do patrimônio se tornarão mais eficazes. Com este trabalho, espera-se ter contribuído com o IPHAN e com sua missão de preservar a memória brasileira.

Referências bibliográficas

BESSA, Paulo. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais – o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

LANARI BO, João Baptista. *Proteção do patrimônio na UNESCO:* ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.

LIMA, Andre (org). *O Brasil por um direito socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARÉS, Carlos. *Bens culturais e proteção jurídica.* Porto Alegre: Unidade Editorial da Prefeitura, 1997.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Fundamentos do Direito Ambiental no Brasil. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 706, 1994.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. São Paulo: Saraiva, 1987.

REISEWITZ, Lucia. *Direito ambiental e patrimônio cultural*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica da diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, Jose Afonso da. *Direito Constitucional ambiental*. São Paulo: Malheiros, 1997.

UNESCO. *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural.* Linha de ação n. 14. Paris: 2 nov. 2001.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 269

Proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes – Considerações sobre o patrimônio

Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante



Resumo

O presente artigo considera alguns aspectos da política pública de preservação dos bens culturais no Brasil, a partir da proposição de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina, Piauí. Visa estabelecer a relevância desse bem para o patrimônio cultural do país, a partir de uma perspectiva histórica de suas características físicas e valores simbólicos que lhe são atribuídos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é situar as obras em questão no âmbito das práticas religiosas e das manifestações artísticas concernentes à diversidade de universos de significação e vivência que constituem a realidade brasileira.

Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante Historiadora, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO, na 19ª Superintendência Regional do IPHAN, em Teresina, durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da historiadora do IPHAN Ana Clélia Nascimento e, a partir de agosto da arquiteta e urbanista do IPHAN, mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional Diva Maria Freire Figueiredo.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 270

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa produzida no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio – IPHAN/ UNESCO – com o objetivo de subsidiar a proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Bairro Vermelha, em Teresina.

O bem cultural em questão compõe-se do espaço da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, a saber, sua arquitetura e bens integrados[1]. Estes – esculturas, pinturas e peças de mobiliário –, ligados diretamente ao ritual católico, com funções litúrgica, utilitária ou decorativa, constituem, junto aos demais elementos da edificação, um todo orgânico.



FIGURA 1 Interior da Igreja

Tal templo religioso é conhecido pelo caráter diferenciado de sua composição, expresso no repertório sacro de inspiração popular e na qualidade rústica de seu arranjo, que lhe conferem um aspecto bem pitoresco e regional. Sua importância relaciona-se ainda ao caráter museal que possui, devido ao fato de abrigar obras de artistas piauienses de renomada produção no Estado: esculturas e talhas, de mestre Dezinho[2] e mestre Expedito[3]; e telas de Afrânio Castelo Branco[4]. Os dois primeiros são artistas populares, detentores do saber de, com exímia perfeição, dotar a madeira das peculiares formas sagradas – ofício de *Santeiro*, co-

1 A categoria de Bens Integrados se refere aos objetos artísticos que estão agregados à arquitetura, seja diretamente fixados a ela, ou relacionados ao seu espaço circundante, por suas dimensões, proporções, localização e tratamento, e que por sua vinculação à superfície construída, só podem ser destacados mediante esforço planejado e cuidadoso, assim mesmo deixando em seu lugar a marca da violência sofrida (COSTA, 2000).

2 Mestre Dezinho, nascido em Valença-PI, iniciou sua carreira como ajudante de marcenaria, depois se dedicando à fabricação de ex-votos. Trabalhou como vigia noturno de praça no bairro da Vermelha e, posteriormente, na construção da Igreja. É o pioneiro da Arte Santeira Piauiense.

3 Mestre Expedito é procedente de Domingos Mourão-PI, também marceneiro em sua cidade natal e iniciou a vida de escultor com a produção de ex-votos. Participa de muitas feiras e exposições por todo o país. É atualmente um dos maiores produtores de Arte Santeira.

4 Afrânio Pessoa Castelo Branco, pintor teresinense, formou-se pela Escola Nacional de Belas Artes, em 1960. É um dos mais conhecidos pintores de arte moderna do Piauí.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 271

mo é conhecido no Piauí – e o último é um expoente da pintura expressionista piauiense.

O acervo contido no templo marca o reconhecimento da Arte Santeira Piauiense. A propagação da expressão cultural que leva essa denominação difundiu-se como fenômeno artístico, no início da década de 1970, a partir da relevância que as esculturas de mestre Dezinho, presentes na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, acabaram alcançando no cenário das artes populares nacionais. Este trabalho foi cartão de visitas do universo de produção das esculturas populares piauienses de temática religiosa, que se tornaram, então, importante referência da produção cultural do Piauí, ocupando os principais espaços de representação do estado em feiras de arte e artesanato.

A edificação da Igreja veio marcar um momento decisivo na maneira de conceituar, absorver e interagir com a Arte Santeira. Originalmente ligada às devoções domésticas, a confecção dos santos em madeira no território piauiense, no contexto da descoberta e valorização das artes populares pelo mundo estético e artístico, nas décadas de 1960 e 1970, passou a ser considerada e referenciada como uma categoria de arte. Seu conteúdo simbólico e o universo de produção de sentidos por ela mobilizado, enquanto uma manifestação cultural, foram permeados de outras significações, que redimensionaram, inclusive, a produção dos Santeiros – definida em função de uma demanda de consumo, lança mão de representações temáticas de personagens, cotidianos, hábitos e ofícios concernentes ao imaginário popular acerca do sertão.

Situar a Igreja Nossa Senhora de Lourdes no campo das questões do patrimônio envolve a consideração de aspectos que retomam pontos de discussão evidenciados há muito na trajetória do IPHAN e que dizem respeito à representatividade do popular na delimitação institucional do patrimônio cultural do Brasil. O valor representativo, o *status* e a classificação dessa tipologia de bem no âmbito do IPHAN refletem as discussões epistemológicas do campo das artes, da história e da antropologia, e os próprios contextos mundial e nacional em que são elaboradas as políticas de patrimônio.

Considerando esses fatores, ao proceder uma análise no âmbito dos objetivos do PEP, em relação a uma especialização concernente à área do patrimônio, aplicada aos saberes e fazeres do IPHAN, a presente proposta é a decodificação da linguagem plástica apresentada na Igreja, a partir de uma perspectiva histórica dos significados expressivos referentes à inserção desta na cultura local e dos atributos artísticos de sua configuração popular, com vias a justi-

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 272

ficar a proposição de inscrição deste bem nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes.

O trabalho de pesquisa, levantamento de informações e coleta de material foi realizado em atendimento à Portaria IPHAN nº 11, de setembro de 1986, e Ordem de Serviço Nº 002/2002. Seguindo estas determinações, constam desse estudo o levantamento dos dados técnicos e descrição pormenorizada dos objetos, disponíveis nas fichas de Inventário de Bens Móveis e Integrados – INBMI, realizado pelo IPHAN nesta Igreja; a coleta de materiais bibliográficos e jornalísticos acerca da Igreja e suas obras de arte integradas; e a análise da relevância desses bens para o Patrimônio Cultural do país a partir do estudo, numa perspectiva histórica, de suas características físicas e dos valores simbólicos que lhes são atribuídos. Nesse sentido, a análise proposta envolve a consideração do bem cultural em questão no âmbito das práticas religiosas brasileiras e, também, das manifestações artísticas concernentes ao universo de significação e vivência construído em torno das imagens do sertanejo nordestino.

Com este objetivo, o caminho percorrido para acessar o universo simbólico da Igreja consistiu em observar os elementos peculiares de sua composição, apreender o significado do conjunto a partir de um olhar de espectador e então investigar sua contextualização a partir das vozes sussurradas pelos elementos da composição e das vozes que forjam o espaço, considerando a fala que o bem pôde adquirir para si próprio ao longo de sua existência. Por fim, descortinar através de conceitos e hipóteses algum significado – o segredo desvendado que nos permite olhar, apreciar, sentir, remontar as contingências do bem.

O lugar do *popular* no patrimônio

Levadas em consideração desde o projeto de Mário de Andrade – fundamento da iniciativa estatal nos rumos da organização de um serviço de proteção do patrimônio – as artes populares apresentavam a preocupação de situar a força representativa do *povo* no cenário nacional que se buscava construir no momento[5]. Para o autor do anteprojeto de constituição do IPHAN, as criações populares revelavam em sua manifestação viva e dinâmica as raízes da cultura brasileira.

5 Nos anos finais da década de 1930, quando o Estado se lança à proposta de construção de uma identidade nacional – momento bem marcado na política governamental pela própria criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1937 – a questão da nacionalidade brasileira pautava-se no projeto dos modernistas de constituição de uma identidade que resgatasse o popular, o tradicional e o local como elementos conformadores de uma história autenticamente brasileira.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 273

Com a instituição do Serviço de Patrimônio no aparato governamental, o lugar do "popular" ficou marcado pelo Decreto-Lei nº 25 no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Os artefatos produzidos pelo *povo* com as mais diversas funções – ritualísticas, utilitárias, decorativas – figuraram, nesse primeiro momento, em razão do caráter demonstrativo e explicativo das diversas formas de existir, expressando o que de mais pitoresco, fantástico e também habitual perpassava no cotidiano e na forma organizacional dos segmentos sociais ditos populares. Algumas vezes, essas expressões culturais foram tomadas, também, a partir de uma valoração histórica, com objetivo de situá-las numa temporalidade e resgatar, na sua tradicionalidade e permanência, as vicissitudes culturais do processo histórico de formação da nação.

Trazidas à tona, reveladas pelo interesse das pesquisas dos folcloristas que emergiram nas décadas iniciais do século XX – momento marcado em alguns setores da sociedade brasileira pelos processos de industrialização e urbanização, que pareciam absorver e desorganizar as formas tradicionais de existir e de fazer – as expressões da *cultura* popular, estabelecidas perante a determinação rígida e universalizante de um conceito de arte, marcada na oposição entre popular e erudito, figuraram como alvo das operações de resgate da "autêntica" cultura brasileira.

Esse panorama começa a sofrer modificações no período pós-guerra, com a aparição de outros determinantes para a categorização dos artefatos populares:

> As convenções artísticas, em processo de mudança estrutural desde o final da primeira Grande Guerra (1914-1918), pareciam atingir a maturidade, após o explosivo vigor da década de 1920, quando novas correntes artísticas (Fovismo, Expressionismo, Cubismo, Dadaísmo, Purismo, Construtivismo) entraram na América Latina. Os conceitos de arte (belas-artes, artes decorativas, utilitárias) e as próprias fronteiras entre as diversas linguagens artísticas (pintura, escultura, arquitetura, etc...) são questionados (Mascelani, 1998, p. 130).

Esse cenário determinou outra abordagem para o fazer artístico no âmbito do patrimônio, que nasce da compreensão da possibilidade plural de representações do real e da multiplicidade de sujeitos do processo histórico. Destituindo um padrão universal para categorizar o objeto artístico, a acepção do artefato cultural como representação de uma cultura, portanto como fonte para conhecê-la, muda toda a forma de dimensioná-lo, pois se quebra a rigidez de

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 274

uma análise puramente estética, ou de uma compreensão historiográfica exclusivamente contextual.

Também as demandas de setores sociais vindos à cena política, em todo o mundo, na forma de movimentos civis organizados, como o de negros, mulheres, campesinos, indígenas e outras minorias econômicas, sociais e políticas, especialmente após a década de 1960, marcaram o alargamento da esfera patrimonial com a eclosão de novos sujeitos, tensões e conflitos.

A política do patrimônio sofre o impacto dessas demandas culturais e políticas que pedem o reconhecimento de outras esferas da produção cultural e aprofundam a necessidade de rever os enfoques concernentes à definição e formas de acautelamento que instrumentavam as ações do IPHAN. O próprio surgimento de novas considerações no campo da história, de acordo com Cecília Londres FONSECA (2005), somente na década de 1980 começam a ser consideradas e absorvidas pela argumentação das proposições de tombamento efetuadas pelo IPHAN, estabelecendo novos paradigmas para a valoração dos bens culturais no âmbito do patrimônio:

> [...] a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referências a significações históricas, às vezes fluídas, sem precisão cronológica ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período – problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política (FONSECA, 2000, p. 195).

O novo panorama, marcado pela atuação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC – e da Fundação Pró-Memória[6], nas décadas de 1970 e 1980, estabeleceu a consideração de outra valoração que não a do campo consolidado, se contrapondo às posições etnográficas e folclóricas que situavam a cultura popular a partir de uma posição desprivilegiada, operada na oposição dominante/dominado.

A percepção, que aos poucos se instalava nas políticas do patrimônio, estabelecendo um alargamento do campo de atuação do IPHAN, levou, também à

6 O CNRC, nesse momento, realiza estudos, pesquisas e inventários inovadores, com o objetivo de compor um sistema referencial básico que pudesse ser utilizado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Já o advento da Fundação Pró-Memória, como órgão executivo das políticas de patrimônio, foi marcado pelo princípio de inserção da sociedade na constituição e gestão de uma política de patrimônio.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 275

admissão dos valores histórico e artístico a bens de datações recentes. Nesse panorama, um novo quadro de referências se tornou necessário para considerar a nascente, ampla e multifacetada categoria de bens que surgiam nas novas proposições de tombamentos, ocasionando a atualização das categorizações com a consideração de bens de diversas naturezas: imóveis, móveis, integrados e, mais recentemente, imateriais.

Foi pensando nessas questões, na problemática que os novos conceitos e interpretações traziam à consideração dos bens culturais, e na sua incorporação à prática dos organismos que lidam com a preservação, que se situou a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, realizada pela UNESCO, em 1989, com os países membros. No Brasil, uma vez que a Constituição de 1988 já incorporara a preservação das artes e fazeres populares sob os auspícios "de referência à diversidade dos grupos formadores da nação", as preocupações com as formas dinâmicas de expressão do popular, no meio institucional, ficaram sintetizadas na Carta de Fortaleza de 1997, estabelecendo diretrizes e recomendações para a salvaguarda desse patrimônio.

Dada esta perspectiva, pode-se remontar a trajetória de atribuição de valor imbricada à determinação do patrimônio. Este procedimento implica em operar escolhas que são referenciadas na cultura global, nos contextos regionais e na prática institucional, feitas em espaços-tempos específicos, que vão legar um determinado bem cultural à memória ou ao esquecimento.

Nesse sentido, a consideração da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, no âmbito dos valores e critérios que compreendem a esfera do patrimônio, perpassa todo esse *continuum* de questões. Por se tratar de um bem construído com a proposição de representação do popular, de conseguir agregar em sua composição elementos que resgatam a tradicionalidade e recriam expressões da cultura popular regional em diferentes e atualizadas linguagens artísticas, esse é um espaço privilegiado para situar as discussões de desnaturalização dos valores que elegem e classificam bens culturais como portadores da memória nacional.

Sobre lançar olhares ao patrimônio cultural

Um artefato apresenta a cultura que o produziu: em sua dimensão material, evidencia alternativas e possibilidades de materiais e instrumentos disponibilizados e restritos em função do meio físico, do acesso e da compatibilidade com as habilidades de confecção, ou seja, dá a conhecer as obras e o estado tecnológico do grupo que a produziu. Também informa uma escolha plástica e um

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 276

gosto estético. À configuração física é articulada a outra dimensão do patrimônio expressa em valores e posturas, concepções de mundo, de vida, relações de sociabilidade; referências culturais, que trazem à tona trajetórias de vidas, aspirações e necessidades do meio social onde se produz ou consome determinada expressão cultural.

Para Stephen Greenblatt (1991, p. 7-8) são duas as maneiras – ressonância e encantamento – pelas quais, uma cultura apresenta a si própria através de um artefato material exposto:

> Por ressonância entendo o poder dos objetos de alcançarem um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. Por encantamento entendo o poder do objeto exibido de pregar o espectador em seu lugar, de transmitir um sentimento arrebatador de unicidade, de evocar uma atenção exaltada.

As percepções – ressonante ou encantada – resultam na construção do objeto exposto pelo ser que o observa. A ressonância ligada às contingências de origem, de transformação ou permanência do objeto numa cultura, de sua própria existência ao longo do tempo. O encantamento, por sua vez, deriva da apresentação física do objeto, das características da criação, das respostas que o estímulo visual provoca no espectador, enfim, do atributo artístico que lhe é conferido socialmente.

Perceber a ressonância é evocar a historicidade, as condições de produção, de uso, a inserção do objeto no conjunto onde é lido e a relação com a realidade que lhe propicia determinada leitura. O tempo ressonante prescinde de recuos temporais extensos ou datações precisas. É o diálogo do objeto com o seu expectador que constrói a realidade histórica. Esta que contém significações da experiência pessoal e a temporalidade difusa dos sentidos e representações que integram o legado de saberes e sensibilidades de toda uma coletividade.

Para escutar os sons ressonantes não cabe instituir o contexto, o palco temporal onde as peças atuam, mas as condições de produção materiais, mentais, sociais, políticas e econômicas nas quais lhe são dadas existir; captar a rede de relações que ligam as práticas representacionais culturais do presente entre si e com o passado. Este procedimento, para Greenblatt, se realiza pela

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 277

> [...] tentativa de reduzir o isolamento das obras primas individuais, de iluminar as condições de sua feitura, de revelar a história de sua apropriação e as circunstâncias em que chegaram a ser exibidas, de restaurar a tangibilidade, a abertura, a permeabilidade de fronteiras que possibilitam aos objetos, antes de mais nada, ganhar existência (GREENBLATT, 1991, p. 8).

No âmbito do patrimônio, durante muito tempo, a ressonância se ateve aos "momentos históricos" da nação, bem datados e exaltados. Nas últimas décadas, no entanto, a compreensão dos bens culturais em termos das possibilidades variadas de representação do real e da multiplicidade de sujeitos do processo histórico propiciou uma revisão do recuo temporal e do caráter monumentalizador dos acontecimentos.

O olhar encantado, por sua vez, durante a trajetória do IPHAN, manteve-se em duas lentes: a da excepcionalidade e a da alteridade, que selecionou, classificou e hierarquizou a variedade de bens componentes da diversidade cultural brasileira em categorias valorativas de artisticidade e historicidade.

Despida do estranhamento, da sensação de maravilhamento exótico, que em geral uma visita ao desconhecido provoca, a postura de encantamento sofreu, numa conjuntura histórica mais recente, um processo de libertação. O olhar que limitava a apreciação artística em função de cânones estabelecidos e consagrados, que construíam a dicotomia entre arte culta e arte popular – oposição que, na verdade, constitui um pressuposto que disfarça a mais radical oposição entre arte e não arte – sofreu no transcorrer do século XX uma mudança propiciada pela superação dos padrões estéticos, iniciada no campo artístico em fins do século XIX com o Art Nouveau; e com o Art Déco e Bauhaus nas primeiras décadas do século seguinte.

A classificação oposicional e excludente que compreende as categorias popular e erudita esteve presente na atuação do IPHAN, que somente a partir da década de 1970 tem uma significativa inserção das manifestações populares, culturais e artísticas, no rol dos bens eleitos para a representação da identidade nacional.

O processo de atribuição de valores a esta categoria de bens culturais constrói, na sua trajetória de seleção, critérios que se revelam em tentativas de remeter o caráter popular ao perfil social dos produtores de determinada expressão cultural, constituindo, desta forma, tentativas vãs de descobrir um caráter próprio aos fenômenos da cultura. Para Chartier (2003), classificações desta forma, sociologizantes, redundam, ou em uma compreensão da cultura popu-

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 278

lar como autônoma, que se fecha sobre seus sentidos próprios, cuja alteridade não pode alcançar, ou como estando ontologicamente inserida na relação de dominação das culturas "superiores".

A dicotomia que limita o olhar e hierarquiza a cultura não deve ser adentrada, mas é necessário cuidar-se para não ceder ao risco, explicitado por Chartier, de neutralizar as diferenças que envolvem a exposição das práticas culturais:

> Aceitar uma tal perspectiva seria esquecer que os bens simbólicos, assim como as práticas culturais, são sempre objeto de lutas sociais que têm por risco sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação) (CHARTIER, 2003, p. 153).

Tendo em vista tal assertiva, a visão que se propõe para considerar a Igreja Nossa Senhora de Lourdes no âmbito do patrimônio não se baseia em padrões estéticos pré-estabelecidos, mas visa considerar a expressão cultural no processo histórico de constituição de si mesma, através do processo de constituição dos grupos que criam suas próprias referências e que, através da observação, apropriação e internalização de símbolos e imagens ressignificam no interior de um grupo o que lhes era estranho.

Desta maneira, a compreensão da cultura ou das produções culturais deve se dar em termos da pluralidade de usos e interpretações, da multiplicidade de apropriações, que se constroem a partir de práticas específicas e determinações fundamentais em cada grupo cultural.

Admitindo as modalidades diferentes da apropriação, o convite a visitar a Igreja Nossa Senhora de Lourdes sob o duplo olhar encantando e ressonante é um chamado à experimentação de um universo simbólico e de produção de sentidos que se faz pela apropriação do conjunto revelador de cores, formas, texturas, que evocam memórias, (re)conhecimentos de uma realidade e (re)construções de significados.

O olhar encantado

> O olhar pode se dizer encantado quando o ato de atenção fecha um círculo ao redor de si mesmo, do qual, com exceção do objeto, tudo fica excluído, quando sua intensidade bloqueia todas as imagens circundantes, silencia todas as vozes murmurantes (GREENBLATT, 1991, p. 13).

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 279

Segundo o próprio Stephen Greenblatt, é mais apropriado que o apelo inicial na exposição de um objeto deva ser o de encantamento, pois devido ao caráter impactante do maravilhamento que provoca, conduz mais facilmente à ressonância.

O efeito da beleza, por ter um caráter mais acessível e livre que a compreensão histórica, torna o bem mais inteligível e desperta a atenção do observador para o entendimento de sua própria cultura, daí a importância da fruição artística como fonte de conhecimento. Assim, são os elementos causadores do encantamento que fornecem os indícios para trilhar o caminho da ressonância.

O olhar encantado na Igreja atenta para os elementos construtivos da arquitetura racional, sóbria, austera, evidenciada pela linha reta, pela economia de materiais, basicamente o piso de pedra e o teto em treliças de madeira com disposição diagonal e cruzada, único elemento a sugerir movimento. Atesta as dimensões das esculturas, em tamanho equivalente a quem a elas se dirige, e suas expressões caricaturais por vezes tristes, espantadas, perscrutadoras.

Paradoxalmente, são as faces não realistas que evocam o caráter valorosamente humano, traduzido pelas expressões dos rostos. Tais imagens diferem das mais comumente encontradas nos altares das igrejas, cuja apresentação sugere mais elevação, tranqüilidade, calma, suavidade. As do Mestre Dezinho, pelo contrário, seguem mais a linha dionisíaca – afeitas à tragédia, às angústias e



FIGURA 2 Telhado



FIGURA 3 Anjo tocheiro do altar

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 280



FIGURA 4 Painel policromado com o Cristo Crucificado



FIGURA 5 Anjo sentinela do altar



FIGURA 6 Anjo tocheiro do altar

paixões humanas, inclusive expressas na composição diferenciada de suas vestimentas que, ao invés de proporcionar à visão uma iminência de flutuação, parecem firmá-las no solo áspero de pedra. Não perdem sua tragicidade nem mesmo pelas características que poderiam fazê-las engraçadas, visíveis nos seus trejeitos peculiares, embora exista uma propensão ao lúdico na riqueza dos elementos que decoram o vestuário, demasiadamente trabalhado.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 281



FIGURA 7 Pia batismal com guardião ao fundo

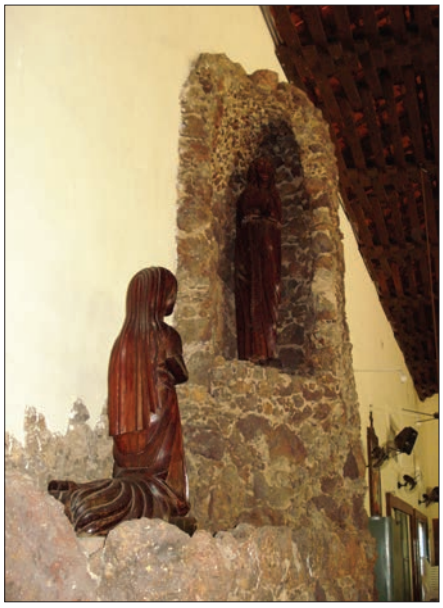


FIGURA 8 Gruta de N. Srª. de Lourdes e Santa Bernadete

Ricamente decorados, bem ornados de elementos e com cores expressivas, os anjinhos do retábulo e as figuras da pia batismal são presenças alegres. O figurativismo e o colorido das pinturas dão um ar gracioso, por vezes pueril, e dialogam interessantemente com a tragicidade. Até a via sacra se torna mais amena, favorecendo um ar de ingenuidade, de resignação, de mágica, contribuindo para uma atmosfera contente e pulsante.

As linhas, formas e composição expressas nas pinturas figurativas do pintor Afrânio Castelo Branco, seguem o caminho linear para as pinceladas que não demarcam volume, perspectiva ou contraste de luz. A expressividade maior está no uso generoso das cores, enquanto que as pinturas murais do retábulo e da pia batismal, feitas em alto relevo, apresentam textura e volume. O resultado cria um universo fantástico de imagens que dotam as cenas bíblicas de um conteúdo folclórico.

O olhar encantado busca o gênio artístico, a habilidade da criação, a revelação interior, tem um efeito intimista, aguçado pelas formas e cores. Ele se direciona para o que é descrito por Ariano Suassuna (2002) como o "princípio ativo, profundo, determinante e enigmático do ser", que é um constituinte da forma, esta que não se resume à manifestação física exterior da obra.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 282

Detalhar aqui a percepção encantada seria recair numa filosofia da arte ou num estudo psicológico, que não são objetivos deste trabalho, e que se tornaria difícil pelo perigo de recair em um encantamento pessoal. Portanto, é feita a opção por me deter ao processo do despertar da ressonância a partir dos canais de percepção possibilitados pelo encantamento. Procedimento que consiste em construir uma história social dos processos de apropriação que se evidenciam na constituição das identidades em jogo.

Cada um dos elementos da composição é capaz de dirigir para si um olhar de encantamento, embora, tomados em conjunto, se configurem apostos, formando uma unidade totalizadora. Trazidos à tona pelo olhar encantado, esses elementos podem transformar-se em eco ressonante, permitindo evidenciar as condições e processos que fundamentam a produção de sentidos relativos à Igreja.

Primeiramente, consideremos alguns aspectos da forma, onde se assenta o olhar encantado. Segundo Lygia Martins Costa (2002), esta é determinada por fatores que agem sobre o artista como condicionantes. São eles: 1) os conceitos estéticos prevalecentes em determinada época e espaço, que conferem a intenção primordial da composição; 2) os estímulos disponíveis no meio, que despertam uma vontade e sensibilidade; 3) o fator absolutamente pessoal de impulso criativo do artista.

Os condicionantes que regem a produção são partilhados no meio em que os agentes produtores vivem e sua referência simbólica é constituída culturalmente. O artista descobre, no seu processo interior de criação, os caminhos, meios, resquícios de informação e gosto que lhe permitirão conceber a forma. Nesse processo, ele busca a técnica mais apropriada para expressar o seu mundo, que vem do seu ofício, do seu aprendizado, ou de um processo intuitivo. As imagens construídas pelo artista na forma se constituem também na vivência da obra em um universo cultural e na apropriação destas pelos atores sociais.

A produção de sentido é, pois, uma operação dialógica estabelecida entre a proposição de criação do artista e as categorias interpretativas dos espectadores, dos consumidores de determinada expressão cultural. Não pode, portanto, ser tomada universalmente, visto que os diferentes espectadores se apropriam da arte de maneiras particulares e constroem para ela sentidos diversos. No entanto, há um universo representacional que é passível de gerar uma unidade de significados em torno de cada obra. Não uma situação totalizante, hermética, que generalize ou anule as visões de mundo dos sujeitos culturais, mas uma

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 283

construção montada a partir das imagens e significações de caráter mais coletivo, possibilitadas pelo vínculo cultural.

> Somente para quem não conheça, por dentro, os caminhos da Arte, é que pode parecer um paradoxo a afirmação de que, por mais estranho que pareça a princípio, cada um desses mundos particulares revelados pelos grandes artistas termina por ser identificado pela comunidade como algo seu, algo que estava escondido nas suas camadas subterrâneas, irrevelado ou esquecido, e que agora, de repente, um espírito poderoso revelou e trouxe a superfície, para ensinar de novo à comunidade aquilo que ela é, sem saber (SUASSUNA, 2002, p. 269).

Os condicionamentos que atuam na criação atestam a presença de sensibilidades, de padrões estéticos, que se revelam na conservação e na atualização de formas de fazer, de usos, de materiais – recursos expressivos associados às leituras das obras que constituem, por sua vez, representações imagéticas e formas discursivas nas quais são evidenciadas as expressões que os homens constroem de si próprios e do mundo, representações da vida, construções do real.

Os elementos populares expostos na composição do templo religioso do qual se trata aqui, são representações simbólicas que ocultam algo para além da forma, fazem enunciações de construções sociais e históricas internalizadas, que se apresentam quase naturalizadas. Esses signos, por se ancorarem nos fundamentos de organização da vida social, são extratos da memória que permeiam o social, alimentando-o com imagens, sentimentos, idéias e valores que forjam auto-representações e representações do mundo.

Buscando-se as forças que operam na memória no indivíduo e na memória social relacionada à Igreja Nossa Senhora de Lourdes verifica-se que a sensibilidade, que rege a produção das formas e apreciação das obras, está lançada na espiritualidade e no processo histórico de formação de uma identidade, que se consolidou nas representações do sertanejo.

A propriedade da Igreja de funcionar como um lugar referencial que compreende toda uma unidade significativa, de natureza material e mental, tem os seus componentes simbólicos construídos a partir destas representações. Os elementos da composição se ligam profundamente aos referenciais da tradição, cuja permanência nas criações ao longo do tempo são atualizadas, de forma a manter ou transformar as características de expressões culturais arcaicas.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 284

Essas imagens constroem-se pela eleição de símbolos que têm nas expressões do conteúdo emocional e mítico da cultura sertaneja suas mais belas e poéticas representações, geralmente assentadas na imagem que articula o homem ao seu meio, às imposições que a natureza faz ao caráter, ao físico e à vida penosa e de luta.

Desta forma, a imagem coletiva é contextualizada e ressignificada na manifestação cultural que compreende a Igreja. Busca-se aqui, resgatar, apreender, decodificar essas construções simbólicas, captáveis através das imagens sensíveis das artes. Tal sistema de representação, tal rede de significados instauram a unicidade da composição no qualificativo popular, mesmo nos elementos passíveis de serem classificados de erudito.

> O "popular" não se encontra no *corpus* que seria suficiente delimitar, inventariar e descrever. Antes de tudo, ele qualifica um modo de relação, uma maneira de utilizar os objetos ou as normas que circulam em toda a sociedade, mas que são recebidos, compreendidos, manipulados de diversas formas (CHARTIER, 2003, p. 153).

Independentemente das idéias de intencionalidade do processo criativo, de gratuidade da produção e do caráter imediatista das esculturas ou dos entalhes, enquanto dimensão material de expressões culturais vivas e dinâmicas ligadas diretamente à existência e práticas de um coletivo – fatores que caracterizam a produção do artefato dito popular – o valor que se busca assinalar é o que a composição como um todo apresenta: o vínculo que liga o objeto da criação às visões de mundo que o cercam na atividade criadora e principalmente na sua apropriação. Nesse sentido, o *popular* e o *erudito* presentes na igreja participam do mesmo conjunto simbólico e sistema de imagens.

A leitura do conjunto é o que compõe a característica popular. Os traços morfológicos das esculturas e o figurativismo das pinturas conduzem para essa leitura. Nas obras de Afrânio é justamente o estilo pelo qual a temática é traduzida que mobiliza os referenciais da memória social no processo intencional de escolha de elementos da arte *primitiva.* Conforme Roberto Pontual (1969), a inspiração deste artista agrega os resíduos mágicos da atmosfera sagrada e a poesia popular do misticismo sertanejo com a crítica mordaz de um espírito atualizado e civilizado.

Ao buscar os determinantes da forma em Mestre Dezinho e Mestre Expedito, atestamos uma permanência elaborada, cada qual em suas preferências,

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 285







FIGURAS 9, 10 E 11 Painéis da via sacra compostos por Afrânio Castelo Branco, com molduras de Mestre Expedito.

de traços comuns, que aproximam as obras de escultores de épocas mais remotas aos do presente, e os contemporâneos entre si. A forma escolhida para a representação artística das imagens é detectada como uma prática social e um gosto estético de raízes longínquas que resulta da aculturação, segundo Lélia Frota, com soluções de originalidade, de uma herança tradicional. Para ela "a organicidade da produção é a garantia mesma de sua espontaneidade e contemporaneidade, integrada a essência e existência de uma cultura viva" (FROTA, 1974, p. 51).

Essa carga simbólica, pertinente ao processo de criação, apresenta-se ao expectador, através do seu desejo de desvendar o encantado. O observador, tendo estabelecido um diálogo com o bem, adentra as vias de comunicação abertas pelo processo de encantamento que o conduzem, então, aos locais de significação constituídos por este objeto enquanto um lugar de memória. O simbolismo contido nos elementos da Igreja estabelece um campo de experimentação, que permite troca de práticas culturais, experiências de vida, usos, costumes e concepções.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:37 PM Page 286

Perceber essa construção de significação é articular o processo de criação, as capacidades inventivas, com as determinações sociais, religiosas e históricas, que fazem possível a existência de uma manifestação cultural em determinada forma e correspondendo a determinada unidade de significados.

Ouvindo ecos

> [...] um tipo de arte que permite entrever algo além da forma, permite adentrar o universo da vida popular e apreender o povo em sua grandeza, em sua graça, em seus dilemas de toda sorte com o dia-a-dia e nos imponderáveis da existência (WALDECK, 1998, p. *97*).

Uma temática relevante na produção artística do estado do Piauí é a que revela o imaginário sacro católico. Recorrente nos folguedos e brincadeiras populares, onde indícios da espiritualidade cristã aparecem associados e contextualizados às mais regionais expressões das sensibilidades do povo, assim como nas construções onde as veleidades estéticas depuraram conscientemente o artifício humano devotado à fruição artística.

O panorama piauiense da arte sacra é composto das mais diversas modalidades de expressões artísticas, de adjetivações populares ou eruditas, de acordo com a interpretação que o saber culto especializado atribui aos seus atores, processos de produção, usos, circulação e sentidos. A vasta produção é reconhecida pelo público e tem espaço de apreciação, divulgação e consumo garantido nos salões e mostras expositivas, que já tradicionalmente apresentam essa temática, tendo se tornado parte do referencial artístico e da apreciação estética da população. Essas obras se imiscuem no convívio e na frugalidade dos hábitos rotineiros, alcançando espaços próprios da reverência religiosa, destinados à devoção; sendo, também, comum e de bom gosto tê-los, mesmo como objeto de decoração.

Os usos diferenciados, por vezes, ocasionam a sacralização do objeto, que é reverenciado e alojado nos oratórios particulares, ou mesmo inserido nos templos, fazendo parte de seu acervo litúrgico ou compondo o mobiliário. Algumas vezes, no entanto, a figuração exótica lhes dá a função de *souvenirs*, que se não fossem as figuras representadas, apenas guardariam em sua forma as referências de uma produção artística regional. Independentemente do lugar de onde emana o potencial discursivo dessas formas de expressão cultural, tais

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 287







FIGURAS 12, 13 E 14 Salão de Arte Santeira de Teresina – 2005. Fonte: Arquivo 19ª SR IPHAN.

obras constituem suportes materiais que, ao traduzir o referencial cristão, constroem sentidos e ressignificam as representações de espiritualidade.

A religiosidade do piauiense, do sertanejo nordestino em geral, permeia muitos aspectos da vivência e da experiência cotidiana. As representações físicas da crença são bem expressas na talha, também no barro, palha; enfim, nas criações originais a partir dos recursos naturais do rincão. Figuram tanto nas modalidades mais tradicionais dos retábulos, oratórios, esculturas, xilogravuras, como também nos contemporâneos estilos da arte contemporânea que a traduzem em novos materiais, novas concepções plásticas.

Os sentidos gerados pela recepção dessas formas, sejam em expressões devocionais ou em função das características regionalizantes do artefato, que lhe dão um estatuto de obras típicas, lhe agregam o qualificativo de identificador cultural.

Os elos que ligam o objeto a um espaço, a uma comunidade de sentidos, se assentam nos usos, nas interpretações e nas práticas que os diferentes atores sociais lhe atribuem e fazem viver com eles. Os modos específicos de apropriação do objeto é que elegem a imagem que é representada. A característica primeva de Arte Sacra os situa num universo representacional necessariamente ligado à espiritualidade, à religiosidade. Este pode ser vivido, no caso de constituir-se realidade interior ao espectador, ocasião em que as obras apresentam um fundo devocional; ou pode ser uma construção de imagem, um lugar referencial e

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 288

produtor de sentidos a partir da relação que o espectador trava para com ele, que pode ser de estranhamento, exotismo, afinidade, afeição, memória territorial, conhecimento, alteridade...

Mas são, sobretudo, as imagens da religião, do catolicismo, que compõe a unidade de significação. Descortinar este universo é remexer os fragmentos da vida social e da memória histórica do povo piauiense, onde se assenta o gosto pelas representações e criações plásticas das figuras pertencentes ao imaginário cristão.

O Piauí foi apontado pelo Censo de 2000 como o estado mais católico da federação (91,3% da população). A pesquisa do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais – CERIS –, procedida a partir deste resultado, demonstra uma multiplicidade de fatores e variantes nas práticas e concepções que permeiam a vivência e expressão desta religiosidade, nas quais observa-se a presença de forte vinculação com o catolicismo do tipo popular, destacando-se a participação em festas religiosas locais, romarias e eventos religiosos. Atribui-se, inclusive, a este catolicismo popular tradicional um fator de entrave ao afluxo do protestantismo ou outras religiosidades.

Nesse panorama, a força expressiva atribuída às figuras sacras remontam à força civilizatória que se deu no Brasil, com um dos pés fincados na Igreja. O universo de sensibilidades do cristianismo popular presentes em Portugal, no século XVI, foi revivido no domínio colonial por força da estrutura política e administrativa implantada pela Coroa no Brasil. Pelo regime do padroado, que regeu a colonização do ultramar, a Igreja católica exerceu um papel regulador e agregador das sociabilidades no processo de alargamento do domínio do Rei pela aventura de devassamento dos ermos territórios do interior da colônia. Desta forma, ficou assegurada a proeminência da Coroa frente aos poderes temporal e secular, que estavam devidamente atrelados na empreitada de colonização e domínio.

No cenário da Contra Reforma, as produções de temática sacra desempenharam um papel evangelizador. Enquanto o protestantismo se afastava do culto das imagens e relíquias e todo o aparato do catolicismo medieval, a Igreja católica portuguesa reforçava os elementos que produziam uma exteriorização da fé ao extremo, expressa com rigor, até mesmo por causa da vigilância e perseguição inquisitorial.

No período colonial, a fé católica foi propagada no Brasil, por meio dos aldeamentos, missões e pela crença indelével da população, traduzida, sobretudo, na devoção aos santos. De caráter pedagógico, como parte do aparato utilizado no

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 289

processo de aculturação dos índios, produções de temática religiosa foram sendo introduzidas no território em conquista; também como objeto das devoções particulares do contingente de colonos e degredados que vieram para o ultramar.

Toda uma arte voltada para a ambientação da devoção e da fé se erigiu com produção de imaginárias, nas talhas retabulares e na arquitetura religiosa colonial, também nos próprios aparatos da devoção doméstica. Estas construções fizeram nascente uma produção de função religiosa que, guardando os traços de suas origens lusas, presenciaram a integração da arte e dos seus produtores na conjunção do ambiente e sociedade colonial.

Tal produção adquiriu características estilísticas e iconográficas demarcadas regionalmente pelas especificidades do processo de colonização em termos de ocupação do território, da atividade econômica, das condições materiais disponíveis e acessíveis, do maior ou menor grau da ingerência da Igreja no poder político local e das forças internas operantes no meio social onde floresceram.

Na porção territorial que corresponde ao estado do Piauí, o imaginário cristão e a forma de religiosidade constituíram o histórico de formação, fincada na identidade funcional e subsidiária que este quinhão assumiu frente às demais unidades econômicas da colônia. A atividade que definiu os rumos da colonização nesse território foi a prática da pecuária, que abasteceu o litoral canavieiro e as zonas de exploração das minas.



FIGURA 15 Mesa do altar

Esse empreendimento foi marcado pela instalação das fazendas, de núcleos isolados nos sertões em devassamento, o que ocasionou um poder disperso. Tais centros de criação extensiva, economia exportadora, agricultura de subsistência e socialização restrita, baseada, sobretudo, nas atividades da prática pastoril e das festividades religiosas, forjaram o espaço, as vicissitudes históricas e o ser humano regional.

Nas terras distantes, isoladas, a crença no sobrenatural constituía o único esteio disponível na peripécia que era a empreitada de viver nesse agreste dos primeiros tempos da co-

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 290

lonização e povoamento do que mais tarde seria o Piauí. O catolicismo luso que afluiu aqui, já permeado do caldeamento mourisco e pagão de Portugal do século XVI, teve seu corpo doutrinário absorvido e reajustado pelos elementos da espiritualidade dos índios e negros, não organizados de forma dogmática e sem rigor cerimonial. Diferente do que ocorrera no litoral, ou nos locais onde as forças econômicas ocasionaram a oxigenação e atualização dos padrões espirituais; no sertão isolado, as características de uma religião praticada quase que sem os ditames da liturgia, transformada pelos usos habituais, pôde manter-se dogmaticamente firme, não modificando sua matéria íntima.

A fé, professada nas fazendas e currais, instituía, pois, uma relação pessoal dos homens com as divindades, e se afastava dos ritos litúrgicos e cerimoniais doutrinários, pois as ordens e missões religiosas que cumpriam o projeto da Coroa de ditar os desígnios da fé na colônia portuguesa não alcançariam todos os recônditos desse sertão. Sem a presença contundente dos missionários, que detinham o conhecimento dos credos e das verdades teológicas, o catolicismo praticado nas regiões mais ermas do território piauiense em conquista adquiriu os traços do popular nos ritos e nas celebrações votivas.

Remonta do período colonial um catolicismo folclórico que, segundo Câmara Cascudo (1971), é mais plausível de ser dito no Brasil, do que o catolicismo apostólico romano. A organização espiritual desta forma assinala como uma de suas características a marca incisiva da providência divina sobre as coisas terrenas, o que é um traço de visão cósmica perseverante nas imagens de religiosidade que se tem construído acerca do sertanejo nordestino. O relacionamento do homem regional com o mundo, com a natureza, é marcado através dos tempos, pela existência de um misticismo que se funda em um universo mental no qual a sabedoria popular e as formas criativas de lidar com a realidade são projetadas na atmosfera religiosa.

Euclides da Cunha, já no século XX, considera que o sertanejo é *a perfeita tradução moral dos agentes físicos da terra*, que lhe legou o tipo físico, a moralidade e o misticismo. O isolamento assegurou para esse homem

> [...] a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo [...] (CUNHA, 1963, p. 91).

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 291

A cultura material pertencente a esta mentalidade religiosa acabou por ter as marcas das condições de produção que lhe foram determinantes – o uso de materiais extraídos do ambiente imediato de vivência, os instrumentos rudimentares, as técnicas sem o apuro propiciado por uma formação. Todas estas características são próprias das artes que nascem no interior de um grupo, onde sua produção e consumo são motivados em função dos significados e utilizações que adquirem dentro desse mesmo grupo.

O meio ambiente, a organização econômica, a visão de mundo, as relações sociais, os laços de solidariedade típicos do *Brasil Sertanejo*[7] condicionaram uma produção artística popular que também é mergulhada na espiritualidade sagrada, da qual é indissolúvel, atendendo às funções de alimentação da fé, sustentáculo da relação emotiva com as devoções e sublimação do cotidiano. Com uma função utilitária de elevação do espírito, de valor simbólico, porque inserida no panorama das referências e significações de ordem cultural, a produção artística tradicional relacionada ao universo religioso do sertanejo figura como:

> [...] esforços de compreensão do mundo, formas de domínio do "cosmos", por um grupo que a ele continua submetido. Esta tentativa de conquista alucinatória e mágica do mundo pelo grupo, esta socialização simbólica das forças naturais, de que a sociedade deve apoderar-se para se assegurar de sua própria existência (DUVIGNAUD, 1970, p. 180).

No caso, o pensamento mágico oriundo do caldeamento dos componentes étnicos nesse processo, elabora-se a partir de um universo simbólico de referenciais próprios do catolicismo, profundamente enraizado no imaginário social.

Esse "catolicismo rústico"[8] se faz muito presente na labuta cotidiana do sertanejo contemporâneo submetido ao ardil dos fatores ecológicos e políticos – abandono administrativo, descaso do poder público e falta de compromisso

7 Cenário regional definido por Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro,* em função de peculiaridades regionais do processo de constituição da Nação. Abrange as áreas circunscritas pelo Nordeste semi-árido e os cerrados do Centro-Oeste, as quais ele caracteriza em função de uma economia pastoreira associada à produção de uma subcultura própria, caracterizada por uma vestimenta, culinária e visão de mundo bem típicas, além de uma religiosidade propensa ao messianismo, tendo inclusive sua atividade social constituída em função dos ritos e festas fixadas pelo calendário cristão.

8 Definido por Woitowicz e Gadini como forma sincrética de apego ao sagrado que mistura elementos místico-mágicos com os elementos do catolicismo. No Brasil, ricamente constituído pelos elementos caldeados de sua composição étnica.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 292

das políticas governamentais que acirram o isolamento geográfico e exaltam a penúria do ambiente e do clima – aflorando uma espiritualidade na qual o poder divino é invocado e se manifesta em todas as esferas da vida.

As manifestações de religiosidade, entre as quais a confecção dos santos, que desde os primórdios da colonização eram mantidos em casa, nos altares das modestas capelas, carregados em procissão, cobertos de velas e de votos, exteriorizaram a fé e revelaram a sensibilidade artística e o espírito místico dessas populações, que de forma transformada e adaptada pode perpetuar-se ao longo do tempo.

A forma portuguesa de representação dos santos, que foi difundida, principalmente, pelas oficinas dos jesuítas, ao modelo barroco da época, tomou expressões e características que lhe foram dando os artífices locais intuídos por suas necessidades, anseios e aspirações. O modelo de expressão foi absorvido e renovado, mas, conforme ressalta Câmara Cascudo "sem alterar os padrões do paladar visual" (CASCUDO, 1974, p. 14), ou seja, as imagens sacras foram sendo reproduzidas, variando em dimensões e, com o tempo, trazendo as deformações que cada contexto social e cultural acabaria por fazer inevitáveis aos modelos europeus.

O reconhecimento do valor artístico e da relevância destas imaginárias como fonte documental para a história de constituição da sociedade brasileira e das especificidades do território nacional é atestado pela existência de um grande acervo nos museus de Arte Sacra, que detêm a função da salvaguarda dessa expressão material do universo religioso brasileiro.

Devido ao reconhecimento tardio do valor do artefato popular e das discussões permanentes sobre o seu caráter artístico, uma produção considerável de santos, anjos e figuras pertencentes ao imaginário católico ficaram às margens da história da imaginária brasileira.

A imaginária que se produziu – e se produz ainda – nos recônditos confins do Brasil para atender as necessidades de devoção dos seguidores da fé cristã ou de alguma forma de "catolicismo rústico" carece de maiores atenções para que se possa fazer qualquer esquematização de suas características em busca de defini-las e tipificá-las em estilos propriamente regionais.

No Piauí, a presença dos jesuítas não se firmou através da instituição expressiva de colégios e oficinas, que em outras partes do território nacional foram significativos para o legado de um padrão barroco às esculturas. Estudos tipológicos ou catalogações das imaginárias produzidas em território piauien-

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 293

se desde o período colonial, a fim de detectar padrões e influências, ainda não foram realizados de forma satisfatória.

Um estudo pioneiro, nesse sentido, de Alberto da Costa e Silva, (1998), a respeito das obras do Mestre Dezinho contidas na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, procura demarcar a permanência do padrão arcaico da escultura do medievo português na inconsciente concepção plástica que permeia a criação desse artista. Nesse estudo é estabelecido um paralelo entre as esculturas presentes na Igreja e alguns equivalentes em modelos românticos ibéricos, em termos de proporções e soluções plásticas adotadas.

Segundo essa hipótese, teria sido possível a existência de um padrão plástico na criação de artistas que não tiveram contato com nenhum tipo de escola artística que lhe pudesse ter conferido esta influência. A memória religiosa e o próprio processo criativo do artista gerou a forma expressa. A permanência das formas mais tradicionais de expressar a religiosidade, bem como sua evolução para propostas figurativas que alcançam os espaços da arte contemporânea, transformaram a expressão arcaica em estilos, que criam formas de representar essa espiritualidade que têm a mesma raiz popular.

Uma leitura: A construção de uma representação

Um bem cultural constitui um conjunto de significados em torno si ao longo de sua existência material, um aglomerado de interpretações que não são parte da sua esfera palpável, mas que lhe fornece sentidos.

Todas essas questões que perpassam a existência de um bem cultural podem ser centradas no seu potencial de identificar determinada cultura – específicos modos de fazer, de existir, de conceber a realidade, de se expressar artisticamente que são dados a ver em cada diferente construção feita pelo ser humano em temporalidades estabelecidas. Os condicionantes sociais, econômicos, políticos, históricos, artísticos que lhe fazem apresentar de tal maneira são evidenciados juntamente com a expressão do gênio criador de quem compõe ou executa a obra.

Para constituir um patrimônio cultural, o bem deve compreender uma unidade de sentidos que estabeleça esferas de representação. Estas são conjuntas, superpostas ou interseccionadas, e o que determina a amplitude de sua força representativa são relações simbólicas que o bem estabelece com uma dada coletividade

Definir um patrimônio é exatamente atribuir a um bem este poder de representação de um coletivo, portanto, de articulador de identidade. É, pois, um

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 294

processo de valoração que procede a seleção dos bens portadores das referências culturais e identitárias de uma comunidade. Nesta perspectiva, a dimensão da coletividade que é representada a partir de bens culturais determina a multiplicidade de significados constitutivos da identidade e a pluralidade dos tipos de bens portadores de referência.

No caso apresentado, em que a esfera de representação é nacional, o processo de atribuição de valores envolve o projeto político atual de Estado nacional, os imperativos sociais determinados pela demanda dos diversos setores da sociedade, os paradigmas acadêmicos dos saberes referenciadores na abordagem do patrimônio e as diretrizes estabelecidas em nível mundial nas questões de preservação. Percorrendo a história do IPHAN, é possível verificar a modificação dos critérios valorativos que regem a seleção, assinalando qual a categoria de bens e especificidades de características que se fizeram hegemônicas em dado período para delinear o panorama das produções culturais formadoras da identidade nacional.

No Brasil, a institucionalização da política de seleção e preservação do patrimônio ocorre durante o Estado Varguista, sendo determinante a própria gênese de um serviço estatal de patrimônio cultural. Quando da fundação, em 1937, o SPHAN se inseria no âmbito do projeto de constituição de uma nação centralizada e forte, conforme a orientação de condução da vida política, social e econômica do Estado Novo, que culturalmente se definia por uma postura homogeneizante sob os auspícios de constituição de uma nacionalidade. (FONSECA, 2000).

A concepção de identidade nacional, construída pela organização política que se formava após a revolução de 30, pautou-se nos ideais do modernismo. Este movimento, surgido na década de 1920, nos campos da arte e literatura, demarca importantes processos de ressignificação na ordem política e econômica do país. Criticando a reprodução dos padrões europeizados na cultura brasileira, propunha um movimento de descolonização, voltado para a descoberta dos Brasis autênticos.

Se, num primeiro momento, esses ideais balizam a política do patrimônio delimitando a atuação do SPHAN aos bens edificados do período colonial[9], com o tempo, a trajetória da noção de identidade que permeava a escolha dos bens

9 A arquitetura luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII foi percebida pelos modernistas como uma marca original da cultura brasileira. Até mesmo o estilo neocolonial, produzido pelos arquitetos modernista da 1ª metade do século XX, corresponde a uma valorização daquela tradição construtiva, em oposição à absorção do padrão europeu da época – o ecletismo.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 295

se alargou, acompanhando as dimensões que o conceito antropológico de cultura acrescentou à tônica das ciências humanas, a partir da década de 1970 (FONSECA, 2000).

A abrangência de conceitos do processo de democratização brasileiro de fins do século XX foi modificando as concepções de Brasil e de identidade brasileira, sentida e ao mesmo tempo forjada no órgão do Patrimônio Federal, que expressa essa transformação em seus critérios de seleção, legislações e instrumentos de ação. A noção de identidade passa da nacionalidade homogeneizadora para a ótica da diversidade da sociedade brasileira, e o seu campo representacional é demarcado em diferentes modos e natureza de expressões culturais.

A diversidade trazida para o âmbito do patrimônio considera os mais vários níveis da articulação dos fatores estruturantes de uma cultura para representar simbolicamente sua identidade. Um bem cultural cumpre esse papel de articulador de identidades, quando inserido numa rede de representações coletivas, possibilita ao grupo conceber significados que possam ser reconhecidos como próprios a eles, seu espaço e sua cultura.

Nesse sentido, a arquitetura, as obras entalhadas, e as telas da Igreja Nossa Senhora de Lourdes conformam um espaço de prática social de ambiência e significações específicas no seio da comunidade onde está inserida. Mas, para além das funções cotidianas, dos hábitos locais, dos significados individuais que a Igreja assume perante os fiéis e a comunidade imediata a que serve, este templo tem um significado maior, quando submetido a uma análise mais ampla e contextualizada das manifestações e acepções da cultura brasileira.

A composição intencional do espaço em questão, com funções e características de organização, em geral, já pré-definidas, opera no universo simbólico social de forma a transmitir valores e significados direcionados. A existência dessas obras populares (ou de sentido popular) num lugar sacralizado gera determinadas práticas de utilização que se multiplicam e compõem outras unidades significativas.

Na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, o cumprimento dos desígnios associados ao uso do espaço e à função simbólica própria de um templo religioso católico vem acrescido de uma outra dimensão de significação: o referencial cristão, em sua expressão material, traduz sensibilidades que remetem a categorias espaciais e temporais da organização social local, implicando em formas próprias de fazer, sentir e viver a espiritualidade cristã.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 296

A articulação, constituída no espaço da Igreja, entre o sistema doutrinário consolidado do catolicismo e as formas criativas que resultam da vivência e apropriação do conteúdo e pressupostos dessa doutrina fazem parte do conjunto de significados que os indivíduos e a coletividade local mobilizam para dar sentido a si próprios e ao mundo em que vivem.

Este espaço constituído é, pois, uma representação sistêmica de um universo de sentidos, atrelados por exemplos, imagens, lições, condutas, sensibilidades que o imaginário cristão disponibiliza como instrumento espiritual e mental de apreensão da realidade e que são recriados pela experimentação individual e coletiva.

Na igreja, a materialização desse referencial é feita segundo representações construídas acerca do sertanejo nordestino, expressando valores como a simplicidade e a rusticidade, de uma forma que permite aos expectadores compartilhar os significados dos componentes do espaço.

A representação da cultura sertaneja, que é contemporizada na Igreja, constrói a imagem ligada ao *modus vivendi* próprio da organização social de características peculiares que foi se estabelecendo em regiões específicas ao longo dos caminhos da colonização. Capistrano de Abreu (2000) circunscreve geograficamente essa região como a zona em que se procedeu a expansão do povoamento colonial que cortou os chapadões que isolavam o litoral e adentrou os vales dos rios, avançou pelas margens do curso sententrional do São Francisco e se estendeu até o Parnaíba.

O universo de representações que se tem feito desta região desde os tempos coloniais pode ser atingido considerando-se as características assinaladas pelo historiador Victor Leonardi (1996), como definidoras de uma zona sertaneja. Para ele, a configuração de uma vertente importante da cultura brasileira nessa região advém do seu caráter de isolamento, que proporcionou o desenvolvimento de um modo de vida e mentalidade próprias.

Outra característica é a qualidade de zona fronteiriça destas regiões, nas quais os limites geográficos e mentais são indefinidos e móveis e que estariam sempre por se descobrir e se fazer. Guimarães Rosa (1967) fornece um aspecto psicológico a esta característica, para a qual o sertão está em toda parte, é interno ao ser humano. A espiritualidade do sertanejo cria uma dimensão misteriosa para a realidade, revelando-a e encobrindo-a em uma variedade de aspectos místicos, o que confere ao sertão – geográfico e psicológico – uma característica de transição perpétua entre conhecido e desconhecido. Múltiplas,

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 297

também, são as temporalidades sertanejas, que apresentam como marcos de sua percepção os períodos seculares compostos pelos ciclos da natureza e pelo referenciamento no tempo pessoal de cada geração, de forma que o processo histórico se constrói em uma idéia de tempo que é mais cíclica do que linear

O *locus* onde se assenta a representação do sertanejo é, pois, a confluência de realidades geográfica, política, econômica, psicológica e metafísica. Guimarães Rosa e Ariano Suassuna assinalam o caráter universalizante desse sertão: não é uma região específica, nem tem temporalidade determinada, são questões humanas, pertencentes a qualquer universo de existência.

Por isso, a cultura da região rompe as barreiras do espaço para sua significação. A representação constituída pela Igreja, como um espaço físico e simbólico, se instaura na dialética das relações entre o universal e o local, o global e o particular, que configuram, em última instância, o ponto de tensão onde se articulam as identidades coletivas.

Jacques d'Adesk diz que o espaço é constituído "através da relação de grupos sociais que se encontram e se reconhecem em um local, segundo uma forma de comunicação que gera relações permeadas por significados hierarquizados, valorizados, polarizados." Assim sendo, a concepção, constituição e organização do espaço, são também fenômenos culturais, pois constituem representações construídas pelos grupos que vivenciam o espaço.

A Igreja Nossa Senhora de Lourdes, como um espaço praticado, como categoria topológica de mediação entre o sujeito (o indivíduo ou determinada coletividade) e o mundo, expressa essa relação através de sua materialidade, que contextualiza a cristandade por meio de uma representação da cultura sertaneja criada na modernidade, mas que não rejeita a tradição.

Nessa perspectiva, a Igreja é um *locus* de construção e representação de identidade[10], pois se constitui num espaço de mediação de sensibilidades e sentimentos. Estes se configuram em referências culturais significativas como representação de uma espiritualidade e um sentido de vida particulares, expressando a diversidade cultural brasileira em formas de viver e de apreender a realidade.

10 Para Milton Santos, a identidade se constitui a partir dessa relação dialética entre o indivíduo e o local, o global e o particular: "Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são irregulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares". (Santos, 2000)

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 298

Considerações finais

A composição da Igreja – sua arquitetura e bens integrados – compõe um aglomerado de imagens que remetem à constituição histórica e geográfica do Brasil. São construções simbólicas que remontam às particularidades do processo de deslocamento da fronteira de ocupação da região nordeste desde o período colonial.

Esse processo condicionou o universo específico de vivência que tem uma de suas dimensões evidenciada pelos significados expressos na composição da Igreja. O simbolismo contido na rusticidade do ambiente, na simplicidade das imagens, na expressão das figuras de ares dramáticos que rogam aos céus, compõem uma imagem de "gente do lugar", cujo ícone é a figura do sertanejo. Esta invenção é atualizada, em cada tempo e espaço, por força das sensibilidades da tradição, diluída e difundida no universo mental, mobilizado pelas raízes históricas. O que essas imagens evidenciam são aspectos de vida, de espiritualidade, de modos de agir, sentir, de se expressar e se manifestar artisticamente, enfim, caminhos a serem trilhados pela nossa imaginação e pelo nosso processo cognitivo para acessar os receptáculos sensoriais que conduzem ao universo vivido pelos sujeitos de uma realidade cultural determinada.

Dado o exposto, o bem proposto para tombamento possui predicados artístico e histórico. Decodificar a linguagem espacial e plástica da Igreja Nossa Senhora de Lourdes em termos desses pressupostos é o que se pretende ao constituir sua relevância para o patrimônio cultural da nação. Nesse sentido, o atestamento do valor desse bem e a garantia de sua preservação através do instrumento do tombamento vai ao encontro da diretriz da política do patrimônio de consideração das realidades locais, com vista à preservação de suas particularidades, no âmbito da construção das identidades nacionais.

Embora tenha explicitado o seu valor como fonte etnográfica, o argumento valorativo não se baseia nesse atributo, porque a proposição é buscar a superação das dicotomias e hierarquias tradicionais do campo do patrimônio, estando ciente de que o tipo de inscrição condiciona a leitura do bem. O olhar antropológico que se procura lançar a este bem cultural não deseja situá-lo como um fragmento de realidade diluído na cultura do que se pretende Brasil, e sim atestar o seu valor a partir da desconstrução da dicotomia arte culta/popular e do fazer historiográfico moderno.

As sensibilidades que condicionam a forma e são evocadas pela plasticidade, neste espaço praticado, são sentidas, compartilhadas, vividas e recriadas. A experiência humana é traduzida num espetáculo de símbolos, ícones, imagens

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 299

construídas, que remetem diretamente à experiência individual e à memória social constituída do legado cultural, da experiência cotidiana, do processo de mobilização e apropriação desses referenciais para sua construção.

Este patrimônio é o fruto da atualização de referenciais tradicionais em modernas formas de viver, de se organizar espacialmente e de se representar a vida num espaço, conformando e exteriorizando a concepção coletiva de um *modus vivendi*. A contemporização das vicissitudes históricas é operada pelos elementos da composição, que exprimem uma miscelânea de ícones, apanágios do catolicismo, com traços popularescos de expressão regional e pictórica.

O que se busca reconhecer, com a proposição do tombamento, é o valor deste bem enquanto produto da capacidade criativa do homem, em seus atributos artísticos, mas também, o ingresso dessa arte no seu contexto socioeconômico, no universo das práticas que compõem o ser humano em sua dimensão social e empírica do mundo.

Pelo exposto, atestamos o potencial deste bem em documentar a vivacidade da cultura religiosa no Piauí e as formas de expressá-la, bem como atestar o valor de contemporaneidade dessa manifestação cultural. O tombamento é proposto no livro de Belas Artes em função da pujança que o referencial estético, as sensibilidades, os valores e concepções apresentados a ver e sentir na composição da Igreja possuem na prática cotidiana de religiosidade, na forma peculiar de se relacionar com o mundo e na maneira de se autodefinir presente no imaginário coletivo do e acerca do sertanejo.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BRITO, Stella Regina Soares de; RIBEIRO, Osvaldo Gouveia; BÒGEA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Inventário nacional de bens móveis e integrados: A experiência do Maranhão*. São Luís: IPHAN/ 3ª SR, 2000.

CARVALHO, Dagoberto. *A talha de retábulos no Piauí*. 2. ed. Recife: Tormes, 2005.

_____. *Arte sacra popular e resistência cultural*. Recife: Tormes, 2005a.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Superstição no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

_____. *Prelúdio do artista popular*. Brasília: MEC, 1974.

_____. *Tradição; ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

COELHO, Beatriz (org). *Devoção e arte: Imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: EdUSP, 2005.

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 300

COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

_____. Bens Integrados: Conceituação e exemplos. In: *Manual de preenchimento da ficha do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*. Brasília: IPHAN, DID, 2000.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963.

D'ADESKY, Jaques. Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público. *Revista do Patrimônio*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 25, 1997.

DUVIGNAND, Jean. *Sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FARIA, Patrícia Souza de. Representações do Iberismo na Arte Sacra. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. v. 36. Rio de Janeiro: MHN, 1940, p. 259.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MINC – IPHAN, 2005.

FROTA, Lélia Coelho. Brasília: MEC, 1974.

GIRÃO, Cláudia. Arte e Patrimônio. *Revista do Patrimônio*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 29, p.102, 2001.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. *Revista de Estudos Históricos*, revista do CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*.. Rio de Janeiro: 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: 2003.

ISHAQ, Vivien. Entre o medo da morte e a salvação. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 32. Rio de Janeiro: MHN, 1940. p. 259.

LE GOFF, Jacques.*História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimento: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: UnB, 1996.

LIMA, Ricardo Gomes; FERREIRA, Cláudia Márcia. O Museu do Folclore e as artes populares. *Revista do Patrimônio*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 28, p. 100, 1998.

LIMA, Rossini Tavares (org). *Escola de Folclore, Brasil; estudo e pesquisa de cultura espontânea*. São Paulo: Escola de Folclore, 1997.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do Patrimônio. *Revista do Patri-*

PEP09 - Ivana 10/1/07 3:38 PM Page 301

mônio, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 28, p. 156, 1998.

MASCELANI, Maria Ângela. *A Casa do Pontal e suas coleções de arte popular brasileira. Revista do Patrimônio*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 28, p. 120, 1998.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma Trajetória*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

MEC. /Departamento de documentação e divulgação do MEC. Brasília, 1974.

MEDEIROS, Maria Beatriz de. *Arte em pesquisa: Especificidades*. Brasília: ANPAP, 2004.

MESQUITA, Aldenora Maria Vasconcelos. *Santeiros do Piauí*. (Mimeo).

MOTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende. *Inventários de identificação: Um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de janeiro: Artenova, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. Revista eletrônica da Rede Folkcom. n. 1, 2003; v. 3, n. 5, jun. 2005. Disponível em: http://www.uepg.br/revistafolkcom.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas: O diabo na rua, no meio do redemoinho*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Albeto da Costa. *Mestre Dezinho de Valença do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à Estética*. 5. ed. Recife: Universitária, UFPE, 2002.

WALDECK, Guacira. Exibindo o povo: Invenção ou documento? *Revista do Patrimônio*, revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 28, p. 82, 1998.

WOITOWICZ; GADINI. Heranças da religiosidade popular nas manifestações da cultura. *Revista Internacional de Folkcominicação*, revista eletrônica da Rede Folkcom, n. 1, 2003.

Fontes consultadas

MESTRE DEZINHO . *Minha vida*. Teresina: Halley, 1999.

INVENTÁRIO de Bens Móveis Integrados da Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Realizado pela técnica do IPHAN Maria da Conceição S. M. Feitosa, em julho de 2003.

PEP10 - Maria 10/5/07 10:56 AM Page 303

Carl von Koseritz: um olhar sobre os museus brasileiros no século XIX

Maria De Simone Ferreira



Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a narrativa do viajante alemão Carl von Koseritz, presente em seu livro Imagens do Brasil, no qual relata sua viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo, no ano de 1883. Sua narrativa deflagra rupturas quanto à forma de escrita de relatos de viagem da tradição iluminista, explicitando a proximidade deste narrador à figura do *flâneur*, acompanhando o ingresso do Brasil na modernidade. Interessa-nos, sobretudo, refletir a respeito do olhar que lança sobre as instituições civilizadoras encontradas na capital do Império, em especial, os museus, compreendendo-os como parte da estrutura estatal para a invenção de uma identidade nacional. O artigo focaliza as visitas relatadas por Carl von Koseritz ao Museu Nacional, salientando seu papel enquanto instituição museológica científica e pedagógica pioneira no Brasil, e à Exposição Pedagógica, no que se refere às questões da museografia e do público freqüentador das grandes exposições, relacionando, ainda, as observações suscitadas pelo viajante sobre a narrativa museológica e a permanência da tradição antiquária nos museus.

Maria De Simone Ferreira Museóloga, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN-UNESCO, no Departamento de Museus e Centros Culturais, no Rio de Janeiro, durante o ano de 2005, sob a supervisão do museólogo, do IPHAN, doutor em Ciências Sociais Mário Chagas. O artigo contou com a colaboração do historiador Luiz Cristiano Oliveira de Andrade.

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 304

Introdução

Este artigo surge como um dos resultados da análise de dados levantados, ao longo dos meses de março de 2005 a fevereiro de 2006, na pesquisa empreendida pelo DEMU no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio, sob orientação de Mário Chagas[1], acerca da cronologia do surgimento das instituições museológicas brasileiras. Tal fato remete ao século XVII quando da presença holandesa no Nordeste, momento em que haveria existido um museu no parque do palácio de Vrijburg (CHAGAS, 2003).

Outra experiência pioneira, mais documentada, foi a de criação da Casa dos Pássaros, no Rio, em fins do século XVIII, pelo vice-rei Vasconcelos e Sousa, que projetava transformá-la em museu. No entanto, o local teria somente servido como centro de preparação de remessas para os Museus d'Ajuda e de Coimbra, em Portugal, se caracterizando por ser o embrião do Museu Real, de 1818, através do repasse da coleção remanescente de aves empalhadas a ele pertencente (BITTENCOURT, 1997; LOPES, 2002).

O texto pretende articular o diário de viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo, de Carl von Koseritz (1972), intitulado *Imagens do Brasil*, como fio condutor para considerações a respeito de seu olhar sobre o Museu Nacional e a Exposição Pedagógica de 1883, enquanto esteve no Rio, e complementá-lo com sua visita à coleção do Coronel Sertório, em São Paulo. É relevante, ainda, apontar que as observações de von Koseritz darão origem a reflexões sobre a política centralizadora do Estado imperial, demonstrando como as instituições a ele vinculadas, diretamente ou não – caso do IHGB –, se enquadravam na missão estatal de criar uma Nação civilizada.

É certo, entretanto, que outras fontes textuais auxiliarão o desenvolvimento das idéias suscitadas pelos dados apurados, relacionando-se a eles através da abordagem de temas relativos aos museus do século XIX, como, por exemplo, análises da literatura dos viajantes naturalistas trabalhadas por Manoel Salgado Guimarães, Maria Margaret Lopes e José Neves Bittencourt. No que se refere à museologia e a um olhar contemporâneo sobre as questões dos museus, a tese de Mário Chagas (2003) e o artigo para a *Revista do Patrimônio* de Luciana Sepúlveda Koptcke (2005) contribuirão com idéias que se associarão às obser-

1 Coordenador técnico do DEMU/RJ. Doutor em Ciências Sociais pela UERJ, professor da Escola de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, ambos da UNIRIO. Colaborou, também, para a produção deste artigo o orientador temático Luiz Cristiano Oliveira de Andrade, da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 305

vações do viajante. Textos de Walter Benjamin e Mike Featherstone (2000) pautarão a discussão no que tange à figura do *flâneur* (a qual von Koseritz incorpora em certos momentos), assim como *O narrador* evocará questões acerca do ato de narrar, comum aos viajantes do século XIX, mas pelos registros deixados em seus diários e relatos de viagem.

É neste ponto, porém, que este viajante se diferenciará, pois sua narrativa não é estritamente documental, como a dos viajantes naturalistas, uma vez que o seu olhar já não será o do estranhamento provocado no viajante europeu aqui pela primeira vez, mas o de um alemão radicado havia 32 anos no sul do Brasil.

Onde pulsa a vida do Império

O alemão Carl von Koseritz chegou ao Brasil, em 1851, como canhoneiro da tropa mercenária contratada pelo Império para a guerra contra Oribe e Rosas. Tinha 21 anos de idade e resolveu permanecer por aqui, desenvolvendo atividades intelectuais variadas, destacando-se sua atuação como jornalista e político, voltando-se para questões da colônia alemã no Brasil, em particular nas províncias sulistas.

Em 1883, deixou Pelotas para encaminhar-se a uma viagem ao Rio de Janeiro, onde voltaria a pisar após 32 anos de sua chegada ao país. O caráter de sua viagem, assim como o de sua narrativa, diferem daquele de concepção iluminista dos viajantes europeus para cá enviados por seus Estados "no intuito de produzir conhecimento científico seguro" (Guimarães, 2000, s.p.) através da coleta de espécimes para pesquisa e da exploração meticulosa, pautada por métodos, para conhecimento do espaço geográfico brasileiro, bem como de costumes sociais e do desenvolvimento político locais.

Em artigo sobre a viagem de von Martius e von Spix (1817-1821), Manoel Guimarães chama atenção para os métodos enciclopédicos utilizados pelos naturalistas, enfocando a construção da narrativa a partir de parâmetros documentais, tendo por objetivo, ainda, proporcionar aos europeus, leitores a quem se destinam esses relatos, além dos altos funcionários do Estado, um olhar desvelador do outro a partir de suas observações próximas sobre este ser distante, acompanhadas por ilustrações. Para isso, este olhar é devidamente sistematizado, já que "deste viajante não se espera apenas um conjunto de impressões 'romanceadas' mas um relato circunstanciado, a partir de um método de trabalho, base para a constituição de um saber sobre as sociedades humanas de forma geral" (Guimarães, 2000, s.p.).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 306

Faz-se necessário chamar atenção para o papel dos Estados europeus como interessados diretos na constituição de relatos e coleções a partir das viagens científicas, a exemplo da realizada por von Martius e von Spix. É de fundamental importância compreender como esses dois produtos, provenientes das viagens, se relacionam a mudanças e a um entrecruzamento das narrativas históricas, que acabarão por se refletir em aspectos específicos da concepção do Museu Nacional e de suas funções em meio à política do Estado imperial, questões que serão depreendidas e analisadas nos relatos da viagem de von Koseritz, mais à frente.

O fato é que as coleções e os relatos resultantes dessas viagens serão elaborados de acordo com instruções dadas pelo Estado de origem do viajante, obedecendo a parâmetros de pesquisa da tradição iluminista. A viagem, portanto, faz parte de uma política estatal que a caracteriza como "experiência central para a vivência da história e para a pedagogia de todo cidadão esclarecido" (GUIMARÃES, 2000, s.p.), garantindo-se a última a partir da narrativa do viajante e das coleções que se formavam.

A importância atribuída aos relatos de viagens, bem como às coleções constituídas a partir delas, inserem-se em um quadro mais amplo de análise da invenção de passados nacionais. Por um lado, o colecionismo adquire um caráter distinto daquele dos antiquários, nos séculos XVII e XVIII, cujos interesses pelos objetos eram particulares, passando neste momento a relacionar-se à sistematização das observações acerca das peças de um ponto de vista investigativo e não da curiosidade (GUIMARÃES, 2000).

Estas coleções passam, então, a ser regidas por critérios científicos, tanto para sua formação quanto para sua análise, cujo "documento nos induz a uma percepção, que por sublinhar traços de ruptura, apaga, no mesmo movimento, as possíveis continuidades presentes na atitude colecionista" (GUIMARÃES, 2000, s.p.). Nesta concepção, o documento escrito foi privilegiado, pois se associava à informação oficial, e supostamente verdadeira, relegando a segundo plano a relação com o objeto existente na tradição antiquária e buscando afirmar e delimitar a história enquanto disciplina autônoma em relação a outras áreas de conhecimento.

A partir daí, torna-se possível compreender o porquê de as imagens que acompanham os relatos de von Martius e von Spix, por exemplo, funcionarem somente como um apêndice, dando forma ao que se descrevera e analisara textualmente, já que "a partir de então, parecia caber às imagens apenas o papel

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 307

de ilustração do texto escrito, onde a verdade da história se afirmaria", como define Manoel Guimarães (2002, p. 77). A nova relação se estabelece entre um regime e outro na maneira de lidar com a "visualização do passado".

Entretanto, ao mesmo tempo em que as viagens e seus relatos, a partir de uma perspectiva científica, colaboravam para a afirmação da história enquanto conhecimento de si mesma, daí a ênfase ao texto escrito e à modificação na relação com o objeto colecionado, eles se mantêm como exemplos para o presente e o futuro, ou seja, a história permanece como mestra da vida.

As questões abarcadas pela narrativa de von Martius e von Spix sobre sua viagem ao Brasil – especificamente a do primeiro, em seu texto de 1845, premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) acerca de como se escrever a história do Brasil – são importantes para que se tenha noção da função das instituições ligadas ao poder imperial em uma tarefa que extrapola suas atuações intra-institucionais para se tornar parte de um projeto de concepção da identidade brasileira em um campo mais largo de ação, em nível nacional. O Museu Nacional, alvo da atenção de von Koseritz, se inserirá nesta tarefa de construção da Nação, recorrendo paralelamente à tradição antiquária para exercício dela. Por ora, se comparará a escrita de von Martius e von Spix à de von Koseritz, sendo retomada futuramente a função do Museu Nacional neste contexto.

A percepção do outro é, logo de início, um fator que distingue o posicionamento do viajante naturalista europeu, em sua busca pela classificação deste outro exótico e do meio que o circunda, da forma como von Koseritz se apercebe do Rio de Janeiro e sua cor local. O jornalista já não podia mais se considerar um típico viajante naturalista europeu. Havia décadas que se estabelecera em solo brasileiro, portanto, suas comparações e observações dizem respeito, em geral, à relação entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul e não entre o Rio de Janeiro e a Europa, embora isso também ocorra.

Deve-se, ainda, ao comparar estas duas visões, manter em evidência a diferença temporal existente entre a viagem de von Martius e von Spix – de 1817 a 1821 – e a de von Koseritz, em 1883, realizada, portanto, mais de meio século depois, em um contexto totalmente contrário àquele presenciado pelos naturalistas. Estes chegam em meio a uma conjuntura marcada pela questão colonial de independência do Brasil frente a Portugal, ao passo que von Koseritz vem em um período de enfraquecimento do já então constituído poder imperial, prestes a ruir para dar lugar ao regime republicano. Além do que, a dupla de viajantes vem coletar material para constituição de coleções sobre o Brasil,

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 308

enquanto von Koseritz vem, especificamente, para visitar os museus, onde já encontraria essas coleções reunidas.

No entanto, o contato com o Rio de Janeiro produzirá algum tipo de reação nos naturalistas e no jornalista. Von Martius e von Spix têm a seguinte apreensão do *outro* aqui encontrado:

> O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria (Apud GUIMARÃES, 2000, s.p.).

Ou seja, para a dupla, o estranhamento foi completo frente à diversidade étnica constitutiva dos habitantes do Brasil, deixando expresso por meio de sua narrativa o seu modo de ver e apresentar a população local para o europeu. Além do que, sobressai aí o fato de von Martius, dentro do espírito enciclopédico do Iluminismo, ter se dedicado a uma análise etnográfica, social e histórica dos lugares por onde passou, apesar de sua formação de naturalista (GUIMARÃES, 2000).

Já a vivência de von Koseritz pelas ruas do Rio é marcada por uma outra atitude, distinta daquela do olhar europeu sobre os colonizados. Não só os momentos político e econômico eram outros, como as relações sociais já haviam se modificado: basta lembrar que, em 1883, as questões abolicionistas já pululavam de forma expressiva, que alguns intentos civilizadores aqui desembarcados com D. João VI já se encontravam implantados e que as contínuas tentativas de consolidação de um Estado à semelhança dos europeus estavam mais do que delineadas e se encontravam postas em prática. Dessa forma, von Koseritz assim descreve seus primeiros dias na cidade:

> A primeira impressão do Rio não me foi nada favorável. A prevenção contra a febre reinante, o calor quase insuportável, numa época em que já gozamos, no Rio Grande, de uma temperatura fresca, as ondas de carros e 'bondes', (carrís urbanos, puxados a cavalo), que se cruzam em todas as direções aos 5 e aos 6 de uma vez; o trânsito de multidões de pedestres, o gri-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 309

> to insuportável dos pequenos vendedores de jornais, tudo contribui para confirmar as vantagens das pequenas cidades. E não é sem razão que o Rio pode ser interessante, mas não agradável. É certo que sentimos aqui pulsar a vida do Império – aqui nos encontramos no ponto central e mais importante dele e vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública –, mas o caráter geral da sociedade local é muito especial e quase que eu dizia frívolo. O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro – eis uma sentença cheia de verdade (Von Koseritz, 1972, p. 17).

Podemos constatar, a partir deste excerto, que o ponto de referência para as comparações de von Koseritz não é mais sua pátria, mas a sua província ao sul do Brasil. Na realidade, o relato dele demonstra não só o choque do habitante de uma cidade como Pelotas ao deparar-se com a capital do Império, mas demonstra um comportamento comum a alguns habitantes dos grandes centros europeus, mais especificamente o *flâneur*, aqui introduzido pelo escritor Joaquim Manoel de Macedo.

O *flâneur*, como mapeado e estudado por Walter Benjamin, é um fenômeno da sociedade parisiense do século XIX. A *flânerie* se constitui na esfera da vida pública, onde este ator, banhado pelas multidões, caminha lentamente pelas ruas apreendendo informações variadas a partir do semblante alheio e do ato de contemplar e experimentar os espaços públicos ("fenômeno de banalização do espaço") (Benjamin, 1989a).

É neste sentido que von Koseritz elabora, durante seu passeio pelo centro do Rio, uma série de conjecturas a partir daquilo que observa, não pela gratuidade do ato de olhar descompromissadamente, mas com o propósito de levantar questionamentos acerca da população e do desenvolvimento da capital do Império que, apesar do atraso em relação à Europa, contava com meios de locomoção e comércio semelhantes aos europeus, como segue em seu relato neste primeiro dia pelas ruas do Rio:

> Na rua estreita e quase sempre sombria se acha a melhor parte do comércio de varejo do Rio; vitrinas brilhantes mostram os produtos da indústria européia e inúmeros artigos de luxo são nelas expostos. As grandes casas de moda, como a 'Notre Dame de Paris' ou o 'Grande Mágico' podem concorrer com as melhores de Paris e Berlim; as joalherias transbordam de ouro,

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 310

> prata e pedras preciosas. [...] Livrarias e casas de objetos de arte chamam a atenção pelas suas edições de luxo, suas mesas de cobre e aço etc.; enfim, por mais estreita e escura que seja a velha rua, as lojas são brilhantes pelo conteúdo e pela apresentação (VON KOSERITZ, 1972, p. 18).

Este relato denota o nível de proximidade da corte brasileira com as capitais européias, ou seja, o Rio de então já se fazia coetâneo das cidades e relações sociais lapidadas pela modernidade, como descritas por Simmel[2], deflagrando ao mesmo tempo uma tensão frente a arcaísmos do período colonial. Tal como Paris, o Rio se transformara num campo de observação propício à *flânerie*, onde as construções arquitetônicas e o comércio desenvolvidos se voltam para o interesse coletivo, atraindo multidões e, em meio a elas, o *flâneur*, que "desenvolve, portanto, sua sensibilidade estética nas oscilações entre envolvimento e distanciamento, entre imersão emocional e descontrole, e momentos de registro e análise cuidados da 'colheita aleatória' de impressões das ruas" (FEATHERSTONE, 2000, p. 192).

Assim, não é de se estranhar que os espaços públicos que arquitetos e engenheiros europeus se dedicaram a construir no período tenham sido "estações ferroviárias, pavilhões de exposição e grandes lojas" (BENJAMIN, 1989a, p. 235), locais que proporcionavam a mescla do mais variado tipo de gente, tornando possível o flanar do observador atento. Featherstone levanta a questão da *flânerie* na sociedade contemporânea, ressaltando a maior opção e velocidade dos meios de transporte, da mesma forma em que existe um surgimento constante de locais culturais que permitem a perambulação, caso dos museus. Mas se hoje os museus se constituem de fato em espaços de congregação de pessoas, o mesmo não ocorria no século XIX, especialmente no Brasil, onde os parcos museus existentes tinham como público mais freqüente justamente os viajantes naturalistas, dentre os quais Carl von Koseritz.

Longe da Europa, mas...

Em sua viagem, de abril a novembro de 1883, von Koseritz planejava visitar as diversas instituições aqui implantadas e desenvolvidas quando da instalação da família real, em 1808, com o objetivo de transferir à nova sede da metrópole os mesmos ares artístico-culturais e administrativos dos quais era provida em

2 Simmel afirma que há uma prevalência da visão em detrimento da audição nas relações sociais das cidades grandes, devido ao desenvolvimento dos meios públicos de comunicação (SIMMEL citado por BENJAMIN, 1989a).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 311

Portugal. Desejoso de entrar em contato com essa realidade, da qual o sul do Império não gozava, von Koseritz expressava, em suas primeiras semanas na cidade, a angústia de não ter tido tempo, devido ao excesso de trabalho, de render visitas ao Museu Imperial, à Casa da Moeda e ao Liceu de Artes e Ofícios (von Koseritz, 1972, p. 57).

A preocupação de von Koseritz com a visita a essas instituições não se restringe somente a seu interesse pessoal em conhecer suas coleções enquanto pesquisador ou curioso, ela se vincula diretamente ao propósito maior da viagem: ir à capital para estabelecer contato com Dom Pedro II e defender os interesses de sua província. Em outras palavras, o viajante necessitava estar na Corte, de onde o poder, os costumes e a cultura são emanados, cabendo às instituições acima citadas contribuir para o desempenho da tarefa civilizadora e pedagógica do cidadão nacional oitocentista.

Esta centralização é merecedora da atenção de von Koseritz em relato de 1º de maio de 1883, no qual o viajante expressa sua insatisfação com relação à destinação excessiva de verbas para a capital, ao contrário do que acontece nas províncias:

> Nunca me pareceu mais claro o quanto o Brasil sofre com a vigente centralização, como agora, no Rio. Aqui são dissipadas colossais massas de dinheiro enquanto, nas províncias, cada vintém, (uma moeda de cobre do valor de 20 réis, ou 4 pfenigues), é posto na balança e virado centenas de vezes, antes que alguém se decida a largá-lo (von Koseritz, 1972, p. 29).

Na mesma intensidade com que se contrapõe à centralização política e econômica estabelecida no Rio, o autor do relato demonstra decoro frente ao imperador, ainda que o censure quanto a determinados procedimentos políticos. Diz ele:

> O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o Imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca, como o palácio do governo de Porto Alegre, somente cinco vezes maior. Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, está ele ali, em face do cais Pharoux, como um antigo telheiro (von Koseritz, 1972, p. 29).

O autor se refere acima ao Paço da cidade, mas não guarda maiores elogios ao palácio de São Cristóvão, causando-lhe enorme espanto o fato de o andar térreo do palácio imperial estar alugado a barbeiros, negociantes e outros tipos

PEP10 - Maria 10/1/07 3:38 PM Page 312

de comércio, declarando ser tal situação "para um europeu, inconcebível" e que "isto não aconteceria ao mais modesto dos príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as rendas do Imperador são insuficientes para as suas obras de caridade" (VON KOSERITZ, 1972, p. 29).

Por fim, von Koseritz detecta mais uma vez a persistência de arcaísmos impensáveis para aquele que, como ele, originava-se de um país onde a estrutura civilizadora já estava fincada, ao passo que o Brasil do século XIX buscava se configurar enquanto Nação ao modelo dos Estados europeus. Através das palavras de Gilberto Freyre esta lacuna existente entre o brasileiro e o europeu, que se pretende preencher no XIX, se deve a que

> [...] a colônia portuguesa da América adquirira qualidades e condições de vida tão exóticas – do ponto de vista europeu – que o século XIX, renovando o contato do Brasil com a Europa – que agora já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante – teve para o nosso País o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido, o de uma reconquista (FREYRE, 2000, p. 336).

Anteriormente, já havia sido apontado no texto que tanto o comportamento de von Koseritz, como a percepção que ele teve das ruas do Rio se encaixam no perfil das sociedades modernas. No entanto, interessa focalizar neste cenário e na sua narrativa a relação que estabelece com as instituições civilizadoras, mais especificamente com os museus, uma vez que, como ressalta Mário Chagas:

> Para esses homens [homens ricos e livres, das famílias abastadas, do clero católico, cientistas, artistas renomados e viajantes estrangeiros] é que o Museu funcionava como instrumento moderno de ilustração, de atualização científica e também como dispositivo de poder disciplinar, indicando o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer (CHAGAS, 2003, p. 74-75).

No que se refere ao Museu Imperial, von Koseritz já havia ensaiado uma visita, na esperança de obter material para pesquisa enquanto naturalista. No entanto, o próprio autor explica o motivo do insucesso de sua visita, registrando que "quando lá cheguei, Ladislau Neto [o diretor do Museu] não estava; ele tinha ido a uma exumação no Engenho Velho e eu não pude, por isto, ver o museu, que não estava aberto ao público" (VON KOSERITZ, 1972, p. 23).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 313

Faz-se interessante, antes de prosseguir com as visitas de von Koseritz e as análises sobre essas, mais uma vez, retomar pontos contrastantes de sua narrativa. Enquanto seus colegas naturalistas europeus não-residentes no Brasil prezavam por uma narrativa documental, rica em detalhamentos e classificação de suas observações com descrições e ilustrações exaustivas sobre a geografia local (Costa, 2001; Guimarães, 2000), a narrativa de von Koseritz encontra-se num meio-termo entre o escrever do jornalista – uma de suas ocupações – e o ato de narrar tal como posteriormente descrito por Benjamin em *O narrador*, distanciando-se dos rigores iluministas dos relatórios científicos.

Afonso Arinos de Melo Franco, no prefácio de *Imagens do Brasil*, edição de 1941, argumenta que "a obra de Koseritz se ressente do fato de ser a obra de um jornalista" (Franco, 1972, p. XIV), justificando que a mentalidade e a atividade jornalística do autor não contribuem para a durabilidade da obra, já que no jornalismo, de acordo com Benjamin (1989b), a informação é elemento seminal, da mesma forma que o caráter efêmero desta e a constante necessidade de aproximação com o mundo do leitor. Por outro lado, ainda que o olhar e o escrever jornalístico possam se fazer presentes na narrativa de von Koseritz, é certo que ela possui, também, a "marca do autor", como descrita por Benjamin em *O narrador*:

> Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. [...] Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata (Benjamin, 1989b, p. 205).

Sem dúvida alguma, esse aspecto autobiográfico é parte integrante dos relatos da viagem de von Koseritz, a despeito de suas atividades de jornalista ou naturalista. Este diário, aparentemente, tem o propósito de ser um relato fiel dos acontecimentos, porém despojado da rigidez dos relatos estritamente científicos e não tão imediatista quanto o texto jornalístico. Ao contrário da escrita de von Martius, por exemplo, que objetivava cumprir uma obrigação para com a Corte bávara ao descrever o "outro" longínquo em seu espaço geográfico, sendo este esboçado e concretizado através de uma linguagem científica, tornando claras ao leitor europeu as diferenças entre o seu mundo e o americano.

O maior número de visitas prestadas a uma instituição de cultura por von Koseritz é ao Museu Imperial. O Museu, oficialmente criado em 1818, por decre-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 314

to de D. João VI, se espelha no modelo iluminista dos museus europeus, daí sua pretensão de abarcar nos primeiros anos diversos tipos de coleção, mas já então com um nítido pendor para as ciências naturais. Se, por um lado, Bittencourt (1997) evidencia uma indefinição quanto aos propósitos da criação do museu, Lopes (2002, s.p.) afirma que este, "criado como um símbolo urbano, da civilização e do progresso, seguiu o modelo dos grandes museus europeus".

É possível analisar aqui, pelo prisma do Museu Nacional enquanto instituição civilizadora, sua posição na política imperial centralizadora e ambiciosa da construção da identidade da Nação, daí porque merecer atenção tanto a atuação do Museu quanto a do IHGB, visto que, por vezes, os propósitos das duas instituições se esbarraram[3], pois estas encampavam o mesmo projeto, ficando o Museu, no entanto, em desvantagem perante a destinação do Instituto Histórico como

> [...] única e legítima instância para escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira. Pode-se mesmo pensar no Instituto Histórico como o locus privilegiado, naquele momento, a partir de onde se 'fala' sobre o Brasil. Mais interessante é, contudo, a constatação de que esse papel é legitimado no interior da elite letrada imperial, o que contribuirá para uma progressiva difusão e homogeneização do 'projeto nacional' no seio deste grupo social (GUIMARÃES, 1988, p. 15).

O projeto da "gênese da nação" se vinculava à necessidade de consolidação do poder imperial e de sua centralidade, após passar por diversos percalços quanto à sua manutenção. Esta é uma das razões pela qual o modelo adotado para a escrita da história brasileira se guiou não pela contraposição à Europa, mas pela continuação da missão civilizadora iniciada por ela via colonização, mantendo, ainda, uma perspectiva de tradição iluminista nesta produção historiográfica, ao mesmo tempo em que engloba a discussão da questão nacional em voga na Europa no momento da redefinição de seu mapa (GUIMARÃES, 1988, p. 15).

A partir deste ângulo, pode-se compreender a boa aceitação do texto de von Martius referente à melhor forma de se escrever a história brasileira, levando-se em conta que a viagem anteriormente realizada ao país lhe havia conferido a vivência e o contato necessários para que se investisse das condições para a

3 Em 1842 foi criado o museu do IHGB, que receberia material coletado durante as expedições organizadas pelo Instituto. No entanto, este museu acabaria por concorrer com as coleções do Museu Nacional, que buscava nesse período uma definição da sua função institucional.

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 315

produção do texto histórico (Guimarães, 2000). Para tanto, von Martius defendeu uma Nação brasileira homogênea, calcada na mescla das raças (o branco, o indígena e o negro), atribuindo a cada qual um papel no todo, colaborando para o engenho de uma identidade civilizada e sem contrastes – excluindo-se, portanto, o negro e o indígena – que garantisse a imagem de um Estado unificado, demarcado interna e externamente, no sentido de diferenciar-se junto às repúblicas latino-americanas.

Ou seja, a escrita da história proposta por von Martius parte daquele mesmo pressuposto, citado anteriormente em relação à sua viagem conjunta com von Spix, de história como mestre da vida, o que contempla com perfeição os propósitos historiográficos do Instituto Histórico:

> A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica (Guimarães, 1988, p. 17).

Enquanto a função do IHGB parecia estar bem delimitada, a do Museu, desde sua criação, necessitaria de diversas reformas para que conseguisse efetivar-se enquanto instituição civilizadora eficaz. Por mais que o intuito fundador do Museu fosse o de difundir a civilização – através da representação do território, contando para isso com as coleções de ciências naturais, incumbidas de reproduzir a história nacional a partir de uma dimensão tempo-espacial concretizada em suas peças milenares recolhidas pelo vasto território nacional –, seus dirigentes levaram décadas para se definir funcionalmente dentro do Estado imperial, sendo a mudança de jurisdição do Ministério do Império para o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1870, uma das tentativas de aproximação do centro dinâmico de poder através da prestação de assessoria econômica ao Império (Bittencourt, 1997).

Neste sentido, operando com uma narrativa própria, o Museu conseguiu, nas últimas décadas do século XIX partilhar da tarefa civilizadora e formuladora dessa identidade nacional. Quando o Museu passou a estabelecer contato com instituições museológicas estrangeiras, por meio de sua incipiente produção científica e museológica, bem como a aderir às tendências pedagógicas de instrução e

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 316

de exposição a um público menos seleto[4], foi então que ele encontrou espaço político e adequação social para contribuir com "a produção e educação do novo cidadão nacional" (GUIMARÃES, 2000, s.p.), retomando aqui von Martius e sua herança histórica iluminista para a orientação da escrita histórica brasileira.

O Museu visitado por von Koseritz, em 1883, já se encontrava mais bem estruturado, apesar de persistir a insuficiência de recursos financeiros, pois havia passado por duas importantes reformas, que conferiram à instituição um caráter pedagógico e científico. A reforma realizada em 1842, na gestão de Custódio Alves Serrão, criou um regulamento para o museu, delimitando as funções de seu pessoal e reorganizando suas seções, além de se preocupar com o aumento das coleções nacionais, tendo recebido produtos das províncias e contratado viajantes naturalistas em comissões para coletar material pelo território nacional (LOPES, 2002). Já a reforma levada a cabo em 1876, por Ladislau Neto, tornou o Museu centro de referência para as ciências naturais no Brasil, tanto em termos de pesquisa interna, quanto de instrução pública.

O *Almanak Laemmert* (1876, p. 415), destaca a reorganização do Museu Nacional, anunciando que o ensino científico se dará através de cursos públicos e gratuitos ministrados pelos diretores e subdiretores de seção e que haverá a publicação trimestral do *Arquivo do Museu Nacional*, cuja importância, como esclarecem Bittencourt (1997) e Schwarcz (1995), foi permitir a permuta com instituições estrangeiras do mesmo gênero, contribuindo para o reconhecimento internacional do Museu e a troca de documentos atualizados entre esses. A partir do ano seguinte, o *Almanak ...* evidencia que a prática nos laboratórios da instituição passou a ser permitida, contanto que houvesse participação assídua do indivíduo nas aulas do Museu e trabalhos produzidos a respeito, enquanto tem destaque o aumento das coleções do Museu, via permuta de duplicatas com viajantes naturalistas.

O contato com instituições estrangeiras passa a fazer parte da política do Museu que, após as experiências com as exposições nacionais por ele realizadas a partir de 1861, inicia sua participação nas Exposições Universais, sendo esta, aos olhos de Schwarcz (1995, p. 31-32), uma forma de mostrar ao mundo um país moderno, civilizado, científico e independente do olhar estrangeiro do "outro", do viajante, sobre a selvageria do país.

4 Um público distinto daquele previamente delineado por Mário Chagas, conforme citado mais acima.

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 317

O fato é que esse estreitamento de laços com o exterior e o enfrentamento de novas realidades museográficas colaboraram para uma mudança do posicionamento do Museu quanto à sua função educativa, passando a oferecer cursos públicos, como já citado, além de expandir o acesso às exposições públicas, que antes contavam somente com um dia da semana para visitação, restritas ao "visitante digno"[5], até a Exposição Antropológica Brasileira, em 1882, quando a intenção da instituição foi de atrair um público variado – uma "multidão" – de mais de mil visitantes em três meses de exposição (Koptcke, 2005).

A questão pedagógica nos museus do século XIX é latente e pode ser nitidamente percebida em um texto de apresentação do Museu de Artilharia, preparado por Penguilly L'Haridon, seu diretor, para o Guia de Paris, quando da Exposição Universal nesta cidade em 1867. O diretor defende aí o conceito de ser este um museu científico e moderno no tratamento que destina a seu acervo e na preocupação em trabalhá-lo de forma a privilegiar o ensino:

> Faire ressortir un enseignement à partir d'une suite d'objets réunis et groupés d'après une classification raisonnée et méthodique, mettre à la disposition du publique ce moyen facile et sérieux d'instruction, tel est le but qu'on s'est proposé dans l'organisation d'un établissement de cette nature. L'enseignement mis à la portée de tout le monde rentre dans les idées de nos temps (L'Haridon, 1867 Apud Poulot, 2001, p. 112).

No entanto, apesar das trocas que a participação em exposições universais e que o envio e o recebimento da produção científica entre instituições similares propiciavam, uma questão era vital neste contexto: a afirmação e o reconhecimento do que a Nação produzia. Se por um lado, o IHGB mantinha uma relação estreita com o Institut Historique de Paris, com a intenção de "construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa dos trópicos", sendo esse "sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que

5 Portaria de 24/10/1821: "Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselheiro Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Ofício de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repartição da Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente".

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 318

as duas instituições irão incentivar" (GUIMARÃES, 1988, p. 14), cabia também ao Institut Historique, como aponta Guimarães, funcionar como instância legitimadora da história que aqui começava a ser escrita.

Da mesma forma, o Museu Nacional irá procurar no estrangeiro civilizado a interlocução e a aprovação necessárias para o exercício de suas atividades, de maneira a obter não só o conhecimento de como fazer, mas também o aval daqueles que detinham os padrões a serem adotados. É nesse sentido que o Museu Nacional se encontrará oficialmente aberto a qualquer estrangeiro ou a membros do Corpo Diplomático a partir de 1879, tratando-se de "inserir o Museu no circuito internacional, favorecendo o reconhecimento de seu acervo e das pesquisas aqui realizadas entre as instituições congêneres", de acordo com Luciana Sepúlveda Koptcke (2005, p. 194).

Foi neste contexto que von Koseritz, em 1º de junho, finalmente, conseguirá visitar o Museu, acompanhado pelo diretor e idealizador da última reforma, o naturalista Ladislau Neto, que o levou para visitar as seções e os laboratórios do museu. Chamou a atenção de von Koseritz a coleção paleontológica, dirigida pelo Dr. Hartt, e o laboratório de fisiologia sob direção do Dr. Lacerda, mas foi a coleção etnológica no Salão dos Mundurucus que lhe saltou aos olhos:

> Que riqueza, em tesouros etnológicos, se encontra nesta única sala! Eu teria de escrever quatro ou cinco artigos, se quisesse descrever esses tesouros. (Devo acrescentar aqui que o Museu ainda não foi posto em ordem desde a Exposição de Antropologia e que, por isto, a visita não está aberta ao público (VON KOSERITZ, 1972, p. 76).

A mencionada Exposição Antropológica, realizada em 1882, possibilitou que o indígena fosse desvencilhado da visão romântica que o acompanhava e pudesse ser pensado, dentro do Museu, pela ótica das ciências naturais, através de "parâmetros biológicos de investigação e modelos evolucionistas de análise" (SCHWARCZ, 1995, p. 67). A questão indígena vinha sendo debatida havia décadas, particularmente por meio de artigos na *Revista do IHGB*, cuja preocupação, quanto à integração das populações indígenas ao projeto de Nação, devia ser considerada, como assinalara von Martius em seu texto.

Do ponto de vista do viajante alemão, o indígena deveria ser interpretado por meio de sua relação com a natureza, uma vez que era destituído de história, porém deveria, sem dúvida alguma, ser incluído na política do Estado co-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 319

mo elemento constitutivo da identidade brasileira, através da miscigenação das três raças, ficando ao encargo dessa porção indígena contribuir para a produção de mitos da nacionalidade (Guimarães, 2000).

Sendo assim, "o estudo das populações indígenas torna-se crucial para o conhecimento da nova população que viria a se constituir no Império brasileiro como resultado do processo de invenção da nação" (Guimarães, 2000, s.p.), salientando-se, também, como fator crucial nesta aglutinação do indígena ao amálgama da população nacional, o seu aproveitamento como mão-de-obra, já que se discutia com intensidade na década de 1840 o fim do tráfico negreiro, que implicaria não só em um problema à economia do Império, mas igualmente ao espaço social que ocupariam os negros no conjunto da Nação (Guimarães, 1988, p. 24).

A questão indígena estava na pauta de discussões do projeto de Nação e, portanto, não poderia deixar de extrapolar os limites do IHGB e ser pensada dentro do Museu Nacional, especialmente no último quartel do século XIX, quando então teve lugar a abolição da escravidão e a problemática da mão-de-obra se resolveu, não por meio do trabalho indígena como se cogitara anteriormente, mas pela força de trabalho imigrante.

Dominique Poulot, em seu livro *Patrimoine et musées*, estabelece que "le XIXe siècle connaît l'âge d'or des liens entre musée et anthropologie, quand celle-ci se définit comme l'étude de toutes les manifestations matérielles d'activité humaine" (Poulot, 2001, p. 109). Esta preocupação já vinha sendo manifestada dentro do Museu por Ladislau Neto, que se opunha ao armazenamento de "relíquias históricas" do Estado imperial em um museu que se pretendia de ciências naturais. Contudo, objetos de origem arqueológica eram bem acolhidos, no sentido em que o diretor enxergava neles relevância para os estudos de cunho antropológico (Bittencourt, 1997).

As diferentes funções dos museus de ciências naturais tinham por propósito, como apurado por Nélia Dias em depoimento do diretor do Museu de Etnografia do Trocadéro, Ernest-Théodore Hamy, em 1889, ser "scientifique (lieu de conservation et d'étude), pédagogique (lieu d'instructions pour les colons, les missionnaires et les commerçants) et patriotique (lieu de glorification des exploits nationaux et notamment coloniaux)" (Dias Apud Poulot, 2001, p. 109). Ao se comparar os objetivos do museu de ciências francês com os do Museu Nacional, deve-se ter em mente a conjuntura européia de expansão imperialista, que determinará as ações desses museus na prática. Ainda assim, os aspectos citados serão compartilhados pelo Museu Nacional, pois este cumpria, quando da Exposição Antro-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 320

pológica, as referidas funções científica (pesquisa), pedagógica (aulas públicas e exposições) e patriótica (civilização e construção da identidade nacional).

Entretanto, pode-se mesmo expandir esta análise da relação entre as três funções, definidas por Hamy para os museus de ciências do século XIX, bastando lembrar que será no âmbito da disciplina de antropologia física do Museu Nacional que João Baptista de Lacerda (professor, médico-pesquisador e, posteriormente, diretor do Museu) desenvolverá a Teoria do Branqueamento, que ratifica a imigração de colonos para o Brasil, já no período republicano, respaldando a elaboração de um discurso sobre a identidade nacional, conferindo ao Museu destaque na civilização do Brasil.

Além de seu especial interesse pelas coleções de história natural, von Koseritz não deixa de se impressionar com a coleção egiptológica – "quem conhece os museus da Europa não vê ali nada de novo; mas quem nunca apreciou antiguidades egípcias encontra lá muito que admirar" – e com a de numismática, "mais rica que a da Casa da Moeda" (VON KOSERITZ, 1972, p. 179), o que explicita novamente a dualidade de seu olhar, ora pautado na realidade riograndense, ora em suas memórias da Europa.

Von Koseritz torna identificável, através de seu registro acerca das várias coleções, a presença da tradição antiquária como base formadora do Museu. Tecendo novas considerações acerca dos regimes de historicidade, como antes feito com a narrativa de von Martius, tem-se o Museu Nacional inserido nos embates decorrentes, no século XIX, da conformação da história enquanto disciplina, já que sua autonomia acarretará em um distanciamento da produção de conhecimento histórico como se fizera até então, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, período em que vigorava o antiquariado.

O antiquariado, enquanto escrita da história, era marcado pela formação de coleções por indivíduos que buscavam, pela acumulação de vestígios do passado, preservar o valor de antigüidade desses objetos e, por conseguinte, as ações dos homens em épocas e civilizações não mais existentes, mas tidas, desde o humanismo, como cânones a serem perseguidos.

A história, porém, passou a superestimar a produção documental escrita, afastando-se da relação com o objeto e a imagem como fora desenvolvida pela história antiquária. Esta, desvinculada do comprometimento com o interesse público presente nos museus pós-Revolução Francesa, desenvolvia uma narrativa a partir de critérios pessoais sobre aqueles objetos reunidos, de maneira a possibilitar uma "visualização do passado". Stephen Bann caracteriza a organização dada por de-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 321

terminado antiquário à sua coleção: "cada relíquia e inscrição teria contribuído para um efeito global que era mais que a soma das partes" (BANN, 1994, p. 166).

Essa dissociação dos historiadores, que então se profissionalizavam, da antiga forma de lidar com o passado ao modo do antiquário, é percebida por Poulot da seguinte maneira: "d'un côté le souci d'éclairer les textes, en s'attachant aux grands événements qu'ils mentionnent, de l'autre la prédilection affichée pour la culture matérielle, les techniques et les objets quotidiens" (POULOT, 2001, p. 41). Entretanto, o antiquariado permanece enquanto uma narrativa presente nos museus que se formam no século XIX e no seu lidar com o passado:

> A história de 'visualizar o passado' em nosso período não é, portanto, simplesmente, o registro de um investimento pessoal em objetos e em seu 'valor de época'; é também o registro de uma tendência crescente para acumular e ordenar tais objetos em instalações permanentes, em outras palavras, para montar museus (BANN, 1994, p. 166-167).

Apesar da negação do objeto, por aqueles historiadores, como caminho para o conhecimento da verdade do passado, sua clivagem artificial de outras disciplinas e o conseqüente abandono da tradição antiquária no âmbito da disciplina, o antiquariado – em sua articulação com o espaço, o texto e o objeto – se perpetua nos museus, como argutamente assinala o nosso viajante, ao desfiar mais um de seus elogios ao diretor do Museu Nacional:

> Ladislau Neto presta ao país um grande serviço, quando protege e conserva todos esses tesouros da ciência. Quando ele tomou a direção do estabelecimento, quase nada se tinha feito. Agora não está mais tudo desorganizado e caótico, mas já se vê como a ordem reina nestas salas que, em breve, terão um infinito interesse para todos os homens de ciência que visitem o Brasil (VON KOSERITZ, 1972, p.79).

Essa compreensão da peculiaridade da operação da narrativa dentro dos espaços museológicos não se esgota aí, pois ecoa e ganha força até os dias de hoje:

> Os museus continuam sendo lugares privilegiados do mistério e da narrativa poética que se constrói com imagens e objetos. O que torna possível essa narrativa, o que fabula esse ar de mistério é o poder de utilização das coisas como dis-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 322

> positivos de mediação cultural entre mundos e tempos diferentes, significados e funções diferentes, indivíduos e grupos sociais diferentes (CHAGAS, 2003, p. 261).

Outras instituições visitadas por von Koseritz foram a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e a Casa da Moeda. A respeito da Biblioteca, o autor faz, mais uma vez, equiparações com as coleções européias, destacando do acervo de mais de 150 mil volumes a coleção de gravuras. Quanto à Casa da Moeda e seu Museu de Numismática, ele se interessa pela quantidade de peças do acervo, ressalvando que, ao final da visita, o diretor Sobragí lhe inscreveu o nome no livro dos visitantes "que já contém muitos nomes conhecidos" (VON KOSERITZ, 1972, p. 86), demonstrando, mais uma vez, que a visitação pública da época ainda era muito restrita e identificada a personalidades. Quando de sua visita ao Arquivo Público ele registra em seu diário que:

> [...] homens como Sobragí, Saldanha da Gama, Ladislau Neto, Portela etc. faziam honra aos países mais adiantados, e os estabelecimentos dirigidos por eles, [Casa da Moeda, Biblioteca, Museu, Arquivo Público, Imprensa Nacional], podem ser tidos por modelares (VON KOSERITZ, 1972, p. 171).

Em novembro daquele ano, o viajante vai até São Paulo, seu destino final, onde visita a coleção particular do chamado Museu do Coronel Sertório. Esta coleção, extremamente eclética, abriga desde acervo de numismática até pintura, sem deixar de passar pelo de história natural, todos cientificamente organizados. Resgatando em Benjamin o ato de narrar, depreende-se do que escreve von Koseritz sobre essa coleção que seu texto não abre mão da "dimensão utilitária" da narrativa, em que "o narrador é um homem que sabe dar conselhos" (BENJAMIN, 1989b, p. 200). Aconselha Koseritz sobre o destino da coleção:

> O coronel Sertório devia doar suas coleções à província, para servir de base a um museu; prestaria assim o maior serviço a São Paulo; mas a província deveria possuir um edifício conveniente para este fim e deixar as coleções com o seu possuidor até a morte, porque elas lhe são muito caras e ele só vive para o museu (VON KOSERITZ, 1972, p. 253).

Dez anos após seu comentário acerca da riqueza da coleção Sertório surge o Museu Paulista, um projeto que remontava à proclamação da independên-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 323

cia, mas que só fora realmente concebido como monumento a este episódio em 1890, tendo seu núcleo inicial origem na coleção particular do coronel (Comissão de Patrimônio Cultural de São Paulo, 2000; Holanda, 1958; Museu Paulista da USP, 2005). Percebe-se, mais uma vez, que a tônica da constituição dos museus de ciências e história do século XIX é originária das coleções particulares, ou seja, baseada diretamente na tradição antiquária.

"A passo de ganso, de olhos baixos"

No entanto, as duas visitas que presta à Exposição Pedagógica, realizada no edifício da Imprensa Nacional, a mando do Imperador, para que professores e alunos entrassem em contato com os sistemas educacionais de outros países, suscitam questões intrigantes a respeito da suposta existência de um Museu Escolar Nacional. O *Almanak Laemmert* publicou, no ano de 1884, na seção destinada a museus, a existência do Museu Escolar Nacional, fundado em 1883, funcionando no edifício da Tipografia Nacional e tendo por diretor Julio de Lima Franco. Seu nome aparece no *Almanak* (1884, p. 1299) durante os seis anos seguintes, desaparecendo em 1891.

Von Koseritz revela ter existido a intenção de se elaborar um museu pedagógico, cuja idéia partira do Sr. Gruber, do Ministério do Interior, que promoveu a primeira Exposição Pedagógica do Brasil, trazida por uma firma alemã que ofereceu a coleção de material de ensino ao Império, coleção esta que havia desaparecido. Von Koseritz registra que "o Sr. Gruber trabalhou na ocasião para que o presente fosse usado como base para um museu pedagógico, mas nada conseguiu" (von Koseritz, 1972, p. 157).

A propósito da Exposição Pedagógica visitada pelo viajante ter realmente se concretizado em um Museu Escolar, a partir de 1883, como aparece no *Almanak Laemmert*, permanece em aberto. O fato é que a observação relatada por ele sobre os visitantes da mostra nos esboça um perfil que em muito se assemelha ao do público atual de museus:

> Estes senhores e senhoras se apresentavam ali com seus alunos e alunas que atravessavam a sala em fila dupla e a passo de ganso, de olhos baixos e sem parada, sem nada observar. Os professores também não vêem nada; eles acompanham seus alunos no passeio e as coisas expostas não lhes provocam o menor interesse (von Koseritz, 1972, p. 157).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 324

A relação entre esta observação narrada por von Koseritz e as exposições atuais, em particular as caracterizadas como mega-exposições, é evidente, podendo ser constatada por um de seus visitantes que possua um olhar mais apurado para o comportamento do público (o *flâneur* atual). O fato curioso é que, nas últimas décadas, os esforços para incrementar e estreitar a relação entre visitante e exposições tem sido foco de preocupação dos profissionais de museus, isso considerando aqui somente os museus tradicionais, sem mencionar as novas experiências museológicas decorrentes, principalmente, da Mesa-Redonda de Santiago, em 1972[6], e do desenvolvimento, nos anos seguintes, do conceito de Ecomuseu.

O museólogo Raymond Montpetit, em texto sobre a narrativa museológica desenvolvida nos últimos trinta anos, visando à comunicação mais eficaz com o público, define a museografia contemporânea a partir de uma lógica "endógena" ou "interpretativa", em que

> [...] elle ne tire pas d'ailleurs son articulation, mais génère elle-même les stratégies communicationelles qu'elle implante. Une telle logique endogène gère donc dans son dispositif les relations entre les objets, et avec les visiteurs (MONTPETIT Apud POULOT, 2001, p. 184).

Assim, para Montpetit, a analogia entre exposição e criação de um espaço outro, que insira o espectador nessa realidade criada, deflagra uma tendência dentro do paradigma clássico da museologia que, como evidencia Chagas, se manteve dominante na Europa e no Brasil por boa parte do século XX e continua existindo, ao lado de outras possibilidades de se pensar o museu em sua relação junto ao patrimônio e ao público: "ainda assim, os acervos podem ensejar uma narrativa que esboroa a pretensão de construção de muros separadores de tempos e espaços" (CHAGAS, 2003, p. 262).

As grandes exposições temporárias atuais guardam similitudes quanto à visitação que se realizava aos museus no XIX, aquelas já aqui analisadas referentes ao Museu Nacional, por exemplo, ou, ainda, à Exposição Pedagógica. Luciana Koptcke assim pondera sobre essa prática na contemporaneidade:

---

6 Realizada pelo International Council of Museums (ICOM) com o objetivo de promover a discussão entre profissionais de museus sobre o futuro do patrimônio cultural da América Latina, sendo o Brasil representado pela museóloga Lygia Martins Costa. Como resultado do encontro, o documento produzido aponta para o papel social dos museus, dando origem ao conceito de "museu integral", que se caracterizaria pelo estreitamento da relação entre comunidade e seu patrimônio, além de ter originado também a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM).

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 325

> Embora parte da crítica aponte, com razão, as questões do sistema globalizado de consumo, promovido pela indústria cultural em detrimento da valorização de formas locais e regionais, inovadoras da relação com a instituição museal, traz em seu bojo aspectos referentes ao imaginário da visita digna ao museu. Salas lotadas, crianças e adultos em procissão ruidosa a invadir cada canto, sem perceberem ao certo o que devem buscar naquele espaço, suscitam a nostalgia da visita contemplativa, discreta, civilizada (KOPTCKE, 2005, p. 196).

Pode-se obter dessa colocação duas perspectivas relacionadas aos tipos de visitação aqui trabalhados durante o século XIX, a partir da narrativa de von Koseritz. Em uma primeira idéia, Koptcke descreve a interação tumultuada e, aparentemente, despropositada do público das mega-exposições atuais, o que remete diretamente à descrição realizada pelo viajante sobre a Exposição Pedagógica, que assim como a Exposição Antropológica e, certamente, os Salões da Academia Imperial de Belas Artes, já se configuravam como exposições dessa natureza, quando a lógica "interpretativa" de Montpetit se encontrava, todavia, muito incipiente. No caso atual, porém, deve-se levar em conta um comprometimento maior das referidas exposições com a lógica de mercado, ao invés de uma abordagem pautada pela mediação que se pode estabelecer entre público e objeto a partir de uma operação consciente da narrativa da exposição.

Por outro lado, a autora revê a "visita digna" pela ótica da crítica, que enxerga nesta visita atabalhoada, que se presencia em exposições de maior porte e público, e que a pensa nostalgicamente do ângulo de uma visita em que o espectador se fazia mais atento. No entanto, ao tomar como analogia a história, como feito por Hayden White[7], em *O fardo da história*, no trecho em que discute o conflito da literatura com a consciência histórica, pode-se aplicá-la às relações museográficas do século XIX, a partir de uma citação levantada pelo autor em *O imoralista*, de André Gide, onde o personagem, um historiador, revela que

> Em dias passados, agradara-me essa fixidez, que permitia à minha mente trabalhar com precisão; todos os fatos da história apareciam-me como espécimes num museu, ou melhor, como plantas num herbário, permanente-

7 Crítico literário norte-americano que questionou a veracidade essencial da narrativa histórica, ou seja, a sua capacidade de produzir conhecimento historiográfico. Para White, não há conhecimento histórico, mas ficções historiográficas. Esse discurso denunciava que os historiadores, apesar de todas as escolas do século XX, permaneciam com as mesmas concepções positivistas do século XIX.

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 326

> mente secas, de modo que era fácil esquecer que um dia elas haviam estado cheias de seiva e de sol (GIDE Apud WHITE, 2001, p. 47).

Assim como aborda a idéia de uma história que se queria rígida e exata, White, ao optar por esta citação de Gide demonstra, paralelamente, a visão de museu e de suas coleções que acompanhavam essa percepção estática e classificatória, tanto dos fatos históricos quanto dos acervos de museus.

> Pois deveríamos reconhecer que o que constitui os próprios fatos é o problema que o historiador, como o artista, tem tentado solucionar na escolha da metáfora com que possa ordenar o seu mundo passado, presente e futuro. Deveríamos exigir apenas que o historiador demonstrasse algum tato no uso das suas metáforas regentes: que não as sobrecarregasse com dados nem deixasse de utilizá-las ao máximo; que respeitasse a lógica implícita ao modo do discurso pelo qual optou; e que, quando a sua metáfora começasse a se mostrar incapaz de conciliar certos tipos de dados, ele abandonasse essa metáfora e procurasse outra, mais rica e mais abrangente do que aquela com que começou – da mesma forma que um cientista descarta uma hipótese tão logo se esgota a sua utilização (WHITE, 2001, p. 60).

Seguindo o pensamento do próprio White quanto a uma solução para os problemas enfrentados pelos historiadores, pode-se estendê-lo à realidade museológica em que a necessidade de um conceito de museu encarado como fenômeno é cada vez mais latente, tendo em vista seu dinamismo e as constantes modificações que opera em termos de pesquisa, preservação e, aqui mais pontualmente, de sua narrativa. Assim como von Koseritz presenciou, na contramarcha do intento civilizador, um público que se recusa a entrar em contato com as luzes, passado mais de um século, a relação entre público e exposição permanece, em determinados casos, a mesma.

Considerações finais

A opção pela análise da viagem realizada pelo jornalista e naturalista Carl von Koseritz às províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, enfocando seus relatos destinados a questões museológicas, não esgota o assunto relativo ao surgimento dos primeiros museus do país, um dos focos de estudo desta pesquisa. Porém, a escolha pelo livro *Imagens do Brasil* se deve, principalmente, a seu olhar aten-

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 327

to aos museus e às tensões deflagradas por sua narrativa, tanto frente à tradição iluminista de escrita de relatos de viagem, quanto à percepção da constituição da modernidade em meio à presença conflitante de arcaísmos. Modernidade esta elaborada a partir da transferência da Corte para o Brasil junto à criação de instituições civilizadoras das quais o viajante não abre mão de visitar.

Essas instituições, em particular as museológicas, não se restringiram ao Rio, mas é possível afirmar que todos os museus que se seguem ao Museu Nacional são frutos, de alguma forma, deste que foi o primeiro museu brasileiro assim denominado – o Museu Nacional –, sejam eles o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1842), os Museus do Exército (1864) e da Marinha (1868) e, acima de tudo, os museus de ciências, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paulista (1893) e o Museu Paranaense (1876), que tiveram seus idealizadores e principais diretores formados no Museu Nacional.

A viagem de Carl von Koseritz e a produção de um diário sobre ela possibilitaram a apreensão, a partir dos relatos e comentários perspicazes do autor, de questões que permeavam a vida no Império e, mais ainda, na Corte. Se seus relatos evidenciaram a política civilizadora do Estado imperial e o projeto de criação de uma identidade una para o Brasil, ao mesmo tempo, lançaram um olhar peculiar sobre questões de cunho museológico.

Assim, a função dos museus, como uma das engrenagens da máquina estatal colonizadora e civilizadora, talvez tenha sido melhor compreendida por um europeu como von Koseritz, na medida em que o modelo de civilização almejado pelas elites brasileiras fazia parte da memória do viajante e, concomitantemente, criava um estranhamento ao provinciano de Pelotas.

Ao transpor as problemáticas observadas pelo viajante à realidade dos museus atuais, pode-se perceber que ainda reina, ao menos no universo das exposições puramente mercadológicas, a idéia de uma relação unilateral, que desprivilegia a inclusão do espectador e acredita que seus métodos expositivos estão, de fato, contribuindo para funções básicas atreladas aos museus como a comunicação e, por conseguinte, a educação.

No entanto, os conceitos de exposição e de museu calcados na lógica de mercado são problematizados, e não tidos como parâmetro para o desenvolvimento da museologia. Esta, portanto, parece ter compreendido bem o conselho de White (conforme citações acima) e ter reinventado, utilizado e descartado as metáforas com que opera seu discurso:

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 328

> Na atualidade, quem estuda o passado como um fim em si deve parecer ou um antiquário, que foge dos problemas do presente para consagrar-se a um passado puramente pessoal, ou espécie de necrófilo cultural, encontra valores nos mortos que não encontra nos vivos (WHITE, 2001, p. 53).

Assim, concluindo através das palavras do mesmo, pode-se pensar, hoje em dia, o museu e a museologia em constante processo de avaliação de seus métodos e práticas, apropriando e mantendo metáforas que mereçam ser perpetuadas, pondo por terra, porém, aquelas vinculadas à instituição enquanto epicentro que emana, em ondas, o poder[8].

Referências bibliográficas

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1884.

BANN, Stephen. Clio em parte: Sobre antiquariado e fragmento histórico. In: *As invenções da história*: *Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 129-152.

_____. Visões do passado: Reflexões sobre o tratamento dos objetos históricos e museus de história. In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 153-180.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989a.

_____. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*: *Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989b, p. 197-221.

BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e profundo*: Os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 1997.

CAMARGO E ALMEIDA, Fernanda de. *Guia dos museus do Brasil*: Roteiro dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

8 Para tanto, basta considerar o enfoque dado nas últimas décadas a práticas museológicas que se definem pela participação e o reconhecimento das comunidades na elaboração de seus museus, acervos, bem como da narrativa acerca de seu patrimônio.

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 329

CHAGAS, Mário de Souza. *Imaginação museal*: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, 2003. COMISSÃO de Patrimônio Cultural de São Paulo. *Guia de museus brasileiros* – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

COSTA, Ana Luísa Martins. O olhar do viajante. LEITE, Sebastião Uchoa (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicação do IPHAN, v. 29, p. 42-66, 2001.

DAHER, Andréa. *Da fabulação controlada.* Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0034.htm>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2006.

FEATHERSTONE, Mike. O *flâneur*, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000, p. 186-207.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e as cidades. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio*: *Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 175-189.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Expondo a história: Imagens construindo o passado. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 71-86, 2002.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos, revista do CPDOC* – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – da FGV, v. 1, n. 1, p. 4-27, 1988.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação**.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, publicação da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, v. 7, n. 2, jul.-/out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 17 de Novembro 2005.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean ; JULIA, Dominique. *Passados recompostos*: *Campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 193-202.

HOLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e da Organização Nacional do ICOM, 1958.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: O público dos museus no Brasil. CHAGAS, Mário. (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicação do IPHAN, v. 31, p. 184-205, 2005.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo mundo dos museus**:** Diferentes olhares no processo de institucionalização das Ciências Naturais nos museus brasileiros. *Imaginário*,

PEP10 - Maria 10/1/07 3:39 PM Page 330

publicação anual do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória - NIME e do Laboratório de Estudos do Imaginário – LABI, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0043.shtml>

MUSEU Paulista da USP. 2005. Disponível em <http://www.mp.usp.br/>. Acessado em: 18 de novembro de 2005.

POULOT, Dominique. *Patrimoine et musées: l'Instituition de la culture*. Paris: Hachette, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VON KOSERITZ, Carl. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins/USP, 1972.

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: *Tópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: USP, 2001, p. 39-63.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 331

Gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís / MA – Estudo para redelimitação da poligonal de tombamento federal

Raphael Gama Pestana



Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória do processo de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís / MA (1940 a 1974), comparando-o com os estudos realizados para inclusão, pela Unesco (1997), do conjunto urbano histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial. No decorrer do artigo, identifica-se a fundamentação teórica para a delimitação dos perímetros nos níveis nacional e mundial; verificam-se divergências e problemas relacionados à garantia da preservação desse objeto histórico; elaboram-se questões, discutem-se os problemas levantados e a necessidade da redelimitação da poligonal de tombamento federal e da regulamentação de sua área de entorno. Fundamenta-se o valor como patrimônio cultural atribuído ao sítio urbano de São Luís, explicando sua lógica e definindo aspectos que embasam a prática da intervenção nesse conjunto urbano histórico.

Raphael Gama Pestana Arquiteto e Urbanista, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio Iphan-Unesco na 3ª Superintendência Regional, em São Luís, durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão da arquiteta e urbanista do Iphan, mestre em Arquitetura e Urbanismo Stella Regina Soares de Brito.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 332

Introdução

> A defesa do patrimônio dos bens culturais de São Luís deve, portanto, processar-se no sentido duma conjugação de esforços, não só tendo em vista responder às exigências cada vez mais acentuadas do desenvolvimento moderno, mas também fazer com que esse desenvolvimento, servindo o futuro, não possa destruir o passado.
>
> *Viana de Lima*

O presente artigo tem como objetivo fazer um relato dos processos para a delimitação dos perímetros das áreas protegidas a nível federal e mundial (situação jurídica, técnica e administrativa) e fomentar as discussões acerca da proposta para redelimitação da poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís / MA.

Na primeira parte, são analisados os processos de tombamento federal e o dossiê que propôs a inscrição de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, a fim de se identificar as questões conceituais relacionadas à historicidade, às responsabilidades governamentais e às atribuições de valores que fundamentaram a delimitação dos perímetros protegidos nos níveis nacional e mundial, na área em estudo. Na segunda parte, é concluída a apresentação da justificativa para a redelimitação do perímetro de tombamento federal, a partir dos estudos elaborados para a área a ser protegida e a necessidade da regulamentação de seu entorno.

Objeto de estudo

O objeto de estudo do presente trabalho corresponde exatamente à área inscrita pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial, em 6 de dezembro de 1997, ou seja, corresponde à área do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís/MA, tombado pelo Governo Federal em 1974, sendo acrescentado um trecho da área tombada pelo Governo Estadual em 1986 (Figura 1).

Esse conjunto integra a área denominada de Zona de Preservação Histórica – ZPH[1] – e abrange o núcleo primitivo da cidade, datado do primeiro quartel

1 Zona de Preservação Histórica – ZPH, segundo a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei Municipal 3.253 de 29 de Dezembro de 1992), é formada pelas áreas tombadas a nível Federal e Estadual e pelas áreas do Aterro do Bacanga e do Parque Bom Menino.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 333

do século XVII, bem como espaços adjacentes, datados dos séculos XVIII, XIX e XX. Nesta área existem cerca de 1.353 imóveis inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

O traçado urbano seiscentista, característico da ZPH, nasceu do plano urbanístico de 1615, elaborado pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita (Figura 2), e se mantém íntegro. Apresenta textura compacta e regular e é formado de quadras de tamanho reduzido (80 x 80 metros), dispostas sobre malha viá-

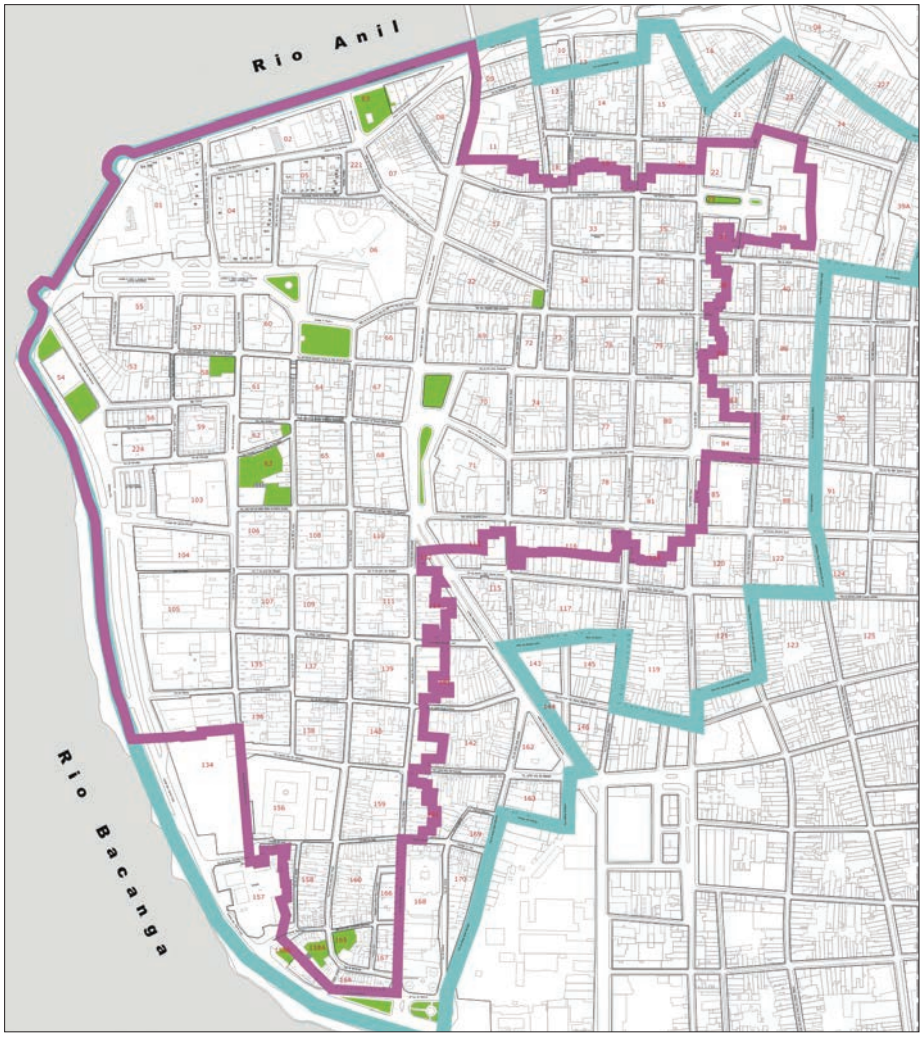


FIGURA 1 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís/MA, tombado pelo Governo Federal, e área inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Fonte: Cláudio Nogueira – Acervo do IPHAN/3ªSR

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 334



FIGURA 2 Desenho de J. Vigboons, de 1641, que retrata o Plano Urbanístico de 1615 do engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita. Fonte: Reis, 2000.

ria ortogonal, orientada no sentido norte-sul, formada por edificações implantadas nas testadas dos lotes, estabelecendo alinhamento regular com movimentos que variam nas alturas das fachadas e telhados. Observam-se ligeiras modificações na direção e largura das vias, que variam entre sete e dez metros, e são entremeadas por pequenos espaços abertos criados normalmente nas áreas fronteiras às igrejas e em alguns casos por desaparecimento de edificações na malha urbana. Esses espaços criam um peculiar ritmo na paisagem urbana de São Luís.

No que concerne ao seu patrimônio, edificado dos séculos XVIII e XIX, sobretudo o civil (solares, sobrados, moradas inteiras, meias-moradas, portas e janelas etc.), São Luís cria, através da releitura do estilo tradicional português, uma arquitetura única, seja pela generosidade dos materiais construtivos utilizados, seja pelas soluções ambientais adotadas. O requinte dos azulejos usados como proteção térmica e adorno e a modulação de cheios e vazios reforçados pela pedra de lioz nas molduras, cunhais e bacias de sacada, dão a singularidade externa a esta maneira de construir. Internamente, contrastando com o denso paramento das fachadas sobre a rua, os avarandados se abrem, rasgados de fora a fora para o pátio interno, apoiados em pilares ou em balanço e com trama contínua de venezianas, treliças ou caixilharia.

PEP11 - Raphael 10/5/07 10:59 AM Page 335

O tombamento do núcleo urbano de São Luís pelo governo federal (1974) e, posteriormente, sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco (1997) são o reconhecimento da importância e valor histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico da cidade, cuja preservação rompeu as fronteiras da nacionalidade e passou a ser de interesse mundial.

Tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís / MA: 1940-1974

Os tombamentos individuais de bens culturais pelo critério de monumentalidade e singularidade: 1940 a 1954

Ao longo da primeira metade do século XX, a sedução pelo novo e moderno fez com que a cidade fosse objeto de transformações urbanas comandadas, em sua maioria, pelo poder público. Havia o desejo de transformar São Luís em uma cidade moderna. Para isso, era necessário remodelar seu tecido urbano e incentivar as construções modernas, como uma tentativa de renovar a fisionomia da cidade, nem que, para tal, parte desta, a que representava o passado, tivesse que ser esquecida ou até mesmo destruída. Como observa Leonardo Castriota: [...] nada mais natural que desde os primórdios de sua história, a cidade incorpore a lógica própria da modernidade, a sua rápida obsolescência e constante transformação: aquilo que é velho tem que desaparecer (CASTRIOTA, 1992).

Esse ideal modernizante que imperava naquele momento foi prejudicial ao patrimônio, pois negava sua importância e significação para a cidade. No conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, as intervenções urbanísticas ocorridas nesse primeiro período tiveram seus modelos inspirados no Plano de Haussman e limitavam-se a um urbanismo corretivo, caracterizado pela demolição de algumas edificações implantadas fora do alinhamento e à diminuição dos passeios de pedestres para viabilizar a fluidez viária. Era necessário, literalmente, abrir caminho para o progresso, preparar a cidade para viver os novos tempos.



FIGURA 3 Desfile de tratores na rua Grande – 1939.
Fonte: BARROS, 2001, p.44.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 336



FIGURA 4 Trecho da Rua Grande, com inúmeras casas em demolição – 1939. Fonte: BARROS, 2001, p.45.



FIGURA 5 Rua do Egito – 1908. Fonte: *Álbum do Maranhão*, 1908, p.74.



FIGURA 6 Rua do Egito – 1973. Fonte: PEREIRA, 1998, p.155.

Como exemplo deste ideal modernizante, podemos citar o alargamento da rua Grande (Figuras 3 e 4), principal logradouro comercial da área central da cidade, da rua do Egito (antiga rua Tarquínio Lopes), com a conseqüente demolição de seu casario colonial (Figuras 5 e 6).

Nesta primeira fase, também se iniciaram movimentos de alguns setores da sociedade civil e do próprio IPHAN, visando conter esse processo de destruição da memória da cidade e salvaguardar nosso patrimônio histórico e artístico do surto de desenvolvimento. Verificamos que a preservação dos bens culturais, dignos de valor nacional, se fundamentava em valores fechados na monumentalidade e singularidade das construções, seguindo a política de atuação da instituição na época, que vinculava o conceito de patrimônio a esses valores. Assim, as edificações e os centros históricos eram encarados como uma "nobre herança" – de acordo com as premissas da "Carta de Atenas", resultante do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 - que deveria ser mantida intacta para as gerações futuras, relegando durante décadas a história social, a pluralidade dos valores urbanos e a própria trama da cidade. O arquiteto Lúcio Costa explicita bem essa visão no seu parecer, contido no processo de tombamento do retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (Figuras 7, 8 e 9):

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 337

A edificação não apresenta interesse suficiente para o tombamento. [...] A limitação do tombamento ao retábulo com as respectivas imagens – peça jesuítica contemporânea do antigo colégio – pareceu-me, pelo contrário, desejável como desagravo à memória dos padres cuja obra foi profanada, em 1927[2] (Iphan, 1954, p. 79).

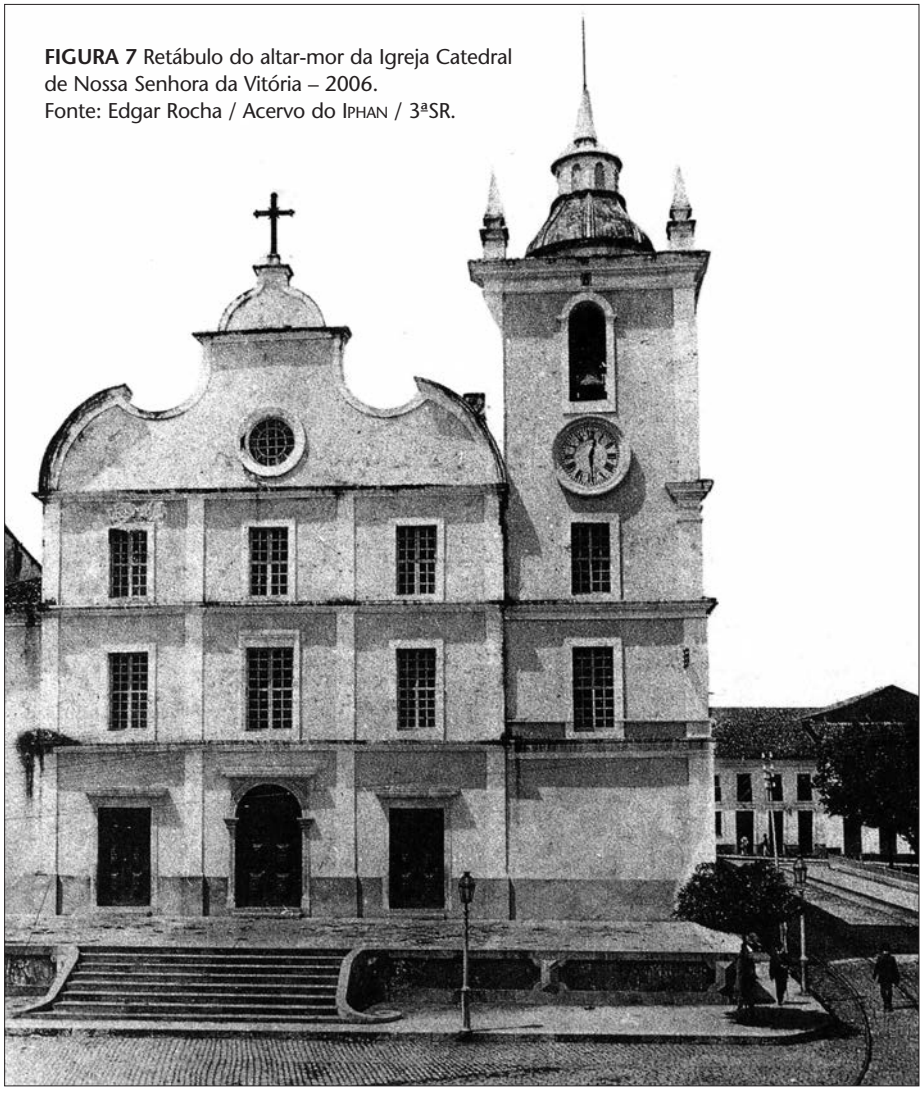


FIGURA 7 Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória – 2006.
Fonte: Edgar Rocha / Acervo do Iphan / 3ªSR.

2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo nº 505-T-54: Tombamento do Retábulo do Altar-Mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória. Livro de Belas Artes, v. 1. Número de Inscrição: 417. Nº da folha: 79. 23/08/1954.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 338

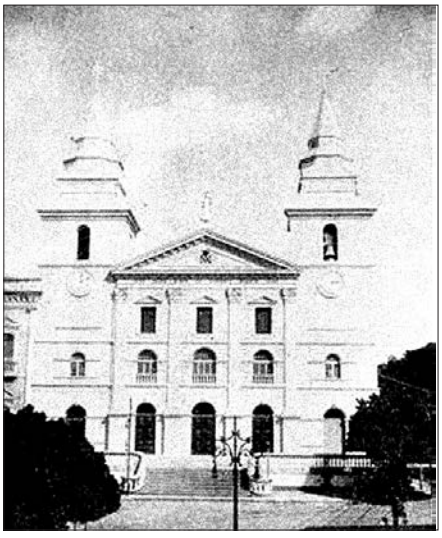


FIGURA 8 Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória – 1908. Fonte: *Álbum do Maranhão*, 1908, p.65.



FIGURA 9 Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória após a conclusão das obras de reforma – 1922. Fonte: Arquivo IPHAN / 3ª SR.

Neste primeiro momento, observa-se que a atuação do órgão restringiu-se ao tombamento de alguns bens públicos e bens pertencentes às instituições religiosas. Destes bens tombados, a maioria situa-se em São Luís. São eles: o Sambaqui do Pindaí (tombado em 19/01/1940), a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras e a Fonte do Ribeirão (Figura 12).







FIGURA 10 (esquerda) Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, tombada em 1940. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

FIGURA 11 (centro) Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras, tombado em 1940. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

FIGURA 12 (direita) Fonte do Ribeirão, tombada em 1950. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 339

O tombamento de trechos do conjunto urbano histórico de São Luís / MA em 1954

No início da década de 1950, o arcebispado do Maranhão encaminhou ao IPHAN o pedido de tombamento federal da Igreja de São José do Desterro (Figura 13). Este veio acompanhado pelos argumentos que enfatizavam o valor histórico do bem, a necessidade de impedir sua ruína e o desejo de garantir a preservação do mesmo por seu valor afetivo para a comunidade do bairro do Desterro (Figura 14). Rodrigo Mello Franco de Andrade, em documento encaminhado ao arcebispo, chamou a atenção para a não excepcionalidade do bem, fato esse que justificava a negativa quanto à sua inscrição em um dos quatro Livros do Tombo:

> [...] O estudo procedido a esse respeito pelas seções técnicas concluiu, entretanto, por que não cabia a inscrição daquele imóvel nos Livros do Tombo instituídos pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, à vista dos critérios adotados pela DPHAN [Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN]. Pareceu-me, contudo, considerar outra hipótese, e nesse sentido estão sendo tomadas as providências necessárias: o tombamento do conjunto arquitetônico do bairro em que se acha integrado a igreja do Desterro, uma vez que fique documentada a sua fisionomia tradicional, merecedora de especial proteção dos poderes públicos.



Observa-se uma preocupação, mesmo que incipiente, com o conjunto urbano, com a diversidade e riqueza dos elementos que conformam o bairro do Desterro, este, por sua vez, apresenta-se como uma síntese da evolução arquitetônica de nossa cidade, ao mesmo tempo em que congrega em seu conjunto, valores impregnados dos símbolos e memórias que fundamentam a própria história de São Luís.



FIGURA 13 (acima, à esquerda) Igreja de São José do Desterro – 1908. Fonte: *Álbum do Maranhão,* 1908, p.100.

FIGURA 14 Vista do bairro do Desterro, vendo-se a torre da Igreja de São José do Desterro – 1950. Fonte: JORGE (1950, p.121).

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 340

É importante ressaltar que muitas das iniciativas feitas nesse período para salvaguardar nosso patrimônio histórico e artístico partiram de agentes externos à instituição (sociedade civil, representação política etc.), como no caso do Projeto de Lei nº 88/1955, do deputado Cunha Machado, que propunha converter em monumento histórico nacional o conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga cidade de São Luís, com a finalidade de preservá-lo da destruição ou mutilação de seus edifícios, segundo o projeto, "verdadeiras obras de arte do período colonial e, principalmente, da época do Primeiro Império". Caberia ao IPHAN proceder à demarcação da área a ser tombada, bem como autorizar o poder Executivo a criar um distrito do Instituto no estado do Maranhão e a executar desapropriações, por utilidade pública, para a restauração do conjunto arquitetônico da cidade à sua feição original.

Para o IPHAN, a argumentação contida no referido Projeto de Lei era insuficiente para o tombamento do "conjunto arquitetônico e paisagístico total da cidade". No seu parecer, Rodrigo Mello Franco de Andrade aponta que as transformações operadas na fisionomia tradicional de São Luís tornaram desaconselhável sua inscrição nos Livros do Tombo, porém, através de um estudo mais detalhado, aconselhava o tombamento particularizado de áreas urbanas antigas, como as praças João Lisboa (Figura 15), Benedito Leite (Figura 16), Gonçalves Dias (Figura 17), o largo fronteiro à igreja de São José do Desterro, bem como, vários edifícios.







Na seqüência das considerações feitas pelo IPHAN a respeito do Projeto de Lei nº 88/1955, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa considerava inconveniente converter em monumento nacional obras de arquitetura

FIGURA 15 (no alto) Praça João Lisboa – 1950
Fonte: JORGE (1950, p. 37).

FIGURA 16 (centro) Praça Benedito Leite – 1950
Fonte: JORGE (1950, p. 54).

FIGURA 17 Praça Gonçalves Dias – 2004
Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 341

de valor secundário e conjuntos urbanos de interesse apenas relativo, embora considerasse que tal acervo, menos importante, fazia jus também, até certo ponto, à proteção dos poderes públicos. Em parecer de 25/06/1955, Lucio Costa escreveu:

> Concordo com o tombamento alvitrado do maior número possível de logradouros, seqüências de casas e casas isoladas a fim de preservar e marcar melhor a unidade de estilo e a coerência urbanística peculiares de São Luís.

Em meados do ano de 1955, quando dos primeiros acontecimentos que vieram a culminar com o capítulo da demolição dos imóveis de nº 167/177 (Figura 18), situados na praça João Lisboa, o IPHAN resolveu apor uma linha de atuação mais objetiva, centrada nos aspectos político-urbanos da cidade. A ação que motivou a subseqüente participação da instituição e da sociedade teve origem na autorização concedida pela Prefeitura Municipal de São Luís à Sociedade Líbano Maranhense para a demolição dos referidos imóveis, de propriedade desta, e a conseqüente venda dos terrenos desocupados para o Banco da Lavoura de Minas S.A., para dar espaço a uma "construção moderna", conforme Lei Municipal nº 395 de 31/07/1955, cuja redação fixava em, no mínimo, cinco pavimentos o gabarito para edifícios comerciais a serem construídos ou remodelados nas praças João Lisboa e Benedito Leite, na avenida Pedro II e na rua de Nazaré.



FIGURA 18 Imóveis de nº 167/177 situados no conjunto urbano da praça João Lisboa, demolidos para dar lugar a um edifício com "aspecto modernista" – 1950.
Fonte: JORGE (1950, p. 73).

Ressalta-se que as edificações acima mencionadas não gozavam de grande significado arquitetônico, porém cumpre esclarecer que estamos nos referindo a uma parte do território de ocupação tradicional da cidade, a praça João Lisboa (Figura 19), e que a aprovação de construções verticalizadas em seu entorno ameaçava a percepção de seu conjunto, com a introdução de um pano de fundo constituído de paredes de concreto que, gradativamente, iriam impedir sua visibilidade, além de comprometer sua ambiência.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 342



FIGURA 19 Vista aérea da praça João Lisboa – 1950. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

Assim, após estudos realizados pelo IPHAN, em 23 de dezembro de 1955, foram inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes, por seu valor artístico, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e o conjunto arquitetônico e urbanístico do largo fronteiro à Igreja de São José do Desterro.

O tombamento federal da praça João Lisboa e os recursos impetrados pelo IPHAN, que se esmerou na elaboração da ação civil púbica, garantindo a promulgação da liminar que, num primeiro momento, paralisou as obras de demolição dos referidos imóveis no inicio do ano de 1956, não foram suficientes para estancar o processo de destruição do patrimônio histórico e artístico tombado. Essa destruição ocorreu em concordância com o poder público municipal, que agiu em consonância com os interesses do setor imobiliário.

Do que foi exposto acima, verifica-se de imediato a fraqueza e a insuficiência dos mecanismos de proteção do patrimônio histórico e artístico diante da ação predatória da especulação imobiliária e dos interesses privados. Observa-se também as dificuldades rotineiramente enfrentadas nas demandas ligadas à preservação desse patrimônio, ainda marcado pelo desconhecimento por parte dos diversos setores locais do valor coletivo da propriedade, caracterizado pelo patrimônio cultural.

Durante o desenrolar desse processo, é possível extrair algumas considerações. A perda de duas simples edificações inseridas na paisagem ludovicense,

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 343

cujo conjunto urbano foi cenário de tantos acontecimentos culturais registrados em nossa cidade, serviu como bandeira, na medida que a sociedade foi alertada, para o risco sempre presente da erradicação dos fatos que compõem a memória urbana.

É possível afirmar que esse evento revelou aspectos de grande importância na formulação das políticas de preservação do patrimônio na cidade. O primeiro desses aspectos diz respeito à disputa entre setores distintos da sociedade civil, o que, por si só, questionou as concepções de patrimônio até então vigentes. Segundo as concepções tradicionais, o patrimônio era constituído por um conjunto de bens que simbolizavam a unidade e a homogeneidade cultural da nação. No caso de São Luís, deveria ser valorizado como patrimônio apenas o que representasse essa unidade/homogeneidade nacional, baseando-se na singularidade. Ora, a disputa em torno do conjunto urbano da praça João Lisboa iluminou aquilo que até então se encontrava velado, e que muitos não se deram conta: o conflito de interesses que aflora no momento da eleição daquilo que deve ou não ser preservado. Nesse sentido, quando falamos de preservação, estamos falando de uma trajetória de construção de valores à luz de conceitos e interesses em permanente transformação. Portanto, estaremos sempre construindo valores em função de políticas, de demandas sociais e da sociedade que se quer ver representada.

Da abertura do processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís até o tombamento federal – 1957 a 1974

Na seqüência das considerações feitas acerca do processo de tombamento federal do conjunto urbano histórico de São Luís, conclui-se que o mesmo foi realizado pelo IPHAN em etapas sucessivas, refletindo a evolução pela qual a noção de valor cultural passou nos primeiros trinta anos de atuação da instituição. Num primeiro momento, tombaram-se monumentos isolados: a capela de São José da Quinta das Laranjeiras, o Sambaqui do Pindaí, o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras, a Fonte do Ribeirão, o retábulo-mor da catedral de N.Sra. da Vitória, os sobrados da avenida Pedro II n° 199/209, o prédio da Academia Maranhense de Letras e a Fonte das Pedras. Posteriormente, os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e o conjunto arquitetônico e urbanístico do largo fronteiro à igreja de São José do Desterro. Todos inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 344

Nas décadas de 1960 e 1970, houve uma intensificação no processo de modernização de São Luís. Muitas vezes esse processo era limitado à construção de uma avenida ou de um prédio, ficando evidente o desejo de transformar São Luís em uma grande capital, como nos observa Valdenirra Barros (2001, p. 79):

> Na impossibilidade de atingir os padrões cosmopolitas impostos pelo capitalismo, ocorreu uma modernização de espaços localizados, que comprovavam a entrada desses lugares no mundo moderno. Ou seja, não conseguimos nos livrar daquilo que representa a tradição, estabelecendo uma sociedade com "heterogeneidade multitemporal", na qual há uma convivência de elementos referentes a diferentes épocas sem a sobreposição de um sobre o outro[3].

Abre-se agora um breve parêntese para falar sobre a mudança de paradigma do IPHAN no que concerne à adoção de uma nova política de preservação dos sítios urbanos no período pós-1960. Consideramos tal mudança de grande importância para a compreensão dos processos de tombamento ocorridos nas cidades históricas brasileiras nesse período, incluindo-se São Luís.

A atuação do IPHAN, nesse momento, é marcada pela adoção de uma nova política, na qual a valoração dos bens culturais ou conjuntos históricos dignos de proteção deixa de ser trabalhada isoladamente e passa a ter como pressuposto a sua construção histórica inserida no dinamismo e na pluralidade do espaço urbano. Rodrigo M. F. de Andrade, ainda diretor do IPHAN, cargo que ocupava desde 1938, no seu texto "The Conservation of Urban Sites" publicado em 1968 na revista da UNESCO, *Museums and Monuments* n. 11, passa a reconhecer os sítios históricos como "criação notável e representativa da vida e da organização de um povo, em determinada fase de sua evolução" (MARINHO, 1987, p. 81).

Observa-se que nas décadas subseqüentes os olhares se voltam para o reconhecimento das especificidades e diversidades da cidade que passa a ser entendida como um organismo vivo, resultado da interação entre diversos fatores de ordem física, social, econômica, cultural, política e tecnológica. A cidade, em sua dinâmica, passa a se consolidar como bem social que deve ser legado a gerações futuras. Como observa Lia Motta (1992):

3 A expressão "heterogeneidade multitemporal", citada por BARROS (2001, p.79), é atribuída a Nestor Garcia Canclini.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 345

> [...] entende-se que as cidades não são apenas ruas para ir e vir, onde se alinham os prédios, nos quais se mora e trabalha, mas também locais que surgiram e se modificaram ao longo dos anos, mudando de cara, revelando a história de determinado grupo de pessoas que ali foi viver. Entende-se que é através das relações sociais que se estabelecem sobre determinado território que as cidades vão sendo construídas e reapropriadas, sempre se transformando sobre os objetos do passado. As marcas dessas relações ficam por toda parte. As cidades são, portanto, verdadeiros registros da história, de seu processo de construção. São como documentos. Em suas formas, suas ruas e prédios, assim como na sua situação geográfica e na sua relação com as demais localidades, ficam gravados os registros do tempo e da sociedade que as produziu.

Influenciada pelas Cartas de Preservação e defesa do patrimônio, resultantes dos congressos mundiais sobre o tema, essa nova visão vem acompanhada de uma tendência à atualização das ações de preservação, que tiveram que se adaptar à nova realidade urbana, marcada pela mudança descontrolada das cidades, pelo crescimento demográfico e urbanização acelerada. Assim, frente a essa dinâmica urbana de caráter expansionista, a chamada *Carta de Veneza*, documento que registra as recomendações do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, organizada pela UNESCO em 1964, demonstra a preocupação com o entorno e a ambiência[4] dos conjuntos históricos, onde o monumento não é encarado mais como obra arquitetônica independente, isolada, mas sim como parte integrante do espaço urbano em que está inserido, e também atribui valor aos espaços onde estão implantadas edificações modestas que adquiriram, ao longo do tempo, significado cultural.

Nesse contexto são produzidos os primeiros estudos técnicos mais detalhados sobre o conjunto urbano de São Luís. O primeiro teve início com a visita dos arquitetos Dora e Pedro Alcântara, que elaboraram, em 1959, um estudo para o IPHAN que se resumia basicamente na identificação de elementos que deveriam ser preservados, sugerindo alguns tombamentos. Para tanto, elaboraram estudos das características morfológico-urbanas do centro histórico de São Luís.

4 Contexto urbano e ambiente natural que emolduram os bens culturais e que, por sua vez, influem na percepção estática ou dinâmica desses bens, ou a eles se vinculam de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos e culturais. Esta definição pertence à *Carta de Nairobi*, de 1976.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 346

Na descrição mais detalhada do estudo, os autores chamam atenção para o antagonismo entre o "moderno" e o "antigo", demonstrando o perigo da introdução de novas construções no conjunto urbano histórico da cidade, o que acarretaria uma série de deficiências urbanísticas, como a precariedade no abastecimento de água e energia; insalubridade; fluxo de veículos que, mesmo incipiente, tornava-se um incômodo, pois boa parte das ruas do centro eram estreitas demais para a circulação dos automóveis etc. Ressaltam ainda que essas construções representavam o ideário modernizante de grande parcela da sociedade, e que a atuação decisiva do IPHAN diante desse ímpeto desenvolvimentista, visando garantir a preservação do patrimônio histórico e artístico, acabou por criar o mito, que até hoje persegue a instituição, de ser um "elemento que impede o desenvolvimento local". Nesse ponto, a prática até então aplicada pela instituição de efetuar o tombamento imediato de edificações isoladas para impedir sua demolição e posterior construção de arranha-céus era desaconselhada pelo referido estudo, devido ao caráter antipático da solução. Desta forma, o estudo defendia a necessidade de se definir, com precisão, os limites de tombamento no conjunto urbano histórico da cidade. Nesse ponto, é possível perceber os problemas do crescimento urbano da cidade, onde o poder público municipal assumiu uma postura *laissez faire* em relação ao núcleo urbano central.

Na seqüência das considerações feitas pelos arquitetos, nos chama a atenção o comentário, mesmo que breve, acerca da conservação do traçado urbano inicial da cidade (1615 aproximadamente) do engenheiro-mor Frias de Mesquita. Esse argumento seria utilizado, posteriormente, pelos próprios autores como uma das premissas para justificar a inscrição do conjunto urbano de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, em 1997.

Outro ponto abordado foi a evolução urbana da cidade, destacando-se dois períodos de inflexão que foram seguidos por um movimento de expansão da malha urbana e descentralização de sua estrutura, anexando novas áreas à ocupação inicial, e pelo abandono e empobrecimento progressivo do núcleo histórico. Marcos desse movimento foram a construção da ponte José Sarney e do porto do Itaqui, a sudoeste, dando início à expansão da cidade para fora dos antigos limites, ocupando novas áreas em volta da cidade "antiga". Com a expansão urbana da cidade, os arquitetos Dora e Pedro Alcântara chamavam a atenção para a importância e urgência de se organizar um Plano Diretor em face da previsão de crescimento urbano.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 347

Vale ressaltar o destaque dado à homogeneidade do conjunto arquitetônico de São Luís, ou seja, a partir das informações coletadas por meio do diagnóstico os dois autores acima perceberam a existência de uma porção do espaço com aspectos peculiares, diferenciados dos demais pelo seu caráter cultural simbólico, cujos limites estão fisicamente ancorados em elementos da paisagem, tais como tipologias e referenciais arquitetônicos. Dora e Pedro Alcântara demonstram preocupação não só com os monumentos arquitetônicos, mas também com as edificações mais modestas, sendo necessário incorporá-las aos inventários e tombamentos urbanos. As relações entre os monumentos e o meio no qual estão inseridos, assim como o caráter histórico e o valor documental, intrínsecos aos espaços onde estão implantadas edificações modestas, passam a ser expressamente considerados como objeto da preservação. Os autores destacam ainda a concentração muito grande de casas e sobrados que ainda conseguem dar uma idéia bem exata de como seria o ambiente no século XIX. Com base nessa justificativa o dossiê propunha duas medidas de ordem geral: impedir a demolição de construções azulejadas e de construções com mirante.

Ao analisar os fatos narrados acima, conclui-se que o estudo elaborado por Dora e Pedro Alcântara merece destaque por demonstrar que se vivia um momento de transição, em que mesmo estando o dossiê de acordo com a ótica inicial do IPHAN, se manifestava uma compreensão da realidade existente a partir do conjunto urbano e sua ambiência.

Na década de 1970, como o processo de crescimento de São Luís tem continuidade, o IPHAN aprofundou os estudos para o tombamento do conjunto urbano histórico da cidade. Neste período, estimulados pela apologia do planejamento, especialistas estrangeiros em missão da UNESCO formularam estudos para algumas cidades históricas brasileiras, inclusive São Luís. Em 1973 estava pronto o *Relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão de São Luís*, elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima (1973). Esse estudo fazia referência à preservação do patrimônio cultural numa perspectiva que ia além do seu acervo físico e indicava a necessidade do tombamento imediato, pois somente "dessa forma será possível salvaguardar a unidade ainda existente".

O relatório definia para a cidade uma ação de conservação e desenvolvimento, com vistas a proteger seu tecido urbano histórico que lhe confere "lugar destacado na história e na cultura do Brasil". Propunha-se ainda a valorização do patrimônio histórico e artístico encarando-o como uma fonte de renda para a cidade, o que chamou de *tourisme d'art*.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 348

Considerando que o crescimento ameaçava as características peculiares de São Luís, o relatório citado propunha distinguir com clareza as áreas de preservação e desenvolvimento, situando essa última fora do raio de visão do "núcleo velho". Na prática, esse fato já ocorria com a rápida expansão urbana apoiada na criação de loteamentos afastados da área central e na construção de um sistema viário com sucessivos anéis que permitiam cobrir distâncias maiores. Essa expansão se daria principalmente para o "outro lado da ponte" em direção da zona litorânea da cidade, e a partir dessa se configurariam novas linhas de expansão. O relatório pretendia estimular o crescimento da atividade residencial na área central, pois:

> [...] considerou-se importante o adensamento do centro, através da recuperação das áreas palafitadas, evitando-se os gastos excessivos decorrentes da implantação de grandes núcleos residenciais distantes da Cidade, arrastando a prestação de serviços com água, luz, telefones, limpeza pública, arruamentos e equipamento urbanos, a distâncias muito grandes (LIMA, 1973).

Viana de Lima propunha também a manutenção e o fomento das atividades econômicas características do conjunto urbano histórico, bem como o desenvolvimento de novas, sem que isso acarretasse "problemas de futura degradação"; a adaptação e recuperação de edifícios; e a revisão dos equipamentos urbanos, "impedindo que estes elementos actuem como agentes perturbadores e destruidores do seu caracter". Assinala ainda a área a ser tombada, que posteriormente seria ratificada pelo IPHAN, na ocasião do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade, em 1974, e os locais objeto de propostas de valorização mais detalhada. Para esses locais, principais monumentos e conjuntos inseridos na área histórica, o arquiteto definia uma série de "arranjos" que valorizariam seus aspectos peculiares. Defendia o preenchimento de áreas vagas nos quarteirões, para que se "mantenha a estrutura urbana característica", visando uma ação corretiva de perspectiva através da delimitação de espaços.

Viana de Lima entendia que a inserção de "novas construções" poderia acarretar problemas de integração que poderiam ter implicações graves no prosseguimento de todo o trabalho de preservação e valorização do núcleo histórico. Considerava porém não ser aceitável qualquer outra opção, sendo apenas necessário exigir que "os organismos ou departamentos competentes [dispusessem] dos meios que lhes [permitissem] uma ação fiscalizadora e coordenadora eficaz" (LIMA, 1973, p. 54). Para o arquiteto havia "certos problemas

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 349

cuja solução não depende apenas da elaboração de códigos ou regulamentos [...] a intervenção do bom senso é que determinará a resposta certa ou errada". Essa opinião nos remete ao que o arquiteto Lúcio Costa havia explicitado, anos antes, em carta pessoal ao diretor do então SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, a propósito da construção do Grande Hotel de Ouro Preto: "a boa arquitetura de um determinado período vai bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma e á falta de arquitetura".

Outro aspecto que nos chama a atenção no relatório é a preocupação que o arquiteto tinha em definir, após estudos minuciosos, as zonas onde poderia ser autorizada a construção nova. Essa proposta, entretanto, segundo Viana de Lima, necessitava ser apoiada por uma regulamentação eficiente que atendesse às implicações que poderia vir a ter na preservação do conjunto histórico. Teria Viana de Lima a intenção de discutir a importância da definição de diretrizes de proteção para área a ser tombada, assegurando assim uma combinação equilibrada do binômio preservação do patrimônio histórico e artístico e desenvolvimento urbano? Independentemente de quais seriam suas reais intenções, o arquiteto defendia a necessidade do inventário tecnicamente criterioso, na época do tombamento, do conjunto arquitetônico e paisagístico (casas, monumentos e logradouros) delimitado no perímetro de proteção proposto, identificando assim os elementos inseridos no conjunto que não possuíssem características de valor cultural.

É fato e lógico que existem edificações ou conjuntos de valor cultural polarizador ou simbólico, por serem marco ou testemunho para a compreensão global da paisagem e ocupação da cidade, bem como da trajetória histórica por ela vivida (Figuras 20 e 21). Ao contrário destes, existem também construções recentes que não apresentam em sua composição plástica nenhum apuro for-



FIGURA 20 Conjunto de edificações situadas na Rua Portugal. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 21 Conjunto de edificações situadas na Rua do Giz. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 350

mal ou mesmo uma forte expressão no ambiente em que estão inseridas, apresentando características que nada acrescentam à valorização do conjunto. É o caso das edificações novas (Figuras 22, 23, 24 e 25), inseridas no conjunto urbano tombado por seu valor arquitetônico e paisagístico.



FIGURA 22 Edificações situadas na Rua Praia do Desterro. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 23 Edificação situada no Beco da Caela. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 24 Edificação situada na Rua Rio de Janeiro. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR

FIGURA 25 Edificação situada na Rua Direita. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



Finalmente, em 13 de março de 1974, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís (Figura 26) foi inscrito pelo IPHAN no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, reconhecendo-se assim a importância da preservação desse sítio urbano para a nação.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 351



FIGURA 26 Vista aérea do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís – 1974.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN / Seção RJ

Destaca-se que esse tombamento representa um marco na proteção do patrimônio da cidade, sobretudo pela extensão da área protegida. Porém, levando em conta a diversidade de bens abarcados pelo conjunto, seria necessário no momento do tombamento um estudo aprofundado e sistemático das características históricas, físico-ambientais e morfológico-urbanas da área. Outro aspecto fundamental seria a compreensão dos valores simbólicos que o conjunto urbano tem para seus usuários e moradores, de modo a apreender as condições da relação comportamento humano ou social *versus* apropriação física do espaço urbano. Porém, no caso de São Luís, o interesse imediato do pedido de tombamento do conjunto urbano histórico, justificado pela ameaça da perda de muitos de seus elementos característicos, impediu que fosse feita uma seleção na base de um inventário prévio e criterioso.

O estudo dos arquitetos Dora e Pedro Alcântara, bem como o relatório de Viana de Lima, tiveram papel importante na construção do pensamento e foram utilizados pelo IPHAN, embora apresentando algumas lacunas, como argumentação para o pedido de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís. Em nossa reflexão sobre o processo de tombamento, constatamos que a delimitação do perímetro de tombamento federal foi balizada em classificações estilísticas e temporais, através da eleição de um determinado modelo, ou de um determinado período congelado no tempo. A argumentação contida no parecer da instituição baseia-se, sobretudo, na gran-

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 352

de concentração de edificações do século XIX com características arquitetônicas luso-brasileiras, pois o essencial das construções se concentra num período muito curto, de três ou quatro gerações: cerca de 60% das moradias ou "sobrados" datam do período compreendido entre 1808 e 1856[5]. Por certo, ao efetuar o tombamento, não se considerou apenas as características individuais de cada edificação, mas também a importância representada pelo conjunto urbano. Este, por sua vez, comparece como lugar dos mais caros aos ludovicenses, pelas qualidades de sua ambiência dinâmica onde interagem as perspectivas do horizonte aberto e as referências de grande visibilidade estética e histórica do patrimônio construído.

São Luís: Patrimônio mundial

O período entre final da década de 1960 e o princípio da de 1980, foi marcado pela acelerada transformação urbana das cidades, que muita vezes causou a perda irreparável de muitos conjuntos urbanos e edifícios históricos. Nesse contexto, os encontros mundiais patrocinados pela UNESCO vão ser de grande importância na proteção do patrimônio cultural e natural mundial, sobretudo quando se evidenciou a impossibilidade de muitos países em instituírem políticas nacionais de proteção desses patrimônios, devido à insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos. Dentre as diversas Cartas de Preservação produzidas nesse período, a *Carta de Paris*, registra as recomendações da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, celebrada em 1972. O texto institui a proteção aos "conjuntos urbanos e às obras do homem ou deste e da natureza notáveis em função de seus valores históricos, estéticos, etnográficos ou antropológicos de caráter universal excepcional".

> Art. 11 Cada um dos Estados Partes apresentará, na medida do possível, ao Comitê do Patrimônio Mundial, um inventário dos bens do patrimônio cultural e natural situados em seu território que possam ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial (de valor universal excepcional segundo os critérios que haja estabelecido).[6]

---

5 Ver Moreira (1997).

6 Carta de Paris de 1972. Vale ressaltar que este documento determina a necessidade de elaboração de uma lista dos bens que compõem o Patrimônio Mundial, que deverá ser atualizada periodicamente (Art. 3°). Pode-se dizer que esta disposição introduz a proteção cultural por inventários, que atualmente é prevista no Art. 216, § 1°, da CF/88.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 353

Esta nova visão reflete um novo conjunto de valores no âmbito da preservação do patrimônio cultural mundial, na qual os monumentos de "valor universal excepcional" deveriam ser inventariados pelos Estados em cujo território se acha o bem a ser protegido e posteriormente deveriam compor a Lista do Patrimônio Mundial. Vale ressaltar que este documento não considera apenas os monumentos dotados de "valor universal excepcional", inclui também os conjuntos urbanos e os lugares notáveis – obras do homem e/ou da natureza – em função do seu valor histórico, estético, etnográfico ou antropológico. Considera que o patrimônio de "valor universal excepcional" deve fazer parte ou integrar-se à coletividade. Nesse sentido, a Carta de Paris consolida a significação coletiva e plural dos conjuntos urbanos e estabelece que os critérios para a inclusão destes conjuntos na Lista do Patrimônio Mundial podem ser estabelecidos também pela diversidade e não necessariamente pela homogeneidade.

Quanto ao conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, observa-se que este possui um patrimônio habitacional, mas também as principais funções características do viver urbano – administrativas, financeiras e comerciais – da capital. A inscrição do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, ocorrida em 6/12/1997, apresentava-se como uma rara oportunidade de assegurar a salvaguarda e a preservação desse acervo de "valor universal excepcional". Naquele momento, a preservação do conjunto histórico de São Luís passou a ser de interesse global, rompendo as fronteiras da nacionalidade.

Com o aprofundamento dos estudos e reflexões sobre o conjunto urbano histórico de São Luís referente ao dossiê que propõe a inclusão do mesmo na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, trabalho esse realizado em conjunto pelos técnicos da 3ª Superintendência Regional do IPHAN / MA, do governo do estado do Maranhão, dos arquitetos Dora e Pedro Alcântara e do historiador Rafael Moreira, entendeu-se que o perímetro urbano poderia ser justificado nas premissas a seguir descritas:

> • Estudos da história desse conjunto urbano e seu significado através do tempo lhe conferem autenticidade no patrimônio arquitetônico edificado, estando assim diretamente ligado à identidade brasileira, pois foram poucas as possibilidades de intervenção após a "Idade do Ouro" da economia maranhense. A própria depressão econômica que se seguiu à crise do grande comércio de importação-exportação, o empobrecimento das oligarquias tradi-

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 354

> cionais do século XIX e o conseqüente abandono da maior parte dos sobrados, contribuíram para garantir a autenticidade integral das construções.
>
> [...] o seu atual Centro (a antiga cidade) preserva aquela que é a maior extensão de arquitetura civil de influências diretas européias, por vezes até de origem erudita, adaptada a um meio ecológico único, ao clima e às necessidades específicas da região equatorial como em nenhum outro lugar do mundo. E o fato de ter sabido crescer para fora de seu núcleo inicial [...] lhe confere um caráter único e uma personalidade própria, que só por si justificam a proteção como Patrimônio Mundial (Moreira, 1997).
>
> • A integridade do traçado expresso na planta de 1640 (Figuras 27 e 28) revela a "traça" elaborada em 1615, pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, documento mais antigo que se tem conhecimento sobre o espaço físico da cidade de São Luís. Esta terá sido, por certo, a primeira cidade brasileira a ter sua planta previamente traçada, em uma malha ortogonal, posicionada no sentido dos pontos cardeais e com ruas de igual largura. Nesse perímetro urbano histórico percebe-se a superposição visível dos diversos passados de São Luís: desde os primórdios seiscentistas – sítio original, das fortificações francesas; do crescimento da cidade portuguesa do século XVII; de todo o esplendor oitocentista como capital do Grão Pará e da homogênea e aristocrática metrópole do século XIX, todas permanecem expressas no traçado urbano da cidade do engenheiro-mor Frias de Mesquita. A cidade se expandiu, preservando sua malha urbana do século XVII;
>
> • Nesse cenário urbanístico e arquitetônico prevalecem os vínculos indissociáveis entre elementos materiais e imateriais, ou seja, há uma ligação indissociável entre o meio físico e a vivência cultural, persistindo práticas comunitárias, crenças e festas religiosas. Esse espaço urbano caracteriza-se por ser o lugar onde os valores ligados à cultura local e ao imaginário da população são mais fortes. A sua preservação produz efeitos positivos sobre a identidade e a cultura locais.

É importante ressaltar que na justificativa para definição do perímetro do núcleo principal do conjunto urbano histórico de São Luís inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, os arquitetos Dora e Pedro Alcântara tomam, como va-

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 355

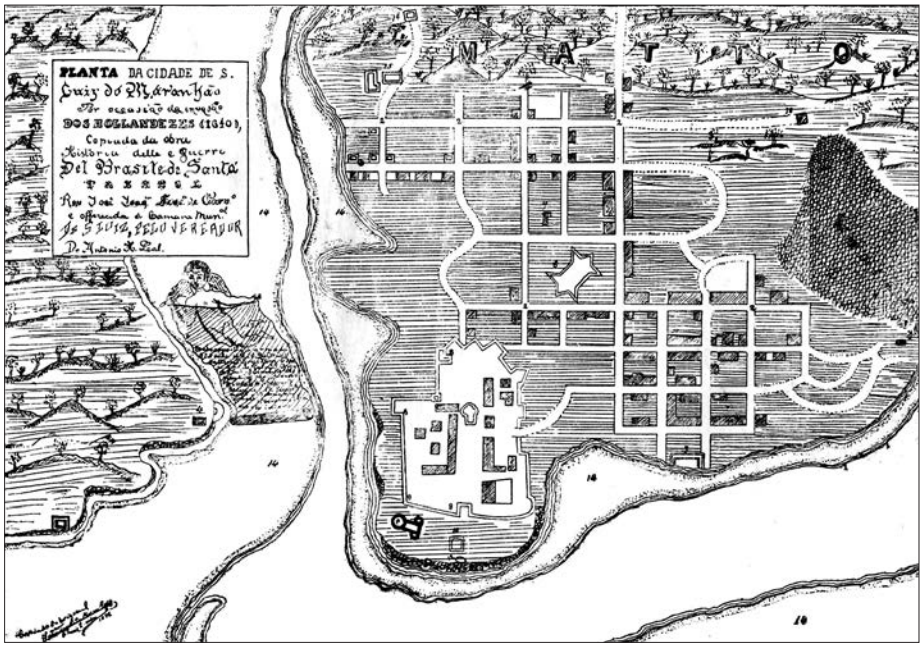


FIGURA 27 Desenho de 1640, que retrata o Plano Urbanístico de 1615 do Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita. Fonte: Livro de Gaspar Barleus (BARLEUS, 1980).



FIGURA 28 Traçado de 1640, sobreposto ao de 1998. Fonte: IPHAN, 2005.

lor prioritário preservar na integridade o traçado urbano de 1615 de autoria de Frias de Mesquita (Veja Figura 25).

Essa delimitação segue rigorosamente o traçado original da cidade de São Luís, interpretando curvas indicativas de níveis diferentes – o que dá uma movimentação ao conjunto urbano – ou de caminhos que se consolidaram, bem

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 356

como algumas pequenas áreas intermediárias, que se tornaram inseparáveis do contexto, dentre as quais aquela onde se encontra a Fonte do Ribeirão, local para onde confluem caminhos em ladeiras, já na planta de 1641, e mencionada por sua importância em relatos antigos. Também engloba o entorno do local onde estaria situada a cidadela francesa, cuja delimitação mais precisa depende ainda de um trabalho minucioso de prospecção de arqueologia urbana. Como limite, foi usada a faixa litorânea, já que o mar, o rio Anil e o rio Bacanga, neste ponto, sempre foram limites naturais. Dessa forma, se preserva a integridade do traçado urbano de 1615 (ver Figuras 27 e 28).

Considerações finais

Do panorama exposto acima, é possível extrair algumas considerações acerca da inclusão do conjunto urbano histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial. Em primeiro lugar, constata-se que a delimitação do perímetro do tombamento federal, em 1974, foi fundamentada basicamente na homogeneidade das construções com características arquitetônicas do século XIX, com destaque para a arquitetura civil. Já a área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial está baseada na ampliação do conceito de patrimônio cultural, desprendendo-se de uma visão monumentalista do patrimônio. Esta nova visão concatena todos os elementos formadores da identidade do conjunto urbano histórico, ou seja, o patrimônio arquitetônico, símbolos, espaços livres, o próprio traçado urbano, a paisagem como um todo, seus valores históricos, sociais, culturais, afetivos e as inter-relações entre eles. Como observa Maria Coeli Simões Pires (2002):

> A cidade, como produção do homem, materializa a cultura, expressa na forma da apropriação do espaço urbano, no traçado de suas vias, na construção de seus padrões tipológicos e estéticos, na formação de seus marcos referenciais [...] a cultura revela-se nitidamente na trama das tantas cidades que se erguem, harmônica ou conflituosamente, a partir de uma ou mais centralidades que projetam a unidade da urbe na sua composição plural [...].

Nesse ponto, convém ter presente que essa visão reflete os preceitos da Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que introduziu na legislação brasileira uma nova concepção de patrimônio cultural, muito mais ampla do que a contida no Decreto-lei nº 25/1937 e em sintonia com as modernas Cartas de

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 357

Preservação, segundo as quais não é somente a noção de "monumento" que está abrangida pela proteção do patrimônio cultural, mas também o modo de ser de um conjunto urbano e a sua história, procurando apreender o conjunto urbano histórico em suas referências plurais e em suas temporalidades. O patrimônio cultural representa a identidade, a ação e a memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Uma segunda consideração diz respeito à diversidade de bens abarcados pela poligonal inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Esta se entende à atual área tombada pelo Governo Federal: treze quadras contadas em suas quatro faces e mais dezessete incompletas, contadas em uma ou duas faces apenas. Incorporam-se uma quantidade ainda maior de edificações descaracterizadas e não integradas à composição do todo, ou seja, imóveis inseridos no conjunto tombado dos séculos XVIII e XIX, sem nenhum valor cultural e desprovidos das características motivadoras do tombamento (Figuras 29, 30, 31 e 32).









FIGURA 29 (acima, à esquerda) Edificação n° 246 situada na rua Grande - 2005. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

FIGURA 30 (acima, no centro) Edificação n° 256 situada na rua Grande - 2005. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

FIGURA 31 (acima, à direita) Edificação n° 50 situada na rua Antonio Rayol - 2005. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

FIGURA 32 (ao lado) Edificação n° 557 situada na rua da Cruz - 2005. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR.

É incompatível, portanto, que imóveis não configurados, em nenhum aspecto, como em agregação positiva na relação com o conjunto urbano histórico e cuja presença implica em prejuízo para a compreensão dos valores motivadores do tombamento, sejam alçados à categoria de bens de "valor universal excepcional" e equiparados ao conjunto urbano histórico de São Luís, cujos

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 358

atributos simbólicos, arquitetônicos e paisagísticos conferem uma qualidade ambiental inigualável e polarizam um sem número de práticas tão próprias da convivência urbana.

O desenvolvimento das ações de preservação do patrimônio cultural exercidas pelos técnicos da 3ª Superintendência Regional IPHAN / MA causaram diversos questionamentos de cunho legal, normativo e técnico relacionados à gestão urbana desse conjunto histórico. Dentre essas questões, apontam-se, a seguir, as principais:

> • Necessidade de se apor uma chancela de valor nacional, através do tombamento federal, salvaguardando em sua totalidade o traçado urbano de 1615, expresso no desenho de J. Vigboons de 1641 (ver Figura 2), pois uma grande parte (1.074 imóveis) da área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial está inserida no perímetro do tombamento federal de 1974, mas outra parte (279 imóveis) não apresenta nenhum tipo de acautelamento à luz do Decreto Lei 25/37, que preceitua:
>
> Art. 1°... § 1°. Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4° desta lei.

Nesse sentido, ao exercer a competência legal do poder-dever, garantido pelo Decreto-Lei 25/37, de vigilância permanente – inspecionando, notificando e embargando obras irregulares, orientando e autorizando as intervenções em bens imóveis – em parte da área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial que não apresenta o tombamento federal, não estaria o corpo técnico da 3ª Superintendência Regional do IPHAN / MA incorrendo em uma inversão ao que preceituam as regras jurídicas relativas à proteção do patrimônio cultural brasileiro no que tange ao poder de polícia de que se reveste a instituição, conforme explicita o artigo 20 do Decreto 25/37[8]? Pois, salvo a parte da área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial coincidente com a tombada pelo IPHAN em 1974, o restante não possui

8 Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgada conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência. (Decreto-Lei n° 25/37)

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:39 PM Page 359

nenhuma forma de acautelamento por parte do Governo Federal, mesmo sendo sua preservação considerada de interesse mundial pela UNESCO.

A área em questão, que compõe a Lista do Patrimônio Mundial e não está inserida na perimetral de tombamento federal, é norteada por regras de conduta produzidas pela UNESCO, entidade de natureza supranacional da qual o Brasil participa, mas essas regras, enquanto não ratificadas pelo Congresso Nacional, não integram as normas jurídicas do país como fontes legais. Nesse contexto, faz-se absolutamente necessário, em termos jurídicos, a equiparação dessas duas áreas, a fim de garantir de forma mais efetiva a aplicação de medidas eficazes e em consonância com a legislação brasileira, de forma a garantir a proteção e a permanência das qualidades que tornaram esse conjunto urbano tão especial.

• Necessidade da definição de uma política concisa de preservação desse conjunto urbano histórico. São Luís é uma cidade que apresenta um núcleo histórico com todas as funções características do viver urbano: funções de habitação, educação, comércio, saúde etc., além dos problemas típicos de saneamento, de segurança pública, entre outros. Ainda no núcleo histórico exercem-se as funções do viver, da prática cultural que o identifica e o qualifica, o que faz desse núcleo histórico um conteúdo da cidade, pois contém todos os componentes urbanos e o patrimônio cultural. Nele há o edificado, o praticado e o viver. Desse modo, é necessária a associação entre os órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, juntamente com o setor privado e a sociedade civil, para, através de uma gestão compartilhada e com base no conhecimento global dos problemas, serem estabelecidas normas e prioridades sobre onde despender maiores esforços. Pode-se verificar que assim como os níveis, estão confusas as competências. O que cabe ao Governo Federal fazer? E aos Governos Estadual e Municipal? Se a preservação do conjunto urbano histórico de São Luís inscrito na Lista do Patrimônio Mundial é de interesse global, não caberia uma participação efetiva a nível Federal, Estadual e Municipal? É interessante haver um trabalho de colaboração grande entre as diferentes esferas.

• Necessidade de, além da redelimitação da poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:40 PM Page 360

Luís, se definir também uma poligonal de entorno[9], fato esse não ocorrido desde o tombamento de 1974. Essa proposição se justifica, sobretudo, quando se constata o progressivo comprometimento negativo na ambiência do conjunto urbano histórico (Figuras 33, 34, 35 e 36), implicando em prejuízo para a visibilidade e a compreensão da totalidade ambiental e paisagística em que se insere o referido conjunto.



FIGURA 33 Perfil de quadra na rua de Santana - 2006. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 34 Perfil de quadra na rua de Santana - 2006. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 35 Vista da rua de Santana, vendo-se a Igreja de Sant'Ana - 2006
Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR



FIGURA 36 Perfil de quadra na rua das Flores - 2006. Fonte: Acervo do IPHAN / 3ªSR

9 A delimitação do entorno do conjunto histórico de São Luís / MA é um dos pontos em discussão na "Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís / MA".

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:40 PM Page 361

• Necessidade de se estabelecer parâmetros que orientem e uniformizem o processo de gestão da área em questão, como forma de preservar as características que a tornaram excepcional, identificando, através de estudos criteriosos, quais elementos estão inseridos no conjunto mas não possuem características de valor cultural individualmente e nem como parte do todo, embora estejam sob os efeitos da tutela do tombamento. Não se quer com isso ignorar a importância de um processo histórico, resultado de uma contínua e dinâmica construção vinculada a fatos sociais, econômicos e culturais, permitindo-se que sob o propósito de preservar o antigo, se deixe desaparecer o que lhe sucedeu. Sabemos também que o objeto de tombamento é um só – o conjunto arquitetônico e paisagístico – e que seu tombamento não se dá pelo valor individualizado de cada elemento, mas pela soma dos valores individuais vistos na sua globalidade. Por isso é necessário a realização de um estudo que reflita acerca dos graus de modificação ou alteração que as partes que compõem o objeto tombado e nada somam à sua valorização poderão sofrer. Entendemos que esses elementos podem ser dele destacados, alterados ou modificados ou até mesmo substituídos, desde que essa alteração mantenha e conserve as características essenciais do objeto tombado, motivadoras do tombamento federal e de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e não para descaracterizar, pela demolição, a integridade do mesmo.

Talvez muitos desses problemas residam no fato de se não ter normas e critérios claros e objetivos para lidar com as principais questões – inserção de novas construções, reconstrução, exibição de engenhos publicitários, instalação de sinalização e mobiliário urbano, entre outras – que surgem na proteção do conjunto histórico urbano de São Luís. Com a explicitação de critérios e a identificação de que patrimônio é esse que se quer preservar mais fácil ficarão as ações de gestão.

Nesse sentido, encontra-se em elaboração na 3ª Superintendência Regional / IPHAN um dossiê para redelimitação da poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís (Processo n.º 454-T-57), estudo detalhado com todos os elementos necessários à formulação da proposta: localização, limites jurídicos, domínios de áreas, identificação do bem, históricos, fotografias, estado de conservação, justificativas, mapas e bi-

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:40 PM Page 362

bliografia. Documentos esses que fundamentaram a proposta de inclusão do conjunto urbano histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1996/1997, complementados com as informações contidas nos inventários sob a coordenação do IPHAN no período de 1997 a 2005 (Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados / INBI-SU e Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados / INBMI), levantamentos fotográficos e urbanísticos elaborados pela 3ªSR / IPHAN em 2004 e 2005.

A intenção de proceder a redelimitação da poligonal de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís (Processo nº 454-T-57) não é nova na 3ª Superintendência Regional do IPHAN. A elaboração, entre 1996 e 1997, do dossiê justificativo alusivo à inscrição do conjunto urbano histórico da cidade na Lista do Patrimônio Mundial, contendo estudos mais aprofundados acerca das características históricas, morfológico-urbanas, físico-ambientais e socioeconômicas desse conjunto urbano, estimulou a pesquisa e tornou premente a discussão sobre a necessidade de se estender a proteção, por meio de tombamento, a malha seiscentista, seguindo os mesmos critérios históricos e culturais adotados para a definição do perímetro do núcleo principal do conjunto inscrito como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Esta redelimitação corresponde exatamente ao perímetro da área inscrita pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial , ou seja, corresponde ao perímetro tombado pelo Governo Federal em 1974, com pequenas alterações na área correspondente ao bairro do Desterro, nas proximidades do Portinho e, acrescentando um trecho da área tombada pelo Governo Estadual em 1986. Define-se também uma poligonal de proteção do entorno, com o intuito de preservar o apelo visual e paisagístico do referido conjunto urbano, ou seja, o entorno como um conjunto que protege um outro conjunto, um outro objeto.

Ao enfocar a gestão urbana do conjunto urbano histórico de São Luís como ponto de referência para embasamento das reflexões aqui explicitadas, pretende-se instigar a discussão acerca dos parâmetros de atribuição de valor ao sítio histórico, seu sentido e seus objetivos – o que se quer preservar, para quem e para que – a fim de se planejar uma ação coerente de aplicação de novos critérios. Trabalhando o desenvolvimento urbano junto com a preservação, seguindo o que preconiza a Carta de Veneza, que em seu texto aponta a importância do planejamento urbano e da associação entre a preservação e o progresso dos conjuntos urbanos históricos, sem esquecer o atendimento das "conveniências e aspirações naturais de conforto e progresso de sua população".

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:40 PM Page 363

Referências bibliográficas

Andrès, Luís Phelipe de Carvalho Castro. *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*: *Brasil Patrimônio Mundial*. São Paulo: Audicromo, 1998.

Marinho, Teresinha. (org.) *Rodrigo e o SPHAN*: *Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Barros, Valdenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís, 2001.

Brasil. Decreto-lei nº 25, 1937.

Castriota, Leonardo Barci. Algumas considerações sobre o patrimônio. In: *Pan-American Congress of Architectural Heritage – Arquiamérica*, 1, set. 1992, Ouro Preto.

Castro, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*: *O tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

Cunha, Gaudêncio. *Álbum do Maranhão*, 1908.

Fernandes, Edésio; Rugani, Jurema Marteleto (org.). *Cidade, memória e legislação*: *A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB, 2002.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*: *Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

Jorge, Miécio de Miranda. *Álbum do Maranhão 1950 – V. 1 e 2*. São Luís, 1950.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

_____. *Processo nº 454-T-57*: *Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís*. São Luís: 1974.

_____. *Proposta para rerratificação do tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís*. São Luís: Iphan, 2005.

Lerner, Dina; Alcântara, Dora; Fontes, Lúcia Helena de Oliveira; Coelho, Maria das Graças Spencer; Rabelo, Sônia. Mesa-redonda: Tombamento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, p. 69-79, 1987.

Lima, Viana de; Estado do Maranhão. *São Luís*: *relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão*. Porto: Unesco, 1973. (Cópia)

Lyra, Paulo (org.). Maranhão 1908. Rio de Janeiro: Spala, 1987.

Maranhão (Estado); Secretaria de Estado da Cultura / Coordenadoria de Patrimônio Cultural. *Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.* São Luís: 1997.

Marinho, Teresinha. (org.) *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

PEP11 - Raphael 10/1/07 3:40 PM Page 364

_____. *Rodrigo e o SPHAN*: *Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MOREIRA, Rafael. Justificativa Histórica e Artística. In: Dossiê UNESCO: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. São Luís, 1997.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: Uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 108-122, 1987.

_____. As cidades: Sua valorização e proteção como documentos. *Cadernos de Ensaio do IPHAN*: Memória e Educação. Rio de Janeiro, IPHAN, 1992.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; COLAGROSSI, Fernando; ARNAUT, Jurema Kopke Eis; FRANCO, Luiz Fernando; BOSSI, Vera. Mesa-redonda: Patrimônio Edificado II: Sítios históricos/núcleos urbanos/entorno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 123-137, 1987.

PIRES, Maria Coeli Simões. Cidade e Cultura – Recíprocas, interferências e suas representações. In: *Cidade, memória e legislação: A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: 2002. p. 141-157.

RAMALHO, Cavalcanti A. *Álbum do Estado do Maranhão*. Belém: Graphica Amazonia, 1923.

REIS, Nestor Goulart Siqueira. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. Colaboradores: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno; Paulo Júlio Valentim Bruna. São Paulo: USP, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 365

A produção cultural do imigrante italiano: Arquitetura do Palácio Garibaldi

Renata Brylynskyi Ferreira



Resumo

Abordando aspectos da historiografia da arquitetura e da preservação brasileira, esse artigo visa realçar a produção arquitetônica do imigrante italiano na cidade de Curitiba. Em estilo eclético, a edificação selecionada, o Palácio Garibaldi, permite discussões apuradas sobre o tratamento conferido às produções culturais e artísticas ao longo dos anos no Brasil. Serão assim apontados alguns aspectos do ecletismo e os discursos depreciativos a ele conferidos no início do século XX. Sintetizado através da análise de um exemplar arquitetônico, este artigo traz o panorama de uma época de criação da nação brasileira e formação de sua sociedade.

Renata Brylynskyi Ferreira Arquiteta e Urbanista, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN-UNESCO na 10ª Superintendência Regional, em Curitiba durante o ano de 2005 sob a supervisão do arquiteto e urbanista do IPHAN, especialista em restauração José La Pastina Filho.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 366

Introdução

A proposta de trabalho da 10ª Superintendência Regional – "A expressão cultural do imigrante italiano: arquitetura do Palácio Garibaldi" – teve como objetivo enfatizar a produção cultural dos imigrantes estabelecidos no território nacional no transcorrer dos séculos XIX e XX.

O movimento imigratório característico desse período esteve atrelado às grandes transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelos personagens principais: as Américas e a Europa.

No Brasil, o quadro imigratório fortaleceu-se com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Esta impôs novos costumes e padrões à sociedade local. As transformações no cenário artístico e arquitetônico foram intensas, marcando o início do que se chamaria de *fase europeizante* da cultura colonial (PROENÇA, 2004, p. 210).

Durante a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro, a sede do governo português acolheu grande número de estrangeiros de diversas nacionalidades, graduados e qualificados, que vinham ao Brasil objetivando a realização de negócios ou quando contratados pelo governo.

Na arquitetura, as primeiras transformações apareceram na forma de parcelamento e ocupação dos lotes e na inserção gradual das barras de azulejos coloridos, escadas torneadas e outros elementos decorativos. Substituía-se a madeira das antigas bandeiras por vidros transparentes ou coloridos. As residências recebiam platibandas, aproveitando-se da possibilidade de importação de calhas internas de folha-de-flandres, ou de cobre, do exterior.

A cidade do Rio de Janeiro ganhava feições novas, as características arquitetônicas européias sobrepunham-se aos sistemas construtivos coloniais. A vinda da Missão Artística Francesa ao Brasil, em 1816, a convite de D. João VI, introduz o neoclassicismo na arquitetura oficial brasileira.

Em meados do século XIX, a imigração adquire novo ímpeto com a proibição do tráfico de escravos e com a crescente necessidade de incremento da mão-de-obra nos campos. Na atual região do estado do Paraná, como em outros estados brasileiros, muitos imigrantes são atraídos pela possibilidade de alcançar estabilidade econômica e tranqüilidade para suas famílias em novas terras. Assim, alemães, espanhóis, árabes, ucranianos, poloneses, italianos – dentre tantos outros povos de origens diversas – fixaram-se no território paranaense e legaram à região fortes traços culturais. Após a separação da província de São Paulo, em meados do século XIX, a entrada de estrangeiros no Paraná é incentivada por políticas locais

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 367

com foco à promoção da colonização efetiva do espaço. Conforme dados do governo do estado do Paraná, entre 1853 e 1886 o estado recebeu cerca de 20 mil imigrantes das mais variadas regiões, destacando-se os alemães, italianos e poloneses.

Em meio a esse cenário de colonização de territórios e produção cultural de caráter historicista divulgado pela Missão Francesa no Rio de Janeiro, surgem os primeiros movimentos e projetos de nacionalidade. A valorização dos motivos e temas brasileiros teve início com o romantismo, ainda no início do século XIX. Neste momento, a figura indígena fora destacada, reforçando os sentimentos e valores da nação recém-fundada, distinta de todas as outras[1].

No século XX, o nacionalismo assume novos significados. Revelados nos ideais modernistas, a construção de um sentimento nacional alheio ao passadismo de outrora e à construção de uma nova arte no Brasil, enfatizados sobretudo na década de 1920, insinua o quadro de negação à produção cultural dos reconhecidos "estrangeiros".

Em 1937, a criação do SPHAN, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reafirmaria o valor da produção cultural nacional através do ato de tombamento de edificações de valor histórico. O SPHAN, instaurado à luz do movimento modernista e do Estado Novo (FONSECA, 2005, p. 82), buscou criar laços "comuns de pertencimento e de interdependência, conforme afirmou o arquiteto Lúcio Costa ao nomear uma dada produção arquitetônica de 'nossa arquitetura'" (CHUVA, 1998, p. 69). Representado por ilustres personagens do modernismo brasileiro como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, dentre outros, ao SPHAN

> foi atribuída a finalidade de implantar, gerir e reproduzir uma forma de poder de Estado, com suas técnicas (práticas administrativas), normas e leis, constituídas e constituintes de uma dada forma de proteção o que seria denominado patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 1998).

1 Um importante exemplar desse nacionalismo vivenciado no século XIX é o manifesto romântico na revista *Niterói*, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes, datado de 1836. Considerado o marco do Romantismo no Brasil, a revista *Niterói* é a evidência da busca de inserção do Brasil no modelo moderno de afirmação da nacionalidade pátria. É nesse exemplar que se apresenta o projeto nativista com a figura do índio como símbolo da brasilidade. Dois anos mais tarde, em 1838, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – radica o processo de busca das raízes culturais do país através da promoção de estudos diversificados da história social e política do país. Publicados em revistas, estes estudos visavam a divulgação do passado nacional, contribuindo para o processo de formação de uma identidade una. (RIO DE JANEIRO, 2005 e BRASIL, 2006)

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 368

Este patrimônio, reconhecido como símbolo da tradição da nação, foi fundamental ao fortalecimento da expressividade do novo modelo criativo, o modernismo. A inter-relação entre a tradição e o novo foi a base conceitual da nova corrente, justificando, assim, o engajamento dos modernos nas políticas de ereção de um sentimento nacional. Elevados à categoria de símbolos, a arquitetura colonial e a arte barroca foram destacadas através de políticas preservacionistas.

A arquitetura de outros períodos, como a eclética, característica do século XIX, em contrapartida, teve seus valores negados. Considerada réplica de outras culturas, foram afastadas todas as influências deste estilo às novas formas de habitar. O estilo neoclássico, que havia predominado até início do século XX nas construções de sedes de governo, assembléias legislativas e tribunais, lentamente cedeu espaço às construções despojadas de ornamentos, de linhas puras e caráter estritamente funcional: o moderno. Sobre o período, Carlos Lemos escreve:

> A par de novos partidos, nova ornamentação, novos estilos. Era o ecletismo. Era principalmente o neoclássico totalmente despoliciado que chegou ao desregramento. Era o apelo à imaginação. Era a recriação. Era o século XIX, cuja produção material aprendemos a não respeitar por não ter ela, vamos dizer, uma autenticidade nacional – tudo vinha de fora, tudo era copiado ou feito pelo imigrante. Coisas sem valor. Todos passamos a ver um grande vazio entre o barroco mineiro ou a Missão Francesa e a produção dos anos vinte, especialmente a neocolonial. Aliás, o estilo neocolonial foi entendido por muita gente como expressão modernista da revivescência do nacionalismo artístico. Veja-se, por exemplo, o tipo de arquitetura que compareceu à exposição feita no Teatro Municipal durante os eventos da Semana de Arte Moderna. Quem sabe, tenham sido os modernistas vindos dali os responsáveis pelo esquecimento da rica produção oitocentista. Mário de Andrade mesmo, autor de corretíssimo plano de preservação de bens culturais, na prática, quando trabalhava para o SPHAN, não tratou de salvar nada que fosse do século passado. Por essas e outras é que praticamente nada temos guardado daquele tempo (LEMOS, 1989, p.50).

A rejeição à arte do século XIX e do início do seguinte rompeu a continuidade histórica, como afirma Nestor Goulart em entrevista a Patricia Mariuzzo e Daniel Chiozzini: "A História da Arte e da Arquitetura que eles escreveram termina no começo do século XIX e vai recomeçar só com o Movimento Moderno, mesmo assim, a partir dos anos 30" (GOULART, 2005).

PEP12 - Renata 10/5/07 11:03 AM Page 369

O resgate à continuidade histórica e o reconhecimento do valor das produções artísticas dessa época são impulsionados em fins do século XX. A interferência dos saberes dos imigrantes, com a introdução de novos padrões estéticos e outras técnicas construtivas no território nacional, é um dos aspectos a ser delineado a partir da análise pormenorizada de uma edificação ícone da imigração italiana na cidade de Curitiba: o Palácio Garibaldi.

Um estilo no discurso modernista

O homem domina a besta

Marca de um tempo, o ecletismo na arquitetura brasileira distingue-se daquela corrente filosófica e política européia. À parte das discussões comportamentais e das correntes diversas que na Europa se originavam sob a nomenclatura de ecletismo, a arquitetura no Brasil desenvolveu-se em conformidade com as questões políticas e econômicas do país. Posteriormente nomeado eclético, o estilo predominante nas construções públicas e civis em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, surge predominantemente como resposta cultural de uma classe em ascensão: a burguesia cafeeira e industrial (Lemos, 1989).

Esta corrente estilística que caracterizou as cidades do país na passagem dos séculos XIX-XX decorreu do contato cada vez maior da sociedade brasileira com os produtos e cultura de outras nações. O reflexo da expansão dos países industrializados torna-se evidente nas propostas reformistas do centro do Rio de Janeiro no início do século XX. A arquitetura até então produzida no país tornava-se símbolo do "atraso" tecnológico, assumindo a tradição arquitetônica européia papel de destaque.

O anseio por uma capital moderna, seguindo os padrões da Paris de Haussmann, é o elemento articulador da nova organização da cidade do Rio de Janeiro. A abertura da avenida Central e o concurso de fachadas promovido pelo prefeito da cidade, Pereira Passos, são os exemplos preferidos dos mais diversos autores para elucidar a carga simbólica inerente ao ecletismo. Ornamentos importados, materiais diversificados e edificações com características inglesas, francesas, italianas, alemãs, dentre outras, passam a ser sinônimos de desenvolvimento e poder (Brenna, 1987).

Para muitos o ecletismo é resultado da própria Revolução Industrial, e não há como se questionar tal asserção. As transformações e inovações intensifica-

PEP12 - Renata 10/5/07 11:03 AM Page 370

vam-se rapidamente. Os meios de comunicação aprimoravam-se, bem como as máquinas eram constantemente redimensionadas e inseridas paulatinamente no cotidiano da população. A raiz da economia capitalista tem aí sua origem, instaurando-se uma nova era de consumismo e massificação das informações (PUPPI, 1998).

Os avanços na tecnologia dos materiais, com a possibilidade de abertura de grandes vãos através do uso de estruturas metálicas, transformaram edificações em grandes laboratórios de construção. Construíram-se cúpulas romanas, templos gregos com a facilidade dos tempos modernos. Na Europa, principalmente, o ecletismo assumiu o caráter experimental das novas técnicas. No Brasil, diferentemente, o ecletismo vem revestido de forte carga simbólica (SÁ, 2005).

Em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Curitiba, o ecletismo traz a representação da cidade ideal e progressista. As edificações públicas e civis têm em seu estilo a transcrição da sua função. Edifícios sedes de governos, assim, encontram na tradição grega os elementos necessários à demonstração de sobriedade e rigidez, fazendo a composição de colunatas e frontão triangular elementos tipológicos de fácil identificação.

Paralelamente a essa explosão estilística, há também a conformação de uma burguesia urbana enriquecida pelas atividades cafeeiras e pelo incipiente processo de industrialização. Essa classe, estabelecida em áreas próximas aos grandes centros urbanos, encontrou no modelo eclético de construção a forma de imposição social e afirmação cultural.

Todo esse processo de elevação das capitais brasileiras ao padrão dos grandes centros europeus baseou-se em mecanismos de saneamento, embelezamento e circulação. A construção da imagem moderna, enraizada nos preceitos ecléticos[2], objetivava o desenvolvimento econômico brasileiro. No Rio de Janeiro, Capital da República:

> A operação é apresentada como urgente e inevitável, dentro de uma lógica de dependência: para garantir seu desenvolvimento agrícola e industrial, o país deve atrair capitais e mão-de-obra europeus; para atraí-los tornam-se

2 Os "códigos" ecléticos estruturam-se nos revivalismos estilísticos, como o gótico e o clássico para a ereção de símbolos compositivos característicos de uma classe e/ou atividade. (SÁ, 2005)

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 371

> necessários o saneamento e a transformação, à européia, da capital, que representa o país e que deve, aos olhos dos europeus, ser um símbolo de credibilidade (Brenna, 1984, p.152).

Caracterizado pelo uso intenso de ornamentos e pelo regresso a outras tradições estilísticas, o ecletismo é apresentado, conforme citação de Giovanna del Brenna (1984, p. 161-162) como conseqüência da forte "sensibilidade romântica e sua tendência à evasão no passado, o gosto e o prazer pelo exótico e pelo extraordinário (favorecido pelo desenvolvimento da arqueologia e dos conhecimentos da cultura dos países mais remotos)".

No caso do Brasil, outros fatores – não só simbólicos, arquetípicos e progressistas – contribuíram para que o ecletismo predominasse em nossas cidades. Poderiam eles facilmente ser relacionados desde princípios do século XIX, portanto anteriormente à grande imigração, momento em que se transferiu para o Brasil a família real portuguesa e, posteriormente, com a contratação dos integrantes da Missão Artística Francesa, mas não cabe aqui estabelecer todos os pontos que favoreceram esse processo. Cabe, neste trabalho, ressaltar a importância da figura do imigrante na configuração dos espaços brasileiros em meados do século XIX e início do XX, principalmente no que se refere à composição do cenário urbano.

De origens e culturas diversas ao ambiente nacional, os imigrantes foram responsáveis pela introdução de diferentes linguagens edilícias. Novas formas de construir e de morar foram trazidas por essa parcela da população migrante que aportou no Brasil, contribuindo para a consolidação do ecletismo. Inúmeros foram os engenheiros-arquitetos estrangeiros responsáveis por obras de vulto na época (Bruand, 2003), como é o caso do Palácio Garibaldi (edificação representativa da sociedade de imigrantes italianos na cidade de Curitiba, PR, projeto de Ernesto Guaita, italiano nascido em Turim e radicado em Curitiba em 1875). Esse imigrante italiano, responsável pela elaboração da primeira planta cadastral de Curitiba, em 1888, foi, posteriormente, nomeado Engenheiro do Estado. Muitas são as edificações atribuídas a ele, exemplos da arquitetura eclética da cidade (Guaita, 1996).

O ecletismo, assim, evidencia-se como amostra de importante processo de constituição cultural da sociedade. Sua compreensão de forma superficial e pragmática pode conduzir-nos à depreciação de seu valor cultural e artístico, tendo os conceitos de réplicas e cópias como dogmatismo.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 372

Essa teria sido a fundamentação do discurso modernista em meados do século XX. Condenara-se a ornamentação excessiva e as obras de um importante período de transição e formação da sociedade brasileira vinculadas a uma desmedida cenarização do ambiente.

Embasado na construção de uma identidade nacional, o ecletismo teve durante o movimento modernista seus valores negados. Encarado como empecilho ao desenvolvimento de uma arte legitimamente autêntica, ao ecletismo coube o papel de vilão da modernidade. Instantaneamente, ruas, avenidas, palácios e sedes de instituições públicas, facilmente discerníveis em sua forma, tornaram-se símbolos da má arquitetura e dos vazios estéticos e culturais de uma época.

Para melhor elucidar o pensamento moderno e a repulsa ao ecletismo, alguns pensamentos de Lúcio Costa retirados do artigo *Sobre Lúcio Costa*, de Pedro Alcântara (1991):

> As construções refletem, fielmente, em sua grande maioria, essa completa falta de rumo, de raízes. Deixemos no entanto de lado, essa pseudo-arquitetura, cujo único interesse é documentar objetivamente o incrível grau de imbecilidade a que chegamos (COSTA, 1936).

> Foi contra essa feira de cenários arquitetônicos improvisados que se pretendeu invocar o artificioso revivescimento formal do nosso próprio passado, donde resultou mais um pseudo-estilo, o neocolonial. [...] Relembrada agora, ainda mais avulta a irrelevância da querela entre o falso colonial e o ecletismo dos falsos estilos europeus (COSTA, 1951).

> Fomos procurar num artificioso processo de adaptação – completamente fora daquela realidade maior que cada vez mais se fazia presente... os elementos já sem vida da época colonial: fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa (COSTA,1937).

Ainda em "Razões da Nova Arquitetura", Lúcio Costa aponta as diretrizes da nova corrente arquitetônica, respaldado nos avanços obtidos com a Revolução Industrial:

> Convém, todavia, insistir não pelo fato em si – cuja importância é evidentemente relativa –, mas pelo extraordinário alcance humano que encerra.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 373

> Desde o dia memorável em que o homem conseguiu domar a primeira besta, até o dia – igualmente memorável – em que conseguiu se locomover com a simples ajuda do próprio engenho, a arquitetura dos carros e barcos, embora variasse da mais tosca e incômoda à mais elegante e confortável, conservou-se subordinada ao argumento de possibilidades limitadas, embora convincente, do chicote, e aos favores incertos da brisa. No entanto, em menos de cem anos de trabalho, a máquina nos trouxe das primeiras tentativas, ainda presas à idéia secular do animal e da vela, aos espécimes atuais, já completamente libertos de qualquer saudosismo, e aos quais a nossa vista prontamente se habitua e se identifica – ainda que seja de bom tom, nestes assuntos, certa atitude de afetada displicência (Costa, 2002, p. 43).

Mário Barata, professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, em seu estudo historiográfico sobre o ecletismo, diferentemente de outros autores como Carlos Lemos, Lúcio Costa e Yves Bruand, apresenta uma nova visão do estilo:

> No caso do Brasil e de algumas nações de cultura mediterrânea, a arquitetura moderna – em seu primeiro momento – reagiu contra os defeitos do ecletismo e academicismo arquitetônicos da segunda metade do século XIX e início do XX. Com isso pregou a volta à simplicidade e à pureza, que coincidiam com a tradição local, mais que centenária.
>
> [...] As bases de seu desenvolvimento [da arquitetura moderna] foram técnicos e sociais: corresponderam, ao menos em grande parte, à existência de novos materiais e à necessidade de solução de problemas humanos. Enquanto na pintura e na escultura o ilogicismo e o prazer dos sentidos predominavam, na arquitetura moderna – até recentemente – o racionalismo tem grande papel. Suas ligações de forma com o cubismo e seus derivados não impediram a permanência do aspecto utilitário e sua adaptação a problemas vivos. Somente arquitetos que não compreenderam o sentido e as razões de ser da arquitetura moderna é que foram formalistas, partindo da forma *cubo* para o edifício, rigidamente, e não do edifício para a forma geométrica.
>
> O desvio atual foi fenômeno de decadência e de deturpação. Mas não esqueçamos que formalista foi igualmente a arquitetura eclética do século XIX, na qual a importância da forma superou todas as outras exigências de programa e técnicas. Como disse Kay Fisher, nela "o aspecto externo é um ornamento, uma máscara sem ligações com o interior". Certas colunas e frontões, per-

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 374

> didas as causas funcionais de sua existência no tempo dos gregos, passaram a ser meramente formais em edifícios neoclássicos (BARATA, 2002, p. 198-200).

Marcelo Puppi (1998), no seu livro *Por uma história não moderna da arquitetura Brasileira*, entrelaça e simplifica esse pensamento, reforçando a importância do distanciamento temporal na análise do período. A nova arquitetura, em Mário Barata, é passível de revisão em alguns autores. O discurso evidencia a necessidade de uma arquitetura realista, atenta às necessidades da população e estritamente funcional. Perdida por vezes essa imprescindível funcionalidade, a arquitetura dita moderna confunde-se, muitas vezes, com objetos móveis em escala ampliada, nada similares ao conceito da arquitetura como abrigo das atividades humanas.

Nesse sentido, Marcos Moraes de Sá afirma que a arquitetura moderna, ao dissociar a forma arquitetônica de seus ornamentos, transformou a própria edificação em ornamento, tido este como "ponto de chegada de um longo processo de dessacralização da forma" (SÁ, 2005, p. 110). O mesmo aspecto foi ressaltado por Robert Venturi, considerado importante arquiteto do movimento pós-moderno, quando afirmou que os modernos, ao abandonarem justificadamente os ornamentos da arquitetura anterior, transformaram inconscientemente seus edifícios em ornatos (VENTURI et al., 2003, p. 203, apud SÁ, 2005, p. 110).

Esse seria o caso específico de algumas obras do modernismo, não podendo ser este um conceito passível de caracterizar todo o movimento.

Adolf Loos (1870-1933) é outro importante autor que analisou e ponderou sobre o uso dos ornamentos nas edificações. Considerando um processo natural da humanidade a ornamentação das habitações e decoração dos ambientes, Loos pregava a honestidade do material e julgava o abandono gradativo dos excessos como curso natural da evolução. Sua obra *Ornamento e crime*, datada de 1908, é uma possível chave à compreensão da mentalidade vigente no novo século, merecendo estudo à parte (LOOS, 1972).

Vale aqui enfatizar a enorme diversidade de estudos e opiniões acerca dessa fase de transição da arquitetura. Preferindo alguns autores tratar como vazia a produção arquitetônica entre o neoclassicismo de Grandjean de Montigny e a simplicidade modernista de Le Corbusier, é evidente a importância do ecletismo na historiografia contemporânea.

O abandonado e "desmerecido" período eclético no Brasil forneceu as bases para a construção das novas tipologias arquitetônicas, bem como funcionou,

PEP12 - Renata 10/5/07 11:04 AM Page 375

durante anos, como suporte de um discurso de imponência e força do governo republicano. Agregou sobre um mesmo simbolismo elites, imigrantes e proletários. Em síntese, foi a manifestação artística e cultural do processo de construção nacional.

Imigração

Navios abarrotados de estrangeiros chegam à nação

O movimento migratório acompanhou a formação e evolução das sociedades humanas por todo período histórico. Nos tempos modernos, o movimento populacional em massa é intenso e suas causas assentam-se em questões econômicas, políticas e sociais. O movimento pendular dos povos conforma e insere características peculiares a determinadas sociedades, sendo seu estudo indispensável para a compreensão da formação cultural e de sua história política e social.

Na história dos movimentos populacionais, a transferência de parte da população européia às Américas revela-se ainda mais importante dada sua amplitude, envolvendo grande parte da Europa principalmente nos séculos XIX e XX. Os fluxos imigratórios de povos anglo-saxões, eslavos, germânicos, espanhóis, franceses, italianos e portugueses às Américas foram os maiores responsáveis pela ocupação e desenvolvimento do território americano.

Em busca de melhores condições de vida, o constante caminhar dos indivíduos na história imprimiu características peculiares na conformação de sociedades e espaços. Essa caracterização de territórios por povos estrangeiros é o caso específico do Brasil, um país pertencente a índios e "transeuntes". Estes sejam portugueses, africanos, italianos, alemães, aferraram-se ao país, sobretudo em fins do século XIX. A presença e influência exclusiva dos colonizadores portugueses e de intelectuais franceses e ingleses prevaleceram durante as primeiras décadas do governo imperial. A interferência da cultura européia nesses tempos expressou-se no desenvolvimento das ciências, no estabelecimento de novos padrões arquitetônicos e urbanísticos, na instituição da Academia Imperial Militar e na consolidação da sociedade hierárquica e escravocrata.

A imigração, ainda em pequena escala, esteve neste período, na primeira metade do século XIX, estritamente ligada aos interesses imperiais de ocupação do território, mantendo assegurado o domínio português. Ainda que al-

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 376

guns intelectuais da época antecipassem ideais iluministas baseados em mão-de-obra livre e desenvolvimento da economia familiar, fornecendo as bases teóricas da política de imigração paulista do último quartel do século XIX, os escravos mantinham-se como engrenagens indispensáveis da economia e sociedade da época. Embora países europeus, sobretudo a Inglaterra, – já envolvidos com o movimento iluminista desde o século XVIII e, claro, associados a interesses econômicos particulares – estivessem exigindo o término do tráfico negreiro, este ainda permaneceria por longo tempo.

De um lado, um país já independente conformado em estruturas coloniais. De outro, a Europa da Revolução Industrial, da mecanização, dos avanços científicos. O crescimento demográfico europeu surgia como resultado do progresso. Deste, também, vinha o enorme excedente de mão-de-obra, os altos impostos e a insatisfação de grande parcela da população. Figurando como alternativa ao desalento, jornais, correios e telégrafos traziam de terras distantes notícias estimulantes de um novo ambiente.

O panorama da imigração delineou-se finalmente com a adoção pelo governo brasileiro de políticas de ocupação das áreas de baixa densidade do território através do estabelecimento de núcleos coloniais com base nas pequenas propriedades, principalmente nos estados do sul. Simultaneamente, o projeto de civilização da sociedade brasileira era levado a cabo pela elite de cafeicultores paulistas. Estes, entendendo serem os europeus a melhor mão-de-obra a ser empregada no campo, já em 1871 obtiveram auxílio imperial para a entrada de "brancos civilizados".

Cabe aqui um parêntesis. A elite e a aristocracia tinham grande acesso ao desenvolvimento das idéias revolucionárias em voga na Europa. Seus filhos, enviados para estudar nas capitais européias, retornavam ao Brasil abarrotados de novas idéias. E teria sido no desenvolvimento das ciências e, sobretudo, nas influências do francês Louis Couty que teria nascimento a valorização do trabalho livre europeu em detrimento da oriental ou africana. Os europeus, teorizavam os cientistas, eram biologicamente superiores, além de contarem a seu favor com uma história de desenvolvimento social e econômico baseada na força do trabalho livre e familiar. Essa teorização esteve presente em umas das principais sociedades criadas na cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Central de Imigração. Esta contava, inclusive, com a participação de D. Pedro II, bem como de outros intelectuais da Corte e tinha como um dos principais propósitos inserir na sociedade brasileira os princípios do trabalho livre (NOSSA HISTÓRIA, 2005).

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 377

Convencidos de que o progresso e a civilização do território brasileiro estariam fundamentados na afirmação da liberdade individual e na colonização do território por brancos europeus, a elite cafeeira e o governo iniciaram o processo de "branqueamento" da população local.

Se, de início, o apoio à imigração se deu através de financiamento do transporte de estrangeiros ao Brasil, ainda no período imperial, com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República o incentivo à imigração foi fortalecido por políticas de financiamento conhecidas por imigração subvencionada.

As conjunturas sociais e econômicas da Europa e do Brasil foram os articuladores do movimento conhecido como a "grande imigração". No período de 1870 a 1930, aproximadamente três milhões de pessoas desembarcaram nos portos brasileiros.

Essa massa de "novos brasileiros" infundiu novos saberes à cultura local. Na arquitetura, assim como nas letras e artes pictóricas, outras formas de produção surgiram, adaptando-se os conhecimentos ao novo ambiente.

Nesse quadro imigratório, os italianos destacaram-se não somente pela expressão artística e empresarial emprestada, principalmente, à região sul do país, como pela dimensão populacional aqui aportada.

Formada por Estados Independentes até 1870, de grande diversidade cultural, econômica e social, a Itália, ao início dos grandes movimentos migratórios, havia sido unificada após duas décadas de lutas. A unificação amparou-se no resgate à Antigüidade e Renascença para a formação do sentimento nacional. Os primeiros anos, no entanto, foram assinalados pelas mais diversas dificuldades políticas e econômicas, superadas apenas no governo nacionalista promovido por Mussolini nas primeiras décadas do século XX (A PRESENÇA ..., 1996).

Sendo o processo de coesão nacional recente aos tempos do movimento populacional às Américas, é importante considerar diversificada a organização territorial e política da Itália. Ainda incipiente, o movimento de identidade nacional não reunia as mais diversas regiões ibéricas. Culturalmente, a Itália ainda era composta por peculiaridades regionais, ou seja, vênetos, calabreses, toscanos, sicilianos.

Sob este aspecto, a imigração vêneta predominou por longos períodos. Vindos da região norte da península, os vênetos eram pequenos proprietários de terras ou arrendatários. Lembrados por suas famílias extensas, os vênetos foram os mais fortemente atraídos às possessões de terra oferecidas no Brasil. Já outros italianos, principalmente provenientes da região sul, com menores

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 378

condições financeiras foram no processo imigratório inseridos como meros trabalhadores braçais. Essa parcela italiana esteve no Brasil atrelada à produção cafeeira: uma legítima transferência do trabalho do escravo negro por trabalhadores brancos (SIAMO ..., 1996).



FIGURA 1 Desembarque de imigrantes na estação de hospedaria. São Paulo. 1907. Memorial do Imigrante / Museu da Imigração. Fonte: www.ibge.gov.br/.../razaoimigitaliana.htm.

O caso paranaense

A primeira imigração italiana ao território paranaense antecede ao grande movimento observado na década de 1880. Já em 1875, os italianos, correspondendo às políticas de colonização do Império brasileiro, formaram colônias nos estados do sul.

O povoamento das regiões sulistas era ansiado pelo Império e fundamentava-se nas questões políticas e militares de conservação dos limites extremos do território. Povoar a região com nacionalidades sem representação colonial na América construía a barreira desejada aos avanços de influências das regiões vizinhas, sob domínio espanhol. Somado a essas barreiras, os imigrantes estabelecidos em terras disponibilizadas pelo Império incrementariam também a renda nacional.

Os primeiros italianos a se estabelecerem no território paranaense partiram de Modena em dezembro de 1874. A bordo do veleiro Anna Pizzorno, cerca de cinqüenta famílias desembarcaram no Rio de Janeiro e seguiram viagem para

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 379

o sul do país. Instalados nas proximidades de Paranaguá, as famílias italianas fundaram a colônia de Alexandra (Ferrarini, 1974).

Deixando o cenário de miséria, os italianos têm nas terras doadas pelo Império brasileiro uma chance de recomeço.

Passado um ano, novas famílias italianas são introduzidas na colônia. Em 1879, conforme relata Ângelo Trento (1989), Alexandra registrava 2.300 pessoas. O crescimento e expansão desta colônia são intensos, não condizendo, no entanto, com seu desenvolvimento e prosperidade. Aos italianos foram reservados terrenos alagadiços, de difícil cultivo. Aliado às terras improdutivas, o clima quente e úmido. A insatisfação dos colonos era generalizada. A incapacidade de produção e, conseqüentemente, pagamento dos adiantamentos fornecidos por um agente italiano estabelecido no Brasil em 1864, favoreceu o abandono dessas terras e a procura por novos lugares.

Saídos de Alexandra, fixaram-se na região de Morretes, onde permaneceriam até o início de 1880. Nesta região fundam a colônia de Nova Itália, constituída de doze núcleos.

Em Morretes, assim como na colônia de Alexandra, o clima quente impossibilitava a exploração das terras, mesmo que estas fossem férteis, como era o caso. Na descrição de Alfredo Cusano (Braido, 1978, p. 28), a temperatura excessivamente elevada acarretava tonturas, fraquezas, falta de apetite, indolência e quase tédio de vida.

Insatisfeitos, uma porção da população imigrante mais uma vez sai à busca de melhores condições de vida. Alcançado o primeiro planalto, já na cidade de Curitiba os imigrantes buscam obter auxílio do Ofício das Imigrações, órgão provincial de controle dos movimentos populacionais.

Responsáveis pela formação de núcleos coloniais nos arredores de Curitiba, esses imigrantes italianos iriam imprimir significativas influências no seu novo território.

Santa Felicidade, Dantas e Alfredo Chaves foram algumas das importantes colônias italianas no município de Curitiba.

> [...] Em linhas gerais, pode-se afirmar que, sobretudo nos primeiros tempos, prevaleceram rendas modestas [...] e que por muitos anos, nas comunidades coloniais, se notou a ausência de classes ou figuras hegemônicas, o que contribuiu para evitar aquele culto e aquele mito da personalidade local importante que ocorreu em outras áreas de imigração italiana no Brasil.

PEP12 - Renata 10/5/07 11:06 AM Page 380

> Responsável por essa situação foi, em larga escala, o isolamento inicial das colônias, que, de resto, permitiu também a manutenção de usos e costumes das regiões de origem. De fato, o que mais chama a atenção no sul do Brasil é a 'reprodução orgânica de um tipo de sociedade veneta de fins do século XIX, tradicionalista e católica'. Não só o panorama arquitetônico [...], mas tudo remetia ao país de origem: o modelo de família patriarcal, o tipo de alimentação [...], as diversões [...] (TRENTO, 1989, p. 80).



FIGURA 2 Colônia de Santa Felicidade.
Fonte: Balhana; Machado; Westphalen, 1969.

Um exemplar, um ícone: Sociedade Beneficente Garibaldi

Italianos ou brasileiros, curitibanos ou vênetos

Havendo interesse do governo em fixar as colônias italianas estabelecidas no planalto curitibano, tem início o movimento associativo visando, aos moldes das sociedades de imigrantes alemães já presentes no território, a congregação e a união dos italianos. Deste movimento, incentivado por figuras ilustres da história paranaense, como o barão do Cerro Azul, o visconde de Guarapuava, o comendador Araújo e Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, presidente da província do Paraná, nasce, em 1° de julho de 1883, a Società Giuseppe Garibaldi di Beneficenza fra gli Italiani Dimoranti nel Paraná (SCHUNEMANN; LAUTERT, s/d e CURITIBA, 2005).

A diretoria da sociedade, eleita, no momento de sua criação, era composta por Giovani Corghi (presidente), pelos conselheiros Casa Grande, Giovani Battista, Carnasciali, Gabriel Cerati, Domenico Nigro, Achille Tanghero; fiscais Pietro Andofatto, Petrelli, Andréa Carnasciali e Antonio De Lucca e Domenico Vicenzo Farani, no cargo de secretário. Definiu-se, ainda, a primeira atividade:

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 381

a criação de uma escola de italiano, destinada ao aprendizado da língua aos filhos de imigrantes, acentuando a presença da cultura italiana no ambiente local.

As atividades exercidas pela sociedade eram descentralizadas. A ausência de uma sede determinava a realização de eventos e encontros em locais pré-determinados pela diretoria. A *Scuola d'italiano instituída dalla Società di M. S. Garibaldi in Curityba* contava, no momento de sua fundação, com aproximadamente vinte alunos, e era dirigida e lecionada por Ângelo Casagrande. Ao passar dos anos, a falta de professores e as dificuldades na sua manutenção levaram à extinção da escola. A partir desse momento, a *Società* passa a exercer, sobretudo, as atividades beneficentes, auxiliando seus associados em caso de enfermidades, e promovendo festividades a fim de manterem unidos todos aqueles que haviam partido da Itália com um mesmo objetivo (Schmidt, 2005).

A importância social e a presença política da Sociedade Garibaldi, representação oficial dos imigrantes italianos ascendia na província. Documentos atestam a presença dessa fração populacional em momentos históricos brasileiros como nas questões abolicionistas e na própria conformação da República.

O crescente número de associados e das atividades desenvolvidas pela Sociedade tornou premente a construção de uma sede própria. Impossibilitada pela ausência de verba, a construção do edifício foi viabilizada através de doações e arrecadação em meio aos sócios, o que comprova o ímpeto comum de congregar os representantes de uma nacionalidade, mantendo vivas as tradições e raízes culturais.

Para materializar o sonho e implantar a ansiada sede, a diretoria da Sociedade Italiana encaminhou uma carta ao presidente da província, Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, requerendo um terreno no Alto São Francisco. No documento, destacou a relevância da instituição para a assimilação dos imigrantes italianos ao ambiente nacional, principalmente através do estudo da língua de cada país, como se observa na transcrição abaixo:

> Ilmo. Sr. Presidente.
>
> O Conselho d'administração da Sociedade Italiana de Beneficenza Giuseppe Garibaldi tem a honra de pedir a Vª Sª que se digne tomar em consideração o requerimento seguinte:
>
> Tendo esta Sociedade chegado a constituir um capital que lhe permite de proceder já a construção de um prédio para uso de uma escola Brasileira e Italiana por ambos os sexos e tempo para residência da dita Sociedade de

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 382

> Beneficenza, convencido o conselho abaixo assignado da urgente necessidade de uma tal escola, pede a Vª Sª que se digne conceder por aforamento a dita Sociedade um terreno que existe devoluto no alto de S. Francisco compreendido entre o prolongamento da Rua Assemblea e o prolongamento da Rua S. Francisco e as ruínas da velha Igreja de S. Francisco [...]. O actual largo Dr. Faria ficaria assim aformoseado pela construção desse prédio exactamente em conformidade com o projeto que submetemos a aprovação de Vª Sª.
>
> O conselho d'administração da Sociedade Italiana obrigaria-se a dar imediatamente começo a obra naquelle espaço na altura e alinhamento que a Câmara julgará mais conveniente.
>
> A intera Sociedade Italiana interpretando os sentimentos dos italianos todos, residentes nesta venturosa Província confia na conhecida [...] da Vª Sª e da Iltm. Câmara, ao fim que considere a necessidade e a vantagem d'uma escola brasileira-italiana que facilite aos nossos filhos o ensignamento da língua antiga e da nova pátria, considerando mais o grande adiantamento tomado por as outras escolas estrangeiras que já tiverao a felicidade de ser installadas nesta Capital, se dignara conceder aos abaixo assignados [...] (ACERVO ..., 2005).

A doação do terreno se deu em 28 de abril de 1887, sendo dois dias depois lavrado o termo de medição da área.

O ideário daquela parcela da população lentamente concretizava-se. Depois de conseguida a doação do terreno, iniciava-se a busca veemente por capital. O empréstimo conseguido junto aos associados reuniu quase doze contos de réis, conforme relato de Sergio Henrique Schmidt. Junto ao cônsul da Itália, em 1887, outra soma de dinheiro foi conseguida (SCHMIDT, 2005).

É também do período carta endereçada ao Sr. Visconde de Guarapuava solicitando donativos para a construção de edifício "destinado para a educação da infância de todas as nacionalidades bem como para beneficência". Nesta, ainda, os membros da sociedade italiana ressaltam a imponência do edifício a ser construído, como pode ser observado no trecho transcrito: "O edifício que estamos levantando é em lugar muito apropriado e mais bello do quadro urbano desta Cidade, na Praça do D. Faria, alto do S. Francisco de Paula".

Assim, no dia 24 de julho de 1887, "teve lugar a colocação da pedra fundamental do novo Edifício desta Sociedade". Nesta mesma ocasião apresentou-se a bandeira da Sociedade Beneficente Garibaldi, representação da união italiana na província curitibana.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 383



FIGURA 3 Edifício da Sociedade Garibaldi. Festa da cumeeira. Fonte: Guinski, 2003.

Finalmente iniciam-se as obras. A participação intensa dos associados caracterizou as quase duas décadas da construção. Concluído em 1904[3], o edifício é projeto do italiano Ernesto Guaita, agente consular da Itália, radicado em Curitiba desde 1875.

Os muros que circundam a edificação datam de 1918 tendo sido erguidos pelos próprios associados. Estes foram também os responsáveis pela manutenção da edificação ao passar dos anos, revezando-se em atividades de marcenaria, serralheria e pintura. O texto abaixo, de autoria de Desidério Peron, publicado na ocasião do 120º aniversário da Sociedade, ilustra o esforço pelo erguimento de um símbolo comum.

> Serviu a muitos senhores, é verdade. Mas a contragosto e sem perder sua identidade. Hoje, tanto tempo depois, tem orgulho de sua história. Viu a cidade crescendo a seu redor até perder-se no horizonte que continua a observar impassível, ali do Alto São Francisco. Os primeiros arranha-céus – e todos os outros, depois, nenhum lhe fez sombra. Pelo contrário, guarda boas memórias daquelas tardes de piano em concerto, da algazarra da meninada aprendendo italiano, *la casa*, *il zoccolo*, *la mamma*... das bodas ali realizadas com as juras de sempre. Também recorda os primeiros tempos. Difíceis para todos, saudade da Itália, mas muito mais dos parentes e amigos que ficaram. Ou sumiram por outros caminhos. Tempo em que esse teto e as paredes pareciam uma segunda casa, todos reunidos apesar do dialeto de cada um, primeiro para construí-la no tempo livre ou nos fins de se-

3 A escadaria que marca a entrada da edificação é concluída somente dois anos mais tarde. Doação de Santiago Colle, a escadaria é toda em pedra e constitui um importante elemento de caracterização do monumento.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 384

> mana, depois no lazer das horas folgadas. Para matar saudade, ensinar, comemorar. Para rezar, também. Para os atos necessários de socorro e solidariedade que, afinal, inspiraram seus passos formalizados naquele 1º de julho de 1883, com a constituição da sociedade: Società Giuseppe Garibaldi di Beneficenza fra gli Italiani Dimoranti nel Paraná. Tijolo sobre tijolo, cada imigrante fez a sua parte nesse sonho coletivo. Ernesto Guaita assinou o projeto; Giovanni de Mio executou a fachada. A maioria contribuiu anonimamente por longos anos. Nem a foto da festa da cumeeira, imortalizada na porcelana à sua entrada, traz a identificação de tantos construtores que deram a obra por encerrada em 1904. Não a escadaria, porém, que ficará pronta somente em 1918 (PERON, 2003).

Eclética, a edificação foi local das mais diversas comemorações. Transformada em ícone da comunidade de origem italiana, a sede Garibaldi durante anos, voltou suas atividades para o fortalecimento do vínculo de seus associados à Itália bem como para a integração desses à nova pátria.

Além de palco de cerimônias religiosas, atividades recreativas e culturais, a Sociedade Garibaldi esteve envolvida em movimentos trabalhistas, caso da Federação dos Operários do Paraná (FOP), criada em seus estabelecimentos ou acolhendo a Liga dos Sapateiros em suas reuniões anuais.

Na história da edificação, especial atenção é dada ao ano de 1932. Neste, o prédio é reformado e sua fachada remodelada, pelo também italiano João de Mio, por ocasião da comemoração do 50º aniversário da Sociedade no ano seguinte. Conforme Informativo da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, as modificações não chegaram a descaracterizar o projeto original.

No ano de 1933, marco dos cinqüenta anos da Società Giuseppe Garibaldi, há a transferência de um monolito da Sociedade Dante Aligheri a esta Sociedade. Este monolito, trazido da Itália em 1920, lembrança dos combates ocorridos no monte Grappa durante a I Guerra Mundial, homenageava todos os combatentes e soldados mortos durante o conflito.

Com o advento da II Guerra Mundial, o edifício da sede foi alvo de movimentos populares que se opunham à política do Eixo. Em 1942, após ter sido depredado e invadido por populares, foi interditado e depois desapropriado pelo governo brasileiro, atendendo à Portaria nº 90 daquele mesmo ano, que visava controlar toda e qualquer atividade das sociedades italianas e germânicas existentes em território nacional.

PEP12 - Renata 10/5/07 11:07 AM Page 385

Após a interdição, cedeu-se o edifício à Academia Paranaense de Letras, ao Centro de Letras do Paraná e ao Centro de Cultura Feminina, sendo efetivamente desapropriado através do decreto nº 1732, de 1943. Declarado edificação de utilidade pública, a sede da antiga Sociedade foi reformada e ali instalado o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Eleitoral. Somente após a construção do Centro Cívico em Curitiba, revogaram-se os decretos e a edificação voltou à posse dos membros da Sociedade Beneficente Garibaldi.

Na reforma, objetivando adaptar o prédio às necessidades espaciais do novo uso, acresceu-se um volume à sua fachada posterior. Este volume, mesmo comprometendo a visualização do conjunto arquitetônico e a unidade compositiva, tem sua importância como testemunho histórico das diferentes fases daquela construção.



FIGURA 4 Monolito em homenagem aos soldados falecidos na I Guerra Mundial.
Fonte: Arquivo pessoal: Renata Brylynskyi Ferreira.

A nova volumetria retrata a época em que a Sociedade Garibaldi figurava perante o governo como um "núcleo de desintegração nacional". O Arquivo Público do Estado do Paraná reúne inúmeras informações desta Sociedade, agrupadas nos dossiês da Delegacia de Ordem Pública e Social, a extinta Dops. São ofícios, documentos e fotos que afirmam ser a sede da Sociedade Benefi-

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 386

cente Garibaldi propagadora dos ideais nazi-fascistas integralistas. Os documentos inventariados na DOPS, aliados às ações daquela Sociedade, conduziram à desapropriação do prédio pelo Governo do Estado, ficando a Garibaldi proibida de exercer suas atividades, como retrata o jornal Correio do Paraná, em 9 de abril de 1942.

> Raro senso de oportunidade efetivará felicíssima medida sobre ser patriótica e justa: a intervenção nas sociedades Rio Branco, Concórdia e Garibaldi. Núcleos de elementos que apesar da campanha nacionalizadora persistiam ser hostis aos nossos sentimentos e interesses, aquelas entidades eram objeto de justificada prevenção pública.
>
> Almejados pela reação que empolgou o povo, representavam, entretanto, valioso patrimônio que muito bem poderia ser tomado a serviço da Nação.
>
> Daí a intervenção decretada pela Chefia de Polícia do Estado com amparo em instruções do Ministério Público.
>
> [...] O prédio da Garibaldi transformado em verdadeiro Parthenon, acolhe agremiações que e atestam as tradições da cultura da terra paranaense e a Liga de Defesa, sentinela alerta da nossa soberania (NÚCLEO ..., 1942).


Núcleo de desintegração da unidade nacional

A Sociedade "Giuseppi Garibaldi", com finalidades recreativas, não passava de um fóco de propaganda nazi-fascista-integralista



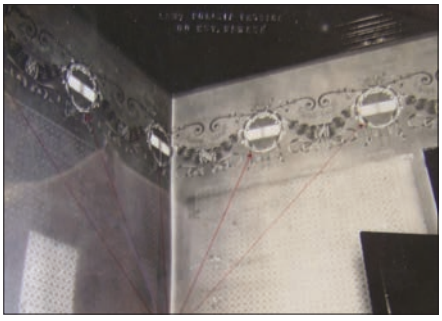


FIGURA 5 (acima, à esquerda) Recorte do jornal Correio do Paraná, 1942.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

FIGURA 6 (acima, à direita) Material apreendido na Sociedade Beneficente Garibaldi, em março de 1942.
Fonte: Arquivo Público do Paraná.

FIGURA 7 (ao lado) Fotografia de uma das salas da Sociedade Garibaldi, em março de 1942. Fonte: Arquivo Público do Paraná

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 387



FIGURA 8 Fotografia parcial de uma das dependências da Sociedade Beneficente Garibaldi. [...] Vêem-se assinalados os emblemas com as cores verde, vermelho e branco, assentando ao centro o desenho do fascio. Fonte: Arquivo Público do Paraná.

No ano de 1988, o edifício foi tombado pelo estado do Paraná sendo suas características enfatizadas por Cyro Corrêa Lyra e Alcydes Souza em seu *Guia dos Bens Tombados*:

> Exemplifica sua arquitetura o ecletismo de expressão neoclássica, aqui presente na forma de implantação, no partido da composição e no vocabulário arquitetônico. Implantada no lado mais alto da praça, soerguida em um platô, dispõe à sua frente de escadaria, ligando o portão de entrada ao átrio, que contribui para lhe convergir a monumentalidade própria do estilo. Na composição, a simetria típica ao classicismo, é marcada pela centralização do edifício em relação ao terreno e pela marcação do eixo da fachada, materializado pelo frontão triangular sobreposto à seqüência, de três vãos, repetida nos dois pavimentos. O repertório ornamental neoclássico, executado em massa, é completo, platibanda com coruchéus, cornijas, sobrevergas, vãos em arco pleno guarnecidos de bandeiras, muro adornado com balaustres e com aparelho à bossagem. Destaca-se ainda, pela qualidade artesanal, o portão de fer-

PEP12 - Renata 10/5/07 11:08 AM Page 388

> ro com desenho fitomorfo. A disposição do espaço interno também é marcado pela simetria, que só não é seguida integralmente devido à alteração do projeto original. Externamente a casa também sofreu modificações, através de ampliações, nos fundos, do prédio original (SOUZA; LYRA, 1994, p. 56).

Atualmente o edifício abriga, em reduzido ambiente, a secretaria da Sociedade Garibaldi. Os demais espaços são alugados para grandes recepções e festas, tanto de seus associados quanto de outros interessados.

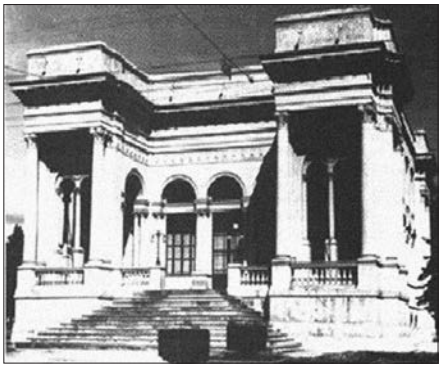


FIGURA 9 Fachada principal: portão em ferro e simetria do conjunto. Fonte: Arquivo pessoal: Renata Brylynskyi Ferreira.

O engenheiro-arquiteto Ernesto Guaita

Ernesto Guaita nasceu em Turim, Itália, em 1843. Formado engenheiro pela Academia Militar, veio ao Brasil em missão técnica do governo italiano. Finda esta missão, em 1875, optou em permanecer no país, escolhendo a cidade de Curitiba para residência[4].

Em Curitiba trabalhou ao lado de Ludovico Taddei em serviços de topografia e agrimensura. Em 1882, Ernesto é contratado como engenheiro na construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. A obra, iniciada em 1880, é um importante exemplar da transposição dos desafios naturais pela engenharia, além de configurar como a primeira ferrovia do estado do Paraná.

Nesta grandiosa obra, Ernesto Guaita trabalhou até 1882, quando, então, pediu demissão da Companhia por ter sido destituído o Comendador L. Ferrarini de seu cargo de engenheiro-chefe da obra (CARNEIRO, 1978).

4 Ernesto Guaita era casado com uma italiana, a Condessa Virgínia Guaita, com quem teve um único filho. Segundo relatos de familiares, Virgínia permaneceu na Itália e seu filho, Aristides Guaita, também veio para o Brasil, nunca mais tendo retornado à sua pátria. (GUAITA, 1996)

PEP12 - Renata 10/1/07 3:40 PM Page 389

Anos depois, em 1888, tem a missão de elaborar a primeira planta cadastral do município. Foi este o primeiro passo para ser nomeado por Generoso Marques dos Santos para o cargo de engenheiro do estado, em 1891. A ele coube a construção do Palácio Legislativo do Estado, conhecido como Palácio Rio Branco, importante exemplar da arquitetura eclética paranaense. Essa edificação, construída entre os anos de 1895 e 1896, passou a ser sede da Câmara Municipal de Curitiba, em 1963. Outras significativas obras de Ernesto Guaita são o Palácio da Secretaria da Justiça (antigo Palácio do Governo), sobrado da Casa Hertel, na praça Generoso Marques, sobrado do Departamento Estadual de Compras e a sede da Sociedade Garibaldi.



FIGURA 10 Palácio Rio Branco, atual Câmara Municipal de Curitiba. Obra concluída em 1896. Fonte: http://www.cmc.pr.gov.br.

Uma análise arquitetônica

O edifício da Sociedade Beneficente Garibaldi, assim como outras edificações ecléticas, assenta-se sobre embasamento revestido com ladrilhos hidráulicos, alcançado por meio de lances de escada. Destacada por sua implantação alteada, a edificação tem sua importância e representatividade expressos nos elementos característicos do estilo neoclássico, símbolos de austeridade, como o frontão, claros eixos de simetria e aberturas em arco pleno.

O portão de acesso principal impressiona por sua beleza e magnitude. Todo em ferro forjado, apresenta alguns desenhos fitomorfos aos moldes da *art-nou-*

PEP12 - Renata 10/5/07 11:09 AM Page 390

veau. O acesso ao átrio principal da edificação se dá por meio deste e seus dois lances de escadas em pedra.

Os muros que contornam a edificação são caracterizados pela presença de almofadas, como bem retratavam fotografias do início do século. Em todo seu perímetro ainda é possível vislumbrar a seqüência de balaustradas, interrompida somente próxima aos fundos do terreno o que define a área acrescida na década de 1940.

O paisagismo, de traçado ortogonal, reforça a rigidez das formas e a clareza dos eixos.



FIGURA 11 Edifício da Sociedade Beneficente Garibaldi.
Fonte: Arquivo pessoal Renata Brylynskyi Ferreira.

O edifício principal, em formas geométricas regulares, apresenta dois pavimentos e três diferentes coberturas. Segundo documentos da Secretaria de Estado da Cultura, trata-se de telhados independentes. O primeiro deles (antes em duas águas agora em quatro com cumeeira) localiza-se sobre a construção original, o segundo, também em quatro águas, no volume da escada central, produto da intervenção de João de Mio, e o terceiro sobre o acréscimo volumétrico característico do período de funcionamento do Tribunal de Justiça. Estes volumes diferenciados, ao encerrarem espaços distintos, apresentam-se como parâmetros de identificação das formas de apropriação da construção ao longo dos anos.

Os elementos da fachada principal tornam clara a simetria através de suas arcadas centrais no acesso principal e da disposição dos vãos. Estes são em sua

PEP12 - Renata 10/5/07 11:09 AM Page 391

maioria enquadrados por molduras em linhas retas, ressaltados em seus relevos, requadros e sobrevergas.

Todo o perímetro da edificação é marcado pela presença das gateiras, usadas para aeração do piso térreo e salientada pelo "alteamento de todo o corpo" térreo (Schunemann; Lautert, s/d, p 184).



FIGURA 12 Edifício da Sociedade Beneficente Garibaldi.
Fonte: Arquivo pessoal Renata Brylynskyi Ferreira.

O átrio da edificação é revestido com ladrilho hidráulico decorado e está em bom estado de conservação. As aberturas principais de acesso, retangulares, são emolduradas por elementos decorativos de argamassa em arco pleno, possivelmente já contemplados no projeto de Ernesto Guaita.

No pavimento superior, no eixo central, três aberturas com vergas em arco pleno dão acesso à sacada. Esta apresenta "guarda-corpo balaustrado e sustentado por quatro modilhões ornamentados com elementos fitomórficos" (Schunemann; Lautert, s/d, p. 184).

O projeto de João de Mio, conforme citado anteriormente, pouco alterou o projeto original do engenheiro-arquiteto Ernesto Guaita. A ele são atribuídas a abertura do átrio em arco pleno e a criação de pequeno volume posterior, deslocando a escada a um volume único.

As fachadas laterais apresentam clara distinção entre edificação nova e antiga, percebidas, sobretudo, pelas formas e tipologias das novas aberturas e pe-

PEP12 - Renata 10/5/07 11:09 AM Page 392

lo recuo das linhas principais da volumetria. A fachada posterior, vedação do volume acrescido nos anos 40, se destaca do conjunto. Nela não se identificam elementos da edificação original, o que comprometendo a apreensão da unidade edilícia. Em suma, as ampliações do prédio encontram-se expressas não somente pelas unidades de cobertura, como também nos traços das fachadas e nos volumes recuados das elevações laterais.

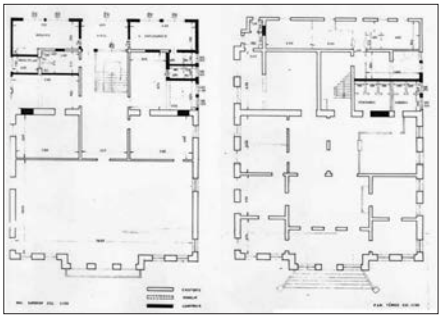
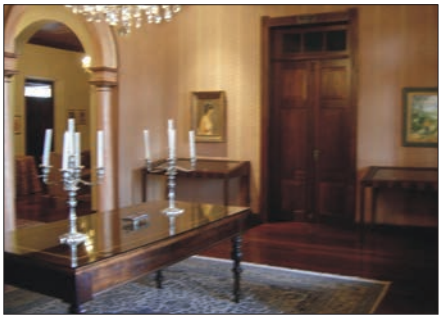


FIGURA 13 Plantas da reforma do imóvel para abrigar o Tribunal de Justiça do Estado. Década de 1940. Fonte: FCC – Arquivo CAPC.

FIGURA 14 (4 imagens abaixo) Edifício da Sociedade Beneficente Garibaldi. Fonte: Arquivo pessoal Renata Brylynskyi Ferreira.



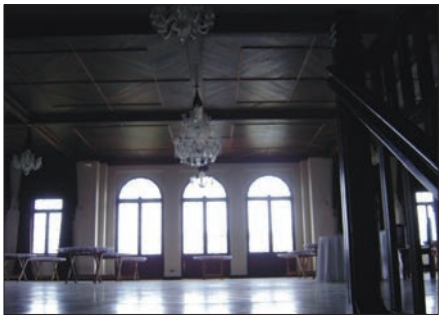
HALL DE ENTRADA DA EDIFICAÇÃO



AMBIENTE 01: PISO EM MADEIRA



AMBIENTE 03: FORRO EM MADEIRA



2º PAVIMENTO: GRANDE SALÃO

PEP12 - Renata 10/5/07 11:09 AM Page 393

O interior da edificação, conforme se observa em algumas fotos, mantém a imponência dos símbolos neoclássicos da fachada, expressos, internamente, nos salões amplos, nos detalhes das aberturas e nos eixos de simetria.

O hall, encerrado por portas laterais em vergas retas e dois vãos em arco pleno, tal como as arcadas do átrio, é marcado pela disposição de móveis em madeira e pela exposição da história do edifício em pequenas vitrines e imagens afixadas nas paredes. A utilização de diferentes tipologias de aberturas hierarquiza os espaços e indicam o percurso do visitante. O piso da edificação original é em assoalho de madeira, com cerca de 8 cm de largura. Os forros também em madeira, apresentam trabalhos com diferentes desenhos compositivos.

Grandes lustres e fotografias compõem a ambientação de todo o edifício. Enaltecida em imagens, a história do prédio sede da Sociedade está, também, registrada nos matérias de revestimento e no uso diferenciado dos espaços.

Um estudo apurado das técnicas construtivas e um levantamento detalhado dos princípios arquitetônicos, dificultados pela administração da Socie-



FIGURA 15 Plantas dos pavimentos térreo e superior. Levantamento da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Fonte: Arquivo pessoal Renata Brylynskyi Ferreira.



FIGURA 16 Edifício da Sociedade Beneficente Garibaldi. Fonte: Arquivo pessoal Renata Brylynskyi Ferreira.

dade, poderão posteriormente vincular tecnicamente a arquitetura eclética do prédio e a tradição cultural do imigrante italiano. Símbolo da ligação entre as nações – Itália e Brasil – a Sociedade Garibaldi imprimiu através da expressividade de sua sede, de suas lutas e festividades a marca da presença dos italianos no ambiente curitibano. Sua criação e trajetória é o registro de um período de busca pelo sentimento uno da nação, a evidência da apropriação dos imigrantes da nova terra. A construção, em seus traços, traz a linguagem de uma nacionalidade e a força de uma tradição construtiva. A imponência do edifício se-

PEP12 - Renata 10/1/07 3:41 PM Page 394

de da Sociedade Garibaldi é a expressão italiana no território, lançada e afirmada por meio de um estilo, que aliada aos prédios de seu envoltório caracterizam um povo: o povo brasileiro.

Considerações finais

O trabalho *A produção cultural do imigrante italiano: A arquitetura do Palácio Garibaldi*, visou, em uma primeira instância, à futura instrução de um processo de tombamento pela 10ª Superintendência Regional do IPHAN – Paraná. A contextualização histórica da edificação, no entanto, forçou a abordagem de temas amplos como o processo de formação da sociedade republicana brasileira e das políticas preservacionistas instauradas com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

O entrelaçamento das produções culturais e das diferentes manifestações artísticas aos momentos sociais, econômicos e políticos vivenciados pelo país reforçou a importância dos bens ecléticos na composição do cenário nacional. Ao contrário dos discursos modernistas, esses bens revelaram-se essenciais na conformação da nova arte, sobretudo àquela difundida como de caráter nacional.

Assim, o estudo realizado proporcionou um questionamento às formas valorativas dos bens nacionais, sobretudo àqueles estéticos e culturais, já que aqueles que atribuem valores não estão imunes às influências do meio, podendo sempre sofrer intervenção de um ou outro preconceito cultural.

Sendo motivo de propaganda do Brasil a grande miscigenação de seu povo, é de se esperar que todas as diferentes expressões culturais tenham seu valor reconhecido.

Referências bibliográficas

ACERVO da Casa da Memória. Curitiba: Fundação Cultural, Prefeitura Municipal de Curitiba, 2005.

ALCÂNTARA, Pedro. *Sobre Lúcio Costa*. Ideólogos do Patrimônio cultural. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Promoção, Coordenadorias de Pesquisa e Editoração. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 35 – 61.

ARQUITETURA *moderna brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo: Cosac& Naify, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:41 PM Page 395

Barata, Mário. Arquitetura, tradição e realidade brasileira. In: *Arquitetura moderna brasileira: Depoimentos de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p.198-200.

Boletim Informativo da Casa Romário Martins. *O eclético: aspectos da ornamentação de fachadas em Curitiba*. v. 3, n. 20. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1976.

Boletim Informativo da Casa Romário Martins. *Arquitetura do imigrante italiano no bairro de Santa Felicidade, Curitiba*. v. 4, n. 24. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1977.

Braido, Jacir Francisco. *O bairro que chegou num navio – Santa Felicidade*. Curitiba: Litero-Técnica, 1978. p. 28.

Brenna, Giovanna Rosso del. Ecletismo no Rio de Janeiro. In: Fabris, Annateresa (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; USP, 1987. p. 28-66.

_____. Rio: Uma capital nos trópicos e seu modelo europeu. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 19, p. 149-156, 1984.

Bruand, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Calmon, Pedro. *História do Brasil*: *Séculos XVIII e XIX*. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. *História do Brasil*: *Séculos XVIII e XIX*. v. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Carneiro, Newton. Ernesto Guaita, construtor do prédio da Câmara Municipal de Curitiba. In: Boletim Informativo Da Casa Romário Martins. *O Palácio do Congresso, Câmara Municipal de Curitiba*: Histórico e restauração. v. 4, n. 23. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.

Cenni, Franco. *Italianos no Brasil*: "*Andiamo in'Merica*". São Paulo: UnB, 2003.

Chuva, Márcia R.R. *Os arquitetos da memória*: *A construção do patrimônio histórico e artístico nacional. (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

Costa, Lucio. Razões da nova arquitetura. *Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, v.3, jan. 1936.

_____. Documentação necessária. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.1, 1937.

_____. Depoimento de um arquiteto carioca. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1951.

_____. Razões da nova arquitetura. In: *Arquitetura moderna brasileira*: *Depoimentos de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Costa, Rovílio; Moet, A. *Antropologia visual da imigração italiana*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, c1976. 221 p.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:41 PM Page 396

CURITIBA. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural de Curitiba, Casa da Memória. *Acervo fotográfico e documental*. Curitiba, 2005.

FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

FERRARINI, Sebastião. A imigração italiana na província do Paraná e o município de Colombo. Curitiba: Lítero Técnica, 1974.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*: Trajetória da política de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 295 p.

GOULART, Nestor. *Olhar ampliado*. São Paulo: *Patrimônio* – Revista Eletrônica do IPHAN, n 2, nov./dez. 2005. Entrevista concedida a Patrícia Mariuzzo e Daniel Chiozzini. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br. Acesso em: 15 nov. 2005.

GUAITA, Humberto. *Planta uma árvore, gera um e filho e...* Porto Alegre: 1996. 509 p.

GUINSKI, Otávio Duarte. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: Autores Paranaenses, 2003.

IHGB. *Resenha histórica.* Disponível em: www.ihgb.org.br/ihgb23.php. Acesso em: 10 nov 2006.

LEMOS, Carlos A.C. *Alvenaria burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989. 205 p.

_____. *Casa paulista*: *História das moradias anteriores trazido pelo café*. São Paulo: USP, 1999.

LOOS, Adolf. *Adolf Loos*: Ornamento y delito y otros escritos. Barcelona: Gustavo Gili, 1972. Trad. Lourdes Cirlot e P. Pérez. Introd. Roland Schachel. In: SÁ, Marcos Moraes de. *Ornamento e modernismo*: A construção de imagens na arquitetura. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 83-94.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 524 p.

NÚCLEO de Desintegração da Unidade Nacional. *Correio do Paraná*, 9 abr. 1942.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Acervo documental*. Curitiba, 2005.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná, Arquivo Público. *Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social*. Curitiba, 2005.

POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*: 1500-1900. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

A PRESENÇA italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1996. v. 3

PERON, Desidério. *120 anos depois, com tanto orgulho*. Insieme a Revista Italiana Daqui. Curitiba: Sommo, n. 54, jun. 2003.

PROENÇA, Graça. *História da arte*. São Paulo: Ática, 2004. p. 210.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Unicamp/IFCH/CPHA:Pontes, 1998.

PEP12 - Renata 10/1/07 3:41 PM Page 397

Revista Nossa História.. Rio de Janeiro: Vera Cruz, v. 2, n. 24, out. 2005. (Dossiê Imigração)

Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação, Multirio Empresa Municipal de Multimeios. *O indianismo como projeto de nacionalidade*. Disponível em: www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/tema65_1.html. Acesso em: jun. 2005.

Sá, Marcos Moraes de. *Ornamento e modernismo: A construção de imagens na arquitetura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

Schmidt, Sergio Henrique. Sociedade Garibaldi. In: Curitiba. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural de Curitiba, Casa da Memória. Acervo fotográfico e documental. Curitiba: 2005.

Schunemann, Jarbas; Lautert, José Luiz Desordi. *Sociedade Garibaldi*: *Aspectos arquitetônicos*. Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

Siamo Tutti Oriundi!: A presença italiana no Brasil. São Paulo, Parmalat, 1996. Disponível em: www.ecco.com.br/vita_mia/oriundi_imigrante.asp. Acesso em: jun. 2005.

Souza, Alcídio Mafra de; Lyra, Cyro Corrêa de Oliveira. *Guia dos bens tombados, Paraná*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

Trento, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*: *Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Venturi, Robert et al. *Aprendendo com Las Vegas*: *O simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 399

Ouro em Minas, Missões no Rio Grande do Sul: Um estudo sobre museus na preservação e adaptação de bens tombados

Sonia Alice Monteiro Caldas



Resumo

O ponto de partida desta pesquisa foi a proposta dos supervisores do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/ UNESCO de se investigar as intervenções feitas em prédios tombados para serem adaptados à função de museus. A base da pesquisa foi o Arquivo Central do IPHAN/RJ do IPHAN, nos documentos das séries Obras, Inventário e Mapoteca. Tal diretriz visava atender a uma demanda do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, no qual desenvolvi as atividades do PEP, no sentido de conhecer e registrar de forma profunda e detalhada as informações sobre os museus, especialmente aqueles vinculados ao IPHAN. A pesquisa, no entanto não se atém aos aspectos arquitetônicos envolvidos e considera ainda a difícil adaptação de programas e funções dos espaços alterados em sua natureza. O trabalho está fundamentado nas relações e nos jogos políticos e sociais vividos entre o órgão de salvaguarda, com suas diretrizes e técnicos, e os grupos locais, através do tempo.

Sônia Alice Monteiro Caldas Arquiteta e museóloga, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO no Departamento de Museus e centros Culturais, no Rio de Janeiro, durante os anos de 2005 e 2006, sob a supervisão do museólogo do IPHAN, doutor em Ciências Sociais Mário Chagas e da arquiteta e urbanista do IPHAN, mestre em Conservação e Restauração Cláudia Storino.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 400

Introdução

A restauração de bens imóveis demanda muita pesquisa e reflexão teórica, uma vez que as intervenções pretendidas devem respeitar o valor documental do monumento, seu sentido no contexto urbano a que pertence. O produto dessa reflexão vai embasar a determinação do uso como forma de preservação.

Para discutir tais questões, o presente trabalho dirige seu foco para dois museus instalados em monumentos tombados pelo IPHAN: o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul, e o Museu do Ouro, em Minas Gerais.

Esse artigo traduz o andamento da pesquisa, realizada para o Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/IPHAN –, e iniciada com a investigação das modificações ocorridas em monumentos tombados pelo IPHAN para que abrigassem a função museu. Inicialmente, seriam considerados todos os museus. Após uma primeira avaliação, realizada pelos supervisores Mário Chagas e Claudia Storino, decidiu-se abranger apenas os museus regionais. A intenção foi tão somente efetivar um recorte, tanto pela extensão do universo anterior diante do pouco tempo disponível, quanto pela adequação ao trabalho desenvolvido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais, ao qual está vinculada a pesquisa. Dessa forma, a perspectiva seria focalizar um segmento determinado mas com grande potencial de estudo e investigação. Cumpre notar que atualmente a classificação de museus regionais se deve a razões administrativas: são aqueles subordinados às Superintendências Regionais do IPHAN

A metodologia empregada – o levantamento sistemático de documentos de arquivo – atende à lógica da pesquisa e concorre para que se tenha uma noção dos processos envolvidos nas transformações dos espaços estudados.

O recorte feito sobre os dois museus citados acima se justifica na medida da singularidade de cada caso, tornando-se interessante manancial de pesquisa. O Museu das Missões se justifica por ser o ponto de partida nesse processo implementado pelo IPHAN e por ter tido uma sede projetada e construída, e não um monumento revitalizado. Nesse caso, foi construído um *abrigo* – termo utilizado por Lucio Costa (cf. PESSOA, 1999, p. 39) na proposição de seu projeto – para as peças. Esse prédio tinha o sentido de revitalização de toda a área, indicando o partido arquitetônico existente no passado missioneiro. O Museu do Ouro, vindo na seqüência, teve sua criação seguida ao restauro da Casa de Intendência de Sabará. Cumpre notar que, quanto à promulgação por ato legal, o Museu da Inconfidência é o primeiro a ser criado, pelo Decreto-lei nº 965 de 20/12/1938, seguido do Museu das Missões, em 1940, e o do Ouro, em 1945.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 401

A idéia da criação dos museus regionais no âmbito da administração federal nasceu da necessidade de se empreender o cadastramento dos bens existentes no país, a começar pelos remanescentes dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul. Segundo Rodrigo de Melo Franco de Andrade:

> Fora do Rio de Janeiro, [...] havia razões que induziam o poder público federal a empreender a organização de museus. A primeira se originava de incremento e da extensão crescente que o comércio de antigüidades assumia no país, despojando progressivamente de seu patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte antiga e de artesanato tradicional. [...] Coincidia com tal conveniência uma outra, de importância quase equivalente: a de se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas a expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações (Andrade, 1987, p. 159).

A partir daí, foram sendo criados outros museus, como os do Ouro e da Inconfidência, em resposta às necessidades de estabelecimento de funções por novos usos em monumentos restaurados, bem como de guarda e proteção dos bens existentes, sujeitos que estavam à dispersão pela comercialização desmedida.

Quando de sua criação, tais museus cumpriam a função de ser instituições que se destinavam à preservação de bens culturais e eram dirigidos a uma determinada classe social. Segundo Lygia Costa:

> Se o Museu das Missões não foi de concepção sua, temos no entanto que dele participou ativamente, pela aprovação total e concretização em todas as suas fases. Já os Museus da Inconfidência e do Ouro são seus efetivamente. Realizações notáveis, em que a concatenação um tanto livre do Museu da Inconfidência se contrapõe à articulação vigorosa e densa do Museu do Ouro. Atitudes diversas para propósitos diversos. Representam ambos o pensamento de Rodrigo então: museu, instituição destinada à preservação de bens culturais e dirigida a uma classe social informada. Não ao povo; de fato, nada ali demonstra essa preocupação (Costa, 2002, p. 83).

Foram essas diretrizes e as ações empreendidas nesse movimento de salvaguarda de bens através da formação dos museus e todo o árduo trabalho levado a cabo por aqueles responsáveis pela preservação do então Serviço do

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 402

Patrimônio que tornaram possível tudo o que hoje existe e é projetado. Como fica patente na documentação consultada no arquivo da instituição, Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, acompanhava pessoalmente toda a rotina dos museus, desde as obras de construção ou restauro, o número de visitantes e a então chamada apresentação do acervo, ou seja, os aspectos museográficos. Cumpre notar também que o seu contato com a museologia nacional e internacional – inclusive pela participação no International Council of Museums (ICOM) – fez com que ele pudesse adquirir uma nova visão mais inclusiva e menos elitista, como expressou em discurso por ocasião do recebimento do título de professor *honoris causa* da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, em 1963, em que ressalta as atribuições do museu como

> [...] as de instituição de cultura com objetivos próprios, visando, na espécie, a afinar a inteligência e a aprimorar a sensibilidade da mocidade estudantil e da população em geral, por meio de emoções estéticas. A função dos museus, na sociedade contemporânea adquiriu tal relevo e tem produzido tais benefícios culturais, que a criação de um deles, com a categoria e as condições desejáveis, constitui realização de mérito indiscutível (cf. ANDRADE, 1987, p. 173).

Rodrigo então aplica, como vemos pela observação de Lygia Costa, o conceito lato de bem cultural na criação desses "[...] museus monográficos que organizou fora dos grandes centros [...]", explorando esse conceito através da

> [...] introdução neles de um programa definido, inteiramente original, pela inclusão nas coleções de peças desconsideradas até essa data por sua singeleza, liberdade plástica ou caráter utilitário, através, finalmente, do partido que tirou dos respectivos acervos, por uma consciente e acurada apresentação, constituindo-se em verdadeira revolução museológica e em impacto nas áreas mais informadas do país (COSTA, 2002, p.27).

Quanto à adaptação de prédios históricos para a função museu, considere-se a análise de Cyro Corrêa LYRA (2005) em sua tese, em que estuda profundamente a questão da restauração de bens imóveis e do seu uso como forma de preservação. Ressalta que esta inclui duas áreas fundamentais e interdependentes: a restauração – considerando-se o aspecto material, "[...] o respeito à constituição física do edifício" (LYRA, 2005, p. 312) e a recuperação de sua identida-

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 403

de, ou seja, as questões formal e material da arquitetura –, e a revitalização, visando o funcionamento, essencial à vida do edifício. Segundo ele:

> A restauração visa estabelecer a dignidade implícita no edifício, resgatando valores, expressões e símbolos contidos. A revitalização, por outro lado, visa potencializar o uso e garantir sua sobrevivência como espaço útil. A verdade é que, com a retomada da função, é garantida a sobrevivência do edifício, mas não a do monumento, assim como a restauração recupera a identidade, mas não garante por si só, se não houver quem o mantenha, uma vida longa para o monumento (Lyra, 2005, p. 312).

A implantação do museu como instrumento de preservação de um bem imóvel tem sido realizada com sucesso em alguns casos, o que não torna, necessariamente, esta solução ideal para todos os prédios históricos: um projeto de preservação deve avaliar criteriosamente o programa a ser adotado. A arquitetura não prescinde da função e os bens aqui considerados são monumentos arquitetônicos aos quais são atribuídos valores simbólicos a par de valores documental e artístico, pertencendo a tipologias diversas, com funções diferentes. Não se pode prescindir do conhecimento da vida do prédio, sua premissa funcional, as alterações que possa ter sofrido e sua inserção no espaço urbano.

No Brasil, a determinação da função do espaço no monumento restaurado tem ocorrido posteriormente ao processo de restauro ou, ainda, paralelamente a este. No Museu do Ouro, o fundamental era a salvação do prédio da degradação total. Havia ainda a questão do acervo, constituído por peças também ameaçadas de dispersão e comercialização. Assim, a proposta mais lógica era a utilização do espaço e que esta fosse realizada com a função museu. Entretanto, atualmente, pode-se considerar que o efetivo resultado de tal conjunto de ações, ou seja, que o novo uso seja adequado, requer um minucioso trabalho de pesquisa, envolvendo o prédio, seu entorno, a comunidade, suas demandas e possíveis formas de atuação e participação. Se o museu for a escolha adequada, então o restauro já levará esse fator em conta, e a revitalização já terá uma diretriz inicial capaz de possibilitar da melhor forma o desenvolvimento do potencial das relações passíveis de ocorrerem nesse processo.

O arquiteto Josep Maria Montaner enfatiza a complexidade da adaptação de um prédio para novas funções, mas vê no conhecimento profundo da edificação, considerando sua repercussão simbólica ao longo do tempo, uma das chaves pa-

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 404

ra a mudança. De acordo com ele, no passado, era mais simples intervir num prédio histórico, pois, acredita ele, por força dos parâmetros acadêmicos e mesmo dos costumes, ficava patente para o executor da intervenção uma diretriz a ser seguida. No século XX, na medida em que se torna mais complexa a relação com o patrimônio, a tendência é de se imobilizar os bens. Segundo Montaner (2003):

> Nós, arquitetos, sabemos como é complexo atender ao lugar, ao programa, às condições de segurança, técnicas, de comunicação, funcionais etc. O projeto deve ser um mediador entre essas instâncias, e uma das mediações essenciais do projeto arquitetônico é abordar esse conflito, que é o ponto central de nossa pós-modernidade: nossa relação com a memória.

Ao serem examinados os pontos de vista de autores como Beatriz Kuhl e Josep Maria Montaner, observa-se que a existência de padrões não é suficiente para uma intervenção lógica. Os parâmetros modernistas abominaram e excluíram produtos do ecletismo. Sob outro ângulo, a total falta de parâmetros, a arbitrariedade ou a impossibilidade de intervenção seriam igualmente danosas e radicais. O caminho se constrói mesmo na análise cuidadosa e construída sobre a premissa de considerar os diversos pontos de vista, ou seja, a inserção urbana e ambiental, a arquitetura, a história, a carga simbólica, o envolvimento social e, no caso da proposta que temos em conta, a museologia. Como observa Cêça Guimaraens (2006):

> Quando se trata de objetos culturais, estando o edifício histórico entre eles, pode-se dizer que todas as dificuldades residem na aplicação da máxima: "cada caso é um caso". Isto é, não é possível simplificar ou restringir critérios para conservação, compilando-os em "manuais técnicos". Entretanto, há dois indicadores básicos para as ações de renovação programática e adaptação técnica de edifícios históricos: a atemporalidade da boa arquitetura, que é inegável; e a necessidade da permanência dos elementos arquitetônicos característicos, que, por isso mesmo, são historicizantes.

Nesse ponto da análise é conveniente considerar, partindo do fato de que o foco recai sobre modos de ver da época da instituição dos museus regionais considerados e sobre pontos de vista contemporâneos, que o programa a ser realizado num prédio histórico constituía-se basicamente de:

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 405

- Salas de exposições permanentes
- Salas de exposições temporárias
- Diretoria e administração
- Arquivo
- Biblioteca

Após algum tempo, registrava-se a necessidade de uma sala para cursos e projeções. E essas eram as exigências básicas para que o museu funcionasse. De outra forma, considere-se como um exemplo o programa para o projeto de um museu de Arquitetura na cidade de São Paulo, proposto aos alunos do curso de pós-graduação na área de projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenado por Paulo Bruna:

Área Dependências

1 **Acesso público** Recepção; hall; atendimento ao público; coordenação de atendimento; ambiente de monitores; bilheteria; segurança; guarda-volumes; livraria; loja; cafeteria (acesso do público com museu fechado); copa; cozinha; depósito; sanitários.

2 **Difusão / Educação** *Foyer* (acesso do público também quando as demais áreas do museu estiverem fechadas); grande auditório para conferências, apresentações musicais e projeção de cinema e vídeo; camarins; pequeno auditório; salas de aula / reunião e seminário; depósito, guarda de equipamentos e mobiliário; sanitários.

3 **Exposições** Exposição de longa duração (luz natural e artificial, controle de umidade e temperatura); exposição temporária (luz natural e artificial, controle de umidade e temperatura); sanitários (acesso somente pela circulação geral).

4 **Acervo** Reserva para desenhos, mapas, fotografias, modelos, livros, catálogos e amostras de materiais de construção.

5 **Apoio técnico ao acervo** Bibliotecários / arquivistas, pesquisadores da instituição, pesquisadores externos, gabinete de restauro de papel, gabinete de restauro de modelos, laboratório de fotografia, vídeo e multimídia, estúdio, gabinete de edição e processamento, sanitários (acesso somente pela circulação geral).

6 **Apoio a exposições** Recepção, quarentena, montagem, depósito, doca para caminhão baú.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 406

7 **Infra-estrutura e manutenção** Cabina de medição e transformação de energia elétrica; gerador (isolamento acústico); casa de máquinas / ar condicionado (isolamento acústico); oficinas de manutenção: marcenaria, serralharia, eletricidade; ar condicionado (isolamento acústico); acesso à doca de carga; almoxarifado; sanitários; vestiários; sala de segurança; refeitório para funcionários.

8 **Administração** Recepção / espera, acesso à área técnica e à área de público, administração, diretoria, sala de reunião da administração, sociedade de amigos, recepção de sócios, almoxarifado, depósito.

9 **Estacionamento e acessos de veículos** Automóveis: estacionamento para 500 vagas; controle de acesso; ônibus de excursões – 5 vagas; acesso de automóveis; acesso coberto para visitantes; acesso de caminhão; doca para carga e descarga; conexão com transporte público; ponto de táxi[1].

A proposta de Paulo Bruna considera um museu a ser construído e não a adaptação de um prédio histórico; um projeto de arquitetura para um prédio novo é completamente diverso de um projeto de restauração ou mesmo de adaptação. Entretanto, o exemplo tem o propósito de apontar a complexidade da tipologia, ou seja, as possibilidades existentes. A partir daí, pode-se notar, quanto ao aspecto físico, que há uma gama de adaptações possíveis e ainda uma série de novas exigências e cuidados a serem considerados. Claro está que se incluirão ainda, em nosso caminho, os aspectos locais, ambientais e, fundamentalmente, os humanos, culturais e políticos. Na análise de Montaner (2003),

> [...] a relação do espaço expositivo com o que não se vê mudou radicalmente. Antes, das dez partes de um museu, nove eram destinadas à exposição. Num museu do século XIX, tudo era exposto, restando praticamente o escritório do diretor que não estava à mostra. Hoje em dia, a realidade é outra. O que se vê representa um terço da área do museu, e dois terços não se vêem, área que é ocupada por anexos, setor de conservação, oficinas, direção, salas didáticas, salas de eventos.

1 Material enviado via correio eletrônico por Paulo Bruna.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 407

Adaptação é difícil, mas pode ser favorecida pela própria função proposta, pois o museu deve atrair, e atraente é a espacialização museal, que passa a se constituir na alma do prédio tombado. É a vida que dá fala à história potencial guardada pelas paredes que terminam por abrigar muito mais que objetos com risco de perda: elas abraçam e expõem, chamam, contam e acolhem histórias, símbolos, representações, constituindo um espaço com potencial de concitar reflexões, encontros e trocas

Museu das Missões

O território da redução de São Miguel foi tombado pelo IPHAN em 1938, embora já viesse sendo alvo de proteção em âmbito estadual desde a década de 1920, através da Diretoria de Terras da Secretaria do Estado de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. O termo *redução* refere-se à delimitação do espaço para a formação de aldeias organizadas, nas quais havia escola, casas, oficinas, igreja, praça, cemitério, horta e refeitório, e onde os índios trabalhavam na agricultura e criação de gado, aprendiam ofícios, música, religião e obedeciam às regras estabelecidas pela Coroa espanhola. A vila se constituía de uma estrutura modular, pois, ao atingir um determinado número de habitantes, formava-se uma nova redução, num processo dinâmico que decaiu com a ausência dos jesuítas, a partir de 1767. Eram trinta os povos missioneiros: oito no Paraguai, sete no Brasil e quinze na Argentina (Misiones, 2002). Alguns convivem hoje com núcleos urbanos e outros permanecem abandonados.

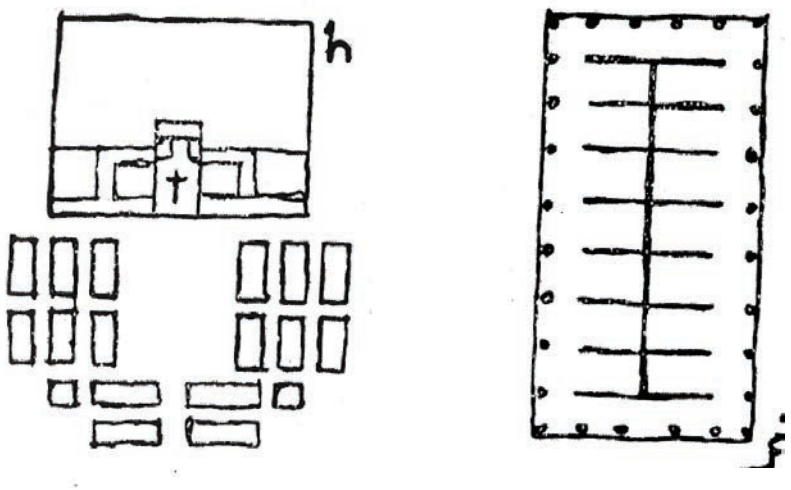
O museu foi criado pelo Decreto-Lei nº 2077 de 8/3/1940 e foi aberto ao público em 1942. Localiza-se na cidade de São Miguel, antigo distrito da cidade de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, no território das missões jesuíticas, sobre as quais fala Lúcio Costa:

> Cada povo – isto é, cada burgo – era constituído pela igreja, que compunha com a residência dos padres, o asilo, a enfermaria, as aulas, as oficinas, as cocheiras etc., e também com o cemitério, um grande conjunto arquitetônico, servido por vários pátios, tudo murado, muro que se continuava para os fundos das construções, abraçando a enorme área ocupada pelo pomar e pela horta, ou seja, a quinta dos padres.
>
> Em frente à igreja havia um grande terreiro ou praça, em volta do qual eram dispostos numerosos blocos de habitação coletiva, composto cada um de muitas células de cinco metros por sete, aproximadamente, verdadeiros apartamen-

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 408

> tos com porta e janela e construídos com paredes de pedra ou de barro, morando em cada um deles uma família de índios. Um passeio alpendrado circundava esses blocos de habitação que constituíam[...] quarteirões. Os primeiros blocos [...] formavam a praça; depois, à medida que o povo crescia, novos blocos eram edificados paralelamente aos primeiros (COSTA, Lucio, 1997, p. 166).

A descrição acima está no artigo "A arquitetura dos jesuítas no Brasil" (COSTA, 1997) e explica a lógica do arquiteto no projeto concebido para o Museu das Missões (veja as Figuras 1 e 2). Na Figura 1, o arquiteto faz um croqui do esquema urbanístico, com a disposição da praça, da igreja e das habitações na concepção jesuítica; na Figura 2, traça um esquema de um bloco de habitação. Em seu relatório da viagem feita às Missões, em 1937, Lúcio Costa descreve, como transcrito por Vitor Leal e Saldanha Marinho e publicado em trabalho organizado por José Pessoa[2] (PESSÔA, 1999, p. 39) qual seria sua idéia para o novo museu: "O museu deve ser um simples abrigo para as peças que [...] muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios; e como a casa do zelador precisa ficar no recinto mesmo das ruínas, é natural que os dois sejam tratados conjuntamente".



FIGURAS 1 E 2 A arquitetura dos jesuítas no Brasil. Fonte: COSTA, 1997.

2 IPHAN, Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (doravante ACI-RJ), série Inventário. Cx745P2811.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 409

No mesmo relatório, o arquiteto sugere duas opções. A primeira, que realmente foi executada, é mostrada na Figura 3:

> A construção de um grande alpendrado com os pilares internos substituídos por panos de parede caiadas de branco para fazer fundo às peças expostas e tudo diretamente ligado à casa do zelador que seria murada, a fim de isolar as atividades domésticas da vista dos visitantes.



FIGURA 3 Fonte: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

A casa do zelador, idealizada no interior de um muro, seria, de acordo com o arquiteto Luís Henrique Haas Luccas (2005), baseada na *cotyguaçu*, construção murada que tinha função de recolhimento para as índias viúvas e os órfãos. A segunda idéia sugeria a utilização do espaço da igreja para o museu, o que acabou por se realizar posteriormente. A implantação dos prédios sofreu modificações, pois, devido à diferença de nível no terreno, o arquiteto Paulo Thedin Barreto sugeriu um modificação em relação ao projeto de Lucio, assim como o faz Lucas Mayerhoffer. A solução final fica por conta de Paulo Barreto (Figura 4). Lucio Costa ressalta a organização do plano urbanístico dos jesuítas, que obedecia sempre a um padrão, com as construções alpendradas bem alinhadas em torno da praça.

Lucas Mayerhoffer trabalhou no estudo e nas obras de estabilização da igreja, que exigiram a desmontagem, novas fundações e remontagem da torre do monumento, pedra por pedra. Executou esse trabalho no período de dois anos:

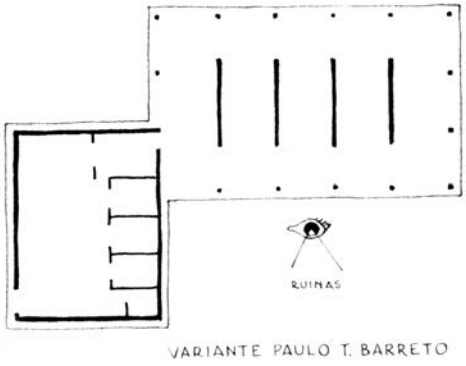


FIGURA 4 Fonte: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 410

1938-40. Em sua tese, Mayerhoffer (1947) detalha todo o trabalho de consolidação, traça um panorama histórico da vida missioneira e da estrutura urbanística das missões e trata da construção do museu. O autor realiza ainda desenhos de reconstituições da igreja, em planta e fachada, no que se poderia chamar de uma concepção aos moldes de Viollet Le Duc. Faz, inclusive, desenhos de duas formas: uma que seria a concepção original do arquiteto que projetou a igreja e outra, do próprio autor, baseada nos remanescentes. Executa também as reconstituições do povo e dos modelos de prédios.

Rodrigo Mello Franco de Andrade, concedeu entrevista ao jornal *O Globo* (28 mar. 1940), em reportagem sobre as obras do governo de Getúlio Vargas, na qual fala sobre o objetivo do museu, que seria dar a conhecer a história das Missões[3]:

> [...] de como com as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas de ler e de música, as festas e os lazeres – a vida social da comunidade, em suma. Tudo isso não só por meio das peças expostas, mas por uma série de *schemas* [sic], plantas, *maquettes* [sic] e mapas, acompanhados de legendas resumidas.

Em 1941, em ofício enviado ao ministro Gustavo Capanema, Rodrigo de Andrade descreve todo o processo de consolidação das ruínas e construção do museu. Ressalta que este havia sido construído no alinhamento de um dos ângulos da praça, para que pudesse dar a noção do espaço do conjunto, tal como se apresentava no século XVIII, e que na obra haviam sido utilizadas peças de São Miguel, tais como bases e capitéis. O museu representava a reconstituição de um dos locais de habitação dos índios, sendo "[...] construção singela, uma vez que se destina a ser um simples abrigo para as peças recolhidas que muito lucrarão em ser vistas em confronto com os remanescentes da Igreja de São Miguel"[4].

Em maio de 1941, Rodrigo de Melo Franco enviou ao ministro Gustavo Capanema um relatório que trata das obras a serem realizadas no Museu das Missões. Havia necessidade do fechamento do espaço do museu com caixilhos de ferro e vidros para a proteção do material exposto, o que representaria, segundo ele, "[...] resguardar convenientemente esse precioso material"[5]. Reivindica

3 ACI-RJ, Série Inventário, Cx. 745, p. 2812.

4 ACI-RJ, série Inventário, Cx745P2811. ofício20/10/41.

5 ACI-RJ, Museus Federais, Cx444P1953.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 411

ainda, antevendo que o museu teria grande fluxo de público, a necessidade da elaboração de painéis, mapas e esquemas que explicassem a história do local, assim como a execução de um catálogo, com o objetivo de divulgar convenientemente o empreendimento.

Durante a construção, e mesmo após, foram recolhidas muitas peças em madeira, de tamanhos variados, cuja proteção exigiu o fechamento da célula próxima à casa do zelador. Como continuassem as aquisições de peças cedidas por particulares e pela Igreja, tornou-se necessário fechar as células restantes. Quando lá estiveram, em 1945, os arquitetos Leônidas Cheferino e Marcel Gautheret, para uma nova organização do museu, encontraram dificuldades, devido à falta de espaço. Resolveram dar à exposição um caráter didático, segundo seu próprio relato, colocando legendas com letras de madeira incrustadas em placas de gesso, fotografias e plantas.

Quanto ao funcionamento do museu, havia um zelador, João Hugo, que cuidava de tudo. Em verdade, ele mesmo recolheu as peças que viriam a fazer parte do acervo do museu, quando de sua constituição. A supervisão era feita por Rodrigo de Melo Franco que acompanhava de perto o funcionamento do museu, inclusive quando, em 1952, ocorreu um pedido político para que se admitisse uma pessoa no cargo de diretor da instituição. Rodrigo declinou, em correspondência enviada ao chefe de gabinete do ministro[6], alegando se tratar o museu de "[...] um abrigo modesto para as peças recolhidas por esta diretoria", e que não seria necessária a criação de um cargo, pois nem havia instalações condizentes e a construção de qualquer ampliação comprometeria o conjunto. Ponderou ainda Rodrigo que o zelador, mensalista, cuidava do museu e recebia os visitantes.

A freqüência era enviada regularmente, apesar das dificuldades, em que pese a distância e a época, sendo que a primeira informação a esse respeito é de janeiro de 1948, quando foi registrada a visita de 530 pessoas ao museu. O diretor Rodrigo, sistematicamente, acusava o recebimento e agradecia a remessa destes relatórios de freqüência de visitantes. Esse procedimento foi comum aos dois museus estudados. Ocasionalmente, essa correspondência era aproveitada para que fossem tratados outros assuntos relativos ao museu, como a ocorrência de vidros quebrados e danos no telhado, provocados pelos fortes ventos, comuns na região. A quebra dos vidros ocorria com freqüência e a dificuldade de reposição era grande, pois estes tinham que ser enviados do Rio de Janeiro. Em

6 ACI-RJ, série Obras, C627M48P2506D117.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 412

1952, Alfredo Rusins[7], quando de sua visita ao museu, a mando de Rodrigo de Melo Franco, destacou o problema, ao que Rodrigo respondeu que deveria ser enviado um técnico ao local para estudar a questão da proteção das paredes de vidro, sem que fosse desfigurado o projeto de Lúcio Costa, assim como para tratar do restauro de peças do acervo. Rusins também ponderou sobre a questão de um abrigo a ser construído para visitantes e pesquisadores, pois não havia pontos de hospedagem na região das Missões.

Com os constantes acréscimos ao acervo e a necessidade de preservação das peças e fotografias, em 1954, Vitor Noel e Saldanha Marinho foram encarregados de estudar uma ampliação do museu e ofereceram três soluções:

- Acréscimo na unidade primitiva;
- Construção de outra unidade, idêntica à já então existente;
- Aproveitamento das ruínas, com uma cobertura parcial.

Em relação à primeira proposta, julgaram que seria prejudicial às proporções do conjunto; quanto à segunda, acharam que provocaria a atenção dos visitantes para a nova construção, desviando-os do foco principal. Optou-se, então, pela alternativa do aproveitamento das ruínas da igreja, conforme o relatório[8]:

> Dos muros ainda existentes, os que ostentavam melhores condições eram do colateral junto à torre, levando-nos a localizar na segunda e terceira capela do mesmo as novas dependências. Abandonamos a primeira por nos obrigar a vedar a porta lateral esquerda da fachada principal, o que achávamos inconveniente e chocante. O aspeto [sic] das novas dependências seria de "simples abrigo", devendo-se incorporar as ruínas sem com elas se confundir ou prejudicar suas características. Nosso problema seria a cobertura, pois os vãos dos arcos seriam vedados por panos de vidro, estabelecendo íntimo contato entre as ruínas e as imagens [...]. A solução adotada: telhado com pequeno caimento, em sentido contrário ao tradicional.

Esses arquitetos descrevem ainda a museografia ou, segundo seus termos, *o agenciamento* do acervo e legendas, demonstrando preocupação com a circu-

7 ACI-RJ: recorte do jornal Correio do Povo, de Porto Alegre (11 nov. 1952); Informação de Renato Soeiro (C627M48P2505D131) e ofício de Rodrigo de Mello Franco a Rusins (C627M48P2506D122-124).

8 ACI-RJ, série Inventário, Cx745P2811.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 413

lação da exposição. Concluindo seu relatório, sugeriram que fossem impedidos os sepultamentos no cemitério, do que se conclui que até então (1954), estes ainda eram realizados. Lembravam que deveria ser feita uma limpeza no local das antigas fundações, para que os visitantes pudessem ter uma idéia das dimensões do povoado e do desenvolvimento alcançado por aqueles povos. Em ofício enviado ao prefeito Odão Pippi (27 nov. 1954), Rodrigo ressaltava os inconvenientes do cemitério para os monumentos missioneiros e solicitava que fossem sustados novos sepultamentos, recomendando o estudo de meios para o translado dos túmulos "[...] para sítio menos prejudicial"[9].

As obras de ampliação na igreja iam adiante, sendo o encarregado o arquiteto Maurício Dias da Silva, que enviou relatórios até março de 1955. Este relatava que, apesar das obras, a visitação era grande e que seria difícil o controle dos visitantes quando a nova unidade estiver aberta. Em carta a Rodrigo, Maurício informa que há peças precisando de restauração e sugere que seja estabelecida uma rotina de funcionamento para o museu e ainda uma vigilância maior, no sentido de que não se permita que os visitantes subam nas peças. Realmente, deveria ser bem complicada a rotina com somente um funcionário para cuidar de área tão grande.

Ainda com relação ao número de visitantes, em 1977, Renato Soeiro, então diretor do IPHAN, pediu que o zelador, Carlos Alberto, filho de João Hugo, procedesse à contagem com maior cuidado, uma vez que havia sido registrado, nos termos de Soeiro[10], o *improvável* número de onze mil pessoas no mês de novembro. O zelador respondeu com o envio de uma foto que ilustrava o grande número de visitantes do museu (veja Figura 5).

Essa expressiva imagem comprova que a procura pelo museu era mesmo intensa. Conforme a documentação consultada, a questão de mais espaço para o museu continua, na década de 1970, sendo a tônica das discussões e observa-se a expressão da intenção de se executarem obras para a revitalização das missões. Em recorte do jornal *Correio do Povo*[11] há uma notícia informando que, retornando de visita às Missões, Renato Soeiro declarava que estava sendo estudado um projeto para dinamizar a região. Em 1970 foram tombados pelo IPHAN os remanescentes de São Lourenço Mártir, São Nicolau e São João Batista.

9 ACI-RJ, série Obras, C627M48P2507D166.

10 ACI-RJ, série Obras, C630M48P2516F1D1035.

11 ACI-RJ, série Obras, C630M48P2515F2.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 414



FIGURA 5 Fonte: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Em 1975, em ofício ao ministro, a direção do IPHAN comunicou que o museu estaria fechado à visitação em virtude de obras na casa do zelador e revisão nas ruínas. Afirmava que estava em andamento, desde 1966, um projeto patrocinado pela OEA e UNESCO para revalorização da zona missioneira. Tratava ainda do projeto proposto pelo prefeito de Santo Ângelo para construção de ocas indígenas que estariam incluídas em seu plano de empreendimentos e que, segundo ele, não interfeririam na paisagem. A direção opinou que tal solução não seria adequada, uma vez que não reproduzia a maneira de habitar dos índios, tal como fazia o museu. Estaria, portanto em completo desacordo com o conjunto e com as determinações fixadas em projeto urbanístico definido em reuniões em Assunção em 1972 e 1974.

Em 1978, a parte do museu que fica no interior da igreja permaneceu fechada, segundo a argumentação do zelador, devido à distância e conseqüente falta de segurança para o acervo. Ele havia inclusive recolhido as peças e guardado em sua casa.

Nessa época, o arquiteto Roberto Lacerda realizou um projeto para re-estudo do museu, submetendo-o a Lucio Costa e Silva Teles. Em sua análise detalhada

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 415

escreveu que se tratava de uma construção sólida, mas que já apresentava o desgaste compatível com seus quarenta anos de existência. Comenta que havia uma grande quantidade de acervo exposto "parecendo mais um depósito que um museu", em suas palavras[12].Um dos maiores problemas era a umidade, que molhava o piso, prejudicando as peças que estavam sobre o chão. Sugeria a utilização de elementos em pedra das ruínas para as bases de tais peças. Em suas sugestões incluiu ainda: aumento do beiral, nivelamento das pedras do piso, definição dos espaços. Também sugeriu a ampliação da casa, com mais um módulo, ou a utilização da casa do zelador para aumentar o espaço do museu. Essa última opção foi concretizada. Recebeu carta branca de Lucio Costa para as alterações, incluindo a construção de paredes no interior das salas de exposição.

Na década de 1980 continuaram se desenvolvendo ações de preservação e os remanescentes de São Miguel foram reconhecidos como patrimônio da humanidade em 1983. Em 1980 Roberto di Stefano, consultor técnico da UNESCO, veio ao Brasil com o objetivo de examinar as ruínas. Recomendou a realização de profundas análises e estudos, ressaltando que o sítio devia ser valorizado de modo a promover a compreensão do espaço com um todo, pois do modo como se apresentava, o foco se concentrava em certos aspectos arquitetônicos. Os testes incluíam levantamento gráfico, fotográfico e fotogramétrico do conjunto, análise dos materiais, prospecções nas fundações, sondagens e exame da situação das partes já consolidadas. Após esses estudos, seriam iniciadas as obras de restauração. Somente nessa fase o trabalho de preservação passou a abranger o conjunto das reduções, apesar de existir, por parte dos órgãos internacionais, uma intenção nesse sentido desde meados da década de 1960.

Com o decorrer do tempo, o museu continuou a funcionar sem grandes modificações, embora houvesse, no final da década de 1980, um movimento para realização de um concurso, através de convênio entre a 10ªDR do SPHAN e o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), com o objetivo de se elaborar um projeto de arquitetura para o Museu Internacional das Missões, ou ainda Centro de Documentação das Missões, incluindo atividades permanentes sob execução e coordenação SPHAN/Pró-Memória em relação aos sítios arqueológicos e consolidação e proteção dos bens móveis e imóveis. Tal projeto poderia receber apoio por conta do programa Missões 300 anos, pois ocorreria nessa época, em Paris, o lançamento da campanha internacional para salvaguarda das missões na

12 ACI-RJ, série Obras, C630M48P2516F2D1054-1060.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 416

Argentina, Brasil e Paraguai. Lygia Costa pronuncia-se contra a idéia de um museu internacional e de um concurso internacional. Alega a necessidade de que cada país enfoque a cultura missioneira à sua maneira. A Coordenadoria de Acervos Museológicos do IPHAN emite um parecer[13], em que estão incluídas as necessidades e condições com relação ao futuro museu:

> [...] como o objetivo [...] indica, é indispensável a elaboração de um projeto museológico/arquitetônico para o futuro museu, considerando ser a função do prédio determinante essencial da sua forma, o que me parece estar de acordo com os princípios básicos da Arquitetura e Museologia. Seria necessária a contratação de um museólogo consultor – conceituação do museu, características específicas, informações sobre o acervo, entorno, uso e intensidade de ocupação etc, para formar a base do projeto museológico. [tanto museólogo quanto arquiteto, os consultores deviam ser do IPHAN FNPM].
>
> Projeto museológico: exposição, reservas técnicas, condições ambientais para conservação do acervo, espaços de laboratórios e atividades públicas, tudo considerando a dinâmica e função da instituição.

O projeto é apresentado no encontro dos presidentes do Brasil e da Argentina para a formação do MERCOSUL, com a proposta de integração cultural entre os países da América do Sul, mantendo, pois, a concepção de um centro que, para além das fronteiras, abrangeria as questões da antiga Província Jesuítica do Paraguay. Entretanto, em razão de mudanças políticas ocorridas em 1990, o concurso internacional, que seria organizado pelo IAB, não foi realizado. Continuavam as questões concernentes à desapropriação e delimitação do sítio e à proposta de criação do parque. São Miguel foi emancipado e se tornou município em 29 de abril de 1988, o que aumentava o risco de ocupação na área.

A necessidade de ampliação que atendesse à demanda de pesquisa, gerenciamento de documentação, guarda e exposição do acervo, era crescente. Inclusive, a coleção sofrera um acréscimo pela doação das peças de arte contemporânea da exposição Missões 300 Anos e pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito da arqueologia. Considere-se tal necessidade e os antigos problemas de conservação que atingiam as peças e o próprio acervo arquitetônico.

13 ACI-RJ, série Obras, C631P2518D1222.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 417

Continuaram, então, sendo envidados esforços dentro do próprio órgão de preservação, no sentido da definição de uma linha conceitual para o projeto do centro de documentação, tanto no sentido da concepção museológica quanto arquitetônica. Esta última, bem mais difícil de ser resolvida, não tanto pela questão do programa em si, já demarcado pelas necessidades tão claramente e há tanto tempo sentidas, mas principalmente porque acarretava a inserção de um novo elemento num sítio de compleição simbólica e paisagem tão intensas.

Na década de 1990 ocorreram a restauração da sacristia e a revitalização da fonte e da quinta dos padres, além da desocupação do sítio arqueológico. Foi feita a reconstituição informatizada das ruínas e organizada a trilha de interpretação São João Batista. Quanto aos limites do sítio, em 1996 foi doado pela prefeitura um terreno ao norte da igreja de São Miguel e ainda promovida, pelo Ministério da Cultura, a transferência de várias edificações então situadas na redução. Assim foi ampliada a área de preservação e a intenção seria de que a nova edificação funcionasse também como um grande centro de recepção para o sítio missioneiro, pois seria implantada no eixo do acesso principal à redução. Em 1998, as comemorações do Dia do Patrimônio Cultural do Mercosul, foram realizadas em São Miguel das Missões, com eventos no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo. Nessa ocasião, o Iphan, a Ibm e a Associação Amigos das Missões apresentaram os produtos do projeto de Informatização do Patrimônio Cultural das Missões Jesuíticas dos Guarani e houve ainda o lançamento do banco de dados, de um portal eletrônico e a instalação de três quiosques com o multimídia e a versão em Cd-Rom do Circuito Turístico Internacional Missões Jesuíticas dos Guarani.

O World Monuments Fund – Wmf, um programa criado em 1995 com o objetivo de promover mecanismos de cooperação internacional para preservação de monumentos em todo o mundo, estabeleceu uma lista de cem locais que apresentavam riscos, e as missões guaranis do Brasil, Argentina e Paraguai foram incluídas. A fundação patrocinou, em 2003, uma oficina, realizada em São Miguel, com a colaboração da 12ª Superintendência Regional do Iphan e do Icom, com o objetivo de criar diretrizes de conservação dos espaços e monumentos e de definir estratégias de sustentabilidade. Desta oficina resultou um plano de trabalho para os três anos seguintes.

Em 2004, o projeto do Centro de Documentação foi reavaliado e revisto pelos técnicos da 12ª SR/Iphan. O programa, distribuído numa área de aproximadamente 4,5 mil m^2 compreendendo áreas de acesso, de exposição, de administração, cultural e de serviços, está baseado nas premissas de preservação, sistema-

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 418

tização informatizada e exposição elaborada sobre um eixo conceitual desenvolvido no sentido da narrativa da vida missioneira e suas imbricações no campo cultural da região, ressaltando a importância da preservação e pesquisa do patrimônio existente.

Atualmente, enquanto são debatidas e estudadas as questões relativas à construção do novo prédio, o Centro de Referência e Memória, o museu passa por uma fase de obras estruturais e de redefinição museológica e revitalização, com a colaboração do Departamento de Museu e Centros Culturais do IPHAN. Estão sendo trabalhados os espaços do pavilhão Lucio Costa, da casa do zelador, da sacristia e o caminho dos conquistadores. O conceito expositivo contempla a memória e história, focalizando a vida dos guaranis antes da intervenção jesuítica, na redução e atualmente, sua presença no sítio, o espaço e ações missioneiros, a paisagem, enfim, procura uma diversidade de ângulos no espaço-tempo, como as visões através de um prisma formado pelo trinômio patrimônio, território e comunidade.

O abrigo de Lucio teve mesmo essa intenção, ou seja, dar abrigo às peças ameaçadas de dispersão e destruição. O partido arquitetônico planejado no sentido da inserção no sítio missioneiro dá a impressão de ter se materializado pela reunião dos elementos dispersos, dos quais alguns formaram a própria estrutura do prédio e outros ali simplesmente se abrigaram. Há que se considerar também que a proposta de sua implantação e o seu dimensionamento resultaram de profundo estudo, passando assim a se constituir num elemento de escala arquitetônica que, em conjunto com a igreja de São Miguel, realiza a dimensão da escala urbanística favorecendo a percepção da vila missioneira como um todo.

Basta essa simples reflexão para que se tenha a dimensão da dificuldade da implantação de uma nova construção nesse local. Entretanto, não há como ignorar as profundas necessidades com relação ao museu, tanto no sentido da conservação das peças como na enorme demanda de espaço com a exigência mesmo do planejamento de um projeto com programa inteiramente novo, não sendo nem mesmo o caso de adaptação de espaço ou acréscimo de áreas. Sendo assim, o projeto do novo centro realmente se faz necessário e é bastante compreensível a dificuldade e o tempo que têm apresentado as discussões, uma vez que devem caminhar sobre vários pontos de vista e pareceres técnicos na difícil interseção dos campos da arquitetura, patrimônio e museologia num local bastante especial. Aí a força simbólica das ruínas proclama seu equilíbrio estudado por Simmel em que "[...] uma obra humana é afinal percebida como

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 419

um produto da natureza" (Souza; Oelze, 2005, p. 137). Na ruína, diz Simmel: "[...] a aspiração ao alto e a queda para baixo co-atuam para criar uma imagem imóvel de uma existência puramente natural. Expressando esta paz, a ruína une-se à paisagem à sua volta, assim como a árvore e pedra nela se ligam" (Souza; Oelze, 2005, p. 139). Essa aparente estabilidade do binário não deixa de fazer perceber, como observa o autor, a tensão entre a realização da obra pelo espírito humano e as forças da natureza "[...] na qual se apóia o significado da ruína como tal" (Souza; Oelze, 2005, p. 137).

Nesse espaço de São Miguel, repousa o pavilhão de Lucio há quase setenta anos. Com toda a dificuldade de vencer as forças da natureza e do tempo, e mesmo de abrigar de forma a proteger, como requerem o termo e as peças de imaginária, conquistou seu tempo e lugar. As imposições da museologia e das formas culturais acarretaram muitas exigências e é preciso cumpri-las, o que só poderá ser alcançado através de muito estudo e debate, e esse é o difícil caminho que tem sido percorrido. É importante o conhecimento da fase que constrói a vida da região missioneira até como princípio para a preservação, na medida da compreensão dos modos de vida e dos processos arquitetônicos e urbanísticos no decorrer do tempo, permitindo que a preservação, tanto quanto o planejamento, seja baseado na lógica da tolerância.

Museu do Ouro

Quando os bandeirantes paulistas chefiados por Borba Gato encontraram ouro no rio das Velhas, em fins do século XVIII, D. João V, rei de Portugal, mandou instalar a Casa de Intendência e Fundição na Vila Real em Sabará, assim como o fez em outros locais de Minas Gerais. A casa de Sabará foi a única que resistiu. O prédio é de 1730, conforme se deduz de carta assinada pelo mestre de campo Faustino Rabelo Barbosa, seu construtor[14]. Foi comprada em 1840 em leilão pelo comendador Francisco de Paula Rocha, tendo sido paga a importância de quatro contos e quinhentos mil réis, sendo posteriormente adquirida pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, quando de sua instalação no estado. Rodrigo Melo Franco, tendo tomado conhecimento de que havia a intenção de demolir a casa, fez um apelo ao presidente da Belgo Mineira, Louis Ensch, para que permitisse o restauro, sob a responsabilidade do serviço de patrimônio, recém-criado.

14 Informação constante do levantamento histórico apresentado na Revista Sphan / Pró-Memória, n. 35, abril 1985. ACI-RJ, série Inventário, C694P2637.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 420

A doação se efetivou e assim também a intenção de transformar o imóvel em museu para contar a história da mineração aurífera naquela região.

O museu foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.483 de 23/4/1945 e aberto ao público em 16 de março de 1943. Em 19 de maio de 1941, em relatório a Gustavo Capanema[15], Rodrigo informou que o museu já estava pronto e com acervo, sendo necessário, a partir de então, instalar o equipamento para a exposição de peças de ouro, as maquetes e o mobiliário para a instalação da diretoria, secretaria, arquivo, biblioteca e portaria.

A cópia do trecho da carta de adjudicação do Inventário do comendador Francisco de Paula Rocha[16] revela a implantação da casa e faz uma descrição do interior:

> [...] uma casa assobradada, em mau estado coberta de telhas sita à Rua do Morro da Intendência, com dezesseis cômodos na parte superior, sendo dez assoalhados e os demais térreos e de tijollos [sic]: na parte inferior seis cômodos térreos com installações[sic] de água e luz elétrica, com o respectivo quintal: dividindo pelo lado direito com o becco [sic] que vae [sic] ter ao Hospício; pelo lado esquerdo com a casa e quintal de Francisco Varella e pelos fundos com o cemitério Municipal [...]

A ficha do monumento[17], sob a classificação *Artes eruditas, Architectura Civil,* informa que foi "[...] a primeira casa coberta com telhas de Sabará. [...] três pateos calçados a pe de moleque – representam as 'esperas' dos que procuravam a casa. Ausência absoluta de cantaria [...]". Através da seguinte descrição[18], feita para a elaboração de um catálogo, pode-se ter uma idéia da distribuição interna, com a adaptação para as funções museais propostas, que, segundo os registros, foi resultado de poucas alterações significativas:

> Como ornamentação apenas os balaústres, tão genuinamente mineiros, das janelas da frente do pavimento térreo, que abre para o pátio de entrada, calçado de seixos rolados dos rios locais.De passagem pela sala do pavimento térreo, que

15 ACI-RJ, Museus Federais C444P1953.

16 ACI-RJ, série Inventário, C694P2637D2.

17 ACI-RJ, série Inventário, C694P2637D38.

18 ACI-RJ, série Obras, C694P2637D24-9.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 421

> serve de portaria [...] [descrição do acervo] [...] Após galgar a escada de pedra do pátio externo, entra-se no pavimento superior, usado outrora como residência do Intendente. Sala 2, quarto de solteira, corredor, quarto arte religiosa I, varanda, quarto arte religiosa II, ante-sala, biblioteca, sala de arte popular, quarto do casal, pátio colonial com engenho do ouro do início do XIX,pavimento térreo [...] descendo a escada de pedra seca do pátio interno, a porta a esquerda conduz à sala onde se encontram os mostruários minério bruto [...] Aí eram exercidas as funções públicas – aí o ouro era recebido, fundido e cunhado [...]

Em 1951, a falta de espaço fez com que o diretor do museu, Manoel Joaquim de Almeida, que permaneceu nesse posto por mais de trinta anos, construísse um pequeno depósito de ferramentas e material em adobe, 3 x 4,5 m, meia água, no terreno anexo ao museu, apoiado sobre o muro lateral. Ao comunicar o fato à direção do Patrimônio, afirma que "[...] atenderá a finalidade até que se decida sobre a anexação do Isolamento ao Museu ou a construção de um depósito oficina adequado"[19]. O Isolamento mencionado é o hospício que fica ao lado do museu, pois havia a intenção de que passasse a funcionar como um anexo deste, mas isso não ocorreu.

A organização do acervo permaneceu no andar térreo. Várias peças documentam a história da mineração em Minas Gerais e, na parte superior, há reminiscências do que foi a vida social mineira ao longo do século XVIII, como documenta o *Diário da tarde* (18 mai. 1976)[20], por ocasião da comemoração dos trinta anos do museu. No térreo, estavam o mostruário de minério, a maquete dos antigos processos, a prensa em bronze, arcas e um mural tendo como tema a busca do ouro no rio Sabará. No pavimento superior, a reconstituição de ambientes da época de D.João V.

Em 1985, o Boletim SPHAN Pró-Memória (n. 35), informava que a Casa de Borba Gato seria utilizada como anexo do museu. As atividades educativas seguem a orientação do Programa Nacional de Museus, implantado a partir de 1980. Segundo o boletim, tal programa procurava promover o resgate de técnicas tradicionais através dos habitantes da cidade. Como o museu não tinha espaço para que fossem realizadas as atividades de encontro, debate e criatividade da comunidade, foi utilizada a Casa de Borba Gato, que fica próxima ao mu-

19 ACI-RJ, série Obras, C496M46P2101F5D476.

20 ACI-RJ, série Inventário, C694P2637. (Recorte de jornal).

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 422

seu (imóvel do período colonial, primeira metade do século XVIII, tombado em junho de 1938) e que sofreu várias descaracterizações e adaptações, acarretando danos à sua estrutura em barro e madeira. Embora em estado precário de conservação, era na casa que a comunidade se reunia; no térreo funcionava uma lojinha com produtos do Núcleo de Artesanato. Pessoas detentoras de saberes tradicionais transmitiam técnicas artesanais. Tal era o caso das flores utilizadas na decoração das igrejas, cuja técnica de feitura era conhecida por uma senhora da comunidade, dona Nilza, que realizava cursos e ensinava como fazê-las. Assim também ocorreu com Antônio Lisboa, que ensinava a trançar e fazer esteiras de taquara. Nessa época, funcionava o Centro Integrado de Atendimento ao menor, filiado à FEBEM em convênio com o museu. As crianças trabalhavam na varanda e no jardim e eram desenvolvidas atividades como o núcleo de teatro e de desenho, que explorava principalmente a arquitetura da cidade. Os alunos percorriam as ruas, desenhavam os objetos propostos e, a partir dos desenhos, eram ensinadas outras técnicas, como colagem ou maquete.

A demanda por mais espaço e a necessidade de renovação e resposta a uma função tão dinâmica como a museal deu origem a estudos para a redefinição da exposição. Em agosto de 2000, o museólogo e técnico do IPHAN Cícero Almeida, após visitar o museu, elaborou uma proposta de revitalização do espaço, por solicitação da diretora do Departamento de Identificação e Documentação e do superintendente da 13ª SR/IPHAN. Tal proposta visava redefinir conceitualmente a exposição, mantendo o eixo na mineração, mas utilizando novas tecnologias e revigorando o caráter pedagógico do museu. Sugeria a exploração do espaço externo da casa, área bastante ampla e propícia ao desenvolvimento das novas atividades.

Em 2004 foi realizado um concurso para um projeto de ampliação do Museu do Ouro e a equipe vencedora – um grupo de arquitetos de São Paulo – adotou como pensamento a integração do novo com o antigo, implantando a nova construção na extensão longitudinal, concentrando-se na divisa do terreno vizinho, mantendo um espaço em relação à parte antiga. Sobre isso, veja a Figura 6, na qual o anexo projetado está destacado por uma linha vermelha[21].

O projeto procurou a solução de acréscimo de áreas, de forma a harmonizar-se com o prédio existente e atender às necessidades de novos espaços, compreendendo sala multiuso, um café, anfiteatro e salas de trabalho. Houve aqui

21 Capturado na página da Vitruvius: http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst86/inst86_01.asp

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 423



FIGURA 6 Fonte: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/

uma preocupação com os acessos, de forma a criar uma interação com o prédio antigo, mas conservando uma lógica arquitetônica contemporânea e ainda mantendo independência entre as duas áreas. A circulação foi estudada com apuro, considerando-se o desnível do terreno, a variedade de usuários e a necessidade do movimento das peças do acervo do museu para a parte técnica, situada no anexo. Registre-se também o cuidado com a paisagem e a vegetação existente, da qual o projeto tirou partido no espaço deixado entre os prédios e ainda na área do café. A concepção obedece a esquema modular, o que possibilitava a construção de forma paulatina, na medida das condições existentes. Quanto ao acabamento, os materiais utilizados procuram manter o padrão entre os prédios, realizando uma releitura de elementos característicos da arquitetura existente, de forma a harmonizar o conjunto sem descaracterizar o novo.

O projeto ainda não havia sido realizado até a data da pesquisa, pois se encontrava em fase de avaliação pelo IPHAN. A pesquisa arqueológica revelou elementos que levaram à proposta de que o anexo fosse construído em um terreno lateral ao museu.

Considerações finais

As discussões no plano da arquitetura há muito excederam o binômio forma/função, assim como, para o museu, ultrapassaram o plano expositivo. Os espaços são dinâmicos, pois os eventos que aí têm lugar relacionam-se à vida, representações e encontros. Tal complexo relacional vai aumentando as demandas por uma elaboração arquitetônica capaz de contribuir com essa realidade. Na apreciação de Coelho Netto em relação aos espaços arquitetônicos,

> [...] tudo isso envolve o dinamismo humano. Ainda que se tente estabelecer uma modulação a partir do homem, a definição deste espaço pessoal varia

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 424

> no tempo e nos grupos sociais. Assim, a vida do espaço exige que a arquitetura se faça moldável, mutável e também dinâmica (COELHO NETTO, 1979).

Daí a importância de que, seja qual for a opção usada na adaptação ou ampliação de um prédio para museu – simples reestruturação do espaço interno, construção de anexos ou subsolos –, é fundamental o estudo aprofundado das possibilidades do espaço existente e das expectativas e possibilidades geradas pelos agentes sociais envolvidos. Considerando as alterações físicas, é possível ter uma noção das camadas de significados que constituem um espaço. Ainda segundo Coelho Netto, deve-se notar que essa semântica é constituída não apenas pelo usuário que se relaciona com o prédio, mas é afetada ideologicamente, através de discursos construídos sobre o espaço. O projeto, ferramenta da arquitetura, deve conciliar a consciência da continuidade cultural à demanda social. É este o sentido que deve nortear a preservação do patrimônio.

Referências bibliográficas

ALOI, Roberto. *Museu. Architettura- técnica*. Milão: Ulrico Hoelpi, 1962.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1940.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARNAUD, Jurema Kopke Eis; ALMEIDA, Cícero Antônio Ferreira de. (orgs.) *Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural.* Rio de Janeiro: IPHAN/OEA, 1997.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHÉLÉMY, Jean. Nosso patrimônio no ano 2000. *Revista do Patrimônio*: *revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 108-111, 1984.

BOITO, Camilo. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BOLETIM SPHAN Pró-Memória

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Paço Imperial/ Tempo Brasileiro, 1993.

_____. Comentário. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 60 anos: a Revista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 26, p.170-171, 1997.

DIÁRIO DA TARDE. 18 mai. 1976.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 425

GUIMARAENS, Cêça. *O museu ainda é o melhor meio para conhecer os produtos da democracia*. Disponível no site do Grupo de Estudos de Arquitetura e Museus: http://www.arquimuseus.fau.ufrj.br/. (Entrevista, 11 jan, 2006).

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

COELHO NETTO, J. Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Série Debates.

XXI CONGRESSO INTERNACIONAL AICA. *La Arquitectura de Hoy*. Madrid: Asociación Española de Críticos de Arte, 1987.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 105-172, 1997.

COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2004. *Anais* ... Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, Escola de Belas Artes da UFMG, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Rio de Janeiro: SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória/UNESCO, 1987.

HENDERSON, Justin. *Museum architecture*. London: Rockport Publishers, 1998.

IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

IPHAN/UNESCO/WMF. Programa para conservação, gestão e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani. Jeweb Editora Digital, 2004. E - book.

LUCCAS, Luis Henrique. Arquitetura moderna e brasileira: O constructo de Lucio Costa como sustentação. *Arquitextos*, São Paulo, Vitruvius/Romano Guerra, n. 63, ago. 2005. (Texto Especial n. 323). Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp323.asp. Acessado em 26 jan. 2006.

LUZ, Maturino Santos da. *Museu das Missões, uma modernidade incompreendida*. 2000. Dissertação (Mestrado) – PROPAR – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

LYRA, Cyro Corrêa. *Casa vazia, ruína anuncia: A questão do uso na preservação de monumentos*. 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70, Gallimard, 1965.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 426

MARINHO, Teresinha. (org.) *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. *Rodrigo e o SPHAN*: Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 37, p.214-398, 1874.

MAYERHOFER, Lucas. *Reconstituição do povo de São Miguel das Missões*. Tese de concurso para provimento da cadeira de Arquitetura Analítica da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1947.

MEC; SPHAN; Pró Memória. *Restauração e revitalização de núcleos históricos.* Seminários 1. Brasília: 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 30).

MISIONES (Gobierno de la provincia). *Misiones-las reducciones jesuíticas*. Misiones, 2002.

MONTANER, Josep M.; OLIVERAS, Jordi. *Los museos de la última generación*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1986.

MONTANER, Josep M. *Nuevos Museos: Espacios para el arte y cultura*. Gustavo Gilli, 1990.

_____. Perspectivas contemporâneas em Arquitetura de Museus. In: SEMINÁRIO MUSEUS, ARQUITETURA E REABILITAÇÃO URBANA, 2001, Rio de Janeiro. GUIMARAENS, Cêça; IWATA, Nara. (orgs.) *Anais* ... Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional; FAU/UFRJ; PROARQ; IPHAN, 2003. CD-ROM organizado por.

NUVOLARI, F. *Archeologia, museo, architectura*. Arsenale, 1987.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa*: Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PEVSNER, N. *Historia de las tipologias arquitetônicas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.

PROYECTO REGIONAL DE PATRIMONIO CULTURAL. *Museología y patrimonio cultural: criticas y perspectivas*. Instituto Colombiano de Cultura; UNESCO/PNUD; Roma: Instituto Italo Latinoamericano, 1980.

REIS FILHO, Nestor Goulart dos. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1983.

RICO, Juan Carlos. *Museus. Arquitectura. Arte. Los espacios expositivos.* Espanha: Marte, 1994.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS. GUIMARAENS, Ceça; IWATA, Nara, POLV, Vânia. (orgs.). *Anais* ... Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2005.

SEMINÁRIO MUSEUS, ARQUITETURA E REABILITAÇÃO URBANA. GUIMARAENS, Ceça; IWATA, Nara. (orgs.). *Anais* ... Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. CD-ROM.

SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília: UNB, 2005.

PEP13 - Sonia 10/1/07 3:41 PM Page 427

Portais eletrônicos

http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/
http://www.arquimuseus.fau.ufrj.br/site/index
http://www.iphan.gov.br
http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst86/inst86_01.asp
http://www.descubraminas.com.br
http://www.colecionismo.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=50

PEP13 - Sonia 10/5/07 11:22 AM Page 428

Impresso em outubro de 2007,
por Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.
para a Coordenação Geral de Pesquisa,
Documentação e Referência/
Programa de Especialização em Patrimônio,
IPHAN.